

COLLECCÃO

DECSOES DO GOVERNO

DO

IMPERIO DO BRASIL

1862.



RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1862.

INDICE DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

1862.

	PAGS.
I. 1.— GUERRA.—Aviso de 2 de Janeiro de 1862.— Declarando que a despeza com os cartuxos, consumidos nos funeraes das pessoas condecoradas com habitos ou quaesquer outras mercês, que conferem honras militares, corre por conta deste Ministerio.....	1
I. 2.— GUERRA.—Aviso de 3 de Janeiro de 1862.— Declarando que as arrematações de medicamentos para as enfermarias militares devem ser feitas perante os respectivos Conselhos economicos.....	»
I. 3.— FAZENDA.—Em 9 de Janeiro de 1862.— Admissão o exame em concurso para o provimento de empregos das Alfandegas.....	2
I. 4.— IMPERIO.—Aviso de 10 de Janeiro de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Ceará communicando o que resolveu o Governo Imperial sobre algumas Leis Provinciaes do anno de 1860	3
V. 5.— IMPERIO.—Aviso de 11 de Janeiro de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo approvando as decisões que deu ácerca do juramento e posse de um Vereador que era Delegado de Policia, e passou a vara ao substituto, sendo depois exonerado do cargo de Delegado	4
V. 6.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 11 de Janeiro de 1862.— Declara que a disposição do art. 102 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844 comprehende as cartas e mais papeis contidos nas malas, saccoes ou massos do correio	6

- N. 7. — FAZENDA. — Em 13 de Janeiro de 1862. — Sobre a isenção de direitos de expediente e armazenagens nos despachos livres..... 6
- N. 8. — FAZENDA. — Circular em 13 de Janeiro de 1862. — Como se deve processar o despacho de generos estrangeiros navegados por cabotagem. 7
- N. 9. — FAZENDA. — Circular em 13 de Janeiro de 1862. — Manda que os officios que se remettem seguros pelo Correio sejam fechados conforme prescreve o art. 10 das Instrucções de 16 de Dezembro de 1859..... 8
- N. 10. — IMPERIO. — Aviso de 13 de Janeiro de 1862 — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes communicando a deliberação do Governo sobre varias Leis Provinciaes do anno de 1859.... 9
- N. 11. — IMPERIO. — Aviso de 16 de Janeiro de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo acerca do Juiz de Paz que devia presidir a Junta de Qualificação de votantes da Parochia de Santa Cruz, e dos Eleitores e supplentes que devião organizar a mesma Junta, se os do actual quadriennio, ou os do passado.... 13
- N. 12. — FAZENDA. — Em 17 de Janeiro de 1862. — Manda cobrar na Alfandega da Côte os emolumentos que pertencêrão á Secretaria da Marinha e erão cobrados na Recbedoria do Municipio depois que passarão a pertencer ás rendas do Estado..... 14
- N. 13. — IMPERIO. — Aviso de 18 de Janeiro de 1862. — Ao Inspector geral da Instrucção primaria e secundaria declarando o que se deve entender por escola, e collegio, para os fins de que tratão os arts. 100 e 102 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, e tabella annexa ao Decreto n.º 1.600 de 10 de Maio de 1855.. 15
- N. 14. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1862. — Que uma multa imposta ao Capitão de um navio, já sahido do porto, deve recahir sobre os Empregados que derão causa a ser o mesmo navio desembarcado pela Alfandega independentemente do termo de responsabilidade... 17
- N. 15. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1862. — A disposição do art. 36 do Decreto n.º 2.343 de 22 de Janeiro de 1859 é relativa somente aos Empregados de Fazenda.....
- N. 16. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1862. — Manda publicar pela Directoria Geral das Rendas Publicas as noticias de interesse para a

- importação e exportação internacionaes, que se receberem no Thesouro 18
- N. 17.— GUERRA.—Circular de 22 de Janeiro de 1862. Ordenando que se dê conhecimento ás Thezourarias de Fazenda de todo e qualquer contracto, que se fizer por conta deste Ministerio, obrigando a Fazenda a pagamento..... »
- N. 18.— GUERRA.—Circular de 22 de Janeiro de 1862. Ordenando que remetta ao Director Geral de contabilidade do Thesouro Nacional uma copia de todo e qualquer contracto, que fizer, por conta deste Ministerio, obrigando a Fazenda Nacional a pagamento..... 19
- N. 19.— IMPERIO.—Aviso de 22 de Janeiro de 1862.— Aos Directores das Faculdades de Direito declarando que as ferias dos Lentes terminão no 1.º dia útil de Março, excepto para os que tiverem de servir de examinadores nos exames preparatorios, para os quacs termina no dia 3 de Fevereiro, e ordena que sejam designados no fim de cada anno lectivo os que devem fazer este serviço.....
- N. 20.— IMPERIO.—Aviso de 22 de Janeiro de 1862.— Aos Directores das Faculdades de Direito e de Medicina declarando que o Governo não é obrigado a fazer nomeação de Lenta sobre proposta que não contenha tres nomes..... 20
- N. 21.— GUERRA.—Aviso de 23 de Janeiro de 1862.— Declarando que os voluntarios ou engajados, que não preencherem o tempo do seu contracto, não tem direito á parte do premio correspondente ao tempo não vencido, segundo dispõe o art. 4.º de Regulamento de 18 de Novembro de 1848, exceptuando-se, porém, os que se inutilisarem em acção de serviço.. 21
- N. 22.— FAZENDA.—Em 23 de Janeiro de 1862.— Pagamento de dividas de exercicios findos directamente ás praças de prest credoras, ou por intermedio dos respectivos Quartéis-Mestres.. 22
- N. 23.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular em 23 de Janeiro de 1862 — Aos Presidentes das Provincias para que nos seus relatorios ás Assembléas Provincias, juntem a maior copia de informacoes que puderem colher sobre as bahias, rios, e lagos das Provincias e sua navegação.....
- N. 24.— FAZENDA.—Em 26 de Janeiro de 1862.— Reprova o costume de um estabelecimento

	PAGS.
bancario assignar de chancella as verbas do imposto do sello que arrecada por authorisação concedida	23
N. 25.—FAZENDA.—Em 25 de Janeiro de 1862.—Manda proceder a certas diligencias para poder ter lugar o aforamento de uns mangues e alagados	24
N. 26.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1862.—Incumbencia da Capitania do Porto da Côte e Provincia do Rio de Janeiro ácerca dos terrenos formados sobre o fundo do mar e accrescidos aos de Marinhas.....	»
N. 27.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1862.—Que a Illustrissima Camara Municipal da Côte não póde por si aforar terrenos artificiaes sobre as aguas do mar.....	25
N. 28.—FAZENDA. — Circular em 27 de Janeiro de 1862. — Aforamento de aterros sobre o mar accrescidos aos terrenos de marinhas	26
N. 29.—GUERRA.—Aviso de 27 de Janeiro de 1862.—Determinando que nas fortalezas do municipio da Côte, pertencentes a este Ministerio, sejam substituidas as tigellinhas, que se usão nos signacs nocturnos por fachos illuminativos fabricados no laboratorio do Campinho	»
N. 30.—GUERRA.—Aviso de 27 de Janeiro de 1862.—Declarando que o Soldado João Baptista de Mello não tem direito ao resto do premio de engajamento, correspondente ao tempo de serviço, que não preencher.....	27
N. 31.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Janeiro de 1862.—Ao Presidente da Junta de qualificação da parochia de Irajá declarando: 1.º que os pedestres de policia, que não vencem soldo, não estão incluídos na disposição da Lei para deixarem de ser qualificados; 2.º que as queixas, reclamações e denuncias contra as decisões da Junta podem ser apresentadas pelo proprio queixoso, reclamante ou denunciante, ou por seu legitimo procurador	28
N. 32.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 29 de Janeiro de 1862.—Communicando haver sido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de parecer que não podem ser approvadas as tabellas de fretes e passagens apresentadas pela Companhia Pernambucana; e ordenando que sejam as mesmas tabellas apresentadas pela Com-	

	PAGS.
panhia com antecedencia pelo menos de tres mezes, sendo logo enviadas convenientemente informadas	29
N. 33.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Portaria de 29 de Janeiro de 1862.— Dá Instruções para distribuição do fardamento ás praças do Corpo de Bombeiros	30
N. 34.—MARINHA.—Aviso de 29 de Janeiro de 1862.— Estabelece regras para a admissão de Pilotos ao serviço da Armada	32
N. 35.—MARINHA.—Aviso de 30 de Janeiro de 1862.— Estabelece regras a respeito das nomeações de Officiaes marinheiros extranumerarios e dos vencimentos, que lhes competem, conforme os serviços, para que forem designados	»
N. 36.—FAZENDA.—Em 30 de Janeiro de 1862.— Nas guias que acompanharem as entregas feitas por diligencias dos Empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda, se deve declarar se houve ou não execução promovida no mesmo Juizo.	33
N. 37.—FAZENDA.—Em 30 de Janeiro de 1862.— Providencias sobre os terrenos accrescidos aos de marinhãs do caes da Gloria na Côrte....	34
N. 38.—FAZENDA.—Em 31 de Janeiro de 1862.— Porcentagem pela arrecadação nas Alfandegas proveniente de despeho de orphãos, defuntos e ausentes, e de venda de terras publicas ...	35
N. 39.—JUSTIÇA.—Aviso do 1.º de Fevereiro de 1862. Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte.—Mantem os Agentes de leilões no direito outorgado pelas disposições do Codigo e respectivo Regulamento, para venderem os bens nellas mencionados	36
N. 40.—JUSTIÇA.—Aviso do 3 de Fevereiro de 1862.— Declara que os clarins, cornetas e tambores dos Corpos da Guarda Nacional, quando doentes, podem ser tratados nos Hospitacs Militares	•
N. 41.—FAZENDA.—Em 3 de Fevereiro de 1862.— O Governo só pôde conceder loterias para construcção e reparo de Igrejas matrizes, e em favor de estabelecimentos pios de utilidade geral ..	37
N. 42.—FAZENDA.—Circular em 5 de Fevereiro de 1862.—Pagamento de divida de exercicio findo proveniente de vencimento lançado em folha ..	38
N. 43.—FAZENDA.—Circular em 7 de Fevereiro de 1862.—Nas guias que se dão aos Empregados de Fazenda deve-se pôr a verba de ficarem notadas na folha de pagamento	

N. 44.—FAZENDA.—Circular em 7 de Fevereiro de 1862.—Remessa mensal dos balancetes de des- peza pertencente ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas	39
N. 45.—FAZENDA.—Em 7 de Fevereiro de 1862.— Sobre loterias extrahidas em favor do Monte- pio geral de economia dos Servidores do Es- tado.....	"
N. 46.—GUERRA.—Aviso de 7 de Fevereiro de 1862.— Determinando o modo, por que deve ser es- cripturado o saldo existente na caixa da En- fermaria Militar, quando fôr accumulado do exercicios anteriores, e quando pertencer á se- mestre proximo.....	40
N. 47.—FAZENDA.—Em 8 de Fevereiro de 1862.— Censura á mal entendida benevolência havida em um concurso para provimento de lugares de Praticantes de uma Thesouraria.....	41
N. 48.—FAZENDA.—Em 10 de Fevereiro de 1862.— Accumulação de vencimentos de um Commis- sario aposentado do numero de Não é de Ad- ministrador do Correio em exercicio.....	"
N. 49.—ESTRANGEIROS.—Em 11 de Fevereiro de 1862.—Applica aos Empregados deste Minis- terio as disposições da Provisão de 29 de Ja- neiro de 1812, que regula o nojo e gala que devem ter os Officiaes de Fazenda.....	42
N. 50.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Fevereiro de 1862. Resolve duvidas á respeito do que se deve fazer para o julgamento da suspeição dos Juizes do Direito	43
N. 51.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Fevereiro de 1862. Ao Presidente da Provincia do Piauhv.—Re- solve duvida a respeito da prestação de fiança.	44
N. 52.—FAZENDA.—Em 12 de Fevereiro de 1862.— Os prazos marcados para satisfazer obrigações contão-se pela maneira estabelecida na Ord. Liv. 3.º Tit. 13	"
N. 53.—FAZENDA.—Em 12 de Fevereiro de 1862.— Os Guardas da Alfandega não podem servir, ainda em commissão, os empregos do Admi- nistrador e Escrivão de Mesas de Rendas....	45
N. 54.—FAZENDA.—Em 13 de Fevereiro de 1862.— Os pontos dados nos exames para o provimento dos empregos de Fazenda devem ser taes que por elles se possa aquilatar a aptidão dos exa- minandos	46

N. 53.— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1862.— Sello de requerimento, licenças e dispensas temporarias dos Officiaes, inferiores e mais pra- ças da Guarda Nacional.....	46
N. 56.— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1862.— Os terrenos de marinhas só se concedem ás Ca- maras Municipaes para logradouros publicos .	47
N. 57.— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1862.— Deducção da porcentagem dos Empregados das Alfandegas, Recebedoria, e Juizo dos Feitos da Corte que deixão de ter exercicio durante o mez.....	48
N. 58.— FAZENDA.— Em 14 de Fevereiro de 1862.— Disparidade encontrada entro as tres notas do despacho de mercadorias nas Alfandegas.....	»
N. 59.— IMPERIO.— Aviso de 14 de Fevereiro de 1862. Ao Presidente da Provincia de S. Pedro, com- municando as observações da Secção dos Ne- gocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as Leis Provinciaes adoptadas na sessão de 1859.	49
N. 60.— IMPERIO.— Aviso de 15 de Fevereiro de 1862. Ao Arcebispo da Bahia communicando que o Governo não está autorizado para conceder jubilação a um lente do Seminario archiepis- copal.....	51
N. 61.— FAZENDA.— Em 15 de Fevereiro de 1862.— Assentamento dos fóros de terrenos de marinhas dado o caso de divisão do aforamento	52
N. 62.— FAZENDA.— Circular em 15 de Fevereiro de 1862.— Dos manifestos escriptos em portuguez não ha que exigir a traducção ou copia fiel .	»
N. 63.— MARINHA.— Aviso de 15 de Fevereiro de 1862. Manda observar Instrucções para o exame e verificação das contas de despezas, a que se refereem os §§ 5.º e 2.º dos arts. 5.º e 2.º do Regulamento e Decreto n.º 1.739 de 26 de Março de 1856.....	53
N. 64.— FAZENDA.— Circular de 17 de Fevereiro de 1862.— Cohança de emolumentos das certi- dões passadas pelas Repartições de Fazenda..	54
N. 65.— FAZENDA.— Circular de 17 de Fevereiro de 1862.— Como devem ser contados os termos assignados para a satisfação de obrigações im- postas	55
N. 66.— FAZENDA.— Em 17 de Fevereiro de 1862.— Bandeira sob a qual devem ser navegadas as mercadorias do porto do Pará para Loreto por conta da Republica Peruana	

- N. 67.—FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1862. —
Apprehensão e julgamento de mercadorias sub-
trahidas ao pagamento dos direitos..... 56
- N. 68.—FAZENDA.—Em 17 de Fevereiro de 1862.—
Não se liquida a divida de exercicio findo pro-
veniente do meio soldo enquanto a pensionista
não apresentar o titulo da pensão..... 57
- N. 69.—FAZENDA.—Em 18 de Fevereiro de 1862. —
Sobre o pagamento do imposto de ancoragem. 58
- N. 70.—MARINHA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.
Amplia o disposto no Aviso de 26 de Novembro
de 1859, declarando não estar comprehen-
didas nas suas prescripções as contas dos En-
carregados do Corpo de Fazenda, cujos inven-
tarios tenham sido feitos dentro do ultimo tri-
mestre do anno financeiro: e bem assim as
dos Cirurgiões, Pharmaceuticos, Machinistas, e
Mestres dos Navios da Armada e Estabeleci-
mentos de Marinha..... 59
- N. 71.—MARINHA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.
Manda observar Instruções para o serviço dos
Pharões e Pharoteles do Imperio 59
- N. 72.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Fevereiro de 1862.
Ao Presidente da Junta de Qualificação da Pa-
rochia de Santa Anna desta cidade, declarando
que o membro da Junta substituido deve ser
admittido a reassumir o seu lugar logo que
se apresente..... 63
- N. 73.—FAZENDA.—Em 19 de Fevereiro de 1862.—
Reexportação e Baldeação de mercadorias no
porto do Pará com destino á Republica do
Perú..... 63
- N. 74.—FAZENDA.—Em 20 de Fevereiro de 1862.—
Não é licito ampliar ás irmãs dos Officiaes
da Armada que se casão o Monte Pio con-
cedido ás filhas dos mesmos Officiaes..... 64
- N. 75.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Fevereiro de 1862.
Ao Presidente da Provincia de S. Paulo com-
municando a approvação das eleições de Ve-
readores e Juizes de Paz feitas nas parochias
de S. Bernardo e Santa Iphigenia, do Muni-
cipio da Capital, e resolvendo duvidas sobre
a incompatibilidade do cargo de Juiz de Paz
com o de Thesoureiro de Fazenda para a pre-
sidencia da mesa parochial..... 65
- N. 76.—GUERRA.—Aviso de 22 de Fevereiro do 1862.
Determinando que seja indemnizada a caixa de
economias licitas da despesa feita com o enter-

- ramento de uma praça, recolhendo-se o que se apurar do seu espólio, como bens de defuntos e ausentes, aos cofres da Thosouraria de Fazenda á qual cumpre pagar a despeza legal de sepultura e encommendação, segundo a taxa estabelecida pela Constituição do respectivo Bis-pado 67
- N. 77.—GUERRA.—Circular de 24 de Fevereiro de 1862.—A's Provincias onde ha Conselhos Ad-ministrativos.—Mandando restabelecer o uso dos botões lisos no fardamento dos corpos do Exercicio em substituição aos de numeros.... »
- N. 78.—FAZENDA.—Em 24 de Fevereiro de 1862.—Sello a que estão sujeitas as dispensas de pregação..... 68
- N. 79.—FAZENDA.—Circular de 25 de Fevereiro de 1862.—Sobre o lugar em que se deve pagar a siza de bens de raiz transferidos em arrema-tações e outros actos judiciaes, &c..... »
- N. 80.—FAZENDA.—Em 26 de Fevereiro de 1862.—Observancia da marcha dos recursos das deci-sões das Alfandegas e da ordem dos processos que correm pelas mesmas Repartições..... 69
- N. 81.—GUERRA.—Aviso de 26 de Fevereiro de 1862. Declarando que os voluntarios e engajados tem direito á meio soldo, ou soldo integral, cor-respondente á praça de soldado da arma, em que se alistão ou engajão..... 70
- N. 82.—GUERRA.—Aviso de 26 de Fevereiro de 1862. Mandando abonar ao Capitão Ajudante do Di-rector do Laboratorio Pyrotechnico do Cam-pinho o soldo e vantagens de Engenheiro em commissão activa, que percebia anteriormente á publicação do Regulamento de 28 de Feve-reiro de 1861, visto haver ficado prejudicado com os vencimentos marcados por esse Regu-lamento..... »
- N. 83.—GUERRA.—Aviso de 27 de Fevereiro de 1862. Mandando considerar permanentes as disposi-ções do Aviso de 19 de Maio de 1859, conce-dendo vantagens de Estado Maior de segunda classe ao official encarregado do expediente da Fortaleza de Santa Cruz, e a gratificação men-sal de réis 12\$000 ao inferior ou cadete que servir de amanuense..... 71
- N. 84.—FAZENDA.—Em 27 de Fevereiro de 1862.—A restituição do imposto do sello da transfe-rencia de um escravo tem lugar depois de an-

	PAGS.
nullado pelo Poder Judiciario o tiulo da trans- ferencia.....	71
N. 85.—FAZENDA.—Circular de 28 de Fevereiro de 1862.—Pedindo informações sobre o imposto de casas de leilão e modas.....	72
N. 86.—GUERRA.—Aviso de 28 de Fevereiro de 1862.— Ao Ministro da Justiça communicando a expedi- ção do Aviso circular desta mesma data, no qual se ordena ás Presidencias das Provincias, que sejam recebidos nos hospitaes e enferma- rias militares os cornetas, clarins e tambores da Guarda Nacional, que não tiverem meios de tratar-se, quando doentes.....	73
N. 87.—GUERRA.—Circular de 28 de Fevereiro de 1862.—Circular determinando que sejam rece- bidos nos hospitaes e enfermarias militares os cornetas, clarins, e tambores da Guarda Na- cional, que não tiverem meios de tratar-se quando doentes.....	"
N. 88.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Março de 1862.— Ao Presidente de S. Paulo communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre os factos que se derão na apuração geral dos votos para membros da Assembléa Legislativa da mesma Provincia no 1.º e 2.º districto eleitoral.....	74
N. 89.—GUERRA.—Circular do 1.º de Março de 1862. Estabelecendo o modo de proceder-se a respeito da abertura dos volumes, remettidos de umas para outras Provincias, com objectos de far- damento ou de material de guerra.....	76
N. 90.—GUERRA.—Aviso de 3 de Março de 1862.— Solicitando a expedição das necessarias ordens para que a Thesouraria de Fazenda da Pro- vincia de Mato Grosso, de accordo com a res- pectiva Presidencia, observe as Instrucções de 8 de Novembro de 1858, a fim de que sejam removidos os embaraços, que resultão do atrazo de pagamentos ás forças disseminadas fóra da Capital.....	77
N. 91.—IMPERIO.—Aviso de 3 de Março de 1862.— Ao Juiz de Paz mais votado da parochia de Guaratiba exigindo informação sobre o propo- sito que se lhe attribue de estorvar a eleição de Juiz de Paz, e determinando o procedimento que deve ter quando elle e os seus immediatos estão impedidos para fazer as convocações para a dita eleição.....	78

	PAGS.
N. 92.—FAZENDA.—Em 3 de Março de 1862.—As notas para despachos de mercadorias devem conter todos os requisitos e solemnidades exigidas	78
N. 93.—FAZENDA.—Em 3 de Março de 1862.—Acerca da constitucionalidade do acto das Assembléas Provinciaes lançando impostos sobre as Caixas Filiaes do Banco do Brasil	79
N. 94.—FAZENDA.—Em 3 de Março de 1862.—Compete ás Thesourarias arrendar os Proprios Nacionaes existentes na Provincia e desnecessarios ao serviço publico	80
N. 95.—FAZENDA.—Em 5 de Março de 1862.—Sobre a fiança que, na fórma do Regulamento, devem prestar os Empregados das Alfandegas designados para Administrador e Escrivão das Mesas de Rendas subordinadas ás Alfandegas	»
N. 96.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 5 de Março de 1862.—Manda que os officios ao Governo que acompanharem requerimentos de particulares, informando-os, sejam enviados ao Correio, onde os interessados irão pagar o respectivo porte...	81
F. 97.—FAZENDA.—Circular em 6 de Março de 1862.—Descontos em certos casos nos vencimentos dos Empregados do Ministerio da Marinha	82
N. 98.—FAZENDA.—Em 7 de Março de 1862.—Que a observação 2. ^a no art. 58, § 1. ^o , do Regulamento do sello só manda dobrar a taxa de cem réis e não tem applicação aos papeis a que se refere a observação 2. ^a	»
N. 99.—FAZENDA.—Em 7 de Março de 1862.—Os dinheiros de Orphãos e os respectivos juros passão para o cofre de bens de ausentes desde o dia do fallecimento do orphão	83
N. 100.—FAZENDA.—Em 8 de Março de 1862.—Da decisão do Tribunal do Thesouro só ha recurso para o Conselho de Estado nos casos previstos no art. 28 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859	»
N. 101.—IMPERIO.—Aviso de 10 de Março de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Sergipe approvando a sua decisão, de não poder fazer parte da turma dos cidadãos votados para Juizes de Paz, convocados na falta de eleitores para a organização da Mesa Parechial, o individuo que tivera votos para Juiz de Paz em tempo em que estava pronunciado por crime de peculato.	84

	PAGS.
N. 102.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1862.— E' inconstitucional o imposto de importação do estrangeiro ou de outra Provincia, sendo lançado pelas Assembléas Provinciaes	85
N. 103.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1862.— Inconstitucionalidade da criação de certos im- postos sendo creados pelas Assembléas Provin- ciaes	86
N. 104.—FAZENDA.—Circular em 11 de Março de 1862.—Occasião em que devem ser sellados os requerimentos, memorias e memoriaes	
N. 105.—FAZENDA.—Circular em 12 de Março de 1862.—Remessa ao Thesouro de relação dos restos a pagar dos exercicios de 1859 a 1861.	87
N. 106.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Março de 1862.— Ao Presidente da Junta de Qualificação da Pa- rochia de Santa Anna, sobre a falta das decla- rações exigidas nas listas dos cidadãos nova- mente incluídos e excluídos da qualificação de votantes, e das remessas das listas parciaes dos districtos e quarteirões	89
N. 107.—GUERRA.—Aviso de 13 de Março de 1862.— Marcando as vantagens, que competem ao Agente do Laboratorio do Campinho.....	90
N. 108.—FAZENDA.—Em 14 de Março de 1862.— Sobre impostos lançados pelas Assembléas Pro- vinciaes sobre as Caixas Filiaes do Banco do Brasil.....	
N. 109.—FAZENDA.—Em 14 de Março de 1862.— Os terrenos á margem dos rios Bucaraim e Caixocira em Santa Catharina <u>impropriamente</u> se podem denominar de marinhas	91
N. 110.—FAZENDA.—Em 15 de Março de 1862.— Os objectos importados pelo Governo do Perú não estão sujeitos á prestação de caução na Alfandega do Pará	
N. 111.—FAZENDA.—Em 15 de Março de 1862.— A taxa dos fundos publicos deve ser calculada pela cotação média do dia em que tiver lugar a transacção delles	92
N. 112.—GUERRA.—Aviso de 15 de Março de 1862.— A' Presidencia da Provincia do Ceará, decla- rando que sómente ao official, que se achar com parte de doente, convenientemente ates- tada, serão fornecidos os medicamentos, de que necessitar, á vista das receitas do Cirurgião do Exercito que o estiver tratando.....	93

	PAGS.
N. 113.—GUERRA.—Aviso de 17 de Março de 1862.— A' Presidencia da Provincia da Parahyba, de- clarando que jámais devem ser votados para Agentes dos Conselhos economicos os subal- ternos, que estiverem exercendo o cargo de commandantes de companhias	93
N. 114.—FAZENDA.—Em 17 de Março de 1862.— Sobre multa e apprehensão de objectos não in- cluidos no manifesto da carga do navio ou na lista dos sobresalentes	94
N. 115.—FAZENDA.—Em 18 de Março de 1862.— A isenção de direitos de objectos importados para Companhias que gozão desse favor, só pôde ter lugar por ordem do Ministerio da Fazenda.	95
N. 116.—MARINHA.—Aviso de 18 de Março de 1862.— Augmenta com vinte por cento as taxas, que pelo serviço da Praticagem percebem os Praticos da barra e bahia de S. Marcos, em virtude do Aviso regulamentar de 19 de Dezembro de 1854	
N. 117.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Resolve diversas duvidas sobre a exe- cução dos Estatutos da Companhia de Seguros Fidelidade, desta Côte, e bem assim ácerca da applicação da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860 e seus regulamentos ás Companhias de semelhante natureza	96
N. 118.—FAZENDA.—Em 21 de Março de 1862.—Os Praticantes das Thesourarias podem ser ad- mittidos a exame ainda que não tenham um anno de pratica	97
N. 119.—FAZENDA.—Em 21 de Março de 1862.—Quaes os papeis sujeitos ao sello fixo que o podem pagar depois da informação ou despacho que não seja definitivo	98
N. 120.—FAZENDA.—Em 21 de Março de 1862.—Sello dos requerimentos dos Officiaes e praças do Exercito e Armada, de Corpos Policiaes e da Guarda Nacional destacada	99
N. 121.—GUERRA.—Circular de 22 de Março de 1862.— Mandando fornecer aos recrutas, durante o ensino, um bonet redondo singelo de panno e sem pala, devendo tão sómente, quando pas- sarem a promptos, receber o do Corpo a que pertencerem	
N. 122.—FAZENDA.—Circular em 26 de Março de 1862.—Quando são sujeitos á taxa do sello os conhecimentos de pagamento de impostos	100

	PAGS.
N. 123.—FAZENDA.—Em 26 de Março de 1862.— As petições submittidas á despachos no Fóro devem e em que época pagar com réis de sello sendo escriptas em papel de dimensões ordi- narias.....	100
N. 124.—FAZENDA.—Circular em 28 de Março de 1862.—Declarações que se devem fazer nas or- dens expedidas concedendo passagens de Es- tado e transporte de cargas por conta do Go- verno.....	101
N. 125.—FAZENDA.—Em 28 de Março de 1862.—Ne- nhum pagamento se deve fazer a procurador que não se apresente legalmente habilitado..	
N. 126.—FAZENDA.—Em 29 de Março de 1862.—Casos em que póde ter lugar o recurso das decisões arbitraes nas Alfandegas do Imperio.....	102
N. 127.—GUERRA.—Aviso de 29 de Março de 1862.— Solicitando providencias do Ministerio da Fa- zenda para que na Alfandega da Côte sejam entregues, independentemente de novas ordens, todos os volumes que de paizes estrangeiros vierem com destino a este Ministerio.....	
N. 128.—IMPERIO.—Aviso de 31 de Março de 1862.— Ao Director da Faculdade de Direito do Re- cife, declarando o Decreto n.º 2.879 de 23 de Janeiro ultimo, que estabelece a incompatibili- dade dos Lentes parentes, nas votações sobre negocios particulares.....	103
N. 129.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 2 de Abril de 1862.—Ex- plica o espirito dos Avisos expedidos sobre a questão da tomada de contas da estrada de ferro de Pernambuco.....	104
N. 130.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 2 de Abril de 1862.—Recom- menda que nenhum transporte gratuito se faça de objectos para uso particular dos empregados da Companhia da estrada de ferro de Pernam- buco, qualquer que seja o seu volume, sem o competente — passe —, ou permissão por es- cripto	106
N. 131.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 3 de Abril de 1862.—Permitte que se ponha em execução, até ulterior delibe- ração, o regulamento e tarifas organisadas para a estrada de ferro de Pernambuco pelo respec- tivo Engenheiro Fiscal	107
N. 132.—GUERRA.—Aviso de 3 de Abril de 1862.—	

	PAGS.
Transferindo para o Agente de compras ultima- mente nomeado para o Laboratorio do Campi- nhe, o abono da consignação mensal, que rece- bia o respectivo Almoxarife.....	107
N. 133.—IMPERIO.—Aviso de 4 de Abril de 1862.— Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo approvando a sua decisão, de não lhe competir o voto de qualidade nas votações por escrutínio secreto.....	108
N. 134.—IMPERIO.—Aviso de 4 de Abril de 1862.— Ao Director da Faculdade de Direito de S. Pau- lo, approvando a sua deliberação de mandar matricular um estudante, que estava sujeito a processo academico, mas no qual não havia ain- da sentença.....	»
N. 135.—FAZENDA.—Circular em 4 de Abril de 1862.—Os Collectores e Administradores são competentes para deferir juramentos aos res- pectivos Escrivães.....	109
N. 136.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 4 de Abril de 1862.—Declara que para ser aberta ao trafego qualquer secção de estrada de ferro, deve a porção della feita ter pelo menos tres leguas de 18 ao grão ..	»
N. 137.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 5 de Abril de 1862.—Declara que o Governo estude os meios de empregar os operarios da estrada de ferro na abertura de estradas vicinaes para communicar os cen- tros productores de assucar com a via ferrea, e de formar ao longo da estrada colonias agri- colas de nacionaes e estrangeiros.....	110
N. 138.—JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Abril de 1862.— Declara em que casos póde ser de novo no- meado Official da Guarda Nacional o individuo que teve baixa do posto, nos termos do art. 66 da Lei de 19 de Setembro de 1860.....	111
N. 139.—JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Abril de 1862.— Declara como se devem effectuar as passagens dos Officiaes da Guarda Nacional, de umas para outras companhias, quando mudados de resi- dencia, ou a tiverem fóra do districto das res- pectivas companhias.....	112
N. 140.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Abril de 1862.— Ao Presidente da Provincia de S. Pedro, appro- vando as decisões que deu á Camara Municipal da Cidade do Rio Grande ácerca dos votos dados para Membros da Assembléa Legislativa Provin-	

	PAGS.
cial por eleitores ainda não approvados pela Camara dos Deputados.....	112
N. 141.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Abril de 1862.—Ao Presidente da Provincia da Parahyba desapprovando a decisão, pela qual declarou que um vigario, fóra do serviço do seu cargo por motivo de molestia, podia exercer as funcções de Vereador	113
N. 142.—FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1862. — Ao Juiz de Direito quando em exercicio interino de Desembargador compete sómente o ordenado de seu lugar e a gratificação do que estiver exercendo	114
N. 143.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862.—Sobre importação e transito de mercadorias pelas fronteiras da Provincia do Rio Grande do Sul.....	115
N. 144.—FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1862. — Sobre a incompetencia do Juizo Municipal para expedir precatório de levantamento de bens de heranças jacentes, reconhecendo e firmando direitos e obrigações pertencentes ás mesmas heranças	116
N. 145.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862. — Nas letras de moratoria devem ser incluídas as despesas judiciaes e os juros até final pagamento ..	
N. 146.—FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1862.—A Ill. ^{ma} Camara Municipal da Côrte só pôde aforar terrenos propriamente de marinhãs	117
N. 147.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 8 de Abril de 1862.—Declara que ao Governo não assiste o direito de autorisar, sem o consenso do Corpo Legislativo, o emprego de qualquer quantia, que pôde ser considerada muito ordinaria ou extraordinaria da Companhia em beneficio do Monte Pio dos empregados e operarios da estrada de ferro de D. Pedro II.....	118
N. 148. — FAZENDA. — Circular em 9 de Abril de 1862.—Cobrança dos impostos devidos pelas patentes dos militares reformados.....	
N. 149.—FAZENDA. — Em 11 de Abril de 1862. — Sobre o pagamento de fóros de terrenos de marinhãs occupados pela Fazenda Provincial e Camaras Municipaes	119-
N. 150.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Abril de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo, communicando a deliberação que tomou o Governo Imperial ácerca de algumas Leis da res-	

	PAGS.
pectiva Assembléa Legislativa, que merecêrão reparo da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.....	120
N. 131.—IMPERIO. — Aviso de 11 de Abril de 1862 — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, communicando a deliberação que tomou o Go- verno Imperial ácerca de algumas Leis da res- pectiva Assembléa Legislativa que parecem exor- bitantes de suas attribuições.....	121
N. 132.—JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Abril de 1862.— Declara que os Presidentes de Provincia não podem, nem interinamente, prover lugares, que teem substitutos marcados em Lei.....	
N. 133.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 12 de Abril de 1862.— Declara que á Directoria da Companhia da estrada de ferro de Pernambuco compete providenciar so- bre o levantamento dos fundos necessarios para continuação da estrada além do termo das primeiras vinte leguas, e que o Governo não se sobrecarregue com nova garantia de juros..	122
N. 134.—FAZENDA. — Em 14 de Abril de 1862.— Caso de admissão de pessoas estranhas ás The- sourarias de Fazenda nos concursos para o pro- vimento dos respectivos lugares superiores...	123
N. 135.—FAZENDA. — Circular em 15 de Abril de 1862.— Manda cessar a pratica da remessa de copias dos manifestos e despachos das embarca- ções aos Consules do Imperio nos portos es- trangeiros	
N. 136.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Abril de 1862.— Ao Director da Faculdade de Direito de S. Pau- lo, determinando que sejam cobrados na res- pectiva Repartição de Fazenda, e não na Secre- taria da Faculdade, os emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos.....	124
N. 137.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Abril de 1862.— Ao Presidente da Provincia das Alagoas, com- municando a Resolução Imperial sobre as ques- tões que se lhe offerecem na verificação dos po- deres dos Membros da respectiva Assembléa Legislativa, pelo facto de terem algumas Cam- aras Municipaes apurado votos de eleitores, cuja eleição foi posteriormente annullada pela Camara dos Deputados.....	125
N. 138.—GUERRA.—Circular ás Presidencias do Pará, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso em 16 de Abril de 1862. — Para que, em attenção ás cir-	

- cumstancias do Thesouro Nacional, inspecção-
 nem pessoalmente os respectivos Arsenaes de
 Guerra, fixando de accordo com os Directores
 o numero de operarios a que deve ficar redu-
 zida cada officina, o qual não poderá ser aug-
 mentado sem autorisação do Governo Imperial,
 devendo mandar suspender qualquer jornal
 aos aprendizes, com excepção dos das officinas
 de coronheiros, espingardeiros e construcção de
 reparos 128
- N. 159.— GUERRA.—Aviso de 16 de Abril de 1862.—
 Mandando cessar, em presença dos apuros do
 Thesouro Nacional, a despeza com os apren-
 dizes das officinas, exceptuando porém os das
 de Espingardeiros, Coronheiros e Construcção
 de reparos, que poderá incluir em folha com
 pequenas retribuições, cumprindo-lhe, quanto
 aos operarios em geral, restringir-se ao nú-
 mero designado nas ferias da 2.^a quinzena do
 mez de Novembro do anno passado, reduzindo
 ainda a 10 ou menos o das officinas de pintores.
- N. 160.— GUERRA.—Aviso de 16 de Abril de 1862.—
 Ordenando que informe sobre as despesas,
 plantio e estado dos edificios do Estabelec-
 imento a seu cargo, e que remetta no fim de
 cada mez á Directoria Geral de Contabilidade
 deste Ministerio um relatorio circunstanciado
 dos trabalhos que forem executados no seu
 decurso 129.
- N. 161.— FAZENDA.—Em 16 de Abril de 1862.—
 Multa por contravenção dos §§ 1.^o e 6.^o do art.
 369 do Regulamento das Alfandegas de 19 de
 Setembro de 1860. 130
- N. 162.— FAZENDA.—Em 16 de Abril de 1862.— Os
 Consules estrangeiros não gozão das regalias
 concedidas pelo Regulamento das Alfandegas
 aos Agentes Diplomaticos.
- N. 163.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU-
 Blicas.—Em 16 de Abril de 1862.—Recom-
 menda que na prisão dos machinistas da Com-
 panhia da estrada de ferro de Pernambuco se
 proceda com a maior circumspecção. 131
- N. 164.— IMPERIO.—Aviso de 21 de Abril de 1862.—
 Ao Presidente da Provincia da Parahyba com-
 municando a deliberação que tomou o Gover-
 nō acerca de algumas Leis da mesma Provin-
 cia promulgadas no anno passado. 132
- N. 165.— GUERRA.—Aviso de 22 de Abril de 1862.—

- Declarando que os recrutadores, ainda mesmo depois de findo o prazo fixado para o preenchimento do numero de recrutas, tem direito á gratificação marcada no Decreto n.º 2.821, de 21 de Agosto de 1861 enquanto forem apresentando individuos para a praça..... 133
- N. 166. — GUERRA. — Aviso de 22 de Abril de 1862. — ordenando que os recrutadores Provinciales, nomeados anteriormente ao Decreto n.º 2.821 de 12 de Agosto de 1861, sejam pagos conforme o Regulamento do 1.º de Maio de 1858, cessando logo as suas funcções, para que se cumprão as disposições daquelle Decreto reiteradas no Aviso Circular de 11 de Novembro do mesmo anno .
- N. 167. — FAZENDA. — Circular em 22 de Abril de 1862. — Sello de inquirição de testemunhas e de petições juntas aos respectivos processos... 134
- N. 168. — FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1862. — Os Agentes Consulares estrangeiros, na fórma do § 8.º do art. 312 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não podem gozar de isenções o regalias como Agentes Diplomaticos....
- N. 169. — FAZENDA. — Em 23 de Abril de 1862. — Sobre intimação ás partes das decisões em materia das Alfandegas, e sobre pagamento de direitos de mercadorias despachadas quando se executa nova tarifa..... 133
- N. 170. — GUERRA. — Aviso de 23 de Abril de 1862. — Mandando abonar ao Agente do Laboratorio do Campinho a gratificação mensal de réis 20\$000 marcada no art. 45 do Regulamento de 30 de Janeiro do anno proximo passado, por estar exercendo tambem o lugar de Agente da Enfermaria..... 136
- N. 171. — FAZENDA. — Em 24 de Abril de 1862. — A cobrança dos emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos das Faculdades de Direito passa a verificar-se pelas Repartições Fiscaes..... 137
- N. 172. — FAZENDA. — Circular em 25 de Abril de 1862. — Remessa ao Thesouro de relações semestrais dos Empregados pagos pelas Thesourarias.....
- N. 173. — GUERRA. — Circular de 25 de Abril de 1862. — Determinando que a calça de paño azul, que se fornece ás praças dos Corpos montados do Exercito, tenha a duração de seis mezes em lugar de um anno..... 139
- N. 174. — FAZENDA. — Em 25 de Abril de 1862. — A

	PAGS.
emancipação de africanos livres pertence ao Mi- nisterio da Justiça	139
N. 175.—FAZENDA.—Em 25 de Abril de 1862.—As licenças concedidas pelas Capitania dos Portos na fôrma do art. 76 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis.	»
N. 176.—FAZENDA.—Em 26 de Abril de 1862.— Que não se deve cobrar dous sellos, um do re- querimento e outro da certidão nelle passada.	140
N. 177.—FAZENDA.—Em 26 de Abril de 1862.— Sobre pagamento de meia siza de escravos per- tencentes a uma sociedade dissolvida e transfe- ridos por um socio ao outro	141
N. 178.—IMPERIO.—Aviso de 26 de Abril de 1862.— Ao Vice-Presidente da Provincia de Pernam- buco declarando, quando tem lugar, e quem deve dar instrucções para boa execução das Leis	
N. 179.—MARINHA.—Aviso de 26 de Abril de 1862.— Determina que na Pagadoria da Marinha sejam compensados os alcances dos Commissarios e Fieis do Corpo de Officiaes de Fazenda da Ar- mada, com as quantias que os mesmos tiverem na dita Repartição, provenientes de caução ou suspensão de vencimentos	142
N. 180.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Abril de 1862.— Ao Director da Faculdade de Medicina da Côrte approvando a sua decisão pela qual dis- pensou da frequencia das aulas de pharmacia, e do exame de suas materias a um alumno que é pharmaceutico, e da frequencia da aula de physica e chimica mineral a dous alumnos que já forão approvados nestas materias no 1.º anno do curso de pharmacia.	143
N. 181.—FAZENDA.—Circular em 28 de Abril de 1862.—Pela cessão e traspasso de arrendamento dos predios não se deve siza.	
N. 182.—FAZENDA.—Em 28 de Abril de 1862.— As licenças concedidas pelas Capitania dos Portos na fôrma do art. 76 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis	144
N. 183.—FAZENDA.—Em 28 de Abril de 1862.— Pela cessão e traspasso de arrendamentos de bens de raiz não é devido o imposto da siza.	
N. 184.—FAZENDA.—Em 29 de Abril de 1862.— Sobre o não cumprimento de um precatório,	

	PAGS.
para levantamento de uma herança jacente, por irregularidades encontradas no processo de habilitação	145
N. 185.—FAZENDA.—Em 29 de Abril de 1862.—Da decisão arbitral não ha recurso, excepto o do art. 764, § 2.º do Regulamento das Alfandegas.....	146
N. 186.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 30 de Abril de 1862.—Declara que não pôde ser levado a effeito a construção do ramal projectado entre a estação da estrada de ferro de D. Pedro II, no Campo de Santa Anna e a Prainha	
N. 187.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Maio de 1862.—Ao Director da Faculdade de Medicina desta cidade declarando que os estudantes das Faculdades de Medicina devem estudar e fazer exame naquella em que se tiverem matriculado.	147
N. 188 —IMPERIO.—Aviso de 2 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão, declarando que são válidos os trabalhos da Junta de Qualificação de votantes da parochia de Burity, feitos sob a presidencia de um Juiz de Paz, cuja eleição foi annullada depois da conclusão delles.....	148
N. 189.—FAZENDA.—Em 2 de Maio de 1862.—Valor sobre que se deve calcular a importancia da taxa de legados deixados em usufructo.....	
N. 190.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Portaria de 3 de Maio de 1862.—Recommenda á Ill.ª Camara a observancia, por parte de seus Agentes, das posturas relativas á limpeza da cidade.....	149
N. 191.—IMPERIO.—Aviso de 5 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão sobre a continuação do exercicio de Vereador e Juizes de Paz do quadriennio findo, e validade dos actos praticados pelos novos funcionarios antes de constar a annullação de sua eleição.....	150
N. 192.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso, communicando os reparos feitos pela Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre algumas Leis Provinciaes do anno passado, e sua remessa á Camara dos Deputados.....	151
N. 193.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Piauihy approvando a sua deliberação de mandar eliminar da lista	

	PAGS.
dos Juizes de Paz da parochia de Pedro II a um cidadão eleito para este cargo, por não ter a idade exigida pela Lei.....	152
N. 194.—FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1862.—Certidões lavradas em autos que estão sujeitos ao sello das certidões em geral.....	153
N. 195.—FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1862.—As Assembléas Provinciaes não podem crear impostos de importação.....	
N. 196.—FAZENDA.—Em 7 de Maio de 1862.—Computação do fundo disponível do Banco do Brasil em relação ás suas Caixas filiaes.....	155
N. 197.—MARINHA.—Aviso de 7 de Maio de 1862.—Declara que sómente o Quartel General, na Côrte, e os Commandantes das Estações Navaes, nas provincias, são competentes para conceder a seus subordinados licença até quinze dias, afim de se tratarem em suas casas.....	156
N. 198.—JUSTIÇA.—Aviso de 8 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que as Assembléas Provinciaes não podem crear officios de avaliadores.....	
N. 199.—JUSTIÇA.—Aviso de 10 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que uma Comarca só se considera installada depois que o Juiz de Direito houver prestado juramento e entrado no exercicio de suas funções, e fôr marcado por Decreto o ordenado do Promotor Publico.....	157
N. 200.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que o Decreto de 5 de Novembro de 1856 em nada alterou as disposições dos arts. 165 § 2.º do Código do Processo, e 94 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.....	158
N. 201.—FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1862.—As gratificações concedidas por commissões temporarias não são sujeitas a direitos de cinco por cento.....	
N. 202.—FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1862.—Quaes as gratificações por serviço publico que estão sujeitas ao imposto de cinco por cento.....	159
N. 203.—FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1862.—Os provimentos interinos de Officiaes de Justiça estão sujeitos aos novos e velhos direitos pagos integralmente.....	160
N. 204.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 14 de Maio de 1862.—De-	

	PAGS.
clara que não é applicavel aos individuos, que fazem escavações na praia — Piripiri e Engenho Lisboa — para tirar arêa, a disposição do art. 27 do Regulamento n.º 1.930 de 26 de Abril de 1857.....	161
N. 205.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 15 de Maio de 1862.—Declara que o Governo Imperial não aceita a clausula proposta pelo Presidente da Companhia da estrada de ferro da Bahia, para a nomeação de um arbitro pelo Presidente da Companhia da via ferrea de Oeste ou seu successor, antes prefere, em caso de duvidas adherir á condição 33 do Decreto n.º 1.299 de 19 de Dezembro de 1853	162
N. 206.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.—Aos Inspectores de Alfandegas, e outros Exactores da Fazenda, quando, fóra da séde do Juizo dos Feitos, forem ás audiencias civis para promover os interesses fiscaes, compete o lugar marcado aos Advogados.....	
N. 207.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.—Não são sujeitos ao sello de requerimentos aquelles em que se pedirem certidões ou attestados.....	163
N. 208.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.—Os requerimentos pedindo certidões não estão sujeitos ao pagamento prévio de sello.....	
N. 209.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.—Não incorre em multa o Empregado que passar certidão no requerimento não sellado em que foi ella pedida	164
N. 210.—GUERRA.—Aviso de 16 de Maio de 1862.—Dispondo que o pessoal das officinas deve limitar-se ao que foi marcado por Aviso de 16 de Abril findo, continuando a ser incluídos em ferias, com um jornal razoavel, como aprendizes mancebos os que estiverem empregados nas officinas.....	165
N. 211.—FAZENDA.—Em 17 de Maio de 1862.—Resolvendo duvidas na cobrança do imposto de 2 % da dizima de chancellaria em vista da Lei de 27 de Setembro de 1860.....	
N. 212.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Pará declarando que o pagamento da congrua ao Vigario da extincta Freguezia de Curuçá, de que trata o Aviso de 4 de Junho do anno passado, deve ser feito até que elle seja collado em outra Igreja ou beneficio ecclesiastico	166

- N. 213.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que, segundo o Aviso de 20 de Agosto de 1851, não compete a um Juiz de Direito annullar um processo, sendo por meio de recurso, e instaurar novo pela razão de haver sido organizado por Juiz incompetente 167
- N. 214.—GUERRA.—Aviso de 19 de Maio de 1862.—Determinando que os vivos das fardas do Corpo de Artilharia do Amazonas sejam d'ora em diante de côr carmesim, em vez de azul claro de que usão 168
- N. 215.—GUERRA.—Em 19 de Maio de 1862.—Declarando que aos Facultativos encarregados das enfermarias militares compete a extracção de dentes, das praças que necessitarem dessa operação 168
- N. 216.—FAZENDA.—Em 20 de Maio de 1862.—A meia siza da transferencia de escravos deve ser paga na Estação do lugar onde fôr lavrada a respectiva escriptura 169
- N. 217.—FAZENDA.—Em 20 de Maio de 1862.—A meia siza da transferencia de escravos a título oneroso deve ser paga na Estação Fiscal do lugar em que se lavar a escriptura 169
- N. 218.—FAZENDA.—Em 21 de Maio de 1862.—Formalidade que se deve guardar nas desapropriações por utilidade publica 170
- N. 219.—FAZENDA.—Circular em 21 de Maio de 1862 — Descontos das gratificações e porcentagens do exercicio effectivo nos dias santos e feriados intercalados entre os dias de falta que o Empregado der 170
- N. 220.—FAZENDA.—Em 21 de Maio de 1862.—A doutrina do Decreto de 31 de Março de 1860, com referencia ao art. 43 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, não é applicavel ás gratificações dos Empregados da Secção de Substituição da Caixa da Amortização 171
- N. 221.—FAZENDA.—Em 23 de Maio de 1862.—Resolve duvidas sobre a liquidação, reconhecimento e inscripção de dividas passivas do Estado anteriores ao anno de 1827 171
- N. 222.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Maio de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, approvando a decisão que deu, de dever ser convocado para o Conselho Municipal de Recurso da Limeira o

	PAGS.
Vereador immediato em votos ao Presidente da Camara Municipal	174
N. 223.—GUERRA.—Aviso de 27 de Maio de 1862.—Mandando entregar ao Agente de compras do Arsenal de Guerra da Córte a importancia dos descontos que se houverem de fazer nos jornaes dos Artifices destacados no Laboratorio do Campinho : &c.	
N. 224.—GUERRA.—Aviso de 27 de Maio de 1862.—Aprovando o jornal, que propõe para os Aprendizizes, que passarão na qualidade de mancebos das Companhias de menores para o Corpo de Artifices, cumprindo que se lhes dê a designação de mancebos Aprendizizes	175
N. 225.—FAZENDA.—Em 27 de Maio de 1862.—Não se dá substituição entre os Officiaes e Amanuenses da Secretaria de uma Thesouraria de 1. ^a Ordem	
N. 226.—FAZENDA.—Em 27 de Maio de 1862.—Não são sujeitas a direitos de 5 % as gratificações temporarias por serviços extraordinarios.	176
N. 227.—FAZENDA.—Circular em 27 de Maio de 1862.—Empregos das Thesourarias nos quaes tem lugar a substituição do serventuario effectivo impedido	
N. 228.—FAZENDA.—Em 27 de Maio de 1862.—Que o Patrão de um escaler do serviço do Estado, em tratamento na enfermaria militar, não tem direito a percepção dos seus vencimentos.	177
N. 229.—FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1862.—As obras que se fizerem nos proprios nacionaes correm por conta do Ministerio que os tiver a seu serviço.	
N. 230.—FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1862.—As despesas com as obras de que precisarem os proprios nacionaes correm por conta do Ministerio a cujo serviço estiverem os ditos proprios.	178
N. 231.—GUERRA.—Aviso de 28 de Maio de 1862.—Declarando que bem procedeu a Thesouraria da Fazenda em reduzir o vencimento do Artifice Espingardeiro do 1. ^o Regimento de Artilharia a cavallo Luiz Pedro de Souza ao que dispõe a tabella de 28 de Março de 1825	
N. 232.—GUERRA.—Aviso de 30 de Maio de 1862.—Aprovando a providencia tomada pelo Thesouro Nacional quanto a mandar abonar a dous repetidores da Escola Central, que regerão uma cadeira subdividida em duas turmas, os veneci-	

	mentos de repetidores e uma gratificação igual ã de lonte, ficando esta medida estabelecida como regra para casos identicos.....	179
N. 233.	—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.—Não são sujeitos ao sello, para produzirem os seus effeitos, os passes de navios e bilhetes de praticagem da- dos pelas Capitánias dos portos.....	
N. 234.	—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.—Os pas- ses e bilhetes de praticagem, expedidos pelas Capitánias dos portos não estão sujeitos a sello.	180
N. 235.	—FAZENDA. — Em 31 de Maio de 1862.—Sello do requerimentos despachados pelos Juizes de Paz quando apresentados fóra do Juizo dessas autoridades	
N. 236.	—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.—Impres- são de Leis que não prejudicão o privilégio da Typographia Nacional	181
N. 237.	—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.—Proce- dimento que cabe a uma Thesouraria quando lhe forem apresentadas guias de militares com abonos indevidos.....	
N. 238.	—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Aviso de 31 de Maio de 1862.—Man- da estabelecer mais duas paradas na estação de S. Francisco Xavier pelos trens de passageiros n.º 2 e 3 da estrada de ferro de D. Pedro II. ...	182
N. 239.	—GUERRA.—Aviso de 2 de Junho de 1862.— Providenciando quanto á applicação que deve ter o producto do arrendamento de terras per- tencentes ao Presidio de Fernando de Noro- nha, autorisado por Aviso de 15 de Dezembro de 1859	183
N. 240.	—JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Junho de 1862. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geracs.— Declara que o Juiz absolvido não necessita ver decorridos os oito dias, que a parte accusadora tem para appellar, a fim de que possa entrar em exercicio	
N. 241.	—JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que ao Juiz Municipal, na revisão da pronun- cia dos processos crimes, cumpre sómente sanar as faltas que induzem nullidades, e proceder às diligencias que forem precisas para esclare- cimento da verdade e ratificação do processo...	184
N. 242.	—JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Decide	

	PAGS.
duvidas a respeito do Decreto n.º 1.090 do 1.º de Setembro de 1860.....	185
N. 243.—JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Piahy.— Declara que um Juiz Municipal supplente, que é ao mesmo tempo Procurador da Matriz e Administrador dos bens do Orago, não pôde dar decisão que diga respeito á mesma Matriz ou bens do Orago	186
N. 244.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Junho de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Decide que a suspensão, administrativamente imposta, deve subsistir enquanto não findar, por sentença passada em julgado, qualquer processo de responsabilidade	»
N. 245.—JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Dá providencias á respeito da eleição de Juizes de Paz das Freguezias de S. José dos Indios e Nossa Senhora da Luz	187
N. 246. — FAZENDA. — Circular em 4 de Junho de 1862.— Balancete trimensal da despeza do Ministerio da Justiça que as Thesourarias devem remetter á respectiva Secretaria de Estado.....	»
N. 247. — FAZENDA. — Circular em 4 de Junho de 1862.—As Thesourarias devem demonstrar desenvolvimento a despeza cujo credito fôr aberto sob responsabilidade do Presidente da Provincia.....	188
N. 248.—FAZENDA.—Em 5 de Junho de 1862.— As contas correntes e certidões de divida contra os devedores fiscaes só pagão o sello de folha de autos	»
N. 249.—JUSTIÇA. — Aviso de 5 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Decide que, em um mesmo processo de responsabilidade, podem ser comprehendidos diversos funcionarios publicos quando forem có-réos...	189
N. 250.—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Junho de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Decide que o denunciante pôde accusar e usar dos recursos e direitos permittidos á parte queixosa; e que os Promotores Publicos não podem accusar por conta da parte queixosa.....	190
N. 251.—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Junho de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.— Declara que os Advogados não estão sujeitos ás correções dos Juizes de Direito	»

	PAGS.
N. 252. — FAZENDA. — Em 6 de Junho de 1862. — Caso em que, em lugar de 30 %, só se deve cobrar 5 % de direitos sobre a lotação dos benefícios de Parochos.....	191
N. 253. — IMPERIO. — Aviso de 7 de Junho de 1862. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco approvando a decisão que deu, de não poder exercer o cargo de Juiz de Paz do 2.º districto da parochia de Santo Antonio um cidadão que não fôra qualificado nella, embora o tivesse sido n'outra contigua	192
N. 254. — GUERRA. — Aviso de 7 de Junho de 1862. — Declarando que fica dependente de nova authorisação em todos os exercicios o abono de vantagens militares e de gratificações em geral não comprehendidas em lei, feito por ordens especiaes	»
N. 255. — GUERRA. — Em 7 de Junho de 1862. — Consulta do Conselho Supremo Militar declarando que é desnecessario proceder-se pelo mesmo facto a novo Conselho de Investigação, ainda mesmo apparecendo novas provas.....	193
N. 256. — JUSTIÇA. — Em 7 de Janeiro de 1862. — Declara que o Poder Judiciario é incompetente para conhecer de materia pertencente ao contencioso administrativo.....	194
N. 257. — GUERRA. — Aviso de 9 de Junho de 1862. — Approvando a tabella dos preços da mão de obra das peças amarellas pertencentes ás diversas especies de armamento, propostas pelo mestre espingardeiro da Fabrica de Armas da Conceição	195
N. 258. — FAZENDA. — Em 9 de Junho de 1862. — O sello das cartas de fretamento de navios deve ser pago antes de obtido o despacho da sahida do porto, pena de revalidação	197
N. 259. — FAZENDA. — Circular em 9 de Junho de 1862. — Aos Empregados inactivos tambem se deve dar guia, declarando até quando vão pagos de seus vencimentos	»
N. 260. — FAZENDA. — Circular em 10 de Junho de 1862. — Aceitação de documentos comprovando despesas de exercicio já encerrado.....	198
N. 261. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Junho de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que os arts. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 302 do Regulamento n.º 120 de 31 de Ja-	

	PAGS.
neiro de 1842 se referem só aos crimes da competencia do Tribunal do Jury	198
N. 262.—GUERRA.—Aviso de 10 de Junho de 1862.— Declara que, em virtude de disposições vigen- tes, é desnecessario mandar-se proceder pelo mesmo facto a novos Conselhos de Investiga- ção nas hypotheses ahi figuradas.....	199
N. 263.—JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Decide que os cargos de Juiz, Vereador e Escrivão dos Feitos da Fazenda não são incompativeis.....	200
N. 264.—JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—De- clara que os Presidentes das Relações são com- petentes para conceder licenças aos Juizes Mu- nicipaes até trinta dias.....	201
N. 265.—FAZENDA.—Em 11 de Junho de 1862.—A meia siza de escravos deve ser arrecadada pela Repartição Fiscal do lugar onde se operar a transferencia.....	202
N. 266.—FAZENDA.—Em 12 de Junho de 1862.— As ordens dos diversos Ministerios, sobre aug- mento, redução ou distribuição de creditos são cumpridas nas Thesourarias por intermedio do Ministerio da Fazenda	
N. 267.—FAZENDA.—Em 12 de Junho de 1862.— Declara a intelligencia que deve ter o art. 58 do Regulamento do imposto do sello de 26 de Dezembro de 1860.....	203
N. 268.—FAZENDA.—Em 12 de Junho de 1862.—Que a Caixa Commercial da Bahia não pôde com- prar e revender as proprias acções.....	205
N. 269.—GUERRA.—Circular de 12 de Junho de 1862.— c A's Presidencias das Provincias do Pará, Pernam- buco, Bahia, S. Pedro e Mato Grosso.—Recom- mendando a exacta observancia do preceito do Regulamento n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, quanto ás despezas com a educação dos menores dos Arsenaes de Guerra, de que devem ser in- demnisados os cofres publicos.....	206
N. 270.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Paraná declarando que a concessão de licença aos Vigarios Encom- mendados é da competencia do respectivo Pre- lado, e que tal licença deve ser dada sem ven- cimento de congrua	
N. 271.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Junho de 1862.— Ao Presidente da Provincia da Bahia declarando	

	que o empregado publico, cujo vencimento consta unicamente de gratificação, tem direito a esta quando licenciado.....	207
N. 272.	—JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Junho de 1862. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Dá providencias á respeito da substituição de Juizes quando alguns delles forem suspeitos.....	»
N. 273.	— FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1862. — Não se leva em conta para aposentação o tempo de serviço prestado como serventuario vitalicio de Officios de Justiça.....	208
N. 274.	— FAZENDA. — Em 14 de Junho de 1862. — Solvendo algumas duvidas sobre a cobrança do imposto do sello	209
N. 275.	— FAZENDA. — Circular em 14 de Junho de 1862. — Emolumentos pelos titulos de remoção dos Juizes de Direito	210
N. 276.	—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 14 de Junho de 1862. — Communica a resolução da Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado relativa ao pagamento integral do preço por que foi contractada a conservação da 1. ^a e 2. ^a secções da estrada de Santa Cruz	211
N. 277.	— GUERRA. — Aviso de 16 de Junho de 1862. — Declarando não ser possivel deferir-se a pretensão do Ajudante interino do 12. ^o Batalhão de Infantaria sem que o effectivo indemnise os cofres publicos do que estiver devendo da consignação, que recebeu para compra de cavallos de pessoa	212
N. 278.	— FAZENDA. — Em 16 de Junho de 1862. — Cobrança do sello dos processos criminaes e policiaes	»
N. 279.	— FAZENDA. — Circular em 16 de Junho de 1862. — Para liquidação do vencimento e seu pagamento aos Empregados aposentados de Fazenda, não é necessaria ordem especial.....	213
N. 280.	— FAZENDA. — Circular em 17 de Junho de 1862. — Os Presidentes das Relações podem conceder licença aos Juizes Municipaes até 30 dias	»
N. 281.	— GUERRA. — Aviso de 17 de Junho de 1862. — Provendo quanto ás dividas resultantes do adiantamento do premio de engajamento a uma praça e do tratamento de alguns officiaes na Enfermaria, bem como a respeito da falta de indemnisação da despesa feita com varias pra-	

ras da Armada nas mesmas circumstancias, ao que se referem as contas do Conselho Economico do 4.º Batalhão de Infantaria	214
N. 282.—IMPERIO.—Circular de 18 de Junho de 1862.—Aos Directores das Faculdades de Direito e de Medicina, declarando o processo que se deve seguir quando algum alumno requerer para ser matriculado fora do tempo marcado nos Estatutos	215
N. 283.—FAZENDA.—Em 18 de Junho de 1862.—Instrucções para execução do Decreto n.º 2.936 desta data, regulando o serviço da extracção das loterias da Corte	216
N. 284.—FAZENDA.—Circular em 20 de Junho de 1862.—Porcentagem aos Empregados do Juizo dos Feitos pela cobrança da divida activa	217
N. 285.—GUERRA.—Aviso de 20 de Junho de 1862.—Declarando que bem procedeu a Thesouraria de Fazenda em suspender o abono da gratificação adicional, que estava percebendo o Director do Hospital Militar	218
N. 286.—GUERRA.—Aviso de 20 de Junho de 1862.—Aprovando o abono do premio á uma praça do 4.º Regimento de Cavallaria, visto que não se trata de prestações mensaes que podem pertencer a um ou outro exercicio	"
N. 287.—GUERRA.—Aviso de 21 de Junho de 1862.—Declarando que o preceito do § 3.º do art. 5.º da Lei de 20 de Setembro de 1860 é applicavel ao preso sentenciado de que trata o seu officio de 3 do corrente, bem como a outro qualquer, antes ou depois do 1.º de Julho de 1861	219
N. 288.—GUERRA.—Aviso de 21 de Junho de 1862.—Determinando que os Escrivães do Almoxtarifado declarem nos documentos comprobatorios de dispendio da consignação, abonada mensalmente ao Agente de compras, se os objectos comprados por este forão debitados aos respectivos Almoxtarifés, que deverão rubricar a nota	"
N. 289.—FAZENDA.—Em 21 de Junho de 1862.—Resolve sobre um sequestro feito em terras consideradas como morgado, sendo bens de Capella extincta e comprehendendo terrenos de marinhãs	220
N. 290.—GUERRA.—Circular de 23 de Junho de 1862.—Estabelecendo o meio mais regular de proceder-se a contracto para fornecimento de remedios ás Enfermarias Militares	222

	PAGS.
N. 291. — ESTRANGEIROS. — Aviso de 23 de Junho de 1862. — Declara que não tem applicação aos Consules da Sua Magestade Fidelíssima a Convenção celebrada com Sua Magestade o Imperador dos Francezes em 10 de Dezembro de 1860...	222
N. 292. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 23 de Junho de 1862. — Declarando quaes as embarcações que estão sujeitas ao pagamento de praticagem na barra do Rio Grande do Norte.....	224
N. 293. — GUERRA. — Circular de 25 de Junho de 1862. — Recommendo toda a economia nas despesas deste Ministerio, não autorizando qualquer que não esteja prevista nas Leis ou Regulamentos Militares, cessando desde já as que forem menos regulares.....	»
N. 294. — FAZENDA. — Em 25 de Junho de 1862. — Solemnidade com que se deve fazer a queima das notas inutilizadas do Banco da Bahia.....	225
N. 295. — FAZENDA. — Em 25 de Junho de 1862. — Sobre o sello de dous ou mais actos escriptos em uma mesma meia folha de papel, e como deve ser entendida a Ordem n. 337 de 2 de Agosto do anno passado.....	»
N. 296. — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1862. — Não são aceitaveis as procurações dos Empregados Publicos para a cobrança de seus vencimentos correntes, se nellas se declarar ter havido transacção sobre os mesmos vencimentos..	226
N. 297. — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1862. — Como se opera o desconto, ou da gratificação do exercicio, ou da 5.ª parte do vencimento total, nos casos de substituição.....	227
N. 298. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 26 de Junho de 1862. — Communica a resolução da Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, relativa a dever ou não o Emprezaario das Obras do Passeio Publico aterrar as ruas interiores do respectivo jardim pelo systema de Mac-Adam.....	228
N. 299. — GUERRA. — Circular de 27 de Junho de 1862. — Mandando adoptar os mappas das distancias entre as Cidades, Villas e Freguezias pertencentes as Provincias de Pernambuco e Sergipe, a fim de que por elles se regulem os abonos de ajudas do custo aos Officiaes que viajarem nessas Provincias.....	229

N. 309.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Julho de 1862.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco de- clarando que é justificavel a falta dada por um empregado da Faculdade de Direito do Re- cife por causa do serviço da qualificação da guarda nacional.....	231
N. 301.—FAZENDA.—Em o 1.º de Julho de 1862.— Sobre pagamento nas Alfandegas de porcenta- gem de dinheiros do empréstimo de orphãos e de venda de terras publicas.....	»
N. 302.—FAZENDA.—Em 3 de Julho de 1862.— Pessoas que devem assignar os termos de fian- ças fiscaes	232
N. 303.—IMPERIO.—Aviso de 3 de Julho de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte resolvendo algumas duvidas relativas a attribuições dos Inspectores de Saude Publica, e mandando observar as instrucções appro- vadas por Aviso de 25 de Agosto de 1854....	»
N. 304.—FAZENDA.—Em 4 de Julho de 1862.— E' incompativel o emprego de Secretario do Governo da Provincia com o de Procurador Fiscal da Thesouraria	238
N. 305.—FAZENDA.—Circular em 4 de Julho de 1862.— Processo e pagamento de titulos de divida que abrangerem mais annos, conforme o Decreto de 26 de Fevereiro do corrente anno	239
N. 306.—GUERRA.—Circular de 4 de Julho de 1862.— Providenciando quanto ao abuso possivel de en- gajarem-se praças das Colonias Militares, que completão seu tempo de serviço, para conti- nuarem a pertencer ás mesmas Colonias.....	»
N. 307.—IMPERIO.—Aviso de 5 de Julho de 1862.— Ao Bispo da Diocese do Rio de Janeiro, para reformat a proposta para Vigario da Igreja de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, fazendo incluir nella outro Sacerdote além do proposto, que tambem concorreu a ella e foi approvado.....	240
N. 308.—FAZENDA.—Em 5 de Julho de 1862.—Os requerimentos em que se passarão certidões só estão sujeitos ao sello destas	243
N. 309.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Julho de 1862.— Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia approvando a intelligencia que deu a congrega- ção dos lentes sobre o Decreto n.º 2.883 do 1.º de Fevereiro deste anno na parte relativa	

	PAGS.
aos pentos sobre que deve versar a prova escripta nos concursos.....	243
N. 310.—FAZENDA.—Circular de 7 de Julho de 1862.— Não são sujeitos ao sello os livros de termos de juramento e posse dos differentes Juizes do Imperio.....	244
N. 311.—FAZENDA.—Em 7 de Julho de 1862.— Sobre a cobrança indebita do sello de um contracto calculado sobre a importancia de multas previstas em uma das condições do mesmo contracto	»
N. 312.—FAZENDA.—Em 9 de Julho de 1862.—O sello fixo de cada meia folha de papel, segundo o seu formato, não póde exceder de 200 réis...	245
N. 313.—GUERRA.—Aviso de 9 de Julho de 1862.— Determinando que sejam requisitadas officialmente pela Presidencia da Provincia as certidões de idade dos voluntarios, na hypothese de não poderem estes exhibi-las, em consequencia da distancia das parochias, onde serão baptisados	246
N. 314.—GUERRA.—Aviso de 9 de Julho de 1862.— Versando ácerca dos premios de voluntarios ou engajados das praças, que, por extincção das Companhias de Pedestros, passarão para o Corpo de guarnição	»
N. 315.—GUERRA.—Circular de 11 de Julho de 1862, ás Presidencias das Provincias, excepto a de S. Pedro do Sul.—Declarando que não será levado em conta qualquer documento comprobatorio de despesas feitas com a Guarda Nacional destacada.....	247
N. 316.—GUERRA.—Aviso de 11 de Julho de 1862.— Recommendo a maior parcimonia na autorisação de despesas com o serviço da Guarda Nacional destacada.....	»
N. 317.—GUERRA.—Em 12 de Julho de 1862.— Indicando o modo de evitar-se que se reproduza o facto de assentarem praça, como voluntarios, nos Corpos de Guarnição na Provincia de Pernambuco, individuos que são desertores da Armada Nacional	248
N. 318.—MARINHA.—Aviso de 12 de Julho de 1862.— Estabelece a maneira por que deve ser observada a disposição do art. 39 do Regulamento da Praticagem da barra da Provincia do Rio Grande do Sul, mandado executar por Aviso de 16 de Novembro de 1857	»

	PAGS.
N. 319. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1862. — Cobrança de fóros de terrenos de Marinhas, dadas certas hypothèses	249
N. 320. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1862. — Declara, que os Inspectores das Alfandegas devem decidir conforme for de direito, as questões das partes, deixando a estas o recurso para a Autoridade Superior; e bem assim esclarece sobre outros pontos	250
N. 321. — IMPERIO. — Aviso de 14 de Julho de 1862. — Ao Director da Academia das Bellas Artes declarando o desconto que se deve fazer aos Professores que faltarem aos trabalhos da Academia	252
N. 322. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1862. — Confirma uma decisão indeferindo a pretensão de uns filhos naturaes para perceberem o meio soldo de seu pai	»
N. 323. — GUERRA. — Aviso de 14 de Julho de 1862. — Declarando que o Major reformado Francisco José do Rosario tem direito ao abono de addicional e etapa durante o tempo, em que servio em conselhos de Guerra	253
N. 324. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1862. — Devo constar das precatorias a nota de — valha sem sello ex causa	»
N. 325. — ESTRANGEIROS. — Em 15 de Julho de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que vigorando a respeito dos Consules Portuguezes o Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, em virtude de accordo especial, celebrado nesta Córte, nos termos do art. 24 do mesmo Decreto, entre o Governo Imperial e o de Sua Magestade Fidelíssima, não lhes podem ser applicaveis quaesquer outras disposições em contrario	254
N. 326. — IMPERIO. — Portaria de 16 de Julho de 1862. — A' Ill. ^{ma} Camara Municipal declarando o sentido das posturas deste Municipio sobre a collocação de lagedo na frente dos predios.	255
N. 327. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1862. — E' incompativel o emprego do Solicitador dos Feitos da Fazenda com o de Promotor Publico ...	256
N. 328. — FAZENDA. — Em 17 de Julho de 1862. — Extincção do usufructo de um legado na hypothese de um terceiro comprar o direito do usufructo ao usufructuario e a propriedade de legado ao legatario	»

- N. 329.—GUERRA. — Aviso de 17 de Julho de 1862. — Declarando que os Tenentes Luiz Vieira Ferreira e Julio Anacleto Falcão da Frota não teem direito, como Lentes da Escola Militar Auxiliar, ao vencimento de cavalgadura, que compete exclusivamente aos officiaes montados. 257
- N. 330.—GUERRA. — Circular ás Presidencias das Provincias, excepto á de S. Pedro do Sul em 17 de Julho de 1862. — Determinando que toda e qualquer despeza, que se houver de fazer com movimento de forças e destacamentos, que exceder á prevista nas Tabellas e Regulamentos em vigor, corra por conta dos cofres provinciaes, conforme é de razão. 258
- N. 331.—GUERRA.—Aviso de 17 de Julho de 1862. — Autorisando as despesas com alugueis de caretas para conducção de mantimentos e barracas dos destacamentos, uma vez que sejam indispensaveis, convindo porém que, não obstante haver sido exceptuada a Provincia da determinação constante da Circular expedida nesta data, os cofres provinciaes concorram para o pagamento das despesas provenientes do movimento de forças destinadas a serviço policial. »
- N. 332.—GUERRA.—Aviso de 19 de Julho de 1862. — Removendo os embaraços que se tem suscitado na execução do Aviso Circular de 8 de Março de 1859, versando ácerca da liquidação das dividas antigas das praças de pret, independente da sua baixa. 259
- N. 333.—FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1862. — Sello de requerimentos que por si só podem dar principio a um processo. 260
- N. 334.—FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1862. — Os terrenos beira-rios não se concedem ás Camaras Municipaes como fonte de renda, nem delles se passam titulos. 261
- N. 335. — FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1862. — O Empregado de Fazenda cujo vencimento se compõe somente de gratificação tem direito a cobrança integral della sendo absolvido em crime de responsabilidade.
- N. 336. — FAZENDA. — Em 22 de Julho de 1862. — Nas precatorias deve existir a verba de—valha sem sello ex causa. 262
- N. 337.—FAZENDA.—Em 22 de Julho de 1862.—Os conhecimentos fornecidos aos Exactores para co-

	brança de impostos devem ser impressos e em livro de talão.....	262
N. 336.	—GUERRA.—Aviso de 22 de Julho de 1862.— Approvando a deliberação que tomou de mandar recolher á Thesouraria da Fazenda a importancia do saldo accumulado das sobras da diaria abonada aos africanos livres ao serviço do respectivo Arsenal de Guerra, providencia esta, que deve ser adoptada no fim de cada exercicio, escripturando-se a importancia como despesa a annullar no paragrapho —Arsenal de Guerra...	263
N. 339.	—FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1862.—Quando as provisões de Vigarios encommendados estão sujeitas ao sello fixo e quando ao proporcional	264
N. 340.	—FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1862.—Os requerimentos para dispensas matrimoniaes devem ser sellados antes de irem a informar.....	»
N. 341.	—MARINHA.—Aviso de 25 de Julho de 1862.— Declara que vencimentos se devem abonar aos Officiaes da Armada, e das classes annexas, quer do numero, quer extranumerarios, que, sendo desligados do serviço dos navios do guerra, nelles se conservão depositados	265
N. 342.	—MARINHA.—Aviso de 25 de Julho de 1862.— Declara que deve ser feita á custa dos Secretarios das Capitancias de Portos a despesa com a impressão de papeis, pelos quaes percebem elles emolumentos	266
N. 343.	—MARINHA.—Aviso de 26 de Julho de 1862.— Declara que o premio de alistamento voluntario dos menores para as Companhias de Aprendizizes Marinheiros é sómente devido aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer	»
N. 344.	—FAZENDA.—Em 28 de Julho de 1862. — Para inspecção as Collectorias devem ser commisionados Empregados de Fazenda e não Officiaes do Corpo de Policia.....	267
N. 345.	—FAZENDA.—Circular em 28 de Julho de 1862.— Fornecimento de livros e outros objectos precisos para o expediente das Repartições Fiscaes nas Provincias	»
N. 346.	—FAZENDA.—Circular em 28 de Julho de 1862.— Manda abrir concurso para serem preenchidas as vagas existentes nas Alfandegas.....	268
N. 347.	—GUERRA.—Aviso de 28 de Julho de 1862.— Ordenando que a Thesouraria da Fazenda pague a despesa com o enterro da praça de que trata o	

	PAGS.
seu officio n.º 668 de 3 do corrente, como se este fosse feito por conta da Casa da Caridade, ficando estabelecido como regra para casos semelhantes.	268
N. 348.—FAZENDA. — Em 20 de Julho de 1862. — Os Juizes territoriaes não têm attribuição para se ingerirem em questões de lançamento, arrecadação e restituição de impostos; e nem podem se dirigir aos Collectores das rendas nacionaes por mandado.....	269
N. 349.—IMPERIO.—Aviso de 30 de Julho de 1862.—Ao Bispo do Rio Grande do Sul declarando que os Sacerdotes estrangeiros, na falta de nacionaes, podem ser nomeados Vigarios Encommendados, ficando as nomeações dependentes de approvação do Governo.....	270
N. 350.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862.—Declarando que a classe de Enfermeiros de numero foi abolida pelo Regulamento de 7 de Março de 1857.....	271
N. 351.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862 — Designando quaes os vencimentos, a que teem direito as praças das Colonias Militares, quando destacadas.....	»
N. 352.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862.—Approvando o numero e os jornaes dos operarios do respectivo Arsenal de Guerra, arbitrados na tabella annexa ao seu officio n.º 665 de 5 do corrente.....	272
N. 353.—GUERRA.—Aviso de 31 de Julho de 1862.—Ordenando que cesse, do 1.º do corrente mez em diante, o abono da etapa dobrada aos officiaes empregados na Fabrica, bem como o da diaria de 200 réis ás praças de pret.....	274
N. 354.—IMPERIO.—Aviso de 31 de Julho de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, declarando que as cartas de Bacharel devem ser passadas segundo a formula dada pelos Estatutos, e a verdade dos factos.....	»
N. 355.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Agosto de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Pedro resolvendo duvidas sobre a retirada do Escrivão da Junta de Qualificação para fóra da parochia-antes de findar o prazo para a interposição dos recursos.....	275
N. 356.—GUERRA.—Circular do 1.º de Agosto de 1862.—Determinando que se execute litteralmente o disposto nos Avisos de 26 de Agosto e 27 de Dezembro de 1859 quanto ás pessoas, que tem di-	

	PAGS.
reito a tratamento por conta da Fazenda Nacional.....	276
N. 357.—JUSTIÇA. — Aviso de 2 de Agosto de 1862.— Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Resolve duvidas sobre a substituição de Juizes de Paz. . .	277
N. 358.—JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Agosto de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que uma freguezia não póde ser considerada mu- nicipio enquanto não se installa a respectiva Camara	»
N. 359.—FAZENDA. —Circular em 4 de Agosto de 1862.— Os titulos de terrenos de marinhas devem ser firmados pela Autoridade competente para fazer a concessão do aforamento.....	278
N. 360.—FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1862.—Os bachareis formados em Direito, que professarem as letras de seu grão academico, podem passar procuração do proprio punho.....	»
N. 361.—FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1862.— Isenção de sello das certidões de divida remetti- das para o Juizo.....	279
N. 362.—FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1862.— A prisão administrativa imposta aos responsa- veis alcançados, e a relaxação della, é acto da exclusiva attribuição da Autoridade administra- tiva	280
N. 363.—FAZENDA. — Em 6 de Agosto de 1862. — Notando as illegalidades praticadas na arrecada- ção do espolio de um intestado, e solvendo du- vidas sobre casos de impedimento do Procurador Fiscal dos Feitos	283
N. 364.—JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Agosto de 1862. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina, declara que o Juiz de Direito não exorbita de suas attribuições, exigindo informações dos De- legados de Policia	286
N. 365.—GUERRA. — Aviso de 6 de Agosto de 1862.— Approvando a medida, que propõe o Director do Arsenal de Guerra da Corte de converter em empreiteiros os operarios jornaleiros pertencen- tes ás Officinas de Tanoeiros, Alfaiates, Funilei- ros, Pintores, Torneiros, Correeiros e Latoeiros..	»
N. 366.—GUERRA.—Aviso de 6 de Agosto de 1862.— Declarando que o abono das gratificações, de que trata o Aviso de 27 de Fevereiro de 1858, fica desta data em diante dependente do arbi- trio da Directoria do Arsenal	287

- N. 367.—GUERRA.—Aviso de 7 de Agosto de 1862.—
Declarando que, por Aviso do 1.º de Agosto de
1860, forão estabelecidas 2 3/4 varas de fazenda
de algodão para manufactura de uma camisa. 287
- N. 368.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Agosto de 1862.—
Ao Presidente da Provincia das Alagôas decla-
rando que os empregados, que vencem gratifica-
ções marcadas provisoriamente pelo Governo,
não as percebem quando não teem exercicio. 283
- N. 369.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.—
Compete ás Estações Fiscaes, e não ao Juiz da
causa, decidir se é ou não exigivel a multa
substitutiva do imposto de 2 % sobre o valor
das cousas demandadas. »
- N. 370.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.—
As guias para cobrança de vencimentos não
estão sujeitas a sello ainda sendo juntadas a
requerimento com o fim para que forão passa-
das. 289
- N. 371.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.—
Sello de processos criminaes e policiaes e de
mandados, certidões, precatorias e outros papeis
ainda avulsos 290
- N. 372.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.—
Sello de uma prorrogação de licença que já tinha
começado a produzir os seus effeitos. 292
- N. 373.—GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1862.—
Mandando observar, emquanto não se verifica
a reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposi-
ções do Regulamento, que baixou com o De-
creto n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das
Instrucções de 11 do mesmo mez e anno, salvo
na parte, que importe despesa não autorisada
na Lei do Orçamento vigente. »
- N. 374.—GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1862.—
Mandando observar, emquanto não se verifica a
reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposições
do Regulamento, que baixou com o Decreto
n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842 e das Instruc-
ções de 11 do mesmo mez e anno, salvo na
parte, que importe despesa não autorisada na
Lei do Orçamento vigente. 293
- N. 375.—GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1862.—
Mandando observar, emquanto não se verifica a
reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposições
do Regulamento, que baixou com o Decreto
n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instruc-
ções de 11 do mesmo mez e anno, salvo na parte,

	PAGS.
que importe despesa não autorizada na Lei do Orçamento vigente	294
N. 376.—FAZENDA.—Em 9 de Agosto de 1862.—As multas impostas aos Officiaes de Descarga devem entrar na distribuição legal em favor dos empregados da Alfandega.....	»
N. 377.—FAZENDA.—Em 11 de Agosto de 1862.—Arrecadação dos bens de heranças jacentes, e effeitos da appellação no processo da habilitação dos respectivos herdeiros.....	295
N. 378.—FAZENDA.—Em 12 de Agosto de 1862.—Incorporação de terras como —bens nacionaes— e não com a natureza de—proprio nacional	296
N. 379.—GUERRA.—Aviso de 12 de Agosto de 1862.—Reduzindo a 200\$000 a consignação de 300\$000 mensaes, que percebe o Agente do Laboratorio do Campinho.....	»
N. 380.—MARINHA.—Aviso de 12 de Agosto de 1862.—Faz extensiva aos Officiaes do Corpo da Armada, e das classes a elle annexas, a Provisão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de Dezembro de 1856.....	297
N. 381.—FAZENDA.—Em 13 de Agosto de 1862.—Não são necessarias nas ferias as assignaturas dos operarios e serventes livres, o contrario porém se exige nas dos operarios e serventes escravos	»
N. 382.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Agosto de 1862.—Ao Presidente da Relação de Pernambuco.—Declara que ha impedimento para ser Juiz no feito o irmão do Juiz Relator, tanto nas causas civeis como crimes.	298
N. 383.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Agosto de 1862.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia resolvendo algumas duvidas sobre estudantes de pharmacia.....	299
N. 384.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Agosto de 1862.—Ao Presidente da Provincia das Alagôas communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre algumas Leis Provinciaes, promulgadas no anno passado	300
N. 385.—FAZENDA.—Em 16 de Agosto de 1862.—Sello da publica fórma de uma licença para o traspasso de um terreno foreiro.....	301
N. 386.—FAZENDA.—Em 17 de Agosto de 1862.—Nos talões dos bilhetes das loterias da Côte se	

	PAGS.
deve mencionar o titulo das loterias a que elles pertencerem	302
N. 387.—FAZENDA.—Em 18 de Agosto de 1862.— Nas cartas de sentenças passadas em favor das partes contra a Fazenda Nacional não se deve seguir o formulario commum.....	»
N. 388.—IMPERIO.—Aviso de 18 de Agosto de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão declarando que compete á Assembléa Legislativa Provincial tomar conhecimento das apurações que se fizerão das actas da eleição do 2.º districto para membros da dita Assembléa.....	303
N. 389.—GUERRA.—Circular de 18 de Agosto de 1862.— Ordenando que se declare nos conhecimentos, que se expedirem para pagamento dos fornecedores, qual o destino dos objectos comprados, a fim de que a classificação da despeza possa ser feita com a possivel regularidade...	304
N. 390.—GUERRA.—Em 18 de Agosto de 1862.— Declara desnecessario o emprego de Ajudante da Fortaleza de Tamandaré na Provincia de Pernambuco, e manda exonerar d'elle o Official que o exercia.....	»
N. 391.—FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1862.— O monte-pio das irmãs dos Officiaes da Armada cessa quando ellas se casão.....	305
N. 392.—FAZENDA.—Em 20 de Agosto de 1862.— Sobre lanços a prazo na arrematação de bens de qualquer valor de defuntos e ausentes, e nomeação de curador ás respectivas heranças...	»
N. 393.—GUERRA.—Em 20 de Agosto de 1862.— Indicando o modo de evitar-se que nos Corpos de Guarnição do Maranhão assentem praça, como voluntarios individuos que sejam desertores da Armada Nacional	307
N. 394.—GUERRA.—Em 20 de Agosto de 1862.— Indicando o modo de evitar-se que se reproduza o facto de assentarem praça nos Corpos de Guarnição na Provincia da Bahia como voluntarios, individuos que são desertores da Armada Nacional.....	»
N. 395.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Agosto de 1862.— Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes declarando que os Prelados Diocesanos estão autorizados para conceder aos Parochos licença ou dispensa de residencia, mas que elles as devem apresentar á autoridade civil, e carecem de licença desta para percepção da congrua...	308

	PAGS.
N. 396.—IMPERIO.—Aviso de 25 de Agosto de 1862.— Ao Director interino da Faculdade de Direito do Recife resolvendo as duvidas que propõe so- bre penas impostas a estudantes.....	309
N. 397.—FAZENDA.—Circular em 25 de Agosto de 1862.— Com o tempo e precisão devem as Thesourarias pedir augmento do credito para as verbas de de- ficientes da despesa	310
N. 398.—GUERRA.—Aviso de 25 de Agosto de 1862.— Mandando fazer carga ao Almojarife do Ar- senal de Guerra dos caixões que para elle forem remettidos com quaesquer objectos	»
N. 399.—GUERRA. —Aviso de 26 de Agosto de 1862.— Dispondo que os vencimentos de soldo e etape das praças de pret tratadas nos Hospitaes sejam tirados em pretts especiaes, praticando-se o mes- mo a respeito dos Officiaes nessas circumstan- cias.....	311
N. 400.—GUERRA.—Circular em 26 de Agosto de 1862.— Aos Presidentes das Provincias da Bahia, Per- nambuco e Mato Grosso.—Dispondo que os ven- cimentos de soldo e etape das praças de pret tratadas nos Hospitaes sejam tirados em pretts especiaes, praticando-se o mesmo a respeito dos Officiaes nessas circumstancias	312
N. 401. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1862.— Sello de escripturas de sociedades commerciaes que não têm tempo certo de duração	313
N. 402.—JUSTIÇA.—Aviso de 26 de Agosto de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— Declara que os Inspectores de quartelão são obrigados a servir um anno, não se dando o mesmo quanto aos Officiaes de Justiça.....	»
N. 403. — GUERRA. — Em 27 de Agosto de 1862.— Declarando que não compete aos Commandan- tes das Armas determinarem a transferencia de praças dos Corpos do Exercito para as Com- panhias de invalidos ; dependendo essa trans- ferencia de ordem do Governo Imperial	314
N. 404.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Agosto de 1862.— Ao Vice-Director da Faculdade de Medicina da Côrte declarando que os exames de sufficien- cia, requeridos por estrangeiros para poderem exercer no Imperio qualquer dos ramos da arte de curar, podem ser feitos em latim, fran- cez, ou outra lingua das mais vulgarisadas...	315
N. 405.—IMPERIO. — Aviso de 29 de Agosto de 1862.— Ao Vice-Presidente da Provincia de Minas Ge-	

- raes resolvendo a duvida proposta pela Camara Municipal de Sabará sobre o tempo em que deve ser feito o sorteio entre os cidadãos que obtiverão igual numero de votos para membros da Assembléa Legislativa Provincial. 313
- N. 406. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1862. — E' devida a siza dos bens de raiz adjudicados a herdeiros com obrigação de reposição em dinheiro 316
- N. 407. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1862. — Pagão siza os bens de raiz comprehendidos na herança de uma filha com obrigação da mãe herdeira pagar uma divida do casal da finada . . . 317
- N. 408. — JUSTIÇA. — Circular de 29 de Agosto de 1862. — Declara que a disposição do art. 88 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 é applicavel aos mandados, certidões, precatórias e outros papeis ainda avulsos, relativos á processos por queixa ou denuncia particular »
- N. 409. — GUERRA. — Circular ás Presidencias de Provincia e á Pagadoria das Tropas da Côrte em 29 de Agosto de 1862. — Declarando que os Officiaes reformados, na qualidade de recrutadores, devem ser equiparados aos paisanos quanto aos vencimentos, a que tem direito • 318
- N. 410. — GUERRA. — Aviso de 30 de Agosto de 1862. — Isentando os recibos de consignações deixadas para alimentos de familia ou pagamento de credores do — visto — do Commandante das Armas da Côrte »
- N. 411. — GUERRA. — Em o 1.º de Setembro de 1862. — Consulta do Conselho Supremo Militar declarando como proceder-se no caso, em que se achava cumprindo sentença na qualidade de praça do Corpo Policial, e com outro nome, um Soldado desertor do Corpo de Guarnição da Provincia do Piahy 319
- N. 412. — FAZENDA. — Em o 1.º de Setembro de 1862. — Abono de vencimentos a Empregados da Repartição do Correio por occasião de substituição e interinidade 320
- N. 413. — IMPERIO. — Aviso de 2 de Setembro de 1862. — Ao Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre algumas Leis da mesma Provincia do anno de 1839 321
- N. 414. — MARINHA. — Aviso de 3 de Setembro de 1862. — Faz extensivas as disposições do Aviso de 26 de

	PAGS.
Abril do corrente anno a todos os responsaveis da Armada, que estejam nas condições designadas no mesmo Aviso.....	325
N. 415.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Setembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Piauby.—Resolve duvida a respeito dos processos instaurados aos conductores de recrutas, que facilitão a fuga destes.....	»
N. 416.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.—Os bens de raiz dados em fiança fiscal devem ser mostrados quites dos impostos a que estiverem sujeitos.....	326
N. 417.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.—Os Porteiros e Continuos das Thesourarias nomeados antes do Decreto de 14 de Março de 1860 só podem ser demittidos, aquelles por Decreto e estes por Portaria do Ministro.....	»
N. 418.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.—Não se afôra a uma mesma pessoa grande extensão de terrenos de Marinhas.....	327
N. 419.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Setembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco approvando a decisão que deu á Camara Municipal da Cidade de Caruarú, de dever fazer nova apuração de votos para membros da Assembléa Provincial logo que chegasse a acta do collegio que saltava.....	328
N. 420.—IMPERIO.—Aviso de 9 de Setembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo communicando ter sido annullada a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Parochia do Socorro pela nullidade com que foi organizada a Mesa parochial.....	»
N. 421.—FAZENDA.—Em 9 de Setembro de 1862.—Competencia das Pagadorias para examinar a legalidade das procurações e verificar a identidade dos cobradores ou recebedores..	329
N. 422.—FAZENDA.—Circular em 9 de Setembro de 1862.—Discriminação que devem as Thesourarias observar nos orçamentos parciaes da despesa com os Pensionistas e Aposentados.....	330
N. 423.—IMPERIO.—Portaria de 10 de Setembro de 1862.—A' Ill. ^{ma} Camara Municipal para substituir a postura que organisou para evitar os despejos nas valas de esgoto desta cidade, de modo que, sem impôr onus que excedão as necessidades do serviço, estejam de accordo com	

	o contracto celebrado pelo Governo para esgotar as aguas pluvias desta cidade.....	331
N. 424.	— IMPERIO. — Aviso de 11 de Setembro de 1862. — Ao Vice-Presidente da Provincia de Goyaz declarando o sentido em que deve ser tomado o acto da Presidencia que adiou a sessão da Assembléa Legislativa Provincial	332
N. 425.	— FAZENDA. — Circular em 11 de Setembro de 1862. — Despacho livre de direitos de expediente por contractos com Companhias anteriormente ao Regulamento actual das Alfandegas	334
N. 426.	— FAZENDA. — Circular em 11 de Setembro de 1862. — Exigindo informações sobre o movimento commercial da cabotagem	»
N. 427.	— FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1862. — As certidões de intimações passadas nos autos estão sujeitas ao sello antes de lavrar-se qualquer outro acto nos processos	335
N. 428.	— FAZENDA. — Circular em 12 de Setembro de 1862. — Casos em que não é exigivel a habilitação judicial dos herdeiros e cessionarios para a cobrança das dividas passivas da Fazenda Nacional	336
N. 429.	— FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1862. — Sobre incompetencia das Presencias de Provincia para resolver negocios fiscaes, e sello de certidões de intimação passadas em autos....	337
N. 430.	— FAZENDA. — Em 13 de Setembro de 1862. — As Thesourarias devem com a precisa antecedencia pedir ao Thesouro o augmento dos creditos insufficientes	»
N. 431.	— FAZENDA. — Circular em 13 de Setembro de 1862. — Quaes as circumstancias que autorisam o recurso das Thesourarias aos Presidentes de Provincia para estes autorisarem despezas	338
N. 432.	— IMPERIO. — Aviso de 13 de Setembro de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre as Leis da mesma Provincia, promulgadas no anno passado	339
N. 433.	— FAZENDA. — Em 15 de Setembro de 1862. — Que os Tabelliães não teem competencia para certificarem qual o estado das Pensionistas nas procurações que estas outorgarem	341
N. 434.	— GUERRA. — Aviso em 15 de Setembro de 1862. — Declarando que é procedente a opinião da Thesouraria de Fazenda sobre a etape das	

- praças de pret, que com effeito deve ter uma só avaliação, embora outra cousa se possa deprehender do Regulamento das Enfermarias, o que porém não deve influir no tratamento das praças enfermas..... 342
- N. 435. — GUERRA.—Circular em 15 de Setembro de 1862.—Abolindo a pratica até aqui tolerada de reverterem em beneficio dos Almozarifes dos Arsenacs de Guerra, Fieis dos Estabelecimentos Militares e Encarregados dos Armazens de Artigos bellicos os caixões, capas e outros involucros e amarrações de fazendas e munições, contra o disposto no Aviso n.º 315 de 30 de Agosto de 1841, que deve ser restrictamente observado. »
- N. 436. — GUERRA.—Em 15 de Setembro de 1862.—Determina qual o procedimento, que se deve ter para com um soldado, que, sendo desertor do Corpo de Guarnição, se achava-se com outro nome cumprindo sentença como praça do Corpo Policial..... 343
- N. 437. — GUERRA.—Aviso de 17 de Setembro de 1862.—Declarando que a duvida, em que labora o Commandante do Corpo de Guarnição a respeito do premio que compete a um voluntario que assentou praça nas extinctas Companhias de Pedestres, está prevista no Aviso Circular de 14 de Agosto de 1861..... 344
- N. 438. — GUERRA.—Aviso de 17 de Setembro de 1862.—Solvendo a duvida proposta pelo Commandante do Corpo de Guarnição quanto ao desconto dos premios de 1.ª praça e de engajamento..... »
- N. 439. — FAZENDA.—Em 17 de Setembro de 1862.—Abono de despezas feitas pelos Exactores fiscaes quando já encerrado o exercicio; e pagamento de porcentagem na proporção da arrecadação.. 345
- N. 440. — FAZENDA.—Em 18 de Setembro de 1862.—A's Presidencias de Provincia sómente compete a simples investigação ou inquerito sobre as Alfandegas e não o conhecimento de recursos..... 346
- N. 441. — FAZENDA.—Em 19 de Setembro de 1862.—O Despacho de fitas é por peso liquido..... »
- N. 442. — GUERRA.—Circular ás Presidencias e Pagadorias das Tropas da Córte em 19 de Setembro de 1862.—Mandando cessar o abono da gratificação de 207000 réis mensaes aos Agentes das Enfermarias..... 347

N. 443.	— GUERRA.—Circular de 19 de Setembro de 1862.—Providenciando quanto ás avaliações semestraes das etapas das praças de pret.....	348
N. 444.	— GUERRA.—Aviso de 19 de Setembro de 1862.—Expedindo providencias em ordem a conhecer-se com a maior exactidão no fim do 1.º semestre de cada exercicio o algarismo do credito supplementar que por ventura seja necessario abrir-se para occorrer ao resto dos pagamentos, que lhe forem peculiares.....	»
N. 445.	— GUERRA.—Aviso de 22 de Setembro de 1862.—Dispondo que os saldos existentes no cofre dos menores do Arsenal de Guerra sejam recolhidos no fim de cada semestre aos da Thesouraria da Fazenda como despeza a annullar no paragrapho Arsenaes de Guerra.....	349
N. 446.	— GUERRA.—Aviso de 22 de Setembro de 1862.—Provendo a diversos quesitos, propostos pelo Director do respectivo Arsenal de Guerra, acerca do modo por que tem sido executado o Regulamento de 3 de Janeiro de 1842, que deu nova organização ás Companhias de Aprendizizes menores de taes estabelecimentos	350
N. 447.	— IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia declarando que os Oppositores não tem direito a retribuição pelo trabalho de assistirem á defesa das theses dos candidatos ao gráo de doutor.....	351
N. 448.	— IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia declarando que o Aviso n.º 594 de 20 de Dezembro de 1861, relativo aos dias de nojo e de gala de que gozão os Empregados da Secretaria do Imperio, é applicavel aos Lentes e Empregados da mesma Faculdade, e dos demais Estabelecimentos e Repartições sujeitas ao Ministerio do Imperio; e que nos dias em que faltarem ao serviço por taes motivos não percebem as suas gratificações.....	»
N. 449.	— FAZENDA.—Circular em 23 de Setembro de 1862.—As Repartições Fiscaes nas Provincias devem remetter á redacção do <i>Diario Official</i> os actos que convenhão ser publicados na Côte..	352
N. 450.	— FAZENDA.—Circular em 24 de Setembro de 1862.—Exige dos Presidentes de Provincia informações a bem do commercio e navegação de cabotagem.....	»

	PAGS
N. 451. — FAZENDA.—Circular em 23 de Setembro de 1862.—Valor por que devem ser despachadas as velas fabricadas do carvão de pedra.....	354
N. 452. — FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1862.—Abono de cavalgadas ao Juiz e mais empregados do Juizo dos Feitos em diligencia fiscal fóra de sua séde.....	»
N. 453. — FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1862.—Interposição de recursos em materia do imposto do sello.....	355
N. 454. — GUERRA.—Aviso de 25 de Setembro de 1862.—Approvando a deliberação, que tomou de negar pagamento á Camará Municipal da Capital das sepulturas das praças do Exercito fallecidas na Enfermaria Militar, visto que professando pobreza, deve-lhes valer a isenção da Lei.....	356
N. 455. — GUERRA.—Circular de 26 de Setembro de 1862.—Ordenando que não mande pagar, por conta deste Ministerio, qualquer despeza que se fizer com applicação de sanguesugas e ventosas, bem como com extracção de dentes e outros serviços, que devem ser executados pelos Enfermeiros e Officiaes do Corpo de Saude do Exercito.....	»
N. 456. — FAZENDA.—Em 26 de Setembro de 1862.—Aos processos de fianças fiscaes remettidos ao Thesouro devem acompanhar os quadros do arbitramento e fixação das mesmas fianças.....	357
N. 457. — FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1862.—As Thesourarias não podem liquidar dividas que não constem de sua escripturação.....	»
N. 458. — FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1862.—As Thesourarias não podem dar certidões de divida passiva do Estado.....	358
N. 459. — GUERRA.—Aviso de 29 de Setembro de 1862.—Expondo que os Juizes letrados ou advogados, que servirem interinamente de auditores, tem direito em conformidade da Imperial Resolução de 31 de Março de 1860, á gratificação correspondente em quanto durão os processos, salvas as suspensões dos trabalhos por motivos alheios ao seu andamento ordinario.....	359
N. 460. — FAZENDA.—Em 30 de Setembro de 1862.—Sobre as licenças e modo porque se devem fazer as transferencias de terrenos de marinhãs, e sobre os direitos a pagar das mesmas transferencias.....	»

	PAGS.
N. 461. — FAZENDA.—Em 3 de Outubro de 1862.— Annulla o processo de julgamento de uma ap- prehensão de mercadorias por certas irregula- ridades que se notão	360
N. 462. — FAZENDA.—Circular em 4 de Outubro de 1862.—Documentos que devem ser apresentados para o pagamento das congruas dos Vigários.	361
N. 463. — MARINHA.—Aviso de 6 de Outubro de 1862.—Determina que aos Guardas, Porteiros, Enfermeiros, Cozinheiros, Ajudantes destes e Serventes das Companhias de aprendizes artífices se abone uma ração diaria, igual á dos mesmos aprendizes	362
N. 464. — GUERRA.—Aviso de 8 de Outubro de 1862. —Reservando o erro typographico contido no texto da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851 art. 1.º § 4.º	»
N. 465. — FAZENDA.—Em 8 de Outubro de 1862.— Os pretendentes ao aforamento de terrenos de marinhas devem provar o seu direito para re- querê-lo	363
N. 466. — GUERRA.—Aviso de 9 de Outubro de 1862. —Concedendo ao Agente do Laboratorio do Campinho vencimentos de Estado Maior de 2.ª Classe	»
N. 467. — FAZENDA.—Em 10 de Outubro de 1862.— A prova de não servirem os habilitandos ao meio soldo empregos publicos, comprehendendo qualquer emprego geral, provincial ou Muni- cipal	364
N. 468. — FAZENDA.—Circular em 11 de Outubro de 1862.—Os Magistrados de 1.ª instancia devem apresentar na Thesouraria as suas Cartas de nomeação, reconducção ou remoção.....	365
N. 469. — IMPERIO.—Aviso de 11 de Outubro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia decidindo as duvidas que lhe occorrem na execução dos arts. 32 e 33 do Regulamento complementar dos Estatutos, quando ha falta de cadaveres para as provas praticas dos alumnos do 2.º e 5.º anno	»
N. 470. — GUERRA.—Em 11 de Outubro de 1862.— Consulta do Conselho Supremo Militar de Jus- tiça declarando que um Official, sentenciado á pena de prisão menor de dous annos, tem di- reito ao respectivo meio soldo, que lhe deve ser abonado na conformidade das disposições vigentes.....	366

	PAGS.
471.N — GUERRA. — Em 11 de Outubro de 1862. — Consulta do Conselho Supremo Militar declarando o caso, em que os Presidentes dos Conselhos de Investigação podem ser da mesma patente do Official accusado.....	368
N. 472. — MARINHA. — Aviso de 13 de Outubro de 1862. — Declara os casos, em que os navios nacionaes são obrigados a levar Piloto a bordo e quaes as habilitações, que devem estes ter.	»
N. 473. — FAZENDA. — Circular de 13 de Outubro de 1862. — Emquanto deve ser avaliada a oitava do ouro não fundido na Casa da Moeda....	369
N. 474. — FAZENDA. — Em 14 de Outubro de 1862. — Os direitos da dispensa das Leis de amortização devem ser pagos integralmente.....	370
N. 475. — JUSTIÇA. — Aviso de 14 de Outubro de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Piauhv. — Decide que as Assembléas Provinciaes não podem impôr cargos aos Juizes de Direito....	»
N. 476. — GUERRA. — Circular de 14 de Outubro de 1862. — Declarando que as despezas provenientes do transporte dos Empregados de Fazenda, que passão mostra aos Corpos do Exercito, e dos Fieis incumbidos dos pagamentos aos Arsenaes de Guerra, devem correr por conta do credito aberto áquella Repartição.....	371
N. 477. — GUERRA. — Aviso de 15 de Outubro de 1862. — Mandando abonar meio soldo ao Alferes Sebastião Raymundo Ewerton, durante o tempo em que esteve cumprindo a pena de um mez de prisão, que lhe foi imposta pelo Juiz Municipal de Itapicurú-merim.....	372
N. 478. — JUSTIÇA. — Aviso de 15 de Outubro de 1862. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Explica a intelligencia do art. 1.º do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851.....	»
N. 479. — FAZENDA. — Em 16 de Outubro de 1862. — São isentas de sello as autorisações dadas pelo Chefe de Policia para receber quantias com destino ao cofre policial.....	373
N. 480. — FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1862. — Sobre alforria de escravos de heranças jacentes pelo preço da avaliação.....	»
N. 481. — FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1862. — Substituição de Thesoureiros de Thesourarias que não tem Fieis, vencimentos de taes substitutos, e pagamento da gratificação para quebras.....	376

- N. 482. — GUERRA. — Aviso de 17 de Outubro de 1862. — Declarando que as praças dos Corpos do Exército promovidas ao posto de Sargento devem desde logo ser abonadas de bandas de lâ a vencer na época designada na tabella em vigor..... 377
- N. 483. — GUERRA. — Em 18 de Outubro de 1862. — Consulta do Conselho Supremo Militar declarando que um individuo, que pretendia assentar praça no Exército, estava em circumstancias de ser reconhecido Cadete de 1.^a Classe, por ter provado pertencerem seus avós paternos a uma familia, á qual se havia concedido Brasão de nobreza, devendo se garantir os respectivos alimentos por meio de escripturas publicas..... »
- N. 484. — JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Outubro de 1862. — Ao Presidente de Sergipe. — Resolve duvida a respeito de um — visto — que o Juiz de Direito da Comarca de Maroim recusou-se a pôr em uma provisão de Advogado..... 379
- N. 485. — FAZENDA. — Em 18 de Outubro de 1862. — Sobre appellação *ex-officio* nas justificações de meio soldo perante o Juizo dos Feitos..... »
- N. 486. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1862. — Não estão sujeitas ao sello as Portarias ou Ordens para admissão de Addidos; e aos Chefes das Repartições de arrecadação pertence impôr as multas pela falta de sello dos papeis..... 380
- N. 487. — IMPERIO. — Aviso de 20 de Outubro de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, approvando a decisão que deu, para que o Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de S. João da Barra se sujeitasse á deliberação da maioria da turma respectiva sobre a nomeação de um dos membros da Junta... 381
- N. 488. — IMPERIO. — Aviso de 21 de Outubro de 1862. — Ao Presidente da Provincia do Paranâ, communicando a Imperial Resolução tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado a respeito das leis da mesma Provincia promulgadas no anno passado. 382
- N. 489. — GUERRA. — Aviso de 21 de Outubro de 1862. — Approvando a solução dada ácerca dos vencimentos dos recrutas, que entrão para a Enfermaria Militar, e determinando que se lhes abone, enquanto não assentão praça, uma diaria igual á etapa de uma praça de pret.. 384
- N. 490. — MARINHA. — Aviso de 21 de Outubro de 1862. — Declara como deve ser considerado o

	PAGS.
juízo proferido pelas juntas medicas estabelecidas nas Provincias, ácerca do estado de saude dos Officiaes e praças da Armada.....	385
N. 491. — FAZENDA.—Em 21 de Outubro de 1862.—Que as funcções de Escrivão de Collector são incompatíveis com as de Secretario da Camara Municipal.....	»
N. 492. — FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1862.—Caso em que não é devida porcentagem de divida activa ao Juízo dos Feitos.....	386
N. 493. — FAZENDA.—Em 23 de Outubro de 1862.—Um officio não é meio legal para o Juízo requisitar a entrega de bens de defuntos e ausentes a credores e a cessionarios de herdeiros.	»
N. 494. — FAZENDA.—Circular em 24 de Outubro de 1862.—Condições do despacho de chitas, morins e cassas em retalhos ou residuos.....	387
N. 495. — FAZENDA.—Em 24 de Outubro de 1862.—Pagamento da pensão a uma Pensionista do Estado independente da procuração do marido della.	388
N. 496. — GUERRA.—Aviso de 24 de Outubro de 1862.—Declarando que a viuva do 2.º Tenente reformado José do Rego Lima Barroso não tem direito ao meio soldo de seu marido, visto que a Lei de 20 de Setembro de 1838, pela qual obteve reforma, foi especial, e não ampliou aquelle beneficio, concedido pela de 6 de Novembro de 1827 ás viúvas e filhas dos Officiaes reformados nos termos do Alvará de 16 de Dezembro de 1790.....	»
N. 497. — GUERRA.—Circular de 24 de Outubro de 1862.—Dispondo que a gratificação, a que os recrutadores tem direito, é simplesmente a de 60\$000 réis mensaes enquanto se empregarem no serviço activo do recrutamento na forma do Decreto n.º 2.821 de 21 de Agosto de 1861, e não as vantagens marcadas no art. 20 do de n.º 2.171 do 1.º de Maio de 1858, visto que forão abolidas por aquelle Decreto.....	389
N. 498. — IMPERIO.—Aviso de 23 de Outubro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, resolvendo as questões suscitadas ácerca do encerramento do prazo da inscripção para os concursos dos lugares de Lente.....	390
N. 499. — FAZENDA.—Em 27 de Outubro de 1862.—Sobre o meio competente para se effectuar a cobrança das dividas da Administração Provincial e Municipal á Fazenda Nacional.....	391

- N. 500. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular em 27 de Outubro de 1862.—Mandando fazer estudos topographicos aos Engenheiros das diversas Provincias, a fim de se poder levantar opportunamente a Carta Geral do Imperio..... 392
- N. 501. — FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.—Sello das folhas dos processos administrativos; e sobre a cobrança e multa por infracção de Regulamento do dito imposto..... 395
- N. 502. — FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.—O valor das quotas de porcentagem, para o pagamento dos direitos do titulo de nomeação de empregados, deve ser calculado sobre o termo médio do rendimento dos tres exercicios anteriores..... 396
- N. 503. — FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.—Os titulos de nomeação pagão o sello conforme o vencimento do emprego, e não em ralação ao numero de folhas em que são escriptos... 397
- N. 504. — FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.—Estão sujeitos ao imposto do sello os inventarios *ex-officio* do Juizo de Orphãos, e as certidões apresentadas no mesmo Juizo..... »
- N. 505. — FAZENDA.—Em 30 de Outubro de 1862.—Nega a um Inspector de Alfandega participação no valor de objectos apprehendidos por contrabando..... 398
- N. 506. — FAZENDA.—Em 30 de Outubro de 1862.—Os requerimentos que já pagárão o sello de cem réis só devem satisfazer a differença do imposto quando forem convertidos em documentos... »
- N. 507. — FAZENDA.—Em 31 de Outubro de 1862.—Sobre arrematação de dividas de difficil cobrança pertencentes a heranças jacentes..... 399
- N. 508. — GUERRA.—Circular em 4 de Novembro de 1862.—Determinando que se archivem na 2.^a Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra os processos de Conselhos de Direcção e de Averiguação para reconhecimento de Cadetes e Soldados Particulares, procedendo-se para esse fim á reunião e classificação dos que se organisarão, e tiverão decisão desde o principio do anno de 1857..... 400
- N. 509. — GUERRA.—Em 5 de Novembro de 1862.—Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando como se devia proceder a respeito de um individuo, que, tendo-se apresentado como de-

	sertor do Exército, se verificou que tambem era desertor da Armada, onde assentára praça voluntariamente com outro nome.....	401
N. 510.	—GUERRA.—Em 5 de Novembro de 1862.— Consulta do Conselho Supremo Militar, decla- rando qual o procedimento, que se devia ter com um Soldado do Exército, que desertou depois de ter sido publicada em Ordem do Dia a sua baixa do serviço, e antes de se ter conhecimento da referida baixa no respectivo Batalhão	402
N. 511.	—GUERRA.—Em 5 de Novembro de 1862.— Consulta do Conselho Supremo Militar, decla- rando qual o Official, que, nas Companhias isoladas, que fazem parte do quadro do Exer- cito, deve exercer as funcções de Secretario.	404
N. 512.	—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862. —Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declára que, no crime do art. 222 do Código Criminal, a circumstan- cia do desfloramento deve ser considerada uma das aggravantes do delicto.....	405
N. 513.	—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862. Ao Presidente da Provincia do Paraná.—De- clara que os Procuradores das Camaras Mu- nicipaes não necessitam de provisão.....	"
N. 514.	—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862. —Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Re- solve duvidas propostas pelo Promotor Pu- blico interino da Comarca de Paranaaguá sobre a intelligencia do Decreto n.º 502 de 18 de Fevereiro de 1847, e Aviso de 15 de Janeiro de 1858.....	406
N. 515.	—FAZENDA.—Em 5 de Novembro de 1862.— As Thesourarias devem pedir em tempo os sup- rimentos de creditos e demonstrar a sua ne- cessidade.....	"
N. 516.	—FAZENDA.—Em 5 de Novembro de 1862.— Sobre certidões pedidas pelas partes a respeito de objectos arrecadados na fórma do art. 338 do Regulamento das Alfandegas	403
N. 517.	—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 5 de Novembro de 1862.— Instrucções por que se deve guiar o Director do Estabelecimento Naval do Hapura na ad- ministração dos Africanos livres alli empre- gados.....	409
N. 518.	—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Novembro de 1862. <i>Dec. do Governo.</i>	

- Ao Presidente da Provincia de Sergipe. —
Declara que o Juiz de Direito, allegando im-
pedimento para servir de Auditor em um Con-
selho de Guerra, não pôde conservar-se no
exercício da Vara 410
- N. 519.—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Novembro de 1862.
—Ao Presidente da Provincia de Piahy —
Declara que o condemnado a mez e meio de
prisão, que interpõe recurso de Graça, não goza
do indulto do art. 299 do Regulamento n.º
120 de 31 de Janeiro de 1842 411
- N. 520.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Novembro de 1862.
—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, de-
clarando que o Presidente da Camara Muni-
cipal, que por lei é substituto do Juiz Mu-
nicipal na falta dos de nomeação do Governo,
não pôde escusar-se do exercício deste cargo
quando é a elle chamado, e conservar-se ao
mesmo tempo no exercício daquelle »
- N. 521.—GUERRA.—Em 7 de Novembro de 1862.—
Declarando que a tabella de 24 de Setembro
de 1828 não foi, nem podia ser abolida pelo
Decreto n.º 1.649 de 6 de Outubro de 1853,
visto que o Governo não pôde revogar uma
lei sem o consenso do Corpo Legislativo.... 412
- N. 522.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Novembro de 1862.
—Ao Presidente da Provincia de S. Pedro,
approvando a decisão que deu ao Presidente da
Junta de Qualificação da Parochia de Piratiny,
de não poder a mesma Junta deixar de dar
execução ás sentenças de recurso proferidas pelo
Conselho Municipal..... 413
- N. 523.—FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1862.—
Que não é regular a designação feita por um
Presidente de Provincia, do Contador de uma
Thesouraria para servir interinamente o lugar
do respectivo Thesoureiro..... »
- N. 524.—FAZENDA.—Circular em 11 de Novembro
de 1862.—As diligencias dos Juizes dos Feitos
fora dos Termos de suas sédes, mas dentro do
territorio de suas jurisdições, devem ser pra-
ticadas por meio de mandados..... 414
- N. 525.—FAZENDA.—Em 11 de Novembro de 1862.
—Os Agentes do Correio não estão sujeitos
a fazer assentamento dos seus titulos de no-
meação..... 415
- N. 526.—FAZENDA.—Em 11 de Novembro de 1862.
—As diligencias do Juiz dos Feitos da Côte

	PAGS.
são executadas por via de mandados em todo o territorio de sua jurisdicção.....	416
N. 527. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 11 de Novembro de 1862.—Nomeando a Godofredo Augusto Schimidit Director do Centro Colonial de Cananéa, e dando-lhe instrucções.....	»
N. 528. —FAZENDA.—Em 12 de Novembro de 1862.—O tempo maximo de licença com o ordenado por inteiro aos Magistrados é o de seis mezes concedida pelo Governo Imperial sem levar-se em conta a de tres mezes que os Presidentes de Provincias tambem podem conceder	417
N. 529. —FAZENDA.—Em 12 de Novembro de 1862.—Todos os responsaveis da Fazenda Nacional devem prestar contas revestidas de todas as formalidades legais.....	418
N. 530. —FAZENDA.—Circular em 12 de Novembro de 1862.—Devem ser remettidos ao Thesouro os recursos interpostos, pelos Procuradores Fiscaes, das decisões das Presidencias de Provincias sobre despachos das Thesourarias.....	419
N. 531. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 23 de Novembro de 1862.—Crea um centro colonial em Ribeirão das Lages, e dá instrucções ácerca do mesmo.....	420
N. 532. —FAZENDA.—Em 14 de Novembro de 1862.—Sobre despacho livre de direitos de materiaes estrangeiros comprados no porto, havendo necessidade de ordem expressa do Thesouro para ter elle lugar.....	422
N. 533. —FAZENDA.—Em 14 de Novembro de 1862.—Sobre a cobrança do imposto do sello de licenças passadas pela Illustrissima Camara Municipal.....	»
N. 534. —FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.—Os recursos interpostos pelas partes das decisões das Thesourarias sobre negocios pertencentes aos outros Ministerios devem ser a elles remettidos directamente e não ao da Fazenda	423
N. 535. —FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.—O terreno artificial ganho sobre o mar está sujeito ao pagamento de fôro.....	»
N. 536. —FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.—Os Commandantes das Companhias dos Guardas das Alfandegas não tem direito a maior ven-	

	cimento quando servem de Ajudantes do Guarda-mór, no impedimento destes	424
N. 537.	—FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.—Sobre moratorias para o pagamento de alcances de responsaveis da Fazenda Nacional, e suspensão das execuções judiciaes pendentes....	»
N. 538.	—FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.—Competindo ao Ministerio da Fazenda a nomeação dos Commandantes e Officiaes da Força Maritima das Alfandegas, só o mesmo Ministerio pôde conceder a demissão que fôr pedida por aquelles empregados.....	425
N. 539.	—GUERRA.—Em 15 de Novembro de 1862.—Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando que ao Alferes Antonio Raymundo Ferreira Rubim se devia levar em conta no seu tempo de serviço o periodo decorrido da data, em que assentára praça no Corpo de Artilharia de Marinha, até o em que teve baixa do serviço da Armada.....	426
N. 540.	—FAZENDA.—Em 17 de Novembro de 1862.—Sobre as Thesourarias não precisarem da decisão do Thesouro quando infligirem aos Collectores e seus Escrivães as penas prescriptas nos Decretos de 20 de Novembro de 1850 e de 22 de Novembro de 1851, ainda mesmo sendo aquelles Agentes Fiscaes da classe dos empregados de Repartições extinctas.....	429
N. 541.	—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.—Assentamento de uma Provisão de Vigario encommendado apresentada em extracto por certidão.....	431
N. 542.	—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.—Declarando não caber nas attribuições das Presidencias das Provincias autorisar sobre sua responsabilidade uma despesa com o concerto de armamento da Guarda Nacional.....	»
N. 543.	—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.—Sobre pedidos de augmento de credito para despezas e autorisação do pagamento destas pelas Presidencias de Provincias.....	432
N. 544.	—JUSTIÇA.—Aviso de 18 de Novembro de 1862.—Ao Ministerio do Imperio.—Declara que, á vista dos principios firmados no Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847, ha incompatibilidade no exercicio dos cargos de Juiz de Paz e o de Professor Publico	433
N. 545.	—GUERRA.—Em 19 de Novembro de 1862.	

— Consulta do Conselho Supremo Militar declarando o modo, por que devem ser cumpridas as sentenças, proferidas contra réos militares, e condemnando-os á trabalhos de fortificações.....	433
N. 546.—FAZENDA.—Em 19 de Novembro de 1862.—Prazo para execução das Leis depois de sua publicação.....	435
N. 547.—FAZENDA.—Em 19 de Novembro de 1862.—Sobre a cobrança do imposto de 2 % substitutivo da dizima de chancellaria restabelecido pela Lei de 29 de Setembro de 1850.....	»
N. 548.—FAZENDA.—Em 19 de Novembro de 1862.—Casos em que as Thesourarias de Fazenda não devem cumprir as ordens dos Presidentes de Provincia autorizando despesas ainda mesmo com a clausula de ser sob sua responsabilidade.....	436
N. 549.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Novembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina communicando a Resolução que tomou Sua Magestade o Imperador sobre algumas leis da mesma Provincia, promulgadas no corrente anno.....	437
N. 550.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 20 de Novembro de 1862.—Deliberando não vender terras publicas senão ás pessoas que por si ou por companhias ou empresas se acharem habilitadas para as cultivar.....	438
N. 551.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Novembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão, para que expeça as ordens necessarias, a fim de que produza os devidos effeitos a Portaria da licença concedida a um Parocho, não obstante ter decorrido o prazo para a sua apresentação.....	439
N. 552.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Novembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia da Bahia declarando que o facto, de ter sido approvada por governo estrangeiro uma sociedade estabelecida na mesma Provincia, não constitue a dita sociedade estrangeira, para que necessite da approvação do Governo Imperial, além daquelle que já lhe tinha dado o referido Presidente antes da approvação de governo estrangeiro.....	»
N. 553.—FAZENDA.—Circular em 24 de Novembro	

- de 1862.—Manda abrir concurso para o preenchimento das vagas existentes nas Alfandegas..... 440
- N. 554.—IMPERIO.—Aviso de 26 de Novembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito do Recife declarando a providencia que se deve tomar para se fazer effectiva a pena disciplinar imposta a um estudante do curso de preparatorios, quando elle se tenha occultado para não a soffrer..... »
- N. 555.—FAZENDA.—Em 26 de Novembro de 1862.—Mandando pagar a uma pensionista do Estado, ou a seu procurador, a respectiva pensão independente de autorisação de seu marido.. 441
- N. 556.—FAZENDA.—Circular em 27 de Novembro de 1862.—Exige informações sobre o augmento da producção, marcha da importação, &c... »
- N. 557.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Novembro de 1862.—Ao Presidente da Junta Central de Hygiene Publica, declarando que as disposições, por que ella se rege, dão-lhe os meios precisos para impedir que exerção a medicina, e pharmacia, ou vendão drogas e medicamentos as pessoas que não estiverem para isso autorizadas, competindo aos Delegados de Policia tomar conhecimento dos casos não previstos nas mesmas disposições..... 442
- N. 558.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 27 de Novembro de 1862.—Declarando que a Circular de 12 de Novembro de 1857, e os Avisos de 30 de Novembro de 1860 e de 26 de Junho do corrente anno resolvem as duvidas suscitadas pela Thesouraria de Fazenda sobre o vencimento que compete ao Escrivão e Agrimensor do Engenheiro Theodoro Oschz..... 443
- N. 559.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Novembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, determinando que faça retirar do ensino da aula de philosophia do curso de preparatorios da mesma Faculdade o compendio nella adoptado contra a prescripção das disposições em vigor..... »
- N. 560.—FAZENDA.—Em 29 de Novembro de 1862.—Os escravos residentes dentro dos limites de uma Villa são sujeitos a taxa, embora se occupem em serviço de lavoura..... 444
- N. 561.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Novembro de

	PAGS.
1862. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco, approvando a decisão da Presidencia, de haver incompatibilidade na accumulção das funcções de professor publico de primeiras letras e Juiz de Paz.	445
N. 562. — FAZENDA. — Em o 1.º de Dezembro de 1862. — Altera o numero das estampas das letras do Thesouro Nacional.	»
N. 563. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em o 1.º de Dezembro de 1862. — Augmenta a verba para as despezas de Cathecho.	446
N. 564. — IMPERIO. — Aviso do 1.º de Dezembro de 1862. — Ao Bispo de Marianna, declarando os termos em que devem ser feitas as propostas para apresentação de Parochos.	»
N. 565. — FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1862. — Na proposta de Fieis feitos pelos Thesoureiros das Alfandegas deve-se exigir a acquiescencia dos fiadores dos mesmos Thesoureiros se esta clausula não foi comprehendida no termo de fiança.	447
N. 566. — FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1862. — Sobre a imposição de multas por differenças verificadas em um despacho e provenientes de erro de traducção da factura.	448
N. 567. — FAZENDA. — Circular em 5 de Dezembro de 1862. — Aos Presidentes de Provincia sobre a autorisação de supplementos de creditos insufficientes para as despezas dos serviços decretados.	449
N. 568. — MARINHA. — Aviso de 9 de Dezembro de 1862. — Declara que não deve sustar-se a execução dos castigos correccionaes, em que tiverem incorrido praças, que, posteriormente, commettão algum crime, que as sujeite á jurisdicção dos Conselhos de Guerra.	»
N. 569. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 10 de Dezembro de 1862. — Declara que, não tendo sido ainda approvedo pelo Poder Legislativo o Contracto de 30 de Abril deste anno, celebrado com a Companhia de illuminação a gaz da Córte, deve-se considerar em vigor o de 11 de Março de 1851. .	450
N. 570. — FAZENDA. — Em 11 de Dezembro de 1862. — Exige certas provas omissas em um processo de habilitação para a percepção de meio soldo.	451

- N. 571.—MARINHA.—Aviso de 11 de Dezembro de 1862.—Manda abonar a quantia de dez mil réis, como gratificação, pela captura de cada praça desertada das Companhias de artilheiros militares..... 452
- N. 572.—MARINHA.—Aviso de 11 de Dezembro de 1862.—Declara quando deve ser feito o desconto do tempo de prisão, a que por sentença fôr condemnado qualquer Official da Armada. »
- N. 573.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Dezembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que não é necessaria especial nomeação e juramento ao Escrivão do Contencioso, que, na falta do do Juizo de Paz tem de servir neste Juizo..... 453
- N. 574.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Dezembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Resolve duvida a respeito da combinação dos arts. 61 e 62 do Código Criminal..... »
- N. 575.—FAZENDA.—Em 13 de Dezembro de 1862.—Julga um processo de apprehensão de vinhos em que houve peita do contrabandista e simulação do Agente Fiscal em aceitar a mesma peita para se effectuar o contrabando..... 454
- N. 576.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Dezembro de 1862.—Ao Governador do Bispado de S. Paulo, declarando que o principio de não poder um beneficiado ser nomeado temporariamente para outro beneficio, não é applicavel a um Conego da Capella Imperial, que foi nomeado Vigario Encomendado, estando com licença e sem vencimento do seu beneficio, mas que a sua nomeação de encomendado só deve vigorar durante o tempo de licença..... 456
- N. 577.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Dezembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, autorizando a prorogar até o primeiro dia útil do mez de Abril, as matriculas nas aulas de preparatorios, que não de são linguas, para os estudantes que fizerem exame de outros preparatorios no ultimo de Março... 457
- N. 578.—FAZENDA.—Em 16 de Dezembro de 1862.—As Assembléas Provinciaes não são competentes para legislar sobre materia de successões de heranças que é da exclusiva competencia da legislação geral do Imperio..... 458
- N. 579.—FAZENDA.—Em 16 de Dezembro de 1862.—

- Declarando em que artigo da Tarifa das Alfandegas devem ser classificados os canos de ferro da iluminação a gaz; e que as Thesourarias não podem prescindir das decisões por escripto dos Inspectores das Alfandegas para poderem deliberar sobre as mesmas decisões.. 460
- N. 580.—FAZENDA.—Em 16 de Dezembro de 1862.—Os Inspectores das Thesourarias não podem determinar aos das Alfandegas que proponhão a demissão dos respectivos Guardas, só lhes competindo levar á deliberação do Governo o que julgarem conveniente..... 461
- N. 581.—GUERRA.—Em 16 de Dezembro de 1862.—Approvando a resolução de mandar abonar etapa ás praças novamente alistadas..... 462
- N. 582.—FAZENDA.—Em 17 de Dezembro de 1862.—Restituições de sello, siza e de multa de 4 %, substitutiva da dizima de chancellaria..... 463
- N. 583.—FAZENDA.—Em 17 de Dezembro de 1862.—Sobre o despacho de Fazendas a retalho.... 464
- N. 584.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 17 de Dezembro de 1862.—Declara o modo por que devem ser submettidas á approvação do Governo as reformas que se fizerem nos Estatutos das Companhias e Sociedades anonymas, e prohibe que os Gerentes de taes instituições votem sobre as contas da sua gerencia..... »
- N. 585.—GUERRA.—Em 17 de Dezembro de 1862.—Consulta do Conselho Supremo Militar declarando como devia ser conferido ao Bacharel Henrique de Amorim Bezerra o grão de doutor em mathematicas, que lhe competia na qualidade de lente da Escola Militar..... 466
- N. 586.—FAZENDA.—Em 18 de Dezembro de 1862.—Sobre escripturação das indemnisações ou restituições pertencentes a exercicios já encerrados..... 467
- N. 587.—GUERRA.—Aviso de 19 de Dezembro de 1862.—Declarando que bem procedeu a Thesouraria de Fazenda em impugnar os vencimentos tirados pela Companhia de Invalidos a um individuo que estivera encostado á mesma Companhia por suspeito de desertor, excepto a etapa, por ser destinada á sua alimentação.. 468
- N. 588.—GUERRA.—Aviso de 19 de Dezembro de 1862.—Declarando que o Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853 é extensivo ao julga-

	mento dos objectos em máo estado á cargo das enfermarias militares, não obstante o que dis- põe o Regulamento especial das mesmas enfer- marias do 30 de Janeiro de 1861.....	469
N. 589.	—FAZENDA.—Circular em 20 de Dezembro de 1862. — As Thesourarias devem remetter em cada mez o balanço do mez anterior.....	»
N. 590.	—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1862.— O café transportado de umas para outras Pro- vincias do Imperio não está sujeito ao imposto de expediente.....	470
N. 591.	—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro do 1862.— Sello dos processos administrativos organisados nas Alfandegas.....	472
N. 592.	—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1862.— Sujeita a direitos de importação um piano que o dono não trouxe consigo, embora allegasse ser elle de seu uso.....	»
N. 593.	—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1862.— Apprehensão de generos que não havião sido despachados para exportação nem se achavão declarados no respectivo manifesto.....	473
N. 594.	—FAZENDA.—Em 22 de Dezembro de 1862.— Sobre despachos de obras impressas obscenas ou contrarias á Religião do Estado.....	474
N. 595.	—FAZENDA.—Circular em 23 de Dezembro de 1862.—Que o café transportado de umas para outras Provincias do Imperio não está sujeito ao imposto de expediente.....	475
N. 596.	—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 23 de Dezembro de 1862.— Dando instrucções sobre a venda de terras na Serra Negra, no Assunguy a Christiano Gui- lherme a fim de estabelecer nellas uma co- lonia agricola.....	476
N. 597.	—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 24 de Dezembro de 1862.— Declara que este Ministerio não tem autorisa- ção para fazer despeza com a sustentação de força armada.....	477
N. 598.	—FAZENDA.—Em 24 de Dezembro de 1862.— Entrega do producto de loterias para realiza- ção do beneficio dos concessionarios, prestação da respectiva fiança e das contas das despezas.	»
N. 599.	—FAZENDA.—Em 24 de Dezembro de 1862.— Os trapiches de arrecadação e transito são isentos do imposto sobre lojas, &c.....	478

N. 600.—FAZENDA.—Circular em 27 de Dezembro de 1862.—O mate para dourar ou gesso-mate está sujeito aos direitos de 600 réis por arroba e não por libra.....	479
N. 601.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Dezembro de 1862.—Ao Arcebispo da Bahia declarando que os dois Seminarios, grande, e pequeno, devem ser considerados como formando um só Seminario Archiepiscopal, sujeitos ás mesmas regras, mas com administrações e edificios a parte, denominando-se o 1.º de Estudos Ecclesiasticos, e o 2.º de Estudos preparatorios.....	"
N. 602.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Dezembro de 1862.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo declarando o vencimento que compete ao Bedel da Faculdade de Direito, quando substituir o Official da Secretaria ou o Secretario, e que o mesmo Bedel não póde ao mesmo tempo substituir a ambos estes empregados.....	480
N. 603.—FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1862.—Sobre perempção de recursos fiscaes interpostos para a instancia superior.....	481
N. 604.—FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1862.—Das licenças concedidas pelos Presidentes de Provincias e expedidas pelas respectivas Secretarias não se cobrão emolumentos para os cofres geraes.....	482
N. 605.—FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1862.—Os soberanos inglezes devem continuar a ser recebidos por 85890 enquanto reger o Decreto de 24 de Outubro de 1857.....	"
N. 606.—FAZENDA.—Circular em 31 de Dezembro de 1862.—Não são sujeitas a sello nem a emolumentos as certidões que os Empregados das Alfandegas apresentam para haverem a percentagem da arrecadação.....	483
N. 607.—IMPERIO.—Aviso de 31 de Dezembro de 1862.—Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo sustentando as decisões do Aviso de 3 de Agosto do anno passado a respeito do processo disciplinar feito ao Bacharel Pedro Elias Martins Pereira.....	"



INDICE

ADDITIONS AS DECISÕES DO GOVERNO.

1861.

	PAGS.
N. 1.— GUERRA.— Aviso de 15 de Março de 1861.— Providenciando quanto aos saldos das Enfer- marias Militares.....	1
N. 2.— GUERRA.— Aviso do 1.º de Abril de 1861.— Explicando que o Regulamento de 5 de Outubro de 1855 não revogou os Avisos de 12 de Abril e 29 de Setembro de 1854, que mandarão re- colher às Thesourarias de Fazenda os saldos dos Hospitales e Enfermarias Militares.....	2
N. 3.— GUERRA.— Circular de 6 de Abril de 1861.— Versando acerca da classificação da despesa per- tencente a este Ministerio, e determinando que cêsse a dos decuriões das Escolas dos Corpos.	3
N. 4.— GUERRA.— Aviso de 23 de Maio de 1861.— Dispondo que o papel e livros que forem ne- cessarios para o expediente e registro da Se- cretaria do respectivo Commando das Armas sejão, d'ora em diante, fornecidos pelo Arsenal de Guerra, correndo todas as outras despezas por conta da gratificação de 40,000, marcada na Tabella do 1.º de Maio de 1858	4
N. 5.— GUERRA.— Aviso de 28 de Maio de 1861.— Declarando que as obras e utensis da sala das ordens, na qualidade de obras dos palacios são alheias á Repartição da Guerra, devendo correr as despezas de expediente pela Secretaria do Governo, na fórma da Circular de 22 de Ja- neiro do corrente anno.....	5
N. 6.— GUERRA.— Aviso de 11 de Junho de 1861.— Solvendo a duvida quanto á legalidade da ru- brica do Capitão, que servir de fiscal no Con- selho Economico, nos documentos da sua Com- panhia.....	5

N.	7.— GUERRA. — Aviso de 14 de Junho de 1861.— Declarando que os paisanos, que assentão praça e as praças reconduzidas de deserção estão com- prehendidos nas disposições do Aviso Circular de 5 de Junho de 1860, a respeito do abono de etapa.....	6
N.	8.— GUERRA. — Aviso de 18 de Junho de 1861.— Declarando que o preceito do Aviso Circular de 20 de Março ultimo importa unicamente a reprodução do que está disposto nas Instruc- ções de 24 de Julho de 1857, a fim de que não sejam privados das vantagens, a que ellas dão direito, os Officiaes, que tiverem de seguir a seu destino.....	»
N.	9.— GUERRA. — Circular de 5 de Julho de 1861.— Regulando o systema, que se deve adoptar para fazer-se effectiva a indemnisação de suppri- mentos feitos pelos Arsenaes de Guerra e arma- zens de artigos bellicos á estabelecimentos per- tinentes á outros Ministerios.....	7
N.	10.— GUERRA. — Aviso de 12 de Julho de 1861.— Explicando o modo por que deve ser abonada nos respectivos mappas qualquer peça de far- damento a vencer fornecida ás praças recondu- zidas da deserção.....	»
N.	11.— GUERRA. — Aviso de 16 de Julho de 1861.— Esclarecendo as duvidas suscitadas na intelli- gencia do Aviso de 25 de Abril ultimo, ver- sando acerca dos vencimentos que competem em diversas hypotheses aos lentes, repetidores e professores da Escola Central.....	9
N.	12.— GUERRA. — Aviso de 17 de Julho de 1861.— Declarando que, sendo o premio de engaja- mento destinado aos soldados, que não tem aspi- rações a accesso, não póde ser concedido aos Cadetes em geral.....	10
N.	13.— GUERRA. — Aviso de 25 de Julho de 1861.— Declarando que a decisão da Thesouraria de Fazenda, quanto aos vencimentos dos réos mi- litares, excluidos perpetua ou temporariamente dos Corpos, está em harmonia com o disposto na Circular de 22 de Maio de 1858.....	»
N.	14.— GUERRA. — Aviso de 25 de Julho de 1861.— Solvendo a duvida que se offerece sobre o modo de effectuar-se a despeza com as praças da com- panhia de menores em serviço nos corpos de guarnição, quando são recolhidas á Enfermaria das do Arsenal de Guerra, para serem tratadas.	11

- N. 15. — GUERRA. — Aviso de 31 de Julho de 1861. —
Estabelecendo, como regra, que todo o cartuxame
consumido com as descargas das paradas nos
dias de festividade nacional e com as salvas
das Fortalezas deve ser por conta deste Minis-
tério. 12
- N. 16. — GUERRA. — Aviso de 19 de Agosto de 1861. —
Confirmando a solução dada á duvida da The-
souraria de Fazenda quanto á continuação do
abono da gratificação de auditor interino, du-
rante o exercicio dessas funcções, independente
de deducção nos vencimentos do effectivo. »
- N. 17. — GUERRA. — Aviso de 31 de Agosto de 1861. —
Determinando que ás praças de pret que fre-
quentão as Escolas Central e Militar sejam abo-
nadas todas as peças de um fardamento fino,
a cujo pagamento ficarão obrigadas segundo os
preços por que forem carregadas á respectiva
Escola. 13
- N. 18. — GUERRA. — Aviso de 9 de Setembro de 1861. —
Declarando que aos Officiaes reformados ou de-
mittidos se devem abonar todos os vencimentos,
a que tiverem direito até a data da publicação
da reforma ou demissão no lugar, em que se
acharem. »
- N. 19. — GUERRA. — Circular de 11 de Setembro de
1861. — Determinando que os orçamentos de
qualquer obra, cuja execução tenha de ser le-
vada a effeito, deverão ser acompanhados da
respectiva planta e de uma descripção minu-
ciosa. 14
- N. 20. — GUERRA. — Aviso de 4 de Outubro de 1861. —
Declarando que as sentenças absolutórias, pro-
feridas pelos Conselhos de Guerra, não estabe-
lecem direito ao abono de meio soldo, nem
produzem outros quaesquer effeitos, visto que
dependem de confirmação do Conselho Supremo
Militar, cujas sentenças unicas tem o caracter
de definitivas. »
- N. 21. — GUERRA. — Aviso de 11 de Outubro de 1861. —
Declarando que, gozando os particulares das
mesmas honras dos 1.º e 2.º Cadetes, não tem
igualmente direito ao premio de engajamento
concedido aos voluntarios do exercito. 15
- N. 22. — GUERRA. — Circular de 16 de Outubro de
1861. — Recommendo que não seja fornecido
aos Corpos do Exercito fardamento algum sem
ordem desta Secretaria de Estado, por isso que

	PAGS.
os pedidos para todo o anno devem ser remet- tidos no mez de Janeiro.....	16
N. 23.—GUERRA.—Aviso de 17 de Outubro de 1861.— Explicando os casos em que as praças de pret sentencidas a trabalhos de fortificações ou obras publicas, por tempo menor de 6 annos, tem di- reito ao abono do respectivo vestuario.....	»
N. 24.—GUERRA.—Aviso de 17 de Outubro de 1861.— Mandando abonar etapa aos Alferes Alumnos da Escola Central enquanto frequentarem os exer- cicios praticos na Fabrica de Polvora e em outros lugares distantes.....	17
N. 25.—GUERRA.—Circular de 30 de Outubro de 1861.—Mandando observar as Instrucções de 8 de Novembro de 1858, na parte applicavel ao pagamento dos destacamentos longe da Ca- pital.....	18
N. 26.—GUERRA.—Aviso de 31 de Outubro de 1861.— Declarando que nenhum objecto pertencente ao material do Exercito, não obstante ter comple- tado o tempo de sua duração, póde ser dado em consumo sem que a respeito d'elle se pro- ceda na forma determinada no Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853	»
N. 27.—GUERRA.—Circular de 5 de Novembro de 1861.—Explicando o modo de se proceder acerca dos abonos de fardamento que devem ser feitos aos recrutas durante o ensino e quando passarem a promptos.....	19
N. 28.—GUERRA.—Aviso de 13 de Novembro de 1861.—Estabelecendo novas dimensões para os estandartes e hastes que d'ora em diante tiverem de ser fornecidos pelo Arsenal de Guerra da Côrte aos Corpos de Cavallaria do Exercito..	»
N. 29.—GUERRA.—Aviso de 7 de Dezembro de 1861.— Declarando que, comquanto as tabellas de far- damento não tratem das divisas dos Inferiores, Cabos e Anspeçadas dos Corpos do Exercito, devem estas todavia ser fornecidas sempre que forem contempladas nas respectivas notas....	20
N. 30.—GUERRA.—Aviso de 18 de Dezembro de 1861.—Determinando que cêsse o abuso de dis- trahir-se da caixa do rancho para a de econo- mias licitas o agio proveniente da moeda legal reduzida á que corre no mercado, o qual deve reverter a favor do rancho, cumprindo que em geral os Conselhos Economicos sejam mais cau- telosos na ultimação dos contractos para forne-	

	cimento de viveres, visto que a má alimentação dos soldados se deve attribuir a essas causas, e não á insufficiencia das etapas fixadas ou á tabella de 24 de Setembro de 1828	20
N. 31	— GUERRA.— Em 28 de Dezembro de 1861.— Marcando o vencimento do Amanuense do Laboratorio do Campinho	21

1862.

N.	1.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 9 de Janeiro de 1862.— Dá providencias sobre a abreviação do tempo para a construcção da via ferrea de S. Paulo.....	23
N.	2.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 9 de Janeiro de 1862.— Ao Presidente de S. Paulo, communicando a Resolução da Consulta da Secção do Conselho de Estado relativa ao requerimento em que os contractadores da Estrada de ferro de Santos a Jundiahy pedem 50.000 £ de premio por cada anno que diminuirem no prazo marcado para a prompificação da mesma estrada.....	21
N.	3.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 11 de Janeiro de 1862.— Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, para que informe se nas duas Estradas de ferro de Mauá a Friburgo tem sido observado o Regulamento de 26 de Abril de 1857, e declara que na conformidade delle compete á Presidencia toda a fiscalisação para garantir as vidas dos passageiros e valores transportados.....	25
N.	4.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 14 de Janeiro de 1862.— Approva o contracto com alterações feitas pelo Presidente de Pernambuco para transportes, entre a Estação das Cinco Pontas e o Bairro do Recife, dos generos conduzidos pela Estrada de ferro.....	26
N.	5.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 15 de Janeiro de 1862.— Providencia sobre as obras particulares que se construirem ou estejam a construir-se junto ao aqueducto da Carioca.....	»
	6.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 18 de Janeiro de 1862.— Dec. do Governo.	10

	termina que os Africanos livres empregados na exploração do rio Jequitinhonha fiquem ao serviço de quaesquer obras publicas da Provincia.	27
N. 7.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 22 de Janeiro de 1862. — Providencia sobre côrtes nos montes encravados nesta cidade, o bem assim para que se exerça a mais rigorosa vistoria para conhecer-se o estado dos edificios e muros vizinhos ao morro do Castello.....	»
N. 8.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 26 de Janeiro de 1862. — Providencia sobre a demarcação da Estrada de ferro de D. Pedro II.....	28
N. 9.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 28 de Janeiro de 1862. — Declara que mereceu a approvação do Governo Imperial o procedimento do Engenheiro Fiscal da Estrada de ferro, oppondo-se a uma decisão da Companhia.....	29
N. 10.	— GUERRA. — Aviso de 4 de Fevereiro de 1862. — Mandando adoptar a tabella das distancias dos Municipios e Freguezias da Provincia do Rio Grande do Sul, para os ajustes de contas....	30
N. 11.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 8 de Fevereiro de 1862. — Manda que a Directoria da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II, organise uma tarifa que tenha por basa a legua de 3.000 braças.....	31
N. 12.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 11 de Fevereiro de 1862. — Declara ao Presidente de Pernambuco que quanto antes mande proceder á capitalisação do que se houver despendido nas obras da 2. ^a secção da Estrada de ferro da dita Provincia.....	
N. 13.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 11 de Fevereiro de 1862. — Declara ao Ministro Brasileiro em Londres que foi autorisado o Presidente de Pernambuco a mandar pagar os juros de dous semestres que estão vencidos sobre a 2. ^a Secção da Estrada de ferro da referida Provincia.....	
N. 14.	— FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1862. — Instruções sobre a restituição do imposto do sello, substituição do papel sellado e concessão do sello em branco.....	3

N. 15.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 14 de Fevereiro de 1862.—Declara ao Presidente da Provincia de Pernambuco que o Governo não está deliberado a conceder garantias a novas estradas ou á continuação das actuaes.....	33
N. 16.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 14 de Fevereiro de 1862.—Ao Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II, sobre a reclamação do pagamento dos juros de saldos constantes das contas ainda não liquidadas.....	36
N. 17.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.—Ao Ministro Brasileiro em Londres, determinando que não sejam pagos pelos cofres publicos os Engenheiros Thomaz Hunt e Thomaz Greener, estabelecendo o direito que tem o Governo Imperial de fazer inspecionar o material das Companhias de estradas de ferro subvencionadas pelos cofres publicos.....	37
N. 18.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Portaria de 19 de Fevereiro de 1862.—A' Camara Municipal da Córte, ordenando que providencie a fim de que se não fação córtes em montes encravados, &c.....	38
N. 19.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 20 de Fevereiro de 1862.—Determina que as contas da Estrada de ferro de Pernambuco sejam sempre apresentadas pela Companhia nas épocas marcadas.....	39
N. 20.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso do 1.º de Março de 1862.—A' Camara Municipal da Córte para que não consinta que novas obras ou reparos se fação nas montanhas vizinhas dos encanamentos...	»
N. 21.—	FAZENDA.—Em 3 de Março de 1862.—Instrucções para os concursos a que estão sujeitos os empregos das Allandegas.....	40
N. 22.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 7 de Março de 1862.—Explicando o procedimento que se teve com alguns Directores da Estrada de ferro da Provincia de Pernambuco.....	41
N. 23.—	AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 7 de Março de 1862.—Ao Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II, resolvendo	

	PAGE.
algumas duvidas apresentadas pela mesma Direcção relativas ás Instrucções approvadas pelo Decreto n.º 2.882 B de 29 de Janeiro ultimo.	59
N. 24.—AGRICULTURA; COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 8 de Março de 1862.— Ao Presidente de Pernambuco, declarando que faça constar a Henrique Augusto Milet que pela Resolução da Consulta sobre o requerimento de Manoel Salgado Accioli, e Luiza Francisca Accioli foram concedidos os terrenos de marinha para edificação da nova Cidade, supprimindo-se para esse fim a excepção, ou reserva da condição 21.ª do contracto.....	52
N. 25.— IMPERIO.— Em 12 de Março de 1862.— Ao Ministerio da Fazenda, igualando o vencimento dos Capellães do Imperial Collegio de Pedro II ao dos Professores de linguas do mesmo Collegio.....	53
N. 26.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 17 de Março de 1862.— Ao Inspector Geral das Obras Publicas, declarando que os seus relatorios, como os dos seus Ajudantes devem ser minuciosos, a fim de que se faça juizo seguro a respeito dos trabalhos a cargo da Inspeção.....	»
N. 27.— JUSTIÇA.— Aviso de 8 de Maio de 1862.— Declara que a doutrina do Aviso de 16 de Fevereiro de 1854 não se estende á hypothese dos arts. 118 do Codice Criminal e 182 do Codice do Processo.....	54
N. 28.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 9 de Maio de 1862:— Mandando observar as disposições do art. 1.º § 9.º da Lei de 26 de Junho de 1852, e do art. 12 do contracto de 10 de Maio de 1855 que prohibe o emprego de braços escravos na construcção e conservação da Estrada de ferro de D. Pedro II.	»
N. 29.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 19 de Maio de 1862.— Manda extinguir aldeamentos, dando diversas providencias.....	55
N. 30.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 19 de Julho de 1862.— Declara que não pôde ter lugar a gratificação ao Juiz Commissario dos municipios de Campos e S. João da Barra, e seu Agrimensor por não ter elle assento no Regulamento de 30 de Janeiro de 1854.....	56

	PAGS.
N. 31.—FAZENDA.—Em 23 de Julho de 1862.—Instrucções para execução do Regulamento de 27 de Junho do corrente anno que baixou com o Decreto n.º 2.941 da mesma data para arrematação dos bens pertencentes ao extincto vin- culo de Jaguára na Provincia de Minas Geraes.	57
N. 32.—GUERRA.—Aviso de 18 de Agosto de 1862.—Declarando que não é admissivel o engajamento de praças invalidas, do mesmo modo que as dos Corpos, que pretendem continuar no serviço.	59
N. 33.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 19 de Agosto de 1862.—De- clara que as terras, cuja venda foi a Presi- dencia do Amazonas autorisada a realizar, devem ser medidas por conta de quem as comprar em hasta publica.....	61
N. 34.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 21 de Agosto de 1862.—Para providenciar que as terras do Estado não sejam invasas por intruso.....	»
N. 35.—GUERRA.—Aviso de 15 de Setembro de 1862.—Declarando que são desnecessarios titulos de nomeação passados pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra para o cargo de re- crutador.....	61
N. 36.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Para os Directores das Colonias do Governo remetterem contas trimestraes metho- dicamente classificadas, e instruidas de docu- mentos necessarios.....	»
N. 37.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PU- BLICAS.—Em 22 de Outubro de 1862.—Dando Instrucções por que se tem de dirigir a Com- missão encarregada dos melhoramentos e re- paros da Estrada de Santa Clara para Philadel- phia e dahi ao Alto dos Bois.....	62



DECISÕES DO GOVERNO

DE

1862.

N. 1.—GUERRA.—Aviso de 2 de Janeiro de 1862.

Declarando que a despesa com os cartuchos, consumidos nos funeraes das pessoas condecoradas com habitos ou quaesquer outras mercês, que conferem honras militares, corre por conta deste Ministerio.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 2 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Decláro a V. Ex., em solução á duvida apresentada pelo Alferes encarregado do Deposito do artigos bellicos dessa Provincia, que a despesa com os cartuchos, que forem consumidos nos funeraes das pessoas condecoradas com habitos ou quaesquer outras ordens, que dão honras militares, corre por conta deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 2.—GUERRA.—Aviso de 3 de Janeiro de 1862.

Declarando que as arrematações de medicamentos para as enfermarias militares devem ser feitas perante os respectivos Conselhos economicos.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 3 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta, feita pelo delegado do Cirurgião-mór do Exercito nessa Provincia, em
Decisões do Governo.

officio por V. Ex. transmittido por copia com o seu n.º 340 de 6 de Dezembro ultimo, acerca da competencia do Conselho economico na arrematação dos medicamentos precisos á enfermaria militar, declaro a V. Ex., a fim de o fazer constar ao mencionado delegado, que taes arrematações devem ser feitas perante o Conselho economico, como bem pondera o mesmo delegado, baseado no art. 64 do Regulamento das enfermarias de 30 de Janeiro do anno proximo passado, de accordo com o art. 219 do Regulamento do Corpo de saude do Exercito de 7 de Março de 1857, alterado pelo de 26 de Dezembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 3.—FAZENDA.—Em 9 de Janeiro de 1862.

Admissão e exame em concurso para o provimento de empregos das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 78 de 6 do mez passado, para abrir o concurso que se faz necessario a fim de preencher-se a vaga existente de um lugar de 2.º Escripturario na respectiva Alfandega; declarando-lhe ao mesmo tempo, quanto á duvida proposta no dito officio—se aos concursos para provimento dos lugares das Alfandegas, *ad instar* do que se pratica com os lugares das Thesourarias em virtude do art. 18 do Decreto de 14 de Março de 1860, podem ser admittidos individuos estranhos ás Repartições de Fazenda, quando os respectivos Empregados de 1.ª entrância não queirão concorrer, ou quando concorrão em numero não superior ao das vagas—; que semelhante duvida está resolvida no art. 79 do Regulamento de 19 de Setembro do sobredito anno. Outrosim que póde o Sr. Inspector dispensar aos candidatos que o requererem, os exames não considerados de rigor, segundo o art. 76 do citado Regulamento; na intelligencia de que os candidatos já approvados em algumas materias não devem passar por novos exames das mesmas, mas sómente daquellas

em que lhes faltar a approvação, obtida nas Repartições de Fazenda, ou nos Estabelecimentos de que trata o art. 77.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 4.—IMPERIO.—Aviso de 10 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Ceará communicando o que resolveu o Governo Imperial sobre algumas Leis Provinciaes do anno de 1860.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no anno de 1860 foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e de conformidade com o seu parecer, exarado em Consulta de 27 de Junho do anno proximo passado, declaro a V. Ex. o seguinte :

1.º Faltão os Compromissos das Irmandades approvedos pelas Resoluções n.º 933, 936, 952, 961, 963, e 966.

2.º A Resolução n.º 944, que no art. 1.º § 5.º estabelece um imposto municipal de entrada e sahida, e no art. 2.º decreta direitos de exportação sobre o sal, está no mesmo caso daquellas a respeito das quaes a dita Secção tem feito sentir a necessidade de uma Decisão do Poder Legislativo que defina a naturza de taes impostos.

3.º Não se descobre qual a razão do disposto na Resolução n.º 947, que declara válida uma nomeação feita pelo Vice-Presidente da Provincia, por ser conforme á Lei.

4.º O privilegio concedido pela Resolução n.º 948 é exorbitante das attribuições das Assembléas Provinciaes, como se tem declarado por vezes.

5.º Na Resolução n.º 953 (Posturas da Camara Municipal da Cidade da Granja) nota-se: 1.º, o art. 112, que manda ratear pelos presos pobres certa parte do producto da arrematação dos porcos que vagarem pelas ruas. Isto offende o direito de propriedade, porque esse producto, deduzidas as despesas e multa, deve ser entregue aos donos dos porcos; 2.º, o art. 116, que estabelece um imposto de importação no Municipio, disposição esta, que está na mesma razão do art. 1.º § 5.º da supracitada Resolução n.º 944. Em caso identico se acha o art. 120; 3.º, os arts. 119 e 121, que contêm objectos de Lei geral, em relação ao crime; 4.º, o art. 122, cuja disposição vai prejudicar os impostos geraes; 5.º, finalmente, o art. 123, que offende o Tratado com a França.

6.º São menos regulares as seguintes disposições da Resolução n.º 334 (Posturas da Camara Municipal de Santa Quiteria): 1.º, o art. 30, que impõe aos proprietarios de terras a obrigação de abrir estradas, creando assim um onus pessoal que tem merecido o reparo da Secção em casos semelhantes; 2.º, os arts. 32, 33 e 43, que rezão de objectos regulados por Lei geral, proprios dos Codigos; 3.º, o art. 46, ao qual cabe uma censura igual a que se fez ao art. 112 da Resolução n.º 953.

7.º Na Resolução n.º 964 (Posturas da Camara Municipal de Quixeramobim) nota-se: 1.º, os arts. 11, 12 e 13, e 66 quanto a botica, que intromettem-se na regulação do exercicio da medicina e pharmacia, que pertence á Lei geral, e está providenciado pelo Decreto de 29 de Setembro de 1851; 2.º, os arts. 75, 76, 77, 78, 83, 101 e 109, que achão-se nas mesmas circumstancias dos arts. 32, 33 e 43 da Resolução n.º 954, pois tratão de objectos sujeitos ás disposições dos Codigos e regras de Direito; 3.º, o art. 102, que é semelhante ao 30.º da Resolução n.º 954, e incorre em igual censura.

A' vista de taes considerações resolve o Governo Imperial submeter á consideração da Assembléa Geral Legislativa os mencionados actos, cumprindo que V. Ex. remetta cópias dos cinco Compromissos acima referidos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos*.
— Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 3. — IMPERIO.—Aviso de 11 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo approvando as Decisões que deu ácerca do juramento e posse de um Vereador que era Delegado de Policia, e passou a vara ao substituto, sendo depois exonerado do cargo de Delegado.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Janeiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial o officio de V. Ex. n.º 29 de 7 de Dezembro do anno passado, em que submete á sua approvação as Decisões que proferio ácerca das duvidas suscitadas na Camara Municipal dessa capital, por occasião de se apresentar no dia 1.º de Novembro ultimo o cidadão Manoel Goulart de Souza, eleito Vereador, para prestar o respectivo juramento e tomar assento, o que até alli não tinha feito por ter estado servindo o cargo de Delegado de Policia.

Expõe V. Ex. que tendo comparecido á sessão extraordinaria do referido dia 1.º de Novembro oito Vereadores, e tratando-se da nomeação do Secretario da Camara, dividio-se esta, querendo quatro Vereadores que a dita nomeação recaísse em certo individuo e os outros quatro em diverso; que, comparecendo nesta occasião o dito Goulart para prestar juramento e entrar em exercicio, oppuzerão-se a isso quatro daquelles Vereadores, dando como razão da sua opposição o ter o referido Goulart deixado apenas na vespera daquelle dia o exercicio de Delegado, passando-o ao seu substituto; e que, como houvesse insistencia do outro lado, e o voto de qualidade do Presidente, retirárão-se os ditos quatro Vereadores para não poder haver sessão, e por conseguinte deferir-se o juramento; mas que, não obstante, o Presidente, com o Secretario e os tres Vereadores que ficárão, juramentou e deu posse ao cidadão Goulart.

Expõe mais V. Ex. que, nesta conjunctura, representando-lhe os quatro Vereadores que se tinham retirado, V. Ex. declarou incompativel a accumulção do exercicio dos dous cargos de Vereador e Delegado de Policia, na conformidade dos Avisos de 26 de Abril e 16 de Junho de 1849, mas que tres dias depois, removido o impedimento por ter o cidadão Goulart alcançado demissão do cargo de Delegado de Policia, suscitou-se na Camara a questão, se devia elle prestar novo juramento, por ser nullo o que anteriormente havia prestado, decidindo V. Ex. que não.

O Governo Imperial, conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor deste Ministerio, approva as referidas decisões de V. Ex.: a primeira, por ser baseada nos Avisos acima citados, que decidem não haver incompatibilidade na accumulção dos cargos de Vereador e de Delegado de Policia, mas sómente no exercicio cumulativo de ambos; e a segunda, porque, ainda mesmo que o cidadão de que se trata tivesse prestado juramento em tempo em que estava no exercicio de Delegado, o que não succedeu, pois que o fizera depois de passar a vara ao substituto, esse juramento era válido, porque não importava exercicio do cargo, e não devia ser repetido, quer por esse motivo, quer por haver sido deferido sómente pelo Presidente, Secretario e os tres Vereadores que se conservárão presentes, visto que, na impossibilidade de reunir-se numero legal de Vereadores, o juramento assim deferido é válido, conforme está decidido pelo Aviso, que V. Ex. cita na decisão que proferio, de 31 de Maio de 1849. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos*
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 6.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 11 de Janeiro de 1862.

Declara que a disposição do art. 102 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844 comprehende as cartas e mais papeis contidos nas malas, saccoes ou massos do correio.

4.^a Directoria.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Janeiro de 1862.

Declare V. S. aos Administradores do Correio que o art. 102 do Regulamento de 21 de Dezembro 1844 comprehende tambem as cartas e mais papeis que se contiverem nas malas, saccoes ou massos, presumindo-se por consequencia que chegam em estado regular aquelles sobre que immediatamente se não fizerem as devidas notas e exames, não só por ser esta intelligencia conforme a todos os principios de Direito, mas tambem por estar evidentemente comprehendida naquelle artigo, e no art. 42 do Regulamento de 27 de Setembro de 1849.

Deus Guarde a V. S.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello*.—Sr. Director da 4.^a Directoria.

N. 7.—FAZENDA.—Em 13 de Janeiro de 1862.

Sobre a isenção de direitos de expediente e armazenagens nos despachos livres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Como V. Ex. sabe é permittida, em virtude do art. 512, § 21, do Regulamento publicado com o Decreto n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, a isenção de direitos de consumo aos objectos cujo despacho livre tiver sido, ou fôr concedido, nos contractos celebrados pelo Governo Imperial com alguma pessoa, companhia, ou corporação nacional ou estrangeira.

O art. 625, porém, do mesmo Regulamento é applicavel como se acha pela Circular do Thesouro de 31 de Outubro de 1861, obriga os ditos objectos ao pagamento de direitos de expediente, que são uma modica e justa retribuição do trabalho e tempo que se gasta nas Alfandegas com taes despachos. Desta regra só podem apartar-se as Repartições Fiscaes quando se tratar de objectos que por Lei sejam

isentos de todo o qualquer direito de entrada. Mas, não obstante a base de justiça em que assenta esse imposto, suscitão-se muitas vezes duvidas ao seu pagamento pela expressão generica—isenção de direitos da Alfandega—, de que quasi sempre se usa nos contractos, expressão na qual ha quem tenha pensado, que se comprehende tanto os direitos de importação como os de expediente.

Para obviar estas duvidas, venho rogar a V. Ex. dignese fazer inserir nos contractos que por ventura se tenham de celebrar no Ministerio a seu cargo, com a clausula de despacho livre de direitos, a condição de que nestes não entrão os de expediente, se em virtude de autorisação legal não houver sido concedida essa isenção nem tambem os de armazenagem, de que só são isentos os generos e mercadorias de que tratão os §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 691 do citado Regulamento n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*
—Sr. Marquez de Caxias.

— Identico aos outros Ministerios.

N. 8.—FAZENDA.—Circular em 13 de Janeiro de 1862.

Como se deve processar o despacho de generos estrangeiros navegados por cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo, pelo que tem mostrado a experiencia, ser prejudicial aos interesses da Fazenda Nacional e ao commercio licito, attentos os abusos a que dá lugar, a pratica de não se abrirem no acto do respectivo despacho os volumes de mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, que vão ser transportadas com carta de guia para as Alfandegas de Uruguayana e de Albuquerque, mediante baldeação nos portos do Rio da Prata, conforme é permittido pelos arts. 491 e 493 do Regulamento n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860 ; e vendo, das informações que acompanhárão o officio da Inspectoria da Alfandega da Côte n.º 509 de 24 de Dezembro ultimo, que essa pratica deriva da disposição do art. 629, § unico, n.º 2 do mesmo Regulamento, a qual, quando muito, só deve ser applicada aos despachos de mercadorias que não tenham de tocar em porto estrangeiro:

recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a expedição de suas ordens para que nas Alfândegas se observe a doutrina do art. 644 do citado Regulamento, que manda seguir, no despacho dos generos estrangeiros navegados por cabotagem, o disposto nas Secções 6.^a, 7.^a, 12.^a, 13.^a e 14.^a do Cap. 3.^o Tit. 5.^o, cujo art. 547, podendo autorisar, em casos muito especiaes, a dispensa do exame das mercadorias antes de calcularem-se os respectivos direitos, está subordinado á disposição do art. 545 todas as vezes que a conferencia interna seja necessaria para verificação da qualidade ou classe das mercadorias e decisão das duvidas que se possam suscitar no seu despacho, conforme já foi explicado pela Circular n.^o 47 de 18 de Julho de 1861.

O que tudo ha por muito recommendado aos mesmos Srs. Inspectores, para que o cumprão e fação cumprir immediatamente.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 9.—FAZENDA.—Circular em 13 de Janeiro de 1862.

Manda que os officios que se remettem seguros pelo Correio sejam fechados conforme prescreve o art. 10 das Instrucções de 16 de Dezembro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo informado de que são muitas vezes enviados ao Correio pelas Autoridades e Repartições Publicas alguns officios, para que sejam seguros, sem que estejam fechados conforme prescreve o art. 10 das Instrucções de 16 de Dezembro de 1859, não podendo o Correio assim aceita-los; e convindo evitar qualquer transtorno que da demora possa vir ao serviço, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade do Aviso do Ministerio d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 11 do corrente, que tenham em attenção aquelle dito artigo, e fação as necessarias recommendações ás Repartições pertencentes ao Ministerio da Fazenda para a sua exacta observancia.

José Maria da Silva Paranhos.

N 10.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes communicando a deliberação do Governo sobre varias Leis Provinciaes do anno de 1859.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Sobre os actos legislativos dessa Provincia promulgados no anno de 1859 foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e de conformidade com o seu parecer, na parte relativa ás materias da competencia deste Ministerio, exarado em consulta de 2 de Março do corrente anno, de ordem do Governo Imperial communico a V. Ex. que os ditos actos vão ser submittidos á consideração da Assembléa Geral Legislativa, com uma copia da Consulta, na qual se fazem os seguintes reparos.

1.º As Leis n.ºs 985, 986, 1.014, 1.044, e 1.047, que autorisão o Presidente da Provincia para aposentar certos e determinados empregados publicos, são exorbitantes das attribuições das Assembléas Provinciaes, como tantas vezes se tem declarado.

2.º A Resolução n.º 1.000 (Posturas da Camara Municipal da Villa do Araxá) no art. 6.º obriga o possuidor de carros a pôr nas ruas, que o Fiscal indicar, duas carradas de pedra. A Camara Municipal não pôde dispôr assim da propriedade alheia sem indemnisação.

No art. 9.º prohibe-se fazer roça na sesmaria do Bebedouro quem na mesma não tiver parte, ou mostrar consentimento de alguns socios da dita sesmaria. Se a sesmaria é propriedade particular, como parece, a primeira parte do artigo é pelo menos superflua, porque é regra geral de direito que ninguem pôde abrir trabalho em terra alheia, e a segunda parte não se conforma com o direito commum dos socios: semelhante disposição não é propria de Postura.

O art. 13 obriga os socios da referida sesmaria do Bebedouro a apresentarem seus titulos ao Fiscal para poderem fazer pastos ou quaesquer tapumes. Não se pôde descobrir a razão especial desta disposição. Se o trabalho é em terras communs, aos outros socios toca essa vigilancia: a autoridade publica nada tem que ver neste negocio, e é exorbitante de Posturas esta disposição.

Tambem não se pôde descobrir o sentido do art. 20.—Se o fazendeiro paga o imposto, não ha razão para o obrigar a mandar o gado, e aproveitar-se do bebedouro.

No art. 21 se impõe uma multa de 50\$000 pela primeira vez; mas a Lei do 1.º de Outubro de 1828 art. 72 quer que a multa excedente á 30\$000 só tenha lugar nas reincidencias.—O

Decisões do Governo.

mesmo se nota a respeito da multa de 60\$000 imposta no artigo unico da Lei n.º 1.002.

3.º Sobre a Resolução n.º 1.004 não pôde a Secção interpor parecer, porque não veio acompanhada das Posturas da Camara Municipal de Santa Luzia, a que se refere.

4.º A Resolução n.º 1.005 (Posturas da Camara Municipal da Cidade do Serro) no art. 1.º §§ 1.º e 2.º impõe as multas de 60\$000 e de 400\$000 pela contravenção das disposições desses paragraphos; mas nem a primeira é regular, porque só nas reincidencias pôde ser applicada, como é expresso no citado art. 72 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, nem a segunda é toleravel.

5.º O art. 4.º da Lei n.º 1.006, que prohibe cercar e tomar posse de qualquer terreno publico, sem prévia licença, e concessão da Camara, é objecto de Lei geral.

6.º Na Lei n.º 1.007 a disposição do art. 3.º exigindo deposito dos mascates, pôde chamar-se absurda, assim como a do art. 27 da Lei n.º 1.029, que é identica.

7.º A Lei n.º 1.000 no art. 24 restabelece e eleva um imposto com referencia aos mascates estrangeiros. Se esse imposto é maior do que o lançado sobre os nacionaes, semelhante disposição será offensiva do Tratado com a França, e não poderá sustentar-se.

8.º O art. 1.º *in fine* da Resolução n.º 1.024, que approva Posturas da Camara Municipal da Cidade da Campanha, dá o meio executivo para a cobrança das multas, o que é exorbitante das facultades das Camaras Municipaes e Assembléas Provinciaes. A mesma observação cabe á respeito do art. 206 da Resolução n.º 1.035 que tem igual disposição, tratando das Posturas da Camara Municipal da Villa do Bomfim.

9.º A Resolução n.º 1.025 (Posturas da Camara Municipal da Cidade de Ubá) art. 1.º obriga os dentistas a tirarem licença para exercerem sua profissão no Municipio, da qual não precisão segundo o Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851 autorizado pelo Decreto Legislativo n.º 598 de 14 de Setembro de 1850.

Nessa mesma Resolução está o art. 5.º que obriga os estrangeiros, que dentro do Municipio trabalharem nos officios de caldeireiro, ou funileiro, a pagarem de licença a quantia de 8\$000, sujeitando-os á multa de 10\$000 e ao dobro na sua reincidencia. — Se não ha igual onus para os nacionaes, esta disposição offende o já citado Tratado com a França.

10.º A Resolução n.º 1.028 (Posturas da Camara Municipal da Villa Leopoldina) impõe aos proprietarios uma contribuição annual de quarenta réis por cada alqueire de terra de cultura ou campo. — Esta contribuição não tem o character de municipal para ser decretada por uma Postura.

11.º A Resolução n.º 1.029 (Posturas da Camara Municipal

da Cidade de Baependy) inflige em certo caso (art. 25) o castigo de palmatoadas. Mas a Lei não dá ás Camaras Municipaes faculdade para outras penas além da multa e prisão.

Nos arts. 32 e 33 da mesma Resolução decretão-se impostos sobre Advogados e Procuradores, com o que se ingere na administração da justiça, sobre a qual não se fazem Posturas.

Ainda ha nesta Resolução o art. 33 que obriga os boticarios á uma licença, a que não devem estar sujeitos á vista do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, acima citado.

12.º A Resolução n.º 1.035 (Posturas da Camara Municipal da Villa do Bomfim) define no art. 5.º o que seja pena, comprehendendo na definição a obrigação de fazer alguma cousa. Nesta doutrina, que se aparta dos criminalistas, pouco se respeitou a Lei do 1.º de Outubro de 1828, que só concede ás Camaras a imposição de duas penas, multa e prisão.

O art. 7.º contém preceito que ás Camaras Municipaes não podem estabelecer. Não lhes é dado substituir por trabalho a multa e a prisão.

O art. 14 que obriga os jornaleiros á trabalhos que lhes forem dados pelo Subdelegado, sob penas de prisão e multa, é tambem exorbitante das faculdades concedidas ás Camaras Municipaes, e attentorio da liberdade individual e da propriedade, para cuja restricção no caso do artigo não lhe dá poder a Lei.

O art. 23, declarando que as posturas obrigão a todas as pessoas, quaesquer que sejam os seus privilegios, corporações, ou associações, ou estabelece doutrina nova, ou repete disposição de Lei existente. No primeiro caso falta autoridade na Camara, e no segundo é ocioso o artigo; e as leis não devem ter nada de ocioso.

O art. 26 é de todo insustentavel; as Camaras não tem faculdade para substituirem pela prisão as multas e custas do processo, nem para designarem a quantia que deve caber a cada dia de prisão.

O art. 33 só poderá sustentar-se considerando os nove por cento como imposição de multa addicional, ou aggravacão de multa; mas então será necessario que os nove por cento com a multa primordial não excedão á alçada das Camaras Municipaes.

Os arts. 84 e 86 a 92 estão nos casos das Resoluções n.º 1.025 art. 1.º e n.º 1.029 art. 33 acima referidas. Entendem com o Regulamento da Junta de Hygiene de 29 de Setembro de 1851, principalmente os arts. 84, 86, 87, e 88, podendo admittir-se unicamente os arts. 90, 91, e 92 como auxiliares do dito Regulamento.

O art. 96 § 3.º só poderá ser tolerado se os vinte por cento sobre o valor dos objectos rifados não excederem o maximo da multa que as Camaras Municipaes podem decretar.

O art. 101, que obriga a trabalho os individuos maiores de

15 annos, e manda dar curador ao maior de 14 annos, e menor de 21 contra quem se proceder pela infracção desta postura, contém materia da competencia das leis e policia geraes.

O art. 109 que dispõe sobre concertos e reedificação de predios, autorizando os inquilintos a fazerem estas obras á expensas dos proprietarios, contém disposições inteiramente alheias das Posturas. O mesmo acontece com o art. 117, que obriga o bebado a assignar termo de abster-se do vicio.

O art. 133 estabelece que é contravenção furtar cousas que não excedão o valor de dez mil réis, sujeitando os contraventores á multa de 5 á 30\$000 rs, e oito dias de prisão, e de 20 á 60\$000 rs. nas reincidencias. As Camaras Municipaes não podem fazer esta distincção de valores para subordinar uma parte delles. Todos estes furtos estão sujeitos ao codigo criminal.

O art. 142, que pune como contravenção ou infracção de Postura varios crimes, contém materia propria de Lei geral.

Merecem igual censura os arts. 155 e 156 no principio, que regulão os direitos dos herdeiros ou socios de terras que estão em commum, bem como o art. 160, e todos os seus paragraphos que manda debaixo de certas regras fazer tapumes ou cercas divisorias nos terrenos pelos moradores ou proprietarios confinantes.

O art. 166 offende o direito de propriedade. O remedio contra a reluctancia dos donos das terras, pelas quaes convém que passem estradas, é a desapropriação, e não a pena de multa imposta por este artigo.

Ao art. 170 cabe observação analogá. Não se póde impor aos fazendeiros ou donos de terras obrigação tão pesada, como a de fazerem á sua custa as pontes sobre todos os rios, corregos, ou ribeirões, que não tiverem mais de quarenta palmos de largura. Para alguns esta obrigação poderá ser um onus extremo.

Os arts. 178, 179 e 180, que qualificão como contravenção de Postura certos factos, que ou são crimes, ou estão sujeitos á processo civil, não podem ser objecto de Postura, mas de Lei geral.

A construcção do art. 207 é defeituosa. Diz que as Posturas obrigão desde a sua data, quando approvadas pelo Presidente, dando-se-lhes assim força de obrigar antes de a terem.

A disposição do art. 209, que impõe multa aos que comprarem aguardente aos tropeiros, sem que estes mostrem o conhecimento de terem pago o imposto municipal, faz uma exigencia inexequivel, porque obriga á todos a serem fiscaes de tal imposto.

13.º A Resolução n.º 1.036 (Posturas da Camara Municipal da Cidade da Conceição do Serro) está no caso da antecedente, quanto aos artigos que contém disposições identicas ou

analogas; e taes são os arts. 5.º, 14, 24, 27, 32, 39, 76, 78, 79, 80, 93, 100, 137, 141, 147, 155, 167, §§ 73 e 12, e art. 179.

14.º Também está no mesmo caso a Resolução n.º 1.037 (Posturas da Camara Municipal da Cidade de Passos) nos arts. 5, 7, 17, 34, 38, 62, 73 *in fine*, 92 *in fine*, 96, 97, 99, 104, e 105.

15.º E ainda em igual caso está a Resolução n.º 1.038 (Posturas da Camara Municipal da Cidade de Pitangui) nos arts. 21, 13, 78, 80, 81, 96, 108, 124, 131, 134 §§ 1 e 2, 148 á 154, 157, 158, 162, 168 e 187 §§ 5.º e 14.

16.º A Lei n.º 1.042 que autorisa o Presidente a conceder carta de Pharmaceutico a um individuo, e a de n.º 1.043 que dispensa á outros da frequencia da escola de pharmacia, estão em opposição ao Regulamento de Hygiene já citado.

Chamando a attenção de V. Ex. para o que fica exposto, recommendo a remessa de uma copia das Posturas da Camara Municipal da Cidade de Santa Luzia, approvadas pela Resolução n.º 1.004 de 30 de Junho, e outrosim informação sobre a natureza da sesmaria do Bebedouro, de que trata a Resolução n.º 1.035, á respeito da qual ha disposições que dependem de explicações para serem bem comprehendidas.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Hdefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 11.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo ácerca do Juiz de Paz que devia presidir a Junta de Qualificação de votantes da Parochia de Santa Cruz, e dos Eleitores e supplentes que devião organisar a mesma Junta, se os do actual quadriennio, ou os do passado.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr —Tenho presente o officio de 5 de Agosto do anno proximo findo, em que V. Ex. submette á consideração do Governo Imperial as decisões dadas ao 1.º Juiz de Paz do districto de Santa Cruz: 1.ª, que não se tendo reunido na época marcada pela lei a junta de qualificação de votantes por acharem-se impedidos todos os Juizes de Paz do districto, devião ter sido convocados os do districto mais vizinho, segundo a expressa disposição do art. 17 das instrucções annexas ao Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, mas que, achando-se elle já em exercicio, devia fazer a convocação

dos eleitores e supplentes que tinham de concorrer á formação da mencionada junta, guardados os prazos marcados no art. 4.º da Lei de 19 de Agosto de 1846; 2.ª, que até o dia 2 de Maio daquelle anno devião funcionar na dita junta os eleitores da passada legislatura, e do dia 3 em diante os da actual, por isso que as funcções do eleitorado terminão com a legislatura para que fez-se a eleição, o que é doutrina expressa nos Avisos de 13 de Dezembro de 1847, 5 de Março de 1848 § 4.º, e 15 de Março de 1848 § 3.º

Em resposta declarou a V. Ex. que o Governo Imperial approva a primeira daquellas decisões, por ser conforme ao Decreto que V. Ex. cita e ao art. 4.º das instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849, e bem assim a segunda; observando, porém quanto a esta, que, uma vez organizada a junta de qualificação pelos eleitores e supplentes da passada legislatura, por ter tido lugar essa organização antes de haverem sido approvados pela Camara dos Deputados os da actual, devia ella continuar em suas funcções, na fórma da decisão dada em Aviso de 30 de Dezembro ultimo, expedido ao Presidente da Provincia de Sergipe, de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em consulta de 26 de Novembro antecedente, e publicado no *Jornal do Commercio* de 2 do corrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hdefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 12.—FAZENDA.—Em 17 de Janeiro de 1862.

Manda cobrar na Alfandega da Côte os emolumentos que pertencêrão á Secretaria da Marinha e são cobrados na Recebedoria do Município depois que passarão a pertencer ás rendas do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1862.

Tomando em consideração o que V. S. representa em seu officio n.º 435 de 26 de Novembro ultimo, ácerca da conveniencia que haveria, para o commercio e para a celeridade do expediente dessa Repartição, em se arrecadarem ali, como já o são, o imposto do sello, o dos despachantes e as multas, os emolumentos devidos pelo—Passe—concedido aos navios nos despachos maritimos, e que continuão a ser pagos na Recebedoria da Côte, em virtude de disposições anteriores ao novissimo Regulamento das Alfandegas, desde que todos os emolumentos que se cobravão na Se-

cretaria da Marinha, pelos actos que a esta competição, foram incluídos na receita geral do Imperio; e tendo igualmente em vista o que a esse respeito dispõem os arts. 495 a 498 do Regulamento n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, conforme os quaes o serviço de que se trata e que outr'ora se achava á cargo daquella Secretaria de Estado, foi incumbido á Alfandega, onde é hoje iniciado e concluído: declaro a V. S. que a referida pratica, cuja alteração propõe, não pôde mais subsistir, porque é fóra de duvida que os emolumentos em questão achão-se comprehendidos nos de que trata o n.º 8.º do art. 504 do citado Regulamento, pela regra geral de que os impostos desta natureza são pagos *pro labore* ás Repartições sobre que pesa o serviço, e só podião ser arrecadados pela Recebedoria em quanto fizessem parte da renda da Secretaria da Marinha que passou a ser receita do Estado pelo art. 33 do Decreto n.º 2.359 de 19 de Fevereiro de 1859.

Neste sentido, pois, faço expedir as convenientes ordens á sobredita Recebedoria, cumprindo á V. S. providenciar para que a cobrança do referido imposto seja d'ora em diante feita na Repartição a seu cargo.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos*.—
Sr. Conselheiro Inspector d'Alfandega da Côrte.

— Communicou-se á Recebedoria da Côrte.

N. 13.—IMPERIO.—Aviso de 18 de Janeiro de 1862.

Ao Inspector geral da Instrução primaria e secundaria declarando o que se deve entender por escola, e collegio, para os fins de que tratão os arts. 100 e 102 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, e tabella annexa ao Decreto n.º 1.600 de 10 de Maio de 1855.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio de V. Ex. de 11 de Julho proximo passado, em que não só representa acerca da antinomia que lhe parece existir entre o art. 100 e 102 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, que marcão as idades que devem ter os individuos que pretendem abrir escolas e outros estabelecimentos de instrução primaria e secundaria, e os que houverem de dirigir estabelecimentos de instrução, por exigir aquelle a de 21 annos e este a de 25; mas tambem pede que se definão, por não serem bem

claros no citado regulamento, os termos—escola, collegio, e casa de instrucção ou de educação, — para remover as difficuldades e incertezas que apparecem, sempre que se tem de executar a tabella annexa ao Decreto n.º 1.600 de 10 de Maio de 1855: declaro a V. Ex. de ordem de S. M. o Imperador, que referindo-se necessariamente as idades exigidas nos citados artigos á maior ou menor responsabilidade que assumem os respectivos instituidores, e consistindo esta não só no ensino como tambem na educação moral dos discipulos, deve-se entender por escola, seja qual fôr o nome que se lhe dê, qualquer estabelecimento de primeiras letras, ou de uma ou mais materias de instrucção primaria e secundaria, em que haja sómente alumnos externos e um só professor, que seja ao mesmo tempo o chefe da casa; em taes circumstancias deverá ter este a idade do 21 annos marcada no art. 100 do Regulamento, e lhe será applicavel a disposição da tabella que se refere á licença para abertura de escola, ou aula de instrucção primaria e secundaria.

O estabelecimento porém, em que se admittão alumnos internos ou meio-pensionistas, ou de ambas as categorias, haja nelle um só ou mais professores, seja qual fôr o numero e especie das materias do ensino, um tal estabelecimento deve-se entender que é um collegio, embora seus donos lhes deem outro qualquer nome. Assim, pois, havendo taes alumnos, deve-se considerar como collegio não só o estabelecimento de instrucção em que haja um director com professores de varias materias, como tambem as casas onde o ensino fôr feito por um só professor de primeiras letras, ou de uma ou mais materias da instrucção primaria e secundaria, e bem assim aquellas onde se recebem alumnos desta ordem sómente para prepara-los para outros estabelecimentos de instrucção. É do mesmo modo deve-se entender que é collegio o estabelecimento em que, havendo sómente alumnos externos, o pessoal do ensino consta de um director coadjuvado por professores da instrucção primaria ou secundaria, ou juntamente de ambas.

Em todos estes casos é exigivel a idade de 25 annos marcada no art. 102, e tem applicação a disposição da tabella relativa á licença para abrir collegio.

O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—
Sr. Inspector geral da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

N. 14.—FAZENDA.—Em 21 de Janeiro de 1862.

Que uma multa imposta ao Capitão de um navio, já sahido do porto, deve recahir sobre os Empregados que derão causa a ser o mesmo navio desembaraçado pela Alfandega independentemente do termo de responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1862.

Communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Costa Pereira Paiva, & Comp. consignatarios do patacho hespanhol *Lauriano*, interposto do despacho dessa Inspectoria que confirmou a apprehensão feita a bordo do mesmo patacho de seis peças de lona e cinco de cabo de linho, por não se acharem estes objectos comprehendidos na lista do sobresalentes e impôz ao Capitão do patacho a multa de dous terços do valor da apprehensão; devendo, todavia, ser esta multa exigida dos Empregados que derão causa a ser o patacho desembaraçado, independentemente do termo de responsabilidade, ficando-lhes o direito salvo de promoverem a sua indemnisação como lhes convier.

Dous Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 15.—FAZENDA.—Em 21 de Janeiro de 1862.

A disposição do art. 36 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 é relativa sómente aos Empregados de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará de 6 de Dezembro proximo passado, consultando sobre a accumulção dos vencimentos de Administrador do Correio aos de Commissario de numero de não da Armada aposentado, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, para sua intelligencia e devidos effeitos: 1.º que a disposição do art. 36 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 sómente é relativa aos Empregados de Fazenda, e não pôde, portanto, regular para os outros Ministerios, que não a tiverem adoptado; 2.º que ora se officia ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para que sirva-

Decisões do Governo.

se resolver a dita duvida: e por esta occasião recommenda ao mesmo Sr. Inspector a observancia do que dispõe o art. 23 do citado Decreto, o qual marca o procedimento que devem ter as Thesourarias em casos semelhantes ao de que se trata.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 16.—FAZENDA.—Em 22 de Janeiro de 1862.

Manda publicar pela Directoria Geral das Rendas Publicas as noticias de interesse para a importação e exportação internacionaes, que se receberem no Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1862.

Convindo dar conhecimento ao commercio das noticias de interesse para a importação e exportação internacionaes, que se receberem no Thesouro, directamente communicadas pelas Legações e Consulados Brasileiros nos Paizes Estrangeiros, ou pelo intermedio da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros remetto a V. S. o Aviso junto a que acompanha copia de um Decreto promulgado pelo Governo da Republica da Venezuela, permittindo a importação de assucar estrangeiro em Bolivia sob certas condições, a fim de que V. S. faça publicar em resumo o que consta do mesmo Decreto; devendo d'ora em diante assim praticar, independentemente de nova autorisação deste Ministerio, com quaesquer outros documentos de igual natureza que sejam remettidos a essa Directoria, e cuja publicação pareça a V. S. conveniente.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.*—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 17.—GUERRA.—Circular de 22 de Janeiro de 1862.

Ordenando que se dê conhecimento ás Thesourarias de Fazenda de todo e qualquer contracto, que se fizer por conta deste Ministerio, obrigando a Fazenda a pagamento.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Expeça V. Ex. ordem, para que de todo e qualquer contracto, que tenha de fazer-se por conta deste

Ministerio, que obrigue a Fazenda Publica a pagamento, se dá conhecimento á Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, para a fiscalisação, que lhe compete.

Deus Guarde a V. Ex.— *Marquez de Caxias*.— Sr. Presidente da Provincia de...

N. 18.—GUERRA.—Circular de 22 de Janeiro de 1862.

Ordenando que remetta ao Director Geral de contabilidade do Thesouro Nacional uma copia de todo e qualquer contracto, que fizer, por conta deste Ministerio, obrigando a Fazenda Nacional a pagamento.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Janeiro de 1862.

Fique V. S. na intelligencia do que deve remetter ao Director Geral de Contabilidade do Thesouro Nacional, uma copia de todo e qualquer contracto, que fizer por conta deste Ministerio, que obrigue a Fazenda Publica a pagamento; não ficando, porém, dispensado de dar conhecimento desses contractos ás Estações da Repartição da Guerra, a que competir a sua fiscalisação.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.— Sr. Director do Arsenal de Guerra.

—De igual theor ao Conselho Administrativo, Obras Militares e Hospital Militar.

N. 19.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Janeiro de 1862.

Aos Directores das Faculdades de Direito declarando que as ferias dos Lentes terminão no 1.º dia util de Março, excepto para os que tiverem de servir de examinadores nos exames preparatorios, para os quaes termina no dia 2 de Fevereiro, e ordena que sejam designados no fim de cada anno lectivo os que devem fazer este serviço.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Janeiro de 1862.

Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S. com data de 18 de Dezembro ultimo, ao qual acom-

panhou o parecer da Comissão de Lentes nomeada pela Congregação dessa Faculdade para representar ao Governo Imperial sobre a disposição do Aviso deste Ministerio de 5 de Abril de 1859, pelo qual foi declarado que as ferias dos Lentes das Faculdades de direito terminão no dia 3 de Fevereiro de cada anno; cumpre-me, em resposta, communicar a V. S., para seu conhecimento e execução, que o mesmo Augusto Senhor, attendendo á mencionada representação, Houve por bem modificar a doutrina do suppracitado Aviso, determinando que as ferias terminem no primeiro dia util de Março, conforme o disposto no art. 68 dos Estatutos, excepto para os Lentes que forem nomeados pelo Presidente da Provincia e pelos Directores das Faculdades para se occuparem nos exames preparatorios, os quaes deverão apresentar-se para aquelle fim no dia 3 de Fevereiro, conforme o disposto no art. 51 dos Estatutos.

As referidas nomeações deverão ser feitas com a necessaria antecedencia, no fim de cada anno lectivo, pelo Presidente da Provincia e pelos Directores, designando estes dous Lentes para os mencionados trabalhos, e dous outros para substitui-los em seus impedimentos.

Deus Guarde a V. S.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

—No mesmo sentido ao Director da Faculdade de Direito do Recife e aos Presidentes das duas Provincias.

N. 20.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Janeiro de 1862.

Aos Directores das Faculdades de Direito e de Medicina declarando que o Governo não é obrigado a fazer nomeação de Lente sobre proposta que não contenha tres nomes.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Janeiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a seguinte questão: se, á vista do Estatutos e do Regulamento complementar das Faculdades de Direito, é o Governo obrigado a preencher qualquer vaga de Lente substituto que se der nas mesmas Faculdades, quando as propostas das respectivas Congregações não contiverem tres nomes, foi de parecer que, á vista do disposto nos arts. 43 e 45 dos mesmos Estatutos, o Governo pôde, se assim o entender, nomear Lentes, sobre propostas que contenhão menos de tres nomes; mas que não é obrigado a fazê-lo.

quando lhe parecer conveniente não aceitar uma proposta incompleta, e que neste caso deve mandar proceder a novo **curso**: acrescentando outrossim a mesma Secção que essa doutrina é extensiva ás Faculdades de Medicina, cujos Estatutos contém as mesmas disposições dos das Faculdades de Direito. E tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador com o mencionado parecer por sua immediata resolução de 18 do corrente mez, assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para que o faça constar á Congregação dos Lentes dessa Faculdade.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hildfonso de Souza Ramos*. — Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

—Do mesmo theor ao Director da de S. Paulo, e aos das Faculdades de Medicina.

N. 21.—GUERRA.—Aviso em 23 de Janeiro de 1862.

Declarando que os Voluntarios ou Engajados, que não preencherem o tempo do seu contracto, não tem direito á parte do premio correspondente ao tempo não vencido, segundo dispõe o art. 4.º do Regulamento de 18 de Novembro de 1848, exceptuando-se, porém, os que se inutilisarem em acção de serviço.

4.ª Directoria Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Janeiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Com quanto os Regulamentos de 14 de Dezembro de 1852 e 1 de Maio de 1858 fossem omissos a respeito do premio dos voluntarios ou engajados, que não preencherem o tempo do seu contracto, por se haverem tornado incapazes do serviço, é obvio que não podem ter direito á parte do premio correspondente ao tempo não vencido. Assim estava determinado no art. 4.º do Regulamento de 18 de Novembro de 1848, que deve ser considerado em vigor nesta parte. Desta disposição exceptuão-se os que se inutilisarem por ferimento ou alijão recebido em acto de serviço, dependendo, porém, o pagamento de approvação desta Secretaria de Estado. O que tudo communico a V. Ex. para seu governo, e em resposta ao seu officio, n.º 156, de 22 de Novembro do anno proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 22.—FAZENDA.—Em 23 de Janeiro de 1862.

(Pagamento de dividas de exercicios findos directamente ás praças de pret. credoras, ou por intermedio dos respectivos Quartéis-Mestres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para o devido conhecimento, que, em conformidade do Aviso que V. Ex. me dirigio em 23 de Dezembro proximo passado, mandei pagar ao soldado do segundo regimento de Cavallaria Ligeira, addido ao 1.º da mesma arma, Bonifacio Antonio Borba, a quantia de 36\$663, proveniente das prestações mensaes do premio de voluntario, que deixou de receber no exercicio findo de 1859—60, não obstante as ordens do Thesouro com as quaes tem concordado o Ministerio a seu cargo, dispondo que ás praças de pret se não paguem taes dividas directamente, mas sim por intermedio dos respectivos Quartéis-Mestres, em attenção a que aquelle soldado se apresentára no Thesouro para receber semelhante quantia declarando que muito precisava della por estar de partida para o Rio Grande do Sul.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—Sr. Marquez de Caxias.

N. 23.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Circular de 23 de Janeiro de 1862.

Aos Presidentes das Provincias para que nos seus relatorios ás Assembléas Provinciaes, juntem a maior cópia de informações, que puderem colher, sobre as bahias, rios, e lagos das Provincias e sua navegação.

4.ª Directoria.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 23 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo a navegação interior um dos grandes elementos da riqueza publica, pois que serve a facilitar pelo meio mais economico o transporte das mercadorias, e outras relações, convém que essa Presidencia nos relatorios, que houver de apresentar á Assembléa Legislativa dessa Provincia, inclua a maior cópia de informações e esclarecimentos, que puder colher, não só a respeito das bahias, rios, ou lagos, que sejão, ou para o futuro possam ser navegados, como tambem da navegação já effectiva, e usos em que é empregada;

a fim de que possam taes informações e esclarecimentos ficar archivados em uma obra facil de consultar, e aproveitados, quer pelo Governo Geral, ou Provincial, quer mesmo pelos particulares, que assim poderãõ ser animados a emprezas, do que resultem vantagens para elles, e para o paiz: e como nos relatorios dessa Presidencia, que existem no Ministerio nenhuma informação se encontrem a tal respeito, queira V. Ex. com urgencia communicar-me o que souber em relação a tão importante objecto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Provincia de...

N. 24.— FAZENDA.—Em 25 de Janeiro de 1862.

Reprova o costume de um estabelecimento bancario assignar de chancellia as verbas do imposto do sello que arrecada por autorisação concedida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recbedoria da Côte, para o devido conhecimento, que o Tribunal do Thesouro approvou a restituição, que mandou fazer a Mauá Mac-Gregor & Comp. da quantia de 6:388\$400, importancia do sello de lettras que ficarão sem effeito.

E porque conste da informação do Recbedor exarada no requerimento dos mesmos Mauá Mac-Gregor & Comp. que este estabelecimento costuma assignar por meio de chancellia as verbas do mesmo sello, que arrecada, e sendo essa pratica manifestamente contraria á fiscalisação deste imposto, cumpre que o Sr. Administrador assim lhes faça constar, declarando-lhes que lhes não será ella attendida para a irresponsabilidade do estabelecimento, nos sellos que arrecadarem do seguinte mez de Fevereiro em diante.—*José Maria da Silva Paranhos.*

N. 25.—FAZENDA.—Em 23 de Janeiro de 1862.

Manda proceder a certas diligencias para poder ter lugar o aforamento de uns mangues e alagados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Devolvo a V. Ex. o incluso requerimento do Coronel Manoel José Teixeira Barboza, pedindo o aforamento dos mangues e alagados fronteirios ás suas Fazendas —Santa Luzia, Paramirim e Cação—nessa Provincia, acompanhado do officio da respectiva Camara Municipal, transmitido com o seu officio de 21 de Dezembro ultimo, a fim de que V. Ex. nos termos da ordem n.º 533 de 29 de Novembro do anno passado, comprovado com o art. 51 § 14 da Lei de 13 de Novembro de 1831, resolva como fôr de direito, exigindo do Supplicante a prova de lhe pertencerem, ou mandando annunciar o pedido do aforamento, convidando a quem se achar com direito a esses mangues e alagados para os requerer em um prazo que deve para isso marcar, findo o qual fará a concessão requerida, se della não resultar inconveniente á publica servidão; devendo V. Ex. remetter por copia ao Thesouro o officio da Camara Municipal de 7 de Março do anno proximaemente findo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 26.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1862.

Incumbencia da Capitania do Porto da Côte e Provincia do Rio de Janeiro ácerca dos terrenos formados sobre o fundo do mar e accrescidos aos de Marinhãs.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—A concessão feita á Illm.^a Camara Municipal da Côte, pela Lei de 3 de Outubro de 1834, art. 37, § 2.º, só comprehende as 15 braças de beira mar contadas do lugar onde chegam as marés médias. Todo e qualquer terreno que accrescer ás sobreditas quinze braças, casual ou artificialmente formado sobre o fundo do mar, pertence ao dominio nacional, como o declarou a Ordem n.º 42 de 3 de Fevereiro de 1852. A consequencia

destes principios é que a sobredita Camara Municipal não pôde conceder licença para se fazerem aterros sobre o mar. Este direito só compete ao Governo, bem como o de aforar os ditos terrenos accrescidos aos de marinhas, em conformidade da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, e nos termos da Circular n.º 533 de 29 de Novembro do mesmo anno.

Rogo, portanto, a V. Ex. que se digne chamar a attenção do Capitão do Porto da Córte e Provincia do Rio de Janeiro para a citada legislação em vigor, e recommendar-lhe que por sua parte a observe e faça observar rigorosamente, nos actos que a esse respeito lhe incumbe o Regulamento n.º 447 de 19 de Maio de 1846.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Patanhos.*
Sr. Joaquim José Ignacio.

N. 27.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1862.

Que a Illm.ª Camara Municipal da Córte não pôde por si aforar terrenos artificiaes sobre as aguas do mar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica á Illm.ª Camara Municipal da Córte, que como foi declarado na Ordem de 3 de Fevereiro de 1852 tomada sobre Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 31 de Janeiro do mesmo anno as permissões para aterrar o mar sómente podem ser concedidas pelo Ministerio da Fazenda, com audiencia prévia da mesma Camara e da Capitania do Porto, e que os terrenos, que assim artificialmente accrescerem ao dominio nacional estão comprehendidos na classe dos devolutos de que trata a Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, art. 11, § 7.º, sendo portanto, concessiveis pelo Governo, a titulo de aforamento, nos termos da Circular n.º 533 de 29 de Novembro do dito anno: outrossim previne á mesma Illm.ª Camara Municipal de que, no sentido das referidas disposições legais, para sua rigorosa observancia se tem expedido por este Ministerio as necessarias instrucções ás autoridades competentes.

José Maria da Silva Paranhos.

Decisões do Governo.

N. 28.—FAZENDA.—Circular em 27 de Janeiro de 1862.

Aforamento de aterros sobre o mar accrescidos aos terrenos de marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, sendo do dominio do Estado todos os aterros sobre o mar, que accrescerem aos terrenos de marinhas, quer pelo esforço humano, quer pela acção da natureza, na forma da ordem n.º 42 de 3 de Fevereiro de 1852 expedida de conformidade com a Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 31 de Janeiro do mesmo anno, achão-se comprehendidos na classe dos terrenos devolutos, de que trata a Lei n.º 1.114 de 11 de Setembro de 1860 no art. 11 § 7.º, e, portanto, nos termos de serem concedidos pelo Governo em aforamento, observando-se na concessão as Leis, Regulamentos, Instrucções e Ordens do Thesouro concernentes aos terrenos de marinhas, como já foi prescripto pela Circular n.º 533 de 29 de Novembro de 1860: e assim de novo o expressa e recommenda aos mesmos Srs. Inspectores para que tenham muito em vista a observancia e fiel cumprimento daquellas disposições legais, pondo termo aos abusos que se notão a esse respeito, e prevenindo a sua repetição.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 29.—GUERRA.—Aviso de 27 de Janeiro de 1862.

Determinando que nas fortalezas do municipio da Côte, pertencentes a este Ministerio, sejam substituidas as tigellinhas, que se usão nos signaes nocturnos por fachos illuminativos fabricados no laboratorio do Campinho.

3.ª Directoria Geral.—3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 27 de Janeiro de 1862.

Convindo que nas fortalezas do municipio da Côte, pertencentes a este Ministerio, sejam as tigellinhas que se usão nos signaes nocturnos, substituidas por fachos illuminativos, que serão fabricados no laboratorio pyrotechnico do Campinho, assim o declaro a V. S. para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca. Por esta occasião envio a V. S. as

instrucções, apresentadas pelo Capitão director do referido laboratório, nas quaes se acha exposta a maneira de fazer applicação e uso de taes factos.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 30.—GUERRA.—Aviso de 27 de Janeiro de 1862.

Declarando que o Soldado João Baptista de Mello não tem direito ao resto do premio de engajamento, correspondente ao tempo de serviço, que não preencher.

4.ª Directoria Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 27 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o seu officio, n.º 88, de 7 de Dezembro ultimo, que trata do premio de voluntario, relativo ao tempo de engajamento, que não pôde preencher o soldado João Baptista de Mello, que, em virtude de suas continuadas molestias, está no caso de ser inspecionado para ter baixa do serviço; e em resposta declaro a V. Ex. que menos regular foi a informação da Thesouraria, para que se lhe abonasse o resto do premio, a que não pôde ter direito, pela simples razão de que os contractos deixão de obrigar uma parte, desde que a outra não cumpre o onus que aceitou. Um individuo contractou-se para servir seis annos mediante um premio, e, se por qualquer circumstancia, deixa de preencher o tempo do contracto, é claro que não tem direito ao premio total. Nos casos de ferimento grave, ou aleijão recebido em acto de serviço, outra doutrina deverá prevalecer, mas com conhecimento, e por ordem desta Secretaria de Estado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez. de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 31.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Junta de qualificação da parochia de Irajá declarando
 1.º que os pedestres de policia, que não vencem soldo, não estão incluídos na disposição da Lei para deixarem de ser qualificados; 2.º que as queixas, reclamações e denúncias contra as decisões da Junta podem ser apresentadas pelo proprio queixoso, reclamante ou denunciante, ou por seu legitimo procurador.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Janeiro de 1862.

Tenho presente o officio de 23 do corrente mez, em que Vm. consulta: 1.º, se devem ou não ser incluídos na qualificação de votantes nessa freguezia os pedestres de policia que não recebem soldo, e os que são nomeados pelo Subdelegado de policia para o serviço da freguezia, os quaes se achão nas mesmas circumstancias; 2.º, se as reclamações, que por ventura tenham de ser dirigidas á Junta de qualificação, devem ser feitas em petição assignada por cada um dos reclamantes, e revestidas dos documentos necessarios, ou se qualquer individuo pôde reclamar em nome de muitos outros, em um só requerimento, sem assignatura e expressa autorização destes.

Em resposta cumpre-me declarar-lhe, para sua intelligencia e execução, quanto á 1.ª duvida, que sendo excluídas da qualificação pelo § 6.º do art. 18 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 sómente as praças de pret do exercito e armada, e da força policial paga, e os marinheiros dos navios de guerra, em nenhuma destas classes se achão comprehendidos os pedestres de policia sem soldo, os quaes devem portanto ser qualificados, uma vez que reunão as outras qualidades exigidas por lei, como sejam a idade, a renda, &c, visto como não é licito ampliar os termos da lei, especialmente para restringir direitos tão importantes como os de que se trata.

Quanto finalmente, á segunda duvida, tenho de declarar-lhe que, em virtude do disposto no art. 22 da lei supracitada, qualquer cidadão pôde fazer queixas, reclamações ou denúncias ácerca das faltas ou illegalidades com que as juntas tenham procedido, ou seja em relação ao queixoso, reclamante ou denunciante, ou em relação a qualquer outro cidadão, devendo taes queixas, reclamações ou denúncias ser assignadas pelo proprio queixoso, reclamante ou denunciante, ou por seu legitimo procurador, como já foi explicado pelo Aviso deste Ministerio n.º 33 de 8 de Março de 1847 § 2.º

Deus Guarde a Vm.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—Sr. Juiz de Paz Presidente da Junta de qualificação de Irajá.

N. 32.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
 Aviso de 29 de Janeiro de 1862.

Communicando haver sido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de parecer que não podem ser approvadas as tabellas de fretes e passagens apresentadas pela Companhia Pernambucana; e ordenando que sejam as mesmas tabellas apresentadas pela Companhia com antecedencia pelo menos de tres mezes, sendo logo enviadas convenientemente informadas.

4.ª Directoria.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 29 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Havendo Sua Magestade o Imperador ordenado, que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consultasse acerca das tabellas de fretes e passagens, que em execução da condição 8.ª do contracto approved pelo Decreto n.º 1.113 de 31 de Janeiro de 1853 offereceu em 16 de Junho de 1860 a Companhia de navegação por vapor Pernambucana, para servirem no periodo, que decorreu do 1.º de Julho daquelle anno até 30 de Junho do anno seguinte: consultou a Secção, que as referidas tabellas não estão nos termos daquella condição 8.ª, e portanto no caso de poderem ser approvadas: accrescentando porém, que esta providencia é já tardia por haver expirado até o prazo, em que as mesmas devião deixar de vigorar, o que proveio de não haverem ellas sido offerecidas com a necessaria antecedencia. E como se dignasse o Mesmo Augusto Senhor por Sua Immediata Resolução de 11 do corrente Conformar-se com esta consulta assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução, e para que o faça constar á referida Companhia, prevenindo-o de que deve ordenar a esta, que d'ora em diante para evitar iguaes inconvenientes, apresentará as tabellas, a que é obrigada com tres mezes pelo menos de antecedencia do dia, em que devem começar a vigorar, fazendo essa Presidencia que sejam lozo remettidas a este Ministerio com as necessarias informações, sendo previamente enviadas á Presidencia de qualquer outra Provincia, a que por ventura digão respeito para tambem sobre ellas offerecer os convenientes esclarecimentos.

Deus Guardo a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
 Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 33.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Portaria de 29 de Janeiro de 1862.

Dá Instruções para distribuição do fardamento ás praças do Corpo de Bombeiros.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem que, na distribuição do fardamento ás praças do Corpo de Bombeiros, se observem as seguintes Instruções:

Art. 1.º Cada praça vencerá annualmente uma fardeta e uma calça de pauno azul, duas fardetas e tres calças de brim, tres camisas de algodão, tres pares de sapatos, um bonete, e uma gravata de couro envernizado. O tempo de duração para cada uma destas peças será o marcado da tabella A, annexa ao Decreto n.º 2.882—A de 29 de Janeiro do corrente anno.

Art. 2.º A distribuição das differentes peças de fardamento de que trata o artigo antecedente será geral para todas as praças, e feita tres vezes ao anno nos mezes, e pela fórma seguinte:

A 1.ª em Janeiro constará de uma fardeta e uma calça de brim, uma camisa de algodão, e um par de sapatos;

A 2.ª em Maio constará de uma fardeta e uma calça de pauno azul, uma dita de brim, uma camisa de algodão e um par de sapatos;

A 3.ª em Setembro constará de uma calça e uma fardeta de brim, uma camisa de algodão e um par de sapatos.

Art. 3.º Na 2.ª distribuição de cada quadriennio a praça receberá mais um capote: o tempo de duração desta peça será o fixado na tabella A, junta ao Decreto n.º 2.882—A de 29 de Janeiro do corrente anno.

Art. 4.º O prazo do vencimento de fardamento será contado para cada praça do dia 1 do mez em que tiver lugar a primeira distribuição depois do seu engajamento.

Art. 5.º Ao individuo que se engajar abonar-se-ha, desde logo, e sem prejuizo das peças que lhe forem competindo nas distribuições geraes, um fardamento completo, constando de uma fardeta e uma calça de pauno azul, uma fardeta e uma calça de brim, uma camisa de algodão, um par de sapatos, um bonete, uma gravata de couro envernizado, e um capote.

Art. 6.º No acto do engajamento será entregue á praça uma caderneta, na qual se notará as peças de fardamento que então se lhe abonarem. Esta caderneta ficará em poder da praça, e por ella será apresentada, sempre que tiver de receber soldo ou fardamento, a fim de que sejam lançadas as competentes notas.

Art. 7.º Haverá em cada secção um livro especial de escripturação do fardamento das respectivas praças.

Art. 8.º A praça, que obtiver baixa do serviço, não terá direito de reclamar as peças de fardamento que não tiver recebido em tempo competente.

Art. 9.º As peças de fardamento abonadas no acto do engajamento serão restituídas pela praça, nas hypothèses e pela fórma seguinte: 1.º Se a praça obtiver baixa antes de ter servido um anno, restituirá todo o fardamento, excepto a calça de brim, a camisa e o par de sapatos. 2.º Se tiver servido mais de um anno, e menos de tres restituirá só o capote.

Art. 10. Em caso nenhum se arrecadará o fardamento da praça que fallecer.

Art. 11. As peças de fardamento, que forem restituídas nos termos do art. 9.º, entrarão para a arrecadação da secção respectiva, e dellas se tomarão notas em livro tambem especial.

Art. 12. A praça que inutilisar alguma das peças do seu fardamento em incendio, ou em qualquer serviço extraordinario, receberá outra semelhante em substituição da inutilisada. Este fornecimento será feito com as peças arrecadadas na fórma do art. 9.º: se taes peças não existirem, então se darão novas; não ficando porém em caso algum prejudicado o que lhe competir nas distribuições geraes.

Art. 13. A praça que inutilisar antes do termo do vencimento qualquer peça do fardamento, pagará o seu valor, deduzindo-se a depreciação, a qual será calculada em relação ao valor da peça ao tempo de duração marcados na tabella A, annexa ao Decreto n.º 2.882—A de 29 de Janeiro do corrente anno, e ao tempo que tiver de uso. Se porém a peça perdida ou inutilisada fór tal que não possa a praça deixar de a possuir, então receberá outra semelhante, a qual será tirada das de que trata o art. 9.º, e, quando isso não seja possível, receberá outra nova: em ambos os casos pagará o valor da peça que receber.

Art. 14. Os pagamentos, de que trata o artigo antecedente, serão feitos pelo desconto da quinta parte do respectivo soldo.

Art. 15. A praça que, nas épocas marcadas para as distribuições, não reclamar as peças que lhe competirem, e não lhe houverem sido entregues, perderá o direito ao recebimento.

Art. 16. O armamento e equipamento distribuidos ás praças terão o valor e duração marcados na tabella B, annexa ao Decreto n.º 2.882—A de 29 de Janeiro do corrente anno. Comtudo as respectivas peças poderão ser substituidas quando se inutilisarem no serviço; ficando porém a praça obrigada a indemnisar, na fórma do artigo 13, as que por negligencia ou intencionadamente inutilisar ou perder.

Art. 17. As presentes instrucções começarão a vigorar desde já.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1862.—
Manoel Felisardo de Souza e Mello.

N. 34.—MARINHA.—Aviso de 29 de Janeiro de 1862.

Estabelece regras para a admissão de Pilotos ao serviço da Armada.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 29 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Determina que d'ora em diante não se admittão mais, como Pilotos, para o serviço d'Armada Nacional e Imperial, individuos, que não tiverem, pelo menos, cinco annos de effectivo embarque, e boas informações de sua intelligencia e comportamento civil, dadas pelos Officiaes dos Navios mercantes, ou de guerra, com quem houverem servido; exceptuando-se, porém, quanto á parte de intelligencia, os que tiverem seguido os estudos da Escola de Marinha, e por suas habilitações merecido a competente Carta, na conformidade do art. 140 do Regulamento, mandado observar pelo Decreto n.º 2.163, do 1.º de Maio de 1858. O que communico a V. Ex., para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim José Ignacio*.—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 35.—MARINHA.—Aviso de 30 de Janeiro de 1862.

Estabelece regras a respeito das nomeações de Officiaes marinheiros extranumerarios, e dos vencimentos, que lhes competem, conforme os serviços, para que forem designados.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 30 de Janeiro de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Attendendo á necessidade de estabelecer regras a respeito, não só das nomeações dos Officiaes Marinheiros extranumerarios, para servirem de Mestres, quer sejam tirados do Corpo de Imperiaes Marinheiros, quer das praças de marinhagem, como também dos vencimentos, que por taes serviços devem elles perceber, Ha por bem Determinar que d'ora em diante se observe o seguinte:

1.º Os Guardiães extranumerarios d'Armada, estando empregados, teem direito aos vencimentos e gratificações, que competem aos do numero de igual denominação, conforme a tabella annexa ao Decreto n.º 2.109, de 20 de Fevereiro de 1858.

2.º Fica V. Ex. autorizado, para chamar ao serviço Marinheiros intelligentes, como taes já reconhecidos, quando, na

falta absoluta de praças habilitadas do Corpo de Imperiaes Marinheiros (o que lhe deve ser informado pelo Quartel General), ou de Officiaes Marinheiros extranumerarios da Armada, torne-se esta providencia indispensavel, quer para preencher as vagas existentes nos navios d'Armada, quer mesmo nas Companhias de Aprendizizes.

3.º Os Officiaes Marinheiros, assim admittidos, terão sempre a nomeação de Guardião com vencimento igual aos de numero da mesma classe. Se, porém, fôr preciso dar-se a qualquer d'elles o exercicio de Mestre, ser-lhes-ha abonada a gratificação da classe immediatamente superior, na fórma da 2.ª observação da tabella citada no art. 1.º

4.º Dando-se o caso de ser por V. Ex. nomeada alguma praça engajada, para servir de Official Marinheiro extranumerario, terá ella direito aos vencimentos dos de numero desde a data da nomeação; ficando por isso considerado nullo o contracto anterior, obrigada com tudo a dita praça a permanecer no serviço até completar o prazo estipulado no contracto. O que communico a V. Ex., para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim José Ignacio*. — Sr. Chefe de Esquadra Inspector do Arsenal de Marinha da Córte.

N. 36. — FAZENDA. — Em 30 de Janeiro de 1862.

Nas guias que acompanharem as entregas feitas por diligencias dos Empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda, se deve declarar se houve ou não execução promovida no mesmo Juizo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Córte, em resposta ao seu officio n.º 208 do 1.º de Dezembro proximo passado, que ficam expedidas as necessarias ordens para que nas guias, que acompanharem as entregas feitas por diligencias dos Empregados do Juizo dos Feitos pela cobrança do imposto sobre segos, se declare se houve ou não execução promovida no mesmo Juizo, a fim de poder ser deduzida, no caso affirmativo, a commissão que compete áquelles Empregados; convido observar ao Sr. Administrador que, á vista do disposto na decisão do Thesouro n.º 71 de 26 de Agosto de 1844, e do que foi determinado tanto á Thesouraria da Provincia de S. Pedro pela ordem de 17 de Outubro de 1851, junta por copia, como

Decisões do Governo,

á de S. Paulo pela de 5 de Julho de 1860, também junta, não pôde prevalecer a ordem de 2 de Julho de 1851, que cita no seu referido officio.

Jose Maria da Silva Pañanhos.

N. 37.— FAZENDA.— Em 30 de Janeiro de 1862.

Providencias sobre os terrenos accrescidos aos de marinhas do caes da Gloria na Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1862.

Ill.^{mo} Sr. —Sendo urgente resguardar os direitos da Fazenda Nacional, e cumprir o preceito do art. 11 § 7.^o da Lei de 27 de Setembro de 1860, a respeito dos accrescidos aos terrenos de marinhas do caes da Gloria, cumpre que pela Directoria Geral do Contencioso se dêem, sem perda de tempo, as seguintes providencias:

1.^o O Engenheiro Charles Neate com o da Ill.^{ma} Camara Municipal, ouvindo os proprietarios, e tendo presente os titulos de aforamento que estes exhibirem, deverá discriminar na planta do novo caes, por elle levantada, o terreno que pertence aos particulares do que accresceu ao Estado pelas obras do contracto de 23 de Dezembro de 1857, a que se refere o Decreto n.^o 2.062 da mesma data.

Esta discriminação deverá ser authenticada na referida planta pelos dous Engenheiros acima nomeados.

2.^o O Procurador dos Feitos fará medir, demarcar e avaliar os terrenos accrescidos, na fórma dos Regulamentos de marinhas, para serem aforados como o autorisa a Lei n.^o 1.114 de 27 de Setembro de 1860, no art. 11, § 7.^o

Do mesmo modo fará avaliar os aterros feitos em terrenos de particulares por conta do Estado, dos quaes os ditos proprietarios devem indemnisação em virtude do que dispôz o Decreto n.^o 2.062 de 23 de Dezembro de 1857.

Convirá que o Engenheiro Charles Neate, que foi o Fiscal das obras do novo caes seja empregado nas sobreditas medições e avaliações.

3.^o Concluidas as diligencias de que tratão os numeros antecedentes, deverá a Directoria Geral do Contencioso, de accordo com a das Rendas Publicas, promover a cobrança da indemnisação devida pelos aterros feitos á custa dos cofres

publicos em propriedades particulares; e pela 2.^a das ditas Directorias, á qual serão immediatamente remettidos todos os esclarecimentos precisos, se procederá, nos termos das Instrucções e Ordens em vigor relativas aos terrenos de marinhãs, ao aforamento dos accrescidos pertencentes ao Estado, e que não são necessarios a servidão publica.

Deus Guarde a V. S. — *José Maria da Silva Paranhos.*
— Sr. Dr. Procurador Fiscal interino do Thesouro Nacional.

N. 38.—FAZENDA.—Em 31 de Janeiro de 1862.

Porcentagem ^{de} pela arrecadação nas Alfandegas proveniente de dinheiro de orphãos, defuntos e ausentes, e de venda de terras publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo sob n.º 44 de 9 de Agosto do anno passado, ácerca da duvida em que labora se os Empregados da Alfandega da Victoria nessa Provincia teem direito a perceber porcentagem pela arrecadação proveniente de bens de orphãos, de defuntos e ausentes, e do producto da venda de terras publicas; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, que os Empregados de que trata o art. 730 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 não podem perceber porcentagem dos dinheiros de orphãos, defuntos e ausentes, na forma do disposto no art. 4.º § 3.º do Regulamento n.º 2.551 de 17 de Março de 1860; sendo certo tambem que os Collectores não a percebem pelos ditos depositos, na forma da Ordem n.º 134 de 16 de Abril de 1858, apenas alterada na parte relativa aos bens de defuntos e ausentes pela ordem Circular n.º 65 do 1.º de Abril de 1859. E pelo que respeita ao producto da venda das terras publicas, que, sendo como é descripta como do interior, deve-se della deduzir porceptagem para os Empregados da dita Alfandega nos termos do citado art. 4.º do Regulamento de 17 de Março de 1860, uma vez que é arrecadada por essa Estação e não está comprehendida nas excepções do art. 106 do Regulamento de 19 de Setembro do anno passado, como foi resolvido por ordem de 22 de Agosto do anno findo dirigida á referida Thesouraria.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 39.—JUSTIÇA.—Aviso do 1.º de Fevereiro de 1862.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.—Mantem os Agentes de leilões no direito outorgado pelas disposições do Código e respectivo Regulamento, para venderem os bens nellas mencionados.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 1.º de Fevereiro de 1862.

Foi presente á S. M. o Imperador a representação que Lhe dirigirão os Agentes de leilões da Praça desta Córte, pedindo que Faça cessar o abuso que, em prejuizo dos supplicantes, se tem dado constantemente no Juizo Commercial de serem vendidos pelo Porteiro dos Auditorios, contra as disposições dos arts. 70 e 862 do Código Commercial e 358 do respectivo Regulamento, os bens, fazendas e outros effeitos, pertencentes á massas fallidas, sendo-o sómente pelos supplicantes quando as partes positivamente o requerem. Foi tambem presente ao Mesmo Augusto Senhor a outra representação do Porteiro dos Auditorios, José Rodrigues de Almeida Carvalho, contra a pratica admittida pelo Juiz Commercial da 1.ª Vara, de encarregar áquelles Agentes a venda de taes bens, quando pelo art. 358 do Regulamento citado, só lhes compete essa attribuição no caso especial de serem de facil deterioração, ou de estarem avariados os objectos sujeitos á venda, e para os quaes a demora se torna prejudicial.

E Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Houve por bem, Indeferindo esta ultima representação, Ordenar que sejam mantidos os Agentes de leilões no direito outorgado pelas disposições do Código e Regimento citados para venderem os bens nellas mencionados. O que tudo communico a V. S. para sua intelligencia e para o fazer constar aos interessados.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Manoel de Jesus Valdetaro.

N. 40.—JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1862.

Declara que os clarins, cornetas e tambores dos Corpos da Guarda Nacional, quando doentes, podem ser tratados nos Hospitais Militares.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. datado de 23 de Julho de 1860, acompanhando o do Brigadeiro

Commandante Superior da Guarda Nacional da Capital dessa Província, relativamente aos Clarins, Cornetas e Tambores dos Corpos da mesma Guarda, que se acharem doentes, tenho a declarar-lhe para seu conhecimento que os referidos Clarins, Cornetas e Tambores, quando doentes, podem ser tratados nos Hospitales Militares, revertendo em favor dos cofres da Repartição da Guerra os vencimentos que elles perceberem por este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.— Sr. Presidente da Província do Pará.

N. 41.—FAZENDA.—Em 3 de Fevereiro de 1862.

O Governo só póde conceder loterias para construcção e reparo de Igrejas matrizes, e em favor de estabelecimentos pios de utilidade geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A pretensão de Bernardo José de Mello constante do requerimento, que V. Ex. remetteu-me com o seu Aviso de 29 de Novembro ultimo, pedindo uma loteria nesta Côte em benefício da Capella de S. Bernardo, na Província do Ceará, não póde ser attendida á vista da Lei n.º 1.099 de 18 de Setembro de 1860 e do Decreto n.º 2.874 de 31 de Dezembro de 1861.

Na fórma do art. 2.º daquella Lei, não póde o Governo conceder loterias enquanto se não extrahirem todas as que se achão concedidas pelo Poder Legislativo, e só as deverá conceder em favor de estabelecimentos pios de utilidade geral, e para construcção e reparo de Igrejas matrizes. Ora, além de existirem ainda por extrahir tantas loterias que nem em tres annos ficará esgotada a lista respectiva, accresce que o peticionario não requer o beneficio legal para obra de alguma Igreja matriz ou de estabelecimento pio de utilidade geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*.—*Sr. Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.

N. 42.—FAZENDA.—Circular em 5 de Fevereiro de 1862.

Pagamento de divida de exercicio findo proveniente de vencimento lançado em folha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e fins convenientes, que, quando alguma divida do ultimo exercicio findo provier de vencimento lançado em folha, e a parte tenha requerido o seu pagamento dentro desse mesmo exercicio, é claro que não se dá prescripção, e, neste caso, desnecessario se torna o requerimento de que tratão as Instrucções de 6 de Agosto de 1847: deve, portanto, proferir-se o despacho de pagamento, determinando-se nelle expressamente que seja paga, pela folha do exercicio aberto, a parte da divida que a este pertencer, e pela folha especial de exercicios findos, se houver credito dessa natureza, a outra parte da mesma divida relativa ao exercicio que acabar de encerrar-se.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 43.—FAZENDA.—Circular em 7 de Fevereiro de 1862.

Nas guias que se dão aos Empregados de Fazenda deve-se pôr a verba de ficarem notadas na folha de pagamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que as Thesourarias da Fazenda não cumprem o disposto no final da Circular n.º 131 de 21 de Março 1860, expondo assim os empregados, a quem dão guia, a deixarem de receber seus vencimentos nas Repartições em que as apresentam, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias o mais exacto cumprimento da referida Circular.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 44.—FAZENDA.—Circular em 7 de Fevereiro de 1862.

Remessa mensal dos balancetes de despeza pertencente ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio Janeiro em 7 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo sido informado de que algumas Thesourarias de Fazenda tem deixado de remetter mensalmente, como devem, ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas os balancetes das despesas realizadas nas Provincias por conta das verbas que dizem respeito ás quatro Directorias da Secretaria de Estado do mesmo Ministerio, e relativas ao actual exercicio, ordena aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias, em conformidade do Aviso daquelle Ministerio de 31 de Janeiro proximo passado, que não só enviem os balancetes pertencentes ao dito exercicio, como tambem d'ora em diante fação taes remessas regularmente todos os mezes.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 45.—FAZENDA.—Em 7 de Fevereiro de 1862.

Sobre loterias extrahidas em favor do Monte-pio geral de economia dos Servidores do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Communico a V. Ex., para que se digne de fazer constar á Directoria do Monte-pio geral de Economia dos Servidores do Estado, que não pôde ser attendida a reclamação constante do seu officio de 24 de Outubro ultimo, para que se restabeleça no Thesouro a antiga pratica de prestar o Thesoureiro das loterias as contas das concedidas a favor desse Estabelecimento, apresentando unicamente o recibo da entrega ao mesmo estabelecimento do beneficio liquido de cada uma dellas; e bem assim de serem por elle entregues directamente ao Monte Pio os premios não reclamados nas épocas marcadas no respectivo Regulamento para o recolhimento dellés aos cofres do Thesouro, visto que semelhante pratica é contraria ás disposições claras da Lei n.º 1.099 do

13 de Setembro de 1860, e do Decreto n.º 2.874 de 31 de Dezembro ultimo, em cuja conformidade deverá proceder-se não só a respeito do beneficio liquido e do remanescente dos bilhetes não reclamados, os quaes serão entregues no Thesouro do Monte Pio Geral, logo que o requerer, mas tambem sobre a tomada das contas.

O pagamento do remanescente dos premios de cada loteria será feito pelo Thesouro aos portadores dos bilhetes, quando estes o reclamarem; havendo o mesmo Thesouro a devida indemnisação delle por encontro na entrega do liquido da loteria seguinte, ou antes, se assim se reconhecer mais conveniente.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*.—
Sr. Joaquim José Ignacio, Presidente do Monte Pio Geral da Economia dos Servidores do Estado.

N. 46.— GUERRA.— Aviso de 7 de Fevereiro de 1862.

Determinando o modo, por que deve ser escripturado o saldo existente na caixa da Enfermaria Militar, quando fôr accumulado de exercicios anteriores, e quando pertencer á semestre proximo.

4.ª Directoria Geral.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Fevereiro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho presente o officio dessa Presidencia, sob n.º 142, de 7 de Novembro do anno findo, em que dá conta de haver sido recolhida aos cofres da respectiva Thesouraria de Fazenda a quantia de Rs. 2:604\$003, proveniente do saldo existente na Caixa da Enfermaria Militar até o fim de Setembro anterior, e em resposta declaro a V. Ex. que quando o saldo fôr, como o de que se trata, accumulado de exercicios anteriores, deve ser escripturado como receita eventual — Indemnisações—, cumprindo que seja considerada como despeza a annullar quando pertencer a semestre proximo, hypothese aquella, porém, inteiramente inadmissivel, uma vez que se observe literalmente o preceito da circular de 12 de Abril de 1854, e do Aviso de 15 de Março do anno proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquex de Caxias*.— Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N. 47.—FAZENDA.—Em 8 de Fevereiro de 1862.

Censura a mal entendida benevolencia havida em um concurso para provimento de lugares de Praticantes de uma Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo visto dos documentos que acompanharão o officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, n.º 189 de 5 de Dezembro ultimo, relativos ao concurso a que na mesma Thesouraria se procedeu para provimento dos lugares vagos de Praticantes, que faltou a formalidade essencial da prova escripta no exame de analyse grammatical; e ainda mais, que alguns dos respectivos examinadores não se houverão regularmente; ordena por isso ao dito Sr. Inspector que, annullado o de que se trata, abra novo concurso para o preenchimento dos referidos lugares, providenciando para que sejam observadas todas as disposições em vigor a tal respeito: e outrossim que advirta os empregados da Thesouraria que servirão de examinadores pelo seu tão censuravel procedimento, se a elles cabe a censura; e quanto aos externos, para prevenir a repetição do abuso, convém que, por occasião do novo concurso manifeste opportunamente o que constou ao Governo e ora se lhe recommenda a respeito da mal entendida benevolencia havida nos exames de que se trata.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 48.—FAZENDA.—Em 10 de Fevereiro de 1862.

Accumulação de vencimentos de um Commissario aposentado do numero de Não e de Administrador do Correio em exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio n.º 191 de 6 de Dezembro ultimo, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda do Pará consulta si o actual Administrador do Correio da mesma Provincia, que é Commissario do numero de Não aposentado, pôde, á vista do art. 36 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, Ordem n.º 165 de 8 de Julho do mesmo

Decisões do Governo.

anno, e Circular n.º 37 de 22 de Maio do anno passado, accumular o vencimento de aposentado ao de Administrador do Correio; declara ao mesmo Sr. Inspector, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 31 do mez proximo findo, que, nos casos como o de que se trata, deve seguir-se o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 1.993 de 14 de Outubro de 1857; o qual manda abonar, tanto aos Empregados de Fazenda aposentados que forem servir em outras Repartições, como aos que vierem dessas servir nas de Fazenda, não só o vencimento que lhes competir pela aposentadoria, mas tambem o do emprego que vão servir: doutrina esta que tem sido adoptada pelos mais Ministerios, e é inteiramente conforme á razão, visto que os dous vencimentos tem origem muito diversa.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 49.—ESTRANGEIROS.—Em 11 de Fevereiro de 1862.

Applia aos Empregados deste Ministerio as disposições da Provisão de 29 de Janeiro de 1812, que regula o nojo e gala que devem ter os Officiaes de Fazenda.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Accuso recebido o Aviso que V. Ex. servio-se dirigir-me em 26 do mez proximo passado, manifestando-me o desejo de saber qual a disposição que regula o nojo dos Empregados do Ministerio a meu cargo, visto como a Provisão de 29 de Janeiro de 1812 só está em vigor para o Ministerio da Fazenda, em virtude da Ordem n.º 438 de 31 de Dezembro 1836.

Na Ordenação L. 3.º, tit. 9.º §§ 8.º e 9.º achão-se marcados os dias não só do nojo por fallecimento de parentes, como de gala por casamento, em relação aos actos judiciais.

Tendo porém a Provisão de 29 de Janeiro de 1812 § 15 regulado, para as Repartições Fiscaes, os dias por que seus empregados são dispensados do serviço por aquelles motivos, como foi declarado pela Ordem n.º 98 de 21 de Abril de 1849, a mesma disposição é applicavel aos empregados dependentes do Ministerio a meu cargo. Convém, porém, declarar que o nojo marcado por morte dos ascendentes deve ser por igualdade de razão, guardado por morte dos descendentes puberes, assim como que por sogro e genro, ou nora deve-se observar o mesmo nojo estabelecido por morte do

irmãos e cunhados, o que está de conformidade não só com o disposto na Ordenação citada, mas também com o disposto no Cap. 17 da Pragmatica de 24 de Maio de 1749.

Respondendo por esta fôrma ao Aviso de V. Ex., aproveito a occasião para reiterar-lhe as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.— *Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.*—A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 50.— JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Fevereiro de 1862.

Resolve duvidas á respeito do que se deve fazer para o julgamento da suspeição dos Juizes de Direito.

2.^a Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Forão presentes á Sua Magestade o Imperador as seguintes duvidas dessa Presidencia: 1.^a Se se deve convocar um Jury extraordinario, para, na fôrma do art. 253 do Regulamento n.^o 120 de 31 de Janeiro de 1842, julgar a suspeição visto como este artigo suppõe o Jury reunido; 2.^a No caso affirmativo, qual o Juiz competente para convocar o Jury — o Juiz de Direito ou o seu immediato, que, em virtude do artigo citado, deve presidir; 3.^a Se devem ser guardadas as mesmas regras, estabelecidas na Lei para a convocação das sessões ordinarias do Jury; 4.^a Se deve o julgamento ser feito por todos os Jurados presentes ou sómente por doze sorteados, e, neste caso se podem recusar Jurados, tanto a parte, como o Juiz recusado; 5.^a Finalmente, se o Presidente do Tribunal deve propôr ao conselho os quesitos, que constarem dos artigos da suspeição, podendo preceder debate sobre a prova dos mesmos artigos. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Decidir que as referidas duvidas estão todas resolvidas pelo Aviso de 23 de Julho de 1861, as tres primeiras expressamente no Aviso e no art. 253 do Regulamento n.^o 120, e as outras tacitamente; por isso que a Legislação do Processo Criminal, nada tendo disposto de especial á respeito da formação e marcha do Jury quanto ao julgamento da suspeição, é claro que se devem guardar as regras prescriptas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco de Paula de Negreiros Snyio Lobato.* — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 51.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Fevereiro de 1862

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Resolve duvida a respeito da prestação de fiança.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo essa Presidencia respondido á uma consulta feita pelo Juiz Municipal supplente do Termo do Principe Imperial que sempre que um réo tenha prestado fiança, por um facto, á que se tiver dado indevida classificação, não deve ser obrigado a nova fiança, quando por qualquer motivo se instaure, pelo mesmo facto, novo summa-rio, uma vez que seja identica a pena e a mesma a natureza do crime, visto como não póde ser imputavel ao réo o erro do processo, e, no caso apontado pelo referido Juiz, não fóra ainda tal fiança levantada; cumprindo que, em tal circumstancia, se junte aos autos a certidão da fiança nos termos do art. 103 do Codigo do Processo, ou se appense o processo, em que ella foi prestada, salvo o arbitrio, concedido no art. 110 do citado Codigo, se ao Juiz parecer que deve ser ella reforçada: Houve por bem Sua Magestade o Imperador, á Quem tive a honra de apresentar o officio de V. Ex. n.º 55 de 2 de Outubro de 1860, Mandar approvar, de conformidade com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, a decisão dada por essa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 52.—FAZENDA.—Em 12 de Fevereiro de 1862.

Os prazos marcados para satisfazer obrigações contão-se pela maneira estabelecida na Ord. Liv. 3.º Tit. 13.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagôas, para sua intelligencia e devidos effectos, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o recurso de João Diego de Mello, fiador do mestre da barcaça *Dou-radinha*, interposto da decisão da Thesouraria confirmatoria da da Alfandega respectiva, impellido ao dito mestre a multa

de 1195210 por não ter apresentado no prazo de trinta dias que lhe marcára o certificado de descarga passado pela Mesa de Rendas da Cidade do Penedo, para onde despachou a referida barcaça, prestando fiança em 4 de Dezembro de 1860, resolveu dar provimento ao mencionado recurso; porquanto, tendo o supplicante requerido prorrogação de prazo em 3 de Janeiro seguinte, o fez dentro dos trinta dias, visto como, em face da Ord. Liv. 3.º Tit. 13, não se conta o da assignação dos termos; sendo que isto mesmo já declarou, a respeito do sello, a Ordem n.º 79 de 14 de Setembro de 1844.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 53.—FAZENDA.—Em 12 de Fevereiro de 1862.

Os Guardas da Alfandega não podem servir ainda em comissão os empregos de Administrador e Escrivão das Mesas de Rendas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro do Rio Grande do Sul de 20 de Julho ultimo, sob n.º 146, participando o facto de terem sido designados dous Guardas da Alfandega de Uruguayana para servirem os lugares de Administrador e Escrivão da Mesa de Rendas de Itaqui; declara ao mesmo Sr. Inspector que faça observar pela dita Alfandega a disposição do art. 19 § 2.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, devendo aquelles guardas ser retirados da commissão em que se achão inconpetentemente, e substituidos por empregados da mesma Alfandega, os quaes prestarão fiança antes de entrarem no exercicio da dita commissão. Se em consequencia da retirada dos dous empregados, de que se trata, da Alfandega de Uruguayana, para a Mesa de Rendas de Itaqui, resultar inconveniente ao regular expediente da Alfandega por falta de pessoal sufficiente ao Sr. Inspector incumbe proceder nos termos do § 1.º do art. 22 do citado Regulamento.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 54.—FAZENDA.—Em 13 de Fevereiro de 1862.

Os pontos dados nos exames para o provimento dos empregos de Fazenda devem ser taes que por elles se possa aquilatar a aptidão dos examinandos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, com quanto approvasse, á vista das informações do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão annexas ao seu officio de 15 de Novembro ultimo, o concurso a que se procedeu na dita Thesouraria para preenchimento das vagas de Praticantes, nomeando os tres candidatos que vierão classificados em primeiro lugar; todavia julga conveniente observar ao mesmo Sr. Inspector, que os pontos dados para os exames devem ser taes, que por elles se possa aquilatar a aptidão dos examinandos; pois notou que, contra a pratica da Thesouraria, as questões formuladas no referido concurso são das mais facéis, e com outros candidatos tornarião esse acto uma vã formalidade.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 55.—FAZENDA.—Em 13 de Fevereiro de 1862.

Sello de requerimento, licenças e dispensas temporarias dos Officiaes, inferiores e mais praças da Guarda Nacional.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio nr.º 124 de 4 de Novembro do anno passado que os requerimentos dos Officiaes, Officiaes inferiores e mais praças da Guarda Nacional, dirigidos na fôrma do art. 122 do Decreto de 6 de Abril de 1854, estão sujeitos ao sello de 100 réis por cada meia folha de papel que não exceder nas suas dimensões 12 pollegadas de comprido e 8 de largo, e se a meia folha exceder ás referidas dimensões pagará o dobro, na fôrma da observação 1.ª § 1.º do art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e Circular de 23 de Fevereiro e Ordem de 14 de Novembro do anno passado; e que, quanto ás licenças e dispensas temporarias da Guarda Nacional, para as quaes se não expedir titulo, são isentas de sello nos termos

do art. 80 do citado Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; declara outrossim ao mesmo Sr. Inspector que qualquer deliberação que a referida Thesouraria tomar a semelhante respeito será attendida por este Ministerio.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 56.— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1862.

Os terrenos de marinhas só se concedem ás Camaras Municipaes para logradouros publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Communico á V. Ex. que, attendendo ao que representarão os Drs. José Martins Rocha e João José Pimentel relativamente aos terrenos de marinha fronteiros á chacara do Vallonguinho e Cabaceiros n.^{os} 65 e 66, cujo dominio util lhes é contestado pela Camara Municipal de Nictheroy, por entender esta que devem fazer parte da chacara que comprou a Antonio Joaquim Brum e mais interessados, foi por despacho de 10 do corrente resolvido que deve subsistir o titulo de aforamento que em 27 de Novembro do anno passado o Thesouro concedeu aos ditos Doutores; cumprindo por isso que V. Ex., pelos meios competentes, faça respeitar o referido titulo tão inteiramente como nelle se contém; por quanto provado está que as marinhas questionadas não entrarão no ajuste da compra da chacara por parte da Camara, e que dellas estiverão sempre de posse Antonio Joaquim Brum e seus herdeiros pagando na Collectoria respectiva os fóros vendidos desses terrenos até que, com licença do Thesouro, os derão aos mencionados Doutores, sem que esses actos de posse e legitimo gozo fossem regularmente obstados ou contestados pela mesma Camara; além de que segundo a legislação vigente (Lei de 15 de Novembro de 1831 art. 51 § 14, Ordem de 18 de Outubro de 1838, Aviso de 5 de Novembro de 1846) os terrenos de marinhas só se concedem ás Camaras Municipaes para logradouros publicos, e nunca como fonte de renda (Ordens de 7 de Outubro de 1833 e 23 de Agosto de 1853) como pretendia a Camara Municipal de Nictheroy fazendo-os arrematar para afora-los a quem melhores vantagens offerecesse.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 57.—FAZENDA.—Em 13 de Fevereiro de 1862.

Dedução da percentagem dos Empregados das Alfandegas, Recebedoria, e Juizo dos Feitos da Côrte que deixão de ter exercicio durante o mez.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, em resposta ao seu officio n.º 63 de 20 de Junho ultimo, que não foi approvada a decisão, de que dá conta no dito officio, mandando deduzir a percentagem do Ajudante do Inspector da respectiva Alfandega sómente da renda arrecadada até o dia em que elle entrou no gozo da licença que lhe fôra concedida pela Presidencia da Provincia; por quanto, a pratica seguida pelo Thesouro no calculo da percentagem dos Empregados da Alfandega, Recebedoria e Juizo dos Feitos da Côrte, que deixão de ter exercicio durante o mez, e estão sujeitos ao desconto desse vencimento na fórma das disposições em vigor, tem sido sempre dividir-se a percentagem de todo mez pelos dias do mesmo, e multiplicar o quociente por tantos dias quantos teve o Empregado de exercicio. Cumpre pois que o dito Sr. Inspector providencie para que seja ahí observada esta pratica, que está de accordo com os Regulamentos, visto como não mandão elles abonar percentagens diarias, mas sim annuaes, pagas mensalmente, reformando a sua supracitada decisão.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 58.—FAZENDA.—Em 14 de Fevereiro de 1862.

Disparidade encontrada entre as tres notas do despacho de mercadorias nas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o seu officio n.º 62 de 14 de Março do anno passado e documentos annexos, relativos á decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Alfandega respectiva, que julgou não

ser o despachante do 209 duzias de pares de chinellas de lã pertencentes a Joaquim Pereira Arantes incorrido na multa do art. 553 do Regulamento das Alfandegas pela omissão da palavra—pares—em duas das notas do despacho; considerando que das tres notas apresentadas uma estava exacta, e como exige o art. 544 § 1.º n.º 6, isto é, com a declaração da unidade adoptada por base na Tarifa para o pagamento dos direitos, sendo as outras omissas nessa parte; que pela falta de identidade entre as tres notas não houve, nem podia haver prejuizo contra a Fazenda, visto como em uma dellas existia a declaração positiva da quantidade; considerando tambem que ao empregado que distribuiu as ditas notas assim discrepantes foi devida principalmente a omissão, que o processo ulterior do despacho corrigio, posto que de um modo irregular, preenchendo a lacuna das duas; resolveu confirmar a supracitada decisão pelas razões expostas: não podendo ser applicavel ao caso a disposição do art. 553 em que se baseou a Alfandega, por se não dar excesso além da declaração das notas; sendo digno de reparo que o Conferente do despacho, reconhecendo a discordancia alludida entre as mesmas, não exigisse desde logo do despachante a reforma dellas nos termos do art. 545, participando-o immediatamente ao chefe da Repartição, e não como praticou depois da sahida da mercadoria.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 59.—IMPERIO.—Aviso de 14 de Fevereiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro communicando as observações da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as Leis Provincias adoptadas na sessão de 1859.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Fevereiro de 1862.

III.º e Ex.º Sr. —Sobre as Leis dessa Provincia, adoptadas pela Assembléa Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1859, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e em Consulta de 31 de Dezembro ultimo observou o seguinte:

1.º No art. 2.º §§ 1.º, 2.º, 6.º, 9.º e 15.º da Lei n.º 446 de 4 de Janeiro de 1860 se decretão impostos de exportação, sobre os quaes ha necessidade de declaração do Poder Legislativo Geral, como em casos semelhantes se tem observado.

Decisões do Governo.

2.º Nessa mesma Lei ha o art. 3.º que dispõe que a Fazenda Provincial não aceita nem reconhece outra moeda que não seja a do cunho Nacional, ou as notas bancarias que legalmente como taes são consideradas. Se esta disposição estabelece doutrina, é inconstitucional, porque as Assembléas Provincias não podem legislar sobre moeda; se porém ella apenas affirma a existencia de um facto, ou faz declaração do modo como deve haver-se a Fazenda Provincial em suas transacções, não é objecto de Lei, ou é superflua.

3.º Não é constitucional a disposição do art. 30 desta mesma Lei, que releva o ex-Collector da villa de Passo-Fundo da multa que lhe foi imposta pela Directoria Geral da Fazenda Provincial, quer seja considerada como remissão da pena, quer como mercê pecuniaria. Em ambos os casos usurpa a Assembléa Provincial attribuições do Poder Executivo ou do Moderador.

4.º No mesmo caso está o § 18 do art. 36, que autorisa o Presidente da Provincia a mandar restituir a Simão Stelita da Cunha a quantia de 900\$, importancia da multa que lhe foi imposta como arrematante da illuminação publica da cidade de Pelotas.

5.º A pena de açoitos, imposta pelo art. 27 das Posturas da Camara Municipal da villa de Passo-Fundo, approvada pela Lei n.º 454 de 14 de Janeiro de 1860, é exorbitante das faculdades das Camaras Municipaes, que só podem infligir as de prisão e multa na fórma do seu regimento.

6.º A obrigação imposta pelo art. 28, aos medicos, cirurgiões e boticarios, de registrarem seus titulos na Camara é contraria ao Regulamento da Junta de hygiene publica. O art. 30, § 1.º, é ainda mais extraordinario, dando á Camara o direito de conceder licenças para o exercicio daquellas profissões. Semelhante disposição é destruidora de tudo quanto a tal respeito ha determinado a Lei Geral.

7.º As Posturas da Camara Municipal da cidade de Alegrete, approvadas tambem pela referida Lei n.º 454 de 4 de Janeiro de 1860, impõem do mesmo modo, no art. 235 pena de açoitos, a qual, como se tem observado, é exorbitante da faculdade que a Lei do 1.º de Outubro de 1828 deu ás Camaras Municipaes sobre este objecto, não sendo applicavel ao caso das Posturas o art. 60 do Código Criminal, como se pretende, porque a Lei taxativamente declara quaes são as penas que as Camaras podem impôr.

8.º Na Lei n.º 456 (Orçamento Municipal) notão-se os §§ 23, 27, 28 e 29 do art. 2.º, que tratão de impostos de importação e exportação municipal. A este respeito já por vezes se tem observado que é indispensavel uma resolução legislativa que defina a natureza destas imposições.

9.º Sobre o art. 23, que manda vigorar as disposições permanen-

tes da Lei anterior notão-se as dos arts. 27 e 28, que concedem o meio executivo para cobrança das rendas das **Camaras Municipaes**, ou por arrematação, ou por administração, o que as **Assembléas Provinciaes** não podem fazer.

10. No art. 2.º desta mesma Lei se promette um privilegio a quem se encarregar de construir um ou dous matadouros, consistindo o dito privilegio, como diz o artigo, na prohibição de talhar-se o gado em outros lugares. Se o talhar é sómente matar e esquartejar o gado, isto já está determinado pela Lei do 1.º de Outubro de 1828; mas se por esse vocabulo se entende tambem a venda por miúdo, tal privilegio não pôde conceder-se, como contrario á mesma Lei, que deixa livre a qualquer a venda onde bem lhe parecer.

Em vista destas observações as referidas Leis vão ser submittidas ao exame da Assembléa Geral Legislativa. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 60.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Fevereiro de 1862.

Ao Arcebispo da Bahia communicando que o Governo não está autorizado para conceder jubilação a um lente do Seminario archiepiscopal.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Fevereiro de 1862.

Ex.^{ma} e Rev.^{ma} Sr.—Levei ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o Padre Francisco Raymundo Nonato da Madre de Deus Pontes, Lente da cadeira de theologia moral do grande Seminario dessa diocese, pede ser jubilado na mesma cadeira, não só por contar mais de 20 annos de magisterio e impossibilidade de continuar a servir, por isso que soffre da vista, mas tambem por não poder o seu convento subministrar-lhe, por sua pobreza, todos os meios de subsistencia; e o mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Ha por bem Mandar declarar que, não havendo Lei que regule a aposentadoria de taes empregados, não cabe nas attribuições do Governo deferir ao supplicante, que poderá recorrer, ao Poder Legislativo.

O que communico a V. Ex. Rev.^{ma} para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.^{ma} — *José Ildefonso de Souza Ramos*. — Sr. Arcebispo da Bahia.

N. 61.— FAZENDA.—Em 15 de Fevereiro de 1862.

Assentamento dos fóros de terrenos de marinhãs dado o caso de divisão do aforamento.

Ministerio dos Negocio da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em consideração o julgamento do Juizo dos Feitos da Fazenda da Provincia de Santa Catharina de 10 de Fevereiro de 1860, na execução movida pela Fazenda Nacional contra os herdeiros de Francisco Caetano Soares para cobrança de fóros de terrenos de marinhãs, do qual deu parte a Procuradoria Fiscal da mesma Provincia á Directoria Geral do Contencioso em officio n.º 63 de 19 de Março do dito anno: ordena ao Sr. Inspector da sobredita Thesouraria que, para a boa fiscalisação dos fóros e laudemios de taes terrenos, observe a pratica seguida no Thesouro, dado o caso de divisão do prazo por successão, fazendo, em vista dos respectivos formaes de partilha o assentamento dos lotes de terrenos de marinhãs que forem lançados em partilha aos herdeiros, e exigindo que estes se mostrem quites dos fóros atrasados para poderem entrar na posse dos respectivos lotes, procedendo na fórma da Lei contra os que não se habilitarem por esse modo.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 62.—FAZENDA.—Circular em 15 de Fevereiro de 1862.

Dos manifestos escriptos em portuguez não ha que exigir a traducção ou copia fiel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade da decisão dada nesta data á Alfandega da Côte, commnica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que o fação constar aos Inspectores das Alfandegas das Provincias, que não deve exigir-se, por inutil e escusada, a traducção ou copia fiel em vulgar, de que trata o art. 372 do Regulamento das Alfandegas, dos manifestos escriptos em portuguez, e authenticatedos na fórma do art. 400 do mesmo Regulamento.

José Maria da Silva Paranhos.

— No mesmo sentido expedio-se ordem á Alfandega da Côte.

N. 63.—MARINHA.—Aviso de 15 de Fevereiro de 1862.

Manda observar Instrucções para o exame e verificação das contas de despesas, a que se referem os §§ 5.º e 2.º dos arts. 2.º e 5.º do Regulamento e Decreto n.º 1.739 de 26 de Março de 1856.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 15 de Fevereiro de 1862.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem ordenar que, na execução do disposto nos §§ 5.º e 2.º dos arts. 2.º e 5.º do Regulamento e Decreto n.º 1.739 de 26 de Março de 1856, sejam observadas as Instrucções que a este acompanhão, regulando o exame e verificação das despesas realizadas, á conta do Ministerio da Marinha, pelas Thesourarias de Fazenda e Divisões Navaes em portos estrangeiros.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim José Ignacio*.—Sr. Contador da Marinha.

Instrucções a que se refere o Aviso desta data, para o exame e verificação das despesas realizadas pelas Thesourarias de Fazenda das Provincias, e Divisões Navaes em portos estrangeiros.

Art. 1.º No exame da despesa do Ministerio da Marinha, que se realizar pelas Thesourarias de Fazenda das Provincias e Divisões Navaes em portos estrangeiros, procurar-se-ha conhecer:

§ 1.º Se as despesas forão devidamente feitas, e dentro dos limites da distribuição dos creditos e das autorisações concedidas posteriormente pelo Governo Imperial.

§ 2.º Se erão necessarias, ou pelo menos se consta terem sido justificadas legalmente.

§ 3.º Se forão devidamente classificadas, segundo as verbas do orçamento; e se o abono de vencimentos ao pessoal empregado nos estabelecimentos marítimos e nos navios da Força Naval foi feito de conformidade com as respectivas tabellas e ordens do Governo.

§ 4.º Se as demonstrações das quantias arrecadadas para o Asylo de Invalidos, em virtude do art. 24 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, coincidem com os descontos feitos nos vencimentos das differentes praças que são obrigadas a contribuir para o mesmo Asylo.

§ 5.º Se os documentos probatorios das despesas achão-se revestidos das formalidades precisas e estabelecidas nos respectivos Regulamentos; e se os calculos das quantias pagas estão exactos.

Art. 2.º O exame será feito á medida que forem chegando as demonstrações e documentos, devendo o Empregado revisor apresentar o resultado de suas investigações no fim de cada trimestre, acompanhado de um relatório circunstanciado do que tiver encontrado, e de uma recapitulação da despesa classificada em 1.ª e 2.ª vias.

Art. 3.º No fim do exercício organizará o Empregado competente uma recapitulação geral de toda a despesa do exercício, devidamente classificada pelas verbas do orçamento.

Art. 4.º A distribuição do trabalho será feita pelo Contador, devendo recabir nos Empregados mais habilitados.

Art. 5.º O Chefe da 2.ª Secção dirigirá todo o serviço de que forem incumbidos os diversos Empregados, recebendo d'elles os relatórios e mais papeis de que tratão estas Instrucções, a fim de apresental-os ao Contador, com as observações que julgar conveniente fazer, a bem do mesmo trabalho, e da fiscalisação em geral.

Art. 6.º As demonstrações remettidas pelas Thesourarias das Províncias e as 2.ª vias das recapitulações da despesa classificada, de que trata o art. 2.º destas Instrucções, serão entregues á 1.ª Secção da Contadoria, para attendê-las na escripturação dos créditos.

Art. 7.º O mesmo Chefe da 2.ª Secção na entrega dos documentos e mais papeis aos Empregados que forem designados para proceder aos exames marcados nestas Instrucções fará observar o que se acha disposto no art. 13 do Aviso Regulamentar de 2 de Abril de 1836.

Art. 8.º O Contador organizará os modelos que forem necessários para regularidade do trabalho, e proporá ao Governo as providencias que a experiencia fôr demonstrando serem precisas para cabal desempenho das presentes Instrucções.

Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1862.—*Joaquim José Ignacio.*

N. 64.—FAZENDA.—Circular de 17 de Fevereiro de 1862.

Cobrança de emolumentos das certidões passadas pelas Repartições de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo notado grande irregularidade na cobrança dos emolumentos das certidões passadas pelas Repar-

lições de Fazenda, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias, que tenham muito em vista na referida cobrança as disposições da Ordem de 22 Novembro de 1837, segundo a qual uma certidão que se refere a livros distinctos, como folhas de pagamento, registros ou assentamentos, deve pagar os emolumentos de duas ou mais buscas; providenciando para que nas Estações que lhes são subordinadas se execute pontualmente a mesma Ordem.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 63.—FAZENDA.—Circular de 17 de Fevereiro de 1862.

Como devem ser contados os termos assignados para a satisfação de obrigações impostas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade de decisão dada nesta data á Thesouraria da Provincia das Alagoas, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e para que o fação constar aos das Alfandegas respectivas, que os termos assignados, para a satisfação de quaesquer obrigações impostas, devem ser contados pela maneira estabelecida na Ord. liv. 3.º tit. 13, como a respeito do sello explicou a Ordem n.º 79 de 14 de Setembro de 1844.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 66.—FAZENDA.—Em 17 de Fevereiro de 1862.

Bandeira sob a qual devem ser navegadas as mercadorias do porto da Pará para Loreto por conta da Republica Peruana.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ao que solicita a Legação Pe-

ruana nesta Córte em sua nota dirigida ao Ministerio dos Estrangeiros, e por este transmittida ao da Fazenda com Aviso de 9 do mez passado, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará que expeça as providencias necessarias a fim de que a respectiva Alfandega, considerando como mercadorias de transito algumas machinas, e as peças de um dique flutuante de ferro e de dous pequenos vapores, que em meados do corrente anno tem de vir de Inglaterra para Loreto por conta da Republica Peruana, permita, nos termos dos arts. 622 e 624 do Regulamento das Alfandegas, que taes objectos sejam baldeados no porto da mesma Provincia com a maior presteza e cuidado para navio exclusivamente brasileiro ou peruano que os tiver de conduzir ao seu destino: na intelligencia de que, não é permittido nem pela Legislação particular do Imperio, nem pela Convenção de 22 de Outubro de 1858, celebrada entre o Brasil e a dita Republica, que taes mercadorias sejam navegadas com aquelle destino, sob outra bandeira que não a do Brasil ou a do Perú.

José Maria da Silva Poranhos.

— Communicou-se na mesma data ao Ministerio de Estrangeiros.

N. 67.— FAZENDA.— Em 17 de Fevereiro de 1862.

Apprehensão e julgamento de mercadorias subtraídas ao pagamento dos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1862.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento dos recursos interpostos por Fiorito & Tavora para das decisões proferidas por essa Inspectoria em dous processos de contrabando, o 1.º de sete volumes sahidos fraudulentamente, acobertados com palha secca, do armazem n.º 15 dessa Alfandega, no dia 27 de Agosto ultimo, e o 2.º de quatro volumes, tambem sahidos do mesmo modo do mencionado armazem, seguidos em acto continuo e apprehendidos na rua das Violas no dia 29 do citado mez; resolveu dar provimento aos mesmos recursos, para o fim de annullar, como os annullou, os respectivos processos, aquelle pela incompetencia da autoridade administrativa para instaura-lo e julga-lo em face do art. 17, § 1.º da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e

art. 742 § 3.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e este por se não haver marcado ás partes o prazo de 15 dias para sua defeza, omittindo-se assim uma das solemnidades expressamente recommendadas nos arts. 744 § 3.º, 745 e 746 do citado Regulamento, e declarada substancial pela Imperial Resolução de consulta de 10 de Abril do anno passado.

Devolvo, pois, a V. S. os papeis respectivos, para que faça instaurar novo processo pela apprehensão dos quatro volumes, do qual lhe compete conhecer, mandando proceder á inquirição do Administrador das Capatazias, do Fiel do armazem n.º 15, e do arrumador Espirito Santo, ficando por este modo sanadas as irregularidades que se derão no 1.º processo; cumprindo que observe as prescripções do Capitulo 2.º Título 8.º do mencionado Regulamento, relativamente ás apprehensões em flagrante. E quanto ao contrabando consumado em 27 de Agosto, mande V. S. proceder as diligencias tendentes ao descobrimento da verdade, fazendo remessa ao Juiz Municipal das informações que puder colher, com copia authentica da participação dada por Joaquim José Texeira Bastos e João Ferreira Guimarães, remettendo tambem, se já o não tiver feito, ao Juizo competente, para os effeitos legais, a carta e outras peças comprobatorias da concorrência que no referido contrabando tiverão o Ajudante das Capatazias Fernando Pinto de Almeida, o arrumador Bandeira e o Despachante Geral Faria.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N. 68. — FAZENDA. — Em 17 Fevereiro de 1862.

Não se liquida a divida de exercicio findo proveniente de meio soldo emquanto a pensionista não apresentar o titulo da pensão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 69 de 26 de Junho ultimo, que irregularmente forão liquidadas pela mesma Thesouraria as dividas de exercicios findos, cujos processos ora lhe são devolvidos, de D. Marianna Augusta Borta de Araujo, viuva do Capitão Bernardo José de Araujo, e de D. Anna Thereza Adelaide Palhares, filha do Tenente Coronel João de Souza Silveira Palhares; visto que as peticionarias

Decisões do Governo.

não tínhamos ainda solicitado os respectivos títulos, e por isso o Thesouro as eliminára na relação das alterações do assentamento remetida pela Thesouraria; cumprindo que o Sr. Inspector faça observar em semelhantes casos, as disposições das ordens de 11 de Fevereiro e 3 de Dezembro de 1853, 25 de Junho de 1856 e 31 de Março de 1857.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 69.— FAZENDA.— Em 18 de Fevereiro de 1862.

Sobre o pagamento do imposto de ancoragem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio n.º 24 de 18 de Fevereiro do anno passado, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná dando conta de ter a Alfandega respectiva sujeitado o brigue nacional *Dous Amigos*, que havendo descarregado alli mercadorias remetidas deste porto, carregára herva mate para as Republicas do Prata, ao pagamento da ancoragem na razão de 300 réis por tonelada de sua arqueação; consulta se um navio nas circumstancias expostas deve ser, como opina o Procurador Fiscal da Thesouraria, isento do referido imposto, ou sómente obrigado á metade delle, como pensa o Sr. Inspector, sob fundamento de que um tal navio não pôde ser considerado de cabotagem; lhe declara, para sua intelligencia e devidos effeitos, que as embarcações no caso da de que se trata, são isentas do imposto da ancoragem em vista do art. 663 do Regulamento das Alfandegas; o qual só manda cobrar o imposto das embarcações procedentes de portos estrangeiros que por qualquer motivo derem entrada nos do Imperio, salvas as excepções dos seus paragraphos. Outrosim que á Alfandega cumpria, como por vezes se tem declarado, decidir a reclamação que a tal respeito fizerão o Despachante e o Commandante do mencionado brigue, como entendesse de justiça, deixando-lhes o direito salvo de recorrerem da sua decisão para as Autoridades competentes.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 70.—MARINHA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.

Amplia o disposto no Aviso de 26 de Novembro de 1859, declarando não estarem comprehendidas nas suas prescripções as contas dos Encarregados do Corpo de Fazenda, cujos inventarios tenham sido feitos dentro do ultimo trimestre do anno financeiro; e bem assim as dos Cirurgiões, Pharmaceuticos, Machinistas, e Mestres dos Navios da Armada e Estabelecimentos de Marinha.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 18 de Fevereiro de 1862.

Tendo em vista obviar aos inconvenientes que, sem vantagem da fiscalisação e dos verdadeiros interesses da Fazenda Publica, resultão na pratica da generalidade com que é entendido o Aviso de 26 de Novembro de 1859, applicando-se indistinctamente a sua doutrina, não só ás contas de todos os responsaveis do Corpo de Fazenda, qualquer que seja o tempo da sua gestão, mas ainda ás dos Cirurgiões, Pharmaceuticos, Machinistas e Mestres dos Navios da Armada e Estabelecimentos de Marinha, apesar de não estarem estes comprehendidos na disposição do art. 15 do cap. 5.^o do plano que baixou com o Decreto n.^o 1.940 de 30 de Junho de 1857, Sua Magestade O Imperador, Attendendo ao que V. Ex. representára por Officio n.^o 831 de 26 de Junho do anno passado, Ha por bem Ordenar:

1.^o Que sejam exceptuadas do encerramento prescripto no Aviso de 26 de Novembro de 1859 as contas dos Encarregados do Corpo de Fazenda, cujos inventarios tenham sido feitos dentro do ultimo trimestre do anno financeiro.

2.^o Que sejam, outrosim, dispensadas da citada formalidade as contas dos Cirurgiões, Pharmaceuticos, Machinistas e Mestres, procedendo-se unicamente aos respectivos inventarios, quando taes responsaveis tenham de desembarcar, ou os interesses da fiscalisação o exigirem.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim José Ignacio*.—Sr. Contador da Marinha.

N. 71.—MARINHA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.

Manda observar Instrucções para o serviço dos Pharões e Pharoletes do Imperio.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha, em 18 de Fevereiro de 1862.

Sua Magestade O Imperador Ha por bem que se executem as inclusas Instrucções e tabella regulando o serviço dos Pha-

rões e Pharoletes do Imperio, assim como o numero e retribuição do respectivo pessoal: o que communico a V. S. para sua intelligencia e cumprimento na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim José Ignacio*.—Sr. Contador da Marinha.

Instruções para o serviço dos Pharões e Pharoletes do Imperio. Mandadas observar por Aviso desta data.

Art. 1.º O serviço dos Pharões e Pharoletes será desempenhado por 1.º, 2.º e 3.º Pharoleiros, que perceberão o estipendio fixado na tabella annexa.

§ 1.º Os 1.º e 2.º Pharoleiros servirão nos Pharões, e os 3.º nos Pharoletes, segundo a distribuição feita na mesma tabella.

Art. 2.º São obrigações do 1.º Pharoleiro:

§ 1.º Fazer acender o Pharol ao pôr do Sol, e apagal-o ao nascer, tendo o maior cuidado em que a luz seja conservada com a mesma intensidade e brilho durante toda a noite.

§ 2.º Cuidar na limpeza e conservação do apparelho de luz, torre e suas dependencias, requisitando da respectiva Capitania do Porto o que para esse fim fôr necessario.

§ 3.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade todo o material do Pharol, de que prestará annualmente contas, na Côrte á Contadoria da Marinha, e nas Provincias, ás Thesourarias de Fazenda.

§ 4.º Não consentir nas vizinhanças do Pharol arvores crescidas, ou outros obstaculos de igual natureza, que lhe interceptem a luz.

§ 5.º Requisitar opportunamente ao Capitão do Porto o material necessario ao consumo do Pharol em tres mezes, apresentando n'essa occasião uma nota do existente.

§ 6.º Zelar pela conservação das boias e balizas que estiverem á vista do Pharol, fazendo-as suspender, e examinar as respectivas amarrações, sempre que o estado do mar o permittir.

Art. 3.º Os deveres prescriptos no precedente artigo ao 1.º Pharoleiro serão desempenhados nos Pharoletes pelo Pharoleiro mais antigo.

Art. 4.º São obrigações dos 2.º e 3.º Pharoleiros:

Coadjuvar o primeiro, e desempenhar quanto por elle seja determinado no interesse do serviço, substituindo-o pela ordem de antiguidade nas suas faltas e impedimentos.

Art. 5.º Os Pharoleiros serão nomeados, na Côrte, pelo Ministro da Marinha, e nas Provincias, pelos respectivos Presidentes, sobre proposta do Capitão do Porto, e conservados emquanto bem servirem.

Art. 6.º Serão responsáveis pela damnificação dos objectos a seu cargo, e obrigados a indemnisar os prejuizos provenientes de seu deleixo ou impericia.

Art. 7.º O Pharoleiro que, estando de serviço, deixar apagar-se o Pharol, será pela primeira vez multado na importância de um mez do respectivo salario, e na reincidencia despedido.

Art. 8.º O pessoal dos Pharóes será matriculado nas Capitánias dos Portos, e como tal isento do recrutamento forçado, e serviço da Guarda Nacional.

Art. 9.º Far-se-ha uso nos Pharóes de azeite d'oce ou de nabo, e nos do rio Amazonas do de andiroba, emquanto outra cousa não fôr determinada.

Art. 10. A limpeza dos Pharóes e Pharoletes deve estar concluida todos os dias ás 11 horas da manhã, ficando promptos do necessario para o serviço da noite. As vidraças serão lavadas com agua quente, cinza peneirada, sal ou sabão, e os globos, ou tubos de vidro, limpos com toalha e pó de tijolo.

Art. 11. A escripturação da receita e despeza do material á cargo dos Pharoleiros será feita nas Capitánias dos Portos de que dependerem.

Art. 12. Nos Pharóes, cuja direcção fôr confiada a Officiaes da Armada, far-se-hão por intermedio d'estes todos os pedidos e reclamações que tiverem de ser dirigidos ás Capitánias.

Art. 13. Todo o material necessario será supprido pelos Almojarifados e Arsenaes de Marinha onde os houver, e, na falta de taes estabelecimentos, comprado pelos Capitães dos Portos mediante as formalidades da Lei.

Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1862.—*Joaquim José Ignacio.*

Tabella fixando o numero e estipendio dos individuos empregados nos Pharões e Pharoletes do Imperio.

PROVINCIAS.	DENOMINAÇÕES.		PESSOAL.				
			PHAROLETES.			NO SERVIÇO DAS EMBARCAÇÕES.	
	PHARÕES.	PHAROLETES.	Primeiros.	Segundos.	Terciros.	Pairão.	Remadores.
Rio de Janeiro... S. Paulo...	Cabo-Frio...	1	3	...	1	8
	Ilha Rasa...	1	3	4
	Ilha da Moela...	1	2	3
	Da Barra...	1	2	3
S. Pedro do Sul...	Na lagoa dos Patos	2	2
	Itapoã..	2	2
	Christovão Pereira...	2	2
	Capão da Marca...	2	2
Santa Catharina...	Bojuruá.	2	2
	Estreito.	2	2
	2	2
	2	2
Bahia....	Naufragados...	1	2	3
	Abrolhos...	1	3	4
	Barra...	1	2	3
	Morro de S. Paulo	1	2	3
Sergipe....	Atalaia da barra da Cotin-guiba	2	2
	2	2
	2	2
	2	2
Pernambuco	Da Barra...	1	2	3
	Alagôas...	Macció...	1	2	3
	Ceará....	Mucuripe...	2	2
	Itacolomi...	1	2	3
Maranhão	Santa Anna...	1	3	4
	S. Marcos...	2	2
	Alcantara...	2	2
	Barra...	2	2
Pará....	Salinas...	1	2	3
	2	2
	Rio Amazonas.	2	2
	Parana-quêra.	2	2
.....	Marian-na...	2	2
	Goiabal.	2	2
	Jatuby.	2	2
	2	2
			13	30	28	1	8
Gratificação mensal para cada um.....			50\$	40\$	30\$	30\$	24\$

OBSERVAÇÕES.

1. Os Officiaes da Armada que forem incumbidos da direcção de Pharões perceberão por semelhante encargo os respectivos vencimentos militares, ou as gratificações arbitradas nos Avisos de nomeação.
2. Um dos remadores da lancha de socorro de Cabo Frio servirá tambem de guarda do caes alli existente.
3. Nos estipendios fixados na presente tabella vão incluídas as rações ou comedorias que actualmente recebem alguns Pharoletes e outros.
4. Os actuaes empregados do Pharel da barra do Rio Grande do Sul continuarão a perceber os vencimentos que até agora lhes foram devidos, de do Pharel dos Abrolhos terço, além das gratificações marcadas nesta tabella, as que forem arbitradas pelo Governo, attenta a distancia em que se acha o mesmo Pharel, e a natureza do serviço que prestão.

Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1838. — Joaquim José Ignacio.

N. 72.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Fevereiro de 1862.

Ao Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Santa Anna desta cidade, declarando ~~que o membro~~ da Junta substituido deve ser admitido a reassumir o seu lugar logo que se apresente.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Fevereiro de 1862.

Em seu officio datado de hontem participa Vm. que, tendo comparecido e tomado parte nos trabalhos da primeira sessão da Junta de qualificação dessa parochia o respectivo membro Honorio Francisco Caldas, deixou este de concorrer ás seguintes sessões, sendo por isso chamado outro cidadão para substitui-lo, na fôrma da Lei; e que, apresentando-se hontem para reassumir o seu lugar na Mesa, entendeu Vm. não dever admitti-lo, fundado nas disposições dos Avisos de 22 de Abril de 1847 § 2.º e 8 de Fevereiro de 1849 § 6.º

E em resposta cumpre-me declarar a Vm., para seu conhecimento e execução, que em conformidade do disposto nos Avisos por Vm. citados, e nos de 23 e 26 de Fevereiro de 1847 sob n.ºs 21 e 23, sempre que deixa de comparecer algum membro da junta e é substituido, deve o substituto ceder o lugar logo que, tendo cessado o impedimento do membro substituido, se apresente este para tomar parte nos trabalhos.

Cumpré, portanto, que a junta de qualificação dessa freguezia prosiga e conclua os seus trabalhos, sendo a elles admittido o cidadão Honorio Francisco Caldas, uma vez que tem cessado o seu impedimento.

Deus Guarde a Vm. — *José Ildefonso de Souza Ramos.* — Sr. Juiz de Paz, Presidente da Junta de qualificação da Parochia de Santa Anna.

N. 73.—FAZENDA.—Em 19 de Fevereiro de 1862.

Reexportação e baldeação de mercadorias no porto do Pará com destino á Republica do Perú.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 201 de 16 de Dezembro ultimo, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará dá conta da sua decisão, approvando a da Alfandega respectiva, que sujeitou ao despacho de consumo diversas

mercadorias importadas na dita Província pelo patacho inglês *Florest* com destino á Republica do Perú, declara ao mesmo Sr. Inspector que tal decisão não foi regular, visto que, não se achando ainda creado Entrepósito na Província, e não podendo portanto ter nella effectividade as disposições relativas, não estavam as referidas mercadorias fóra das condições geraes da importação que permitem em todo caso a reexportação ou baldeação das mercadorias na fórma do Regulamento.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 74.—FAZENDA.—Em 20 de Fevereiro de 1862.

Não é lícito ampliar ás irmãs dos Officiaes da Armada que se casão o Monte Pio concedido ás filhas dos mesmos Officiaes.

Ministerio dos Negocios do Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sabendo que na Província da Bahia existem duas pensionistas do Estado, cujo Monte-pio provém de seu irmão o fallecido 2.º Tenente da Armada Pedro José Batalha, julga conveniente prevenir o Sr. Inspector da Thesouraria da dita Província, visto como as mesmas pensionistas podem achar-se em circumstancia de casar, de que pela Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 2 de Outubro do anno findo, foi declarado, que a respeito das irmãs dos Officiaes da Armada não é lícito ampliar a disposição do art. 8.º do Plano do Monte-pio da Marinha com o que preceitua o seu art. 4.º quanto ás filhas dos ditos officiaes; até que o Corpo Legislativo, a quem vai ser affecta a questão, a resolva definitivamente.

José Maria da Silva Paranhos.

—Na mesma data expedio-se ordem á Thesouraria do Pará em igual sentido; *mutatis mutandis*.

N. 75.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Fevereiro de 1862.

Ao Presidente da Província de S. Paulo communicando a approvação das eleições de Vereadores e Juizes de Paz feitas nas parochias de S. Bernardo e Santa Iphigenia, do Municipio da Capital, e resolvendo duvidas sobre a incompatibilidade do cargo de Juiz de Paz com o de Thesoureiro de Fazenda para a presidencia da Mesa parochial.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Forão presentes á Sua Magestade o Imperador os officios dessa presidencia de 14 de Janeiro e 13 de Julho do anno proximo passado, remettendo por copia uma representação da Camara Municipal dessa capital contra a validade das eleições de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu nas parochias de S. Bernardo e Santa Iphigenia em Setembro de 1860, e informando sobre este objecto.

Expõe a dita Camara na referida representação, a respeito da eleição da freguezia de S. Bernardo, que forão recebidas 63 cedulas para Vereadores, e 61 sómente para Juizes de Paz, e a respeito da de Santa Iphigenia, que a Mesa parochial foi presidida incompetentemente por um Juiz de Paz supplente, achando-se presente e fazendo parte della o primeiro Juiz, coronel Joaquim Floriano de Toledo.

O antecessor de V. Ex. julgou válida a eleição de S. Bernardo, e irregular a de Santa Iphigenia, mandando eliminar da apuração geral para Vereadores os votos desta parochia, e continuar o exercicio dos Juizes de Paz, do quatriennio findo até deliberação do Governo Imperial.

O mesmo Augusto Senhor, conformando-se, por sua immediata Resolução de 8 do corrente, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em consulta de 16 de Novembro ultimo, houve por bem approvar ambas as eleições pelos seguintes motivos :

Quanto a eleição de S. Bernardo, porque a differença que se allega ter havido de duas cedulas entre as que forão recebidas para Vereadores, e as que o forão para Juizes de Paz não pôde influir no resultado da eleição.

Quanto á eleição da parochia de Santa Iphigenia, porque não são procedentes as razões em que a referida Camara funda a incompetencia do Juiz de Paz que a presidio.

Consta dos documentos, que acompanharão os officios acima citados, que o coronel Joaquim Floriano de Toledo, com quanto prestasse juramento de Juiz de Paz da dita parochia, nunca entrou no exercicio do cargo, porque entendeu que o cargo de Juiz de Paz era incompativel com o seu emprego de Thesoureiro de Fazenda, e por este motivo servio de 1.^o Juiz de Paz em todo esse tempo o seu immediato em votos, sem que

da parte da Camara Municipal, ou de qualquer outra autoridade, fosse o referido Toledo obrigado a assumir a jurisdição, e sem que jámais houvesse reclamação, contra as qualificações que deixarão de ser presididas por elle; e que debaixo do mesmo fundamento recusou o dito Coronel presidir a Mesa parochial na eleição de que se trata, servindo de membro della como seu Secretario, e sendo a presidencia exercida pelo Juiz de Paz immediato.

Reflectindo-se que o emprego de Thesoureiro de Fazenda exige diaria assistencia na repartição e a horas certas, e attendendo-se á regra fundamental estabelecida no Aviso de 4 de Junho de 1847 n.º 89, de que são incompativeis os empregos que não podem ser bem desempenhados simultaneamente, não se póde duvidar da incompetencia do exercicio do dito emprego de Thesoureiro com o de Juiz de Paz; a escusa portanto que o Coronel Toledo diz ter pedido estava no caso do art. 4.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, e devia ser aceita pela Camara Municipal, o que V. Ex. lhe fará sentir.

Seja, porém, qual fôr a solução da questão da incompatibilidade, não procede a arguição feita pela Camara Municipal para se annullar a eleição sob fundamento de ter sido ella presidida por Juiz incompetente; por quanto, todas as vezes que falta o Juiz de Paz mais votado, por qualquer motivo que seja, como se expressa o art. 4.º das instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 23 de Junho de 1849, a presidencia dos trabalhos eleitoraes se devolve ao seu immediato em votos, pois do contrario deixaria de haver eleição todas as vezes que o Juiz de Paz mais votado, receiando a derrota da sua parcialidade, se negasse a presidir a eleição, sob qualquer pretexto.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, cumprindo que mande reunir aos votos para Vereadores do municipio os da parochia de Santa Iphigenia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 76. — GUERRA. — Aviso de 22 de Fevereiro de 1862.

Determinando que seja indemnizada a caixa de economias licitas da despesa feita com o enterramento de uma praça, recolhendo-se o que se apurar do seu espólio, como bens de defuntos e ausentes, aos cofres da Thesouraria de Fazenda, á qual cumpre pagar a despesa legal de sepultura e encomendação, segundo a taxa estabelecida pela Constituição do respectivo Bispado.

4.^a Directoria Geral. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Fevereiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Transmitto a V. Ex. o Relatorio junto, por copia, sobre as contas do Conselho Economico do Corpo de Guarnição dessa Provincia, relativas ao primeiro semestre do anno proximo passado, para que ordene ao referido Conselho que faça as alterações, e preste os esclarecimentos ahi indicados, observando outrosim que deve indemnizar a caixa de economias licitas da quantia de Rs. 23\$060, despendida com o enterramento da praça Ladislão José Vieira, recolhendo-a de Rs. 23\$004, ou a que se apurar do seu espólio, aos cofres da Thesouraria de Fazenda, como bens de defuntos e ausentes, pagando esta a despesa legal de sepultura e encomendação, segundo a taxa estabelecida pela Constituição do respectivo Bispado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 77. — GUERRA. — Circular de 24 de Fevereiro de 1862.

As Provincias onde ha Conselhos Administrativos. — Mandando restabelecer o uso dos botões lisos no fardamento dos corpos do Exercito em substituição aos de números.

3.^a Directoria Geral. — 3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Fevereiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Convido que os botões do fardamento dos Corpos do Exercito deixem de ser numerados, não só para melhor uniformidade, como pela difficuldade, que ha em encontrar-se no mercado botões com números, que ficam sempre pelo triplo do preço dos lisos: de ordem de S. M. o Imperador assim o declaro a V. Ex., a fim de que dê as precisas ordens, para que d'ora em diante só se comprem botões lisos que serão de metal bronzado para os corpos de Caçadores,

e amarello para os de Infantaria, Cavallaria, e Artilharia, devendo os des'a] ultima arma trazer tão sómente a respectiva bomba.

Deus Guarde a V. Ex.— *Marquez de Caxias*.— Sr. Presidente]da Provincia de.....

N. 78.— FAZENDA.— Em 24 de Fevereiro de 1862.

Sello a que estão sujeitas as dispensas de pregão.

Ministerio]dos Negocios na Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 110 de 20 de Dezembro ultimo, no qual consulta se as dispensas de pregão estão sujeitas ao sello fixo de dez mil réis ou ao de duzentos réis, que o art. 77 do Regulamento n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860 resolve claramente a duvida suscitada, pois é nelle expresso que está sujeito ao sello de dez mil réis, toda dispensa de pregão que não seja para casamento de consciencia; e quanto a estas ultimas, que, não havendo taxa estabelecida para ellas, achão-se nos casos das denúncias relativas a taes casamentos, e portanto, isentas do imposto do sello, sendo que a parte final do citado art. 77 só tem por fim declarar que o sello de que se trata, é devido, seja qual fôr a autoridade ecclesiastica que fizer a concessão.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 79.— FAZENDA.— Circular de 23 de Fevereiro de 1862.

Sobre o lugar em que se deve pagar a siza de bens de raiz transferidos em arrematações e outros actos judiciaes, &c.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo á necessidade de fixar a ver-

dadeira intelligencia da Ordem n.º 219 de 26 de Agosto de 1831, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que a mencionada Ordem, determinando que o pagamento da siza se effectue na Estação Fiscal do districto, em que se acharem os bens, e permittindo-o no da celebração dos contractos sómente quando nenhum dos contrahentes residir no lugar da situação da cousa, não comprehende as arrematações e outros actos judiciaes, nem mesmo a compra de direito e acção sobre heranças, na hypothese de que trata o Aviso n.º 148 de 5 de Maio daquelle anno; pois que, em taes casos, cumpre observar a Ordem de 23 de Março de 1832, e Instruções do 1.º de Setembro de 1836, arts. 2.º e 3.º, realizando-se o pagamento do imposto no districto em que tiverem lugar as arrematações, adjudicações e inventarios, ou naquelle em que existirem os immoveis, segundo convier aos interessados na expedição dos competentes titulos de dominio.

• José Maria da Silva Paranhos.

N. 80.—FAZENDA.—Em 26 de Fevereiro de 1862.

Observancia da marcha dos recursos das decisões das Alfandegas e da ordem dos processos que correm pelas mesmas Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 35 de 25 de Fevereiro do anno passado, com o qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará transmittio os papeis relativos a representação apresentada á Presidencia da Provincia, por intermedio do Consul de S. M. Fidelissima, pelo subdito portuguez José Antonio Dias da Costa, caixeiro despachante de Francis Moran, sobre a facto de ter-lhe a Alfandega negado, a vista do § 2.º n.º 7 e § 3.º do art. 544 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, a faculdade de assignar os despachos e mais papeis da respectiva casa Commercial; declara ao mesmo Sr. Inspector, que, estando determinada no citado Regulamento, especialmente nos arts. 126 § 37 e tit. 9.º arts. 760 e seguintes, a marcha dos recursos interpostos das decisões dos Chefes das Alfandegas, bem como a ordem dos processos que correm por taes Repartições, irregular foi, e contra o expresso no art. 770, tomar a Thesouraria conheci-

mento da decisão proferida pela Alfandega por meio de reclamação dirigida pela parte ao seu Consul, e por este encaminhada á Presidencia, com preterição manifesta das formulas estabelecidas nas Leis e Regulamentos fiscaes, como já se declarou á Thesouraria de S. Pedro na ordem n.º 193 de 4 de Novembro de 1850, cuja doutrina deve ser observada para a boa administração fiscal. E porque cumpre, quanto ao caso sujeito, que se proceda de inteira conformidade com as disposições citadas, devolve ao Sr. Inspector, para tal fim, os supramencionados papeis.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 81.— GUERRA.— Aviso de 26 de Fevereiro de 1862.

Declarando que os voluntarios e engajados tem direito á meio soldo, ou soldo integral, correspondente á praça de soldado da arma, em que se alistão ou engajão.

4.ª Directoria Geral.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Fevereiro de 1862.

Respondendo ao seu officio, n.º 14, de 20 deste mez, propondo a duvida, que se offerece ácerca da gratificação, que se deve abonar ás praças que, tendo servido em uma arma, se engajão em outra; tenho de significar-lhe que a palavra — primeira praça — de que se serve a Lei, quer dizer a de soldado, primeira na escala militar ascendente, e que, por consequencia, os voluntarios e engajados tem direito a meio soldo, ou soldo inteiro correspondente á praça de soldado da arma, em que se alistão ou engajão.

Deus Guarde a Vm. — *Marquez de Caxias.* — Sr. Luiz Cesar de Atayde.

N. 82.— GUERRA.— Aviso de 26 de Fevereiro de 1862.

Mandando abonar ao Capitão Ajudante do Director do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho o soldo e vantagens de Engenheiro em commissão activa, que percebia anteriormente á publicação do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1861, visto haver ficado prejudicado com os vencimentos marcados por esse Regulamento.

4.ª Directoria Geral.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Fevereiro de 1862.

Deferindo Sua Magestade o Imperador a supplica do Capitão do Corpo de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Ancora,

Ajudante do Director do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, Ha por bem Determinar que, do 1.º deste mez em diante, se lhe abonem soldo e vantagens de Engenheiro em Commissão activa, que antes percebia, em lugar do ordenado marcado na tabella annexa ao Regulamento de 28 de Fevereiro de 1861, que está percebendo, visto ter sido prejudicado nas alterações, que se fizeram nos vencimentos dos Empregados daquelle estabelecimento, ficando desde já entendido que não tem direito á ajuste de contas pela differença de vencimentos atrasados, o que tudo communico a Vm. para sua execução.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Luiz Cesar de Atayde.

N. 83.—GUERRA.—Aviso de 27 de Fevereiro de 1862.

Mandando considerar permanentes as disposições do Aviso de 19 de Maio de 1859, concedendo vantagens de Estado Maior de Segunda Classe ao official encarregado do expediente da Fortaleza de Santa Cruz, e a gratificação mensal de réis 12,000 ao inferior ou cadete, que servir de Amanuense.

4.ª Directoria Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 27 de Fevereiro de 1862.

Fique Vm. na intelligencia de que deve considerar permanentes as disposições do Aviso de 19 de Maio de 1859, que mandou abonar vantagens de Estado Maior de 2.ª Classe ao official encarregado do expediente do Forte de Santa Cruz, e a gratificação mensal de doze mil réis ao inferior ou cadete, que lhe servir de Amanuense ; devendo por consequencia mandar abonar taes vencimentos aos nomeados, logo que pela Segunda Directoria desta Secretaria de Estado se lhe der conhecimento de novas nomeações.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Luiz Cesar de Atayde.

N. 84.—FAZENDA.—Em 27 de Fevereiro de 1862.

A restituição do imposto do sello da transferencia de um escravo tem lugar depois de annullado pelo Poder Judiciario o titulo da transferencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 136 de 2 de

Julho ultimo, com o qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco transmittio o recurso de Francisco Mathias Pereira da Costa, como procurador de Francisco de Barros Vellozo da Silveira, interposto da decisão da Thesouraria que lhe negou a restituição ~~do~~ ^{do} sello pago na Recebedoria da dita Provincia pela compra de um pardinho de nome Romualdo, que, por ter sido posteriormente reconhecido livre, foi recolhido em deposito ao Arsenal de Guerra; declara ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia e fins convenientes, que enquanto pelo Poder competente, o Judiciario, não fôr annullado o titulo de venda do dito pardinho, não pôde ter lugar, de conformidade com o disposto no art. 11 do Regulamento do sello, a supracitada restituição.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 85.—FAZENDA.—Circular em 28 de Fevereiro de 1862.

Pedindo informações sobre o imposto de casas de leilão e de modas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que informem com urgencia como se tem procedido nas Provincias á arrecadação do imposto sobre casas de leilão e de modas nos seguintes periodos: de 1835-36 até 1844-45, de 1845-46 até 1857-58, e no exercicio de 1858-59; isto é, se tem sido cobrado para a renda geral, ou se para a provincial; quaes as razões em que se tem fundado um ou outro procedimento, vistas as disposições do art. 51, § 12 da Lei de 15 de Novembro de 1831, art. 30 da Lei de 8 de Outubro de 1833, art. 12 da Lei de 31 de Outubro de 1835, Regulamento n.º 361 de 15 de Junho de 1844, e Decreto de 10 de Abril de 1858, n.º 2.145; e, finalmente, na primeira hypothese, sob que titulo foi e continúa a ser escripturado o dito imposto.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 86.—GUERRA.—Aviso de 28 de Fevereiro de 1862.

Ap. Ministro da Justiça communicando a expedição do Aviso circular desta mesma data, no qual se ordena ás Presidencias das Provincias, que sejam recebidos nos hospitaes e enfermarias militares os cornetas, clarins e tambores da Guarda Nacional, que não tiverem meios de tratar-se, quando doentes.

2.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 28 de Fevereiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Conforme V. Ex. requisitou em seu Aviso de 3 do corrente, nesta data se expede ordem em Aviso circular deste Ministerio ás Presidencias das Provincias, para que sejam recebidos nos hospitaes e enfermarias militares os cornetas, clarins e tambores da Guarda Nacional, que não tiverem meios para tratar-se, quando doentes, revertendo em favor desta Repartição os vencimentos, que as referidas praças tiverem pelo Ministerio á cargo de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato,

N. 87.—GUERRA.—Circular de 28 de Fevereiro de 1862.

Circular determinado que sejam recebidos nos hospitaes e enfermarias militares os cornetas, clarins, e tambores da Guarda Nacional, que não tiverem meios de tratar-se quando doentes.

2.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 28 de Fevereiro de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Determinando S. M. o Imperador que sejam recebidos nos hospitaes e enfermarias militares os cornetas, clarins e tambores da Guarda Nacional, que não tiverem meios para tratar-se, quando doentes, revertendo em favor dos cofres da Repartição da Guerra os vencimentos que perceberem aquellas praças pelo Ministerio da Justiça, como foi requisitado em Aviso do mesmo Ministerio de 3 do corrente mez; assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução; convindo que V. Ex. informe á esta Secretaria de Estado sobre o melhor modo de fazer-se effectiva aquella indemnização das despesas feitas com o tratamento das referidas praças.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 88.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Março de 1862.

Ao Presidente de S. Paulo communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre os factos que se derão na apuração geral dos votos para membros da Assembléa Legislativa da mesma Província no 1.º e 2.º districto eleitoral.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro em o 1.º de Março de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 26 de Dezembro ultimo, em que V. Ex. submette á decisão do Governo Imperial varias duvidas que occorrerão no Processo da apuração de votos para Membros da Assembléa Legislativa dessa Província pelo 1.º e 2.º districto.

Do officio supracitado consta, pelo que diz respeito ao 1.º districto, que a Camara Municipal da Capital dessa Província resolvêra:

1.º Não accumular aos mesmos individuos os votos dados com troca, suppressão ou augmento de sobrenome ou appellido, tomando-se em separado, em conformidade de varias decisões do Governo.

2.º Não incluir na apuração, mas tomar em separado, os votos constantes da copia da acta do Collegio de Itú, por não estar conferida e concertada pelo Secretario da Camara Municipal ou pelo Tabellião de notas na falta daquelle, segundo determina o art. 79 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Quanto ao 2.º districto, que a Camara Municipal da cidade de Taubaté resolvêra:

1.º Accumular ao Vigario Jacintho Gonçalves de Andrade 30 votos que os Collegios de S. Luiz e Jacarehy tinham tomado em separado.

2.º Tomar em separado os votos que nos Collegios de Jacarehy, Pindamonhangaba, Bananal e Ubatuba havião sido dados a Manoel Eufrazio de Toledo e Dr. Antonio Caetano de Oliveira Carvalho, que então exercião os cargos de Juizes Municipaes, tendo aliás esses votos sido contemplados na apuração pelos respectivos Collegios.

Essa Presidencia, reprovando o arbitrio da Camara de Taubaté, julgou todavia mais prudente não mandar proceder contra ella e aguardar a decisão do Governo Imperial.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Parecer do Conselho de Estado sobre a consulta da Secção dos Negocios do Imperio do mesmo Conselho, com o qual Houve por bem Conformar-se, Manda declarar que mereceu a approvação do Governo Imperial o procedimento de V. Ex. em relação á Camara Municipal de Taubaté; porquanto, ainda que não seja regular a deliberação por ella tomada em ambas aquellas hypothses, pôde-se, sem inconveniente, aguardar a esse respeito

a Resolução da Assembléa Provincial, á qual compete a decisão final dessas questões, quando proceder á verificação dos poderes de seus membros.

Pelo que respeita á Camara Municipal da Capital, a primeira das deliberações acima expostas é conforme á Lei e decisões do Governo, segundo as quaes não competia á Camara accumular os votos de nomes trocados, mas sómente á autoridade a quem pertence julgar definitivamente da validade da eleição.

A segunda, porém, das mencionadas deliberações não está no mesmo caso, porquanto sem desattender aos motivos pelos quaes duvidou aquella Camara apurar os votos constantes da acta de Itú, por falta da conferencia e concerto, não póde o Governo Imperial deixar de reconhecer que procedeu menos curialmente a mesma Camara tomando o arbitrio de exclui-los da apuração; pois que cumpria-lhe antes promover o supprimento daquellas faltas, de sua natureza sanaveis, requisitando uma authentica revestida das solemnidades legais, ainda que para esse fim devesse demorar a apuração pelo tempo que fosse indispensavel.

Nem a isso podia obstar a disposição legal que marca o tempo dentro do qual deve ser feita a apuração, porquanto se deve entender que a fixação desse prazo tem antes por fim vedar que se faça a apuração sem que haja decorrido o tempo preciso para o recebimento de todas as actas, do que prohibir a prorrogação do mesmo prazo quando dentro d'elle não se puder obter a reunião das mesmas actas.

Tal é a doutrina expressa do Aviso de 9 de Fevereiro de 1848, confirmada ainda ha pouco pela Camara dos Deputados quando approvou, sem impugnação, a eleição da Provincia de Goyaz, cuja apuração fôra adiada por aquelle motivo, em virtude de deliberação da respectiva presidencia.

Desde, porém, que assim não havia procedido a Camara apuradora, cumpria-lhe ter feito uma nova apuração para incluir os votos do Collegio do Itú, logo que lhe foi presente uma authentica revestida das solemnidades legais, visto como não se podia considerar completamente terminada a apuração com exclusão dos votos de um Collegio, a respeito de cuja eleição nenhuma outra duvida houve além da falta de uma formalidade que não era insupprivel, e que sendo estabelecida pela Lei para maior garantia da legitimidade das eleições, não deve ter por effeito prejudicar aquella, contra cuja regularidade nada se allegou.

Nem a este procedimento se oppõem os Avisos deste Ministerio de 26 de Fevereiro e 31 de Dezembro do anno proximo passado, os quaes, versando sobre hypotheses differentes, nenhuma applicação podem ter ao caso de que se trata.

Tendo pois a Camara Municipal da Capital dessa Provincia consultado a V. Ex. sobre o procedimento que deve ter rela-

tivamente á proposta de um de seus Membros, que requereu se procedesse a nova apuração, apresentando para esse fim uma acta devidamente conferida e concertada, cumpre que V. Ex. lhe responda fazendo-lhe sentir que a resolução por ella adoptada, na hypothese de que se trata, embora se possa fundar na disposição litteral da Lei, não se conforma com o espirito e razão da mesma Lei, a qual, tendo sempre muito em vistas rodear de todas as garantias o direito politico do voto dos cidadãos, não póde permittir que se nullifique a eleição regularmente feita em um Collegio só por falta de formalidades na extracção das copias da acta respectiva; cumprindo-lhe, portanto, proceder á nova apuração, visto não se achar ainda reunida a Assembléa Legislativa Provincial, á qual compete decidir definitivamente as questões relativas á eleição de seus membros.

Este procedimento, além de ser inteiramente razoavel e conforme com a Lei, torna-se ainda mais justificado attendendo-se aos graves inconvenientes que resultariam se, subsistindo a apuração incompletamente feita pela Camara, tivessem de indevidamente tomar assento como membros da Assembléa Provincial pessoas que não forão eleitas, e cuja intervenção nas deliberações da mesma Assembléa, durante as sessões preparatorias, poderia dar lugar a que ella se constituísse illegitimamente, e portanto sem a força e autoridade precisa para desempenhar as importantes attribuições que lhe forão conferidas pelo acto addicional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 89. — GUERRA. — Circular do 1.º de Março de 1862.

Estabelecendo o modo de proceder-se a respeito da abertura dos volumes, remettidos de umas para outras Provincias, com objectos de fardamento ou de material de guerra.

3.ª Directoria Geral. — 3.ª Secção. — Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em o 1.º de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se tornado frequentes as representações por faltas encontradas nos caixões com objectos para uso do exercito, que dos Arsenaes de Guerra do Imperio são remettidos para as diversas Provincias, sem que se possa averiguar se taes faltas provém de enganos na contagem nos proprios Arsenaes, ou se procedem de extravios posteriores ao encaixotamento: de ordem de S. M. o Imperador declaro a V. Ex. que

d'ora em diante nenhum volume, que se remetter para essa Província, será aberto, sem que uma comissão, composta de tres membros, por V. Ex. nomeada, examine em primeiro lugar se os volumes levão signal de terem sido abertos, procedendo-se depois a contagem e exame do estado dos objectos nelles contidos, de que se lavrará um termo, no qual se farão todas as declarações precisas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Província do....

N. 90. — GUERRA. — Aviso de 3 de Março de 1862.

Solicitando a expedição das necessarias ordens, para que a Thesouraria da Fazenda da Província de Mato Grosso, de accordo com a respectiva Presidencia, observe as Instrucções de 8 de Novembro de 1858, a fim de que sejam removidos os embarços, que resultão do atrazo de pagamentos ás forças disseminadas fóra da Capital.

4.ª Directoria Geral. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 3 de Março de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Não obstante as providencias dadas para que os corpos de Guarnição da Província de Mato Grosso estejam pagos em dia, ainda se conservão em grande atrazo, e muito prejuizo vem dahi ao serviço, disciplina e economia dos mesmos corpos, porque crescem as difficuldades de se preencherem os seus quadros, afrouxão-se as medidas do salutar rigorismo, indispensavel para a obediencia passiva, e augmentão-se os embarços para a boa e regular administração das caixas do rancho. A Thesouraria da Fazenda daquella Província, efficaizmente auxiliada pelo Thesouro Nacional, não póde achar-se em peiores condições do que a de Goyaz, e me parece que, adoptando-se alli as Instrucções expedidas em 8 de Novembro de 1858, impressas na collecção dos actos do Governo, para occorrer-se ao pagamento dos destacamentos desta última Província, se terá providenciado regularmente, e nessa persuasão expedio-se a Circular de 30 de Outubro do anno proximo passado, recommendando a todas as Províncias que, no caso de embarço para pagamento de qualquer destacamento ou praça existente longe da Capital, se adoptassem as regras alli prescriptas, conforme as circumstancias. Conviria, pois, que V. Ex., por sua parte, ordenasse á Thesouraria da Fazenda de Mato Grosso, que, de accordo com o Presidente da Província, as executasse, conforme fôr mais conducente aos fins desejados, porque nellas se estabelecem differentes meios de execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 91.—IMPERIO.—Aviso de 3 de Março de 1862.

Ao Juiz de Paz mais votado da parochia de Guaratiba exigindo informação sobre o propósito que se lhe attribue de estorvar a eleição de Juiz de Paz, e determinando o procedimento que deve ter quando elle e os seus immediatos estejam impedidos para fazer as convocações para a dita eleição.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Março de 1862.

Cumpra que Vm. informe com brevidade sobre o objecto da inclusa representação, que ao Governo Imperial acabão de dirigir diversos cidadãos residentes nessa freguezia, na qual se queixão do proposito, em que dizem estar Vm. e o seu immediato supplente, de obstar a que se proceda á eleição de Juizes de Paz dos districtos ahi novamente creados, deixando para esse fim de proceder á convocação sob falsos pretextos.

Por esta occasião julgo conveniente declarar a Vm. para seu conhecimento e governo, que os motivos de impedimento, que por ventura possão priva-lo e aos seus immediatos de fazerem aquella convocação, devem ser justificados, cumprindo ao juiz impedido passar a vara com a precisa antecedencia ao seu immediato, e na falta de todos ao Juiz de Paz do districto mais vizinho, a fim de que não fique prejudicado o cumprimento daquelle importante dever, cuja preterição, não justificada, é sujeita á pena estabelecida pelo art. 126 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a Vm.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—Sr. Juiz de Paz mais votado da Parochia da Guaratiba.

N. 92.—FAZENDA.—Em 3 de Março de 1862.

As notas para despachos de mercadorias devem conter todos os requisitos e solemnidades exigidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 3 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, que o mesmo Tribunal a quem foi presente o officio n.º 160 de 5 de Agosto ultimo e papeis annexos, no qual o dito Sr. Inspector dá conta de sua decisão relevando Isaac Esmaty da multa que lhe impoz a respectiva Alfandega, pelo accrescimo de peças de renda encontradas em

uma caixa por elle submittida a despacho ; resolveu confirmar a referida decisão, não só pelos seus fundamentos, attento o disposto no art. 545 § 2.º, 2.ª parte do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e um dos trechos da ordem dirigida á mesma Thesouraria em 14 do mez passado sob n.º 35 ; mas também porque, para o calculo dos direitos da mercadoria de que se trata, devia a Alfandega, apesar da declaração irregular da nota, recorrer á base adoptada pela Tarifa, fazendo pesar a mercadoria, e não proceder inutilmente a contagem das peçds. E por esta occasião julga conveniente recommendar ao mesmo Sr. Inspector que chame a attenção do daquella Repartição para o disposto no art. 545, lugar citado, a fim de não dar-se, como deu-se no caso vertente, toda a facilidade na admissão de notas para despachos que não contenhão os requisitos e solemnidades exigidas.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 93.— FAZENDA.— Em 3 de Março de 1862.

Acerca da ⁱⁿconstitucionalidade do acto das Assembléas Provincias lançando impostos sobre as Caixas Filiaes do Banco do Brasil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 3 de Março de 1862.

Illm. e Exm. Sr.— Communico á V. Ex., para seu conhecimento, que, de conformidade com a Imperial Resolução do 1.º do corrente, tomada sobre parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, vai ser submittida á decisão da Assembléa Geral Legislativa, por ser de sua competencia, a consulta feita pelo Presidente do Banco do Brasil, em officio de 26 de Abril de 1858 e 22 de Agosto de 1861, sobre deverem ou não as Caixas Filiaes do mesmo Banco estabelecidas nessa Provincia e na de Pernambuco, estar sujeitas ao imposto de um conto de réis annuaes lançado pelas respectivas Assembléas Provincias ás casas de operações bancarias com emissão e outros privilegios.

O Governo Imperial entende que o dito Banco e suas Caixas Filiaes, creados por Lei geral e destinados aos interesses commerciaes do Imperio, e não sómente do lugar ou Provincia onde se effectuão suas operações, não podem ser comprehendidos em taes imposições decretadas pelas Assembléas Provin-

ciaes, e, que, portanto, o acto da Assembléa Provincial é inconstitucional.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Maria da Silva Paranhos.*
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

— Identico ao Presidente da de Pernambuco.

— Communicou-se na mesma data ao Banco do Brasil.

N. 94. — FAZENDA. — Em 3 de Março de 1862.

Compete ás Thesourarias arrendar os Proprios Nacionaes existentes na Provincia e desnecessarios ao serviço publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 3 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista providenciar sobre o facto de haver a Alfandega de Paranaguá arrendado, por seu proprio arbitrio, um armazem da mesma Alfandega, pela razão de ser desnecessario ao serviço respectivo e ficar elle independente da parte do edificio occupado pela Alfandega, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, que, pertencendo ás Thesourarias nas Provincias a administração dos Proprios Nacionaes, que por Lei ou ordem do Thesouro não estiverem a cargo de outro Ministerio, compete exclusivamente a essa Thesouraria por força do disposto no § 13 do art. 1.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, proceder ao arrendamento dos Proprios Nacionaes existentes na Provincia, que forem desnecessarios ao serviço.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 95. — FAZENDA. — Em 5 de Março de 1862.

Sobre a fiança que, na fórma do Regulamento, devem prestar os Empregados das Alfandegas designados para Administrador e Escrivão das Mesas de Rendas subordinadas ás Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 5 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que nem todos os

Empregados da Alfandega da Cidade do Rio Grande, na Província de S. Pedro, achão-se no caso de prestar a fiança exigida pelo art. 121 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, quando nomeados para exercerem os lugares de Administrador ou de Escrivão nas Mesas de Rendas sujeitas á jurisdicção da dita Alfandega, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da mesma Província, que para estes lugares deverão ser preferidos os Empregados de qualquer classe da Alfandega, que, além da necessaria idoneidade, estejam em circumstancias de satisfazer aquella condição, podendo ser conservados no exercicio da mencionada commissão enquanto bem servirem, se não houver quem os substitua prestando a dita garantia, á qual deverá ser subordinada a pratica do revezamento de serviço de seis em seis mezes, recommendada pela ordem n.º 151 de 14 de Novembro do anno passado. Quando se torne necessaria a substituição de qualquer Administrador ou Escrivão das sobreditas Estações e não haja na Alfandega Empregado algum para esse fim com a habilitação da fiança, far-se-ha, não obstante, a nomeação do que mais nas circumstancias se achar de bem preencher a commissão, e dar-se-ha parte ao Thesouro para deliberar como julgar conveniente.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 96.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Circular de 5 de Março de 1862.

Manda que os officios ao Governo que acompanharem requerimentos de particulares, informando-os, sejam enviados ao Correio, onde os interessados irão pagar o respectivo porte.

4.^a Directoria.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 5 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Ordenando o art. 197 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, que de uns para outros lugares, em que houver Correios regularmente estabelecidos se não possam mandar cartas por conductores ou expressos, sem que dellas tenha sido previamente pago o devido porte por meio de sello, e o art. 209 do mesmo Regulamento, que nos officios, que os Presidentes dirigirem ás Secretarias de Estado acompanhando requerimentos de partes informados se escreverá—Interesse Particular—, e não serão expedidos nos Cor-

Decisões do Governo.

reios respectivos sem que as partes interessadas, ou seus procuradores tenham pago o porte competente por meio de sellos: e convindo fiscalisar quanto seja possível esta parte da receita publica, ordenará V. Ex. que todos os officios nas circumstancias acima sejam enviados ao Correio, onde as partes interessadas irão pagar o respectivo porte, sendo-lhes nessa occasião postos os competentes sellos, sem os quaes já evidentemente inutilizados, não poderão seguir na fórma do art. 193 do referido Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 97.—FAZENDA.—Circular em 6 de Março de 1862.

Descontos em certos casos nos vencimentos dos Empregados do Ministerio da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 9 de Janeiro proximo passado, que todos os Empregados das Repartições sujeitas ao mesmo Ministerio tem direito aos seus respectivos vencimentos, salvos os que são subordinados a Regulamentos expressos a respeito dos descontos que devem soffrer em certos casos; e que em geral todas as pessoas sujeitas a ponto, que percebem gratificações concedidas por Avisos do Governo, devem tambem soffrer desconto n'ellas, todas as vezes que deixarem de comparecer ao exercicio de suas funcções por motivos não justificados.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 98.—FAZENDA.—Em 7 de Março de 1862.

Que a observação 2.^a ao art. 58, § 1.^o, do Regulamento do sello só manda dobrar a taxa de cem réis e não tem applicação aos papeis a que se refere a observação 2.^a

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda

da da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em resposta ao seu officio n.º 197 de 30 de Setembro ultimo, sobre a execução do art. 58, § 1.º, observação 2.ª, do Regulamento do sello de 26 de Dezembro de 1860, que a dita observação só manda dobrar a taxa do sello de cem réis, visto como ella não tem applicação aos requerimentos, memorias, memoriaes, &c., a que se refere a observação 1.ª, os quaes devem pagar cem réis, se forem feitos em papel de formato ordinario, e duzentos réis se o papel exceder de doze pollegadas de comprimento e oito de largura, nos termos da ordem expedida á Thesouraria do Paraná em 5 de Dezembro ultimo.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 99.—FAZENDA. — Em 7 de Março de 1862.

Os dinheiros de Orphãos e os respectivos juros passam para o cofre de — bens de ausentes desde o dia do fallecimento do orphão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 7 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico á V. Ex., em resposta ao seu officio de 21 de Fevereiro proximo passado, que ficão dadas as necessarias ordens para que passem para o cofre dos bens de defuntos e ausentes os dinheiros, de que trata a relação que acompanhou o mesmo officio, na importancia de 43:126\$008, visto ter fallecido a menor a quem pertencião, e que os respectivos juros devem ser contados até o dia 11 de Junho de 1851, data do fallecimento da mesma.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Dr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Córte.

N. 100.—FAZENDA. — Em 8 de Março de 1862.

Da decisão do Tribunal do Thesouro só ha recurso para o Conselho de Estado nos casos previstos no art. 28 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Março de 1862.

Ilm. Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso que V. Ex. me dirigio a 19 de Fevereiro proximo passado, relativamente á

reclamação do Encarregado de Negocios de S. M. Britanica sobre a multa imposta pela Alfandega da Côte a Richard C. Jeffares, Capitão da Barca Ingleza *Contest* passo ás mãos de V. Ex. o officio incluso, por copia, do Inspector da mesma Alfandega sobre o facto que motivou a imposição da referida multa, que teve lugar em virtude de despacho de 25 de Julho do anno passado, da qual recorrendo o mesmo Capitão para o Tribunal do Thesouro, foi indeferido em 19 de Setembro do mesmo anno, sendo confirmada a decisão recorrida, por consequencia a multa por ella imposta; cumprindo-me ponderar á V. Ex. que, na fórma do art. 28 do Decreto de 29 de Janeiro de 1853, da sentença assim proferida por aquelle Tribunal só ha recurso para o Conselho de Estado, nos casos previstos no mesmo artigo, e quando interposto em tempo, não sendo por isso possível attender-se á reclamação daquelle Encarregado de Negocios, ainda quando não fosse ella autorizada a respeito do facto e circumstancias que constituem o seu objecto, pelo processo da apprehensão e informação da Alfandega.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.

N. 101.—IMPERIO. — Aviso de 10 de Março de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe approvando a sua decisão, de não poder fazer parte do turma dos cidadãos votados para Juizes de Paz, convocados na falta de eleitores para a organização da Meza Parochial, o individuo que tivera votos para Juiz de Paz em tempo em que estava pronunciado por crime de peculato.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. —Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 101 de 4 de Novembro do anno passado submettendo á approvação do Governo Imperial a decisão, pela qual declarou ao 3.º Juiz de Paz da Villa de Itabaiana que, á vista do § 3.º do Aviso n.º 20 de 19 de Janeiro de 1849, e do de n.º 38 de 4 de Fevereiro de 1853, tornava-se evidente que se o cidadão José Antonio Dias Soares recebêra votação para o cargo de Juiz de Paz quando se achava pronunciado em crime de peculato, não podia fazer parte da turma composta dos cidadãos votados para Juizes de Paz que, na falta de eleitores, tinha de votar para a formação da Mesa parochial, visto dever-se considerar de nenhum effeito aquella votação.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial, attendendo ao disposto no art. 94 § 3.º da Constituição, e no art. 99 da Lei de 19 de Agosto de 1846, e á doutrina dos Avisos supracitados, approva a referida decisão.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 102.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1862.

E' inconstitucional o imposto de importação do estrangeiro ou de outra Provincia, sendo lançado pelas Assembléas Provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Março de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—A Lei n.º 11 da Assembléa Provincial dessa Provincia de 3 de Julho de 1861, art. 2.º, § 26, estabeleceu o imposto de 2\$500 sobre cada garrafão de aguardente ou qualquer outra vasilha correspondente que entrar para vender-se na Villa de Santa Anna do Parahyba e seu Municipio. Na mesma Lei não se declara que o genero taxado seja producção ou manufactura do Paiz, como expressamente o faz no § 27 do citado artigo, quando menciona o imposto de mil réis sobre cada arroba de fumo, que entrar na mesma Villa e seu Municipio para vender-se. Assim que, pôde entender-se que o referido imposto de 2\$500 comprehende tambem a aguardente importada do estrangeiro e das outras Provincias, contra a expressa disposição do art. 12 do Acto Addicional; por isso haja V. Ex. de informar como se entende e se tem executado o art. 2.º § 26 da Lei em questão, ficando V. Ex. desde já ao facto de que semelhante imposto é inconstitucional, conforme foi declarado pela Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado do 1.º do corrente, caso elle recaia em genero importado do estrangeiro ou de outra Provincia.

Deus Guarde á V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*.—
Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 103.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1862.

Inconstitucionalidade da criação de certos impostos sendo creados pelas
Assembléas Provinciais.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11
de Março de 1862.

Ilhm. e Exm. Sr.—Resultando do exame feito pela Secção de Fazenda do Conselho de Estado, sobre a collecção dos actos legislativos da Assembléa Provincial dessa Provincia, promulgados na sessão do anno passado, o conhecimento de que a mesma Assembléa continúa a crear impostos de exportação; e de haver tambem, no § 25 do art. 16 da Lei do Orçamento Provincial, estabelecido imposto sobre charutos e rapê, *cobrado na occasião do despacho*, mas podendo ser o despacho para exportação ou para importação; é evidente que o dito imposto, sendo contrario já ao § 5.º do art. 10, já ao art. 12 do Acto Adicional, que prohibe expressamente a criação de impostos de importação pelas Assembléas Provinciais; não pôde deixar de ser declarado anti-constitucional, conforme a Resolução de Consulta do 1.º do corrente, tomada sobre parecer da dita Secção de Fazenda, no caso de ser tambem cobrado na importação: por isso haja V. Ex. de dar a este Ministerio precisas informações ácerca da intelligencia e execução que se tem dado ao artigo em questão.

Pelo que diz respeito aos impostos de exportação será a referida collecção presente á Assembléa Geral Legislativa na proxima futura sessão.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 104.—FAZENDA.—Circular em 11 de Março de 1862.

Occasão em que devem ser sellados os requerimentos, memorias
e memoriaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em
11 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo á duvida que se tem suscitado sobre a occasião em que devem ser sellados os requerimentos, memorias e memoriaes especificados na 1.ª observação ao art. 58, § 1.º, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860,

e á conveniencia de uniformar a pratica das Repartições Publicas a este respeito; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que observem e fação observar : 1.º, que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, no seu citado art. 58, § 1.º, fixou o limite maximo do prazo dentro do qual podem ser pagas as taxas do sello a que estão sujeitos os autos de qualquer natureza, não permitindo que o seião depois da conclusão para sentença final; 2.º, que os requerimentos, memorias e memoriaes, que a 1.ª observação do citado § 1.º do art. 58 declara comprehendidos na imposição relativa aos autos em geral, tambem estão sujeitos áquella clausula de serem sellados antes da decisão final; 3.º, que como esta segunda classe de papeis não está, quanto ao modo da arrecadação do imposto, nas mesmas condições dos processos judiciais, mas pelo contrario segue tramites por sua natureza e effeitos muito distinctos, cumpre que o seu respectivo sello seja pago antes da apresentação ás Autoridades ou Repartições Administrativas para informação ou despacho; 4.º, que deve-se exceptuar desta regra, podendo sellar-se depois da apresentação e antes da decisão final, ou de produzir esta seus effeitos, os requerimentos dos Officiaes e Praças do Exército e da Armada, de Corpos Policiaes e Guarda Nacional destacada, que se acharem em serviço fóra do Municipio da Corte e das Capitais das Provincias; bem como aquelles em que se pedirem cerdidões, attestados ou documentos de qualquer natureza, porque taes requerimentos deverão ser sellados quando se ajuntarem a autos e petições, na fórmula do art. 59, § 3.º, do Regulamento.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 105.—FAZENDA.—Circular em 12 de Março de 1862.

Remessa ao Thesouro de relação dos restos a pagar dos exercícios
de 1859 a 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 12 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, na fórmula do modelo junto, remettão com urgencia ao Thesouro a relação dos restos a pagar dos exercicios de 1859—60 e 1860—61, em execução do art. 1.º do Decreto n.º 2.897 de 26 de Fevereiro deste anno, que se

He enviou em Circular n.º 15 de 6 do corrente; cumprindo que na dita relação não venhão contempladas quantias reclamadas e já processadas como dividas de exercicios findos, a fim de evitar duplicatas de pagamento.

José Maria da Silva Paranhos.

Relação dos restos a pagar pela Thesouraria de Fazenda da Provincia.... pertencentes ao exercicio proximoamente encerrado de 1860—1861, tanto de vencimentos constantes das Folhas, como de contas de fornecimentos, ou de divida de outro qualquer titulo, na forma do Decreto n.º 2.987 de 26 de Fevereiro de 1862, addicionados dos restos ainda não pagos, pertencentes ao exercicio de 1859—1860 e tambem lançados em Folhas.

Exercicio de 1860—1861.	
Ministerio do Imperio § 26.º Manoel Joaquim de Aguiar, seu ordenado de Maio e Junho de 1861, como Thesoureiro do Correio	200\$000
» da Justiça § 5.º Dr. Joaquim da Silva Santos, proveniente da exumação de um cadaver; despeza autorisada por Aviso de.....	60\$000
» da Marinha § 22. Joaquim do Sobral Pereira, proveniente de 10 peças de lona para serviço da Armada autorisada por Aviso de.....	200\$000
» da Guerra § 12. Capitão Joaquim da Costa Miranda, importancia da gratificação vencida no mez de Junho de 1861, como Almojarife do Presidio.... autorisada por Aviso de.....	40\$000
	500\$000
Exercicio de 1859—1860.	
Ministerio da Fazenda § 11. José Joaquim Pereira, ordenado, gratificação e porcentagem como 1.º Escripturario da Alfandega relativamente ao mez de Junho de 1860.....	224\$500
	724\$500

Observações.

Nestas relações não serão comprehendidas quantias de meios soldos, de aposentados, jubilados e reformados, pertencentes a exercicio encerrado, sem que aos agraciados tenha sido conferido o Titulo ou respectiva Patente, porque, só á vista de taes diplomas ficará conhecido o verdadeiro quantitativo da pensão e a data de que deve começar o pagamento.

Quando a despeza for das comprehendidas nas ordens geraes de cada exercicio, e não tenha sido objecto de ordem especial, deve citar-se aquella no corpo da Relação.

N. 106.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Março de 1862.

Ao Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Santa Anna, sobre a falta das declarações exigidas nas listas dos cidadãos novamente incluídos e excluídos da qualificação de votantes, e das remessas das listas parciaes dos districtos e quarteiros.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Março de 1862.

Fico inteirado, pelo seu officio de 7 do corrente mez, de haver Vm. assumido a presidencia da junta de qualificação dessa parochia no impedimento do Juiz de Paz Leonardo Antonio Pinheiro, cabendo-lhe por isso responder ao Aviso deste Ministerio com a data de 28 de Fevereiro ultimo, cuja determinação declara Vm. achar-se na impossibilidade de satisfazer, attenta a irregularidade com que serão feitos os trabalhos da revisão por aquelle Juiz de Paz e pelos membros que compunhão a maioria da Mesa, os quaes deixarão tambem de comparecer aos respectivos trabalhos, sendo por isso substituídos na fôrma da Lei.

Refere Vm. que, não tendo sido presentes á Junta as listas dos Inspectores de quarteirão do 1.^o e 2.^o districtos dessa freguezia, nem a do Juiz de Paz do 1.^o districto, e que não contendo a do Juiz de Paz do 2.^o districto as declarações exigidas no Decreto n.^o 2.863 de 7 de Dezembro do anno proximo passado, não puderão ser organisadas pela Junta as listas da qualificação na fôrma prescripta no mesmo Decreto, tornando-se por isso impossivel a satisfação do que foi determinado no Aviso supracitado.

Em resposta tenho de declarar-lhe que, não devendo subsistir os defeitos com que Vm. informa haver sido feita a revisão, cumpre que sejam corrigidos na segunda reunião da Junta, quando tiver ella de resolver sobre as reclamações dos interessados, sendo nessa occasião formuladas as listas, de que trata o art. 24 da Lei n.^o 337 de 19 de Agosto de 1846, com as declarações exigidas no Decreto de 7 de Dezembro ultimo.

Por esta occasião devo outrosim declarar-lhe, para conhecimento da Junta de qualificação, que não devia ella ter encetado os seus trabalhos, sem que lhe fossem presentes as listas que o art. 19 da Lei de eleições encarrega aos Juizes de Paz de enviar-lhe para servirem de base aos mesmos trabalhos, as quaes cumpria que ella houvesse exigido, impondo ao mesmo tempo aos Juizes que não cumprirão aquelle dever a multa de que trata o art. 126 § 6.^o da mesma Lei.

Inclusas devolvo a Vm. as listas que acompanharão o seu officio supracitado.

Deus Guarde a Vm.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—Sr. João Vaz Guedes, Juiz de Paz da Parochia de Santa Anna.

N. 107.— GUERRA. — Aviso de 13 de Março de 1862.

Marcando as vantagens, que competem ao Agente do Laboratorio do Campinho.

4.^a Directoria Geral. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Março de 1862.

Ao Tenente reformado Francisco José de Paiva, nomeado Agente do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, mandará Vm. abonar as vantagens geraes, addicional e etapa, desde o dia em que entrar em exercicio, continuando a perceber o soldo de sua reforma pelo Thesouro Nacional.

Deus Guarde a Vm. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Luiz Cezar de Atayde.

N. 108.— FAZENDA.— Em 14 de Março de 1862.

Sobre impostos lançados pelas Assembléas Provinciaes sobre as Caixas Filiaes do Banco do Brasil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.— A fim de ser submettida á decisão da Assembléa Geral Legislativa, passo ás mãos de V. Ex. a inclusa copia da Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado do 1.º do corrente ácerca dos officios do Banco do Brasil n.º 146 de 26 de Abril de 1858 e n.º 407 de 22 de Agosto de 1861, tratando do imposto de um conto de réis annuaes lançado pelas Assembléas Provinciaes da Bahia e Pernambuco sobre as casas de operações bancarias com emissão e outros privilegios estabelecidas nas ditas Provinciaes; parecendo ao Governo Imperial que as disposições das Leis Provinciaes, que creirão tal imposto, não podem ser applicadas ao Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes, por serem estabelecimentos creados por Lei geral e destinados aos interesses commerciaes do Imperio, e não sómente do lugar ou Provincia onde se effectuão suas operações.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*. — Sr. 1.º Secretario da Camara dos Srs. Deputados.

N. 109.— FAZENDA.— Em 14 de Março de 1862.

Os terrenos á margem dos rios Bucarain e Caxoeira em Santa Catharina
impropriamente se podem denominar de marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em
14 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á questão apresentada á
presidencia dessa Provincia por E. Mathorel, procurador de
Suas Altezas Imperias e Reaes os Senhores Principe e Princeza
de Joinville na Colonia de D. Francisca, propriedade de Seus
Augustos Constituintes, sobre o facto de ter-se um dos respec-
tivos Colonos, Fernando Lewenhagen, recusado pagar a renda
de um terreno pertencente a mesma Colonia, sob o pretexto de
que o mesmo terreno, achando-se á margem do rio Caxoeira,
era de marinhas e por isso do dominio do Estado: declaro á
V. Ex., para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio
n.º 2 de 21 de Novembro ultimo, que nas terras doadas por
Lei para o patrimonio daquelles Augustos Senhores e nas quaes
se fundou a Colonia—D. Francisca—, não se fez excepção das
marinhas, se ellas comprehendem terrenos desta natureza, e que,
portanto a propriedade das mesmas terras é plena e identica em
toda a extensão dellas, salvas as restricções expressas na mesma
Lei; accrescendo que impropriamente se podem denominar—
marinhas— os terrenos que ficão á margem dos rios Bucarain
e Caxoeira, da confluencia para as respectivas nascentes: sendo
que por taes razões é sem fundamento a pretensão do Colono
Fernando Lewenhagen.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 110.— FAZENDA.— Em 15 de Março de 1862.

Os objectos importados pelo Governo do Perú não estão sujeitos á
prestação de caução na Alfandega do Pará.

Ministerio dos Negócios da Fazenda.— Rio de Janeiro em
15 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do
Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio
dos Negocios Estrangeiros de 5 do corrente, declara ao Sr.
Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em addita-
mento á ordem n.º 21 de 17 de Fevereiro proximo passado, que

sendo os objectos, de que trata a mesma ordem, importados pelo Governo do Perú, não ha lugar a prestação da caução, nos termos do art. 613, § 4.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; cumprindo, entretanto, que por occasião do transitio dos ditos objectos se tomem as necessarias cautelas a bem da fiscalização.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 111.— FAZENDA.— Em 13 de Março de 1862.

A taxa dos fundos publicos deve ser calculada pela cotação média do dia em que tiver lugar a transacção delles.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Março de 1862.

Sendo presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por João José da Costa do despacho da Recebedoria da Côrte, que lhe negou a restituição da quantia de 77\$000, que, em qualidade de tutor dos menores João e Manoel, filhos do finado Lourenço José Gonçalves Guimarães, fôra obrigado a pagar de mais pela taxa hereditaria de sete apolices em que havia sido subrogada uma casa, de que erão legatarios os ditos menores, calculando-se pela cotação das apolices na occasião da permuta, e não como havia sido pela do dia do pagamento da dita taxa: resolveu o Tribunal indeferir o mencionado recurso, tendo por muito applicavel ao caso vertente a doutrina do art. 20 do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860, que manda calcular a taxa dos fundos publicos pela cotação média do dia do fallecimento do testador, por ser a esse tempo que a posse civil dos bens se transmite ao legatario, visto como desde a época da permuta é que ficarão as apolices em questão pertencendo em nua propriedade aos tutelados do recorrente. O que communico ao Sr. Administrador da mesma Recebedoria para seu conhecimento.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 112. — GUERRA. — Aviso de 15 de Março de 1862.

A' Presidencia da Provincia do Ceará, declarando que sómente ao official, que se achar com parte de doente, convenientemente attestada, serão fornecidos os medicamentos, de que necessitar, á vista das receitas do Cirurgião do Exército, que o estiver tratando.

2.^a Directoria Geral. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 15 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á duvida proposta pelo Tenente Coronel Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, sobre o fornecimento gratuito de medicamentos aos Officiaes do Exercito, e que V. Ex. submetteu á consideração do Governo Imperial, em seu officio, n.º 244, de 30 de Novembro do anno proximo passado, devo declarar a V. Ex., para seu conhecimento e governo, que sómente ao official, que se achar com parte de doente, convenientemente attestada, serão fornecidos os medicamentos, de que necessitar, á vista das receitas do Cirurgião do Exercito, que o estiver tratando.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 113. — GUERRA. — Aviso do 17 de Março de 1862.

A' Presidencia da Provincia da Parahyba, declarando que jámais devem ser votados para Agentes dos Conselhos economicos os subalternos, que estiverem exercendo o cargo de commandantes de companhias.

2.^a Directoria. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo presente o officio de V. Ex., n.º 2, de 4 de Janeiro do corrente anno, ao qual acompanhou copia do que lhe dirigio o Coronel Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, relativamente á nomeação do Tenente Manoel Joaquim Ribeiro para Agente do respectivo Conselho economico, em substituição do Alferes, que exercia esse cargo, nomeação com a qual não concordou o mesmo Commandante, contra a opinião dos membros do Conselho economico, sendo em consequencia submettido o seu parecer á decisão do Governo Imperial, cumpro-me declarar á V. Ex., de ordem de S. M. o Imperador, que jámais devem ser votados para Agentes dos Conselhos economicos os subalternos, que estiverem exercendo o cargo de commandante de companhias, por quanto estes só

podem ser nomeados vogaes ou thesoureiros dos mesmos conselhos: pelo que, se ao Tenente acima mencionado compete, no impedimento do respectivo Capitão, continuar no commando, que deixou, quando foi eleito Agente, deve-se proceder á nova eleição; o que se praticará d'ora em diante em casos identicos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquês de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 114.— FAZENDA. — Em 17 de Março de 1862.

Sobre multa e apprehensão de objectos não incluídos no manifesto da carga do navio ou na lista dos sobresalentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Março de 1862.

Communico á V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso interposto por Baje & Pinckernelle, consignatarios do brigue *Lubeckense-Nautilius*, do despacho dessa Alfandega, que julgou procedente a apprehensão de alguns objectos, que não se achavão contemplados no manifesto, nem na lista dos sobresalentes do mesmo brigue. Como, porém, na multa comminada no art. 731 do Regulamento das Alfandegas, em que se baseou o despacho recorrido, com referencia ao art. 742, só pareçam estar comprehendidas as seis duzias de camisas para homem, 93 latas de conservas e oito peças de cambraia, attento o disposto na 2.^a parte do § 1.^o do art. 421; e as outras mercadorias e objectos sejam passíveis de penas comminadas no art. 422, conforme o disposto na ultima parte do citado § 1.^o do art. 421, por se não dar a seu respeito occultação dolosa, prevista e punida na 2.^a parte deste paragrapho, cumpre que neste sentido V. S. reforme o despacho recorrido; tendo-lhe outrosim por muito recommendado o preenchimento das formalidades, estatuidas no referido § 1.^o do art. 744, a respeito das apprehensões, as quaes no primeiro caso não foram religiosamente observadas, como V. S. mesmo notou; e já não podia evitar no estado em que achou o referido processo.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos*.— Sr. Conselheiro, Inspector da Alfandega da Córte.

N. 115. — FAZENDA. — Em 18 de Março de 1862.

A isenção de direitos de objectos importados para Companhias que gozão desse favor, só pôde ter lugar por ordem do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 18 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo nesta data declarado á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em additamento á ordem n.º 142 de 12 de Setembro ultimo, que os materiaes e mais objectos importados com destino á obra da ponte de ferro do rio Capiberibe são isentos de direitos mesmo de expediente, em face das disposições dos §§ 22 e 23 do art. 512, e § 3.º excepção 6.ª do art. 625 do Regulamento das Alfandegas, assim o communico á V. Ex. para seu conhecimento, e em resposta ao seu officio de 15 de Fevereiro proximo passado, sob n.º 14.

Nesta occasião cumpre-me observar á V. Ex. que as concessões de isenção de direitos em casos taes só podem ter lugar por meio de ordem do Ministerio da Fazenda, não só porque assim o determina expressamente o art. 513 do Regulamento das Alfandegas, como porque não se achão comprehendidas nas faculdades concedidas ás Presidencias pelos Decretos de 7 de Maio de 1842 e n.º 2.884 do 1.º do citado mez de Fevereiro.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 116. — MARINHA. — Aviso de 18 de Março de 1862.

Augmenta com vinte por cento as taxas, que pelo serviço da Praticagem percebem os Praticos da barra e bahia de S. Marcos, em virtude do Aviso regulamentar de 19 de Dezembro de 1854.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negoeios da Marinha em 18 de Março de 1862.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade O Imperador, Attendendo ao que Lhe representarão os Praticos da barra e bahia de S. Marcos n'essa Provincia, e Conformando-Se com o parecer manifestado pelo Conselho Naval em Consulta n.º 554, de 4 de Fevereiro ultimo, Ha por bem Determinar, que as quantias fixadas no Aviso de 19 de Dezembro de 1854, com referencia aos arts. 15 e 16 do Regulamento provisorio de 22 de Setembro de 1852, sejam augmentadas com vinte por cento cada uma;

continuando porém a ser regulada, segundo a tabella actualmente em vigor, a retribuição dos serviços prestados pelos referidos Práticos ás embarcações de cabotagem.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim José Ignacio*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 117.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Resolve diversas duvidas sobre a execução dos Estatutos da Companhia de Seguros Fidelidade, desta Corte, e bem assim acerca da applicação da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860 e seus regulamentos ás Companhias de semelhante natureza.

Directoria Central.—1.ª Secção.—N. 2.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Março de 1862.

Em officio de 16 de Janeiro ultimo, Vm., na qualidade de Presidente da Companhia de Seguros Fidelidade, expondo as difficuldades com que debalde tem lutado para, nos termos do art. 24 dos Estatutos da mesma Companhia, reunir a assembléa geral dos accionistas, a fim de se proceder á eleição de nova Directoria, solicitou a solução das seguintes duvidas:

1.ª Convocada novamente a assembléa geral da Companhia para a eleição da Directoria, e reconhecida a falta do numero de accionistas exigido pelo citado artigo, qual deverá ser o procedimento da mesa?

2.ª De conformidade com o disposto no art. 19 dos mesmos Estatutos, será permittido aos accionistas ausentes ou impedidos votar por procuração na eleição para Directores?

3.ª Póde a Directoria admittir a transferencia de acções, não obstante a doutrina do § 5.º art. 2.º da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, que parece não ser applicavel ás Companhias de Seguros?

E em resposta cabe-me declarar a Vm., para sua intelligencia e execução:

1.º Que a Directoria da Companhia de Seguros Fidelidade deve empregar todos os meios a seu alcance para que os respectivos Estatutos tenham plena e inteira execução; e, portanto, convocar a assembléa geral tantas vezes quantas forem necessarias para que se reúna o numero de accionistas que requerem os Estatutos.

E nem póde servir de base para procedimento diverso a difficuldade allegada de se reunir o numero de accionistas preciso para a assembléa geral, por quanto essa difficuldade

póde ser vencida, e, depois de conseguido este passo, incumbê á Directoria prevenir os inconvenientes que a tal respeito se podem reproduzir.

2.º Que o art. 19 dos mencionados Estatutos, que permittia aos accionistas votarem por procurador para a nomeação da Directoria, caducou em face do que a tal respeito muito positiva e claramente dispóz o art. 27 do Decreto n.º 2.711 de 19 de Dezembro de 1860, que extendeu ás Companhias e Sociedades anonymas a disposição do § 12 do art. 2.º da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto do mesmo anno.

3.º Que a disposição do art. 10 do Decreto n.º 2.733 de 23 de Janeiro do anno passado, que regulou as dos §§ 5.º e 24 do artigo da citada Lei, e que foi ultimamente explicada pelo Aviso do Ministerio da Justiça de 16 de Setembro do dito anno, comprehende tambem as Companhias de Seguros, e que, por consequencia, não se devem admittir as transferencias de acções, realizada a hypothese do § 5.º do art. 20 da referida Lei.

Entretanto, competindo ao Ministerio da Justiça tomar conhecimento destes negocios e attender ás reclamações que forem razoaveis, ao dito Ministerio deve Vm. dirigir qualquer representação no tocante a este ponto, conforme já foi por mim decidido em Aviso de 22 de Novembro do anno passado.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Companhia de Seguros Fidelidade.

N. 118.—FAZENDA.—Em 21 de Março de 1862.

Os Praticantes das Thesourarias podem ser admittidos a exame ainda que não tenham um anno de pratica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 21 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o requerimento do Praticante da Thesouraria da Provincia do Paraná, Julio Indio do Brasil Moraes, transmittido com o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, n.º 16 de 13 do mez passado, no qual pede ser admittido a exame das materias exigidas no art. 6.º § 2.º do Decreto de 14 de Março de 1860, não obstante faltarem-lhe dous mezes para completar um anno de pratica do lugar que exerce, autorisa o mesmo Sr. Inspector para admittir não só o supplicante, como seus com-

Decisões do Governo.

panheiros de classe que se julguem igualmente habilitados, ao concurso necessario para o accesso aos lugares immediatamente superiores, visto que para isso o referido Decreto não exige o anno de pratica, como pensa o Supplicante. Cumpre, porém, que o Sr. Inspector seja o mais escrupuloso possível no dito concurso, já porque o citado Decreto de 14 de Março assim o recommenda, já em attenção ao pouco tempo de tirocinio do Supplicante e dos que poderão concorrer.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 119.— FAZENDA.— Em 21 de Março de 1862.

Quaes os papeis sujeitos ao sello fixo que o podem pagar depois da informação ou despacho que não seja definitivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 21 de Março de 1862.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Em resposta ao officio n.º 15 dessa Presidencia de 15 de Julho ultimo, sobre o facto de ter-se a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia eximido de informar o requerimento do Tenente Coronel Theodoro José da Silva Santos por não estar sellado, entendendo essa Presidencia que podia ser prestada a informação, pagando-se depois o sello do requerimento, antes, porém, de lançar-se a despacho definitivo: declaro á V. Ex. que dos requerimentos, memorias, memoriaes e mais papeis sujeitos ao sello fixo, na forma da observação 1.^a ao art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, se deverá pagar o referido imposto antes da apresentação de taes papeis ás Autoridades e Repartições administrativas para informação ou despacho; excepto: 1.º, os que pertencerem a Officiaes e praças de preŕ do Exército e da Armada, de Corpos Policiaes e Guarda Nacional destacada, que se acharem em serviço fóra do Municipio da Côrte e das Capitães das Provincias dos quaes se poderá pagar o sello depois da apresentação e antes da decisão final ou de produzir esta os seus effeitos; 2.º, os que versarem sobre pedidos de certidões, attestados ou documentos de qualquer natureza, os quaes deverão ser sellados, quando se juntarem a autos e petições na forma do art. 59 § 3.º do supracitado Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 120.—FAZENDA.—Em 21 de Março de 1862.

Sello dos requerimentos dos Officiaes e praças do Exercito e Armada, de Corpos Policiaes e da Guarda Nacional destacada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 21 de Março de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho a honra de declarar á V. Ex., em resposta aos seus Avisos de 23 de Março e 3 de Outubro do anno passado, sobre o pagamento do imposto do sello de requerimentos das praças de marinhagem pertencentes á Divisão Naval do Imperio no Rio da Prata, que por Circular de 11 do corrente, constante dos exemplares inclusos, foi explicado que dos requerimentos dos Officiaes e praças do Exercito e da Armada, de Corpos Policiaes e Guarda Nacional destacada, que se acharem em serviço fóra do Municipio da Côte e das Capitães das Provincias, se poderá pagar o sello, a que forem sujeitos, depois de sua apresentação ás Autoridades, que dos mesmos tiverem de tomar conhecimento, mas antes da decisão final ou de produzir esta seus effeitos. Quanto aos requerimentos que não se acharem no caso de que se trata, e forem sujeitos ao sello, na fórmula da observação 1.^a ao art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, devo o imposto ser pago antes da apresentação de taes papeis ás Autoridades e Repartições administrativas para informação ou despacho.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—Sr. Joaquim José Ignacio.

N. 121.—GUERRA.—Circular de 22 de Março de 1862.

Mandando fornecer aos recrutas, durante o ensino, um bonet redondo singelo de panno e sem pala, devendo tão sómente, quando passarem a promptos, receber o do Corpo a que pertencerem.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo a experiencia mostrado que os bonets do uniforme que se distribuem aos recrutas que assentão praça, achão-se estragados quando estes passam a promptos, formando assim um contraste com a sobrecasaca e calça de panno azul que então recebem, Manda Sua Magestade o Imperador que d'ora em diante se lhes forneça, durante o ensino, um bonet redondo singelo de panno e sem pala, devendo, tão sómente quando passarem a promptos, receber o do Corpo a que pertencerem.

Uma vez concluido o ensino no decurso do 1.^o semestre do anno, teem os recrutas direito, no fim delle, ás peças de

fardamento do uniforme designadas na 1.^a observação da tabella de 23 de Junho de 1860, prevalecendo para os que o concluirem no 2.^o semestre a disposição da 5.^a observação da referida tabella, conforme se acha prescripto no Aviso Circular de 5 de Novembro do anno passado, publicado em ordem do dia do Exercito n.^o 291.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 122.—FAZENDA.—Circular em 23 de Março de 1862.

Quando são sujeitos á taxa do sello os conhecimentos de pagamento de impostos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que os conhecimentos de pagamento de impostos, passados pelas Repartições de arrecadação, estão sujeitos ao sello fixo de duzentos réis, quando forem como documentos juntados a requerimentos, memoriaes, &c., e apresentados pelas partes para seu interesse particular; visto como outra não pôde ser a intelligencia grammatical do art. 85, § 20 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, combinado com o art. 38, § 8.^o do mesmo Regulamento; da qual não resulta antinomia ou absurdo, porque a isenção do sello proporcional, quando o documento é passado ou recebido, não importa necessariamente a isenção do sello fixo em facto casual, qual o previsto no citado art. 85, § 20.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 123.—FAZENDA.—Em 26 de Março de 1862.

As petições submittidas a despachos no Fôro devem e em que epoca pagar cem réis de sello sendo escriptas em papel de dimensões ordinarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 26 de Março do 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.^o 91 de 19 de Setembro ultimo, que bem respondeu ao Juiz Municipal supplente do Rio Formoso, dizendo-lhe

que as petições submittidas a despacho no Fôro devem pagar o sello de cem réis, e não de duzentos réis, sendo escriptas em papel de dimensões ordinarias.

Quanto á época do pagamento do dito imposto, acha-se providenciado na Circular de 11 do corrente, expedida ás Thesourarias de Fazenda, e constantes dos exemplares inclusos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 124.—FAZENDA.—Circular em 28 de Março de 1862.

Declarações que se devem fazer nas ordens expedidas concedendo passagens de Estado e transporte de cargas por conta do Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Não convindo que nas ordens que por essa Presidencia se expedirem, concedendo passagens de Estado e transporte de carga á bordo dos Paquetes a vapor pertencentes á companhias que tenham contractos com o Governo, nenhuma outra declaração se faça além da do Ministerio por conta do qual fôr a despesa autorisada; assim o declaro á V. Ex. para seu conhecimento e execução, e a fim de que neste sentido se sirva expedir as necessarias ordens ás autoridades subalternas, e que teem competencia para autorisarem despesas desta natureza; cumprindo outrosim, que recomende ás ditas companhias que apresentem, pelo menos trimensalmente, as contas desta procedencia, para que possam ser pagas como despesas do exercicio corrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 125.—FAZENDA.—Em 28 de Março de 1862.

Nenhum pagamento se deve fazer a procurador que não se apresente legalmente habilitado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade do Aviso do Ministerio da Guerra de 12 do mez passado, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, para sua intelligencia

e devidos effeitos, que é procedente a duvida proposta pelo Procurador Fiscal da mesma Thesouraria em seu officio n.º 43 de 29 de Outubro ultimo, ácerca do pagamento ordenado a favor de Venancia do Valle e suas irmãs; visto como nenhum pagamento deve ser feito a procurador que não se apresente legalmente habilitado.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 126.—FAZENDA.—Em 29 de Março de 1862.

Casos em que póde ter lugar o recurso das decisões arbitraes nas Alfandegas do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Março de 1862.

Communico á V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Domingos José Gomes Brandão do despacho dessa Inspectoria mandando cumprir a decisão arbitral contra o mesmo proferida em uma questão de qualificação de papel pardo; porquanto, á vista do disposto no n.º 2 do art. 764 do Regulamento das Alfandegas, o recurso de semelhante decisão deve fundar-se em razões de incompetencia, excesso de poder, e violação de Lei ou de formulas essenciaes, casos que se não derão no respectivo processo.

Deus Guarde a V. S. — *José Maria da Silva Paranhos.*—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côte.

N. 127.—GUERRA.—Aviso de 29 de Março de 1862.

Solicitando providencias do Ministerio da Fazenda para que na Alfandega da Côte sejam entregues, independentemente de novas ordens, todos os volumes que de Paizes Estrangeiros vierem com destino a este Ministerio.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Por conta deste Ministerio chegam frequentemente de diversos portos de paizes estrangeiros volumes com objectos que são encommendados para uso do Exercito, os quaes demorando-se na Alfandega mais do que o tempo preciso, por falta de ordens que nem sempre podem ser requisitadas de momento, tem resultado inconvenientes e mesmo prejuizos provenientes de deterioração em alguns artigos. A fim de obviar quanto possivel esse mal, solicito de V. Ex. as precisas providencias para que na dita Alfandega sejam entregues in-

dependentemente de novas ordens, todos os volumes com destino a este Ministerio, uma vez que para recebê los se apresente pessoa competentemente autorisada pelo Chefe da Repartição Militar a que forem destinados. convindo ao mesmo tempo que a referida Alfandega faça as precisas communicações, sempre que alli houver volumes com endereço á este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*. — Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

N. 128.—IMPERIO.—Aviso de 31 de Março de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, declarando o Decreto n.º 2.879 de 23 de Janeiro ultimo, que estabelece a incompatibilidade dos Lentes parentes, nas votações sobre negocios particulares.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 31 de Março de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 12 deste mez, em que V. Ex. submette á decisão do Governo a duvida suscitada perante a congregação dessa Faculdade sobre a intelligencia do Decreto n.º 2.879 de 23 de Janeiro ultimo, que estabelece a incompatibilidade dos Lentes parentes, nas votações sobre negocios particulares.

Expõe V. Ex. que, tendo a mesma congregação de resolver sobre o parecer da commissão encarregada de examinar uma nova edição do compendio do Dr. Vilella Tavares, forão de opinião alguns Lentes que não tinha applicação ao caso a disposição do referido Decreto, e que a questão submettida ao conhecimento da congregação era de interesse publico, parecendo mesmo dispostos a sustentar que não envolvem interesse particular, nem estão consequentemente sujeitos ás disposições do supracitado Decreto as propostas dos candidatos ás cadeiras de Lentes.

Consulta, portanto, V. Ex. sobre este objecto, visto como acha provavel que se reproduza semelhante opinião quando em Julho se houver de tratar da proposta para preenchimento das cadeiras vagas, parecendo a V. Ex. que em taes negocios não devem votar simultaneamente os Lentes que tiverem impedimento de parentesco.

Consulta tambem V. Ex. se quando se houver de fazer sorteo devem entrar na urna os nomes de todos os Lentes, ou ser della excluidos os daquelles que forem incompativeis nas questões de interesse particular.

Em resposta cumpre-me declarar a V. Ex., de ordem do mesmo Augusto Senhor:

1.º Que não se pôde deixar de considerár comprehendidas na disposição do Decreto n.º 2.879 de 23 de Janeiro ultimo as hypothèses a que V. Ex. se refere, porque, embora todas ellas encerrem um interesse publico, envolvem tambem por outro lado interesse particular, e é exactamente para que sobre este prevaleção sempre as considerações do interesse publico que o Decreto excluio de taes decisões os votos dos Lentes suspeitos, por serem parentes até o segundo gráo.

2.º Que não sendo previamente conhecidos os Lentes que devão ser excluidos, visto como a incompatibilidade só se verifica em virtude do sorteio, cumpre que sejam incluidos na urna os nomes de todos, e que quando forem simultaneamente sorteados, nos casos de que se trata, Lentes entre os quaes se dê o mencionado impedimento, só seja reputada válida a designação do primeiro sorteado, embora seja menos antigo, visto como a regra estabelecida no art. 3.º do supracitado Decreto tem applicação aos casos em que a nomeação é feita por escrutinio e não por meio de sorteio.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hldefonso de Souza Ramos.*
—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 129.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 2 de Abril de 1862.

Explica o espirito dos Avisos expedidos sobre a questão da tomada de contas da estrada de ferro de Pernambuco.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N.º 29.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 2 de Abril de 1862.

Pelo officio de V. Ex. de 7 do mez passado me foi enviado o relatorio, que sobre as contas da receita e despeza do custeio da estrada de ferro dessa Provincia, pertencentes ao semestre decorrido de Agosto proximo findo á Janeiro deste anno, apresentou á V. Ex. a respectiva Commissão. Com o Aviso deste Ministerio, dirigido á V. Ex. em 7 de Março ultimo, e que já lhe deve ter chegado ás mãos, fica respondido o seu mencionado officio não só na parte que diz respeito á approvação do systema adoptado pela Commissão no desempenho

de suas funcções, como tambem no topico que se refere á remessa directa para Londres dos relatorios por ella entregues a V. Ex. Deduzindo-se da leitura dos ultimos trabalhos da Commissão, que me tem sido remettidos por V. Ex., que ainda não foi bem comprehendido o espirito de alguns Avisos expedidos por esta Secretaria de Estado, e que tratão da questião da tomada de contas da estrada de ferro de Pernambuco, cumpre que sejam elles explicados, a fim de que se lhes dê a devida intelligencia. Os Commissarios, nomeados por Aviso de 13 de Dezembro de 1861, tem tres encargos diversos a desempenhar: 1.º exame e tomada das contas da receita e despeza do custeio da estrada; 2.º exame e verificação do capital despendido nas differentes secções da estrada, quando em sua construcção se tenha empregado o accrescimo de 324.877 £. garantido pelo Decreto n.º 1.629 de 11 de Agosto de 1855; 3.º verificação do emprego da somma de 875.123 £. garantida pelo Decreto n.º 1.245 de 13 de Outubro de 1853.

Os dous primeiros encargos pertencem á uma Commissão, composta dos Commissarios designados pelo Governo Imperial e dos Delegados da Companhia: o terceiro compete a uma outra Commissão de que são membros sómente os mesmos Commissarios do Governo, coadjuvados porém pelos Delegados da Companhia sempre que fôr necessario que estes prestem informações ácerca dos pontos que precisarem ser esclarecidos. A primeira Commissão, reunindo todos os documentos comprobatorios, tratará de examinar as contas do custeio da estrada, de modo que até o dia 10 de cada mez estejam em poder de V. Ex. o relatorio e balancete, por ella organisados da receita e despeza do mez antecedente, a fim de serem por V. Ex. enviados ao nosso Ministro em Londres no primeiro Paquete que para Inglaterra passar por essa Província depois do referido dia 10. Além desses trabalhos a Commissão confeccionará no fim de todos os semestres um relatorio geral e balanço demonstrativo da receita e despeza do custeio da estrada; estes documentos tambem serão entregues a V. Ex. para na primeira oportunidade serem remettidos ao dito Ministro em Londres. A mesma Commissão dará semestralmente á V. Ex. em relatorio conta do que houver encontrado sobre o emprego do accrescimo do capital garantido pelo citado Decreto de 11 de Agosto de 1855, e despendido na construcção da via ferrea. Este relatorio, bem como as copias autenticas dos relativos ás contas de custeio, serão por V. Ex. transmittidos a esta Secretaria de Estado. Quanto á segunda Commissão, como pela natureza de seu encargo tenha de proceder a severo e aturado exame, e careça para esse fim de um periodo de tempo difficil de fixar-se previamente, V. Ex. lhe determinará que apenas concluidos os seus trabalhos, informe circumstanciadamente a este Ministerio ácerca do re-

Decisões do Governo.

sultado que houver conseguido. Convém que V. Ex. recomende a esta Commissão que procure reconhecer o verdadeiro valor das obras feitas, e que faça a comparação entre elle e o que constar ter-se despendido; Os embarços que se encontravão quando a tomada das contas tinha lugar em Londres, oppõem-se agora a que de lá se remetão os documentos comprobatorios para serem examinados em Pernambuco; é portanto necessario que V. Ex. declare á Commissão encarregada de verificar as contas do custeio da estrada de ferro, que de Londres só poderá vir um balanço demonstrativo semelhante aos que de Pernambuco devem ser para alli enviados, e não os documentos comprobatorios ou suas copias; e é isto o que se teve em vista determinando-se que as contas fossem tomadas nos lugares em que as despesas se effectuárão.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Vice-Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 130.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 2 de Abril de 1862.

Recommenda que nenhum transporte gratuito se faça de objectos para uso particular dos empregados da Companhia da estrada de ferro de Pernambuco, qualquer que seja o seu volume, sem o competente —passê—, ou permissão por escripto.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.ª Secção. —
N. 30.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 2 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — Com o officio de V. Ex. de 7 de Março findo foi-me presente o que a V. Ex. endereçou o Engenheiro Fiscal da estrada de ferro dessa provincia em 6 do referido mez, representando contra os abusos, que se tem praticado relativamente ao transporte gratuito de objectos para uso particular dos empregados da Companhia, qualquer que seja o volume e o peso dos mesmos objectos. E em resposta declaro a V. Ex. que, sendo justas e attendiveis as observações pelo dito Engenheiro onunciadas no seu officio sobre semelhante pratica, que nenhuma disposição de lei, ou de contracto celebradas com a Companhia, autorisa, deve V. Ex. adopta-las, e determinar que nenhum transporte se faça da especie de que se trata, sem que seja acompanhado do competente —passê— ou permissão por escripto, visto como tal medida é indispensavel á organização da estatistica da linha, e só por meio della se poderá obviar aos abusos que se tem dado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 131.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 3 de Abril de 1862.

Permitte que se ponha em execução, até ulterior deliberação, o regulamento e tarifas organisadas para a estrada de ferro de Pernambuco pelo respectivo Engenheiro Fiscal.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. —
N. 31.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 3 de Abril de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Pelo officio de V. Ex. de 19 de Março findo fiquei inteirado de que, achando-se em estado de ser entregue ao transito a 3.^a secção da estrada de ferro dessa provincia, á vista do exame e experiencias, a que procedêra o respectivo Engenheiro Fiscal, como lhe foi por elle communicado, concedêra V. Ex. a necessaria authorisação para ser aberta no dia 25 daquello mez, sob as condições determinadas no meu Aviso de 10 de Outubro do anno passado; e bem assim de que por essa occasião permittira V. Ex. que se puzessem em vigor, até ulterior deliberação do Governo Imperial o regulamento o tarifas que o mesmo Engenheiro Fiscal organisou por ordem do Ministerio a meu cargo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 132.—GUERRA.—Aviso de 3 de Abril de 1862.

Transferindo para o Agente de compras ultimamente nomeado para o Laboratorio do Campinho o abono da consignação mensal, que recebia o respectivo Almoxarife.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Abril de 1862.

Mande Vm. transferir para o Agente de compras ultimamente nomeado para o Laboratorio do Campinho, á contar do corrente mez em diante, o abono da consignação mensal de 300\$000, que, em virtude do Aviso de 9 de Dezembro do anno findo, recebia o respectivo Almoxarife, a quem ajustará contas definitivamente até o fim de Março proximo passado.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias.*—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte.

N. 132.—IMPERIO.—Aviso de 4 de Abril de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo approvando a sua decisão, de não lhe competir o voto de qualidade nas votações por escrutinio secreto.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Abril de 1862.

Foi presente a S. M. o Imperador o officio de 19 do mez proximo passado, em que V. S. consulta se nas votações por escrutinio secreto tem os Directores das Faculdades o voto de qualidade que lhes dá o art. 18 dos Estatutos vigentes.

Expõe V. S. que, sendo submettido á decisão da congregação o requerimento de um dos lentes exigindo diversas providencias para a continuação do processo a que se acha sujeito o estudante Francisco de Carvalho Prates, deu-se empate na votação, e que, suscitando-se a questão se ao Director competia nessa hypothese o voto de qualidade de que trata o artigo supracitado, houvera tambem empate de votos, resolvendo V. S. pelo de qualidade que nessa e semelhantes hypotheses não tem o Director tal voto.

Em resposta campre-me declarar-lhe, de ordem do mesmo Augusto Senhor, que bem decidio V. S., porque sendo secreto o escrutinio nas votações de que se trata, perderia elle essa qualidade pela manifestação do voto do Director.

Tratando-se além disso de uma questão criminal, deve ter applicação o principio consignado na legislação commum, segundo o qual, no caso de empate nos julgamentos, prevalece a opinião mais favoravel ao accusado.

Deus Guarde a V. S.—*José Hldefonso de Souza Ramos.*—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 134.—IMPERIO.—Aviso de 4 de Abril de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, approvando a sua deliberação, de mandar matricular um estudante, que estava sujeito a processo academico, mas no qual não havia ainda sentença.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Abril de 1862.

Tenho presente o Officio de 19 do mez proximo passado, em que V. S. participa haver resolvido mandar admitir á matricula do 3.^o anno dessa faculdade o estudante Francisco

de Carvalho Prates, que se acha processado, ficando essa deliberação dependente de aprovação do Governo Imperial.

Em resposta cumpre-me declarar a V. S. para sua intelligencia, que mereceu a aprovação do Governo aquelle procedimento, por isso que não tendo até hoje havido sentença que condemnasse o referido estudante, segundo V. S. informa, nenhuma razão havia para que deixasse elle de ser admittido á matricula, cuja privação, constituindo uma das penas mais graves dos Estatutos, não pôde ser imposta senão em virtude de sentença, como prescrevem os mesmos Estatutos.

Deus Guarde a V. S.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 135.—FAZENDA.—Circular em 4 de Abril de 1862.

Os Collectores e Administradores são competentes para deferir juramentos aos respectivos Escrivães.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os Collectores e Administradores das Mesas de Rendas são os competentes para deferir juramento e dar posse aos respectivos Escrivães.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 136.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 4 de Abril de 1862.

Declara que para ser aberta ao trafego qualquer secção de estrada de ferro, deve a porção della feita ter pelo menos tres leguas de 18 ao grão.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. —
N. 22.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 4 de Abril de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Com o officio de V. Ex. de 7 de Fevereiro ultimo foi-me igualmente presente o que a V. Ex. dirigio

o Superintendente da estrada de ferro dessa Provincia, propondo a abertura do trafego de uma parte da 4.ª Secção; bem como a informação, que sobre este objecto prestou o respectivo Engenheiro Fiscal. Em resposta declaro a V. Ex. que, determinando a condição 19.ª do Decreto n.º 1.299 de 19 de Dezembro de 1853 que, para ser aberta ao trafego qualquer secção, deve a porção de estrada feita ter pelo menos tres leguas de 18 ao gráo e não excedendo de seis a sete milhas inglezas a parte da 4.ª Secção, a que se refere a proposta do Superintendente, como elle proprio e o Engenheiro Fiscal reconhecem, não pôde por isso ser attendida a referida proposta, tanto mais que, não tendo sido revogada, nem modificada, no sentido das reflexões constantes do Aviso deste Ministerio de 30 de Outubro do anno passado, a condição 5.ª prescripta por essa Presidencia por occasião da abertura das outras secções, nos termos da qual nenhuma mais, além das que entrassem em serviço em 10 de Setembro do mesmo anno, se abriria, sem que fossem observadas as condições antecedentes, a concessão, ora pedida, iria contrariar a doutrina da citada condição 5.ª, ha tão poucos mezes imposta, visto informar o Engenheiro Fiscal que ainda não estão concluidas algumas das obras exigidas pela presidencia, que aliás não são de mera conservação ou aperfeiçoamento, mas sim de segurança para a estrada.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 137.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 5 de Abril de 1862.

Declara que o Governo estude os meios de empregar os operarios da estrada de ferro na abertura de estradas vicinaes para communicar os centros productores de assucar com a via ferrea, e de formar ao longo da estrada colônias agricolas de nacionaes e estrangeiros.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.ª Secção. —
N.º 16.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 5 de Abril de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Pelo meu Aviso datado de 13 de Março findo já dei conhecimento a V. Ex. da recommendação que fiz ao Presidente da Provincia da Bahia para informar com urgencia qual a maneira mais conveniente de estabelecer no serviço da lavoura os tres mil operarios, que actualmente se achão occupados nos trabalhos da estrada de ferro da referida Provincia, e a ser da maior importancia que se lhes assegure emprego

antes de dar-se o caso de serem despedidos quando se concluírem as obras. Agora cabe-me acrescentar, em resposta ao seu officio de 30 de Janeiro deste anno, que o Governo Imperial estuda os meios de empregar aquelles operarios na abertura de estradas vicinaes para communicar os centros productores do assucar com a via ferrea por emprezas particulares, bem como de formar ao longo da estrada colonias agricolas compostas de nacionaes e estrangeiros.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N. 138.—JUSTIÇA.— Aviso de 7 de Abril de 1862.

Declara em que casos pôde ser de novo nomeado official da Guarda Nacional o individuo que teve baixa do posto, nos termos do art. 66 da Lei de 19 de Setembro de 1850.

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr.— Sendo presente a S. M. O Imperador o officio de V. Ex. datado de 2 de Fevereiro ultimo, em que consulta: se o individuo que tem baixa do posto de official da Guarda Nacional, por algum dos casos de que trata o art. 66 da Lei de 19 de Setembro de 1850, pôde de novo ser proposto e nomeado: Manda o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Declarar a V. Ex. que o official demittido do posto, nos termos do artigo acima citado, não deve de novo ser nomeado em quanto não fizer constar a sua emenda, o que pôde mostrar pelos lugares de eleição popular que exercer, ou pela consideração que delle fizer o respectivo Commandante Superior incluindo-o em proposta. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e em resposta ao seu citado officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.*— Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N. 139.— JUSTIÇA.— Aviso do 7 de Abril de 1862.

Declara como se devem effectuar as passagens dos Officiaes da Guarda Nacional, de umas para outras companhias, quando mudados de residência, ou a tiverem fóra do districto das respectivas companhias.

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr.— Respondendo ao seu officio, datado de 25 de Fevereiro ultimo, em que consulta: se á requisição dos Commandantes superiores, e independente de requerimento para a troca, de que trata a 2.^a parte do art. 54 da Lei de 19 de Setembro de 1850, pôde ordenar as passagens de Officiaes da Guarda Nacional de umas para outras companhias, quando mudados de residencia, ou a tiverem em districto diverso do da companhia; tenho a declarar a V. Ex., para seu conhecimento, que as referidas passagens são sempre por conveniencia dos proprios officiaes, ou do serviço publico: no primeiro caso deve preceder requerimento dos interessados, e informações dos seus superiores, na conformidade do art. 54 da Lei de 19 de Setembro de 1850, e no segundo, proposta do Commandante do Corpo, convenientemente informada pelo respectivo Commandante superior.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 140.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro, approvando as decisões que deu á Camara Municipal da Cidade do Rio Grande ácerca dos votos dados para Membros da Assembléa Legislativa Provincial por eleitores ainda não approvados pela Camara dos Deputados.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 9 de 28 de Fevereiro ultimo, submittendo á approvação do Governo Imperial as decisões por V. Ex. dadas ás seguintes duvidas propostas pela Camara Municipal da Cidade do Rio Grande:

1.^a Se á vista do disposto no art. 121 da Lei de 19 de Agosto de 1846, e Avisos n.ºs 419 e 422 de 23 de Novembro de 1857, devia ella, por occasião da apuração dos votos para membros da Assembléa Provincial, attender aos votos dados pelos novos eleitores das Parochias de Mostardas, Tahim e Santa Victoria

do Palmar, os quaes havião sido tomados em separado pelo collegio eleitoral da referida cidade, por não estarem ainda approvados pela Camara dos Deputados os mesmos eleitores?

2.^a No caso de decisão affirmativa, e de o resultado de taes votos ser favoravel a outrem: que não seria eleito se elles não fossem contados, a quem deveria expedir diploma, a esse, ou aquelle cuja eleição fosse favorecida pela exclusão dos mesmos votos?

Respondeu V. Ex. quanto ao 1.^o quesito, que a Camara devia contar em separado os votos dos referidos eleitores, de conformidade com o procedimento do respectivo collegio eleitoral; e quanto ao 2.^o que, concluida a apuração geral devia a Camara expedir diplomas aos que tivessem obtido a maioria dos votos dados pelos eleitores já approvados pela Camara dos Deputados.

E em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva as duas referidas decisões, pois que, determinando o Aviso n.^o 20 de 9 de Fevereiro de 1848 que as Camaras Municipaes respeitem religiosamente as decisões dos collegios electoraes, contando sómente os votos, a que elles attendêrão, e mencionando os que elles separárão, cingindo-se inteiramente ás actas, é evidente que a referida Camara devia expedir diploma aos que tivessem obtido a maioria dos votos dados pelos eleitores já reconhecidos pela Camara dos Deputados, visto terem sido esses os attendidos pelo collegio eleitoral.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 141.—IMPERIO. — Aviso de 7 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba desapprovando a decisão, pela qual declarou que um vigario, fóra do serviço do seu cargo por motivo de molestia, podia exercer as funcções de Vereador.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio de V. Ex. n. 18 de 25 de Fevereiro ultimo, submittendo á consideração do Governo Imperial a deliberação que tomára de declarar á Camara Municipal da villa de Catolé do Rocha, que, com quanto, á vista do Aviso n.^o 74 de 9 de Junho de 1850 o padre Bernardino José da Rocha Formiga não pudesse accumular o exercicio das funcções de Parocho ás de Vereador, todavia, achando-se elle fóra do exercicio daquellas

Decisões do Governo.

funções, por estar doente, não podia ser-lhe vedado o do cargo de Vereador.

Em resposta declaro-lhe que o Governo Imperial não pôde approvar semelhante decisão, por ser ella opposta á Lei e contradictoria; porquanto, tendo V. Ex. reconhecido que o exercicio das funções parochiaes não deve ser accumulado ao de Vereador, não podia o dito Parocho, pelo facto de estar impedido por molestias para as funções parochiaes, dar-se por desimpedido para as de Vereador.

A dispensa de residencia dos parochos não pôde ser concedida, segundo os canones da Igreja, se não por molestia, que impossibilite absolutamente; e portanto logo que o referido Parocho se deu por habilitado para funções civis, devia ser chamado aos seus primeiros deveres, que são os da sua Igreja.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Hdefonso de Souza Ramos*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 142. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1862.

Ao Juiz de Direito quando em exercicio interino de Desembargador compete sómente o ordenado de seu lugar e a gratificação do que estiver exercendo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão n.º 79 de 23 de Julho de 1860, communicando ter mandado pagar ao Bacharel Francisco da Serra Carneiro, Juiz de Direito da Comarca de Vianna, durante o tempo em que servio na Relação do districto todos os vencimentos daquelle lugar e mais a gratificação de Desembargador; declara ao mesmo Sr. Inspector, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 31 de Janeiro ultimo, que, comquanto sejam applicaveis aos Magistrados as disposições do Decreto n. 2.531 de 18 de Fevereiro do supracitado anno, foi menos regular o seu procedimento abonando os referidos vencimentos, porque assim deu lugar a que houvesse accumulção de gratificações, quando sómente competia ao dito Bacharel o ordenado de Juiz de Direito e a gratificação do lugar que elle interinamente exercia.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 143.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862.

Sobre importação e transito de mercadorias pelas fronteiras da Provincia do Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 8 de 3 de Março proximo findo, que approvo o seu acto, respondendo ao General Commandante das Armas da Provincia que não era admissivel a proposta do Brigadeiro Commandante da fronteira do Quaraim, para a importação e transito de tropas de gado e carretas que tivessem de entrar no territorio brasileiro pela estrada geral do Estado Oriental; porquanto á vista do disposto no § 26 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas, e art. 21 do Decreto a que elle se refere, n. 2.486 de 29 de Setembro de 1859, só póde ter lugar a isenção de direitos, por parte do Imperio, a respeito dos generos e mercadorias mencionadas no art. 321 do dito Regulamento, e na tabella n.º 1 annexa ao citado Decreto, que forem transportados em carretas e outros vehiculos de condução dos Estados limitrophes para essa Provincia pelos lugares ou passos designados pela respectiva Presidencia; e nenhum dos ditos lugares ou passos é a estrada do Arroio da Invernada á Santa Anna do Livramento, a que allude o Commandante da fronteira do Quaraim, visto como, segundo o art. 1.º das Instrucções expedidas por essa Presidencia em 23 de Fevereiro de 1860, forão habilitados sómente para o sobredito transito: 1.º, o passo do Chuy; 2.º, o do Cacique ao Sul da barra do Têlho; 3.º, o do Centurião; 4.º, o ponto em que a estrada que vem do Serro Largo, na direcção de Bagé, atravessa o serro de Aceguá, despontando o Arroio da Mina; 5.º, o passo de S. Diogo; e 6.º, o do Pai-passo na barra do Quaraim.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 144.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862.

Sobre a incompetencia do Juizo Municipal para expedir precatorio de levantamento de bens de heranças jacentes, reconhecendo e firmando direitos e obrigações pertencentes ás mesmas heranças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1862.

Communico a Vm., para sua intelligencia e devidos effeitos, que não pôde ser cumprido o precatorio que Vm. dirigio ao Thesouro passado á requerimento de Oliveira & Rocha:

1.º Porque, contra o disposto na Ordem n.º 30 de 24 de Fevereiro de 1848, mandada observar pela de n.º 214 de 24 de Agosto de 1859, não se transcreveu no dito Precatorio o theor da sentença que julgou o reconhecimento da divida, e condemnou o devedor a paga-la aos mesmos Oliveira & Rocha.

2.º Por incompetencia de Juizo.

O Juizo Municipal, se bem que competente para decretar embargos em quantias pertencentes a heranças jacentes, não o é todavia para exercer actos tendentes a reconhecer e firmar direitos e obrigações ás ditas heranças arrecadadas, nem para regular a transmissão das mesmas a quem de direito fôr. Devia, pois o levantamento ser deprecado pelo Juizo de Orphãos, tanto mais quanto, sendo elle o que lança na precatoria de venia, que lhe dirige o Juiz Municipal, o — cumpra-se —, que deve preceder á execução da sentença ou levantamento do dinheiro, é claro que tal execução só pôde ser effectuada por authorisação daquelle Juizo.

Deus Guarde a Vm. — *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Juiz Municipal da 3.ª vara da Córte.

N. 145.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862.

Nas letras de moratoria devem ser incluidas as despesas judiciaes e os juros até final pagamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 394 de 21 de Outubro ultimo, que o mesmo Tribunal não deu provimento ao recurso interposto da decisão dessa Thesouraria, que

mandou incluir nas novas letras da moratoria concedida a Augusto Silvestre de Faria, em substituição das que não foram pagas no devido tempo, não só as despesas judiciais, como os juros vencidos e a vencer durante o prazo da dita moratoria até a data em que se deve verificar o pagamento das referidas novas letras; porquanto é esta a regra sempre seguida em taes casos, e funda-se ella na obvia e incontestavel consideração de que as letras vencidas e não pagas constituem, em todos os seus encargos legais, nova divida de que é exigivel a solução immediata, e que portanto, se acha nas condições da obrigação originaria.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 146.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1862.

A Ill.^{ma} Camara Municipal da Côrte só póde aforar terrenos propriamente de marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1862.

Não sendo de Marinhas propriamente ditas o terreno na praia do Lazareto da Gambôa, cujo aforamento pede Honorato Rodrigues de Faria, mas dos accrescidos ao dominio nacional, e como tal comprehendido na classe dos devolutos, de que trata o art. 11, § 7.º, da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, segundo consta da informação do Inspector das Marinhas, que acompanhou o officio da Ill.^{ma} Camara Municipal da Côrte de 8 de Março proximo passado, só por este Ministerio póde ter lugar a concessão requerida, e a titulo de aforamento na fôrma da Ordem Circular n.º 533 de 29 de Novembro do mesmo anno e Portaria de 27 de Janeiro do corrente anno. O que communico á referida Camara para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 147.—AGRICULTURA COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 8 de Abril de 1862.

Declara que ao Governo não assiste o direito de autorisar, sem o consento do Corpo Legislativo, o emprego de qualquer quantia, que pôde ser considerada muito ordinaria ou extraordinaria da Companhia em beneficio do Monte Pio dos empregados e operarios da estrada de ferro de D. Pedro II.

— Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. — N.º 21.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Abril 1862.

Com o officio de V. S. de 21 de Fevereiro ultimo foi-me presente a representação, em que a Directoria do Monte Pio dos empregados e operarios da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II, pede que lhe sejam entregues as quantias provenientes de salarios de trabalhadores que deixarão de ser pagas por falta de comparecimento, bem como as que forem de ora em diante arrecadadas da mesma procedencia, ou, quando isto não possa ser, que se lhe conceda como auxilio o juro que renderem taes quantias depositadas nos cofres da Companhia. E em resposta declaro a V. S., a fim de que o faça constar á referida Directoria, que, com quanto não desconheça a utilidade da instituição do Monte Pio de que se trata, ao Governo com tudo não assiste o direito de autorisar, sem o consento do Corpo Legislativo, o emprego de qualquer quantia, que pôde ser considerada receita ordinaria ou extraordinaria da Companhia, em beneficio da mesma instituição, e que não pertencendo os juros, que taes quantias vencem, aos que deixarão de recebê-las em tempo, quando venhão por ellas, por isso que esses juros entrão na regra geral dos bens sem dono, deve a importancia delles, por pequena que seja, ser entregue ao Thesouro Nacional para allivia-lo do onus da garantia, a que se acha sujeito, e nem outro destino é licito ao Governo dar-lhe, posto que digno de attenção seja realmente o indicado pela Directoria, sem que para isso o autorise o Poder Legislativo.

Deus Guarde a V. S.—*Manoel Felixardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 148.—FAZENDA.—Circular em 9 de Abril de 1862.

Cobrança dos impostos devidos pelas patentes dos militares reformados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo a que algumas Thesourarias

não procedem regularmente á cobrança dos impostos devidos pelas patentes dos militares reformados, declara aos Srs. Inspectores das mesmas Repartições, que os emolumentos de que esses titulos se achão isentos, em virtude do art. 3.º do Decreto n.º 977 de 11 de Setembro de 1858, são os do feitio delles na Secretaria do Conselho Supremo Militar de Justiça, ou os que esta ultima Estação percebia quando taes imposições não fazião parte da renda do Estado, e não os estabelecidos na tabella ainda em vigor, annexa ao Decreto n.º 350 de 20 de Abril de 1844, a saber: Officiaes de 1.ª linha, meio por cento do soldo de um anno correspondente aos postos em que forem reformados, por terem sido supprimidos os de registro das patentes pelo Decreto n.º 786 de 6 de Março de 1837; Officiaes de 2.ª linha, tres por cento tambem de porcentagem, conforme o posto, e mais metade desta porcentagem pelo registro das patentes.

Outrosim ordena que os Srs. Inspectores, mandando examinar os competentes assentamentos, exijão o pagamento de semelhantes contribuições daquelles Officiaes, que forão reformados depois que passou para o Estado a cobrança dellas, se por ventura já não o fizerão.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 149.— FAZENDA.— Em 11 de Abril de 1862.

Sobre o pagamento de fóros de terrenos de marinhás occupados pela Fazenda Provincial e Camaras Municipaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Transmitto a V. Ex. a inclusa conta na importancia de 406\$375 proveniente de fóros de terrenos de marinhás occupados por essa Provincia e pelas Camaras Municipaes de Cabo-Frio, Macahé e Nictheroy, vencidos até 1859-60, a fim de que V. Ex. dê providencias para que a dita divida seja paga sem mais demora ordenando ás Camaras no que a estas toca, que incluão no seu orçamento de despeza essa verba, se não tiverem credito para satisfazê-la immediatamente, como é de mister: a bem dos interesses geraes, que serão prejudicados, se taes faltas se repetirem, pelo erro que dahi resulta no orçamento das rendas do Imperio.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—**Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.**

N. 150.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo, communicando a deliberação que tomou o Governo Imperial acerca de algumas Leis da respectiva Assembléa Legislativa, que merecerão reparo da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Abril de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no anno passado foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, cujo parecer, exarado em consulta de 22 de Março proximo findo, contém as seguintes observações :

1.ª Os §§ 1.º, 2.º e 10.º do art. 1.º do Decreto n.º 402, que orça a receita e fixa a despesa do anno, tratão de impostos menos constitucionaes por offenderem a renda geral.

2.ª O Decreto n.º 403 trata de aposentadorias de certa e determinada pessoa, o que varias vezes tem sido considerado pela mesma Secção como exorbitante das faculdades conferidas ás Assembléas Provinciaes pelo acto adicional.

3.ª No Decreto n. 407 que approva as Posturas da Camara Municipal da villa da Barra de S. Matheus, ha os arts. 3.º e 19.º, que se devem entender não excedendo as multas ás quantias que as Camaras podem impôr pela primeira vez. Ha tambem o art. 23 que applica à Camara Municipal o producto da venda dos porcos que vagão sem dono, quando esse producto, deduzida a multa, deve considerar-se como bens do evento. Os arts. 43, 47 e 48 do mesmo Decreto tem o defeito, muitas vezes notado pela Secção, de exigir serviços pessoais na limpeza dos rios, estradas e pontes.

4.ª O art. 2.º nos §§ 5.º, 6.º, 7.º, 9.º 10.º e 11.º do Decreto n. 409 offende o Tratado com a França pela desigualdade do imposto, que é maior para os Estrangeiros.

5.ª Na mesma censura incorre o Decreto n. 411, que no art. 19 impõe ao Estrangeiro maior multa do que ao Nacional.

A' vista pois de taes observações, o Governo Imperial submette os referidos actos à consideração da Assembléa Geral.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos.* — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 151.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, communicando a deliberação que tomou o Governo Imperial acerca de algumas Leis da respectiva Assembléa Legislativa que parecem exorbitantes de suas attribuições.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no anno do 1860 foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, cujo parecer, exarado em Consulta de 26 de Março proximo findo, contém as seguintes observações :

1.ª A Lei n. 1.062 que autorisou a Presidencia para conceder carta de pharmaceutico a varios individuos oppõe-se ao Regulamento de hygiene.

2.ª Na Lei n. 1.065 se faz menção de uma classe de empregados que ahi se denominação agraciados. Posto que a Secção pareça que esta qualificação se refere aos reformados e aposentados, todavia torna-se necessaria alguma explicação ; devendo-se notar que, se a Assembléa Provincial considera mereçê ou graça as aposentadorias, ficão por ella mesma condemnados os seus actos que as decretão, não tendo a attribuição de agraciari.

A' vista de taes observações, o Governo Imperial submette os referidos actos á consideração da Assembléa Geral.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Ildefonso de Souza Ramos.*
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 152. — JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Abril de 1862.

Declara que os Presidentes de Provincia não podem, nem interinamente, prover lugares, que tem substitutos marcados em Lei.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1862.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. o Imperador o officio dessa Presidencia sob n.º 29 e data de 6 de Fevereiro ultimo, em que V. Ex. communicou a este Ministerio que, achando-se vago o Termo de Villa Viçosa, nessa Provincia, e sendo de summa conveniencia para a administração da Justiça a presença ahi de uma autoridade estranha ás intrigas locais, nomeára, firmado no § 6.º do art. 5.º da Lei de 3

Decisões do Governo.

de Outubro de 1834, o Bacharel Emygdio Marques Santiago para interinamente exercer as funções de Juiz Municipal e de Orphãos do referido Termo; e o Mesmo Augusto Senhor, ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, com cujo parecer se Conformou, Manda responder a V. Ex. que não pôde ser admittido este seu acto, já pelo art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, já porque o § 6.º do art. 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, em que se bascou semelhante nomeação, não deve ser entendido da fôrma por que o foi por V. Ex., em vista da Circular de 25 de Junho de 1842, e Aviso n.º 63 de 14 de Setembro de 1843 e n.º 65 de 18 de Junho de 1845, que firmarão a doutrina de que os Presidentes de Provincia não podem, nem interinamente, prover lugares que tem substitutos marcados em Lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 133.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 12 de Abril de 1862.

Declara que a Directoria da Companhia da estrada de ferro de Pernambuco compete providenciar sobre o levantamento dos fundos necessários para continuação da estrada além do termo das primeiras vinte leguas, e que o Governo não se sobrecarregue com nova garantia de juros.

— Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.ª Secção. — N.º 19. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º — Sr. Em referencia ao objecto da entrevista, que com V. Ex. tiveram nessa Legação o Sr. John Samuel Presidente, e Mr. Vignolles Engenheiro em Chefe da Companhia da estrada de ferro da Provincia da Bahia, e na qual se tratou, sem caracter official, dos exames preliminares, feitos ha tempos sob a direcção do dito Engenheiro, nas terras entre Alagoinhas e o Rio de S. Francisco, para o prolongamento da via ferrea até este Rio, cumpre que V. Ex. signifique á Directoria da Companhia, que a ella compete providenciar sobre o modo por que hão de ser levantados os fundos necessários para a continuação da estrada além do termo das primeiras vinte leguas; podendo V. Ex. accrescentar que o Governo Imperial não se sobrecarregará com nova garantia de juro, visto não lh'o permittirem as circumstancias actuaes do paiz. O que declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio de 4 de Janeiro deste anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello*. — Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N. 154.—FAZENDA.—Em 14 de Abril de 1862.

Caso de admissão de pessoas estranhas ás Thesourarias de Fazenda nos concursos para o provimento dos respectivos lugares superiores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo-lhe presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo n.º 17 de 20 de Fevereiro ultimo, em que participa não ter comparecido concorrente algum para os lugares vagos de Praticante da mesma Repartição, e nem se haver inscripto o unico praticante que existe para os concursos annunciados para o preenchimento dos lugares superiores, declara ao Sr. Inspector que nestas circumstancias deve proceder nos termos do art. 18 do Decreto de 14 de Março de 1860, n.º 2. 49, admitindo ao concurso para os legares superiores pessoas estranhas á Repartição, que tenham as habilitações exigidas no art. 3.º Outrosim communica ao Sr. Inspector que já em 16 de Novembro de 1860 se concedeu a demissão pedida pelo Praticante Raymundo Pereira Sanches Coqueiro, conforme consta do Aviso dirigido á Presidencia naquella data, junto por copia.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 155.—FAZENDA.—Circular em 15 de Abril de 1862.

Manda cessar a pratica da remessa de copias dos manifestos e despachos das embarcações aos Consules do Imperio nos portos estrangeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo informado de que por algumas das Alfândegas das Provincias são remettidas aos Agentes Consulares do Imperio copias dos despachos e manifestos de carregamentos das embarcações que se destinão aos portos estrangeiros; e considerando que semelhante remessa é inutil para a fiscalisação das rendas do Imperio, visto que ficam satisfeitos integralmente os direitos de exportação, e caucionados os de reexportação; ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de

Fazenda que recominem aos das Alfandegas a cessação de semelhante pratica, da qual só provém prejuizo áquelles Agentes, que são obrigados a pagar, em pura perda, aos correios estrangeiros o avultado porte de taes documentos.

José Maria da Silva Paranhos,

N. 156.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Abril de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, determinando que sejam cobrados na respectiva Repartição de Fazenda, e não na Secretaria da Faculdade, os emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 15 de Abril de 1862.

Tendo o Ministerio da Fazenda concordado, conforme V. S. propoz em seu officio de 19 de Fevereiro ultimo, em que os emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos porque se rege essa Faculdade, em vez de serem cobrados na Secretaria da Faculdade, o podem ser, com mais vantagem para o serviço publico, pela Repartição Fiscal onde se cobra o sello, por isso que, além de mais simplicidade na cobrança, pelo facto de ficar toda incumbida a um só individuo, ficão mais garantidos os dinheiros publicos sob a responsabilidade de um exactor affiançado; assim o communico a V. S., para seu conhecimento, cumprindo-lhe providenciar de modo que na Secretaria dessa Faculdade deixem de ser cobrados os referidos emolumentos.

Nesta data dirijo Aviso ao Ministerio da Fazenda, solicitando a expedição das ordens precisas para que a Repartição Fiscal dessa Capital proceda á dita cobrança, como lhe cumpre.

Deus Guarde a V. S.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—
Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

—No mesmo sentido ao Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 157.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia da Alagoas, communicando a Resolução Imperial sobre as questões que se lhe offercem na verificação dos poderes dos Membros da respectiva Assembléa Legislativa, pelo facto de terem algumas Camaras Municipaes apurado votos de eleitores, cuja eleição foi posteriormente annullada pela Camara dos Deputados.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Abril de 1862.

Ilm. e Exm. Sr.—Em seu officio de 10 de Outubro do anno proximo passado expõe V. Ex. ao Governo Imperial que, tendo-se procedido nessa Provincia á eleição dos membros da respectiva Assembléa Legislativa antes que fossem approvados os eleitores pela Camara dos Deputados, a Camara Municipal dessa capital e as duas Camaras que funcçãoarão na Cidade do Penedo, usando da faculdade que conferem a essas corporações os arts. 87 da Lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846, e 25 das instrucções que baixarão com o Decreto n. 2.621 de 22 de Agosto de 1860, de preferir as actas que lhes parecerem mais legitimas nos collegios em que houverem duplicatas de eleição, declararão Deputados Provinciaes pelos dous districtos dessa provincia, e expedirão os competentes diplomas aos cidadãos eleitos pelas turmas de eleitores que lhes parecerão válidos.

Procedendo posteriormente a Camara dos Deputados á verificação dos poderes de seus membros e ao julgamento das respectivas eleições, reconheceu como validos os eleitores das turmas cujos votos as referidas Camaras haviam deixado de apurar, e annullou aquelles que as mesmas Camaras haviam considerado legitimos, e em virtude de cuja votação haviam sido expedidos os mencionados diplomas.

Apezar, porém, da manifesta divergencia em que se acha a apuração feita por aquellas Camaras com as decisões da Camara dos Deputados, que é o poder competente para conhecer da validade dos eleitores, receia V. Ex. que os interesses de uma das parcialidades empenhadas nessa questão prevaleçam a ponto de nas sessões preparatorias da Assembléa Provincial, serem reconhecidos como legitimamente eleitos os portadores dos diplomas expedidos em virtude daquella apuração.

Informa, outrosim, V. Ex. que a Assembléa Legislativa dessa Provincia, em sua ultima reunião, desejando sem duvida obviar o abuso que se receia, prevaleceu-se da disposição do art. 6.º do acto adicional, para promulgar uma reforma do seu regimento, decretando que nas sessões preparatorias a chamada dos membros da mesma Assembléa seja feita por uma relação organizada pela presidencia da provincia, contendo

os nomes dos membros eleitos pelos eleitores que nomearão os Deputados já reconhecidos pela Assembléa Geral Legislativa.

Consulta, portanto, V. Ex. :

1.º Se deve-se deixar que a Assembléa Provincial, composta dos cidadãos a quem forão expedidos os diplomas pelas Camaras Municipaes, verifique livremente os seus respectivos poderes, com o risco de ser abertamente violada a disposição do art. 4.º do acto adicional;

2.º Se, em face não só dos principios do systema politico que nos rege mas da disposição expressa dos arts. 86 da supracitada lei de 19 de Agosto de 1846 e 26 das instrucções annexas ao Decreto n. 2 621, que conferem ás ditas Camaras Municipaes, e não aos Presidentes de Provincia, o direito de apurar as eleições e de expedir diplomas aos membros das Assembléas provinciaes, e ainda mais da que se contém no art. 13 do acto adicional, que torna independente da sanção da Presidencia a promulgação dos regimentos internos das mesmas Assembléas, pôde essa Presidencia ser obrigada a cumprir o preceito imposto por aquella reforma regimental, ou se, prevalecendo-se da doutrina consagrada no Aviso de 17 de Janeiro de 1840, deve deixar de mandar publicar e de dar execução ao mencionado artigo do regimento, como acto illegal e originariamente viciado, posto que emanado de autoridade legal.

E, tendo sido presente a S. M. o Imperador o supracitado officio de V. Ex. o Mesmo Augusto Senhor, depois de ouvir sobre a consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 10 de Novembro de 1861 o parecer do mesmo Conselho de Estado, com cuja maioria houve por bem conformar-se por sua immediata resolução de 12 do corrente mez, manda declarar a V. Ex., em resposta ás mencionadas consultas :

1.º Que, sendo puramente provisorio e dependente de decisão ulterior do poder competente o arbitrio concedido ás Camaras apuradoras pelos arts. 87 da Lei de 19 de Agosto de 1846 e 25 das Instrucções de 22 de Agosto, de 1860 de apurar, no caso de duplicatas, as actas das eleições que lhes parecerem mais legitimas, é forçoso concluir que, proferida a decisão do poder competente, cessão todos os effeitos daquelle arbitrio.

Tendo, pois, as Camaras apuradoras, no caso de que se trata, preferido para a puração as actas das eleições que forão depois annulladas pela Camara dos Deputados, excluindo as que ella declarou legitimas, não existe hoje realmente uma apuração; cumprindo entretanto que a ellas se proceda indispensavelmente, não só para execução do que terminantemente dispõe o art. 4.º do acto adicional, e para que tenha os devidos effeitos a decisão da Camara dos Deputados, que é pelo art. 121 da citada lei de 19 de Agosto de 1846 o

poder competente para julgar da legitimidade dos eleitores, mas também para que se evitem os graves inconvenientes ponderados em aviso deste Ministerio dirigido ao Presidente da Provincia de S. Paulo em data do 1.º de Março proximo passado, e que ainda em maior grão resultariao, nesta hypothese, se, em falta de apuração, prevalecesse aquelle arbitrio adoptado pelas Camaras apuradoras, e já prejudicado por decisão do poder competente, vindo assim a reunir-se e funcionar como membros da Assembléa Provincial pessoas que não foram eleitas competentemente, e a quem faltão por isso os poderes e autoridade para como taes se constituirem ;

2.º Que, respondida nestes termos a primeira parte da consulta, fica prejudicada a segunda questão, visto como, procedendo as referidas Camaras Municipaes á apuração, como é do seu dever, nos termos da legislação acima exposta, cessa a applicação que poderia ter á hypothese de que se trata a disposição da reforma regimental, a que V. Ex. se refere.

Cumpre-me entretanto declarar-lhe que, decretando-a, excedeu a Assembléa Legislativa Provincial ás attribuições que lhe competem pelo acto adicional.

A apuração dos votos é parte e complemento essencial do processo das eleições ; regular o modo da apuração e o modo de attestar os seus resultados são actos que se não podem separar ; a autoridade competente para regular este ultimo é, e não póde deixar de ser, competente para regular aquelles, e, sendo isto objecto de legislação geral, não cabe nas attribuições das Assembléas Provinciaes.

Tendendo, pois, aquella disposição a nullificar a attribuição, que pertence as Camaras, de apurar as eleições, transferindo-a para o Presidente da Provincia, offende a legislação geral em vigor e a propria Constituição, que não deu ás Assembléas Provinciaes competencia para legislar sobre eleições.

Em conclusão, convém que V. Ex. dê conhecimento ás referidas Camaras apuradoras das decisões proferidas pela Camara dos Deputados sobre a legitimidade das eleições dessa provincia, affirm de que ellas, como lhes cumpre, procedão, de conformidade com taes decisões, á apuração dos votos para membros da Assembléa Legislativa Provincial.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Ildefonso de Souza Ramos.*
—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 158. — GUERRA. — Circular ás Presidencias do Pará, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso em 16 de Abril de 1862.

Para que, em attenção as circumstancias do Thesouro Nacional, inspeccionem pessoalmente os respectivos Arsenaes de Guerra, fixando de accordo com os Directores o numero de operarios a que deve ficar reduzida cada officina, o qual não poderá ser augmentado sem authorisação do Governo Imperial, devendo mandar suspender qualquer jornal aos aprendizes, com excepção dos das officinas de coronheiros, espingardeiros e construcção de reparos.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — Sendo de urgente necessidade reduzir as despesas da Repartição a meu cargo, até onde for compativel com as necessidades do serviço publico, e, parecendo que nos Arsenaes de Guerra ainda se podem fazer algumas economias, cumpre que V. Ex., inspecionando pessoalmente o dessa Provincia, fixe, ouvindo o respectivo Director, o numero de operarios, que deva continuar em cada officina e que não poderá ser alterado para mais sem authorisação do Governo Imperial. Aos aprendizes das officinas, com excepção das de coronheiros, espingardeiros e de construcção de reparos, mandará V. Ex. suspender immediatamente qualquer jornal que actualmente se lhes abone, e exigindo a relação numerica dos operarios que assim ficarem servindo em cada officina, com declaração dos respectivos jornaes, remetterá uma copia á Thesouraria da Fazenda para seu governo no processo e pagamento das ferias.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr, Presidente da Provincia de...

N. 159. — GUERRA. — Aviso de 16 de Abril de 1862.

Mandando cessar, em presença dos apuros do Thesouro Nacional, a despesa com os aprendizes das officinas, exceptuando porém os das de Espingardeiros, Coronheiros e Construcção de reparos, que poderá incluir em folha com pequenas retribuições, cumprindo-lhe, quanto aos operarios em geral, restringir-se ao numero designado nas ferias da 2.ª quinzena do mez de Novembro do anno passado, reduzindo ainda a 10 ou menos o das officinas de pintores.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Abril de 1862.

Em presença dos apuros do Thesouro, não ha despesa, que deva ser considerada insignificante. A que se está fazendo com

aprendizes das Officinas do Arsenal de Guerra, consentida de longa data, deve cessar, porque nem é regular, nem necessaria: póde V. S. continuar a admitti-los, mas sem retribuição, como acontece nas officinas particulares; exceptuando, porém os das Officinas de Espingardeiros, Coronheiros e de Construcção de reparos, os quaes póde V. S. incluir em ferias com pequenas retribuições segundo seu merecimento. Pelo que toca aos operarios em geral, cumpre que V. S. se restrinja ao numero contido nas ferias da 2.^a quinzena de Novembro proximo passado, que servirão de base ao Orçamento da Repartição, reduzindo ainda a 10, ou menos, se fôr possível o numero dos officiaes de pintores. O que V. S. haverá por muito recommendado, e cumprirá muito restrictamente.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Córte.

N. 160. — GUERRA. — Aviso de 16 de Abril de 1862.

Ordenando que informe sobre as despezas, plantio e estado dos edificios do Estabelecimento a seu cargo, e que remetta no fim de cada mez á Directoria Geral de Contabilidade deste Ministerio um relatorio circunstanciado dos trabalhos que forem executados no seu decurso.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Abril de 1862.

Informe Vm. com urgencia, em que estado se acha o Estabelecimento a seu cargo: 1.^o, quanto reccebo da Thesouraria da Fazenda mensalmente; 2.^o, quaes são essas despezas; 3.^o, que pessoal existe na fabrica e em que se emprega; 4.^o, que porção tem de gado e para que serviço, 5.^o, quo adiantamento tem tido o plantio de arvores, e de que qualidade; 6.^o, em que estado estão os edificios da fabrica.

A tudo isto accrescentará Vm. as noticias, que entender, que devão ser trazidas ao conhecimento do Governo. Outrossim fique Vm. na intelligencia de que deverá remetter mensalmente ao Conselheiro Director Geral da Contabilidade deste Ministerio um relatorio dos trabalhos executados durante o mez, mencionando nelle especialmente o numero de arvores beneficiadas e plantadas de novo.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Encarregado da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema.

N. 161.—FAZENDA.—Em 16 de Abril de 1862.

Multa por contravenção dos §§ 1.º e 6.º do art. 369 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia que o mesmo Tribunal, tomou conhecimento do officio n.º 23 de 24 de Janeiro ultimo, em que a mesma Thesouraria deu conta da multa em que incorrerão, por contraventores da ultima parte do art. 369, § 6.º, do Regulamento de 19 de Setembro, Manoel dos Passos Pereira, caixeiro da casa commercial de Rostron & C.ª, e os remadores José Clemente e Maximiano Rosa, e que lhes foi imposta pela respectiva Alfandega, com perda do saveiro que atracou ao brigue inglez *Beauty* depois de feita a competente visita para a sahida do porto, deixando de ser multado o Capitão por não se achar elle a bordo do brigue naquella occasião; e por sua decisão de 24 de Fevereiro ultimo resolveu o mesmo Tribunal confirmar a decisão da Alfandega e não quanto á apreciação do que se não acha comprehendido no referido § 6.º do art. 369, que trata de outra hypothese, não verificada no processo, mas sim no § 1.º do sobredito artigo: por quanto, ainda que os referidos paragraphos versem sobre a mesma especie, os seus effeitos varião conforme as suas hypotheses: o § 1.º veda toda a communicação de terra com as embarcações antes da visita de entrada e depois da de sahida, mas presuppõe, e até admite, a não participação do Capitão ou Mestre do navio na infracção regulamentar, sendo que o não comprehende nas penas alli decretadas aos infractores; e o § 6.º, pelo contrario, é especial para o caso em que por parte do Capitão tenha havido consentimento na communicação vedada.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 162.—FAZENDA.—Em 16 de Abril de 1862.

Os Consules estrangeiros não gozão das regalias concedidas pelo Regulamento das Alfandegas aos Agentes Diplomaticos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio n.º 21 de 13 de

Março ultimo do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina ácerca da occurrencia havida entre o Inspector da Alfandega e o Consul Americano Benjamin Lindsay, por occasião do despacho de nove caixas com objectos do uso domestico do mesmo Consul reexportadas do Rio de Janeiro no patacho nacional *Julia*; declara, que approvou o procedimento do mesmo Inspector de exigir as notas para o despacho e a verificação dos objectos contidos nas caixas, á vista das disposições dos arts. 463 e seguintes do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e de cuja fiel execução não poderia prescindir em favor do dito Consul que, na qualidade de simples Agente Commercial, não goza das regalias dos Agentes Diplomaticos na fórma dos §§ 7.º e 8.º do art. 512.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 163.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 16 de Abril de 1862.

Recommenda que na prisão dos machinistas da Companhia da estrada de ferro de Pernambuco se proceda com a maior circumspecção.

—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N.º 36.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 16 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Cumpre que V. Ex. recomende ás autoridades policiaes que, quando tiverem de proceder á prisão dos machinistas empregados na Companhia da estrada de ferro dessa Provincia por occasião de occurrencias de que resultem mortes, ferimentos, e outros accidentes sujeitos á sancção penal, se hajão sempre com a maior circumspecção, sem quebra todavia da Lei, e da protecção que se deve á segurança e vida das pessoas que transitão pela referida estrada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 164.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Abril de 1862.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba communicando a deliberação que tomou o Governo ácerca de algumas Leis da mesma Provincia promulgadas no anno passado.

3.^a Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Abril de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no anno passado, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, cujo parecer, exarado em consulta de 13 de Março proximo findo, contém as seguintes observações:

1.^a As Leis ns. 29 e 30 de 21 de Setembro, que tratão de aposentadorias de certas o determinadas pessoas são exorbitantes das faculdades conferidas ás Assembléas Provinciaes pelo acto adicional.

2.^a A Lei n.º 40 do 1.º de Outubro (Posturas da Camara Municipal do Cuité, art. 12, que determina que o producto da venda dos porcos que vagarem pelas ruas reverta em beneficio da Camara, deve entender-se unicamente quanto á importancia da multa, deduzida a qual, o excedente desse producto pertencerá ao dono dos porcos, logo que se apresente.

3.^a O art. 25 da mesma lei, obrigando a servicos pessoas, é exorbitante das attribuições das Camaras Municipaes. No mesmo caso está o art. 38, relativo á conservação e reparo das estradas e pontes.

4.^a Nas Posturas da Camara do Catolé do Rocha approvadas pela Lei n.º 41 de 2 de Outubro, estabelece-se pelo art. 1.º o tempo de 18 mezes e de tres annos para abertura das sepulturas. Se a força consumidora do terreno não é extraordinaria, parece mui curto o espaço de tempo designado.

5.^a Na censura feita ao art. 12 das Posturas da Camara Municipal do Cuité incorre o art. 1.º da referida Lei n.º 41, porque a sua disposição é identica a respeito de animaes que andão vagando pelas ruas.

6.^a É attentatoria do direito de propriedade a doutrina do art. 28 que permite ás pessoas miseraveis criar certo gado em terras alheias.

7.^a O art. 39, estabelecendo ao cordeador o salario de mais de \$5000 por cada legua fóra da villa, implica com a Lei a respeito das medições.

8.^a A pena de palmatoada imposta aos escravos no art. 45, não é reconhecida pela Lei do 1.º de Outubro de 1828 que trata só de multas e prisões.

Cumpre que V. Ex. informe se o compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Santa Anna da Alagoa-Nova, de que trata a Lei n.º 45, foi appro-

vado pelo Prelado diocesano na parte religiosa, o que não consta da mesma Lei.

Outro sim communico a V. Ex. que, na fôrma da conclusão do parecer da referida Secção, nesta data são submettidas á consideração da Assembléa Geral Legislativa as observações acima expostas.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 165.—GUERRA.—Aviso de 22 de Abril de 1862.

Declarando que os recrutadores, ainda mesmo depois de findo o prazo fixado para o preenchimento do numero de recrutas, tem direito á gratificação marcada no Decreto n.º 2 821, de 21 de Agosto de 1861 em quanto forem apresentando individuos para a praça.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Abril de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Respondendo ao seu officio n.º 28 de 19 de Março proximo passado, propondo a duvida, em que labora ácerca do direito, que tenha o recrutador á percepção da gratificação marcada no Decreto n.º 2.821 de 12 de Agosto do anno de 1861, logo que finda o prazo fixado para a apresentação do numero de recrutas designado a essa Provincia; declaro a V. Ex. que succedendo a este serviço o do engajamento de voluntarios, compete ao encarregado do recrutamento o abono da gratificação em quanto fôr apresentando individuos para a praça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 166.—GUERRA.—Aviso de 22 de Abril de 1862.

Ordenando que os recrutadores Provinciaes, nomeados anteriormente ao Decreto n.º 2.821 de 12 de Agosto de 1861, sejam pagos conforme o Regulamento do 1.º de Maio de 1858, cessando logo as suas funções, para que se cumprão as disposições daquelle Decreto reiteradas no Aviso Circular de 11 de Novembro do mesmo anno.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Abril de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Em solução ao officio dessa Presidencia n.º 192 de 31 de Março proximo passado, a respeito dos recrutadores Provinciaes, nomeados anteriormente ao Decreto n.º

2.821 de 12 de Agosto do anno findo, declaro a V. Ex. que os que tiverem apresentado recrutas ou voluntarios, devem ser pagos de accordo com o Regulamento do 1.º de Maio de 1858, cessando logo suas funcções, a fim de se cumprirem literalmente as disposições daquelle Decreto, reiteradas no Aviso Circular de 11 de Novembro do mesmo anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 167.—FAZENDA.—Circular em 22 de Abril de 1862.

Sello de inquirição de testemunhas e de petições juntas aos respectivos processos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo visto da habilitação, que correu pela Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, de D. Antonia Maria Jezuina de Jesus, para haver o meio soldo de seu finado marido, que o Escrivão do Juizo dos Feitos da referida Provincia considerou as inquirições das testemunhas, ou as petições juntas ao respectivo processo obrigadas ao sello de 200 réis; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que as inquirições de testemunhas lavradas em qualquer processo não pagão sello diverso daquelle a que estão sujeitas as folhas do mesmo processo: e bem assim que as petições só pagão o sello de 200 réis sendo apresentadas como documentos, e não quando são juntas aos autos para que possa ser cumprido o despacho nellas proferido, dando-se andamento a causa.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 168.—FAZENDA.—Em 22 de Abril de 1862.

Os Agentes Consulares estrangeiros, na forma do § 8.º do art. 512 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não podem gozar de isenções e regalias como Agentes Diplomaticos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo Maxwell Wraith & Comp. reexportado desta Côrte para a Provincia de Santa Catharina, no

patacho *Julia*, com menção no respectivo manifesto, nove caixas com effeitos e objectos de uso domestico para o Consul dos Estados-Unidos naquella Provincia, foi pelo Inspector da respectiva Alfandega mandado intimar o dito Consul para que apresentasse triplicadamente, na fôrma do art 544 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, a nota do despacho, a fim de ter lugar a abertura e exame das referidas caixas, e todo o mais processo estabelecido a respeito das mercadorias ou effeitos sujeitos a direitos de consumo. O Consul recusou-se a satisfazer esta exigencia, pretendendo não só que nenhuma relação e exame se fizesse, como que sem mais formalidades lhe fossem entregues as caixas, soccorrendo-se á privilegios que julga ter como Agente Consular; o Inspector, porém, sustentou o seu acto. Submettida a questão ao Thesouro, foi approvedo o procedimento do Inspector, attentas as disposições do Regulamento das Alfandegas em que se fundou, e de cuja fiel execução não é possível prescindir em favor do dito Consul, que na qualidade de simples Agente commercial não pôde gozar das mesmas isenções e regalias dos Agentes Diplomaticos, em conformidade do § 8.º do art. 512 daquelle Regulamento. O que julguei conveniente levar ao conhecimento de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Maria da Silva Paranhos*.—
A S. Ex. o Sr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.

N. 169.— FAZENDA.— Em 23 de Abril de 1862.

Sobre intimação ás partes das decisões em materia das Alfandegas, e sobre pagamento de direitos de mercadorias despachadas quando se executa nova tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, para seu conhecimento o devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente a petição, informada pela Presidencia da Provincia com officio n.º 81 de 22 de Agosto ultimo, do negociante Augusto Cesar de Abrêo, queixando-se: 1.º, da falta de intimação, por parte da Thesouraria, da decisão que indeferiu um requerimento delle supplicante no qual reclamava a restituição de direitos que entendia não terem sido legalmente cobrados na Alfandega da dita Provincia; 2.º, da imposição desses direitos, na

conformidade da nova Tarifa, sobre mercadorias que puzera em despacho no dia 8 de Fevereiro de 1861; resolveu indeferir a mencionada petição, por não procederem as razões em que ella se funda: quanto á 1.^a parte porque as disposições, invocadas pelo supplicante em seu apoio, dos arts. 749, 753, 754, e 756 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, do Decreto de 18 de Janeiro de 1842, da Ordem n.º 38 de 14 de Fevereiro de 1849 e outras, não versão sobre a especie de que se trata, mas sim sobre apprehensões e multas, em que é indispensavel intimação da Alfandega; sendo que no caso de simples despachos em petições, embora concernentes a direitos, nem só não se dá necessidade de intimação, que aliás nenhuma disposição regulamentar, ou de Ordem do Thesouro positivamente determina, se não que, em relação a esses casos, a praxe das Thesourarias e Alfandegas, firmada na legislação vigente e na pratica do mesmo Thesouro, é contraria ao supplicante; quanto á 2.^a porque achando-se as referidas mercadorias ainda a bordo em 9 de Fevereiro, quando em Pernambuco commecçou a execução da nova Tarifa, não constando, nem se allegando que fossem ellas de natureza das que tem despacho sobre agua, ou mesmo a bordo, bem procedeu a Alfandega sujeitando-as aos direitos da citada Tarifa, e assim tambem a Thesouraria, confirmando esse acto, em face do que dispõe o art. 169, § 1.º, do Regulamento supramencionado; por quanto, para que pudessem taes mercadorias ser despachadas pela Tarifa anterior, não bastava a circumstancia de terem sido submittidas a despacho antes da execução da nova, indispensavel era que estivessem nas condições do dito § 1.º; isto é, depositadas em quaesquer armazens ou depósitos, o que quer dizer descarregadas, porque só nestes termos seria possivel o seu despacho effectivo.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 170. — GUERRA. — Aviso de 23 de Abril de 1862.

Mandando abonar ao Agente do Laboratorio do Campinho a gratificação mensal de réis 20\$000 marcada no art. 45 do Regulamento de 30 de Janeiro do anno proximo passado, por estar exercendo tambem o lugar de Agente da Enfermaria.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Abril de 1862.

Achando-se o Tenente reformado Francisco José de Paiva, Agente do Laboratorio do Campinho, exercendo tambem o em-

prego de Agente da Enfermaria daquelle Estabelecimento, mande Vm. abonar-lhe a gratificação mensal de 20\$000, marcada no art. 45 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1861.

Deus Guarde a Vm. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 171. — FAZENDA. — Em 24 de Abril de 1862.

A cobrança dos emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos das Faculdades de Direito passa a verificar-se pelas Repartições Fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, que expeça as ordens necessarias a fim de que a cobrança dos emolumentos de que trata o art. 149 dos Estatutos das Faculdades de Direito, annexos ao Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, passe a verificar-se pela Repartição competente da mesma Provincia; visto ter o Ministerio do Imperio providenciado, segundo o seu Aviso de 15 do corrente, para que as Secretarias das ditas Faculdades não recebam mais esses emolumentos.

José Maria da Silva Paranhos.

— Identica á Thesouraria de S. Paulo.

N. 172. — FAZENDA. — Circular em 25 de Abril de 1862.

Remessa ao Thesouro de relações semestraes dos Empregados pagos pelas Thesourarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que, a bem da regularidade da escripturação, remetão ao mesmo Thesouro, logo que tiver terminado o presente semestre, uma relação dos empregados que pelas ditas Thesourarias são pagos, na forma do modelo junto, comprehendendo os que existirem até 30 de Junho proximo futuro; devendo

Decisões do Governo.

os Srs. Inspectores continuar a remetter, em todos os semestres, uma copia das alterações que forem occorrendo, nos termos das Instrucções de 24 de Julho de 1854.

José Maria da Silva Paranhos.

RELAÇÃO DOS EMPREGADOS QUE RECEBEM SEUS VENCIMENTOS PELA THESOURARIA DE FAZENDA DA PROVINCIA DE.... EXTRAHIDA DOS ASSENTAMENTOS EXISTENTES EM 30 DE JUNHO DE 1862, COM DECLARAÇÃO DOS RESPECTIVOS EMPREGOS, DATAS DAS NOMEAÇÕES, POSSES E PAGAMENTOS DOS IMPOSTOS DEVIDOS.

Ministerio do Imperio.

Presidencia da Provincia.

EMPREGADOS.	VENCIMENTOS.	OBSERVAÇÕES.
<i>Presidente.</i>		
F. nomeado por Carta de...	Vence annualmente em virtude da Lei de...	Pagou \$ de sello, \$ de emolumentos e \$ por conta, ou dos direitos de 5 %, ou 30 %.
Tomou posse e prestou juramento em ...	Ordenado \$	
<i>Secretario.</i>		
F... nomeado por Decreto de...	Vence, &c.	Pagou, &c.
Tomou posse e prestou juramento em...	Ordenado \$ Gratificação \$	•

E nesta conformidade todos os mais Ministerios, devendo remetter relações especiaes quanto aos aposentados, pensionistas do Estado e reformados.

N. 173. — GUERRA. — Circular de 25 de Abril de 1862.

Determinando que a calça de panno azul, que se fornece ás praças dos Corpos montados do Exercito, tenha a duração de seis mezes em lugar de um anno.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Não sendo sufficiente a distribuição de uma calça de panno azul por anno aos Corpos montados do Exercito, Manda Sua Magestade o Imperador que do proximo futuro mez de Julho em diante se lhes forneça uma de seis em seis mezes, ficando nesta parte alterada a tabella de 23 de Junho do anno de 1860.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia de

N.º 174. — FAZENDA. — Em 25 de Abril de 1862.

A emancipação de africanos livres pertence ao Ministerio da Justiça.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Pertencendo ao Ministerio da Justiça os negocios e providencias relativas a africanos livres, na forma das Instrucções de 29 de Outubro de 1834, 19 de Novembro de 1835 e 8 de Julho de 1840, e Decreto n.º 1.303 de 28 de Dezembro de 1853, passo ás mãos de V. Ex., para que se sirva tomar na consideração de que julgar digno, o requerimento incluso, acompanhado do officio da Presidencia de Pernambuco de 6 de Setembro do anno passado, que me foi remittido pelo Ministerio da Marinha em Aviso de 15 de Março proximo findo, no qual o africano livre de nome Henrique, empregado no serviço do Arsenal de Marinha daquella Provincia, pede carta de emancipação.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Maria da Silva Paranhos*. — Sr. Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

N.º 175. — FAZENDA. — Em 25 de Abril de 1862.

As licenças concedidas pelas Capitánias dos Portos na forma do art. 76 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 estão sujeitas ao sello fixe de 200 réis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de

Fazenda de Sergipe, em solução á consulta constante do seu officio n.º 23 de 19 do mez passado, que á vista da disposição clara e terminante dos arts. 78 e 80 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, as licenças concedidas pelas Capitánias dos Portos na fôrma do art. 76 do Regulamento de 19 de Maio de 1846, estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis.

José Maria da Silva Paranhos.

N.º 176.—FAZENDA.—Em 26 de Abril de 1862.

Que não se deve cobrar dous sellos, um do requerimento e outro da certidão nelle passada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, communicando ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, que foi aceita pelo mesmo Tribunal a fiança de José do O' de Almeida, reforçada com a hypotheca dos dous predios que elle possui na rua Longa da Capital da Provincia, devolve ao dito Sr. Inspector os respectivos autos, a fim de que faça revalidar o sello das certidões a fl. 2 e 10 que não pagarão a differença entre a taxa de 100 réis indevidamente cobrada, e a de 200 réis a que erão realmente sujeitas: e o adverte da irregularidade que se praticou de cobrar 200 réis pelas certidões a fl. 6 verso, além dos 100 réis cobrados pelo requerimento; quando o que cumpria era exigir a differença entre 100 e 200 réis, antes de se continuar a escrever nessas folhas quaesquer outros actos, sem o que não poderia ser apresentada a justificação para produzir os effeitos que com ella se tinha em vista. Outrosim recommenda-lhe que mande restituir á parte, se o requerer, o excesso do que pagou pelo referido imposto.

José Maria da Silva Paranhos.

N.º 177.—FAZENDA.—Em 26 de Abril de 1862.

Sobre pagamento de meia siza de escravos pertencentes a uma sociedade dissolvida e transferidos por um socio ao outro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Córte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thezouro indeferiu o recurso de Julio Ernesto de Castro e Souza do despacho da mesma Recebedoria, que lhe exigio o pagamento da meia siza dos escravos, que pela escriptura de dissolução da sociedade, que tinha com Luiz Caetano Pereira Guimarães, lhe forão por este transferidos a titulo de venda e cessão; porquanto, além de constar da escriptura da sociedade que o recorrente entrara apenas para ella com a sua industria e gerencia, vê-se da escriptura de dissolução o socio capitalista declarar que fazia venda e cessão ao recorrente dos fundos e interesses, que lhe pertencião naquella qualidade, nos quaes, sem duvida, se incluem os escravos com que entrara o mesmo socio, e constão de uma e outra das referidas escripturas. Se, pois dissolvendo-se a sociedade passou ao recorrente o dominio e posse dos ditos escravos, e dessa transferencia é devida a meia siza, é obvio que tem a ella direito a Fazenda Nacional.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 178.—IMPERIO.—Aviso de 26 de Abril de 1862.

Ao Vice-Presidente da Provincia de Pernambuco declarando, quando tem lugar, e quem deve dar instrucções para boa execução das Leis.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio n.º 140 de 11 de Dezembro do anno passado, em que essa Presidencia submete á approvação do Governo Imperial as instrucções por ella dadas á Camara Municipal da villa de Caruarú em deferimento á petição do Bacharel Antonio Witruvio Pinto Bandeira Accioli de Vasconcellos, que solicitava fossem expedidas providencias para que a mesma Camara procedesse com toda a regularidade á apuração dos votos da eleição de Deputados á Assembléa Legislativa dessa Provincia pelo 4.º districto eleitoral.

E de conformidade com o parecer da referida Secção, examinado em consulta de 5 de Março proximo findo, o Governo Imperial declara a V. Ex. que, com quanto aquellas instrucções não sejam mais do que as disposições da lei e decisões do mesmo Governo, todavia, não tendo a mencionada Camara mostrado duvida nem pedido explicação da lei, escusadas eram ellas, embora solicitadas por um interessado na eleição. O arbitrio de dar instrucções não póde recahir senão sobre objectos que não estão expressos na lei, mas della se deduzem, ou ainda sobre pontos duvidosos, que estejam na alçada do Governo.

Nestes casos porém, e principalmente em materias de eleições, ao Governo Imperial, e não aos Presidentes de Provincia pertence a expedição de taes instrucções.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—
Sr. Vice-Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 179.—MARINHA.—Aviso de 26 de Abril de 1862.

Determina que na Pagadoria da Marinha sejam compensados os alcances dos Commissarios e Fieis do Corpo de Officiaes de Fazenda da Armada, com as quantias que os mesmos tiverem na dita Repartição, provenientes da caução ou suspensão de vencimentos.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 26 de Abril de 1862.

Sua Magestade o Imperador attendendo ao que expendeu o Conselho Naval em Consulta de 7 de Março ultimo, sob n.º 567, e essa Contadoria por Officio n.º 72, de 25 de Novembro do anno passado, e Considerando na necessidade de adoptar providencias que, ao mesmo tempo que protejam aos interesses da Fazenda, facilitem aos responsaveis d'ella os legitimos meios de remirem seus alcances; Ha por bem Determinar que, restabelecendo-se o processo ahi seguido anteriormente á expedição do Aviso de 7 de Novembro de 1860, os alcances de contas dos Commissarios e Fieis do Corpo de Officiaes de Fazenda da Armada sejam encontrados na Pagadoria da Marinha nas quantias retidas aos referidos funcionarios já como caução das ditas contas, ja pela de suspensão de vencimentos; revogada para este effeito a parte do citado Aviso de 7 de Novembro de 1860, que manda recolher ao Thesouro taes alcances: o que communico a V. S. para seu conhecimento e devida observancia.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim José Ignacio*.—Ao Sr. Contador de Marinha.

N. 180.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Abril de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Córte approvando a sua decisão pela qual dispensou da frequencia das aulas de pharmacia, e do exame de suas materias a um alumno que é pharmaceutico, e da frequencia da aula de physica e chimica mineral a dous alumnos que já foram approvados nestas materias no 1.º anno do curso de pharmacia.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Abril de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Fica approvada a decisão da congregação dessa Faculdade, que dispensou não só da frequencia da aula de pharmacia o alumno do 6.º anno Antonio Ramos da Costa, e da de physica e chimica mineral os alumnos do 1.º anno medico Porfírio Dias dos Santos Junior e Antonio Joaquim do Carmo e Souza, como tambem de novo exame das referidas materias, o primeiro por ser já pharmaceutico por essa faculdade, e os dous ultimos por terem já sido approvados plenamente naquellas materias em o 1.º anno pharmaceutico; o que communico a V. Ex. em resposta ao seu officio de 11 do corrente mez.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.

N. 181.—FAZENDA.—Circular em 28 de Abril de 1862.

Pela cessão e traspasso de arrendamento dos predios não se deve siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, de conformidade com a Imperial Resolução de 13 de Julho de 1861, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que pela cessão e traspasso de arrendamento dos predios não é devida a siza, mas tão sómente dos contractos em que se transfere á titulo oneroso dominio pleno, directo ou util, de bens de raiz, como os de compra e venda, arrematação, troca e dação in solutum, expressamente declarados no Alvará de 3 de Junho de 1809 e Resolução de 16 de Fevereiro de 1818.

José Maria da Silva Paranhos.

N.º 182.—FAZENDA.—Em 28 de Abril de 1862.

As licenças concedidas pelas Capitánias dos Portos na fôrma do art. 76 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Espirito Santo, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o dito Tribunal, a quem forão presentes os officios do Sr. Inspector, n.º 6 e 7 de 22 e 26 de Fevereiro ultimo, no primeiro dos quaes dá conta de haver decidido, em sessão da respectiva Junta, não só mandar restituir a João Chrisostomo de Carvalho a differença entre a taxa de 200 réis, que devia ter pago e a de 2\$000 que se lhe exigio, e elle pagou, na Alfandega da referida Provincia pelo sello de uma licença ao mesmo concedida pela Capitania do Porto para ter cãda no serviço que lhe conviesse; mas também de conformidade com o art. 112 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, multar em 5\$000 cada um, o Inspector e Escripturnario da Alfandega que intervierão na arrecadação do dito sello; transmittindo, com o segundo officio o recurso daquelle Inspector, interposto da referida multa; resolveu: quanto á taxa do sello, confirmar a decisão da Thesouraria, porque, nos termos dos arts. 78 e 80 do citado Regulamento, as licenças concedidas pelas Capitánias dos Portos, na fôrma do art. 76 do de 19 de Maio de 1846, estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis; e quanto á multa, deferir ao mencionado recurso, porque, em face do disposto no art. 121 do mesmo Regulamento de 26 de Dezembro, irregularmente se houve a Thesouraria processando-a e julgando-a.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 183.—FAZENDA.—Em 28 de Abril de 1862.

Pela cessão e traspasso de arrendamentos de bens de raiz não é devido o imposto da siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Corte, para sua intelligencia e devidos effeitos que o Tribunal do Thesouro deu provimento ao recurso de Irineo Evangelista de Souza & C., interposto da decisão da mesma Recebedoria, que

os sujeitou ao pagamento do imposto da siza pela cessão e traspasso do arrendamento da casa n.º 185 da rua da Quitanda, propriedade do Mosteiro de S. Bento, que lhes fôra feito pelo Commendador João Augusto Ferreira de Almeida, nos termos da Imperial Resolução de 13 de Julho de 1861, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado; visto como a siza só é devida dos contractos com que se transfere a titulo oneroso dominio pleno, directo ou util, de bens de raiz, como os de compra e venda, arrematação, troca e dação *in solutum*, expressamente declarados no Alvará de 3 de Junho de 1809 e Resolução de 16 de Fevereiro de 1818.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 184.—FAZENDA.—Em 29 de Abril de 1862.

Sobre o não cumprimento de um precatório, para levantamento de uma herança jacente, por irregularidades encontradas no processo de habilitação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1862.

Communico a Vm., que não póde ser cumprido o precatório que dirigio ao Thesouro em 26 de Novembro do anno passado, a favor de João Marinho Coelho de Barros, ou ao seu procurador nesta Côte, como herdeiro cessionario do fallecido Bernardo José da Silveira, pelas seguintes irregularidades que se notão no respectivo processo de habilitação que acompanhou o referido precatório: 1.ª, não ter sido interposta a appellação ex-officio, como o preceitua o art. 46 do Regulamento de 13 de Junho de 1859, sempre que a quantia, sobre que versa a sentença, excede a alçada, como no caso presente, em que além dos dous herdeiros cedentes habilitarão-se mais 10, subindo a muito mais de 2:000\$ os quinhões dos tres a cujo favor se expedirão precatórios, e que portanto parece que forão comprehendidos na sentença, como os outros, cuja existencia foi provada no processo; 2.ª, ter-se prescindido da prova testemunhal, solemnidade essencial do processo, e não constar da justificação produzida e julgada em Portugal que sejam fallecidos os avós paternos e maternos e a mãe do intestado Bernardo José da Silveira, aos quaes se deveria devolver a successão no caso de estarem vivos; 3.ª, não se ter transcripto na escriptura, como manda a Lei, o conhecimento *de verbo ad verbum* do pagamento da siza e do sello proporcional dos bens de raiz, que existião no espolio, e devião fazer parte da cessão, não bastando a declaração do Juiz para provar que taes impostos forão pagos; convindo, portanto, que os cedentes se

Decisões do Governo.

habilitem novamente, ou em separado ou conjunctamente com os outros herdeiros, sanando-se os vícios que se dêrão no primeiro processo de habilitação.

Deus Guarde a Vm. — *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Juiz de Orphãos substituto de Rezende.

N. 185. — FAZENDA. — Em 29 de Abril de 1862.

Da decisão arbitral não ha recurso, excepto o do art. 764, § 2.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, para sua intelligencia e fins convenientes, que o mesmo Tribunal não tomou conhecimento do recurso interposto pelo negociante Ricardo José da Cruz, da decisão proferida em Juizo arbitral da Alfandega da dita Provincia, acerca da qualificação das mercadorias que submettêra a despacho em 31 de Janeiro ultimo; porquanto, sendo o objecto do recurso uma simples questão de qualificação de franjas de algodão ou lã, e chapéos de pelo de lebre finos, entrefinos ou ordinarios, foi a mesma, a requerimento do proprio recorrente, decidida por arbitros; e, na fórma do disposto no art. 579 do Regulamento das Alfandegas, não ha recurso de uma tal decisão, excepto o do art. 764, § 2.º

José Maria da Silva Paranhos.

N. 186. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 30 de Abril de 1862.

Declara que não pôde ser levado a effeito a construcção do ramal projectado entre a estação da estrada de ferro de D. Pedro II, no Campo de Santa Anna e a Praia.

Directoria das Obras Publicas e Nevegação. — 2.ª Secção. — N. 22. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 30 de Abril de 1862.

Foi-me presente o officio datado de 31 de Julho do anno passado, no qual, por parte da Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II, representa V. S. sobre a necessidade

de tomar-se uma decisão definitiva a respeito da construção do ramal projectado entre a estação do Campo de Santa Anna e a Praia, por isso que, no caso de ser abandonada semelhante idéa, cumprirá investigar o melhor meio e occasião de alienar as propriedades adquiridas, para o fim de alliviar o Thesouro Nacional do onus que sobre elle pesa, e quando hajão de completar-se as desapropriações, maiores sacrificios poderão resultar de qualquer demora com os novos interesses que terão de surgir. E em resposta, cabe-me declarar a V. S. que, não comportando as circumstancias actuaes do paiz e da Companhia que semelhante ramal seja levado a effeito, á Directoria fica livre dispôr das propriedades desapropriadas como mais conveniente lhe parecer.

Deus Guarde a V. S.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 187.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Maio de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina desta cidade declarando que os estudantes das Faculdades de Medicina devem estudar e fazer exame naquella em que se tiverem matriculado.

4.ª.—Secção — Rio de Janeiro.—Ministério dos Negocios do Imperio em o 1.º de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 17 de Março ultimo, em que V. Ex. consulta se é regular a pratica até hoje seguida, de admitir-se á frequencia das aulas dessa Faculdade, e aos respectivos exames estudantes matriculados na Faculdade da Bahia, que aqui se apresentação para aquelle fim, trazendo guia desta Faculdade e certidão da respectiva matricula; e em resposta cumpre-me declarar a V. Ex., de ordem do mesmo Augusto Senhor, que a pratica por V. Ex. referida não se conforma com a disposição do art. 86, dos estatutos combinada com a parte final do art. 86, segundo a qual devem os estudantes aprender as materias e fazer os respectivos exames na Faculdade em que se houverem matriculado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—
Sr. Director da Faculdade de Medicina da Corte.

—Idêntico á da Bahia.

N. 188.—IMPERIO.— Aviso de 2 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Província do Maranhão, declarando que são válidos os trabalhos da Junta de Qualificação de votantes da parochia de Burity, feitos sob a Presidência de um Juiz de Paz, cuja eleição foi annullada depois da conclusão delles.

3.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Em resposta ao officio de V. Ex. n.^o 19 de 17 de Março ultimo, declaro-lhe, de accordo com a doutrina do Aviso de 4 de Outubro do anno passado, que não ha razão para serem considerados nullos os trabalhos da Junta de Qualificação da parochia de Santa Anna de Burity feitos sob a Presidência do 1.^o Juiz de Paz da mesma parochia, eleito em 1860, quando ali se procedeu a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, por quanto embora essa eleição fosse annullada pelo Aviso de 24 de Dezembro do anno passado, devem ser julgados válidos os actos praticados pelo dito Juiz de Paz no exercicio das suas funcções, em razão de terem sido em boa fé na supposição da validade da referida eleição, visto que, segundo V. Ex. informa, do citado Aviso ainda não se tinha conhecimento naquella parochia quando a junta celebrou os seus trabalhos.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Ildefonso de Souza Ramos.*— Sr. Presidente da Província do Maranhão.

N. 189.—FAZENDA.— Em 2 de Maio de 1862.

Valor sobre que se deve calcular a importancia da taxa de legados deixados em usufructo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Corte para o devido conhecimento, que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de D. Maria Antunes da Conceição, do despacho em que se lhe exigio a taxa do usufructo que houve do seu marido Francisco José de Souza Vianna, calculado sobre os rendimentos, a contar do dia do fallecimento deste até o em que realizasse o pagamento da mesma taxa, deduzida da metade do valor dos bens; visto como o legado em usufructo passa para o legatario desde a morte do testador, como o re-

conhecem os arts. 22 e 23 do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860 nas palavras—depois do fallecimento dos testatos ou intestados—desde a morte do testado ou intestado até a época do pagamento do imposto—comparados com o art. 36 nas palavras—não devendo porém levar-se-lhes em conta o imposto em divida.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 190.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Portaria de 3 de Maio de 1862.

Recommenda á Ill.^{ma} Camara a observancia, por parte de seus Agentes, das posturas relativas á limpeza da cidade.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.^a Secção.—
N.º 43.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas em 3 de Maio de 1862.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem que se declare á Ill.^{ma} Camara Municipal, em resposta ao seu officio datado de 15 do mez passado, que, se pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas tem sido chamada a attenção da mesma Ill.^{ma} Camara para o estado das vallas e rios, todo o fundamento houve para isso; por quanto, se é fóra de duvida que açudes tem sido feitos, como ainda ha pouco se verificou em alguns rios, e que as vallas servem de deposito de tudo quanto nellas se despeja para desembaraçar as casas, por cujos quintaes passam, certo é tambem que á Ill.^{ma} Camara corre a obrigação de promover a punição de taes actos em virtude da postura do § 5.º do Titulo 7.º da Secção 1.^a e das de 11 de Junho de 1853, e 11 de Março de 1856, e de obstar por esse meio á sua reproducção; que, ainda admitida a maior actividade e esforços da parte dos emprezarios da limpeza publica, pouco ou nenhum proveito se obteria, sendo a acção delles contrariada constantemente pela omissão das autoridades municipaes na observancia dos deveres que lhes incumbem quanto ao regimen dos rios e vallas; e que finalmente, se ordens tem a Ill.^{ma} Camara expedido para o fim de evitar as obstrucções intencionaes dos rios e vallas, e infelizmente ellas não tem tido execução, á Ill.^{ma} Camara cumpre responsabilisar seus Agentes, sem o que não deixará de compartilhar a responsabilidade, que sobre os ditos Agentes somente deve recahir.

E por esta occasião Manda outrosim o Mesmo Augusto Senhor recomendar á Ill.^{ma} Camara a fiel execução das pos-

turas dos §§ 4.º e 5.º do Título 3.º da Secção 1.ª, das dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do Título 3.º da Secção 2.ª, e da do § 3.º do Título 3.º da Secção 2.ª, na parte em que não estiverem alteradas.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

N. 191.—IMPERIO.—Aviso de 5 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão sobre a continuação do exercicio de Vereador e Juizes de Paz do quadriennio findo, e validade dos actos praticados pelos novos funcionarios antes de constar a annullação de sua eleição.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 5 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n. 20 de 22 de Março ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial os seguintes quesitos: 1.º, se é regular a deliberação por V. Ex. tomada, de ordenar que reassumisse o exercicio das suas funcções a Camara Municipal da Barra da Corda, do quadriennio passado, por isso que fôra annullada por Aviso deste Ministerio do 1.º daquelle mez a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita na parochia do mesmo nome em Setembro de 1860; 2.º, se devem ser julgados válidos os actos praticados por estes Vereadores e Juizes de Paz.

Em resposta declaro a V. Ex. o seguinte:

1.º Que o Governo Imperial approva a deliberação de V. Ex., visto que, segundo a doutrina do Aviso n.º 540 de 19 de Novembro do anno passado, devem os Vereadores e Juizes de Paz, cuja eleição é annullada depois de já terem entrado no exercicio dos seus cargos, ceder o lugar aos do quadriennio findo, que continuão em exercicio enquanto não são substituídos pelos da nova eleição a que se proceder.

2.º Que devem ser julgados válidos os actos praticados pelos Vereadores e Juizes de Paz, cuja eleição foi annullada pelo citado Aviso de Março ultimo, visto que o forão em boa fe na supposição da validade da mesma eleição, e assim acaba de ser decidido em Aviso dirigido a V. Ex. em data de 2 do corrente, de conformidade com o que foi expedido ao Presidente de Goyaz em 4 de Outubro do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildefonso de Souza Ramos.*—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 192. — IMPERIO. — Aviso de 6 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso, communicando os reparos feitos pela Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre algumas Leis Provinciaes do anno passado, e sua remessa á Camara dos Deputados.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Maio de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no anno passado foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, cujo parecer, exarado em consulta de 13 de Março ultimo, contém as seguintes observações:

1.^a A Lei n.^o 7 de 20 de Junho (Posturas da Camara Municipal de Parnahyba), nos arts. 3.^o, 4.^o e 6.^o estabeleceu certos impostos que a Secção tem por mal cabidos em semelhante qualidade de Leis, posto que os considere dentro das faculdades das Assembléas Provinciaes.

E' notavel o art. 5.^o da mesma Lei, que impõe pena ao negociante ou taverneiro que arrematar certos generos, e não mostrar que o vendedor tenha pago as licenças e impostos relativos a taes generos, pois que na verdade é crear muitos fiscaes.

2.^a Na Lei n.^o 10, do 1.^o de Julho (Posturas da Camara de Cuyabá), cumpre notar o art. 3.^o, que, pela generalidade em que é concebido a respeito do aterro de pantanos, pôde dar lugar a injustiças e perseguições, e igualmente o art. 23, que é muito irregular. Autorisa aos fiscaes para mandarem pôr em custodia, á sua ordem, até satisfação das multas, os infractores de posturas que forem desconhecidos ou escravos, e solta-os quando no artigo violado não haja pena de prisão. Nem as Camaras, nem as Assembléas Provinciaes tem faculdade para tanto. E' objecto de Lei geral, materia propria doCodigo do Processo. O art. 24 deve entender-se de aforamento de terrenos pertencentes á municipalidade; e o art. 40 de terrenos aforados pela Camara.

Essa mesma Lei ordena no art. 63 que o producto da venda dos porcos que vagarem reverta em beneficio do cofre de municipalidade. Isto porém deve entender-se até a somma correspondente á multa. O mais deve entregar-se ao dono logo que appareça. A maneira por que se legisla nesse artigo sobre cabras, porcos e outros animaes soltos e sem dono conhecido, é irregular, e seria mais conforme á legislação geral regular esta materia pelo processo, e perante ás autoridades a que estão sujeitos os bens do evento, em cuja classe podem entrar esses animaes sem dono, qualquer que seja a sua especie.

Os arts. 71 e 72 da dita Lei dão lugar á mesma observação feita pela Secção ás posturas de outras Camaras Municipaes de diversas Provincias, e particularmente ás da Camara de Miranda

dessa Província, no parecer sobre as Leis de 1860. Obrigar os proprietários de terras, por onde passam estradas, á conservação dellas e das pontes que até devem fazer nos ribeiros que ali correm, é suscitar antigas obrigações impostas aos sesmeiros, que, por vexatorias e pesadas, cahirão em desuso, além de equivalerem a um tributo consistente em serviço pessoal, que não está nas faculdades das Camaras Municipaes decretar.

A Lei n.º 11 de 2 de Julho (Orçamento Municipal) merece reparo no art. 2.º §§ 20, 21, 26 e 27, que tratão de impostos de importação e exportação municipal, a cujo respeito a Secção tem muitas vezes invocado a intervenção do poder legislativo geral ; os §§ 25, 31 e 32, que tratão de aforamentos, devem entender-se de terrenos pertencentes á Camara Municipal.

Attendendo a taes observações o Governo Imperial resolveu submeter os referidos actos á consideração da Assembléa Geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hlderfonso de Souza Ramos*.—Sr. Presidente da Província de Mato Grosso.

N. 193.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Província do Piahy approvando a sua deliberação de mandar eliminar da lista dos Juizes de Paz da parochia de Pedro II a um cidadão eleito para este cargo, por não ter a idade exigida pela Lei.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 79 de 12 de Março ultimo, submettendo á approvação do Governo Imperial a deliberação que tomou de expedir ordem para que fosse eliminado da lista dos Juizes de Paz da parochia de Pedro II o cidadão Joaquim Mendes da Rocha, por isso que, tendo elle apenas 22 annos, e sendo solteiro, não podia ser eleito para aquelle cargo.

Em resposta declaro-lhe que o Governo Imperial, attendendo ao disposto no art. 99 da Lei de 19 de Agosto de 1846, em virtude do qual só podem ser Juizes de Paz os que podem ser eleitores, condição esta que se não verifica naquelle cidadão, visto que, segundo o art. 18 § 1.º da citada Lei, elle não pôde votar nas Assembléas Parochiaes, approva o acto de V. Ex. no presuppósito de que esse cidadão não se acha comprehendido em nenhuma das excepções do referido paragrapho.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hlderfonso de Souza Ramos*.—Sr. Presidente da Província do Piahy.

N. 194.—FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1862.

Certidões lavradas em autos que estão sujeitos ao sello das certidões em geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará os autos inclusos, que com outros documentos concernentes a habilitação de D. Isabel Luiza Chaves para perceber o meio soldo de seu finado marido, acompanhârão o officio dirigido pelo mesmo Sr. Inspector á Directoria Geral de Contabilidade em 2 de Janeiro ultimo, sob n.º 1, a fim de que faça revalidar o sello das certidões a fls. 3 e 8 dos ditos autos, pelos quaes cobrou-se taxa inferior á devida. E por esta occasião recommenda-lhe, que chame a attenção da respectiva Estação Fiscal para o facto de não exigir o Escrivão do Juizo dos Feitos da Fazenda da referida Provincia o sello competente das certidões que lavra nos autos para terem andamento, ou em execução de despachos, considerando-as sujeitas ao das folhas de processos, segundo se ha observado nos que tem vindo ao Thesouro; não obstante estar declarado, não só antes do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, como no mesmo Regulamento, e muito expressamente no § 3.º do art. 59, que os autos dessa especie pagão a taxa imposta ás certidões em geral.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 195.—FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1862.

As Assembléas Provinciaes não podem crear impostos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Alguns negociantes da Bahia, que recebem carregamento de sabão fabricado na Provincia do Rio de Janeiro, recorrerão ao Presidente daquella Provincia, por intermedio da Junta Directora da respectiva Associação Commercial, representando contra a disposição do art. 2.º, § 44, da Lei n.º 879 do Orçamento Provincial de 23 de Dezembro do anno passado, no qual foi estabelecido o imposto de cinquenta mil réis

Decisões do Governo.

sobre casa que vender sabão não fabricado na Província, e pedindo que a mesma disposição não fosse executada.

Os recorrentes, entre outras razões, allegarão que recebem em consignação do Rio de Janeiro cincoenta a sessenta mil caixas de sabão por anno, e, não as vendendo directamente aos consumidores, as retalhão por innumerados armazens e pessoas; que não só os recorrentes pagarão o imposto de 50%, mas também cada uma das tavernas e todas as pessoas que revenderem o sabão; e que, portanto, a imposição de 50%, não por uma só vez e por uma só porção, mas recahindo sobre todas as casas que tiverem aquelle genero exposto á venda, fará subir o seu preço ao ponto de ser excluído do mercado o sabão procedente de outras Províncias por não poder competir com o fabricado na própria Província da Bahia.

Operada a exclusão, as tres fabricas da Bahia, que aliás não produzem tanto quanto é preciso para o consumo, elevarão por força do monopolio o preço do sabão em proveito proprio e com gravame dos consumidores; e logo apparecerá a concorrência do sabão estrangeiro, caso em que a Lei Provincial ou lançará os mesmos direitos que actualmente onerão o sabão do Rio de Janeiro, sobre o genero similar estrangeiro, creando assim taxas additionaes aos direitos geraes de importação no Imperio ou se absterá deste excesso, sem todavia deixar de ferir gravemente a uma industria do paiz.

O Presidente da Província da Bahia não deferio á pretensão dos recorrentes, entendendo que as Presidencias de Províncias não se achão autorisadas para suspender nenhuma disposição contida nas Leis dos Orçamentos provinciaes; e, por isso os mesmos recorrentes dirigirão ao Governo Imperial a inclusa representação, que passo ás mãos de V. Ex. para ser presente á Camara dos Deputados.

A Secção de Fazenda do Conselho de Estado foi de parecer, nas Resoluções de Consulta de 21 de Fevereiro de 1857, 15 de Abril e 29 de Setembro de 1859 e de 13 de Julho de 1861, sobre identico imposto lançado pelas Assembléas Provinciaes de Pernambuco e do Ceará, que semelhante contribuição era um verdadeiro direito de importação, e como tal offensivo do art. 12 do Acto Adicional, que expressamente nega ás Assembléas Provinciaes a faculdade de legislar sobre impostos de importação, quer em relação a generos procedentes de nações estrangeiras, quer a productos nacionaes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. 1.º Secretario da Camara dos Deputados.

N. 196.—FAZENDA.—Em 7 de Maio de 1862.

Computação do fundo disponível do Banco do Brasil em relação ás suas Caixas filiaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A presidencia do Banco do Brasil, por officio n.º 469 de 23 de Agosto do anno passado, pedio explicações a respeito do modo por que se deve computar o fundo disponível do mesmo Banco, a vista do art. 3.º do Decreto n.º 2.685 de 10 de Novembro de 1860, que manda deduzir do capital realizado as quantias pelo Banco distribuidas ás suas Caixas filiaes como capital, ou por emprestimo em conta corrente simples ou com juros, e das disposições correlativas dos estatutos das mesmas Caixas, em virtude das quaes sómente pôde servir-lhes de base para a emissão o capital que lhes fôr marcado pela Directoria do Banco.

Em resposta ao supracitado officio, cabe-me declarar a V. Ex. que S. M. o Imperador, depois de ouvir a Secção de Fazenda do Conselho de Estado Houve por bem Decidir por Sua Immediata e Imperial Resolução de 28 de Dezembro ultimo :

Que, sendo o fim das disposições do citado art. 3.º do Decreto n.º 2.685 obstar a que uma mesma quantia possa servir de base ou garantia a duas emissões, os emprestimos feitos ás Caixas filiaes pela Caixa matriz, e vice-versa, não devem ser deduzidos dos respectivos fundos disponiveis senão quando effectivamente tenham lugar a custa do capital realzado do Banco.

Todas as vezes que a Caixa matriz, ou as filiaes, por effeito de suas operações, ou para servir ao commercio no movimento de fundos de uma para outras Praças, fizerem os seus saques ou emprestimos reciprocos, não a custa do seu fundo disponível propriamente dito, mas com os dinheiros que tiverem em Caixa por emprestimo, ou em contas correntes, não se verifica o caso da deducção que prescreve o sobredito Decreto; porque não se dá a hypothese de desfalcarse o capital de uma Caixa para augmentar o de outra, que poderia emittir o dobro deste augmento. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Presidente do Banco do Brasil.

N. 197.—MARINHA.—Aviso de 7 de Maio de 1862.

Declara que sómente o Quartel General, na Córte, e os Commandantes das Estações Navaes, nas provincias, são competentes para conceder a seus subordinados licença até quinze dias, a fim de se tratarem em suas casas.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 7 de Maio de 1862.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio desse Quartel General n.º 529, de 11 do mez passado, informando sobre o requerimento, em que José Henrique Giraud, ajudante machinista de 2.ª Classe, embarcado no vapor *Magé*, pede o abono dos vencimentos desde 21 de Outubro até 17 de Novembro do anno proximo preterito, em que, por haver adoecido em sua casa, alli se conservára em tratamento com permissão do respectivo Commandante, Manda declarar a V. S. que não pôde ser deferida a pretensão do supplicante, por haver sido a licença concedida por autoridade incompetente: outrosim que, sem prejuizo dos preceitos estabelecidos nos Avisos de 22 de Novembro de 1834, e 16 de Agosto de 1856, e no Decreto n.º 370, de 3 de Julho de 1844, a oito de taes concessões pela Secretaria de Estado, sómente o Quartel General, na Córte, e os Commandantes das Estações Navaes, nas provincias, teem a faculdade de conceder licenças aos subordinados até quinze dias, para se tratarem em suas casas. O que communico a V. S. para sua intelligencia e execução, na parte que lhe toca.

Ass Guarde a V. S.—*Joaquim José Ignacio*.—Sr. Capitão de Fragata encarregado interinamente do Quartel General da Marinha.

N. 198.—JUSTIÇA.—Aviso de 8 de Maio de 1862.

residente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que as Assembléas Provincias não podem crear officios de avaliadores.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1862.

Ex.º e Ex.º Sr.—A' S. M. o Imperador foi presente o officio de 22 de Outubro do anno passado, em que V. Ex.ª alta á quem compete a nomeação para os dous lugares de assessores creados pela lei da Assembléa Legislativa dessa Provincia de 17 daquelle mez; e o Mesmo Augusto Senhor, Concedendo-se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho

de Estado, Houve por bem Decidir por Sua Imperial Resolução de 5 de Abril ultimo que— não devem ser providos os dous lugares de avaliadores, visto que a Assembléa Provincial exorbitou creando officio que não está estabelecido por lei geral.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 109.—JUSTIÇA.—Aviso de 10 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe. —Declara que uma Comarca só se considera installada depois que o Juiz de Direito houver prestado juramento e entrado no exercicio de suas funcções, e fôr marcado por Decreto o ordenado do Promotor Publico.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 12 de Outubro do anno proximo passado, em que submette á consideração do Governo Imperial uma Consulta do Juiz de Direito da Comarca de Maroim, nessa Provincia, á respeito da jurisdicção, que deveria, ou não, continuar á exercer nos Termos da referida Comarca, que passarão para a da Capella, ultimamente creada; e bem assim a resposta, que dera V. Ex., de que, emquanto para essa nova Comarca não fôr nomeado Juiz de Direito, não tiver este prestado juramento e entrado no exercicio de suas funcções, e não fôr marcado por Decreto o ordenado do Promotor Publico, entende que se não póde considerar ella devidamente installada; devendo, portanto, o referido Juiz continuar a exercer jurisdicção em todos os Termos, até que se realizem as condições mencionadas, que julga indispensaveis. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar a referida decisão. O que lhe communico para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 200.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Maio 1862.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que o Decreto de 5 de Novembro de 1856 em nada alterou as disposições dos arts. 165 § 2.º do Código do Processo, e 94 da Lei de 3 de Dezembro de 1811.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 12 de Março de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de V. Ex. datado de 30 de Novembro do anno passado, depois de Ouvir o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão dada por V. Ex. á duvida proposta pelo Juiz Municipal do Termo de Barbalha, quando consultou — se achando-se condemnado por crime de responsabilidade o Subdelegado de Policia daquelle districto, que da sentença condemnatoria interpuzera appellação, devia ou não passar-lhe em seus impedimentos o expediente do cargo de Juiz Municipal, de que é 3.º supplente, visto como nos termos do Decreto n.º 1.835 de 5 de Novembro de 1856 a suspensão imposta ao Empregado Publico por crime de responsabilidade não deve ser cumprida senão depois que a sentença do Juiz de Direito, da qual se appellou, é confirmada pelo Tribunal Superior — ; por isso que, como o declarou V. Ex., o Decreto de 5 de Novembro de 1856 em nada alterou as disposições dos arts. 165 § 2.º do Código do Processo, e 94 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, sustentadas pelos Avisos de 8 de Agosto de 1846 n.º 79, e 3 de Novembro de 1854 n.º 201.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 201.—FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1862.

As gratificações concedidas por comissões temporarias não são sujeitas a direitos de cinco por cento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1862.

Tendo sido ouvida a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre o requerimento do Bacharel Sebastião Machado Nunes, que pedia não ser obrigado a pagar direitos de cinco por cento da gratificação mensal de 366\$666 que lhe foi concedida pelo Ministerio do Imperio durante o tempo em que

esteve em commissão na Provincia de S. Paulo; e tendo a mesma Secção consultado com o seu parecer de 28 de Março ultimo no sentido de favoravel deferimento do requerimento do supplicante, pelas razões que produziu em outro parecer de Consulta da mesma data sobre questão analogia; Houve por bem Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 26 de Abril proximo findo, Conformar-Se com o dito parecer. O que communico a V. S. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.* — Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 202.—FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1862.

Quaes as gratificações por serviço publico que estão sujeitas ao imposto de cinco por cento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1862.

Communico a V. S. para sua intelligencia e execução, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com o parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 28 de Março ultimo, sobre a doutrina das Ordens n.º 122 de 29 de Outubro de 1846, e n.º 140 de 7 de Abril de 1856 a respeito dos direitos a que estão sujeitas as gratificações concedidas temporariamente a individuos nomeados para comissões, que não tem o caracter de empregos publicos, e as que percebem os nomeados interinamente para qualquer emprego, não sendo substitutos natos, bem como, se em face da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, ha necessidade de revogarem-se as sobreditas ordens: Houve por bem, pela Sua Imperial e Immediata Resolução de 26 de Abril proximo findo, determinar que a disposição do § 4.º da supracitada tabella, na parte concernente ás gratificações, refere-se unicamente ás concedidas aos individuos encarregados de serviços designadamente creados por Lei, e cujo desempenho se acha a cargo dos empregados especiaes, creados tambem por Lei; mas que não abrange as gratificações concedidas a individuos nomeados para commissões, que não tenham o caracter de empregos publicos.

Estabelecida esta intelligencia, que salva a antinomia, que de outro modo se daria entre a doutrina do § 4.º e a primeira advertencia da citada tabella, estão sujeitas ao imposto de cinco por cento, as gratificações que perceberem os que

forem nomeados interinamente para servir qualquer emprego publico, não sendo substitutos natos, sendo que com esta intelligencia está em harmonia a referida Ordem de 7 de Abril de 1856, bem que o não esteja a de 29 de Outubro de 1846.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.* —
Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 203.—FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1862.

Os provimentos interinos de Officiaes de Justiça estão sujeitos aos novos e velhos direitos pagos integralmente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1862.

Tendo presente o officio que em 19 de Março ultimo dirigio a V. S. o Collecter das Rendas Geraes do Municipio de Maricá consultando se os officiaes de Justiça que são nomeados pelos respectivos Juizes Municipaes por Provimento de seis mezes ou um anno estão ou não sujeitos ao imposto de dez por cento, além dos novos e velhos direitos, e sobre o modo por que se deve proceder á cobrança, communico a V. S. para que haja de declarar ao mesmo Collecter: que os provimentos interinos de officiaes de justiça conferidos pelas autoridades competentes na fórma das Leis e Regulamentos respectivos, estão sujeitos aos novos e velhos direitos, e que devem ser pagos integralmente e sempre que se verificarem taes provimentos, na fórma das ordens n.º 3 de 5 de Janeiro de 1848, n.º 316 de 20 de Outubro de 1855, e n.º 19 do 1.º de Fevereiro de 1859, e outras decisões do Thesouro.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.* —
Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 204.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 14 de Maio de 1862.

Declara que não é applicavel aos individuos, que fazem escavações na praia
—Piripiri e Engenho Lisboa — para tirar areia, a disposição do art. 27
do Regulamento n.º 1.930 de 26 de Abril de 1857.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N. 31.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas em 14 de Maio de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — A' S. M. o Imperador levei a representação do Superintendente da estrada de ferro dessa Provincia contra alguns individuos, que se tem empregado em fazer escavações de areia entre a praia Piripiri e o Engenho Lisboa com prejuizo consideravel das propriedades da Companhia naquelles lugares, bem como o officio, em que V. Ex. participa que aos ditos individuos fizera applicar as disposições do art. 27 do Regulamento n.º 1.930 de 26 de Abril de 1857, visto terem causado, ainda que indirectamente, destruição á referida estrada. E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Consultor dos Negocios do Imperio, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que não podendo ter applicação para a especie, de que se trata, as penas do artigo citado, comminadas aos que destruirem qualquer obra pertencente a estrada de ferro, por isso que não é admissivel a interpretação extensiva em materia criminal, e esta disposição claramente se refere aos individuos, que causão estragos directamente indo ou mandando destruir as obras, ou indirectamente, mas com intenção e proposito de fazer damno, o que differe da hypothese em que, por terem feito escavações de areia para qualquer uso, fóra das circumstancias, em que são prohibidas pelo Regulamento, derão occasião a que da acção do mar resultasse prejuizo ás obras; deve essa Presidencia tomar outras providencias acautelando o mal mediante os meios auxiliares que cabem na esphera da policia municipal, e para os quaes tem o Governo acção, já por si, dirigindo-se á respectiva Camara Municipal, já por intermedio do Chefe de Policia.

Deus Guarde a V. Ex — *Manoel Felizardo de Souza e Mello*.—
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 205.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 15 de Maio de 1862.

Declara que o Governo Imperial não aceita a clausula proposta pelo Presidente da Companhia da estrada de ferro da Bahia, para a nomeação de um arbitro pelo Presidente da Companhia da via ferrea de Oeste ou seu successor, antes prefere, em caso de duvidas adherir á condição 38 do Decreto n.º 1.299 de 19 de Dezembro de 1853.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N. 25.—Ministerio das Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Com officio de V. Ex. datado de 8 do mez passado sob n.º 27 foi presente a copia da resposta que o Presidente da Companhia da estrada de ferro da Bahia, John Samuel, deu á carta que V. Ex. lhe dirigio em 31 de Março ultimo, communicando-lhe, em observancia do meu Aviso reservado de 24 de Fevereiro deste anno, que o Governo Imperial não aceita a clausula por elle proposta para a nomeação de um arbitro pelo Presidente da Companhia da via ferrea de Oeste ou seu successor, em caso de duvidas que tenham de ser resolvidas em Londres por desaccordo dos Commissarios do Governo e da Directoria; antes prefere quando taes duvidas se suscitarem, adherir á condição 38 do Decreto n.º 1.299 de 19 de Dezembro de 1853.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
 Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N. 206.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.

Aos Inspectores de Alfandegas, e outros Exactores da Fazenda, quando, fóra da séde do Juizo dos Feitos, forem ás audiencias civeis para promover os interesses fiscaes, compete o lugar marcado aos Advogados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1862.

Declaro a V. S. para responder o officio n.º 40 de 24 de Fevereiro ultimo que lhe dirigio o Administrador da Mesa de Rendas da Cidade de Angra dos Reis, que, exercendo os Inspectores das Alfandegas, Collectores e Administradores das Mesas de Rendas, quando fóra da séde do Juizo dos Feitos, as funcções de Procuradores dos Feitos da Fazenda Nacional, devem ser considerados legitimos advogados da mesma Fazenda, e por isso nas audiencias do Juizo Civil, onde forem

para promover os interesses do Fisco e dar andamento às suas causas, lhes compete o lugar marcado no art. 195 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 aos Advogados e Bachareis que frequentão as audiencias.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 207.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.

Não são sujeitos ao sello de requerimentos aquelles em que se pedirem certidões ou attestados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, em solução a materia de seu officio n.º 145 de 22 de Novembro ultimo, que os requerimentos pedindo certidões ou attestados não estão sujeitos ao pagamento do sello, mas sim á taxa que lhes competir quando tiverem de produzir effeito como documentos juntados a autos, petições, &c., nos termos do art. 59 § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e conforme já foi explicado pela Circular de 11 de Março ultimo.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 208.—FAZENDA.—Em 15 de Maio de 1862.

Os requerimentos pedindo certidões não estão sujeitos ao pagamento prévio de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 35 de 5 de Outubro ultimo, que o Tribunal do Thesouro, tendo tomado conhecimento da materia da representação dirigida a essa Presidencia pelo Bacharel Luiz Francisco da Camara Leal, na qual se queixava contra o pro-

edimento do Collector das Rendas geraes da Capital dessa Província, exigindo do supplicante que fossem sellados com revalidação dous requerimentos, pedindo certidões, antes do despacho que as mandára passar; resolveu que os ditos requerimentos não estão sujeitos ao pagamento prévio do respectivo sello, mas sim á taxa que lhes competir quando tiverem de produzir effeito como documentos juntados a autos e petições, nos termos do art. 59, § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e conforme já foi explicado na Circular de 11 de Março ultimo.

E como o recurso do supplicante foi interposto com manifesta preferença das prescripções legaes do processo estabelecido no citado Regulamento, previno V. Ex., para evitar que se repita factó identico, que o supplicante devéra ter recorrido do acto da Collectoria para a Thesouraria de Fazenda, e da decisão desta para o Tribunal do Thesouro.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos*.—
Sr. Presidente da Província do Paraná.

N. 209.—FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1862.

Não incorre ~~em~~ multa o Empregado que passar certidão no requerimento não sellado em que foi ella pedida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 322 de 22 de Agosto do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu deferir, por equidade, o recurso interposto pelo Official maior da respectiva Secretaria da decisão do Sr. Inspector, na parte em que multou o recorrente pelo factó de dar andamento e informações a requerimentos, que não tinham previamente pago o sello devido, não sendo applicavel nenhuma pena ao dito recorrente pelas certidões passadas antes de pago o respectivo sello, visto como os requerimentos em que se pedem certidões só estão sujeitos a sello quando as mesmas certidões são juntas a autos para produzirem seus effeitos, como tem sido explicado por diversas ordens do Thesouro.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 210. — GUERRA. — Aviso de 16 de Maio de 1862.

Dispondo que o pessoal das officinas deve limitar-se ao que foi marcado por Aviso de 16 de Abril findo, continuando a ser incluídos em ferial, com um jornal razoavel, como aprendizes mancebos os que estiverem empregados nas officinas.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Maio de 1862.

Em resposta ao officio dessa Directoria n.º 69 de 23 de Abril proximo passado, a respeito do movimento do pessoal das officinas, declaro a V. S. que deve ater-se aos limites marcados no Aviso de 16 daquelle mez, porque assim convém, reclamando authorisação para qualquer augmento temporario, que as exigencias do serviço possam motivar.

Quanto aos aprendizes, que pertencerem ao Corpo de Artifices, empregados nas officinas em que se prohibe a admissão daquelle classe com retribuição, póde V. S. continuar a incluí-los em ferial com um jornal razoavel, mandando porém designa-los como aprendizes mancebos, para não serem confundidos com os externos.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Corte.

N. 211. — FAZENDA. — Em 17 de Maio de 1862.

Resolvendo duvidas na cobrança do imposto de 2 % da dizima de chancellaria em vista da Lei de 27 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1862.

Em solução á consulta que faz em seu officio de 13 de Setembro ultimo o Administrador da Mesa de Rendas de Cabo Frio se é ou não devido o imposto substitutivo da dizima da Chancellaria, que se acha averbado em uma causa, na qual uma das partes appellou, mas não fez seguir a appellação, e no caso de negativa, qual deva ser o seu procedimento em relação á escripturação de taes causas nos livros respectivos: haja V. S. de declarar ao referido Administrador o seguinte: Se a causa foi intentada e a sentença proferida antes de estar em execução a Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, é obvio que deve ser pago o imposto, e na razão de 2 %, porque houve sentença que passou em julgado, não seguindo a appellação.

Se, porém, a causa foi intentada depois da execução da dita Lei não é devida a multa substitutiva, porque não teve effeito a appellação interposta, sobre a qual sómente assenta esse imposto.

Quanto à escripturação neste ultimo caso, basta que nos respectivos livros seja notada a data do despacho que julgou perempto o recurso.

Deus Guarde a V. S. — *José Maria da Silva Paranhos.* —
Sr. Director Geral interino das Rendas.

N. 212.—IMPERIO.— Aviso de 19 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Pará declarando que o pagamento da congrua ao Vigario da extincta Freguezia de Curuçá, de que trata o Aviso de 4 de Junho do anno passado, deve ser feito até que elle seja collado em outra Igreja ou beneficio ecclesiastico.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Accuso recebido o officio de V. Ex. de 5 de Fevereiro ultimo ao qual acompanháráo copias dos papeis relativos ao pagamento das congruas do Padre Felix Vicenta do Leão, Vigario collado da Freguezia de Curuçá, extincta por acto da Assembléa Legislativa dessa Provincia, mandadas abonar por Aviso deste Ministerio de 4 de Junho do anno passado, e ultimamente recusadas pela Thesouraria de Fazenda sob o fundamento de que, tendo esse Padre sido nomeado Parocho encomendado da Freguezia do Capim, da qual pedira exoneração, não tinha mais direito ás mesmas congruas; por isso que aquelle Aviso as mandou abonar até que elle obtivesse outra Parochia ou beneficio ecclesiastico.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que o referido Parocho tem direito ás suas congruas enquanto não fór collado em outra Igreja ou beneficio ecclesiastico, pois que é este o sentido da decisão do citado Aviso, a qual erradamente applicou a Thesouraria á commissão que elle renunciou, aliás por motivos ponderosos, e com o proposito de brevemente concorrer a uma Igreja que já se acha vaga, segundo expõe o Bispo diocesano na informação que deu a V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Tildesonso de Souza Ramos.*
Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 213.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que, segundo o Aviso de 20 de Agosto de 1851, não compete a um Juiz de Direito annullar um processo, sendo por meio de recurso, e instaurar novô pela razão de haver sido organizado por Juiz incompetente.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 19 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} o Ex.^{mo} Sr.—Levei á Alta Presença de Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 3 de Janeiro ultimo, em que V. Ex. expõe que, tendo em 1852 o Subdelegado de Policia de Guarapuava Antonio de Sá Camargo despachado uns autos crimes, em que era réo de homicidio José do tal, para que fossem remettidos ao Juiz Municipal, visto ter sido o delicto commettido em lugar pertencente então ao Termo de Castro, que se considerava Municipio fronteiro, consultára a V. Ex. o referido Sá Camargo, que ultimamente exercia o cargo interino de Juiz de Direito, e á quem forão remettidos o processo e o réo, que tinha sido capturado; 1.^o Se estava legalmente formado o dito processo, e, neste caso, se tal crime podia ser julgado por elle, não obstante o despacho que proferira como Subdelegado; 2.^o Se, defeituoso todo o processo, devia ordenar que fosse outro começado de novo.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o Parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Decidir que acertadamente respondeu V. Ex. á referida consulta, declarando que deveria, apezar do despacho, que o mencionado Camargo proferira no processo, julga-lo como entendesse do direito, facultando ás partes os recursos, que coubessem para os Tribunaes Superiores, nos termos do Aviso de 7 de Fevereiro de 1856, visto não competir-lhe, segundo o Aviso de 20 de Agosto de 1851, annullar o processo, não sendo por meio de recurso, e instaurar novo pela razão de haver sido organizado por Juiz incompetente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 214.—GUERRA.—Aviso de 19 de Maio de 1862.

Determinando que os vivos das fardas do Corpo de Artilharia, do Amazonas sejam d'ôr em diante de cor carmesim, em vez de azul claro de que usão.

Ill.^{mo} o Ex.^{mo} Sr.—Convindo harmonisar os uniformes do Corpo de Artilharia dessa Provincia com os dos mais Corpos

da mesma arma, de ordem de Sua Magestade o Imperador declaro a V. Ex. que os vivos das fardas desse Corpo, que são de côr azul claro, devem d'ora em diante ser de carmesim.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 213.—GUERRA.—Em 19 de Maio de 1862.

Declarando que aos Facultativos encarregados das enfermarias militares compete a extracção de dentes, das praças que necessitarem dessa operação.

2.ª Directoria Geral. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Maio de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Tendo-se declarado por Aviso deste Ministerio, dirigido á Presidencia da Provincia do Piahy, em data de 20 de Agosto do anno proximo passado, para conhecimento do Conselho economico do Corpo de Guarnição daquella Provincia, que a despeza com barbeiros para a enfermaria militar, só deve ser admittida em casos mui raros, visto que as operações cirurgicas, e as mais ordinarias, devem ser praticadas pelos Facultativos e enfermeiros; claro fica que a extracção de dentes das praças que necessitarem dessa operação, compete aos Facultativos encarregados das mesmas enfermarias: o que declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio n.º 52 de 28 de Fevereiro ultimo, a fim de o fazer constar ao Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, cuja representação sobre esse objecto acompanhou o mencionado officio dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 216.—FAZENDA.—Em 20 de Maio de 1862.

A meia siza da transferencia de escravos deve ser paga na Estação do lugar onde fôr lavrada a respectiva escriptura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Maio de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Municipio da Córte que o Tribunal do Thesouro indeferiu o re-

curso de José Pereira de Faro, visto que a meia siza dos duzentos e vinte nove escravos que forão transferidos ao recorrente por escriptura publica lavrada nesta Côrte, deve ser paga nessa Recebedoria, em face da disposição do art. 6.º do Decreto de 28 de Novembro de 1860, e não na Col-lectoria Provincial em Valença, Municipio da Provincia do Rio de Janeiro, sem embargo de pertencerem os ditos escravos a uma Fazenda situada no referido Municipio de Valença.—
José Maria da Silva Paranhos.

N. 217.—FAZENDA.—Em 20 de Maio de 1862.

A meia siza da transferencia de escravos a titulo oneroso deve ser paga na Estação Fiscal do lugar em que se lavrar a escriptura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Rogo a V. Ex. se sirva declarar ao Tabellião interino de Notas desta Côrte Carlos Frederico Marques Perdigão, que, em face da disposição terminante do Decreto de 28 de Novembro de 1860, a meia siza proveniente da transferencia de escravos a titulo oneroso deve ser paga na Estação Fiscal do lugar em que se houver celebrado a escriptura do respectivo contracto; visto como o sobredito Tabellião entende que o dito imposto póde ser pago em qualquer Estação Fiscal, não obstante o disposto no art. 6.º do citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Francisco de Paula da Negreiros Sayão Lobato.

N. 218.—FAZENDA.—Em 21 de Maio de 1862.

Formalidade que se deve guardar nas desapropriações por utilidade publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Em resposta ao Aviso desse Ministerio de 18 de Dezembro de 1860 declaro a V. Ex., que o meio de promover a aquisição do predio em que se acha estabe-

Decisões do Governo. 22

lecido o Internato do Imperial Collegio de Pedro Segundo, sobre o qual pende litigio, é a desapropriação judicial depositando-se a respectiva importancia na fôrma da Ord. L. 4.º, Tit. 6.º princ. e § 1.º para ser levantada por quem de direito fôr. Não havendo, porém, disposição especial que autorise essa medida, convém, para que se observe a Lei n.º 353 de 12 de Julho de 1845, art. 11, que por meio de um Decreto, se declare de utilidade publica a desapropriação do dito predio.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. José Hedefonso de Souza Ramos.

N. 219.—FAZENDA.—Circular em 21 de Maio de 1862.

Descontos das gratificações e porcentagens de exercicio effectivo nos dias santos e feriados intercalados entre os dias de falta que o Empregado der.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devida execução, que não se deve contar, para o desconto das gratificações ou porcentagens de effectivo exercicio, os dias santos ou feriados que se seguirem aos dias em que os Empregados faltarem ás Repartições por motivo justificado, salvo se aquelles, em que não ha obrigação de comparecer ao trabalho, se acharem intercalados entre os dias de falta, porque então vigora a doutrina da Circular n.º 26 de 14 de Janeiro de 1860, que fica assim modificada.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 220.—FAZENDA.—Em 21 de Maio de 1862.

A doutrina do Decreto de 31 de Março de 1860, com referencia ao art. 43 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, não é applicavel ás gratificações dos Empregados da Secção de Substituição da Caixa da Amortização.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1862.

Communico a V. S., para sua intelligencia e execução, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com o parecer

de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 31 de Março ultimo, tomado sobre o requerimento de Antonio José Bordini, trocador da Secção de Substituição de notas da Caixa da Amortização: Houve por bem, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 26 de Abril proximo findo, Declarar que a doutrina do Decreto n.º 2.567 de 31 de Março de 1860 com referencia ao art. 43 do de 29 de Janeiro de 1859, n.º 2.343, não é applicavel ás gratificações dos Empregados da dita Secção de Substituição, salvos os casos de impedimento não justificavel; porque, sendo os vencimentos dos Empregados da mesma Secção concedidos sob o titulo de gratificações, e dispondo o citado Decreto n.º 2.567 que as gratificações e porcentagens dos Empregados das Repartições de Fazenda só são devidas pelo effectivo exercicio, salvos os casos de impedimento por serviço gratuito, a que os mesmos sejam obrigados por Lei ou por ordem superior; ficarião os referidos Empregados assim reduzidos á condição de meros jornalheiros, o que nem se casa com a importancia e responsabilidade das funcções que exercem, nem com o espirito dos Decretos que aposentarão o 1.º Escripturario daquela Repartição, João José da Costa e o Ajudante do Thesoureiro João Salerno Toscano de Almeida.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos.*—
Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 221.—FAZENDA.—Em 23 de Maio de 1862.

Resolve duvidas sobre a liquidação, reconhecimento e inscripção de dividas passivas do Estado anteriores ao anno de 1827.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1862.

Tendo Sua Magestade o Imperador Mandado ouvir a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre duvidas suscitadas no Thesouro Nacional ácerca do reconhecimento de algumas dividas da Provincia de Mato Grosso, anteriores ao anno de 1827, foi-lhe para esse fim expedido o Aviso de 6 de Novembro do anno passado, em que se consultou especialmente á Secção:

1.º Se o Thesouro tem direito de liquidar a divida já inscripta nas Thesourarias de Fazenda á vista dos arts. 5.º, 6.º, 7.º, 13 e 14, e sobretudo dos arts. 15 e 38 da Lei de 13 de Novembro de 1827, não obstante o art. 21 da Lei n.º 623 de 17 de Setembro de 1831.

2.º Se as dividas menores de 400\$000 que algumas Thesourarias, e principalmente a de Mato Grosso, entenderão não poder inscrever, mas de que passarão conhecimento em resultado da liquidação a que procederão, podem soffrer no Thesouro nova liquidação.

3.º Se liquidada, reconhecida e inscripta uma divida na forma da Lei de 13 de Novembro de 1827, e feita a emissão de apolices, será ainda licito ao Thesouro instituir qualquer exame sobre sua legalidade, ou só lhe ficará o direito regressivo contra os Empregados que a liquidarão, reconhecerão, inscreverão e emitirão apolices em seu pagamento, no caso de mal haverem procedido.

4.º Se será necessario pedir ao Poder Legislativo a alteração do § 13 do art. 11 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, e em que sentido, ou se a disposição desse paragrapho é sufficiente para que o Thesouro reconheça e pague, nos termos nelle prescriptos, as dividas passivas anteriores a 1827, cujo pagamento se reclama.

5.º Se está revogado o art. 212 do Regimento de Fazenda de 17 de Outubro de 1516, que prohibio a expedição das certidões de dividas pelo Regimento dos contos de 3 de Setembro de 1627, art. 71, e Resolução de 23 de Fevereiro de 1671.

Quanto ao 1.º quesito, foi a Secção de opinião que, examinados os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 13, 14, 15 e 38 da Lei de 13 de Novembro de 1827, delles não se pôde deduzir disposição tão expressa que autorise a reconhecer nas casas de Fazenda das Provincias a faculdade exclusiva de liquidarem e legalisarem suas dividas especiaes anteriores a 1827, independentemente da liquidação e legalisação feita no Thesouro Nacional; antes parece á mesma Secção que a mente do legislador foi deixar sempre ao Thesouro a legalisação final de taes dividas; sendo que, a entender-se de modo contrario, poder-se-hia crer que a citada Lei de 1827 alterou a terminantissima disposição do art. 170 da Constituição, que deu ao Tribunal do Thesouro exclusivamente a administração, arrecadação e contabilidade da receita e despesa da Fazenda Nacional, em reciproca correspondencia com as Thesourarias e autoridades das Provincias do Imperio.

Quanto ao 2.º quesito, que, respondido affirmativamente o 1.º, a mesma resposta cabe dar ao 2.º, salvo o recurso para o Poder Legislativo.

Quanto ao 3.º quesito, que a conversão da divida exigivel em renda de apolices, sendo uma novação imposta pela Lei, extingue a obrigação primitiva e importa pagamento. Que, suppondo o pagamento uma obrigação real, sem o que é elle nullo e de nenhum effeito, tem neste caso o devedor, que pagou, direito inquestionavel de repetir, assim como o credor

que recebeu a obrigação de restituir; e, que portanto, pagando o Estado por erro, ou uma obrigação que não existia, ou á pessoa a quem não se devia, ha lugar a *conditio indebiti*, a repetição do que se pagou indevidamente.

Quanto ao 4.º quesito, que é elle sufficiente para habilitar o Poder Executivo a proceder *ex æquo et bono* em todas as questões relativas ás dividas do que se trata, não sendo necessario pedir ao Poder Legislativo a alteração do disposto no § 15 do art. 11 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860.

Quanto, finalmente, ao 5.º quesito: 1.º, que a Constituição deu nova organização ao modo por que a receita e despesa do Estado deve ser administrada no Imperio; 2.º, que o Thesouro Nacional foi alterado pela Lei em sua organização, e nem existem hoje as differentes estações a que se refere este quesito, sendo outrosim inteiramente differentes as circumstancias financeiras, em que se achou o Thesouro Nacional, quando foi promulgada a Lei de 1827, que decretou a liquidação da divida Nacional; 3.º, que é do mais impericso dever do legislador acautelar os dinheiros publicos, e tomar todas as medidas indispensaveis para evitar a fraude e abusos que soem praticar-se em prejuizo do mesmo Thesouro, como são previstos no Aviso de 26 de Janeiro de 1832; que, portanto, deve-se considerar revogado o cap. 71 do Regimento dos Contos e a Resolução de 23 de Fevereiro de 1671, que o confirmou, e prevalecer a que determina o citado Aviso de 26 de Fevereiro de 1832, que recommendou a execução do cap. 212 do Regimento de Fazenda de 17 de Outubro de 1516.

E Havendo Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 7 do corrente, Conformado-Se com este parecer da Secção, assim o communico a V. S., prevenindo-o de que o Governo Imperial deliberou nomear uma Commissão composta do Conselheiro Luiz Antonio de Sampaio Vianna, Director Geral da Tomada de Contas, como Presidente, do Conselheiro Antonio José de Bem, Contador da 2.ª Contadoria da Directoria de Contabilidade, e do Dr. João Cardozo de Menezes e Souza, Procurador Fiscal interino do Thesouro, para, nos termos do parecer que fica acima resumido, examinar os respectivos processos, e ouvindo ás partes interessadas, se assim fór preciso, propôr o quantitativo que se deva pagar a cada reclamante, procedendo a uma avaliação *ex æquo et bono* como indica a Secção, nos casos em que não seja possivel uma rigorosa apreciação dos titulos originarios, nem razoavel a exigencia de formalidades, que deixassem de ser preenchidas pelos primeiros possuidores de taes titulos.

Deus Guarde a V. S.—*José Maria da Silva Paranhos*.—
Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 222. — IMPERIO. — Aviso de 27 de Maio de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, approvando a decisão que deu, de dever ser convocado para o Conselho Municipal de Recurso da Limeira o Vereador immediato em votos ao Presidente da Camara Municipal.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex., n.^o 21 de 9 do corrente mez, declaro que mereceu a approvação do Governo Imperial, por ser conforme ao Aviso n.^o 57 de 22 de Março de 1847 § 1.^o, e a varias outras decisões do mesmo Governo, a resposta por V. Ex. dada ao Juiz Municipal Presidente do Conselho de Recurso da Villa da Limeira, approvando a deliberação que elle tomára de convocar para fazer parte do mesmo Conselho o Vereador immediato em votos ao Presidente da Camara Municipal em lugar do Presidente, visto que este, sendo o Juiz de Paz mais votado, não podia fazer parte do referido Conselho, embora tivesse deixado de presidir á Junta de qualificação de volantes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 223. — GUERRA. — Aviso de 27 de Maio de 1862.

Mandando entregar ao Agente de compras do Arsenal de Guerra da Córte a importancia dos descontos que se houverem de fazer nos jornaes dos Artifices destacados no Laboratorio do Campinho.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Maio de 1862.

Fique Vm. na intelligencia de que a importancia dos descontos, que se houverem de fazer nos jornaes dos Artifices destacados no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, em virtude do art. 12 do Regulamento n.^o 113 de 3 de Janeiro de 1842, segundo a relação que no 1.^o de cada mez lhe remetterá o Director do referido Estabelecimento, deverá ser entregue por essa Repartição ao Agente do Arsenal de Guerra da Córte, na fórma das ordens, que nesta data são expedidas ao respectivo Director.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Porto Alegre.* — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 224.— GUERRA.—Aviso de 27 de Maio de 1862.

Approvando o jornal, que propõe para os Aprendizizes, que passarão na qualidade de mancebos das Companhias de menores para a Corpo de Artifices, cumprindo que se lhes dê a designação de mancebos Aprendizizes.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Maio de 1862.

Em solução ao officio dessa Directoria n.º 76 de 2 do corrente, propondo o jornal que se deve abonar aos Aprendizizes, que das Companhias de menores passarão na qualidade de mancebos para o Corpo de Artifices na fôrma do art. 12 do Regulamento n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, fique V. S. na intelligencia de que, á vista do que dispõe o art. 12 do citado Regulamento, approvo a referida proposta, cumprindo que se lhes dê a designação de mancebos aprendizizes, para haver assim harmonia com as disposições do Aviso de 16 do corrente.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Porto Alegre*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 225.—FAZENDA.—Em 27 de Maio de 1862.

Não se dá substituição entre os Officiaes e Amanuenses da Secretaria de uma Thesouraria de 1.^a Ordem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1862.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que foi indeferido o requerimento do Amanuense da mesma Thesouraria, Cyriaco Antonio dos Santos e Silva, pedindo os vencimentos da substituição do emprego de Official da respectiva Secretaria, que allega exercêr a durante o impedimento do serventuario effectivo, por quanto pertencendo o supplicante a uma Thesouraria de 1.^a Ordem, e não se dando substituição entre os Officiaes e Amanuenses da Secretaria, por constituirem uma mesma classe, nenhum fundamento tem a pretensão do supplicante.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 226. — FAZENDA. — Em 27 de Maio de 1862.

Não são sujeitas a direitos de 5 % as gratificações temporarias por serviços extraordinarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Rio de Janeiro, que o Tribunal do Thesouro approvou o seu acto mandando restituir ao Bacharel Sebastião Machado Nunes a quantia de 61\$110 réis dos direitos de 5 % que pagou pela gratificação temporaria que lhe fôra concedida para examinar as Colonias da Provincia de S. Paulo; visto como das gratificações de faes commissões não são devidos os referidos direitos, conforme está declarado pela Resolução de Consulta de 26 de Abril proximo findo e Aviso de 13 do corrente mez.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 227. — FAZENDA. — Circular em 27 de Maio de 1862.

Empregos das Thesourarias nos quaes tem lugar a substituição do serventuario effectivo impedido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1862.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que os empregos da Secretaria e Contadoria, nos quaes tem lugar a substituição do serventuario effectivo impedido, pelo Empregado da respectiva Repartição de categoria immediatamente inferior, são os seguintes: nas Thesourarias de 1.^a Ordem o de Inspector que é substituido pelo Contador, o de Contador pelo Chefe de Secção e o deste pelo 1.^o Escripturario, e o de Official Maior pelo Official da Secretaria, formando os de Escripturarios da Contadoria, os de Officiaes e Amanuenses da Secretaria e os de Praticantes uma só classe na qual não se dá substituição para o effeito da percepção de maior vencimento: e nas Thesourarias de 2.^a Ordem o de Inspector que é substituido pelo Chefe de Secção, e o deste pelo 1.^o Escripturario, e o de Official da Secretaria, que a rego sob a direcção do Inspector, pelo Amanuense.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 223. — FAZENDA. — Em 27 de Maio de 1862.

Que o Patrão de um escaler do serviço do Estado, em tratamento na enfermaria militar, não tem direito a percepção dos seus vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1862.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 237 de 27 de Novembro ultimo, e de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 10 de Janeiro do corrente anno, que bem duvidou a mesma Thesouraria da legalidade da deliberação da respectiva Presidencia em mandar pagar ao Patrão de um escaler a quantia de 8\$400 proveniente dos vencimentos correspondentes a sete dias em que esteve doente na Enfermaria Militar da Cidade do Rio Grande, por não ter elle direito a uma retribuição sem trabalho, e nem poder ficar de melhor partido do que as praças do exercito que perdem soldo e etape quando doentes nos Hospitales e Enfermarias Militares, em virtude do que o mesmo Ministerio resolveu mandar indemnizar os cofres publicos da dita quantia, indevidamente paga.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 229. — FAZENDA. — Em 28 de Maio de 1862.

As obras que se fizerem nos proprios nacionaes correm por conta do Ministerio que os tiver a seu serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1862.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul, em resposta ao seu officio n.º 53 de 10 de Março proximo passado, que o credito pedido para as despesas da construcção do muro que deve fechar o terreno pertencente ao Estado, entre o Palacio da Presidencia e a casa da Assembléa Legislativa dessa Provincia, deve ser autorizado pelo Ministerio do Imperio, por quem semelhante despesa foi autorizada, e a cujo serviço está o proprio nacional que serve de Palacio da Presidencia, do qual o mesmo terreno é dependencia.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 230. — FAZENDA. — Em 28 de Maio de 1862.

As despesas com as obras de que precisarem os proprios nacionaes correm por conta do Ministerio a cujo serviço estiverem os ditos proprios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em consequencia do officio de V. Ex. de 18 de Fevereiro do corrente anno, pedido a este Ministerio em officio de 10 de Março ultimo o credito de 1:269\$312 réis, sob a rubrica — Obras do Ministerio da Fazenda —, para a continuação de um muro que deve fechar o terreno pertencente ao Palacio dessa Presidencia, e que fica entre o mesmo Palacio e a casa da Assembléa Provincial: declaro a V. Ex. que a autorisação do dito credito compete ao Ministerio do Imperio, por cuja conta deve correr a dita despesa, não só porque foi esta por elle autorizada, como porque, estando o Palacio ao serviço daquelle Ministerio, pertence-lhe qualquer despesa que se tenha de fazer, nos termos do art. 12, § 4.^o da Lei n. 1.114 de 27 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 231. — GUERRA. — Aviso de 28 de Maio de 1862.

Declarando que bem procedeu a Thesouraria da Fazenda em reduzir o vencimento do Artifice Espingardeiro do 1.^o Regimento de Artilharia a cavallo Luiz Pedro de Souza ao que dispõe a tabella de 28 de Março de 1825.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Havendo V. Ex. submettido ao conhecimento do Governo, com officio n.^o 146 de 24 de Abril ultimo, a representação do Commandante do 1.^o Regimento de Artilharia a cavallo, relativa aos vencimentos do Artifice Espingardeiro do mesmo Corpo Luiz Pedro de Souza, convém que V. Ex. faça constar ao referido Commandante que os vencimentos das praças do Exército só podem ser alterados por lei, e que por isso bem procedeu a Thesouraria, reduzindo o soldo do sobredito espingardeiro ao que dispõe a tabella de 23 de Março de 1825, cumprindo porém que V. Ex. recomende

à Thesouraria que não exija a restituição do excesso que indevidamente se pagou pelo haver aquella praça recebido em boa fé.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 232.—GUERRA.—Aviso de 30 de Maio de 1862.

Approvando a providencia tomada pelo Thesouro Nacional quanto a mandar abonar a dous repetidores da Escola Central, que regêrão uma cadeira subdividida em duas turmas, os vencimentos de repetidores e uma gratificação igual á de lente, ficando esta medida estabelecida como regra para casos identicos.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao Aviso desse Ministerio de 20 do corrente, relativamente aos vencimentos dos dous Repetidores da Escola Central, que regêrão uma cadeira, que se achava subdividida em duas turmas, accumulando tambem o exercicio da repetição, cumpre-me significar a V. Ex.^a que me conforme com a resolução, que o Thesouro Nacional tomou de lhes mandar abonar os seus respectivos vencimentos de Repetidores e uma gratificação igual á de lente, ficando essa medida estabelecida como regra para casos identicos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Visconde de Albuquerque.

N. 233. — FAZENDA. — Em 31 de Maio de 1862.

Não são sujeitos ao sello, para produzirem os seus effeitos, os passes de navios e bilhetes de praticagem dados pelas Capitánias dos portos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, em deferimento a pretensão de varios proprietarios e consignatarios de navios da Cidade de Paranaguá, que os passes dados aos navios despachados e os bilhetes de

praticagem expedidos pela Capitania do Porto não estão sujeitos ao imposto do sello para poderem produzir o seu effeito, porque são os ditos papeis do expediente das Capitánias dos Portos e indispensaveis para o desembaraço e sahida das embarcações.

Visconde de Albuquerque.

N. 234.— FAZENDA.— Em 31 de Maio de 1862.

Os passes e bilhetes de praticagem, expedidos pelas Capitánias dos portos não estão sujeitos a sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Communico a V. Ex. para os fins convenientes, que deferindo o requerimento, que acompanhou o officio de V. Ex. n.º 13 de 28 de Março ultimo, de varios proprietarios e consignatarios de navios, declaro nesta data á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que os passes e os bilhetes de praticagem expedidos pela Capitania do Porto não estão sujeitos ao imposto do sello para poderem produzir o seu effeito, por serem papeis do expediente das Capitánias, e indispensaveis para o desembaraço e sahida das embarcações.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque.* — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 235.— FAZENDA.— Em 31 de Maio de 1862.

Sello de requerimentos despachados pelos Juizes de Paz quando apresentados fóra do Juizo dessas autoridades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 142 de 24 de Dezembro ultimo, que approva a sua decisão de que os requerimentos despachados pelos Juizes de Paz, isentos de sello na fôrma do § 14 do art. 85 do Regulamento de 26

de Dezembro de 1860, devem ser sellados, quando as partes tiverem de usar delles juntando-os a outros requerimentos para qualquer fim fóra do Juizo de Paz, devendo o sello ser pago antes da juntada, conforme o disposto no art. 59, § 3.º do citado Regulamento.

Visconde de Albuquerque.

N. 236.—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.

Impressão de Leis que não prejudicão o privilegio da Typographia Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Communico a V. Ex., para fazer constar ao Bacharel Vicente Ferreira Gomes, Juiz de Direito da Comarca do Aracaty, que foi por este Ministerio deferido o requerimento do supplicante, que acompanhou o Aviso do Ministerio da Justiça de 7 do corrente, no qual pedia permissão para mandar imprimir e publicar um repertorio contendo a parte da legislação, cuja execução incumbe aos Juizes Municipaes e Orphãos, Promotores Publicos, Delegados e Subdelegados de Policia; visto como a impressão que o supplicante pretende fazer, achando-se comprehendida na disposição do art. 1.º, paragrapho unico do Decreto n.º 2.491 de 30 de Setembro de 1859, não prejudica o exclusivo da Typographia Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 237.—FAZENDA.—Em 31 de Maio de 1862.

Procedimento que cabe a uma Thesouraria quando lhe forem apresentadas guias de militares com abonos indevidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Por officio de 11 de Junho do anno proximo passado submetteu V. Ex. á decisão deste Ministerio a seguinte occurrencia:

Abonára a Thesouraria de Santa Catharina ao Tenente do Batalhão de Caçadores de Goyaz, João Damasceno Albuquerque, ao partir para o seu posto, além da ajuda de custo, a

quantia de 72\$, a título de forragens da sua montada e de uma besta de bagagem. Reconhecendo essa Presidencia, de accordo com a informação da respectiva Thesouraria, não ser regular a concessão de forragens para animaes de bagagem, ordenára que se descontasse ao dito official pela 5.^a parte do seu soldo a importancia que de mais houvesse recebido. Ao que oppôz a dita repartição a sua incompetencia para revogar os actos de outra Thesouraria.

Cabe-me responder a V. Ex., de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 28 de Setembro ultimo, que bem procedeu a dita Thesouraria expondo a V. Ex. aquella duvida, pois que seria inconveniente estabelecer como regra que as Thesourarias tem direito de impugnar reciprocamente os seus actos; devendo, entretanto, descontar-se ao referido official pela fórma indicada a importancia da forragem indevidamente abonada.

E como importa remediar em tempo a taes enganos, cumpre que a Thesouraria dê immediatamente conhecimento á Directoria Geral de Contabilidade daquelle Ministerio dos que forem encontrados nas Guias que lhe apresentarem, para se providenciar como convier.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N. 238.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Aviso de 31 de Maio de 1862.

Manda estabelecer mais duas paradas na estação de S. Francisco Xavier pelos trens de passageiros n.^{os} 2 e 3 da estrada de ferro de D. Pedro II.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.^a Secção.—
N. 30.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1862.

A vista da informação que prestou o Engenheiro Fiscal do Governo na estrada de ferro de D. Pedro II em officio datado de 6 do corrente, sobre o requerimento em que os moradores de S. Francisco Xavier e seus arredores pedem que todos os trens de passageiros parem na estação deste nome, sirva-se V. S. de dar as providencias precisas para que na dita estação se estabeleção mais duas paradas pelos trens n.^{os} 2 e 3, além das duas que ora fazem os trens n.^{os} 5 e 6.

Deus Guarde a V. S.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 239.—GUERRA.—Aviso de 2 de Junho de 1862.

Providenciando quanto á applicação que deve ter o producto do arrendamento de terras pertencentes ao Presidio de Fernando de Noronha, autorisado por Aviso de 15 de Dezembro de 1859.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Por informação do Commandante do Presidio de Fernando de Noronha consta que o producto de arrendamento de terras, autorisado por Aviso de 15 de Dezembro de 1859, tem sido utilizado para despezas do mesmo Presidio. Não é isso regular, porque nenhum ramo de receita pôde ser applicado para esta ou aquella despesa, e tem de entrar nos cofres publicos, ou no paragrapho competente, ou como renda extraordinaria. Cumpre, pois, que V. Ex.^a expeça ordem a Thesouraria da Fazenda para que tome conhecimento disto mesmo, e regule a maneira por que deve ser arrecadado o escripturado aquelle producto, embora fique á disposição do Commandante do Presidio, mas como supprimento ou movimento de fundos, e não como despesa a annullar, para que nos balanços annuaes appareça aquella verba de receita integralmente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 240.—JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que o Juiz absolvido não necessita ver decorridos os oito dias, que a parte accusadora tem para appellar, a fim de que possa entrar em exercicio.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente ao Alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio em que essa Presidencia expõe que, tendo o Bacharel Custodio Rodrigues de Moura, per motivos ponderosos, requerido a responsabilidade do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo do Mar de Hespanha, Bacharel Zeferino de Almeida Pinto, pelo que foi pronunciado este como incurso nas penas dos arts. 133, 154 e 159 do Código Criminal, sendo depois absolvido pelo Juiz de Direito interino o Juiz Municipal da Pomba sem attenção ás provas que existião, passara o referido

Juiz Municipal do Mar de Hespanha, logo depois de absolvido, a exercer as funcções de Juiz de Direito, e posteriormente as do seu cargo, o que pareceu ao mencionado Bacharel Moura contrario á Lei, em vista das disposições do art. 174 do Código do Processo e Avisos de 11 de Julho de 1842 e 3 de Março de 1849, que suppõe a absolvição passada em julgado. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem, Conformando-se com o Parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Decidir que, segundo o art. 174 do Código do Processo, combinado com os arts. 84 da Lei de 3 de Dezembro, e 430 § 3.º e 459 do Regulamento n.º 120, o Juiz absolvido não necessita ver decorridos os oito dias, que a parte accusadora tem para appellar, a fim de que possa entrar em exercicio, porque, quando se der a appellação, ella não traz o effeito suspensivo; nenhuma applicação tendo á especie proposta os Avisos de 11 de Julho 1842 e 5 de Março de 1849, que se referem ao caso de suspensão anterior ao processo, a qual só cessa por virtude da sentença passada em julgado. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 241.— JUSTIÇA.— Aviso de 3 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.— Declara que ao Juiz Municipal, na revisão da pronuncia dos processos crimes, cumpre sómente sanar as faltas que induzem nullidades, e proceder ás diligencias que forem precisas para esclarecimento da verdade e ratificação do processo.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.— Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de 15 de Setembro do anno passado, em que V. Ex. deu conta da representação que lhe dirigio João do Rego Almeida contra o 3.º supplente do Juiz Municipal do Termo de Maranguape, Estevão José de Almeida, pelo facto de haver declarado nullo, no acto de rever a pronuncia proferida pelo Subdelegado de Policia, um summario crime sob o fundamento de ter sido dada a queixa, que o provocou, por falso procurador e não haver precedido a licença recommendada pelo art. 92 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. Manda declarar que bem resolveu V. Ex., decidindo—que o procedimento do referido Juiz era irregular e contra a Lei, que não permite por taes fundamentos a nullidade do pro-

cesso na revisão da pronuncia pelo Juiz Municipal, cumprindo-lhe sómente sanar as faltas que induzem nullidades e proceder á quaesquer diligencias que forem precisas para esclarecimento da verdade e ratificação do processo.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 242 — JUSTIÇA.— Aviso de 3 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.— Decide duvidas á respeito do Decreto n.º 1.090 do 1.º de Setembro de 1860.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Tendo o Delegado de Policia de Baturité consultado a essa Presidencia se devia, ou não, á vista do Decreto n.º 1.090 do 1.º de Setembro de 1860, ser julgado improcedente um summario instaurado *ex-officio* por crime de ferimentos leves não tendo o delinquente sido preso em flagrante; ao que respondera V. Ex., como o communicou em officio de 29 de Julho do anno passado, que a razão de se não admittir hoje por taes crimes o procedimento official é fundamento plausivel para se julgar por tal motivo improcedente o summario instaurado segundo a legislação anterior, salvo se o criminoso fôr preso em flagrante, ou o offendido pessoa miseravel—casos em que, nos termos dos arts. 73 e 74, § 6.º do Codigo do Processo, que não forão alterados pela nova Lei, é fundada a competencia da Justiça publica para proceder naquelles crimes em que em regra sómente se admittie a acção particular do offendido; Houve por bem Sua Magestade o Imperador Mandar approvar a mencionada decisão, dada por V. Ex., convindo accrescentar que, depois do Decreto citado, o procedimento official pelo crime de ferimentos leves continúa a ter lugar quando o offendido fôr empregado publico, conforme o disposto no art. 2.º, § 3.º do Decreto em questão.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 243.—JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Declara que um Juiz Municipal supplente, que é ao mesmo tempo Procurador da Matriz e Administrador dos bens do Orago, não pôde dar decisão que diga respeito á mesma Matriz ou bens do Orago.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 14 de Junho do anno passado, communicando que o Vigario da Freguezia de Pedro Segundo consultára:—Se são incompativeis os cargos de Juiz Municipal supplente, sempre em effectividade, e de Procurador da Matriz e Administrador dos bens do Orago—; e o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar que bem resolveu V. Ex. respondendo que—com quanto não haja disposição especial que declare incompativeis esses cargos, em vista do Aviso de 4 de Junho de 1847 não pôde esse Juiz dar decisão que diga respeito á Matriz ou bens do Orago, devendo em tal caso julgar-se impedido por suspeito, e passar o exercicio ao seu immediato.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 244.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Decide que a suspensão, administrativamente imposta, deve subsistir em quanto não findar, por sentença passada em julgado, qualquer processo de responsabilidade.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo essa Presidencia, em officio de 12 de Junho do anno findo, consultado se a suspensão, administrativamente imposta á um funcionario publico em virtude de factos, que, sendo submettidos á processo, são pelo Juizo competente julgados improcedentes, é considerada extinta por esta decisão, ou se pôde continuar a subsistir até que a mesma decisão seja confirmada pela Relação do Districto, á qual deve ser *ex-officio* levado o processo, ou ainda além da decisão desse Tribunal; Houve Sua Magestade o Imperador por bem Mandar declarar a V. Ex. que semelhante questão está resolvida pelos Avisos n.^o 76 de 11 de Julho de 1842 e

n.º 59 de 5 de Março de 1849, que decidirão que a suspensão, administrativamente imposta, acto á que é estranho o Juiz processante, deve subsistir em quanto não findar, por sentença passada em julgado, o processo de responsabilidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 245. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Dá providencias á respeito da eleição de Juizes de Paz das Freguezias de S. José dos Indios e Nossa Senhora da Luz.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, que foi ouvida sobre os officios dessa Presidencia, n.ºs 149 e 177 de 21 de Setembro e 10 de Dezembro de 1860, relativos ao facto de constituirem um só districto de Paz as duas parochias de S. José dos Indios e Nossa Senhora da Luz, estando ambas canonicamente providas, — Houve por bem Decidir por Sua Imperial Resolução de 24 de Julho do anno passado que esse facto é illegal, por isso que está em manifesta opposição com o que prescrevem as Leis de 15 de Outubro de 1827 e 19 de Agosto de 1846; o Manda que se proceda á eleição para Juizes de Paz de cada uma das Freguezias, considerando sem vigor a que se fez para ambas. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 246. — FAZENDA. — Circular em 4 de Junho de 1862.

Balancete trimestral da despeza do Ministerio da Justiça que as Thesourarias devem remetter a respectiva Secretaria de Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 19 do mez passado, ordena aos Srs. Ins-

pectores das Thesourarias de Fazenda que remettão á Secretaria do dito Ministerio, logo que termine cada um trimestre, o balancete das despesas effectuadas com os respectivos serviços.

Visconde de Albuquerque.

N. 247.—FAZENDA.—Circular em 4 de Junho de 1862.

As Thesourarias devem demonstrar desenvolvidamente a despesa cujo credito fór aberto sob responsabilidade da Presidencia da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que quando officiarem ao Thesouro communicando a abertura de creditos, sob responsabilidade das Presidencias, nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 2.884 do 1.º de Fevereiro do corrente anno, tanto por parte deste como dos mais Ministerios, devem fazer acompanhar os seus officios de uma demonstração desenvolvida da despesa autorisada por conta de cada rubrica, de modo que se possa avaliar cada uma das addições formadoras do credito total, e a natureza da despesa.

Visconde de Albuquerque.

N. 248.—FAZENDA.—Em 5 de Junho de 1862.

As contas correntes e certidões de divida contra os devedores fiscaes só pago, o sello de folha de autos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina em resposta ao seu officio n.º 23 de 26 de Março, que as contas correntes e certidões de divida extrahidas nas Repartições geraes e Provincias para a cobrança

judicial contra os responsaveis por dividas provenientes de alcances, impostos ou de outra qualquer origem, não estão sujeitas ao sello proporcional nem ao fixo de documento, mas devem pagar o sello de cem réis de folha de autos, averbando-se o sello nessas peças quando offerecidas pelo ministerio publico para ser pago opportunamente pela parte demandada se fôr condemnada; visto como dando-se identidade de disposição entre os arts. 36 do Regulamento de 10 de Julho de 1830 e 60 do de 26 de Dezembro de 1860, ora em vigor, deve ser observado o disposto na ordem do Thesouro n.º 58 de 19 de Fevereiro de 1853.

Visconde de Albuquerque.

N. 249. — JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Decide que, em um mesmo processo de responsabilidade, podem ser comprehendidos diversos funcionarios publicos quando forem có-réos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 5 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio datado de 19 de Julho ultimo, em que essa Presidencia submette á consideração do Governo Imperial a seguinte Consulta do Juiz de Direito da Comarca do Rio Pardo, n'essa Provincia: — Se, nos processos de responsabilidade em que forem compromettidos um Juiz e seu Escrivão, é permittido, segundo a natureza e qualidade dos factos criminosos, em sua maior parte annexos, englobar os delinquentes como nos processos communs, visto que o Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 é omisso a semelhante respeito. — E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem mandar declarar á V. Ex. que o Codigo do Proceŝso Criminal e o Regulamento n.º 120, quando tratão dos crimes de responsabilidade dos empregados publicos e fôrma do respectivo processo, nada dispondo, quanto á questão proposta, em contrario ao que se acha estabelecido ácerca dos processos por crimes communs, é claro que se deve seguir a regra, que se observa para estes processos e crimes; convindo, portanto, que em um mesmo processo de responsabilidade, sejam comprehendidos os funcionarios publicos, que como autores ou complices, tiverem parte no crime, que der lugar ao mesmo processo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 250.—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Decide que o denunciante pôde accusar e usar dos recursos e direitos permittidos a parte queixosa; e que os Promotores Publicos não podem accusar por conta da parte queixosa.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em resposta ao officio dessa Presidencia, datado de 10 de Maio do anno passado, em que V. Ex. sujeita á Consideração do Governo Imperial as seguintes questões apresentadas pelo Juiz de Direito da Comarca de Itapetininga: 1.^a se o denunciante pôde accusar e usar dos recursos e mais direitos permittidos á parte queixosa; 2.^a se o Promotor Publico pôde accusar por conta da parte queixosa, constituindo-se seu advogado ou procurador; cabe-me communicar a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, á cuja presença levei o referido officio, Houve por bem Decidir, quanto á 1.^a, que, pelo Aviso de 10 de Julho de 1834, foi expressamente declarado que a todos aquelles a quem é incumbido ou permittido denunciar os delictos tambem é imposta a obrigação ou dada a faculdade de promover a accusação e os mais termos do processo criminal; e quanto á 2.^a, que os Avisos de 21 de Novembro de 1835 e n.º 330 de 31 de Outubro de 1839 resolvem perfeitamente a consulta.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 251. — JUSTIÇA.—Aviso 6 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que os Advogados não estão sujeitos ás correções dos Juizes de Direito.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Levei á Augusta presença de Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 11 de Julho do anno passado, em que V. Ex. communicou ao Governo Imperial que, tendo sido multado em 20\$000 Polidoro do Amaral e Silva pelo Juiz de Direito da Comarca dessa Capital, em correção, com o fundamento de que, sendo Advogado, não comparecera á audiencia da abertura, nem apresentára escusa legal; recorrêra elle á essa Presidencia de um despacho, no qual o referido Juiz de Direito, indeferin-

do-lhe um requerimento, impuzera-lhe a obrigação de, sob multa de 100\$000, mostrar em Juizo a sua provisão. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem decidir que pela letra dos arts. 8.º, 9.º e 25 do Regulamento de 2 de Outubro de 1851, não estão os Advogados sujeitos ás correições dos Juizes de Direito; e outrossim que o Governo Imperial nenhuma providencia pôde tomar, quer quanto á pena disciplinar, imposta em correição ao mencionado Amaral, quer quanto ao processo de responsabilidade, que lhe foi instaurado.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.*

N. 252.—FAZENDA.—Em 6 de Junho de 1862.

Caso em que, em lugar de 30 0/0, só se deve cobrar 5 0/0 de direitos sobre a lotação dos benefícios de Parochos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas, em resposta ao seu officio n.º 8 de 19 de Fevereiro ultimo, transmittindo o recurso do Parocho collado da Freguezia do Claudio, João Teixeira Pinto, para não ser obrigado a pagar os direitos da lotação do seu beneficio na razão de 30 por cento, mas sim na de cinco; que o mesmo Tribunal, attendendo que a pratica seguida e confirmada pela ordem n.º 240 de 2 de Novembro de 1849 de cobrar dos Parochos collados os direitos de cinco por cento, porque se consideravão excluidos do disposto no § 3.º da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, deixou de subsistir pela Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, art. 12, § 5.º, que determinou que pagassem os direitos do § 3.º da referida tabella, isto é, trinta por cento; e considerando mais que as leis sobre impostos não devem ser ampliadas, mas entendidas em seu sentido restricto, devendo por isso a disposição do citado art. 12, § 5.º, da Lei n.º 1.114 ser applicavel unicamente aos Parochos, cujas apresentações nos seus beneficios tiverem lugar da data da mesma Lei em diante: resolveu neste sentido deferir o recurso do supplicante, que, segundo as informações dessa Thesouraria, obteve a carta de apresentação na Parochia do Claudio em 10 de Agosto de 1860 e entrou em exercicio a 16 de Setembro seguinte.

Visconde de Albuquerque.

N. 253.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco approvando a decisão que deu, de não poder exercer o cargo de Juiz de Paz do 2.º districto da parochia de Santo Antonio um cidadão que não fôra qualificado nella, embora o tivesse sido n'outra contigua.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. n. 64 de 28 de Maio proximo findo declaro-lhe que o Governo Imperial approva, por ser conforme aos Avisos n.º 97 de 20 de Abril de 1849 § 7.º, e n.º 151 de 4 de Abril de 1860, por V. Ex. citados no referido Officio, a decisão que V. Ex. deu á Camara Municipal dessa Cidade, declarando que o cidadão José Firmo Xavier, 2.º Juiz de Paz do 2.º districto da Parochia de Santo Antonio, não podia continuar no exercicio desso cargo, visto que não se achava qualificado votante da mesma Parochia quando para elle fôra eleito, não podendo de modo algum prevalecer a razão allegada pelo dito cidadão de ter sido qualificado n'outra Parochia embora contigua áquella.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 254.—GUERRA.—Aviso de 7 de Junho de 1862.

Declarando que fica dependente de nova authorisação em todos os exercicios o abono de vantagens militares e de gratificações em geral não comprehendidas em lei, feito por ordens especiaes.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Junho de 1862.

Fique Vm. na intelligencia de que todas as gratificações e vantagens militares e gratificações civis, que são abonadas por essa Pagadoria, por ordens especiaes, e que não estão comprehendidas em disposições de Lei ou Regulamentos ficão dependentes de novas authorisações em todos os exercicios.

Deus Guarde a Vm.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 255. — GUERRA. — Em 7 de Junho de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando que é desnecessario proceder-se pelo mesmo facto a novo Conselho de Investigação, ainda mesmo apparecendo novas provas.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 21 de Abril do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar de Justiça, para consultar o officio incluso, n.º 172, de 14 de Dezembro do anno proximo passado, do Presidente da Provincia do Piahy, e mais papeis annexos, em que se consulta, se, a despeito da Provisão de 23 de Janeiro de 1844, se póde mandar proceder pelo mesmo facto a novo Conselho de Investigação, quando o primeiro não pronuncia, quer quando se obtenhão novas provas, quer quando o parecer do primeiro Conselho não esteja de accordo com as provas dos autos, ou enfim quando, por qualquer motivo, não se conforme com elle a autoridade, que o mandou instaurar, como julga o dito Presidente ser de pratica, fundado na disposição da Provisão de 14 de Março de 1838 e doutrina do art. 135 § 3.º combinados com os arts. 149 e 327 do Codigo do Processo, e Avisos de 27 de Dezembro de 1855 e 30 de Janeiro de 1856.

Forão ouvidos sobre este assumpto o Auditor das Tropas, o Chefe de Secção da 2.^a Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra interino, os quaes derão os pareceres, que vão juntos, opinando o 1.º — que se póde mandar proceder pelo mesmo facto a novo Conselho de Investigação quando o primeiro não pronuncia; o 2.º — que a pratica, em casos taes, é submetter-se á decisão do Governo Imperial os processos dos Conselhos de Investigação, quando a autoridade, que manda convocar o Conselho, assim o julga necessario; e o 3.º — que não são permittidos novos Conselhos de Investigação sobre o mesmo facto. O que tudo visto e examinado: — Parece ao Conselho, que, em qualquer das hypotheses figuradas pelo Presidente da Provincia do Piahy, ainda mesmo apparecendo novas provas (porque estas deverão ser remittidas ao Conselho de Guerra) é desnecessario novo Conselho de Investigação, em face das Resoluções de Consulta de 28 de Maio e 4 de Junho de 1845, pelas quaes Vossa Magestade Imperial Houve por bem Decidir, que os Conselhos de Investigação sejam sempre submittidos á decisão dos Conselhos de Guerra, não só porque o art. 135 § 3.º do Codigo do Processo Criminal não fez dependente a jurisdicção e competencia dos Conselhos de Guerra do juizo affirmativo dos de Investigação, como porque, a admittir-se a intelligencia contraria, virião os Conselhos de Investigação a decidir por si só o que deve ser conjuncta-

Decisões do Governo.

mente pelos Conselhos de Guerra e por este Tribunal, e até usurpar attribuições, que só competem ao Poder Moderador.— Vossa Magestade Imperial porém Mandará o que fôr servido. Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1862.— *Alvim.*— *Barreto.*— *Visconde de Cabo Frio.*— *Barão de Tamandaré.*— *Bitancourt.*— *Cabral.*— *Bellegarde.*— *Pimentel.*— *Antonio Rodrigues Fernandes Braga.*— *D. José de Assis Mascarenhas.*— *José Mattoso de Andrade Camara.*

Como Parece. Paço em 7 de Junho de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 256.— JUSTIÇA.— Em 7 de Janeiro de 1862.

Declara que o Poder Judiciario é incompetente para conhecer de materia pertencente ao contencioso administrativo.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.— Por Aviso do Ministerio da Fazenda de 13 de Agosto do anno passado tive conhecimento do conflicto de jurisdicção que se deu entre o Juiz dos Feitos da Fazenda e o Procurador Fiscal da Thesouraria dessa Provincia, na acção executiva movida contra a massa fallida de Manoel João Ferreira Bayão, da Laguna, pelo imposto de lojas, cujo lançamento fôra liquidado pela Thesouraria no exercicio de 1859—60. E como dos papeis que acompanhâião o officio dessa Presidencia de 10 de Julho do mesmo anno áquelle Ministerio, se vê que o antecessor de V. Ex., não obstante a reclamação do Procurador Fiscal, não pôz opportunmente termo ao conflicto, como lhe era ordenado no art. 24 do Regulamento provisório do Conselho de Estado, convém que V. Ex. não só tenha em lembrança aquella disposição para que se não reproduzão questões da mesma especie, por Lei resguardadas, mas tambem faça sentir ao Juiz dos Feitos de Fazenda que em vista do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, explicado por Aviso n.º 268 de 6 de Outubro do mesmo anno, é o Poder Judiciario incompetente para conhecer de materia pertencente ao contencioso administrativo, qual é incontestavelmente a de lançamento de impostos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinenbú.*— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 257.— GUERRA.— Aviso de 9 de Junho de 1862.

Approvando a tabella dos preços da mão de obra das peças amarellas pertencentes ás diversas especies de armamento, proposta pelo mestre espingardeiro da Fabrica de Armas da Conceição.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Junho de 1862.

A' vista do que V. S. ponderou no seu officio sob n.º 170 de 6 do corrente, fica approvada a tabella dos preços da mão de obra para as peças amarellas pertencentes ás diversas especies de armamento, proposta pelo mestre espingardeiro da Fabrica de armas da Conceição.

Deus Guarde a V. S.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.— Sr. Director do Arsenal de Guerra da Córte.

**Tabella dos preços da mão d'obra para as peças amarellas
pertencentes ás diversas especies de armamento.**

Nomenclatura.	Espingardas.	Espingardas a Minié.	Mosquetões.	Carabinas.	Clavinas.	Pistolas.	Diversas peças.
Chapas de coice fundidas.....	100	100	100	100	100	40	
Guarda-matos idem.....	100	100	100	100	100	80	
Canudos atrombetados idem.....	30						
Ditos de mola idem.....	30						
Ditos do meio idem.....	20	20	
Contra-chapa idem.....	30	20	20	20	20	30	
Chapinha de boca idem.....	20	20	20	
Ditas de desarmador idem.....	30	30	100	30	100	20	
Braçadeiras de bocal idem.....	100	40	100	100	100		
Dita de baixo idem.....	40	40	40	40	40		
Dita do meio idem.....	40	40					
Punhos p. ^a bayonetas e espadas idem.	200	200			
Presilhas para azelha idem.....	400	40			
Diversas peças da machina, &c., &c., à libra idem.....							160

O Director Geral

José Antonio de Calasans Rodrigues.

N. 258.—FAZENDA.—Em 9 de Junho de 1862.

O sello das cartas de fretamento de navios deve ser pago antes de obtido o despacho da sahida do porto, pena de revalidação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 38 do 1.º de Fevereiro ultimo, que o d.to Tribunal resolveu reformar a decisão da mesma Thesouraria, que reduzio a 5 % a revalidação do sello da carta de fretamento da Polaca Sarda *Inchinosa*, de que são consignatarios Fratelli Sechino, e confirmar a da Alfandega, em virtude da qual foi a referida revalidação taxada em 10 %, na fôrma do art. 51 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; visto que o sello em questão foi pago depois de ter a Polaca sahido do porto, e, portanto, depois de ser obtido o competente despacho de sahida, contra o disposto no art. 20 do citado Regulamento, que manda pagar o sello antes que as Alfandegas e Mesas de Rendas, ou seus Agentes, expção o despacho da embarcação para sahir do porto onde taes cartas são passadas. Releva, outrosim, observar: 1.º, que os artigos doCodigo Commercial, invocados pelo Procurador Fiscal da Thesouraria em seu parecer ácerca deste negocio, versão sobre os requisitos que devem conter as cartas partidas, e regulão as obrigações entre o fretador e afretador, e nada tem com a época do pagamento do sello destes contractos; 2.º, que não devendo as Repartições Fiscaes, incumbidas de dar os despachos de sahida ás embarcações, expedi-las sem verificarem primeiro se o sello dos respectivos contractos de fretamento foi ou não pago, não póde haver receio de que seja illudida a cobrança do imposto quando se dê para isso accordo entre o consignatario e o fretador.

Visconde de Albuquerque.

N. 259.—FAZENDA.—Circular em 9 de Junho de 1862.

Aos Empregados inactivos tambem se deve dar guia, declarando até quando vão pagos de seus vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de

Fazenda, que d'ora em diante observem tambem com os Empregados inactivos, o que aos mesmos Srs. Inspectores foi recommendado pela Circular n.º 103 de 6 de Maio de 1859.

Visconde de Albuquerque.

N. 260.—FAZENDA.—Circular em 10 de Junho de 1862.

Accitação de documentos comprovando despesas de exercício já encerrado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que d'ora em diante os documentos apresentados pelos Thesoureiros, Pagadores, Exactores ou Agentes de Fazenda comprovando despesas autorisadas de um exercicio já encerrado, se forem considerados legaes e verdadeiros, serão aceitos em conta dos saldos dos mesmos funcionarios, e lançada a sua importancia na verba — Exercicios findos —, dando as Thesourarias conta circunstanciada do seu procedimento ao Theouro para a devida escripturação.

Visconde de Albuquerque.

N. 261.—JUSTIÇA.—Aviso de 10 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que os arts. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 302 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 se referem só aos crimes da competencia do Tribunal do Jury.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 6 de Julho do anno passado, em que V. Ex. communica ao Governo Imperial que, tendo o Juiz de Direito da Comarca de Castro, nessa Provincia, entendido que os arts. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 302 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de

1842, impondo aos réos afiançados a obrigação de assignarem termo de comparecimento perante o Jury, se referem só aos crimes da competencia desse Tribunal, parecendo-lhe que, nos da competencia do Juiz de Direito, ou de outra qualquer autoridade, que tambem tenha a jurisdicção de julgar definitivamente, esse termo deve ser assignado nas audiencias dos respectivos Juizes; resolvêra esse Magistrado alterar neste sentido a praxe seguida no Fóro da sua Comarca, submettendo á approvação de V. Ex. a mencionada interpretação. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que bem respondeu ao Juiz de Direito confirmando a interpretação dada.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 262.—GUERRA.—Aviso de 10 de Junho de 1862.

Declara que, em virtude de disposições vigentes, é desnecessario mandar-se proceder pelo mesmo facto a novos Conselhos de Investigação nas hypothses ahí figuradas.

1.^a Directoria. Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex., n.^o 172, de 14 de Dezembro do anno passado, em que consulta ao Governo Imperial se, a despeito da Provisão de 25 de Janeiro de 1844 (comquanto pareça ser só no caso de já haver pronuncia) se póde mandar proceder pelo mesmo facto a novos Conselhos de Investigação, quando o primeiro não pronuncia, quer quando se obtenhão novas provas, quer quando o parecer do 1.^o Conselho não esteja de accordo com as provas dos autos, ou enfim quando por qualquer motivo não se conforme com elle a autoridade, que o mandou instaurar, como julga V. Ex. ser de pratica, fundada na disposição da Provisão de 14 de Março de 1838, e doutrina do art. 153 § 3.^o combinado com os arts. 149, e 327 do Codigo do Processo, e Avisos de 27 de Dezembro de 1853, e 30 de Janeiro de 1856: e o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado com o parecer do Conselho Supremo Militar de Justiça, exarado em Consulta de 28 de Maio findo, Houve por bem por Sua Immediata e Imperial Resolução de 7 do presente mez. Mandar declarar que em qualquer das hypothses figuradas por V. Ex., ainda mesmo apparecendo novas provas (porque estas deverão ser remettidas ao Conselho de Guerra), é desnecessario novo

Conselho de Investigação em face das Resoluções de 28 de Maio e 4 de Junho de 1845, as quaes decidirão, que os Conselhos de Investigação, sejam sempre submettidos á decisão dos Conselhos de Guerra, não só porque o art. 155 § 3.º do Código do Processo criminal não fez dependente a jurisdição e competencia dos Conselhos de Guerra do juizo affirmativo dos de Investigação, como porque a admittir-se a intelligencia contraria, virião os Conselhos de Investigação a decidir por si só o que deve ser conjunctamente pelos Conselhos de Guerra, e pelo Tribunal do Conselho Supremo Militar de Justiça, e até usurpar attribuições, que só competem ao Poder Moderador. O que communico a V. Ex. em resposta ao citado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Piauihy.

N. 263.—JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Piauihy.—Decide que os cargos de Juiz, Vereador e Escrivão dos Feitos da Fazenda não são incompativeis.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Tendo o Escrivão do crime e civil dessa Capital, Herculano de Souza Monteiro, consultado á'essa Presidencia se havia incompatibilidade entre os cargos de Juiz, Vereador e Escrivão dos Feitos da Fazenda, por isso que lhe forão entregues uns autos, em que havião funcçãoado muitos Juizes, por parte do Vereador Supplente da Camara Municipal Antonio José da Silva Rocha, Escrivão dos Feitos da Fazenda, e não poder ser Juiz conforme a disposição dos Alvarás de 8 de Janeiro de 1827 e de 26 de Outubro de 1644, corroborada com o argumento da Ord. Liv. 1.º Tit. 24 § 5.º; respondeu V. Ex. que não ha incompatibilidade entre os mencionados cargos, á vista da disposição dos Avisos de 19 de Agosto de 1849 e 28 de Maio de 1860, sendo inaccumulaveis os exercicios simultaneos de Juiz e Escrivão e tambem de Escrivão de Orphãos e Vereador, quando tão sómente é aquelle o unico no Municipio; e que, quando mesmo os cargos acima referidos fossem incompativeis, não podia o Escrivão, e muito menos pela força dos arts. 142 e 162 do Código Criminal, que não tem applicação alguma ao caso, deixar de cumprir um despacho do Juiz por semelhante motivo; cabendo unicamente ás partes o direito de lançarem mão dos direitos, que pelas Leis lhes são

facultados. E Sua Magestade o Imperador, á cujo Alto Conhecimento submetteu V. Ex. a sua decisão em officio de 13 de Junho do anno passado, Houve por bem, conformando-se com o Parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, Mandar approvar a resposta, que dera V. Ex., declarando que ao Escrivão não competia averiguar a legalidade com que viera a figurar, como Juiz, o Escrivão dos Feitos da Fazenda na qualidade de Vereador supplente, — questão que só podia ser suscitada pelas partes litigantes, interessadas no pleito. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 264.—JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que os Presidentes das Relações são competentes para conceder licenças aos Juizes Municipaes até trinta dias.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o officio dessa Presidencia, datado de 8 de Maio do anno passado, submettendo á Sua Imperial decisão uma duvida suscitada pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que, não julgando os Juizes Municipaes comprehendidos no § 3.^o do art. 7.^o do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, contestou o direito de dar o Presidente da Relação desse Districto licenças á estes empregados; Houve por bem, Conformando-se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 28 de Dezembro ultimo, que, em conformidade da Lei de 22 de Setembro de 1828, compete aos Presidentes das Relações conceder licenças aos Juizes Municipaes até trinta dias, convindô que, da concessão de todas aquellas, que, segundo essa Lei, lhes compete, deem conhecimento ás respectivas Thesourarias pelo modo que o Governo determinar. O que communico para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 265.—FAZENDA.—Em 11 de Junho de 1862.

A meia siza de escravos deve ser arrecadada pela Repartição Fiscal do lugar onde se operar a transferencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Participo a V. Ex. em resposta ao seu officio de 4 de Abril ultimo, em que pede que seja restituída aos cofres provinciaes a quantia de 4:183\$449, proveniente da meia siza, paga na Recebedoria da Côrte pelo Commendador Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo, como cessionario de D. Alda Maria Nogueira, a cujo inventario se procedeu nesta Côrte, que semelhante restituição não pôde ter lugar, em vista da disposição do art. 6.^o do Decreto de 28 de Novembro de 1860, que diz que a arrecadação da meia siza será feita pela referida Repartição de todos os contractos de compra e venda, troca, adjudicação, arrematação, dação *in solutum*, e alienação em virtude de renuncia ou de qualquer outra transacção equivalente a compra e venda, que se celebrarem ou tiverem lugar no mesmo municipio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 266.—FAZENDA.—Em 12 de Junho de 1862.

As ordens dos diversos Ministerios, sobre augmento, redução ou distribuição de creditos são cumpridas nas Thesourarias por intermedio do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— A' vista do que a este Ministerio communicou em Aviso de 22 de Abril ultimo o Ministerio a cargo de V. Ex. sobre o Pastor protestante Wagner, empregado pelo Governo Imperial na colonia Theresopolis da Provincia de Santa Catharina, reiterei á Thesouraria de Fazenda desta Provincia as necessarias ordens para o pagamento dos vencimentos do mesmo Pastor, conforme se lhe havia determinado em ordem de 4 de Fevereiro ultimo e se communicou ao Ministerio a seu cargo em Aviso da mesma data, autorisando-a, outrosim, a effectuar o pagamento da subvenção destinada á compra de uma cavalgadura, cumprindo-me, entretanto, pon-

derar a V. Ex. que a este respeito nenhuma ordem havia, porque nem nos Avisos do Ministerio a seu cargo de 12 de Novembro do anno passado, nem ainda no posterior de 16 de Janeiro ultimo se mencionou semelhante authorisação, que o mesmo Ministerio ordenasse directamente esta despesa, como sem duvida alguma o pôde fazer, mas se a Thesouraria, em tal caso, não cumprio as suas ordens, procedeu de conformidade com a disposição expressa do art. 53 do Decreto de 22 de Novembro de 1850 n.º 870; por quanto ao Thesouro incumbe prover as Thesourarias dos necessarios fundos para occorrer ao pagamento das despesas ordenadas pelos diversos Ministerios, o que sem duvida não poderá fazer ignorando quaes as despesas por elles autorisadas: pelo que rogo a V. Ex. que todas as vezes que as ordens, que expedir áquellas Repartições importem augmento, redução, ou distribuição de creditos, se sirva communica-las ao Thesouro para os fins convenientes nos termos do mencionado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Albuquerque*.— Sr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimabú.

N. 267.—FAZENDA.— Em 12 de Junho de 1862.

Declara a intelligencia que deve ter o art. 58 do Regulamento do imposto do sello de 26 de Dezembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.— Communico a V. Ex. para os devidos effeitos, que sendo presentes á Secção de Fazenda do Conselho de Estado os autos de recurso interposto pelo Juizo Municipal e do Commercio, 3.º substituto do Termo da Capital dessa Provincia, João Pinto da Luz, dos quaes consta que essa Presidencia impuzêra ao recorrente a multa de 20\$000 por infracção do art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que manda que o sello dos papeis forenses seja pago antes da conclusão para sentença final, e apreciadas as razões do recorrente que se defendeu allegando:

1.º Que não proferio sentença definitiva, mas sim Despacho interlocutorio com força de definitiva, assim considerada em direito, qual é o que despreza *in limine* os embargos de 3.º embargante.

2.º Que contra este despacho foi intentado o recurso do agravo, na forma do art. 669 § 11 do citado Regulamento,

recurso que não caberia se a sentença fosse definitiva na forma do disposto no art. 646 do mesmo Regulamento.

3.º Que interposto o referido recurso de agravo foi o seu Despacho reformado, e a execução seguiu seus termos.

Entendeu a maioria da mesma Secção de Fazenda, em seu parecer de 2 de Abril ultimo, que bem imposta foi a multa por infracção do citado art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860:

1.º Porque sendo a sentença definitiva em Direito a que decide a questão principal da causa Ord., Liv. 1.º, Liv. 4.º, § 6.º; *D. de re judic.*; e sentença interlocutoria com força de sentença definitiva a que põe fim a causa Ord. Liv. 3.º, Tits. 39 e 69; *D. de minor.*, Liv. 2.º; *D. de appellat. recip.*, Liv. 9.º; *D. qui satis dare cogant*, os effeitos de uma e outra são os mesmos.

2.º Porque assim como das sentenças definitivas, das interlocutorias com força de definitiva se dá o mesmo recurso de appellação, como é da praxe forense, e o dispõe o mesmo art. 646 citado pelo proprio Recorrente, *ibi*: « ou tiver força de definitiva. »

3.º Porque o dar-se o recurso de agravo no caso de que se trata não importa alteração do Direito, mas apenas dar ao processo uma forma mais summaria ou summarissima em attenção a natureza da causa, na qual o Regulamento teve em vista evitar todo genero de cavillação e conluio com o fim de demorar o processo de execução, que em materias commerciaes deve ser promptamente decidido pelos males que soem seguir-se da demora.

4.º Porque se não deve confundir « sentença definitiva » com a que passou em julgado, ou Decreto Judiciario, do qual não se dá mais recurso algum; entretanto que das sentenças definitivas dão-se os recursos que a Lei prescreve; sem que por isso se altere a natureza da sentença, ou despacho.

5.º Porque o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 não se referio aos Decretos Judiciarios, e sim ás sentenças que decidem a questão principal da causa, ou põe fim a ella, o que realmente teve lugar desprezados *in limine* os embargos de terceiro como confessa o recorrente, embora de seu despacho que assim decidio, houvesse recurso, fosse elle interposto, e reformado continuando os seus termos o processo de execução.

6.º Finalmente, porque se não fôra reformado o despacho do recorrente, ou se entre si ajustassem as partes, perdia o Thesouro o sello, com infracção da Lei e Regulamentos em vigor.

E Conformando-Se Sua Magestade o Imperador com este parecer de Consulta, Houve por bem por Sua Immediata e Imperial Resolução de 30 de Abril ultimo Determinar que fosse assim entendida a disposição do supracitado art. 58 do

Regulamento n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860; sendo porém o recorrente relevado no caso em questão da multa que lhe foi imposta.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 268.—FAZENDA.—Em 12 de Junho de 1862.

Que a Caixa Commercial da Bahia não póde comprar e revender as proprias acções.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Communico a V. Ex., para seu conhecimento, e para que o faça constar á Direcção da Caixa Commercial da Bahia, que Sua Magestade o Imperador, Tendo Mandado que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse sobre o requerimento, que acompanhou o officio de V. Ex. n.º 41 de 5 de Setembro ultimo, da Direcção do dito Estabelecimento, em o qual a mesma Direcção, no intuito de obstar ao depreciação em que tem cahido as acções da Caixa, pedia novamente a authorisação, que lhe foi denegada em virtude da Imperial Resolução de Consulta de 15 de Maio do anno passado, para compra-las por conta da sociedade, deduzindo do capital desta o valor nominal das acções que adquerisse e levando a credito no fundo de reserva o lucro proveniente do desconto com que fossem compradas, até que, chegando ao par, fossem logo revendidas para completar-se de novo o capital fixado: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor por Sua Immediata e Imperial Resolução de 11 do corrente mez, Conformando-Se com o parecer de consulta da dita Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Determinar o indeferimento da dita pretensão, visto como as razões em que se funda a Direcção da Caixa Commercial para insistir no que lhe foi denegado pela citada Resolução de 15 de Maio, conforme se avisou a V. Ex. em 7 de Junho do anno passado, são as mesmas que então allegára.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 269.—GUERRA.—Circular de 12 de Junho de 1862.—A's Presidencias das Provincias do Pará, Pernambuco, Bahia, S. Pedro e Mato Grosso.

Recommendo a exacta observancia do preceito do Regulamento n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, quanto ás despesas com a educação dos menores dos Arsenaes de Guerra, de que devem ser indemnizados os cofres publicos.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Segundo informações, que tem chegado ao conhecimento do Governo Imperial, se conclue que o preceito do Regulamento n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, não tem sido cumprido em todas as suas partes com grave damno dos cofres publicos, que devem ser indemnizados das despesas feitas com a educação dos menores dos Arsenaes de Guerra: cumpre, portanto, que V. Ex. entre no conhecimento do que ahi se tem praticado a este respeito, ordenando immediatamente, se com effeito tiver havido omissão na observancia do referido Regulamento, que se proceda sem a menor demora ou tergiversação á liquidação dos descontos, que tiverem soffrido os Artifices, que passarão das Companhias de menores, recolhendo-se á Thesouraria da Fazenda a parte que corresponder á indemnisação, e ao estabelecimento de credito de melhor nota, que houver nessa capital a que pertencer ás economias dos mesmos Artifices, guardando-se todas as disposições do precitado Regulamento e Instrucções annexas. O que V. Ex. haverá por muito recommendado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 270.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná declarando que a concessão de licença aos Vigarios Encomendados é da competencia do respectivo Pretado, e que tal licença deve ser dada sem vencimento de congrua.

6.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo o Padre Antonio Braga de Araujo, Vigario Encomendado da freguezia de Guarapuava, nessa Provincia, requerido ao Governo Imperial prorogação da licença que lhe foi concedida pelo Vigario Capitular dessa Diocese, e approvada por V. Ex. em 7 de Janeiro ultimo, cumpre-me

declarar a V. Ex., para que communique ao mesmo Vigario, que ao respectivo Prelado compete resolver sobre o exercicio dos Parochos Encomendados, aos quaes não compete a congrua, nem ainda na terça parte, quando estiverem licenciados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 271.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia da Bahia declarando que o empregado publico, cujo vencimento consta unicamente de gratificação, tem direito a esta quando licenciado.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao officio de 30 de Maio ultimo, em que V. Ex. communica ter representado Manoel Rodrigues da Silva contra a duvida posta pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia ao pagamento da gratificação que elle percebe na qualidade de collaborador dos trabalhos chimicos e pharmaceuticos, e conservador da respectiva officina na Faculdade de Medicina, durante o tempo em que estiver no gozo da licença que por essa Presidencia lhe foi concedida, declaro a V. Ex., para fazer constar á mesma Thesouraria, que aquelle empregado tem direito á sua gratificação durante o tempo da licença, porque a disposição do Aviso deste Ministerio de 24 de Outubro de 1855 só tem applicação aos empregados cujo vencimento consta de ordenado e gratificação ligada ao effectivo exercicio do lugar, e não aos que tem unicamente gratificação, como muito bem entendeu V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 272.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Junho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Dá providencias á respeito da substituição de Juizes quando alguns delles forem suspeitos.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo o Promotor Publico de Itabayana, nessa Provincia, recorrido de um despacho de pronuncia pro-

ferido pelo Juiz Municipal em um processo instaurado por causa de uns tiros dados sobre as janellas da casa do Juiz de Direito da Comarca, e sendo este offendida, e os seus supplentes, um testemunha no processo, além de parente em grão prohibido de um dos pronunciados, e outros, ou indigitados no mesmo processo, ou parentes proximos e inimigos ligadaes; consultou á essa Presidencia se era preciso que, depois do despacho do Juiz á *quo* mandasse o Escrivão os autos á cada um desses supplentes de per si, ou logo os fizesse conclusos áquelle dos supplentes, que fosse notoriamente insuspeito: e tendo V. Ex. respondido, como o communicou em officio de 21 de Maio do anno passado, que, como os supplentes erão impedidos e não suspeitos, visto que aquelles que podião ser considerados suspeitos por parentesco e inimidade erão impedidos, um como testemunha e outro como implicado no processo, o recurso devia subir á conclusão do que estivesse legalmente desimpedido: Houve por bem Sua Magestade o Imperador Mandar declarar a V. Ex. que deverião os autos ser conclusos ao Juiz a quem competisse o exame do feito, e, na falta deste, á seus substitutos, segundo a ordem designada nos arts. 17 §§ 1.º e 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841; não convindo de maneira alguma que se conceda aos Escrivães a faculdade de deixar de enviar os autos aos Juizes, que entenderem terem contra si algum motivo de suspeição.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 273.—FAZENDA.—Em 13 de Junho de 1862.

Não se leva em conta para aposentação o tempo de serviço prestado como serventuario vitalicio de Officios de Justiça.

Ministério dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1862.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que pela Imperial Resolução de 21 de Maio proximo findo tomada sobre parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, foi indeferido o recurso de Polydoro do Amaral e Silva, Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, interposto para o Conselho de Estado do despacho do Ministerio da Fazenda, que negou ao recorrente a gratificação autorisada no art. 42 do Decreto n.º 2 343 de 29 de Janeiro de 1859 para os Empregados de Fazenda que, completando trinta annos de serviço, não estiverem para elle inhabilitados.

O recurso do supplicante, segundo os fundamentos do dito parecer de Consulta da Secção de Fazenda, foi recebido, não porque a questão da simples denegação da gratificação de que se trata seja da alçada do contencioso administrativo, visto como pela doutrina do citado art. 42 não está o Governo obrigado a conceder a mencionada gratificação a todos os Empregados que se acharem nas condições no mesmo artigo designadas, quando pelo contrario tem elle a faculdade discricionaria de conceder ou deixar de conceder a gratificação, conforme lh'o indicarem as conveniencias do serviço publico; mas porque o despacho de que o supplicante recorreu determina que não se conte ao mesmo supplicante, como tempo de serviço, remuneravel para aposentação os annos em que exerceu as funções de Escrivão da Ouvidoria e dos Ausentes, e dos Feitos da Corôa e da Fazenda Nacional em Santa Catharina.

Tomado o recurso sob este ponto de vista em que a questão dá lugar a recurso e decisão contenciosa, foi elle indeferido; porquanto os serventuarios vitalicios de Officios de Justiça, que aliás não são pagos pelos cofres nacionaes, recebem, no caso de inhabilitação para o exercicio do officio, uma terça parte do rendimento do mesmo, a cargo do serventuario seu successor, na forma da Lei de 11 de Outubro [de 1827, e se o renunciação, como fez o recorrente, ficão sem direito a qualquer remuneração, ainda mesmo a de contar-se-lhes como tempo de serviço para aposentação em outros empregos para os quaes seão despachados.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 274.—FAZENDA.—Em 14 de Junho de 1862.

Solvendo algumas duvidas sobre a cobrança do imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1862.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes da Cidade de Nietheroy, em solução ás duvidas constantes de seu officio n.º 10 de 29 de Março do corrente anno:

1.º Que os requerimentos que annualmente se fazem á Camara Municipal, pedindo licença para continuar com as casas de negocios, ou para abri-las, são sujeitos ao sello, na forma do art. 58, § 1.º, obs. 1.ª e 2.ª, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, o qual deverá ser pago antes de serem submettidos a despacho, segundo foi explicado por Aviso n.º 18

Decisões do Governo.

de 11 de Março do corrente anno; e a Camara Municipal não pôde deixar de achar-se incursa e soffrer as penas do art. 113, § 4.º, do citado Regulamento, sempre que deferir requerimentos que não estiverem competentemente sellados.

2.º Que os contractos de empreitadas de obras feitas pela mesma Camara estão sujeitos ao referido imposto, em virtude da disposição do art. 6.º, § 12, do mesmo Regulamento.

3.º Que os conhecimentos passados pelas Estações fiscaes, geraes, provinciaes e municipaes de quitação de imposto; e quaesquer outras quitações de sommas pagas ao Estado; recibos de ordenadós e outros vencimentos, estando isentos do sello proporcional pelo art. 38, § 8.º do Regulamento de 26 de Dezembro, só ficão sujeitos ao sello de documentos, quando tiverem de ser juntos, para instruir e fundamentar, ás petições, ou a autos, na fórma do art. 59, § 3.º, do mesmo Regulamento e Circular n.º 21 de 26 de Março deste anno.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 275.—FAZENDA.—Circular em 14 de Junho de 1862.

Emolumentos pelos titulos de remoção dos Juizes de Direito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, em conformidade do Aviso do Ministerio da Justiça de 9 de Dezembro do anno passado, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem decidir, por Sua Imperial Resolução de 4 do mesmo mez, que, enquanto não fôr competentemente alterada a tabella annexa ao Decreto n.º 2.349 de 5 de Fevereiro de 1859, deve-se continuar a cobrar os emolumentos de 20\$000 pelos Titulos de remoção dos Juizes do Direito de umas para outras Comarcas; convido, portanto, que os Srs. Inspectores fação exigir dos Juizes de Direito removidos posteriormente ao citado Decreto a referida taxa, se a não pagãrão, comprehendendo-se outrossim em semelhante disposição, para a cobrança deste imposto, os Juizes de Direito avulsos, e os que acabão de servir de Chefes de Policia, salvo tão somente, quanto a estes, o caso de voltarem para as mesmas Comarcas em que anteriormente servirão.

Visconde de Albuquerque.

N. 276.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Aviso de 14 de Junho de 1862.

Communica a resolução da Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado relativa ao pagamento integral do preço por que foi contractada a conservação da 1.^a e 2.^a secções da estrada de Santa Cruz.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 1.^a Secção. — N. 254 — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 14 de Junho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo Sua Magestade o Imperador determinado que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consultasse sobre os requerimentos, em que Vicente José de Castro e Souza, e Agostinho Pereira da Cunha pedirão que se lhes pagasse integralmente na forma de seu contracto para a conservação da 1.^a e 2.^a secções da estrada de Santa Cruz, embora se houvesse reconhecido pela medição ulterior feita pela Inspeção Geral das Obras Publicas, que é de dez mil braças correntes cada uma das referidas secções e não de doze mil braças, como se declarára naquelle contracto; foi a mesma Secção de parecer, com o qual Sua Magestade o Imperador Houve por bem conformar-se por Sua Imperial e Immediata Resolução de 7 do corrente, exarada em consulta de 16 do mez passado, que posto em rigor de direito se devesse não só reduzir a quantia que os arrematantes tem de receber em cada trimestre, mas tambem obriga-los a restituir a correspondente ao excesso de braças, que se conheceu existir sobre o numero calculado para o total daquellas, cuja conservação fôra ajustada; todavia não podião deixar neste caso de ter muita força as razões de equidade, e por esta erão até certo ponto protegidos os arrematantes, por isso que, tendo os contractos sido feitos quanto ao numero total de braças, tomándo-se por base um numero fixo e positivo, expressamente declarado, devião elles ter essa base por legitima, sendo que nenhuma razão havia para presumirem que não fosse a exacta; e que pois se por um lado dever-se-hia effectuar o pagamento na razão do numero real das braças conservadas, certo é por outro lado que se lhes assegurou o numero fixo destas, e iniquo parece fazer com que sobre elles recaia a differença que se achou, e para a qual não tinham cooperado. O que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinabú.* — Sr. Visconde de Albuquerque.

N. 277.—GUERRA.—Aviso de 16 de Junho de 1862.

Declarando não ser possível deferir-se a pretensão do Ajudante interino do 12.º Batalhão de Infantaria sem que o effectivo indemnise os cofres publicos do que estiver devendo da consignação, que recebeu para compra de cavallos de pessoa.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Junho de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Não é possível deferir o requerimento do Alferes Ajudante interino do 12.º Batalhão de Infantaria José Norberto de Carvalho, sem que o Ajudante effectivo indemnise previamente os cofres publicos do que estiver devendo da consignação que recebeu para compra de cavallos de pessoa. Mas, como é provavel que este não possa satisfazer de prompto, V. Ex. ordenará á Thesouraria da Fazenda, no caso de que elle não tenha ainda regressado ao seu corpo, que lhe faça carga do que estiver devendo da referida consignação e a abone ao supplicante por inteiro, procedendo semelhantemente a respeito de ambos, quando o Ajudante effectivo voltar ao seu exercicio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 278.—FAZENDA.—Em 16 de Junho de 1862.

Cobrança do sello dos processos criminaes e policiaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1862.

Determinando clara e terminantemente o art. 88 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que não será retardada a expedição e julgamento dos processos criminaes e policiaes em qualquer instancia por falta de pagamento, do sello, o qual se effectuará depois do dito julgamento, na fórma do art. 470 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, ou pela parte interessada no andamento dos ultteriores termos do processo, salvo sendo esta pobre, não póde ser approvedo o procedimento que teve o Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra de cobrar revalidação, na fórma dos arts. 58 e 90 do Regulamento de 26 de Dezembro, de uns autos de queixa que deu Manoel José Machado Passarinho contra Ignacio Francisco de Souza, em que havião quatro folhas não selladas, de multar c

Escrivão respectivo, e de pedir contra elle a applicação dos arts. 153 e 154 do Código Criminal por ter feito conclusos os mesmos autos antes do pagamento do sello. O que communico a V. S. para o devido conhecimento, e a fim de que o faça constar áquella Administração em resposta ao seu officio de 23 de Maio do anno passado.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 279. — FAZENDA. — Circular em 16 de Junho de 1862.

Para liquidação do vencimento e seu pagamento aos Empregados aposentados de Fazenda, não é necessaria ordem especial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que para a liquidação provisoria dos serviços dos aposentados deste Ministerio, fixação de vencimentos, e sua inclusão em folha, nos termos do art. 21, § 5.º, do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, não é necessaria a expedição de ordem especial que assim o determine, bastando que conste oficialmente a concessão da aposentadoria: ficando portanto alterada nesta parte a circular n.º 141 de 16 de Março do anno passado.

Visconde de Albuquerque.

N. 280. — FAZENDA. — Circular em 17 de Junho de 1862.

Os Presidentes das Relações podem conceder licença aos Juizes Municipaes até 30 dias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e fins convenientes, que

por Imperial Resolução de Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, de 28 de Dezembro ultimo, conforme consta do Aviso do respectivo Ministerio de 11 do mez corrente, foi decidido que, á vista da Lei de 22 de Setembro de 1828, compete aos Presidentes das Relações conceder licenças aos Juizes Municipaes até trinta dias, convindo que, da concessão de todas aquellas, que segundo essa lei lhes compete, deem conhecimento ás respectivas Thesourarias pelo modo que o Governo determinar.

Visconde de Albuquerque.

N. 281.—GUERRA.—Aviso de 17 de Junho de 1862.

Provedo quanto ás dividas resultantes do adiantamento do premio de engajamento a uma praça e do tratamento de alguns officiaes na Enfermaria, bem como a respeito da falta de indemnisação da despeza feita com varias praças da Armada nas mesmas circumstancias, ao que se referem as contas do Conselho Economico do 4.º Batalhão de Infantaria,

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Junho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Observando-se das contas do Conselho Economico do 4.º Batalhão de Infantaria do 1.º semestre de 1861 que existem dividas, provenientes do adiantamento do premio de engajamento a uma praça, do que ficarão devendo alguns officiaes que forão tratados na Enfermaria, e tambem da falta de indemnisação da despeza feita com varias praças da Armada nas mesmas circumstancias, por não haver credito na Thesouraria, segundo declara o Conselho, cumpre que V. Ex. expeça ordem á mesma Thesouraria de Fazenda para que trate quanto antes de remediar esse estado de cousas, indemnisando o Conselho da divida proveniente do tratamento dos officiaes, aos quaes fará carga, para que paguem aos cofres publicos, pela metade do seu soldo, e indicando ao Commandante do Batalhão como deve proceder para cobrar as outras dividas, que parece haverem cahido em exercicios findos. Por esta occasião V. Ex. fará saber á Thesouraria de Fazenda que as dividas provenientes de tratamento de officiaes não são admissiveis; porque, quando elles são tratados nos Hospitaes, só percebem meio soldo e o Estado corre com toda a despeza de tratamento, e quando tratados nas Enfermarias, da mesma maneira só devem ter meio soldo, entrando directamente dos cofres publicos para a caixa de administração das

mesmas Enfermarias, outro meio soldo e a etapa, e por isso alli receberão todo o tratamento de que carecerem. Semelhantemente quando nos Hospitales e Enfermarias Militares forem tratadas praças da Armada, não ha necessidade de fazer contas à parte, e em tudo se deve proceder como se fossem praças do Exercito; e por isso mesmo nesta data se requisitão do Sr. Ministro da Marinha as convenientes ordens para que os vencimentos de taes praças sejam levados a credito do Ministerio a meu cargo ou entregues aos Conselhos das Enfermarias, conforme o estabelecimento em que forem tratadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do S. Pedro do Sul.

N. 282.—IMPERIO.—Circular de 18 de Junho de 1862.

Aos Directores das Faculdades de Direito e de Medicina, declarando o processo que se deve seguir quando algum alumno requerer para ser matriculado fóra do tempo marcado nos estatutos.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Junho de 1862.

Determinando o art. 1.º do Decreto n.º 1.073 de 8 de Agosto de 1860 que, enquanto não forem definitivamente approvados os estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina, póde o Governo, ouvidas as Congregações respectivas, mandar matricular os alumnos que por motivos justificados perante as mesmas Congregações não tiverem comparecido no prazo fixado para as matriculas, com tanto que não tenha decorrido o tempo necessario para constituir faltas que fação perder o anno, cumpre que, quando algum alumno dessa Faculdade requerer ao Governo Imperial dispensa do lapso de tempo para se poder matricular, (o que sempre se deverá fazer por intermedio dessa Directoria), seja o seu requerimento submettido a Congregação dos Lentes, para que esta tome conhecimento não só dos motivos pelos quaes não se effectuou a matricula no devido tempo, mas tambem do numero de faltas que houver dado o supplicante, e depois remettido a este Ministerio com informação do que houver verificado a referida Congregação.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

—Na mesma data e conformidade á Directoria da Faculdade de Direito do Recife, e ás das Faculdades de Medicina da Corte e da Bahia.

N. 283.—FAZENDA.—Em 18 de Junho de 1862.

Instrucções para execução do Decreto n.º 2.936 desta data, regulando o serviço da extracção das loterias da Córte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que, para execução do Decreto n.º 2.936 de 16 do corrente, se observem as seguintes instrucções:

Art. 1.º O Fiscal das Loterias da Córte é o Delegado do Governo, sob cuja vigilancia deve ser feito o serviço da extracção das mesmas.

Art. 2.º Compete ao mesmo Fiscal:

§ 1.º Estudar todos os melhoramentos admissíveis neste serviço, e propô-los ao Governo para que sejam adoptados.

§ 2.º Tomar jramento, e dar posse ao Thesoureiro nomeado pelo Governo para a venda, extracção e pagamento dos premios das Loterias da Córte.

§ 3.º Crear um livro de assentamento das Loterias, á vista do qual se conheça com toda a exactidão o numero de concessões feitas pelos Poderes Legislativo e Executivo, e todas as outras circumstancias que forem necessarias para esclarecimento do Governo.

§ 4.º Fiscalisar o processo das Loterias, para o que poderá examinar se os talões contém o numero de bilhetes marcados no respectivo plano, e se no dia da extracção são executadas as disposições do Regulamento de 27 de Abril de 1844.

§ 5.º Fazer no fim de cada anno, á vista do livro de assentamento das Loterias, o projecto de distribuição das que deverãõ ser extrahidas no anno seguinte, e apresenta-lo ao Ministro da Fazenda, para que este, se o approvar, o converta em Decreto.

§ 6.º Indagar se ainda se reproduz o facto que algumas vezes se tem dado nesta Córte da existencia de casas encarregadas da venda do rifas ou de loterias pertencentes ás Provincias do Imperio, e mesmo a Paizes Estrangeiros, para que se tomem as providencias que forem necessarias em ordem a fazer cessar a infracção do que a este respeito dispõe o Decreto n.º 2.874 de 31 de Dezembro de 1861.

§ 7.º Dar seu parecer sobre os requerimentos exigidos no art. 3.º do mesmo Decreto, que tem de ser dirigidos ao Governo pelos Estabelecimentos, Irmandades e Corporações a que se tem concedido loterias, para que o mesmo Governo possa resolver, nos termos do art. 2.º § 1.º da Lei n.º 1.099 de 18 de Setembro de 1860, se tem lugar a redução do numero das ditas loterias, annullação das concessões, ou modificação de suas clausulas.

§ 8.º Examinar e dar parecer sobre os requerimentos das administrações dos Estabelecimentos e Igrejas que se acharem nas condições do art. 5.º do referido Decreto, vindo os requerimentos por intermedio do Ministerio do Imperio, e instruidos com documentos authenticos que pròvem as circumstancias dos ditos Estabelecimentos, ou das obras; caso em que serão acompanhados dos planos das mesmas obras e dos orçamentos do seu custo.

§ 9.º Tomar conhecimento do estado em que se achão os negocios, tanto das Loterias que correrão sob a responsabilidade do fallecido Thesoureiro, como das que serão distribuidas para correr no presente anno.

§ 10. Fazer inventario e ter debaixo de sua guarda quaesquer papeis pertencentes a negocios de Loterias, recebidos do finado Thesoureiro dellas.

§ 11. Mandar encadernar no fim de cada anno as ordens, Avisos e quaesquer communicações recebidas do Ministerio da Fazenda, relativamente a Loterias, e bem assim todos os officios que pelo respectivo Thesoureiro lhe forem dirigidos.

§ 12. Crear um registro onde serão lançadas por extenso as minutas de seus officios e representações dirigidas ao Governo, e bem assim as communicações e ordens que por mandado do Governo tiver de expedir ao Thesoureiro das Loterias.

§ 13. Dar sua opinião sobre todos os negocios concernentes ao serviço das Loterias, de maneira que sobre ella possa o Ministro da Fazenda resolver com perfeito conhecimento de causa todas as questões pendentes.

Visconde de Albuquerque.

N. 284.—FAZENDA.—Circular em 20 de Junho de 1862.

Porcentagem aos Empregados do Juizo dos Feitos pela cobrança da divida activa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em consideração a necessidade de obviar as duvidas que se tem suscitado no pagamento da porcentagem aos Empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda Nacional pela cobrança da divida activa do Estado; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que sendo, nos termos

Decisões do Governo.

da Lei n.º 242 de 29 de Novembro de 1841, devida aquella percentagem sómente quando as dividas forem cobradas por diligência dos ditos Empregados, não pôde haver, da parte destes, direito ao recebimento da mesma percentagem sem a condição do trabalho; e que portanto não basta a simples remessa das cóns ou certidões de divida para o Juizo dos Feitos para dar aos respectivos Empregados direito á percentagem, mas é indispensavel que, antes do pagamento da divida effectuado pelos devedores ou seus procuradores, se tenham expedido effectivamente os mandados ou precatorios e sido os mesmos devedores citados ou intimados para solverem os seus debitos.

Visconde de Albuquerque.

N. 285.—GUERRA.—Aviso de 20 de Junho de 1862.

Declarando que bem procedeu a Thesouraria de Fazenda em suspender o abono da gratificação adicional, que estava percebendo o Director do Hospital Militar.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Junho de 1862.

III. mo. e Ex. mo. Sr.—Muito bem procedeu a Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, mandando suspender a gratificação adicional, que estava percebendo o Director do Hospital Militar José Lucas Soares Raposo da Camara, e exigindo a reposição da que já tinha recebido, por não se poder allegar ignorancia do vencimento correspondente áquelle exercicio, á vista da tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857, que regula a materia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 286.—GUERRA.—Aviso de 20 de Junho de 1862.

Approvando o abono do premio á uma praça do 4.º Regimento de Cavallaria, visto que não se trata de prestações mensaes que podem pertencer a um ou outro exercicio.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Junho de 1862.

Approvo a deliberação de V.S., de que dá conta em seu officio n.º 18 de 26 de Maio proximo passado, sobre o abono

do premio á praça do 4.º Regimento de Cavallaria Justino Duarte da Silva, até porque, não sendo actualmente as prestações mensaes, não se pôde rigorosamente dizer que esta ou outra prestação pertence a exercício anterior, emquanto a praça está em effectivo serviço. A ultima parte do officio citado será opportunamente tomada em consideração.

Deus Guarde a V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão* — Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda de S. Pedro do Sul.

N. 287. — GUERRA. — Aviso de 21 de Junho de 1862..

Declarando que o preceito do § 3.º do art. 5.º da Lei de 20 de Setembro de 1860 é applicavel ao preso sentenciado de que trata o seu officio de 3 do corrente, bem como a outro qualquer, antes ou depois do 1.º de Julho de 1861.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Junho de 1862.

III.ª e Ex.ª Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex. n.º 56 de 3 do corrente, sou a dizer que não tem fundamento a duvida proposta ácerca das gratificações e premio de engajamento do preso sentenciado José dos Santos Pereira, pois que o preceito do § 3.º do art. 5.º da Lei n.º 1.101 de 20 de Setembro de 1860, é-lhe applicavel, como a qualquer outro sentenciado antes ou depois do 1.º de Julho de 1861, data em que começou a vigorar a Lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 288. — GUERRA. — Aviso de 21 de Junho de 1862.

Determinando que os Escrivães do Almocharifado declarem nos documentos comprobatorios de dispendio da consignação, abonada mensalmente ao Agente de compras, se os objectos comprados por este forão debitados aos respectivos Almocharifes, que deverão rubricar a nota.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Junho de 1862.

Expeça V. S. ordem aos Escrivães dos Almocharifados desse Arsenal, para que nos documentos que verificão o dispendio

da consignação mensal, abonada no Thesouro Nacional ao Agente de compras, declarem se os objectos por elle comprados foram debitados aos Almojarifes, segundo a classe a que pertencer, rubricando estes a respectiva nota, visto declarar o mesmo Agente que assim se procede no fim de cada mez, pois é esse o meio de reconhecer-se quaes os objectos, que não foram carregados em receita, deixando por essa fórma de haver um responsavel, o que se verificará pelo exame dos documentos comprobatorios das despesas miudas a seu cargo, para poder receber a consignação do mez seguinte.

Deus Guarde a V. S.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Còrte.

N. 289.—FAZENDA.—Em 21 de Junho de 1862.

Resolve sobre um sequestro feito em terras consideradas como morgado, sendo bens de Capella extincta e comprehendendo terrenos de marinhãs.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 7 de 23 de Janeiro de 1858, e mais papeis a elle annexos, no qual a Thesouraria de Fazenda de Sergipe, dando conta da representação que lhe dirigira, em 2 de Maio do anno anterior, o Administrador da Mesa de Rendas da Cidade da Estancia concernente a umas terras doadas em 1632 por Pedro Homem da Costa e sua mulher para a fundação da Capella de Nossa Senhora de Guadalupe da dita Cidade, bem como a outras contiguas e mesmo separadas, que pertencendo outr'ora aos mencionados fundadores da Capella, se achão hoje occupadas por pessoas que não tem a ellas direito; ao mesmo tempo communica a decisão tomada a tal respeito em sessão da respectiva junta, pela qual foram as referidas terras postas em sequestro, para segurança da Fazenda Nacional, até definitivo despacho do Thesouro; sob fundamento de se dever considerar antes um morgadô a instituição de Pedro Homem; de tratar-se de bens com encargo pio possuidos por uma Igreja sem o beneplacito regio, e por isso considerados devolutos á Fazenda; e não poder aproveitar a licença, quando a houvesse, no todo da concessão, por comprehender esta 500 bracas de marinhãs, que são do dominio do Estado; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, para sua intelligencia e devidos effeitos, que semelhante decisão não foi curial; porquanto, verificando-se pela escriptura de

doação de 19 de Janeiro do citado anno de 1632, que Pedro Homem da Costa e sua mulher, Meia Cardoso, estabelecerão um vínculo, cujos rendimentos deverião ser applicados á edificação, ornamentos e o mais que necessario fosse a uma Capella, que pretendião fundar, e de facto fundarão depois sob a supramencionada invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, confirmando o doador a fundação em verba testamentaria; e sendo fóra de duvida que essa instituição reúne todos os elementos constitutivos de uma verdadeira Capella, como sejam principalmente ter o instituidor em mente o bem do serviço de Deus, a nomeação de Administrador, e designação de certa quota para este, dispensada a licença regia por ser anterior á Lei de 9 de Setembro de 1769; ao que accresce a circumstancia de haver já sido a existencia do vínculo reconhecida por sentença da Provedoria de 21 de Novembro de 1825, se bem que sobre o caracter de morgado, e a de ter estado sempre a administração dos bens vinculados a cargo de pessoas do sangue do instituidor até a ultima administradora D. Maria da Saude, por cuja morte extinguiu-se o vínculo, e passarão os bens aos seus successores legitimos, na fórmula da Lei de 6 de Outubro de 1835; como tudo consta dos diversos documentos trazidos ao conhecimento do Thesouro; é manifesto que não se deveria ter procedido ao sequestro preventivo das terras do extincto vínculo; e nem mesmo pelo Juizo dos Feitos, como se procedeu, quanto ás taes contiguas ou separadas de que trata o Administrador da Mesa de Rendias da Estancia, visto não ser esse Juizo o competente.

Como porém, é certo que estas ultimas possuidas hoje por individuos extranhos, que nenhum titulo exhibem para legitimar a sua posse, se achão nas condições do art. 3.º, § 2.º da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1830, cumpre que a seu respeito subsista o sequestro, a fim de proceder-se nos termos do art. 2.º da dita Lei; devendo o Sr. Inspector providenciar para que seja elle levantado das terras propriamente do extincto vínculo, e para que se observem, quanto as 500 braças ao longo do salgado, as disposições das Circulares de 20 de Agosto de 1835, § 1.º, 30 de Janeiro de 1836, § 5.º, Portaria de 10 de Setembro do mesmo anno, Ordens de 6 de Março de 1837, § 2.º, 6 de Junho de 1847, 15 de Setembro de 1852, 12 de Novembro de 1856, § 3.º, Aviso de 20 de Julho de 1860, e mais Legislação concernente aos terrenos de marinhãs.

Visconde de Albuquerque.

N. 290. — GUERRA. — Circular de 23 de Junho de 1862.

Estabelecendo o meio mais regular de proceder-se a contracto para fornecimento de remedios ás Enfermarias Militares.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo-se suscitado duvidas sobre a maneira mais regular de proceder-se a contracto para fornecimento de remedios ás Enfermarias Militares, porque de um lado faltão aos membros dos Conselhos Economicos conhecimentos especiaes para avaliarem a melhor qualidade e moderação dos preços dos medicamentos, e por outro lado tem elles direito a ser ouvidos, visto como está a seu cargo a administração desses Estabelecimentos, Determina Sua Magestade o Imperador que, quando as Enfermarias estiverem estabelecidas nas capitães, taes contractos sejam celebrados nas Thesourarias da Fazenda, na presença e com voto do Delegado Cirurgião-mór do Exército e do Commandante do Corpo, a que pertencer a Enfermaria, sendo a final submettidos á approvação da Presidencia; e que continuem a ser celebrados pelos Conselhos Economicos, com audiencia e voto do Official do Corpo de Saude, que tiver a seu cargo a Enfermaria, quando esta estiver distante ou fóra da Capital.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 291. — ESTRANGEIROS. — Aviso de 23 de Junho de 1862.

Declara que não tem applicação aos Consules de Sua Magestade Fidelissima a Convenção celebrada com Sua Magestade o Imperador dos Francezes em 10 de Dezembro de 1860.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tenho presente o officio de 31 de Maio findo, sob n. 21, que V. Ex. dirigio a este Ministerio, acompanhando copias dos que a essa presidencia escreveu o Consul de Portugal, reclamando contra o estylo ali seguido, depois que ao mesmo Consul é confiada a administração e liquidação dos bens pertencentes ás heranças dos subditos de sua nação, de se lhe não permittir que pratique, independentemente do Juizo dos Orphãos os actos proprios da posição que nessas circumstancias assume.

Em resposta, cabe-me dizer a V. Ex. que carece de fundamento a reclamação do Consul Portuguez quando deixa de parte o Regu-

lamento de 8 de Novembro de 1831, que, em virtude do que foi accordado entre os ~~dois~~ Governos pelas notas reversaes de 18 de Novembro e de 9 de Dezembro do mesmo anno, rege a materia de que se trata, para invocar o art. 5.º do Tratado de 29 de Agosto de 1825 e pretender que, por efeito desse artigo, gozem os Consules de Sua Magestade Fidelissima de todas as attribuições e prerogativas conferidas aos Consules de França pela Convenção de 10 de Dezembro de 1860.

Carece de fundamento a reclamação, não só porque o artigo invocado não subsiste, mas porque, ainda que estivesse em vigor, não poderia autorisar a pretensão de que fosse applicada a Portugal uma Convenção especial, celebrada pelo Imperio com outra potencia sobre bases tambem especiaes, que comprehendem favores reciprocamente outorgados.

Que não está em vigor o artigo alludido, sobejamente o demonstra a nota que o Governo Imperial passou ao Encarregado de Negocios de Sua Magestade Fidelissima concernente á subsistencia do dito artigo.

Nessa nota, que se acha publicada no relatorio deste Ministerio de 1848 a pag. 43, e para a qual chamo a attenção de V. Ex., o Governo Imperial muito expressa e terminantemente declarou que, além das disposições relativas ao reconhecimento da Independencia e ás indemnisações dos respectivos subditos, nenhuma outra continha o Tratado de 29 Agosto de 1825 que obrigasse perpetuamente as duas altas partes contractantes.

E provou o Governo Imperial o direito em que firmava a sua declaração, não só com a doutrina constantemente seguida a respeito da terminação dos Tratadossem tempo limitado, senão tambem com o proprio exemplo de Portugal, que foi o primeiro a proceder de conformidade com essa doutrina ácerca do art. 10 do Tratado em questão.

Não poderia, porém, ser invocado o art. 5.º, ainda que subsistente fosse, porque, para que prevalecesse a clausula de nação mais favorecida, em casos como o de que se trata seria necessario que previamente se estabelecessem as condições especiaes reciprocas que derão lugar ao favor pretendido.

Assim que, é claro que as estipulações da Convenção consular celebrada com a França não são applicaveis aos Consules de Portugal, nem aos de qualquer outra nação, que não tenha, como aquella, celebrado Convenção especial com o Imperio; devendo, portanto, as autoridades brasileiras, fóra dessas hypotheses, continuar a proceder como até aqui nas successões jacentes de que se são os Consules representantes.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo, aproveitando a oportunidade para reiterar-lhe as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração. — *Marquez de Abrantes.* — A' S. Ex. o Sr. Manoel Francisco Corrêa.

N. 292.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 23 de Junho de 1862.

Declarando quaes as embarcações que estão sujeitas ao pagamento de praticagem na barra do Rio Grande do Norte.

4.^a Directoria.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 23 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Havendo o Pratico da barra da Capital dessa Provincia, Ignacio Firmo da Trindade, representado contra a pretensão das Companhias de navegação por vapor, Brasileira de Paquetes e Pernambucana, de serem isentas do imposto de praticagem, a que se recusavão com o fundamento de se não utilisarem dos serviços do mesmo Pratico: Houve Sua Magestade o Imperador por bem Mandar que a tal respeito consultasse a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado; e á vista da respectiva Consulta Foi Servido, por Sua Resolução de 18 do corrente, Declarar que a praticagem da barra do Rio Grande do Norte é inteiramente applicavel a Resolução da Consulta de 26 de Outubro do anno passado, decisão n.^o 1, na parte que começa nas palavras:—Que na entrada e sahida deste porto —, e por essa razão Ordena que os navios que, estando nas condições do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1854, forem rebocados por vapores das Companhias, fiquem isentos do pagamento da metade das taxas da praticagem, uma vez que o vapor rebocador seja commandado por Pratico da barra; ficando sujeitos ao pagamento da quantia total aquelles que se não acharem em taes condições. O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 293.—GUERRA.—Circular de 25 de Junho de 1862.

Recommendo toda a economia nas despezas deste Ministerio, não autorizando qualquer que não esteja prevista nas Leis ou Regulamentos Militares, cessando desde já as que forem menos regulares.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Junho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em presença da deficiencia do orçamento da Repartição da Guerra e do desejo que tem o Governo Im-

perial de não recorrer a creditos supplementares, Manda Sua Magestade o Imperador recommendar a V. Ex. toda a economia nas despesas deste Ministerio, não autorizando nenhuma que não esteja prevista nas Leis e Regulamentos Militares. E, como a distribuição de credito ás Thesourarias da Fazenda por Aviso de 22 de Março ultimo, para o exercicio de 1862—1863, é provisoria e provavelmente terá de ser reduzida ás proporções do credito geral que fôr concedido pelo Corpo Legislativo, cumpre que V. Ex. tenha muito em vista isto mesmo, para mandar cessar desde já qualquer despesa menos regular.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 294.—FAZENDA.—Em 25 de Junho de 1862.

Solemnidade com que se deve fazer a queima das notas inutilizadas do Banco da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1862.

Declaro a Vm. em resposta ao seu officio de 12 do corrente, que as notas menores de 50\$000 que o Banco da Bahia recolhesse, em virtude da Lei de 22 de Agosto de 1860, da sua emissão e se achão sem valor, devem ser queimadas, revestindo-se o acto da queima da necessaria solemnidade, assistindo a elle a Directoria do Banco e o Fiscal do Governo e lavrando-se termo circumstanciado do mesmo acto, para que não só fique elle constando dos livros do Estabelecimento, como tambem sirva de norma em outros casos identicos.

Deus Guarde a Vm.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Fiscal do Banco da Bahia.

N. 295.—FAZENDA.—Em 25 de Junho de 1862.

Sobre o sello de dous ou mais actos escriptos em uma mesma meia folha de papel, e como deve ser entendida a Ordem n.º 337 de 2 de Agosto do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1862.

Haja V. S. de declarar a Recebedoria do Rio de Janeiro em resposta ao officio n.º 180, que foi dirigido pela mesma
Decisões do Governo. 29

Repartição a essa Directoria Geral em 14 de Outubro ultimo; que se em uma meia folha de papel forem escriptos dous ou mais actos sem serem os de que trata o art. 86, paragrapho unico, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, de cada um delles se deve pagar o sello devido, como se fossem passados em outras tantas meias folhas de papel, entendendo-se por sello devido aquelle a que o citado Regulamento sujeita hoje o acto ou o papel em que elle é escripto no caso de ter de servir como documento; e que portanto é nestes termos que deve ser entendida a ordem n.º 337 de 2 de Agosto no anno passado.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 296.—FAZENDA.—Em 26 de Junho de 1862.

Não são accitaveis as procurações dos Empregados Publicos para a cobrança de seus vencimentos correntes, se nellas se declarar ter havido transacção sobre os mesmos vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 116 do 24 de Novembro de 1860, que não são accitaveis as procurações de funcionarios publicos de qualquer classe ou hyerarchia para a cobrança de seus vencimentos correntes, uma vez que nellas os constituintes declarem ter recebido os mesmos vencimentos antecipadamente por meio de qualquer transacção que seja; porque constituindo os ditos vencimentos alimentos quotidianos e indispensaveis para a subsistencia dos empregados, não é admissivel que com elles se transija em ordem a illudir a intenção da Lei, que os concedeu, e a desvia-los do fim a que são destinados em contravenção do principio da conveniencia publica consagrado no Regimento da Fazenda, cap. 219, parte final, Alvará de 17 de Janeiro de 1766, Lei de 24 de Julho de 1773 e outras muitas disposições em vigor, com excepção unicamente do disposto na ordem n.º 234 de 23 de Setembro de 1851 para o caso especial a que ella se refere em virtude da Imperial Resolução de Consulta de 23 de Agosto do mesmo anno.

Visconde de Albuquerque.

N. 297. — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1862.

Como se opera o desconto, ou da gratificação do exercício, ou da 5.ª parte do vencimento total, nos casos de substituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 39 de 20 de Junho do anno passado, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso, no qual informa que, achando-se o respectivo Porteiro Cartorario com parte de doente, foi-lhe descontada a 5.ª parte do vencimento depois de sessenta dias, nos termos do art. 3.º, § 2.º do Decreto n.º 1.995 de 14 de Outubro de 1857, e consulta se havendo o mesmo Empregado obtido quarenta dias de licença para tratar de sua saúde fóra da Capital, quando já estava sujeito ao desconto da 5.ª parte do vencimento, procedeu bem em considera-lo com direito ao *vencimento integral* (isto é ao ordenado por inteiro), conforme o art. 35 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859: declara que acertadamente não se descontou a 5.ª parte do *ordenado* do dito Empregado durante a licença que lhe foi concedida por molestia, mas que foi menos regular o desconto que mandou fazer sobre o vencimento total antes do gozo da licença e depois de passarem os sessenta dias, contados da data em que deu parte de doente, se o seu substituto não requereu o pagamento da 5.ª parte do vencimento integral do substituido e preferio antes a gratificação de exercício, conforme as Ordens n.º 25 de 19 de Fevereiro e n.º 183 de 25 de Julho de 1859; sendo que tanto no periodo do impedimento por molestia, como no da licença, devia elle perder a gratificação do emprego, ainda na hypothese de soffrer qualquer desconto no ordenado.

Visconde de Albuquerque.

N. 298.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 26 de Junho de 1862.

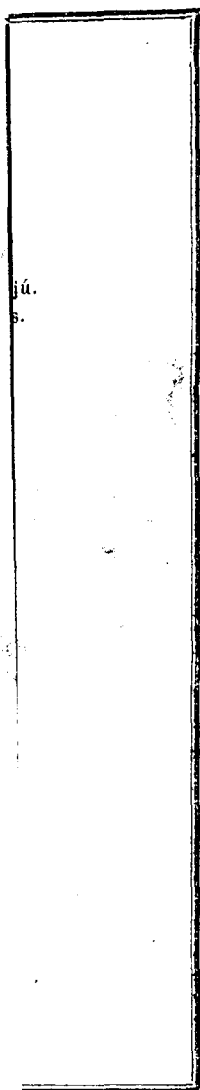
Communica a resolução da Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, relativa a dever ou não o Empreuario das obras do Passeio Publico aterrar as ruas interiores do respectivo jardim pelo systema de Mac-Adam.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.ª Secção.—
N. 248.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 26 de Junho de 1862.

Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a seguinte questão:—Se nos termos do contracto celebrado com Francisco José Fialho em o 1.º de Dezembro de 1860, é o Empreuario obrigado a aterrar pelo systema de Mac-Adam as ruas interiores do Passeio Publico: Houve Sua Magestade o Imperador por bem por Sua Immediata Resolução de 21 do Ccorrente onformar-se com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 17 de Maio ultimo, concebida nos seguintes termos: Que em artigo algum do contracto se acha expressa a clausula de ser o Empreuario obrigado á aquelle aterro; que no § 7.º da demonstração dos trabalhos á que o Empreuario ficava obrigado achão-se as palavras—macadamisamento das ruas—mas esse paragrapho confrontado com o § 2.º põe duvidoso o verdadeiro sentido do contracto; que essa duvida se augmenta attendendo-se a quantidade dos materiaes de que faz menção o calculo relativo ao § 7.º, e do numero e qualidade dos operarios que devem ser empregados no trabalho; que para o macadamisamento são poucos os materiaes, poucos e improprios os jardineiros; e finalmente que o macadamisamento não sendo usado em jardins e não querendo o Governo macadamisar as ruas interiores do Passeio Publico, em seu arbitrio está não exigir o cumprimento dessa clausula quando a considere incluída no contracto. O que communico a Vm. para seu conhecimento.

Deus Guarde a Vm.—*João Lins Vieira Cansansão de Sínimbú*.—Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

**Municipios da
eiros Francisco**



jú.
s.

tes.

Mapa demonstrativo da distancia de caminho da Cidade de Aracajú ás Cidades e Villas dos differentes Municipios da Provincia de Sergipe, e de cada uma dellas a todas as outras, organizado pelo Capitão de Engenheiros Francisco Pereira da Silva, por ordem do Presidente Manoel da Cunha Galvão.

Pacatuba.	Villa Nova.	Porto da Folha.	Propriá.	Campo do Brito.	Sinão Dias.	S. Christovão.	Itaporanga.	Itabaiana.	Lagôa Vermelha.	Gerú.	Riachão.	Itabaianinha.	Campos.	Espirito Santo.	Santa Luzia.	Lagarto.	Estancia.	Nossa Senhora das Dores.	Missão.	Capella.	Divina Pastora.	Pé do Banco.	Rosario.	Santo Amaro.	Maroim.	Laranjeiras.	
18	22	35	21	13	21	4	6	11	16	18	26	24	24	23	17	14	16	10	8	10	6	8	8	3	5	3 1/2	Aracajú.
19	22	33	24	10	18	5	6	7	14	18	16	20	22	21	15	12	14	8	8	7	3	5	5	3	3		Laranjeiras.
16	18	30	19	13	21	8	9	9	16	25	19	23	25	23	18	15	17	6	5	5	2	3	2	1			Maroim.
15	19	30	19	12	20	7	8	10	16	24	18	22	24	22	17	14	16	4	6	7	3	3 1/2	2				Santo Amaro.
14	16	27	17	14	22	9	10	11	18	26	20	24	26	25	20	16	18	5 1/2	4	4	3	2 1/2					Rosario.
16	14	26	14	11	19	10	11	10	22	28	22	25	26	25	20	16	19	3	6	3	2						Pé do Banco.
14	14	18	27	16	17	8	9	8	13	26	18	22	24	23	18	14	17	5	7	5							Divina Pastora.
13	12	24	12	12	20	13	12	10	22	30	24	28	30	28	23	19	22	3	3								Capella.
10	12	29	15	24	22	13	14	12	22	30	24	28	29	28	23	20	22	9									Missão do Japuratuba.
17	17	24	12	9	17	12	13	7	20	27	21	25	27	27	22	17	21										Nossa Senhora das Dores (Enforcados).
32	36	44	34	16	15	10	8	18	5	10	8	8	12	7	2	10											Estancia.
30	34	40	32	8	5	12	10	10	5	10	4	8	10	16	12												Lagarto.
33	37	45	35	17	16	11	9	19	5	10	8	8	12	5													Santa Luzia.
38	42	50	40	22	21	16	14	24	11	7	14	8	12														Espirito Santo.
40	44	50	42	18	8	22	20	20	11	4	8	4															Campos.
38	42	48	40	16	10	18	16	18	7	2	4																Itabaianinha.
34	38	44	36	12	9	12	12	14	3	6																	Riachão.
40	44	50	42	18	12	26	18	20	3																		Gerú.
33	38	42	34	10	9	9	9	14																			Lagôa Vermelha.
22	24	28	22	2	10	12	10																				Itabaiana.
24	28	35	27	10	15	2																					Itaporanga.
23	27	35	25	10	17																						S. Christovão.
30	34	35	32	8																							Sinão Dias.
22	26	30	24																								Campo do Brito.
10	7	14																									Propriá.
24	21																										Porto da Folha.
4																											Villa Nova.
																											Pacatuba.

O Director Geral

José Antonio de Calasans Rodrigues.

Mapa demonstrativo das distancias Pernambuco pelos cam

	Viçosa.	Agua Preta.	Agua-Bellas.	Alagon de Baixo.	Altinho.	Barcellos.	Bezerros.	Bom-Jardim.	Bonito.	Brasão.	Buque.	Cabo.	Cabrobó.	Canuarú.	Cimbrês.	Curato da Sé.	Escada.	Exu.	Fazenda grande.	Flores.	Garanhuns.	Gloria de Goltá.	Goyanna.	Iguaraçu.
Capital.....	1	28	80	51	29	21	23	23	33	40	68	7	151	29	61	1	12	163	119	109	59	9	15	6
Alagados.....																								
Agua Preta.....																								
Agua-Bellas.....																								
Alagon de Baixo.....																								
Altinho.....																								
Barcellos.....																								
Bezerros.....																								
Bom-Jardim.....																								
Bonito.....																								
Brasão.....																								
Buque.....																								
Cabo.....																								
Cabrobó.....																								
Canuarú.....																								
Cimbrês.....																								
Curato da Sé.....																								
Escada.....																								
Exu.....																								
Fazenda Grande.....																								
Flores.....																								
Garanhuns.....																								
Gloria de Goltá.....																								
Goyanna.....																								
Iguaraçu.....																								
Iguacira.....																								
Ipojuca.....																								
Itamaracá.....																								
Itambé.....																								
Jaboatão.....																								
Limoeiro.....																								
Luz.....																								

OBSERVAÇÕES.

A Capital da Provincia contendo quatro Freguezias que são: a de S. Frei Pedro Gonçalves, de Santo Antonio, S. José e Boa-Vista, e sendo as distancias das sédes entre cada uma dellas, menor de meia legua, julguei mais conveniente não as considerar em separado, e sim reuni-las sob a denominação de—Capital. A distancia da sede de uma Freguezia a outra, achase designada pelo algarismo da casa em que se cruzão as linhas das respectivas Freguezias, assim por exemplo: a distancia entre a Freguezia do Brejo e a de Tracunhaem é de 36 leguas, que é o algarismo do ponto de encontro dessas duas columnas. Não havendo uma carta topographica exacta de toda Provincia, nem se podendo medir todas as distancias contidas neste mappa, foi-me necessario para completa-lo, servir-me de algumas informações de pessoas do lugar, o que talvez possa ser causa de alguma inexactidão.

Recife, 2 de Agosto de 1856.

Jose Nunez Alves Ferreira.

Jose S.

N. 299.— GUERRA.— Circular de 27 de Junho de 1862.

Mandando adoptar os mappas das distancias entre as Cidades, Villas e Freguezias pertencentes ás Provincias de Pernambuco e Sergipe, a fim de que por elles se regulem os abonos de ajudas de custo aos Officiaes que viajarem nessas Provincias.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Junho de 1862.

Remetto a V.S. os mappas juntos das distancias entre as Cidades, Villas e Freguezias pertencentes ás Provincias de Pernambuco e Sergipe, a fim de que sejam adoptados para regularem os ajustes de contas de ajudas de custo aos Officiaes que viajarem nessas Provincias.

Deus Guarde a V.S.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão* — Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de....

N. 300.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Julho de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco declarando que é justificavel a falta dada por um empregado da Faculdade de Direito do Recife por causa do serviço da qualificação da guarda nacional.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em o 1.º de Julho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Em solução ao officio de V. Ex. de 30 de Maio ultimo, declaro a V. Ex. que póde mandar abonar as faltas dadas pelo major João Baptista da Silva Manguinho no exercicio do lugar de Continuo das aulas preparatorias annexas á Faculdade de Direito dessa Provincia, durante o tempo que servio como presidente do conselho de qualificação da guarda nacional, por ser este serviço gratuito e obrigatorio por lei, e por isso applicavel a elle a ultima parte do Aviso citado por V. Ex. de 19 de Julho de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 301.—FAZENDA.—Em o 1.º de Julho de 1862.

Sobre pagamento nas Alfandegas de percentagem de dinheiros de emprestimo de orphãos e de venda de terras publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em o 1.º de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n.º 15 de 14 de Abril ultimo transmittindo o requerimento dos Empregados da Alfandega da mesma Provincia :

1.º Que os ditos Empregados tem direito a percentagem da renda arrecadada nos mezes de Agosto a Dezembro de 1860 proveniente da venda de terras publicas, conforme as ordens de 22 de Agosto de 1861 e de 31 de Janeiro do corrente anno ;

2.º Que para o calculo da dita percentagem deve-se previamente deduzir a importancia da despeza de cada braça corrente da medição de cada lote das terras vendidas, avista dos respectivos memoriaes, paga aos Engenheiros e Agrimensores incumbidos dessa operação, tanto por contracto como por administração, na fórma do Regulamento de 8 de Maio de 1854 ;

3.º Que os mesmos Empregados não tem direito a perceber

porcentagem dos dinheiros arrecadados na Alfandega por emprestimo do cofre de Orphãos, como já foi resolvido na citada ordem de 31 de Janeiro proximo findo.

Visconde de Albuquerque.

N. 302.—FAZENDA.—Em 3 de Julho de 1862.

Pessoas que devem assignar os termos de fianças fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia em resposta ao seu officio n.º 161 de 23 de Maio ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a fiança de oito contos de réis prestada por Pedro Rastelli para exercer o lugar de Almoxarife do Arsenal de Guerra da mesma Provincia; recommenda porém ao Sr. Inspector que semelhantes fianças devem ser assignadas pelo fiador e pelo Procurador Fiscal, e não pelo affiançado, como se nota do termo de fiança, que acompanhou por copia o respectivo processo, que ora devolve.

Visconde de Albuquerque.

N. 303.—IMPEIRO.—Aviso de 3 de Julho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte resolvendo algumas duvidas relativas a attribuições dos Inspectores de Saude Publica, e mandando observar as instrucções approvadas por Aviso de 25 de Agosto de 1854.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de de Julho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio n.º 61 de 4 de Outubro do anno passado, no qual V. Ex., representando que o Inspector de Saude dessa Provincia, talvez fundado na disposição do art. 60 do regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, que aliás só trata de substancias e drogas medicinaes, tem-se julgado autorisado, nas visitas sanitarias, a mandar pe-

remptoriamente inutilisar os generos que a seu juizo são julgados deteriorados, sem deixar nenhum recurso ás partes, o que tem excitado queixas, consulta: 1.º, se é curial a pratica seguida pelo mesmo Inspector, ou se é applicavel aos generos alimenticios a disposição do art. 61 do regulamento, podendo os interessados requerer novo exame, e neste caso a quem compete a nomeação dos peritos; 2.º, se a Inspectoria de Saude é competente para ordenar a inutilisação dos generos, tornando-se assim executora de suas proprias deliberações, ou se deve recorrer á policia; e, neste caso, se esta deve, antes de qualquer processo, fazer executar as decisões da Inspectoria, ou se deve proceder o processo de que trata o art. 65.

E S. M. o Imperador, Conformando-se, por Sua immediata resolução de 19 do mez passado, com o parecer da dita Secção, exarado em consulta de 27 de Maio deste anno, manda declarar a V. Ex. o seguinte:

1.º Que o art. 60 do regulamento annexo ao Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851 comprehende em sua disposição os generos alimenticios, como é manifesto pelas palavras — algumas substancias estão falsificadas, corrompidas ou alteradas —, e com esses generos se deve proceder da mesma maneira por que se procede com os medicamentos e drogas de que falla o mesmo artigo;

2.º Que aos ditos generos alimenticios é applicavel, em toda a sua extensão, o disposto no art. 61 do mesmo regulamento;

3.º, que a nomeação dos novos peritos, de que trata o citado art. 61, devo ser feita pela autoridade sanitaria, da mesma maneira por que o fôra a dos primeiros peritos para execução da disposição do art. 60;

4.º Que na execução das medidas que se houverem de tomar para o cumprimento das deliberações da autoridade sanitaria devem observar-se as disposições dos arts. 62, 63 e 65, dando-se ás partes os recursos estabelecidos no regulamento, e lavrando-se os termos necessarios pelos modelos annexos ás instrucções approvadas pelo Aviso de 25 de Agosto de 1854.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

Aviso de 25 de Agosto de 1854, a que se refere o Aviso acima e Instrucções annexas.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Agosto de 1854.

Sua Magestade o Imperador, a quem forão presentes as Instrucções, modelos e normas para a escripturação das Comissões de hygiene e Provedorias de Saude das Provincias do

Imperio, organisadas por essa junta central, na conformidade do que determina o art. 83 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, Houve por bem Approvar as referidas Instrucções, modelos e normas. O que communico a Vm. para conhecimento da mesma Junta.

Deus Guarde a Vm.— *Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.*—
Sr. Presidente interino da Junta Central de hygiene publica.

*Instrucções para a escripturação de cada uma das Com-
missões e Provedorias de Saude Publica em observancia do
art. 83 do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851.*

Art. 1.º A escripturação de cada uma das Commissões e Provedorias de Saude Publica, creadas pelo art. 2.º do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, constará dos seguintes livros :

§ 1.º Um para registro dos seus officios dirigidos ao Governo Provincial respectivo.

§ 2.º Um para registro dos que houverem de ser dirigidos á Junta Central.

§ 3.º Um para registro dos que semelhantemente forem dirigidos ás autoridades e corporações, &c.

§ 4.º Um para registro dos que forem dirigidos aos Delegados de Saude, quando os houver.

§ 5.º Um para registro dos termos que se lavrarem durante as visitas sanitarias.

§ 6.º Um para assentamento das casas a que forem fazer as visitas sanitarias.

§ 7.º Um para matricula dos medicos, cirurgiões, boticarios, parteiras, e dentistas.

As Commissões terão, além destes, mais um livro para registro das actas de suas sessões.

Art. 2.º Todos os livros de que trata o artigo antecedente serão escripturados pela maneira seguinte :

O registro dos officios, termos e actas, se fará transcrevendo-os textualmente sem abreviaturas, e seguidamente um após outro, por ordem chronologica; e as ultimas folhas de cada livro conterão um indice das respectivas materias nelle tratadas, com designação das datas e paginas, conforme o modelo n.º 1, sendo que o indice das actas constará de um summario dellas: o dos officios de um resumo ou breve noticia de sua materia; e o dos termos dos nomes dos individuos autoados, e especie da casa de negocio ou natureza do seu estabelecimento, conforme o modelo n.º 2. A norma dos termos é indicada no modelo n.º 3.

O livro destinado ao assentamento das casas visitadas será escripturado, lançando-se nelle: 1.º, a data do dia da visita; 2.º, a rua o o numero da casa; 3.º, o nome do estabelecimento ou casa de negocio; 4.º, o nome do dono; 5.º, as

observações concernentes ao resultado da visita ; tudo conforme o modelo n.º 4.

Far-se-ha a escripturação do livro da matricula dos medicos, cirurgiões, &c., lançando á margem esquerda a data da matricula, seu grão academico e profissões, a Faculdade que conferio ou verificou o diploma, e a data em que foi conferido ou verificado. Quando, porém, a matricula tiver lugar por ter sido o diploma registrado em alguma Camara Municipal, na conformidade do art. 33 do citado Regulamento n.º 828, declarar-se-ha tambem o nome da Camara onde foi registrado o diploma ; tudo conforme o modelo n.º 5.

Este livro de matricula terá um outro com abecedario, que lhe servirá de indice, e no qual se lance alphabeticamente os nomes dos matriculados, suas profissões e a pagina do livro onde se acharem suas respectivas matriculas.

Art. 3.º Serão riscados á direita e á esquerda de cada pagina, com um simples traço, os livros de registros dos officios, termos e actas ; os outros livros e as folhas daquelles destinados para o indice o serão conforme os modelos respectivos.

Art. 4.º Todos os livros serão numerados e rubricados pelo Presidente da Comissão ou pelo Provedor de Saude Publica.

Conterão 200 folhas de papel pautado, sendo de hollanda grande o de matricula dos medicos, e de hollanda meião todos os outros.

Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1854.—*Dr. Antonio Felix Martins*, Presidente interino.

N. 1 — Modelo do indice do registro dos officios.

<i>Mezes.</i>	<i>Dias.</i>	<i>Numeros.</i>	<i>Indice.</i>	<i>Folhas.</i>
Março....	15	1	Participa a installação da Junta	1
»	24	Pede que se determine o modo de resolver o empate na votação da Junta.	
Abril	2	Pede que seja nomeado quem deva substituir o Presidente da Junta quando impedido.	2

N. 2.—Modelo do indice do registro de termos.

<i>Mezes.</i>	<i>Dias.</i>	<i>Numeros.</i>	<i>Indice—1854.</i>	<i>Natureza do estabelecimento.</i>	<i>Folhas.</i>
Janeiro...	2	1	Joaquim Luiz Pires	Taverna.	1
Março....	15	2	Luiz Beltrão & Comp....	Padaria .	21
Junho....	4	3	Bins & Herrey.	Confeitaria ...	3
»	»	4	Lopes Lusano & Comp....	F. de licôres..	7

N. 3.— Norma dos termos que se houverem de lavar durante as visitas sanitarias nos casos de infração do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851.

Termo de violação do artigo.... do Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851 contra F.... morador na rua de.... n.º....

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 18... aos... dias do mez de do dito anno, na rua de casa n.º.... onde se achava uma taverna (fabrica, botica, &c.) pertencente a F.... achando-se presentes os Drs. F.... e F... como membros da Commissão de Hygiene Publica (ou F.... como Provedor de Saude Publica, ou F.... como Delegado da Commissão ou do Provedor), comigo Secretario (ou Fiscal da freguezia de tal), afim de se proceder ao exame dos generos (medicamentos, substancias, &c.) expostos á venda na referida casa, ahi, depois de feitas as diligencias necessarias pela mesma Commissão (Provedor ou Delegado), foi declarado[segue aqui a exposição do que occorrer, designando-se o nome e a quantidade dos objectos deteriorados ou falsificados, &c.] e por isso foi pela mesma Commissão (Provedor ou Delegado) decidido que fossem os referidos objectos immediatamente destruidos (ou o destino que se julgar dever dar), sendo condemnado o seu dono na pena de.... tudo na conformidade do art. 60 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851. Do

que para constar lavrei o presente termo, perante as testemunhas F... e F... que, com a referida Comissão (Provedor ou Delegado) e comigo, assignarão, ficando de tudo sciente o dono da sobredita casa (na sua falta, quem o representar, designando-se o seu nome), o qual se conformou com a referida decisão, sendo logo inutilizados os objectos damnificados, que acima forão mencionados.

(Seguem as assignaturas.)

N. B. Quando os donos dos objectos não se conformarem com a decisão, proceder-se-ha como recommenda o art. 61 do Regulamento, e então no termo que se fizer, onde diz:— tudo na conformidade do art. 60 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851, continuar-se-ha do modo seguinte: — e não se conformando o referido F.... (dono da casa ou quem o representar) com esta decisão, exigio a nomeação de novos peritos na conformidade do art. 61 do mesmo Regulamento, e forão por mim Fiscal notificados F.... e F.... (Expôr-se-ha finalmente aqui com toda a clareza tudo quando occorrer, e depois então continuar-se-ha). Do que para constar lavrei o presente termo, &c. tantos de tal mez e anno F.... e F....

N. 4.—Modelo para o assentamento das casas em que se fizerem as visitas sanitarias.

1854. Mezes.	Dias.	Ruas.	N. das casas.	Estabelecimentos.	Nomes dos donos.	Observações.
Jan..	6	Rua do Principe	40	Casa de pasto.	João Luiz.....	Em bom estado. Foi autoado por infracção do art. 61 do Regulamento. Forão inutilizadas 6 arrobas de carne secca por estar damnificada.
»	»	Direita	30	Botica.....	Manoel Duarte.	
»	»	Rosario.....	25	Armazem de mantimentos	Silva & Pinto..	

N. 5. — Modelo para as matriculas dos medicos, boticarios, &c.

1854	Janeiro.	15	Joaquim de Souza Dias, Dr. em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, apresentou o seu diploma em 15 de Janeiro.
»	Março..	3	José Alves, Dr. em medicina pela Faculdade de Paris, apresentou titulo de verificação de diploma passado pela Escola da Bahia em 15 de Janeiro.
»	Junho..	4	Francisco Antonio, Pharmaceutico pela Physicatura-mór do Reino, registrou o seu diploma na Camara Municipal de.... passado em tantos de....

N. B. Os espaços deixados entre cada matricula são reservados para algumas notas futuras que tenham de fazer-se relativamente ao matriculado; e quando o espaço estiver cheio e fôr necessario lançar ainda alguma observação levar-se-ha o nome do matriculado á outra folha, para nella se continuarem as notas.

N. 304. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1862.

E' incompativel o emprego de Secretario do Governo da Provincia com o de Procurador Fiscal da Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 23 de 23 de Março do anno proximo passado, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte, participando a nomeação do Bacharel Adelino Antonio de Luna Freire, Secretario do Governo da Provincia para servir o cargo de Procurador Fiscal da mesma Thesouraria durante o impedimento do proprietario, consulta se o referido Secretario pôde accumular aquellas funcções e seus competentes vencimentos; declara ao mesmo Sr. Inspector que, attenta a manifesta impossibilidade de serem as funcções de taes cargos desempenhadas cumulativamente sem prejuizo do serviço publico, é incompativel o exercicio delles por uma só pessoa.

Visconde de Albuquerque.

N. 305.—FAZENDA.—Circular em 4 de Julho de 1862.

Processo e pagamento de titulos de divida que abrangerem mais annos, conforme o Decreto de 26 de Fevereiro do corrente anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que, quando os documentos ou titulos de dividas, cuja liquidação e pagamento se requerer, abrangerem mais annos ou exercicios do que os mandados pagar nas mesmas Thesourarias por virtude do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 2.837 de 26 de Fevereiro do corrente anno, deverão proceder á liquidação de toda a divida constante dos mesmos titulos ou documentos, fazendo-se nos processos e nos despachos definitivos, pelos quaes forem as dividas reconhecidas, declaração expressa da parte pagavel nos termos do citado artigo; e que depois de assim organisados e julgados os processos com as formalidades prescriptas nas Instrucções de 6 de Agosto de 1847, serão logo autorisados os pagamentos por ordens especiaes dos Inspectores das Thesourarias com referencia aos mesmos processos, e nelles postas com a necessaria clareza e individuação as verbas da effectiva realização dos pagamentos, depois do que serão remettidos aos Ministerios á quem competir deliberar sobre a parte não paga, fazendo-se nos officios de remessa especial menção dos pagamentos feitos.

Visconde de Albuquerque.

N.º 306.—GUERRA.—Circular de 4 de Julho de 1862.

Providenciando quanto ao abuso possivel de engajarem-se praças das Colonias Militares, que completão seu tempo de serviço, para continuarem a pertencer ás mesmas Colonias.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Julho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Podendo ter-se dado o abuso de se engajarem praças das Colonias Militares, que completão seu tempo de serviço, para continuarem a pertencer ás mesmas Colonias, quando o espirito da Lei só permite taes engajamentos para o serviço activo do Exercito, Determina Sua Magestade o Impe-

rador que as praças assim engajadas sejam immediatamente incorporadas ao Batalhão, que tiver a sua parada mais proxima das respectivas Colonias, salvo se preferirem desistir das vantagens de engajamento, para continuarem a fruir as de colonos, na fórma de seus Regulamentos. E porque semelhante pratica não deva continuar, Manda o Mesmo Augusto Senhor, pelo modo mais positivo, declarar a V. Ex. que não se fação mais contractos de engajamentos de praças, que se acaharem naquellas condições, sob pena de não se attender a qualquer despeza, a que esses engajamentos derem lugar.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 307. — IMPERIO. — Aviso de 5 de Julho de 1862.

Ao Bispo da Diocese do Rio de Janeiro para reformar a proposta para Vigario da Igreja de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, fazendo incluir nella outro Sacerdote além do proposto, que também concorreu a ella e foi approvedo.

6.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 5 de Julho de 1862.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre os officios de 16 de Junho ultimo, em que o Rev. Provisor Geral deste Bispado propõe, em nome de V. Ex. Rev.^{ma}, o padre Francisco Cardoso de Mello para vigario da freguezia de S. Sebastião de Itabapoana, e o padre José Guedes Machado para a de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, ambas no municipio de Campos, da Provincia do Rio de Janeiro, entendendo o referido Rev. Provisor Geral não dever incluir na segunda proposta o nome do primeiro dos mencionados sacerdotes, não obstante ter na mesma occasião concorrido á Igreja sobre que ella versa, e de haver sido também approvedo.

E Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Sua immediata resolução de 2 do corrente mez com o parecer da referida Secção, exarado em consulta de 26 do mez passado, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. Rev.^{ma} que fica mantido o concurso para o provimento da primeira daquellas Igrejas, Ordenando que seja devolvida a V. Ex. Rev.^{ma}, para ser reformada, a proposta que se refere ao provimento da freguezia do Morro do Coco, pelos funda-

mentos do citado parecer, de que junto uma cópia para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.^{ma}—*Marquez de Olinda*.—Sr. Bispo Conde Capellão-mór.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO ACIMA.

Senhor! Houve por bem Vossa Magestade Imperial Ordenar, por Aviso de 23 do corrente, que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consultasse com seu parecer sobre as inclusas propostas para provimento das Igrejas parochiaes de S. Sebastião de Itabapoana, e de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, ambas no Município da Cidade de Campos, e bispado do Rio de Janeiro. A Secção tem a honra de executar a ordem de Vossa Magestade Imperial.

Postas em concurso as Igrejas mencionadas, compareceu para a de S. Sebastião de Itabapoana um só oppositor, o padre Francisco Cardoso de Mello, e para a de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco se apresentáram dous oppositores, o mesmo padre Cardoso e o padre José Guedes Machado.

No concurso foi o padre Cardoso approvado com dez pontos e meio, e o padre Guedes com seis pontos; aquelle em ambos os exames, e este no unico a que se propuzera.

O concurso foi revestido de todas as formalidades legais; mas uma das propostas não foi regular. Para a Igreja de Itabapoana propôz o Rev. Provisor, em nome do Rev.^{ma} Bispo diocesano, como cumpria, o unico oppositor della o padre Cardoso; e para a Igreja de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco propôz o padre Guedes sómente, quando a esta Igreja também se havia opposto o padre Cardoso, que até obteve no exame nota superior á do seu competidor. De assim haver procedido dá o Rev. Provisor por motivo o ter proposto para a Igreja de Itabapoana o padre Cardoso, unico que a ella se oppuzera, e que já alli servia como encomendado.

Comquanto a Secção tenha para si que o fim do Rev.^{ma} proponente fôra prover ambas as Igrejas com os concurrentes que apparecêrão, pondo n'uma o unico oppositor della, e na outra o concurrente que ficára só pela retirada do companheiro, todavia este arbitrio não lhe era permittido, embora fossem boas as suas intenções. A disposição da Lei que regula as propostas não autorisa semelhante acto.

O Alvará de 14 de Abril de 1781, chamado *das faculdades*, determina que dos concurrentes sejam propostos tres que mais dignos forem. Este preceito suppõe a existencia

Decisões do Governo.

de maior numero de oppositores, o que nem sempre acontece, como na hypothese presente, onde para uma Igreja so apresentárão dous, e para outra um sómente. Por isso a pratica tem admittido, e a Provisão de 30 de Agosto de 1827 autorisado, que as propostas possão conter menos de tres nomes, para que as Igrejas não fiquem sem pastor. Não ha porém pratica nem disposição nenhuma que permita preterição de um nome, quando concorrêrão tres ou menos de tres. Neste caso devem ser todos incluídos, fazendo o proponente as observações que julgar necessarias ou convenientes.

Na hypothese presente a proposta de um com preterição de outro, que tambem concorreu, equivale a uma apresentação, que é da privativa attribuição de Vossa Magestade Imperial, como Padroeiro e Chefe do Poder Executivo (art. 102, § 2.º da Constituição).

Não obsta a que seja incluído na proposta da Igreja do Morro do Coco o padre Cardoso o ter sido proposto para a de Itabapoana, como cumpria, por ser o unico oppositor a esta: as propostas devem ser o resultado e a expressão exacta do concurso; e então Vossa Magestade Imperial Resolverá como o pedir o bem publico e da Igreja. Não compete ao prelado proponente a apreciação destas circumstancias (Alvará de 14 de Abril de 1781 acima citado). Só lhe é dado fazer observações.

Portanto é a Secção de parecer que, mantido o concurso regularmente feito, seja devolvida ao Rev.^{mo} Bispo diocesano, ou a quem suas vezes fizer, a proposta relativa á Igreja de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, para reduzi-la aos termos da Lei, incluindo os dous oppositores, a fim de que Vossa Magestade Imperial Delibere como fôr justo, á vista desta e da proposta da Igreja de S. Sebastião de Itabapoana, que está regular.

Vossa Magestade Imperial porém Resolverá como Houver por bem.

Sala das conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em 26 de Junho de 1862.—
Visconde de Sapucahy. — Bernardo de Souza Franco. —
Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Como parece.—Paço de S. Christovão em 2 de Julho de 1862.—Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.—
Marquez de Olinda.

N. 308.—FAZENDA.—Em 5 de Julho de 1862.

Os requerimentos em que se passarão certidões só estão sujeitos ao sello destas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista os requerimentos do 2.º Escripturario da Alfandega da Provincia da Bahia José Feliciano de Castilho, transmittidos com os officios da respectiva Presidencia de 26 de Outubro do anno passado e 5 de Maio ultimo, pedindo a gratificação de que trata o art. 103 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da dita Provincia que exija da referida Alfandega, e remetta ao Thesouro as informações que exigem as Circulares de 2 de Março e 10 de Outubro do referido anno; e por esta occasião declara ao mesmo Sr. Inspector que mal e indevidamente foram revalidados os mencionados requerimentos em que foram pelo supplicante pedidas e passadas duas certidões, visto que os mesmos requerimentos não erão sujeitos a sello, e quando o fossem, já havia sido paga a taxa devida das certidões, unica a que taes documentos erão sujeitos, e não haviam portanto incorrido na pena de revalidação; cumprindo que a referida Thesouraria restitua a importancia de taes revalidações no caso que o applicante reclame contra tal cobrança por indevida.

Visconde de Albuquerque.

N. 309.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Julho de 1862.

O Director da Faculdade de Medicina da Bahia approvando a intelligencia que deu a congregação dos lentes sobre o Decreto n.º 2.885 do 1 de Fevereiro deste anno na parte relativa aos pontos sobre que deve versar a prova escripta nos concursos.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Julho de 1862.

Em solução ao officio de 3 do mez passado, em que V. S. communica que, embora o Decreto n.º 2.885 do 1.º de Fevereiro ultimo, relativo ás regras do concurso para o provimento dos lugares de lentes das Faculdades de medicina, não trate positivamente da prova escripta, todavia a congregação dessa

Faculdade, por deducção logica, accordou unanimemente em que os pontos para ella devem exclusivamente versar sobre o objecto da cadeira em concurso; declaro a V. S. que a duvida está resolvida pelo mesmo Decreto, como opina a congregação, e que portanto se deve entender que o disposto para a prova oral e pratica é extensivo á escripta.

Deus Guarde a V.S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 310.—FAZENDA.—Circular em 7 de Julho de 1862.

Não são sujeitos ao sello os livros de termos de juramento e posse dos diferentes Juizes do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que os livros de termos de juramento e posse, existentes nos diversos juizes do Imperio, não são sujeitos a sello.

Visconde de Albuquerque

N. 311.—FAZENDA.—Em 7 de Julho de 1862.

Sobre a cobrança indebita do sello de um contracto calculado sobre a importancia de multas previstas em uma das condições do mesmo contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio n.º 122 de 17 de Setembro do anno proximo passado, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará dá conta de haver deliberado de accordo com o parecer do respectivo Procurador Fiscal, e para que tivesse observancia o art. 13 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que ao capital de 30:000\$ do contracto celebrado pela Presidencia da Provincia com Fran-

cisco José de Mattos para o estabelecimento de uma fazenda normal, se addicionasse para a cobrança do sello proporcional a unidade da multa de 500\$000, prevista em uma das condições do mesmo contracto, por cada mez de excesso do prazo marcado para seu inteiro cumprimento, vista a impossibilidade de definir-se o numero das multas, a que a parte teria de ser sujeita, declara ao mesmo Sr. Inspector que deve restituir ao empregario o sello proporcional correspondente á multa indicada, por ser a decisão de que se trata manifestamente contraria ao disposto no supracitado artigo; porquanto, não podia semelhante multa ser considerada uma obrigação correlativa do contracto nos termos do dito art. 13, a fim de pagar sello proporcional, mas sim uma pena tão sómente estabelecida para o caso da não observancia do dito contracto; e seria menos justo cobrar sello proporcional de uma quantia que o empregario, bem longe de receber, teria de pagar, quando incorresse em falta, podendo o mesmo acontecer que não se achasse a ella obrigado em tempo algum, pelo facto de haver terminado a sua empresa no prazo estipulado.

Visconde de Albuquerque.

N. 312. — FAZENDA. — Em 9 de Julho de 1862.

O sello fixo de cada meia folha de papel, segundo o seu formato, não póde exceder de 200 réis

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 134 de 23 de Novembro de 1861, que, como já foi declarado pela Ordem n.º 58 de 5 de Dezembro do referido anno expedida á mesma Thesouraria, o sello fixo de cada meia folha de papel, segundo o seu formato, na conformidade da disposição 2.ª do art. 11, § 1.º da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, não póde exceder de 200 réis.

Visconde de Albuquerque.

N.º 313.—GUERRA.—Aviso de 9 de Julho de 1862.

Determinando que sejam requisitadas officialmente pela Presidencia da Provincia as certidões de idade dos voluntarios, na hypothese de não poderem estes exhibi-las, em consequência da distancia das parochias, onde forão baptisados.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accuso recebido o officio de V. Ex. n.º 174 de 5 de Junho proximo passado, apresentando a duvida, que se offerece sobre a impossibilidade, em muitos casos, de se verificar a idade dos voluntarios para o abono do competente premio, e em resposta sou a dizer a V. Ex. que, na hypothese figurada de não poder o individuo exhibir sua certidão de idade pela distancia da parochia onde foi baptisado, deverá o Commandante do Corpo assim o participar á Presidencia, para que esta exija officialmente do respectivo parochio a conveniente declaração.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N.º 314.—GUERRA.—Aviso de 9 de Julho de 1862.

Versando ácerca dos premios de voluntarios ou engajados das praças, que, por extincção das Companhias de Pedestres, passarão para o Corpo de Guarnição.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Respondendo ao seu officio n.º 63 de 28 de Junho findo a respeito dos premios de voluntarios ou engajados, das praças, que, por extincção das Companhias de Pedestres, passarão para o Corpo de Guarnição, tenbo de significar a V. Ex. que por Aviso de 13 de Agosto do anno proximo passado, se declarou que esses premios não podião ter alteração, quanto ao passado, mas que, no caso de taes praças concluirem o seu tempo de serviço e se engajarem de novo, terão direito ao mesmo premio, que se abona nos Corpos mo-
veis.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 315.—GUERRA. —Circular de 11 de Julho de 1862, ás Presidências das Províncias, excepto a de S. Pedro do Sul.

Declarando que não será levado em conta qualquer documento comprobatorio de despesas feitas com a Guarda Nacional destacada.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—No exercicio, que começou este mez, não tem o Ministerio a meu cargo credito para a retribuição da Guarda Nacional destacada, porque, contando-se apenas com quatorze mil praças de pret, numero que não pôde deixar de estar sempre preenchido, não ficão sobras, com que se possa occorrer áquella despesa. Fique, pois, V. Ex. na intelligencia de que pela Repartição da Guerra não será levado em conta qualquer documento de despesa de semelhante natureza.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de

N. 316.—GUERRA.—Aviso de 11 de Julho de 1862.

Recommendo a maior parcimonia na autorisação de despesas com o serviço da Guarda Nacional destacada.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em Aviso circular desta data se declarou ás Províncias que este Ministerio não levaria em conta, por falta de credito, qualquer despesa, que se fizer com o serviço da Guarda Nacional. As circumstancias especiaes da de S. Pedro do Rio Grande, aconselharão exceptua-la desta medida; mas a prudencia de V. Ex. limitará o numero de destacamentos da Guarda Nacional, bem como o de guardas de cada um ao que fôr absolutamente indispensavel: o que haverá por muito recommendado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 317.—GUERRA.—Em 12 de Julho de 1862.

Indicando o modo de evitar-se que se reproduza o facto de assentarem praça, como voluntarios, nos Corpos de Guarnição na Provincia de Pernambuco, individuos que são desertores da Armada Nacional.

2.^a Directoria Geral. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 Julho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo-se repetidas vezes alistado como voluntarios nos Corpos do Exercito pertencentes á Guarnição dessa Provincia, individuos que são desertores da Estação Naval da mesma Provincia, segundo communicou o respectivo Commandante; e solicitando o Sr. Ministro da Marinha providencias para que se não repitão taes alistamentos, dos quaes pôde resultar, além de outros inconvenientes, prejuizo á Fazenda Publica, expeça V. Ex. ordem para que d'ora em diante nenhum voluntario assente praça sem que haja certeza de que elle não pertence á Armada Nacional, sendo em caso de duvida mandado apresentar á Autoridade competente da mesma Armada, para que se proceda ás necessarias averiguações.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 318.—MARINHA. — Aviso de 12 de Julho de 1862.

Estabelece a maneira por que deve ser observada a disposição do artigo 39.^o do Regulamento da Praticagem da barra da Provincia do Rio Grande do Sul, mandado executar por Aviso de 16 de Novembro de 1857.

2.^a Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 12 de Julho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com o parecer expendido pelo Conselho Naval em Consulta n.^o 614, de 17 de Junho ultimo, ácerca da representação do Administrador da Praticagem da barra dessa Provincia, que por copia acompanhára o officio de V. Ex. n.^o 55, de 13 de Maio do corrente, relativamente ao disposto no art. 39.^o do Regulamento do serviço da mesma Praticagem, mandado observar por Aviso de 16 de Novembro de 1857, Ha por bem Determinar que na execução do dito artigo se proceda, como até agora, enviando-se, segundo está prescripto, para bordo dos navios, que sahirem sem ser rebocados, os Praticos disponíveis; devendo, porém, quando o numero de taes navios excee-

der ao desses Praticos, ir os mesmos ou alguns nas embarcações da vanguarda, seguindo as demais nas suas aguas, visto a natureza da mencionada barra exigir que todas aproveitem o ensejo da sahida: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução; declarando, finalmente, que dest'arte desaparece, tanto a necessidade de augmentar-se o numero de 2.^o e 3.^o Praticos, actualmente ahí existente, como a conveniencia de restabelecer-se a antiga contribuição de 19\$200 réis, proposta pelo supracitado Administrador.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—

Ao Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 319.—FAZENDA.—Em 12 de Julho de 1862.

Cobrança de fóros de terrenos de Marinhãs, dadas certas hypotheses.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1862.

Tendo em vista o officio do Collector do municipio de S. João da Barra na Provincia do Rio de Janeiro, ácerca da irregularidade da cobrança dos fóros de terrenos de marinhãs do dito municipio; cumpre que V. S. determine o seguinte: quanto aos foreiros já fallecidos, que proceda as convenientes diligencias para saber se deixarão ou não herdeiros que seguindo as forças do espolio paguem os fóros vencidos, e por sua propria conta os que se forem vencendo. Se porém não houverem herdeiros e os terrenos por abandonados tiverem ficado devolutos, isso mesmo lhe cumpre declarar ao Thesouro; quanto aos que se mudarão para pontos incertos e inteiramente desconhecidos, que os deverá convocar pelos meios de publicidade ao seu alcance a que compareção para que fação as precisas declarações, sob pena de serem considerados abandonados os terrenos e aforados pela autoridade competente a quem os requerer; quanto finalmente aos que, residindo no municipio, negarem possuir a quantidade do terreno cujo fóro lhes fór exigido, que use dos recursos legaes para obriga-los aos pagamentos devidos, solicitando do Thesouro as providencias que excedão a sua alçada, a fim de que o mesmo Thesouro tome aquellas que no caso couberem.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 320. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1862.

Declara, que os Inspectores das Alfandegas devem decidir conforme fôr de direito, as questões das partes, deixando á estas o recurso para a Autoridade Superior; e bem assim esclarece sobre outros pontos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1862.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o officio dessa Inspectoria n.º 837 de 28 de Abril ultimo, consultando qual deva ser o seu procedimento em relação ao acto criminoso da falsificação praticada pelo caixeiro despachante da casa commercial desta praça Daeniker & Comp. na verba da distribuição ao conferente de sahida na nota de despachô para consumo de varias mercadorias, na duvida em que se acha, se deve ou não considerar cívado de falsificação todo o despacho e instaurar o processo de apprehensão nos termos do Regulamento das Alfandegas, retendo todos os volumes constantes do despacho, ou, paga a differença de qualidade encontrada, limitar-se a fazer lavrar auto pela falsificação havida, e remettê-lo á autoridade policial competente, entregando á parte os volumes legalmente despachados; e o mesmo Tribunal resolveu declarar:

1.º Que mal cabida foi semelhante consulta, a vista da clara e positiva disposição do art. 779 do Regulamento já curialmente entendida e executada por essa Alfandega no caso semelhante do despachante José Carlos Marinho, que falsificára uma guia de 200 barris com vinho, despachado por Aranaga & Filho, bem como em face do que ao Inspector prescreve o § 37 do art. 126 do Regulamento, e do que determinão as Ordens n.º 120 de 15 de Setembro de 1847 e n.º 196 de 28 de Julho de 1832; devendo a Inspectoria em casos como o da Consulta decidir conforme julgar de direito e justiça, deixando á parte o recurso para o Thesouro, quando entender que lhe foi gravosa a decisão, e recorrendo ex-officio, na forma do § 1.º do art. 763 do mesmo Regulamento.

2.º Que, vendo-se, entretanto dos papeis remettidos, que sobre a questão incidente da qualificação das cassas de salpico, não recorreu ex-officio a Inspectoria da sua decisão favoravel á parte e de valor excedente a sua alçada, como é expresso que o deve fazer no citado § 1.º do art. 763, cumpre que a Inspectoria observe exactamente o disposto no mesmo artigo; e tomando conhecimento da decisão, em virtude da suprema administração que sobre os Negocios da Fazenda lhe conferem a Constituição e as Leis, conforme já foi declarado na Ordem de 21 de Fevereiro de 1853, reforma a dita decisão, que houve por ordinarias da Allemanha as cassas de salpico em questão, conformando-se com o voto da Com-

missão da Tarifa que as qualificára á imitação das francezas, de conformidade com o art. 597 da Tarifa, cuja intelligencia verdadeira se não compadece com a decisão reformada. Porquanto, para que bem imposta seja a taxa de 120 réis por vara quadrada ás cassas, como as da questão, não basta que ellas sejam procedentes da Allemanha, mas que também sejam ordinarias, e não á imitação das francezas; sendo que a designação da 2.^a parte do dito art. 597 da Tarifa—de qualquer outra qualidade, francezas ou á sua imitação—compreheende na 1.^a hypothese as cassas entrefinas e finas, bem como na ultima todas quaesquer, sem embargo de procedencia, que forem á imitação das francezas.

3.^o Que, provada, como se acha, a falsidade da distribuição do despacho e da assignatura do Ajudante interino da Inspectoria pelo caixeiro despachante José Domingues dos Santos, não devia a Inspectoria hesitar na applicação do art. 779, especial para o caso; não sendo procedentes as duvidas expostas de ter o despacho passado por todos os tramites legais, e só na verba final do Inspector achar-se falsificado; porquanto, para que deva ser considerado falso ou falsificado um documento, segundo o art. 167 do Código Criminal, não é mister que todo elle se ache contrafeito, bastando que em parte o esteja, mormente quando, como no caso se dera, a falsidade fôra praticada sobre um dos principaes tramites por que passam os despachos, o da conferencia da sahida das mercadorias, versando além disso sobre um acto da administração superior da Alfandega, cuja rubrica fôra contrafeita.

4.^o Finalmente, que o procedimento que deve a Inspectoria ter no caso sobre que consultou fica traçado nos paragraphos antecedentes, de conformidade com o disposto no art. 779 do Regulamento, cuja observancia muito convém aos interesses da Fazenda que seja rigorosamente mantida; cumprindo que a respeito do caixeiro despachante José Domingues dos Santos proceda também nos terminos do art. 638 do mesmo Regulamento.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 321.—IMPERIO.—Aviso de 14 de Julho de 1862.

Ao Director da Academia das Bellas Artes declarando o desconto que se deve fazer aos Professores que faltarem aos trabalhos da Academia.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Julho de 1862.

Em solução ao officio de 18 do mez passado, em que V. S. representa sobre o disposto nos arts. 92, 93 e 109 dos estatutos por que se rege essa Academia, relativamente á multa imposta aos Professores que deixão de comparecer aos seus trabalhos, por serem hoje obsoletas taes disposições, visto como forão decretadas quando o vencimento daquelles empregados constava apenas de ordenado, e actualmente compõe-se de ordenado e gratificação, em virtude do disposto no art. 27 da lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1857, declaro a V. S. que aquelles artigos devem ser entendidos do modo seguinte, conforme as disposições que regem as Faculdades de Medicina e de Direito: os Professores perderão todo o ordenado e gratificação quando faltarem sem motivo justificado aos trabalhos assim das aulas como das congregações, e de quaesquer actos e funções a que são obrigados, e sómente a gratificação, quando justificarem a falta; sendo-lhes o ordenado abonado por duas faltas que derem em cada mez, independentemente de justificação, conforme dispõe o art. 109 dos referidos estatutos.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Academia das Bellas Artes.

N. 322.—FAZENDA.—Em 14 de Julho de 1862.

Confirma uma decisão indeferindo a pretensão de uns filhos naturaes para perceberem o meio soldo de seu pai.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, que foi confirmada a decisão que tomou em sessão da respectiva Junta, pela qual, á vista da doutrina da Ordem n.º 48 de 4 de Novembro de 1848, sancionada pela Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 17 de Março de 1849, indeferio, como consta de seu officio n.º 3 de 2 de Janeiro do corrente anno, o pro-

cesso de habilitação intentado pelos orphãos filhos naturaes do finado Tenente reformado do Exercito João Antonio Ezequiel para perceberem o meio soldo deste. Outrosim que o dito Sr. Inspector, a quem nesta occasião devolve o referido processo, deve fazer revalidar o sello das certidões a fls. 3 e 30 no caso de solicitarem os ditos orphãos o seguimento d'elle por qualquer modo que seja.

Visconde de Albuquerque.

N. 323.—GUERRA.—Aviso de 14 Julho de 1862.

Declarando que o Major reformado Francisco José do Rosario tem direito ao abono de adicional e etapa durante o tempo, em que servio em conselhos de Guerra.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro —Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Julho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao offcio n.º 778 de 10 de Junho findo, com o qual essa Presidencia submette ao conhecimento do Governo Imperial o indeferimento, que dera á pretensão do Major reformado do Exercito Francisco José do Rosario, declaro a V. Ex. que o direito do supplicante ao abono de adicional e etapa, pelo facto de achar-se presidindo a Conselho de Guerra, apoia-se no Aviso de 13 de Agosto de 1855, publicado no *Jornal do Commercio* n.º 226 de 17 do mesmo mez, bem como nos de 21 de Julho e 21 de Dezembro de 1860, expedido aquelle ao Inspector da Pagadoria das Tropas da Côte, e este ao Presidente do Maranhão.

Com quanto, pois, seja louvavel o escrupulo da Thesouraria da Fazenda, V. Ex. deferirá ao supplicante, mandando abonar-lhe as vantagens de adicional e etapa, durante o tempo do Conselho de Guerra, de que foi Presidente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 324.—FAZENDA.—Em 15 de Julho de 1862.

Deve constar das precatórias a nota de—valha sem sello ex causa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1862.

Communico a Vm. para os devidos effeitos, que não pôde ser cumprida no Thesouro Nacional a precatória expedida por

esse Juiz em 13 de Abril ultimo para ser José Joaquim de Oliveira e Silva pago da quantia de 1:547\$513 pela herança de Candido José da Silveira; porque não consta da mesma precatória a nota de—*valha sem sello ex causa*—que nos Juizos fóra da sede da Relação supprime o do transito pela Chancellaria.

Deus Guarde a Vm.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Juiz Municipal do Termo de Itaguahy.

N. 323.—ESTRANGEIROS.—Em 15 de Julho de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara que vigorando a respeito dos Consules Portuguezes o Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, em virtude de accordo especial, celebrado nesta Còrte, nos termos do art. 24 do mesmo Decreto, entre o Governo Imperial e o de S. M. Fidelissima, não lhes podem ser applicaveis quaesquer outras disposições em contrario.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Pelo seu officio n.º 19 de 11 de Junho findo, que accuso recebido, communica V. Ex. ao Governo Imperial a decisão que proferio no recurso que para essa Presidencia interpôz Francisco José de Macedo da decisão dada pelo Juiz de Orphãos sobre o requerimento em que pedia autorisação para que do producto da herança do subdito portuguez Antonio Domingos Barboza lhe fosse paga a quantia de 2:363\$632, importancia de uma divida a que estava sujeita a mesma herança.

Declarando que o Decreto de 8 de Novembro de 1851 não foi revogado ou alterado pelo de 15 de Julho de 1859 na questão vertente, e que portanto o referido Juiz podia ter ordenado o pagamento, com audiencia prévia do Agente Consular, devendo em todo o caso a parte interessada recorrer ao superior competente, bem e regularmente procedeu V. Ex.

A observancia do Regulamento de 8 de Novembro, que teve por objecto estabelecer o modo pratico da arrecadação do espolio dos subditos estrangeiros fallecidos no Imperio *ab intestato* foi garantida a todas as potencias que nos offerecessem a reciprocidade por sua parte. E, pois, desde que pelos meios officiaes e sollemnes de estylo fosse mutuamente affiançada a reciprocidade, é claro que o dito Regulamento tornou-se um ajuste internacional, cujas disposições só por outro ajuste internacional podem ser revogadas ou modificadas, e nunea por

quaesquer Leis ou Regulamentos concernentes ao serviço interno do Paiz.

Ora, tendo sido Portugal uma das potencias que aceitarão a reciprocidade offerecida, como consta do accordo celebrado nesta Côrte pelas notas reversaes de 18 de de Novembro e 9 de Dezembro de 1851, e mandado executar pelo Decreto n.º 882 desta ultima data, já se vê que está comprehendida no principio que fica exposto, e por conseguinte que não podem ser invocadas as disposições do Regulamento de 15 de Junho de 1839, nem de outra qualquer, que contrariem as do de 8 de Novembro de 1851.

Respondendo assim ao officio de V. Ex. tenho por conveniente recomendar-lhe que neste sentido instrua ao Juiz de Orphãos dessa Capital.

Reitero a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.—*Marquez de Abrantes.*—A' S. Ex. o Sr. Francisco de Assis Pereira Rocha.

N. 326.—IMPERIO.—Portaria de 16 de Julho de 1862.

A' Ill.^{ma} Camara Municipal declarando o sentido das posturas deste Municipio sobre a collocação de lagedo na frente dos predios.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Julho de 1862.

Em resposta ao officio de 5 do corrente mez, em que a Ill.^{ma} Camara Municipal pede a expedição de ordem para que se colloquem nas frentes do edificio da Secretaria do Imperio e da Typographia Nacional os lagedos que faltão, Manda Sua Magestade o Imperador declarar á mesma Camara que a obrigação dos proprietarios dos predios de collocarem lagedo derivando-se do § 12 tit. 1.º Secção 2.^a do Codigo de posturas, com a alteração, quanto a largura, da postura de 14 de Abril de 1852, não comprehende a substituição dos mesmos lagedos quando destruidos por mão estranha: e sendo as faltas dos que existem nas frentes daquelles edificios provenientes da destruição que se fez dos que existião quando se procedeu ultimamente ao calçamento da rua da Guarda-Velha, esperava o Governo que o Empreziario do mesmo calçamento os fizesse substituir á sua expensa, como era, e ainda é de seu dever, e por isso não se officiou á Ill.^{ma} Camara, logo que forão notadas as faltas dos lagedos; cumprindo que a Ill.^{ma} Camara providencie convenientemente sobre os reparos de que trata.—*Marquez de Olinda.*

N. 327.—FAZENDA.—Em 16 de Julho de 1862.

E' incompativel o emprego de Solicitador dos Feitos da Fazenda com o de Promotor Publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 55 de 30 de Maio ultimo, que é incompativel o lugar de Solicitador dos Feitos da Fazenda com o de Promotor Publico, visto como, tendo sido considerado incompativel pelo Aviso de 14 de Fevereiro de 1855 o lugar de Promotor com o de Procurador Fiscal, que não tem obrigação de comparecer diariamente na Thesouraria, e só raras vezes precisará assistir pessoalmente á actos e diligencias judicias, é com maioria de razão incompativel com o exercicio de Solicitador, que tem de promover o andamento das causas e processos da Fazenda, e residir nas audiencias, e ajudar ao Procurador Fiscal em trabalhos diarios e imprescindiveis.

Visconde de Albuquerque.

—Na mesma data communicou-se ao Presidente da Provincia.

N. 328.—FAZENDA.—Em 17 de Julho de 1862.

Extincção do usufructo de um legado na hypothese de um terceiro comprar o direito do usufructo ao usufructuario e a propriedade do legado ao legatario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que foi deferido pelo Tribunal do Thesouro o recurso do Major José Joaquim Ferreira, pedindo, que tendo vendido a Frederico Rodolpho Lahameyer o usufructo, e sua filha D. Joaquina Amalia da Cunha Ferreira a propriedade das casas n.º 9 e 11 da praça dos Lazares, e sendo julgado por sentença extincto o dito usufructo; depois de paga a decima delle se averbe no competente livro o dito pagamento para não continuar a ser-lhe extinguido; por quanto sendo a consolidação ou confusão do usufructo e propriedade em uma mesma pessoa por qualquer titulo, um

dos modos por que em direito se extingue o mesmo usufructo, deve ser encerrada a conta aberta ao recorrente nessa Repartição para o pagamento do imposto respectivo, considerando-se extinto o usufructo já assim declarado por sentença do poder judiciário; cumprindo observar que a verba testamentaria estabelece simplesmente que a propriedade das ditas casas não passe á filha do recorrente sem que cesse o usufructo pelo fallecimento do mesmo recorrente, mas desde que ambos vendêrão, um o usufructo e a outra a propriedade que lhes fôra deixada, passa para o comprador o dominio pleno da propriedade, acaba-se portanto o usufructo e não é licito fazê-lo reviver, sem embargo de haver declarado na escriptura de venda, — que o preço desta seria empregado mais productivamente para o recorrente usufructuario continuar a desfructa-lo até que por sua morte passe o mesmo preço á sua filha.

Visconde de Albuquerque.

N. 329.—GUERRA.—Aviso de 17 de Julho de 1862.

Declarando que os Tenentes Luiz Vieira Ferreira e Julio Anacleto Falcão da Frota não teem direito, como Lentes da Escola Militar Auxiliat, ao vencimento de cavalgadura, que compete exclusivamente aos officiaes montados.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Julho de 1862.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Em solução ao officio n.º 203 de 30 de Maio findo, com o qual essa Presidencia submette á deliberação do Governo Imperial os requerimentos, em que os Tenentes do Estado Maior de 1.^a Classe Luiz Vieira Ferreira e Julio Anacleto Falcão da Frota recorrem da impugnação da respectiva Thesouraria da Fazenda ao abono de quantitativo para compra de cavallos, a que se julgão com direito como Lentes repetidores da Escola Militar auxiliar dessa Provincia, communico a V. Ex. que o facto de ser assemelhado o exercicio em questão ao de Estado Maior de 1.^a Classe, nem estabelece a doutrina de que seja emprego proprio dessa arma, nem tão pouco que compita aos supplicantes o vencimento de cavalgadura, a que exclusivamente teem direito os officiaes montados, não lhes podendo de mais aproveitar a 6.^a observação da Tabella do 1.º de Maio de 1858, visto que, segundo as disposições em vigor, nenhum direito dão os exercicios interinos, como os de que se trata, ao abono de cavalgaduras: é, pois, fundamentada a impugnação da Thesouraria de Fa-

Decisões do Governo.

zenda, e inadmissível a pretensão dos supplicantes, como V. Ex. lhes fará constar.

Deus Guarde a V. Ex.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 330.— GUERRA.— Circular ás Presidencias das Provincias, excepto a de S. Pedro do Sul em 17 de Julho de 1862.

Determinando que toda e qualquer despeza, que se houver de fazer com movimento de forças e destacamentos, que exceder a prevista nas Tabellas e Regulamentos em vigor, corra por conta dos cofres provinciaes, conforme é de razão.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Em attenção á circumstancias extraordinarias, que se tem dado em differentes épocas, o Governo Imperial consentia que muitas despesas que deverão ser pagas pelos cofres provinciaes, o fossem pelos geraes, e quasi sempre por conta do Ministerio da Guerra. Nem as circumstancias, que autorisarão semelhante procedimento, se dão hoje, nem o Governo Imperial pôde continuar a supportar taes encargos, em vista das restricções do credito concedido pelo Corpo Legislativo. Cumpre, portanto, que V. Ex. tome as medidas necessarias para que toda e qualquer despeza, que haja de ser feita com movimento de forças e destacamentos, que exceder á prevista nas Tabellas e Regulamentos em vigor, corra por conta dos cofres dessa Provincia, como é de razão. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 331.— GUERRA.— Aviso de 17 de Julho de 1862.

Autorisando as despesas com alugueis de carretas para condução de mantimentos e barracas dos destacamentos, uma vez que sejam indispensaveis, convido porém que, não obstante haver sido exceptuada a Provincia da determinação constante da Circular expedida nesta data, os cofres provinciaes concorram para o pagamento das despesas provenientes do movimento de forças destinadas a serviço policial.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Accuso recebido o officio de V. Ex. n.^o 248 de 28 de Junho ultimo sobre o aluguel de carretas para con-

dução de mantimentos e barracas dos destacamentos. Todo o escrupulo das Thesourarias da Fazenda em aceitar quaesquer despesas imprevistas nos Regulamentos e ordens do Governo Imperial é muito louvavel; mas as razões produzidas pelo Commandante das Armas tambem são attendiveis, e assim é consequente que taes despesas sejam levadas em conta sempre que se verifique que erão indispensaveis. Para semelhantes serviços cumpre que sejam aproveitadas as carretas da Companhia de transportes quanto fôr possível, e sobretudo que não se introduzão novos abusos, que vão inutilisar os esforços da Thesouraria de Fazenda na fiscalisação dos dinheiros publicos. Nesta data se expede Circular a todas as Provincias, declarando que nenhuma despesa com movimento de forças e destacamentos, que exceder á prevista dos Regulamentos Militares, será levada em conta pelo Ministerio a meu cargo, por dever recahir nos cofres provinciaes; e, com quanto a que V. Ex. administra fosse exceptuada desta determinação, seria para de-sejar que, sempre que taes movimentos ou destacamentos tenham por fim algum serviço policial, os cofres da Provincia os auxiliem, pagando as despesas que elles occasionarem.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polyoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 332.—GUERRA.—Aviso de 19 de Julho de 1862.

Removendo os embaraços que se tem suscitado na execução do Aviso Circular de 8 de Março de 1859, versando acerca da liquidação das dividas antigas das praças de pret, independente da sua baixa.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o officio do Tenente General Graduado Commandante das Armas dessa Provincia, n.^o 1.354 de 29 de Junho findo, pedindo providencias para que cessem os embaraços, que se tem dado para a execução do Aviso Circular de 8 de Março de 1859, que mandou liquidar as dividas antigas das praças de pret independente de sua baixa. Não está alli claramente declarado qual o obice, que tem dificultado o andamento dos processos dessas dividas; mas, se provém de exigir a Thesouraria da Fazenda que os requerimentos sejam dirigidos ao Inspector, está em seu direito, porque assim o determinão as Instruções do Thesouro Nacional; mas, se a duvida provém de querer a mesma Thesouraria que taes requerimentos lhe sejam entregues directamente pelos in-

teressados, commette um erro, porque, nem as praças de pret podem sahir de sob a tutela de seus Chefes, nem transportarem-se de todos os pontos da Provincia para a Capital, para ahi requererem. Em consequencia, expeça V. Ex. ordem á Thesouraria da Fazenda para que, por sua parte, obvie as duvidas que se tem suscitado, dirigindo áquelle Tenente General um resumo das disposições, que regem a materia, a fim de que elle instrua os Commandantes dos Corpos da maneira, por que devem proceder quando haja dividas de exercicios findos para liquidar; a fim de que cada um se conforme por sua parte com a praxe estabelecida, que não póde ser alterada por mal entendidas questões de amor proprio, em prejuizo de terceiro e tambem do serviço publico.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 333.—FAZENDA.—Em 19 de Julho de 1862.

Sello de requerimentos que por si só podem dar principio a um processo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro 19 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 9 de 8 de Fevereiro do corrente anno no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas consulta sobre o sello que deve pagar cada meia folha de papel dos requerimentos, que por si só podem dar principio a um processo; parecendo-lhe estarem elles de alguma forma comprehendidos na disposição 2.ª do § 9.º do art. 11 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, não obstante deprehender-se o contrario da observação 1.ª do § 1.º do art. 58 do Regulamento de 27 de Dezembro seguinte, e da Circular n.º 17 de 25 de Fevereiro de 1861: declara ao dito Sr. Inspector que os requerimentos citados estão sujeitos á taxa de 100 réis mencionada na sobredita observação, não excedendo em suas dimensões a 12 pollegadas de comprido e 8 de largo, e, quando excedem, á de 200 réis.

Visconde de Albuquerque,

N. 334.—FAZENDA.—Em 19 de Julho de 1862.

Os terrenos beira-rios não se concedem ás Camaras Municipaes como fonte de renda, nem delles se passam titulos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo em vista o officio de V. Ex. de 27 de Novembro do anno passado, sob n.º 45, relativamente á concessão feita á Camara Municipal de Porto Alegre nessa Provincia para logradouro publico, dos terrenos beira-rio no caminho novo que havião sido pedidos pelos proprietarios dos predios fronteiros; tenho a dizer a V. Ex. que approvo a referida concessão a fim de que a dita Camara leve a effeito o seu projecto de embellezamento da mesma Cidade; devendo porém V. Ex. prevenir-lhes que não póde ella converter esse terreno em fonte de rendas, não o podendo arrendar, ou fazer-se por qualquer modo que seja pagar do uso que o publico tirar da servidão delle. E como dos logradouros publicos se não passam titulos ás Camaras, convém, para que a todo tempo conste qual é a extensão e configuração dos mencionados terrenos, que a planta delles seja archivada tanto na Thesouraria de Fazenda dessa Provincia como na Secretaria da respectiva Camara Municipal, sendo a da Thesouraria rubricada pelo Presidente da Camara, e a deo pelo Inspector da Thesouraria. E por esta occasião recomendo a V. Ex., que deve mandar fazer não só o assentamento dos terrenos concedidos para logradouros publicos como de outros quaesquer, especificando-se as dimensões, confrontações, e extensão e a data da concessão.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 335.—FAZENDA.—Em 19 de Julho de 1862.

O Empregado de Fazenda cujo vencimento se compõe sómente de gratificação tem direito a cobrança integral della sendo absolvido em crime de responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo ao requerimento, transmittido pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Parahyba com seu

officio n.º 10 de 3 de Fevereiro ultimo, no qual o ex-Fiel do Thesoureiro da respectiva Alfandega Manoel José de Castro, pede se lhe mande pagar o vencimento que naquella qualidade percebia, correspondente ao tempo decorrido de 22 de Agosto de 1861, dia seguinte ao em que fôra suspenso pela Presidencia da Provincia para ser submittido a processo, até 28 de Dezembro do mesmo anno em que pedira e obtivera demissão do referido emprego, sob fundamento de ter sido absolvido em tal processo; declara ao dito Sr. Inspector, para sua intelligencia e devidos effeitos que o Supplicante, na fórma da legislação em vigor, teria direito de receber o ordenado integral; e como o seu vencimento se compõe sómente de gratificação, deve elle ser pago da mesma por inteiro em virtude da Imperial Resolução de Consulta de 26 de Abril do corrente anno.

Visconde de Albuquerque.

N. 336.—FAZENDA.—Em 22 de Julho de 1862.

Nas precatórias deve existir a verba de — valha sem sello ex causa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1862.

Não podendo ser cumprida a precatória expedida por esse Juizo ao Thesouro Nacional em 12 de Abril ultimo em favor de Feliciano Porfirio Bastos como exequente da herança de Candido José da Silveira, porque falta na mesma precatória a nota substitutiva do transito na Chancellaria — *valha sem sello ex causa* —; assim o communico a Vm. para os fins convenientes.

Deus Guarde a Vm.—*Visconde de Albuquerque.* — Sr. Juiz Municipal do Termo de Itaguahy.

N. 337.—FAZENDA.—Em 22 de Julho de 1862.

Os conhecimentos fornecidos aos Exactores para cobrança de impostos devem ser impressos e em livro de talão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria,

de Fazenda de Pernambuco, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, á vista dos fundamentos da decisão da Thesouraria, que julgou o Bacharel Gervasio Gonçalves da Silva, na qualidade de herdeiro e representante do fallecido Francisco da Silva S. Thiago, fiador que foi do ex-Collector de Rendas do Rio Formoso, Manoel Marcellino Paes Barreto, responsavel para com a Fazenda Nacional pela quantia de 755\$897, importancia do alcance em que se acha ainda o mencionado ex-Collector, além dos juros de 9 % na fórma do art. 43 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, resolveu indeferir o recurso que o dito Bacharel interpôz de tal decisão. E por esta occasião ordena ao mesmo Sr. Inspector que faça cessar a pratica em que está a Repartição a seu cargo de fornecer conhecimentos avulsos, bem que impressos, ás collectorias e Mesas de Rendas para a cobrança da divida activa; substituindo-os por um livro de talão, como os das demais rendas, o qual deverá ser recolhido á Thesouraria annualmente com os outros livros dessas Estações.

Visconde de Albuquerque.

N. 338. — GUERRA. — Aviso de 22 de Julho de 1862.

Approvando a deliberação que tomou de mandar recolher á Thesouraria da Fazenda a importancia do saldo accumulado das sobras da diaria abonada aos africanos livres ao serviço do respectivo Arsenal de Guerra, providencia esta, que deve ser adoptada no fim de cada exercicio, escripturando-se a importancia como despeza a annular no paragrapho — Arsenal de Guerra.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Julho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Accuso recebido o officio de V. Ex. n.º 669 de 5 deste mez, participando a deliberação que tomou, de accordo com o Coronel Director do Arsenal de Guerra, de mandar recolher á Thesouraria de Fazenda a quantia de 4:698\$058, de saldo accumulado desde 1856, das sobras da diaria abonada aos africanos livres ao serviço do mesmo Arsenal. E' muito louvavel o accordo alludido, e muito convém que fique em regra recolherem-se no fim de cada exercicio á Thesouraria de Fazenda as sobras, que se tenham realizado nesse ramo de despeza, cuja importancia deverá alli ser escripturada como despeza a annular no paragrapho — Arsenaes de Guerra. — No caso de que se trata, sendo aquella quantia proveniente de sobras de varios exercicios, cumpre que a parte correspondente ao de 1861 — 1862

seja escripturada da mesma maneira, e a que corresponder aos anteriores, como renda extraordinaria.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 339.—FAZENDA.—Em 23 de Julho de 1862.

Quando as provisões de Vigarios encommendados estão sujeitas ao sello fixo e quando ao proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1862.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que á vista da doutrina do art. 59, § 4º, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, as Provisões de Vigarios encommendados estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis quando tenham de servir por menos de um anno, e ao sello proporcional quando são passadas para durar por um anno ou por mais deste tempo; devendo portanto aquellas das ditas Provisões expedidas, quando já existia em execução o citado Regulamento, e que estando sujeitas ao sello proporcional, só pagarão o fixo, satisfazer agora a differença da taxa, sem revalidação porém; porque a irregularidade de semelhante cobrança foi motivada pela intelligencia, embora menos acertada, que derão á respectiva legislação as Repartições encarregadas de fiscalisar a arrecadação de que se trata.

Visconde de Albuquerque.

N. 340.—FAZENDA.—Em 25 de Julho de 1862.

Os requerimentos para dispensas matrimoniaes devem ser sellados antes de irem a informar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, que bem resolveu a questão, de que se

conta em seu officio n.º 45 de 14 do mez passado, suscitada entre o Vigario da freguezia do Lagarto e o Collector das Rendas geraes do respectivo Municipio; isto é, que os requerimentos feitos ao Diocesano ou Vigario geral sobre dispensas matrimoniaes devem ser sellados antes da apresentação ao Vigario da freguezia para informar; por quanto foi a resolução dada de conformidade com a Circular n.º 18, de 11 de Março deste anno, que determina que sejam sellados antes da apresentação para informação ou despacho todos os requerimentos, com excepção unicamente dos de Officiaes e Praças do Exercito e da Armada, de Corpos Policiaes e Guarda Nacional destacada, que se acharem em serviço fóra do Municipio da Côrte e das Capitães das Provincias; bem como aquelles em que se pedirem certidões, attestados ou documentos de qualquer natureza, porque taes documentos deverãõ ser sellados quando se juntarem a autos e petições, na fórma do art. 59 § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1800.

Visconde de Albuquerque.

N. 341.—MARINHA.—Aviso de 25 de Julho de 1862.

Declara que vencimentos se devem abonar aos Officiaes da Armada, e das classes annexas, quer do numero, quer extranumerarios, que, sendo desligados do serviço dos navios de guerra, nelles se conservão depositados.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 25 de Julho de 1862.

Convindo estabelecer uma regra ácerca dos Officiaes do Corpo da Armada, e das classes annexas, quer do numero, quer extranumerarios, que, sendo desligados do serviço dos navios de guerra, nelles se conservão depositados, Manda S. M. O Imperador declarar que os ditos Officiaes, no caso de que se trata, devem ser considerados como effectivamente embarcados, e addidos ás guarnições dos navios onde se acharem, percebendo os respectivos vencimentos e vantagens, uma vez que a demora em regressarem á Côrte, ou seguirem para as Provincias, a que se destinarem, não provenha de falta de diligencia de sua parte; devendo mencionar-se esta circumstancia nas guias de desembarque, que se lhes der, e ser empregados no serviço dos mesmos navios, quando não haja nisso inconveniente, á vista de suas patentes, ou graduações, de conformidade com o que dispõe a Resolução de Consulta de 23 de Maio de 1837, relativamente aos Officiaes, que são trans-

Decisões do Governo.

portados da Córte para as Provincias: o que communico a V. S. para seu conhecimento, e expedição das necessarias ordens a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Capitão de Fragata encarregado interinamente do Quartel General da Marinha.

N. 342.—MARINHA. — Aviso de 25 de Julho de 1862.

Declara que deve ser feita á custa dos Secretarios das Capitancias de Portos a despesa com a impressão de papeis, pelos quaes percebem elles emolumentos.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 25 de Julho de 1862.

Sendo contrario aos interesses da Fazenda que se fação á custa dos cofres publicos despezas com impressões de papeis, pelos quaes, em virtude de tarifas approvadas pelo Governo, cobrão emolumentos os Secretarios das Capitancias de Portos, Determina Sua Magestade O Imperador que taes impressões, que só tem por fim reduzir ou simplificar o trabalho material dos referidos Secretarios, sejão pagas pelos mesmos funcionarios: o que communico a V. S. para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Ao Sr. Contador da Marinha.

N. 343.—MARINHA.—Aviso de 26 de Julho de 1862.

Declara que o premio de alistamento voluntario dos menores para as Companhias de Aprendizizes Marinheiros é sómente devido aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer.

1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 26 de Julho de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução á duvida apresentada pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, e por V. Ex. transmittida ao meu conhecimento em officio n.º 51 de 3 do corrente, acerca do abono da gratificação de 100\$000 aos menores, que se alistão voluntariamente na Companhia de Aprendizizes Marinheiros, tenho a declarar a V. Ex., para seu conhecimento,

fazer sciende á mesma Thesouraria, que bem pensada é a opinião por ella sustentada de que sómente aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer é devido o premio do alistamento dos menores; cumprindo que nesta intelligencia, que é a da Lei, se proceda d'aqui em diante; devendo V. Ex. providenciar, para que a Fazenda Nacional seja indemnizada dos premios, que tem sido entregues a outras pessoas quaesquer, que não sejam as acima indicadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Raimundo de Lamare*.—
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 344. — FAZENDA. — Em 28 de Julho de 1862.

Para inspecionar as Collectorias devem ser commissionados Empregados de Fazenda e não Officiaes do Corpo de Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 45 de 11 de Abril do anno passado, informando qual a razão por que mandou inspecionar as respectivas Collectorias por Officiaes do Corpo Policial, que as inspecções de que trata o art. 31 § 9.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851 só podem ser encarregadas a Empregados de Fazenda.

Visconde de Albuquerque.

N. 345. — FAZENDA. — Circular em 28 de Julho de 1862.

Fornecimento de livros e outros objectos precisos para o expediente das Repartições Fiscaes nas Provincias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, notando que a maior parte das Thesourarias de

Fazenda e Alfandegas, depois das Circulares de 13 de Fevereiro e 5 de Março do anno passado, tem recorrido ao mercado desta Córte, a fim de obterem os livros de que necessitam para o seu expediente, quando talvez com vantagem da Fazenda, ou ainda por igual preço pudesse cada uma das mencionadas Repartições fornecer-se de livros e dos mais objectos precisos na respectiva Provincia, ou nos mercados mais proximos; declara aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias, para sua intelligencia e para o recommendarem aos das Alfandegas, que esse fornecimento deve ser contractado pelos meios competentes nas Provincias, como mais conveniente fôr, e só no caso de falta, ou de maior vantagem, na Córte; dando parte ao Thesouro do que a tal respeito fizerem.

Visconde de Albuquerque.

N. 346. — FAZENDA. — Circular em 28 de Julho de 1862.

Manda abrir concurso para serem preenchidas as vagas existentes nas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal de Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que abram concurso nas mesmas Thesourarias para o preenchimento de todas as vagas existentes nas respectivas Alfandegas, que dependerem dessa formalidade; observando-se a tal respeito as disposições em vigor.

Visconde de Albuquerque.

N. 347. — GUERRA. — Aviso de 28 de Julho de 1862.

Ordenando que a Thesouraria da Fazenda pague a despeza com o enterro da praça de que trata o seu Officio n.º 668 de 5 do corrente, como se este fosse feito por conta da Casa da Caridade, ficando estabelecido como regra para casos semelhantes.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Julho de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Devolvo a V. Ex. a conta, que acompanhou o seu officio n.º 668 de 5 do corrente, da despeza

feita com o enterramento de uma praça, para que ordene á Thesouraria da Fazenda que pague a importancia do enterro como se fosse feito por conta da Casa da Caridade, conforme a autorisação dada pelo Brigadeiro Commandante das Armas, segundo consta das informações a que V. Ex. se referio; ficando isto em regra para casos semelhantes, e outrosim determine V. Ex. á Thesouraria de Fazenda que remetta á Directoria Geral de Contabilidade deste Ministerio uma nota das despezas de taes enterros, a fim de servir de base para uma disposição geral a este respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 348. — FAZENDA. — Em 20 de Julho de 1862.

Os Juizes territoriaes não têm attribuição para se ingerirem em questões de lançamento, arrecadação e restituição de impostos; e nem podem se dirigir aos Collectores das rendas nacionaes por mandado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1862.

Ilmo. e Exmo. Sr. — O Juiz Municipal da Cidade e Termo de Petropolis expedio em 22 de Agosto de 1861 um mandado ao Collector das Rendas Geraes da dita Cidade ordenando-lhe que restituísse a quantia de 191\$612 a Manoel Alves de Azevedo proveniente de impostos que este pagára de mais pela arrematação judicial de uma propriedade por via de execução que a Fazenda Nacional moveu a Luiz José da Victoria.

O Collector respondeu ao dito mandado que não podia satisfazer o seu conteúdo não só porque já havia remettido o producto da referida arrematação para o Thesouro, como tambem porque não se achava competentemente autorizado para fazer a restituição ordenada.

O Juiz em vista da resposta do Collector e em consequencia de requerimento da parte, endereçou em 13 de Setembro do mesmo anno de 1861 uma precatoria ao Thesouro Nacional deprecando a mencionada restituição.

Estes actos do Juiz Municipal de Petropolis importão violação das disposições vigentes entre as quaes está o Aviso n.º 268 de 3 de Outubro de 1859 que declarou não ter o poder judiciario attribuição para ingerir-se em questões da alçada privativa da Administração como são as de lançamento, arrecadação e restituição de impostos, as quaes devem pelas partes

ser levadas á decisão da autoridade administrativa competente.

E' ainda notavel ter o Juiz de que se trata se dirigido ao Collector por um mandado, não sendo esse Agente Fiscal empregado subalterno do Juizo, mas da jurisdicção administrativa, desempenhando no Municipio da Collectoria as funcções de procuradores natos da Fazenda Nacional.

Convindo, pois, que não se repitão factos semelhantes em detrimento do serviço publico e dos direitos dos cidadãos a quem interessa allega-los competentemente para poderem obter a justiça devida; rogo a V. Ex. que se digne tomar as providencias que neste sentido julgar convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*. — Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.

N. 349.—IMPERIO.—Aviso de 30 de Julho de 1862.

Ao Bispo do Rio Grande do Sul declarando que os Sacerdotes estrangeiros, na falta de nacionaes, podem ser nomeados Vigarios Encomendados, ficando as nomeações dependentes de approvação do Governo.

6.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 30 de Julho de 1862.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. — Sua Magestade O Imperador, Tendo Ouvido o Conselho de Estado pleno sobre a Consulta de 12 Outubro do anno passado da Secção dos Negocios do Imperio do mesmo Conselho de Estado, relativa ao officio em que V. Ex. Rev.^{ma} pergunta, se existindo nessa Diocese muitas freguezias pobrissimas, que por concurso não tem podido ser providas, e havendo além disso falta de clero nacional para empregar como Parochos Encomendados, podia V. Ex. Rev.^{ma} nomear para estes cargos Sacerdotes estrangeiros, percebendo elles a mesma congrua que os nacionaes, isto no intuito de acudir aos reclamos de seus Diocesanos, que não cessão de solicitar Vigarios, Houve por bem Declarar por sua immediata Resolução de 22 do corrente mez, tomada sobre Consulta de 4 de Maio ultimo, que os Sacerdotes estrangeiros, na falta de nacionaes, poderão ser nomeados Vigarios Encomendados; ficando as nomeações dependentes de approvação do Governo e outrosim que os nomeados poderão entrar logo em exercício, mas não poderão perceber as respectivas congruas sem que o Governo, recebendo dos prelados a participação das nomeações que fizerem, autorise o pagamento das mesmas congruas.

O que communico a V. Ex. Rev.^{ma} para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.^{ma}.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Bispo do Rio Grande do Sul.

—Na mesma conformidade aos Prelados das outras Dioceses.

N. 350.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862.

Declarando que a classe de Enfermeiros de numero foi abolida pelo Regulamento de 7 de Março de 1857.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Julho de 1862.

Em resposta ao seu officio n.º 223 de 24 deste mez, propondo a duvida, que se offerece á respeito das vantagens dos Enfermeiros de numero, declaro a V. S. que, desde a publicação do Regulamento de 7 de Março de 1857, não pôde existir mais tal classe, havendo por consequencia hoje Enfermeiros-móres, Enfermeiros e Ajudantes, que só teem direito á gratificação, quando em exercicio; que, quando o serviço diminuir nas Enfermarias, devem regressar á Companhia os que excederem ás suas necessidades, assim como deve-se augmentar o numero delles, todas as vezes, que houver mais affluencia de doentes. E, como do enunciado do referido seu officio se presume que existão no Hospital outros Enfermeiros além dos destacados da Companhia respectiva, informe V. S. quantos existem, e que vantagens percebem.

Deus Guarde a V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Director do Hospital Militar da Córte.

N. 351.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862.

Designando quaes os vencimentos, á que teem direito as praças das Colonias Militares, quando destacadas.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1862.

Accuso recebido o seu officio de 18 deste mez, propondo as duvidas, que se lhe offerecem á respeito das praças das Co-

lonias Militares, e, em resposta, declaro a V. S. para seu governo, que as referidas praças, estando destacadas, teem direito a todos os vencimentos, que perceberião se estivessem no Corpo, não os accumulando todavia á qualquer vantagem, que possão perceber pela Colonia. Se taes praças concluem o seu tempo, e se querem de novo engajar, só o poderão fazer para servir no Exército, e não para continuar na Colonia; mas, não se engajando, nem tendo baixa, devem perceber os vencimentos militares, em quanto não entrarem no gozo dos que lhes competirem como Colonos.

Deus Guarde a V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina.

N. 352.—GUERRA.—Aviso de 30 de Julho de 1862.

Approvando o numero e os jornaes dos operarios do respectivo Arsenal de Guerra, arbitrados na tabella annexa ao seu officio n.º 665 de 5 do corrente.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o officio n.º 665 de 5 do corrente, com o qual essa Presidencia submetteu á deliberação do Governo Imperial a tabella do numero e jornal dos operarios do respectivo Arsenal de Guerra, e em resposta declaro a V. Ex. que approvo a fixação alli estabelecida, na fórma do Aviso Circular de 16 de Abril anterior.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco. •

Tabella a que se refere o Aviso desta data.

1.^a E 2.^a CLASSES.

Mestre	3\$300
Contramestre.....	2\$500

Officina de obra branca.

Official.....	1\$500
---------------	--------

Officina de Taquiro e Pintor.

Official	1\$600
----------------	--------

3.^a CLASSE.

Officinas de Ferreiro.

1. ^o Contramestre.....	3\$000
2. ^o dito.....	2\$800
Official.....	1\$480
Malhador.....	\$800

4.^a CLASSE.

Latociros e Fundidores.

Mestre.....	2\$800
Contramestre.....	1\$800

Funileiros.

Official.....	1\$400
---------------	--------

5.^a CLASSE.

Corrieiros e Selleiros.

Mestre.....	3\$200
Contramestre.....	2\$500
Official.....	1\$600

6.^a CLASSE.

Alfaiates.

Mestre.....	3\$100
Contramestre.....	2\$200
Dito.....	2\$000

Cortadores.

1. ^o	1\$800
2. ^o	1\$600
3. ^o	1\$500
4. ^o	1\$280

JORNALEIROS MILITARES.

4.^a CLASSE.

Instrumentista.....	1\$200
Fundidor.....	\$300

Decisões do Governo.

5.^a CLASSE.*Selleiros e Corrieiros.*

1. ^o	1\$200
2. ^o	\$600

4.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1862. — Conforme. — *José Antonio de Calazans Rodrigues.*

N. 353.—GUERRA.—Aviso de 31 de Julho de 1862.

Ordenando que cesse, do 1.^o do corrente mez em diante, o abono da etapa dobrada aos officiaes empregados na Fabrica, bem como o da diaria de 200 réis ás praças de pret.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Julho de 1862.

Fique Vm. na intelligencia de que, a contar do 1.^o deste mez, cessa o abono da etapa dobrada aos officiaes empregados nessa Fabrica, bem como a diaria de 200 réis ás praças de pret, porque nada justifica a continuação de semelhante auxilio, que melhor caberia aos Militares destacados pelas Fronteiras do Imperio, se as Leis vigentes consentissem tal abono.

Deus Guarde a Vm. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.*—Sr. Director interino da Fabrica da Polvora.

N. 354.—IMPERIO.—Aviso de 31 de Julho de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, declarando que as cartas de Bacharel devem ser passadas segundo a formula dada pelos Estatutos, e a verdade dos factos.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 31 de Julho de 1862.

Em solução ao officio de V. S. de 18 do corrente mez, declaro-lhe que com razão escriptou V. S. em mandar passar a carta de Bacharel a Antonio Moniz Sudré de Aragão.

com a data do dia em que deveria ter tomado o grão, se pela decisão da Congregação, a qual o Governo julgou nulla, não fosse impedido de o receber, conforme elle o requerêra, visto como não é permittido, como V. S. com razão entende, nem alterar a verdade dos factos, nem a formula legal estabelecida para as cartas de Bacharel.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

N. 353.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro resolvendo duvidas sobre a retirada do Escrivão da Junta de Qualificação para fóra da parochia antes de findar o prazo para a interposição dos recursos.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, 1.º de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 22 de 31 de Maio ultimo, submettendo á approvação do Governo Imperial a decisão pela qual declarou ao Juiz de Paz Presidente da Junta Qualificadora da parochia de Piratiny que, devendo ser lavrado pelo Escrivão do Juizo de Paz o termo de recurso interposto das decisões das Juntas de Qualificação para os Conselhos Municipaes, não devêra o mesmo Escrivão ter-se ausentado da referida parochia enquanto durasse o prazo concedido ás partes para a interposição desses recursos; e que, portanto, cumpria que elle fosse advertido, a fim de não se reproduzir semelhante falta.

No mesmo officio pergunta V. Ex. se, no caso de que se trata, póde a parte interpôr o seu recurso, sendo o respectivo termo lavrado por qualquer outro Escrivão ou empregado.

Em resposta, declaro a V. Ex., quanto ao primeiro ponto, que o Governo Imperial approva aquella decisão por estar accorde com o que determina o art. 3.º do Decreto n.º 571 de 18 de Março de 1847; cumprindo que, nos casos de impedimento ou falta, o Escrivão o communique immediatamente ao Juiz de Paz para providenciar.

E quanto á duvida proposta por V. Ex., tenho de declarar que, no impedimento ou falta do Escrivão do Juizo de Paz, deve ser chamado, a fim de lavrar o referido termo, e preencher as outras formalidades prescriptas pelo citado Decreto para a interposição dos recursos, o da Subdelegacia, ou, no caso de achar-se tambem este impedido, uma pessoa a quem o Presidente da Junta juramentará, visto que assim está providen-

ciado no art. 30 da Lei de 19 de Agosto de 1846, e terceiro das Instrucções annexas ao Decreto n.º 2.621 de 22 de Agosto de 1836, cujas disposições comprehendem todos os trabalhos cleitoraes, nos quaes está incluído aquelle.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 356.—GUERRA.—Circular do 1.º de Agosto de 1862.

Determinando que se execute litteralmente o disposto nos Avisos de 26 de Agosto e 27 de Dezembro de 1859 quanto ás pessoas, que tem direito a tratamento por conta da Fazenda Nacional.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 1 de Agosto de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—O augmento das despezas, que tem havido com medicamentos, provém em grande parte da distribuição, autorizada pelo Governo Imperial, aos officiaes que são tratados fóra dos Hospitales e Enfermarias e ás suas familias; mas é fóra de duvida que muitos abusos se tem introduzido em semelhante fornecimento, dando se-lhe latitude quanto ás pessoas favorecidas e quanto ás cousas fornecidas, algumas das quaes não podem ser consideradas como medicamentos.

Expeça V. Ex., portanto, as mais terminantes ordens para que se execute litteralmente o disposto nos Avisos de 26 de Agosto e 27 de Dezembro de 1859, que regulão a materia; bem entendido que, além dos officiaes alli indicados, suas mulheres e filhos, nenhuma outra pessoa deve ser contemplada com semelhante favor senão as que por Lei expressa tenham direito a tratamento gratuito, como se declara no final do primeiro Aviso citado, e que o fornecimento se deve limitar ao que propriamente se chama remedios, com exclusão de utensis de qualquer natureza.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 357.— JUSTIÇA.— Aviso de 2 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.— Resolve duvidas sobre a substituição de Juizes de Paz.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 2 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio, em que V. Ex. communicou ter respondido á consulta do 1.^o Juiz de Paz da parochia de Itabaiana, declarando: 1.^o, que competia ao 1.^o Juiz de Paz do quadriennio anterior entrar no exercicio da vara no dia 7 de Janeiro do anno passado por ter sido julgada nulla a eleição de 7 de Setembro de 1860; 2.^o, que quanto á substituição, em vista do Aviso n.^o 38 de 13 de Julho de 1843, é o Juiz de Paz do segundo anno supplente do do primeiro, o do terceiro supplente do do segundo, o do quarto supplente do do terceiro, e o do primeiro supplente do do quarto, seguindo-se no impedimento de qualquer o immediato em votos até esgotar-se a lista dos quatro. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex. baseada na doutrina dos Avisos n.^o 38 de 13 de Julho de 1843, e n.^{os} 8 e 141 de 11 de Janeiro e 24 de Maio de 1849.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 358.— JUSTIÇA.— Aviso de 4 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.— Declara que uma freguezia não pôde ser considerada municipio em quanto não se installa a respectiva Camara.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio em que V. Ex. communicou que, tendo sido a freguezia de S. Bernardo elevada á categoria de municipio pela Lei Provincial de 30 de Julho de 1859, e tendo sido expedida pelo antecessor de V. Ex. uma portaria em 15 de Janeiro do corrente anno, crendo fôro civil na dita freguezia antes de constar officialmente a installação da Camara Municipal, resolvêra suspender não só esta portaria como as outras

que se lhe seguirão nomeando substitutos do Juiz Municipal e creando Delegacia de Policia e lugares de Escrivães e Tabelliães, por entender que a freguezia não podia ser considerada municipio em quanto não se achasse installada a respectiva Camara, e que as portarias não estavam conformes á Lei, a qual para fôro civil presuppõe a existencia do municipio. E o Mesmo Augusto Senhor Conformando-Se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a Resolução, pela qual V. Ex. suspendeu as portarias que o seu antecessor expedio antes da installação da Villa. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 359.—FAZENDA.—Circular em 4 de Agosto de 1862.

Os titulos de terrenos de marinhãs devem ser firmados pela Autoridade competente para fazer a concessão do aforamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a solução dada ao officio da Presidencia da Provincia de S. Pedro, n.º 30, de 28 de Maio do anno passado, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que os titulos de aforamento de terrenos de marinhãs devem ser firmados pelas autoridades, que têm, por lei, a faculdade de fazer as concessões; sendo na Provincia do Rio de Janeiro expedidos pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda e assignados pelo Ministro, e nas Provincias expedidos pelas ditas Thesourarias e assignados pelos respectivos Presidentes.

Visconde de Albuquerque.

N. 360.—FAZENDA.—Em 4 de Agosto de 1862.

Os Bachareis formados em Direito, que professarem as letras de seu grão academico, podem passar procuração do proprio panho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o recurso do Bacharel Joaquim

Theotonio Soares de Avellar, Juiz Municipal do Termo de Cimbres da Provincia de Pernambuco, que acompanhou o Officio n.º 53 da Presidencia dessa Provincia, e no qual o recorrente se queixa de ter o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco recusado aceitar as procurações por elle escriptas e assignadas para o recebimento de seus vencimentos; declara ao mesmo Sr. Inspector que não podia recusar taes procurações, porquanto acha-se em vigor a Ordem de 14 de Fevereiro de 1855, visto terem os Avisos de 14 de Novembro de 1855 e 14 de Janeiro de 1858 disposto para caso differente; sendo que já antes da citada Ordem existia a Circular de 29 de Janeiro de 1844 que, apesar de conter disposição identica á dos referidos Avisos, não causou duvida na expedição daquelle Ordem de 14 de Fevereiro.

E por esta occasião declara outrosim ao Sr. Inspector que os Bachareis formados em Direito que professarem as letras de seu grão academico, quer ensinando, quer advogando, julgando ou exercendo qualquer ministerio publico para o qual se exija a formatura em Direito, podem passar procurações escriptas e assignadas pelo proprio punho, por serem taes procurações admittidas com a mesma força de autenticidade das que são passadas por Tabellião Publico.

Visconde de Albuquerque.

N. 361.—FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1862.

Isenção de sello das certidões de divida remettidas para o Juizo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina em resposta ao seu officio n.º 103 de 23 de Novembro do anno passado, que o art. 85, § 20, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 nada tem, e menos revoga o Aviso n.º 58 de 19 de Fevereiro de 1853, parte ultima, que declarou isentas do sello as certidões de dividas extrahidas pela Contadoria, porquanto, devendo-se estas considerar papeis de expediente da Repartição, como expressamente o determina o citado Aviso, achão-se comprehendidas na isenção do § 7.º do citado art. 85 do Regulamento em vigor; outrosim declara ao Sr. Inspector que,

na fôrma da Circular da Directoria Geral do Contencioso n.º 210 de 27 de Abril de 1857, o sello, a que estão sujeitas as referidas certidões, é o de folha de autos, pago como é de estylo.

Visconde de Albuquerque.

N. 362. — FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1862.

A prisão administrativa imposta aos Responsaveis alcançados, e a relaxação della, é acto da exclusiva attribuição da Autoridade administrativa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Em officio n.º 79 de 15 de Abril de 1859 relata essa Presidencia ao Governo Imperial : 1.º que o ex-Thesoureiro da Repartição das Obras Publicas Provinciaes, José Marcellino Alves da Fonseca, ficára alcançado no cofre a seu cargo ; 2.º que reconhecendo-se ser o dito alcance consequencia do extravio dos dinheiros publicos por meio de falsificação de alguns documentos de despeza, mandou essa Presidencia responsabilisar aquelle Empregado, que foi pronunciado pelo Juiz de Direito da 1.ª vara nos arts. 129 § 8.º e 170 do Código Criminal ; 3.º que o mesmo Empregado interpoz recurso de sentença de pronuncia para a Relação do Districto e obteve provimento ; 4.º que, havendo-se nesse interim liquidado o alcance na importancia de 14:065\$599, o Inspector da Fazenda Provincial, nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 657 de 5 de Dezembro de 1849 (adoptado para a Administração Provincial pelo Regulamento de 3 de Agosto de 1852), marcou ao alcançado o prazo de quinze dias para recolher aos cofres a importancia do referido alcance, e requisitou ao Chefe de Policia a prisão administrativa do mesmo alcançado ; 5.º que, effectuada a prisão, o paciente recorreu a essa Presidencia, que, ouvindo o parecer do Conselheiro Presidente da Relação do Districto, de conformidade com o mesmo parecer mandou relaxar o recorrente da prisão ; 6.º que o parecer do Presidente da Relação, com o qual se conformou, fundára-se em que o provimento que aquelle Tribunal dera ao recurso do ex-Thesoureiro, em virtude do qual ficou sem effeito a pronuncia contra elle decretada, importava livramento, segundo a doutrina do Aviso n.º 41 de 17 de Julho de 1843, e portanto que não só á vista da disposição do art. 6.º do citado Decreto de 5 de Dezembro, mas tambem em face da generica disposição do art. 327 do Código do Processo Criminal e do art. 179 § 12 da Constituição Politica do Imperio, não po-

dia ter lugar a segunda prisão pelo mesmo facto; 7.º finalmente, que convido firmar uma regra ácerca deste objecto consulta a este Ministerio para dar a sua decisão sobre elle.

Posto que o negocio de que se trata seja Provincial, e pertença á Assembléa Legislativa dessa Provincia approvar ou desapprovar o acto dessa Presidencia, e estatuir o que lhe parecer justo sobre o assumpto, guardadas as limitações prescriptas no acto addicional; todavia para evitar que o facto de que se trata acontecido em relação á Fazenda Provincial se reproduza com relação á Fazenda Nacional, cujos interesses ficarião por este modo comprometidos; declaro a V. Ex. que são insubsistentes os fundamentos do citado parecer com o qual essa Presidencia se conformou para mandar relaxar da prisão administrativa o Thesoureiro alcançado nos dinheiros a seu cargo.

Primeiramente a prisão administrativa imposta aos responsaveis como meio coercitivo para os obrigar a indemnizarem mais promptamente á Fazenda Publica dos valores confiados á sua guarda, não tem character algum judicial, e é um acto puramente administrativo, competindo por isso sómente á Autoridade que a requisitar, a attribuição de manda-la cessar ou por achar-se paga a Fazenda ou por qualquer outro motivo que a torne desnecessaria (Aviso n.º 301 de 29 de Dezembro de 1831).

Essa Presidencia, pois, não devêra determinar a soltura do ex-Thesoureiro alcançado, salvo se na qualidade de suprema Autoridade na Provincia entendesse, em vista de provas produzidas pelo detento, e depois de ouvido o Inspector da Thesouraria que este obrára irregular e abusivamente.

Isto porém não se deu.

A despronuncia em razão de recurso não importa decisão ácerca do facto criminoso imputado ao pronunciado, e da qual resulte ficar elle innocentado, assim como tambem a mera pronuncia não importa declaração de ser elle o verdadeiro criminoso: uma ou outra cousa só faz a sentença final em processo convenientemente discutido, em que as provas de innocencia ou criminalidade são devidamente pesadas.

A sentença da despronuncia, portanto, quer proferida no Juizo formador da culpa, quer no Juizo superior, importa sómente declaração de insufficiencia da prova até alli existente, fazendo retirar de sobre o accusado as suspeitas de criminalidade que contra elle existião.

Isto porém de nenhum modo veda ao Juiz de tomar conhecimento de quaesquer provas, que de novo se lhe offereção, e, no caso de serem sufficientes, lavrar nova sentença de pronuncia contra o accusado já uma vez despronunciado, e podendo essas provas ser tão procedentes que possão dar lugar á condemnação. Estes principios, apoiados na mais sã jurisprudencia, estão consignados nas disposições do art. 149 doCodigo do Processo combinado com os arts. 144, 145 e 329, conforme explicou o Aviso

Decisões do Governo.

de 9 de Fevereiro de 1833, e n.º 396 de 27 de Dezembro de 1855.

Assim pois é incontestavel que, quando mesmo a prisão administrativa importasse novo procedimento criminal contra o Thesoureiro, nada obstava a que ella fosse effectuada, perquanto, não havendo sido absolvido e sómente despronunciado, poderia ter lugar novo procedimento.

O art. 179 § 12 da Constituição e o art. 327 do Código Criminal referem-se a processos findos e sobre que tenha havido sentença definitiva passada legitimamente em julgado, e sempre tem sido esta a intelligencia dada a taes disposições.

O fundamento que se procurou deduzir do art. 6.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, é de todo insubsistente, pois que, dispondo este artigo *a contrario sensu*, que a prisão cessará no caso de não haver pronuncia, era preciso que a detenção administrativa se houvesse dado, que o processo tivesse sido consequencia dessa detenção para que a falta de pronuncia pudesse operar a cessação de que trata o dito artigo.

Não se derão porém essas circumstancias, não procede portanto o argumento; porque não é licito antepor o effecto á causa.

Ainda quando a despronuncia no caso em questão importasse absolvição, e que por isso estivesse julgado definitivamente que o Thesoureiro não commettêra o crime de prevaricação ou de peculato previsto no art. 129, § 8.º, e art. 170 do Código Criminal, a consequencia seria que elle não podia ser novamente processado por esse crime em relação ao facto da falsificação dos documentos, que servio de base áquelle primeiro procedimento; mas isto não destroe por nenhum modo o facto material da existencia do alcance, não absolve o Thesoureiro da responsabilidade que lhe resulta deste facto, não obsta por forma alguma que o Inspector da Thesouraria dê execução ás disposições do Decreto n.º 637 de 5 de Dezembro de 1849, e que, verificada a hypothese dos arts. 5.º e 6.º desse Decreto, seja o mesmo Thesoureiro processado pelos crimes em que houver incorrido pelo facto de não entregar no prazo marcado a importancia do alcance liquidado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 363.—FAZENDA.—Em 6 de Agosto de 1862.

Notando as illegalidades praticadas na arrecadação do espólio de um intestado, e resolvendo duvidas sobre casos de impedimento do Procurador Fiscal dos Feitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Goyaz, n.º 31, de 3 de Abril de 1860 em que participa que de accordo com o parecer do Procurador Fiscal, isentou da multa do art. 71 do Regulamento de 13 de Junho de 1839 o Juiz de ausentes substituto arrecadador do espólio do intestado Manoel do Nascimento Bueno e o Escrivão do processo pelos fundamentos constantes dos papeis que remetteu, declara ao mesmo Sr. Inspector que o seu acto não pôde merecer approvação; porquanto:

Pelo que respeita ao Juiz:

1.º Não justifica o procedimento deste o precedente invocado de ter o curador da herança de Canuto Luiz da Fonseca obtido autorisação para vender bens, pois, além de que um abuso não justifica outro, accresce que o facto alludido limitou-se a ter o curador requerido a venda particular de alguns bens insignificantes pertencentes á mesma herança ao que deferio o Juiz, mandando juntar aos autos o requerimento para ser attendido na occasião da prestação de contas, para a qual já havia sido notificado o curador. Na hypothese sujeita o Juiz, antes de mandar lavrar editaes convidando os interessados a se habilitarem, concedeu licença ao curador para vender particularmente bens da herança sob o fundamento da difficuldade de transporta-los do lugar em que estavam, para a Capital.

2.º O facto de mandar-se lavrar os editaes convidando os herdeiros para se habilitarem, e notificar ao mesmo tempo o curador para trazer os bens á praça, verificando-se esta antes de decorrido o prazo para aquella formalidade não pôde ser justificado, como pretende o Juiz, pelo requerimento do Procurador Fiscal, fundado no art. 29 do Regulamento de 9 de Maio de 1842, e pelo não apparecimento de herdeiro algum a se habilitar, não obstante faltar pouco tempo para se completarem os seis mezes depois da conclusão do inventario, findos os quaes, nenhuma herança deve ser conservada em poder dos curadores; porquanto dos documentos juntos pelo proprio Juiz se vê que entre a arrecadação e o despacho que mandou passar os editaes de praça e convidar os herdeiros a se habilitarem decorrerão apenas quarenta dias, entretanto que as primeiras arrematações se effectuárão em menos de quatro mezes depois do começo do inventario. A autorisação dada ao

curador para a venda não foi limitada a bens de pequeno valor, pois os mesmos documentos mostram que o Juiz dera autorização para a venda dos bens constantes da relação dada pelo curador e de outros mencionados no auto de arrecadação, orçando o importe da venda em quantia um pouco avultada.

3.º Consta da certidão do Escrivão não ter assistido este á avaliação de um objecto que foi arrematado, nada aproveitando, por sua futilidade, a allegação do Juiz de que fôra feita a avaliação, em presença do mesmo Escrivão não se tendo lavrado termo por haver assumido logo a jurisdição o Juiz de ausentes effectivo Dr. Curado Fleury, sendo em todo caso manifesta a irregularidade do procedimento do Juiz supplente.

4.º O silencio do Juiz quanto á arguição de haver omittido a publicação dos editaes de convocação dos interessados para o fim de se habilitarem, não póde encontrar justificação no facto de constar dos autos a fls. 61 a carta de editos e a certidão de sua publicação, porquanto pela certidão n.º 19 que acompanhou o officio da Presidencia da Provincia de 12 de Abril de 1860 se prova que essa folha fôra intercalada nos ditos autos posteriormente á sentença proferida pelo Juiz proprietario.

5.º Não colhe o argumento de defesa que o Juiz deriva do documento com que pretende mostrar que se fez a conta das porcentagens indevidamente pagas aos empregados que intervierão na arrecadação, porque pela mesma certidão n.º 19 citada no numero antecedente se vê que essa conta, aliás não rubricada pelo referido Juiz, tambem foi enxertada nos autos depois da sentença, o que mais evidente se torna pela emenda na numeração das folhas.

6.º Finalmente prova-se da mesma certidão que varios titulos de divida activa da herança ficarão em poder do Juiz supplente até 24 de Fevereiro de 1860 entregando-as depois ao curador a requerimento deste, e por ordem do Juiz proprietario sem que valha a negativa e coactada do mesmo Juiz supplente, de que apenas devia responder pelo dinheiro e o ouro em pó e lavrado, e trastes de prata, que, por não lhe merecer confiança o curador (por elle mesmo nomeado) guardára em seu poder.

Não havendo pois o referido Juiz supplente produzido em sua defesa materia alguma relevante, nem tão pouco o Escrivão, que tambem foi ouvido, não podião ser isentos da multa do art. 71 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, a qual cumpre que o Sr. Inspector da Thesouraria, lhes imponha, proseguindo nos termos ulteriores do mesmo Regulamento ficando assim reformada a sua decisão pela irregularidade do seu procedimento.

Cumpra tambem que por parte deste Ministerio advirta o Procurador Fiscal, que interveio no processo de arrecadação, o qual, longe de cumprir as obrigações que lhe impõe o Re-

gulamento, opinou, com prejuizo da Fazenda Nacional, e em offensa da Lei, no sentido da decisão proferida.

Outrosim, sendo realizavel a hypothese de impedimento do Fiscal só para as funcções administrativas, e não para as judiciarias, ou vice-versa, pois que são distinctos os cargos de Procurador Fiscal do de Procurador dos Feitos, posto que nas Provincias sejam ambos exercidos pela mesma pessoa, na fórma da Lei de 29 de Novembro de 1841, o Sr. Inspector, toda vez que isso se der, como já se tem dado, por suspeição, ou por outro qualquer motivo legitimo, deve requisitar ao Presidente da Provincia a nomeação de um Procurador Fiscal *ad hoc* que funcione no acto, para que o effectivo estiver impedido, na conformidade da Ordem n.º 229 de 5 de Outubro de 1852, sem que por isso se dê o facto da existencia legal de dous serventuários differentes.

O pensamento da Ordem de 22 de Outubro de 1848 sob n.º 148 é que não se separe nas Provincias o exercicio do cargo de Procurador Fiscal do de Procurador dos Feitos, nomeando-se originariamente dous individuos differentes para exercerem separadamente as funcções dos dous cargos, como fez então essa Thesouraria, que considerando-se competentemente autorisada, nomeou dous individuos para servirem separadamente esses lugarês a pretexto de que o nomeado Procurador dos Feitos não podia exercer o cargo de Procurador Fiscal por não ter pratica do contencioso. E pois, tendo-se averbado de suspeito o Procurador Fiscal para dizer sobre as respostas do Juiz e Escrivão na questão da herança jacente de Manoel do Nascimento Bueno, não devia o Sr. Inspector remetter os papeis ao Cidadão nomeado pela Presidencia para servir unicamente de Procurador interino dos Feitos, mas requisitar á Presidencia outra nomeação *ad hoc*, podendo esta recahir sobre o mesmo individuo já nomeado interinamente Procurador dos Feitos.

Convém finalmente que o Sr. Inspector fique na intelligencia de que nesta, e em outras semelhantes hypotheses, o que lhe cumpria fazer era representar sobre o acto da Presidencia, se o julgasse illegal, e nunca ir de encontro ás ordens emanadas de Autoridade competente sob fundamento de que se achão em opposição ás disposições de direito. — *Visconde de Albuquerque.*

— Officiou-se na mesma data ao Presidente da Provincia.

N. 364.—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina, declara que o Juiz de Direito não exorbita de suas attribuições, exigindo informações dos Delegados de Policia.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de V. Ex., acompanhado do que lhe dirigio o Juiz de Direito da Comarca de Nossa Senhora da Graça, referindo o procedimento do Delegado de Policia do Termo de S. Francisco, Bacharel Tertuliano Teixeira de Freitas, por occasião das informações que pedira o mesmo Juiz de Direito sobre um assassinato perpetrado naquelle Termo. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, e Considerando que os Delegados de Policia, como autoridades criminaes, estão subordinados aos Juizes de Direito (art. 210 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842), Manda declarar a V. Ex. que o Juiz de Direito da Comarca de Nossa Senhora da Graça não exorbitou quando exigio informações do Delegado de Policia do Termo de S. Francisco, que não devia responder do modo por que o fez. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 365.—GUERRA.—Aviso de 6 de Agosto de 1862.

Approvando a medida, que propõe o Director do Arsenal de Guerra da Côte de converter em empreiteiros os operarios jornaleiros pertencentes ás Officinas de Tanoeiros, Alfaiates, Funileiros, Pintores, Torneiros, Corrieiros e Latoeiros.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Agosto de 1862.

Em solução ao seu officio n.º 170 de 30 de Julho proximo passado, declaro a V. S. que merece o meu inteiro assentimento a medida, que alli propõe, de converter em empreiteiros os operarios jornaleiros, que ainda existem nas Officinas de Tanoeiros, Alfaiates, Funileiros, Pintores, Torneiros, Corrieiros e Latoeiros pertencentes a esse Estabelecimento, ficando V. S.,

portanto autorizado a pô-la em execução mediante as cautelas, que a pratica da administração lhe suggerir.

Deus Guarde a V. S.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 363.—GUERRA.—Aviso de 6 de Agosto de 1862.

Declarando que o abono das gratificações, de que trata o Aviso de 27 de Fevereiro de 1858, fica desta data em diante dependente do arbitrio da Directoria do Ar. enal.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Agosto de 1862.

Communico a V. S., em resposta ao seu officio n.º 168 do 29 de Julho findo, que o abono das gratificações, a que se refere o Aviso de 27 de Fevereiro de 1858, fica d'ora em diante dependente de seu arbitrio, dentro do prazo alli estatuido, quer em relação aos serventes de escripta, quer aos braçaes, por ser de razão que taes gratificações acompanhem, não isoladamente o tempo de serviço, mas sim conjunctamente o prestimo e comportamento individual.

Deus Guarde a V. S.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 367.—GUERRA.—Aviso de 7 de Agosto de 1862.

Declarando que, por Aviso do 1.º de Agosto de 1860, forão estabelecidas 2 $\frac{3}{4}$ varas de fazenda de algodão para manufactura de uma camisa;

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Com seu officio n.º 356 do 13 do mez de Junho ultimo enviou V. Ex. uma copia da acta n.º 607 do Conselho administrativo dessa Provincia, da qual consta que o arrematante de costuras Manoel José Antunes allegou que com 2 $\frac{1}{2}$ varas de fazenda de algodão não se podem manufacturar camisas com as dimensões das que desta Côrte forão para ahi remetidas; e em resposta declaro a V. Ex. a fim de o fazer constar áquelle Conselho, que por Aviso do 1.º de Agosto de 1860 forão estabelecidas 2 $\frac{3}{4}$ varas de fazenda de algodão para cada uma camisa, por se ter conhecido não serem sufficientes as 2 $\frac{1}{2}$ varas até então marcadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 368.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas declarando que os empregados, que vencem gratificações marcadas provisoriamente pelo Governo, não as percebem quando não tem exercicio.

7.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao officio n.º 3 de 7 de Julho proximo findo, no qual o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia requisita um augmento de 50\$000 na verba—Hygiene Publica—do exercicio de 1861—1862, a fim de occorrer á despeza com a gratificação que percebeu o substituto do Inspector de Saude Publica, durante tres mezes em que o effectivo teve licença com vencimento; declaro a V. Ex. que os empregados, a quem se abonão gratificações marcadas provisoriamente pelo Governo, não têm direito de percebê-las quando estão fóra de exercicio, quer por licença, ou outro qualquer motivo; não podendo portanto o Inspector de Saude ter direito á gratificação do seu emprego, a qual deve ser abonada a quem o substituiu.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 369.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.

Compete ás Estações Fiscaes, e não ao Juiz da causa, decidir se é ou não exigível a multa substitutiva do imposto de 2 % sobre o valor das cousas demandadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ás questões que V. Ex. expõe em seu officio n.º 118 de 5 de Julho proximo findo, a saber:

1.^a Se, tendo o Juiz de uma causa appellada julgado provada qualquer das isenções designadas no art. 3.º do Decreto n.º 2.743 de 13 de Fevereiro de 1861, póde o Collector ou Agente Fiscal encarregado da cobrança da multa substitutiva do imposto de 2 % sobre o valor das cousas demandadas oppôr-se por embargos, ou qualquer recurso legal á execução do despacho do Juiz, que mandou averbar a multa;

2.^a Se no caso do Collector, recusando cumprir o despacho do Juiz, recorrer ou appellar do mesmo despacho, deve ficar

suspensão o andamento da appellação na causa principal até que se decida o recurso do Collector, ou qual seja o procedimento que compete ao Juiz para tornar effectiva a averbação do imposto para o regular seguimento da causa: declaro a V. Ex. que as Repartições arrecadoras dos impostos são as unicas competentes para julgar dos casos da isenção delles; chegando, pois, o processo aos termos de ser paga ou averbada a multa creada pelo Regulamento de 13 de Fevereiro de 1861, a Estação á que esta deva ser recolhida decidirá se é ou não pagavel (Portaria de 13 de Setembro de 1861); tenha ou não a parte pretendido previamente mostrar em Juizo a sua isenção; haja ou não o Juiz resolvido incompetentemente a tal respeito, como no caso da Consulta de V. Ex.

A pratica é os Juizes remetterem os processos á Estação Fiscal, que decide se o imposto é ou não exigivel, cabendo de tal decisão recurso para a Autoridade superior administrativa, que é o Thesouro no Municipio neutro e Provincia do Rio de Janeiro, e as Thesourarias nas demais Provincias do Imperio.

Quando constar aos Chefes das Repartições Fiscaes respectivas que o Juiz tem proferido decisão sobre pagamento de impostos, devem aquelles levar o facto ao conhecimento do Thesouro, ou Thesourarias de Fazenda, e nunca se opporem á dita decisão com embargos, ou por outro qualquer meio judicial.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Albuquerque*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 370.—FAZENDA.— Em 8 de Agosto de 1862.

As guias para cobrança de vencimentos não estão sujeitas a sello ainda sendo juntadas a requerimento com o fim para que foram passadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1862.

Tendo presente o officio n.º 98 do Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro dirigido á Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro em 5 de Setembro de 1861; lhe declaro que a guia passada pela Pagadoria das Tropas, que D. Thereza Leopoldina Nabuco juntou ao seu requerimento para receber os soldos vencidos de seu marido, o fallecido Capitão reformado João Carlos Contreiras de Figueirôa Nabuco de Araujo, está isenta do sello fixo, por força da disposição do art. 85, § 7.º, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Decisões do Governo.

O facto de ser o pagamento solicitado pela viuva do credor não desnatura o titulo, nem muda a face das cousas. O fim da apresentação da referida guia é sempre o mesmo, isto é, a cobrança do vencimento para que ella foi passada. Não tendo sido, pois, a mesma guia exhibida no interesse da parte para effeito diverso daquelle para que ella se passou, bem opinou o Sr. Administrador no sentido de não ser fundada a exigencia do sello feita naquella Directoria Geral.

Ainda mesmo que a guia questionada estivesse sujeita ao sello não havia lugar a sua revalidação nos termos do art. 90 do citado Regulamento pelo simples facto de ter sido recebida no Thesouro e affecta ao exame da Directoria Geral de Contabilidade; porquanto sempre (se ha entendido que um papel não incorre na revalidação do sello antes de ser attendido officialmente, e a attenção official não começa no acto do lançamento em protocolo e distribuição feita pela Secretaria á Repartição competente do Thesouro, mas sim desde que nelle é escripta qualquer informação ou despacho pela Directoria encarregada do seu exame.

Era esta a doutrina contida implicitamente na Ordem n.º 28 de 7 de Março de 1850, em virtude da qual a Autoridade administrativa ou judiciaria lançava, antes de tudo, sobre o requerimento instruido de documentos para sellar, que lhe era apresentado, o despacho — *selle os documentos*.

Fica portanto o Sr. Administrador autorizado a restituir, quando a parte requerer, a importancia da revalidação do sello indevidamente cobrada na guia de que se trata.

Visconde de Albuquerque.

N. 371.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1862.

Sello de processos criminaes e policiaes e de mandados, certidões, precatórias e outros papeis ainda avulsos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1862.

Declaro a V. S., a fim de que dê conhecimento ao Collector da Mesa de Rendas da cidade de S. João da Barra, em resposta ao Officio que dirigio a essa Directoria em 13 de Novembro do anno passado, que foi approvedo o seu acto de sujeitar á revalidação do sello a precatória apresentada para ser sellada na referida estação por Antonio Florindo de Souza, assignada pelo Juiz Municipal do respectivo Termo; porquanto,

estando estabelecido pelo Regulamento do sello de 26 de Dezembro de 1860, com referencia ao art. 470 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, que não deve ser retardada a expedição e julgamento dos processos criminaes e policiaes em qualquer instancia por falta do pagamento do sello, e tendo o mesmo Regulamento de 1860 providenciado no art. 85 § 1.º quanto aos processos intentados ex-officio; aquella disposição refere-se ao procedimento por queixa ou denuncia particular, toda a vez que o pagamento do sello trouxer prejuizo á administração da Justiça com a demora na expedição ou julgamento do processo já organizado, e portanto não se refere a mandados, certidões e outros papeis ainda avulsos, relativos a processos daquella natureza, como a precatória de que se trata, que sendo passada para prisão de individuos já pronunciados em summario crime por queixa particular, e nenhum inconveniente lhe trazendo a pequena demora com o prévio pagamento do sello; acha-se ella comprehendida no numero dos papeis que estão sujeitos ao imposto antes da assignatura do Juiz, na conformidade do art. 58 do citado Regulamento de 1860.

Não tendo pois a mesma precatória satisfeito este imposto, estava no caso de ser revalidada, nos termos do art. 90 do citado Regulamento; e tendo tanto o referido Juiz que a assignou, como o Chefe de Policia da Provincia do Rio de Janeiro que a attendeu incorrido nas multas do art. 113 § 4.º, e art. 122 do dito Regulamento, nesta data se remetteu os documentos da infracção ao Presidente da Provincia, a quem compete conhecer das multas em que incorrem as autoridades judiciais na fórma do art. 118 do supramencionado Regulamento.

Podendo porém acontecer que mesmo nos referidos papeis, que tem de juntar-se a processos criminaes por queixa ou denuncia particular seja prejudicial á prompta administração da justiça qualquer demora ainda a necessaria para pagar o sello; nesta data tambem se requisita do Ministerio da Justiça para que haja de providenciar a respeito delles, de modo que os Escrivães na conformidade do art. 60 do dito Regulamento, na occasião de os passar, procedão a averbamento do sello para ser pago depois, considerando applicavel aos mesmos papeis o que dispõe sobre os processos crimes e policiaes o art. 88 deste Regulamento, cujo espirito é, que por causa do sello não soffra de modo algum a administração da justiça.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director interino das Rendas Publicas.

—Officiou-se ao Ministerio da Justiça na mesma data.

N. 372.— FAZENDA.— Em 8 de Agosto de 1862.

Sello de uma prorrogação de licença que já tinha começado a produzir os seus efeitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1862.

Provendo sobre a duvida suscitada na 3.^a Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro, relativamente á revalidação do sello da licença concedida ao 1.^o Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, João Belisario Soares de Souza; declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, que tendo sido a Portaria da dita licença apresentada nessa Repartição, para ser sellada, antes de haver nella a Autoridade competente lançado o despacho de *cumpra-se e registre-se*, bem procedeu exigindo sómente o sello simples e não a importancia de sua revalidação, sem embargo de designar aquella Portaria o dia em que a licença devia começar a ter vigor, e de haver ido ao sello em data muito posterior ao dito dia; porquanto o art. 81 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 não tem applicação ás licenças como a de que se trata, a qual além de, pela circumstancia especial que nella se nota, não depender, por essa mesma circumstancia, do *cumpra-se e registre-se*, para produzir o seu effeito; póde ser sellada com a taxa simples antes do assentamento ou lançamento em folha, conforme o art. 89 do citado Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Visconde de Albuquerque.

N. 373.— GUERRA.— Aviso de 8 de Agosto de 1862.

Mandando observar, emquanto não se verifica a reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposições do Regulamento, que baixou com o Decreto n.^o 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções de 11 do mesmo mez e anno, salvo na parte, que importe despeza não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Convindo que em todos os Arsenaes de Guerra, emquanto não se verifica a sua reforma, se observem as disposições do Regulamento, que baixou com o Decreto n.^o 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções de 11 do

mesmo mez e anno, expeça V. Ex. ordem para que no dessa Provincia se ponha immediatadamente em execução o referido Regulamento, salvo na parte, que importe despeza não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

E, como nessa Provincia, exista de ha muito uma Companhia de Artifices, nella devem assentar praça os Mancebos, como dispõe o art. 10 daquelle Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 374.—GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1862.

Mandando observar, emquanto não se verifica a reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposições do Regulamento, que baixou com o Detreto n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842 e das instrucções de 11 do mesmo mez e anno, salvo na parte, que importe despeza não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Convindo que em todos os Arsenaes de Guerra, emquanto não se verifica a sua reforma, se observem as disposições do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções de 11 do mesmo mez e anno, expeça V. Ex. ordem para que no dessa Provincia se ponha immediatadamente em execução o referido Regulamento, salvo na parte, que importe despeza não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

E, como nessa Provincia não haja Corpo de Artifices, a praça de que trata o art. 10 será verificada no Regimento de Artilharia a cavallo, ficando os Mancebos addidos ao Corpo, que estiver de Guarnição nessa Capital.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 375.—GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1862.

Mandando observar, enquanto não se verifica a reforma dos Arsenaes de Guerra, as disposições do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções de 11 do mesmo mez e anno, salvo na parte, que importe despesa não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Convindo que em todos os Arsenaes de Guerra, enquanto não se verifica a sua reforma, se observem as disposições do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 113 de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções de 11 do mesmo mez e anno, expeça V. Ex. ordem para que no dessa Provincia se ponha immediatamente em execução o referido Regulamento, salvo na parte, que importe despesa não autorisada na Lei do Orçamento vigente.

E, como nessa Provincia não haja Corpo de Artifices, a praça de que trata o art. 10 será verificada no Corpo de Artilharia existente na Capital da Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 376.—FAZENDA.—Em 9 de Agosto de 1862.

As multas impostas aos Officiaes de Descarga devem entrar na distribuição legal em favor dos empregados da Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1862.

Tendo em vista o officio dessa Repartição n.º 698 de 23 de Março de 1861, em que consulta se os empregados da Alfandega tem direito ao producto das multas impostas aos Officiaes de Descarga ou se a sua importancia deve unicamente reverter em beneficio da Fazenda Nacional, e pede que se lhe indique qual a verdadeira intelligencia do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 nessa parte, comparando-se o art. 442 § 6.º com os arts. 120 e 480; declaro a V. S. que, determinando o art. 120 que os empregados, qualquer que seja a sua classe, tem direito a duas terças partes das multas que forem impostas em virtude de participação ou diligencia sua, resolve a duvida dessa Repartição, e bem assim o art. 480 que manda dividir duas terças partes entre os empregados que verificarem ou

descobrirem a diferença; e não exceptuando as multas comminadas no art. 442, § 6.º, aos Officiaes de Descarga é obvio, que estão ellas comprehendidas nas disposições daquelles artigos; e como taes devem entrar na distribuição em favor dos empregados.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N. 377. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1862.

Arrecadação dos bens de heranças jacentes, e effects da appellação no processo da habilitação dos respectivos herdeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1862.

Haja V. S. de declarar ao Collector das Rendas Geraes do Piahy, em solução ás duvidas suscitadas em seus officios de 10, 19 e 21 de Maio ultimo:

1.º Que se estão na terra os Collateraes dentro do segundo gráo por Direito Canonico, e são notoriamente conhecidos, não ha lugar a arrecadação dos bens, e esta deve cessar se foi feita (art. 3.º, § 1.º, do Regulamento de 15 de Junho de 1859). Se não são porém notoriamente conhecidos, ainda que estejam presentes, póde o Juiz admitti-los em termo breve a justificar sua qualidade hereditaria (Regulamento citado, art. 4.º); se a justificação não for concludente, deverá exigir que se habilitem.

2.º Que, quanto á providencia de admittir-se na arrematação de escravos de heranças jacentes a disposição do art. 93 do Regulamento de 15 de Junho de 1859 sobre os bens do evento, para preferir-se no caso de ser para alforria do escravo, qualquer lance que cubra a avaliação com exclusão de outro, ainda que seja superior; vái ser ouvida a Sessão de Fazenda do Conselho de Estado.

3.º Finalmente que a appellação não suspende os effects da decisão do Juiz de Orphãos, que mandou entregar os bens da intestada D. Francisca Luiza de Assis ao pretenso herdeiro, o que já se effectuou.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 378.—FAZENDA.—Em 12 de Agosto de 1862.

Incorporação de terras como — bens nacionaes—e não com a natureza de — proprio nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, não obstante as considerações apresentadas á Presidencia da mesma Provincia, em seu officio de 18 de Julho do anno passado, junto por copia ao que o Sr. Inspector dirigio a este Ministerio em 14 de Agosto do dito anno, n.º 112, não procede a duvida que suscitára sobre a incompetencia do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para determinar como determinou por Aviso de 22 de Junho, a venda das terras da extincta villa de Arronches e do edificio queahi servia de Paço da Camara Municipal: porquanto, embora em virtude de accordão da Relação, confirmando a sentença pela qual forão essas terras julgadas devolutas, se expedissem ordens para a sua incorporação, não podia esta circumstancia dar-lhes a natureza de—proprio nacional—, mas sómente a de—bens nacionaes—, aproveitaveis na fórma da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850; tanto mais quando nas ditas ordens forão as referidas terras consideradas como devolutas. Acresce que, quando mesmo pelo facto da incorporação tomassem ellas aquelle caracter e natureza, podia ainda assim o supradito Ministerio dar a ordem que deu, visto como foi a venda requisitada pelo da Fazenda para facilitar a do edificio que servio de paço da Camara: o qual ninguem se propunha a comprar sem o terreno. Cumpre, pois, que o Sr. Inspector dê prompta execução ao que lhe foi determinado pelo citado Aviso de 22 de Junho do anno findo, pondo em praça as terras de que se trata.

Visconde de Albuquerque.

N. 379.—GUERRA.—Aviso de 12 de Agosto de 1862.

Reduzindo a 200\$000 a consignação de 300\$000 mensaes, que percebe o Agente do Laboratorio do Campinho.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Agosto de 1862.

Ficando reduzida a 200\$000 a consignação de 300\$000 mensaes, abonada ao Agente do Laboratorio de Campinho, assim

o communico a Vm. para que considere esta medida em vigor do 1.º do corrente mez em diante.

Deus Guarde a Vm. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte.

N. 380.—MARINHA.—Aviso de 12 de Agosto de 1862.

Faz extensiva aos Officiaes do Corpo da Armada, e das classes a elle annexas, a Provisão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de Dezembro de 1856.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministério dos Negocios da Marinha em 12 de Agosto de 1862.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Fazer extensiva aos Officiaes do Corpo da Armada, e das classes a elle annexas, a Provisão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de Dezembro de 1856, pela qual determinou-se que o desconto do meio soldo dos Officiaes do Exercito, que forem presos, para serem sentenciados, sómente se faça desde a data da nomeação do Conselho de Guerra: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare*.—Sr. Contador da Marinha.

N. 381.—FAZENDA.—Em 13 de Agosto de 1862.

Não são necessarias nas ferias as assignaturas dos operarios e serventes livres, o contrario porém se exige nas dos operários e serventes escravos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho presénte o officio de V. Ex., datado de 29 de Abril proximo passado, incluindo outro da Thesouraria de Fazenda de 26 do mesmo mez, no qual me communica haver mandado, na conformidade das ordens de V. Ex., effectuar o pagamento das despezas feitas no extinto Aldeamento do Chagú, não obstante a falta de algumas formalidades, que aquella Estação fiscal notára nas respectivas contas.

Decisões do Governo.

Approvando o acto de V. Ex., á vista das razões com que o fundamenta, julgo opportuno ponderar-lhe que a Thesouraria bem procede exigindo que as ferias e contas sejam organisadas segundo prescrevem os Regulamentos fiscaes, e com especialidade a Circular n.º 287 de 10 de Dezembro de 1851.

Vendo-se, porém, do referido officio da Thesouraria que ella entende ser necessaria nas ferias dos operarios e serventes livres a assignatura delles, nesta data se lhe expede ordem declarando que é isto contrario ao disposto na citada Circular, e no modelo á mesma annexo sob n.º 1. Conforme exemplifica esse modelo, verificados que sejam os pagamentos, são elles averbados ao lado da feria pelo Escrivão ou pelo empregado que assiste ao acto com o pagador, sendo dispensada a assignatura de cada um dos individuos contemplados na feria; o que não acontece quanto aos operarios e serventes escravos, porque as ferias, que lhes concernem, são organisadas com os claros sufficientes para assignarem os respectivos senhores no acto do pagamento, como tambem se acha exemplificado no modelo n.º 2, e está em pratica nesta Côrte.

Recommendo, portanto, a V. Ex. que faça observar pelas pessoas encarregadas dos pagamentos das despezas dos Aldeamentos dessa Provincia, as regras acima indicadas, pois que para esses pagamentos adianta a Thesouraria as quantias necessarias; de modo que as contas, quando forem apresentadas, se achem revestidas das formalidades legais.

Assim, finalmente, ficam resolvidas as duvidas que se tem suscitado, e removidos os embaraços que motivão a demora dos pagamentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

— Communicou-se na mesma data á Thesouraria.

N. 382.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Relação de Pernambuco.—Declara que ha impedimento para ser Juiz no feito o irmão do Juiz relator, tanto nas causas civeis como crimes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1862.

A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio em que V. S., expondo a duvida que se suscitou nesse Tribunal por occasião de ser sorteado o Desembargador Lourenço José da Silva Santiago, para o julgamento de um recurso crime em que

era relator seu irmão o Desembargador Caetano José da Silva Santiago, consultou se ha o impedimento allegado por aquelle Desembargador. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Decidir que ha impedimento para ser Juiz no feito o irmão do Juiz relator, por isso que no processo criminal, comquanto o relator não tenha voto, como no cível, tem tão grande parte no julgamento do recurso, que se deve reputar Juiz, e procedem as razões da Lei quando não quiz que dois irmãos fossem Juizes na mesma causa. O que communico a V. S. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. S.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*
—Sr. Agostinho Ermelino de Leão.

N. 383.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Agosto de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia resolvendo algumas duvidas sobre estudantes de pharmacia.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Agosto de 1862.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 6 de Maio ultimo, em que V. S. consulta ao Governo Imperial sobre as seguintes questões: 1.^a, se os estudantes que concluirão o curso pharmaceutico nessa Faculdade, seja qual fôr o tempo em que nelle se tenham matriculado, devem ser dispensados dos exames de francez e geometria, quando queirão seguir o curso mèdico; 2.^a, se aos que se matricularão em pharmacia, antes de regularem os estatutos vigentes, aproveita ainda a disposição do Decreto n.º 849 de 31 de Maio de 1856, ou acha-se esta revogada pela disposição do de n.º 2.590 de 9 de Maio de 1860, e pelo Aviso de 20 de Abril do anno passado.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata resolução de 8 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 29 de Julho ultimo, Ha por bem mandar declarar que a 1.^a questão decidida no Aviso, junto por copia, de 28 de Abril deste anno, dirigido ao Director da Faculdade de Medicina da Corte, não comporta outra solução senão a que foi dada em sentido affirmativo neste Aviso, pela razão de que a repetição dos exames só é exigida dos estudantes que se tem de matricular no 1.º anno da Faculdade, e não daquelles que approvados em algum dos annos, passam para os immediatos na ordem dos estudos; e que, quanto á 2.^a questão, aos estudantes, que se matricularão em pharmacia antes da pro-

mulgação dos estatutos em vigor, aproveita para poderem passar para o 2.º anno medico a disposição do Decreto n.º 849 de 31 de Maio de 1856, o qual, sendo acto do Poder Legislativo, não se póde julgar revogado pelo Decreto do Governo, n.º 2.590 de 9 de Maio de 1860.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 384.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre algumas Leis Provinciaes, promulgadas no anno passado.

3.ª Secção — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Agosto de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — Sobre os actos Legislativos dessa Provincia, promulgados no anno passado, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado; e Sua Magestade o Imperador, tendo-se Conformado por Sua immediata resolução de 29 de Julho proximo findo com o parecer da mesma Secção, exarado em consulta de 15 do referido mez, Manda declarar a V. Ex. o seguinte:

1.º A Resolução n.º 373 de 5 de Julho (Postura da Camara Municipal da villa do Porto da Folha) determina nos arts. 1.º e 2.º que na villa e povoações do municipio estejam fechadas nos domingos e dias santos as officinas e as casas de negocio em que se venderem generos que não forem alimenticios. Esta disposição é exorbitante das faculdades das Camaras Municipaes, e imprópria de Posturas, sendo o seu objecto privativo do poder ecclesiastico e do Governo Geral, quando admite no Imperio os Decretos da Igreja.

A mesma observação é applicavel ao art. 6.º da Resolução n.º 381 de 27 de Julho, que prohibe pesar e ensaccar algodão nos domingos e dias santos.

2.º A disposição da Resolução n.º 379 de 23 de Julho, no art. 3.º, que impõe uma multa ao Procurador da Camara Municipal da villa da Mata Grande pela demora na cobrança das multas por infracção de Posturas, parece estar fóra das Faculdades das Camaras Municipaes e das Assembléas Provinciaes, sendo o Procurador das Camaras um empregado creado por Lei geral, tendo suas obrigações e penas marcadas na mesma Lei.

3.º A Resolução n.º 384 de 5 de Agosto, no art. 2.º, dispondo que a eleição dos membros da Assembléa Provincial nunca terá lugar juntamente com a dos Deputados Geraes, e sómente depois do reconhecimento destes, é exorbitante das faculdades da mesma Assembléa, a qual não pôde legislar sobre materia geral, e sobre a execução de Leis geraes.

Este acto não devia ser sancionado, embora fosse conveniente e facilitasse as apurações de votos, e as verificações de poderes, como pondera V. Ex. em seu officio de 7 de Maio do corrente anno.

4.º Na Resolução n.º 386 de 8 de Agosto (Posturas da Camara Municipal da cidade de Macció) acha-se imposta pelo art. 12 a pena de palmatoadas, e pelo art. 13 a da perda dos porcos que se conservarem dentro de certos limites da cidade. Além de serem estas penas desconhecidas pela Lei do 1.º de Outubro de 1828, que só autorisa a multa e a prisão, a perda dos porcos implica lesão do direito de propriedade, que não pôde ser limitado senão na fórma da Constituição.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, bem como que os actos apontados vão ser submittidos á Assembléa Geral Legislativa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagôas.

N. 383.—FAZENDA.—Em 16 de Agosto de 1862.

Sello da publica fórma de uma licença para o traspasso de um terreno foreiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio n.º 36 de 23 de Fevereiro do anno passado, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará expõe a consulta que lhe fizera o Collector da Capital da Provincia, sobre o modo por que deveria proceder a respeito do sello da publica fórma de uma licença passada, em 25 de Outubro de 1853, pela respectiva Camara Municipal a Matheus Valente do Couto e Pinho para traspassar a outro um terreno foreiro á dita Camara, visto que essa publica fórma fôra presente á Collectoria para ser sellada em Janeiro de 1861, isto é, quando já a titulo original havia incorrido em revalidação, que o interessado recusára satisfazer; communicando ao mesmo tempo ter resolvido, em sessão da

Junta, que o referido documento ou antes o titulo original estava sujeito á revalidação nos termos do Regulamento de 10 de Julho de 1850 e do disposto no § 1.º art. 14 da Lei n.º 317 de 21 de Outubro de 1843; declara ao mencionado Sr. Inspector, para sua intelligencia e devidos effeitos, que accertada foi a sua decisão na parte em que considerou a licença de que se trata obrigada á revalidação; mas que esta dever ser, não a do sello vinte vezes maior que o marcado conforme as citadas disposições, e sim a do sello dez vezes maior segundo a Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, art. 11, § 9.º, observação 3.ª, attento o principio de direito que manda applicar a Lei posterior em materia de penalidade, quando a sua disposição é mais benigna.

Visconde de Albuquerque.

N. 386.—FAZENDA.—Em 17 de Agosto de 1862.

Nos talões dos bilhetes das loterias da Córte se deve mencionar o titulo das loterias a que elles pertencerem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1862.

A' vista do que V. S. pondera em seu officio de 16 do corrente, póde V. S. dar as necessarias providencias para que nos talões dos bilhetes das loterias da Córte se mencione d'ora em diante o titulo das loterias a que elles pertencerem, afim de que não se dê a confusão dos mesmos talões, como ha já acontecido no Thesouro, quando venha a perder-se a capa em cujo dorso sómente consta o mesmo titulo.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Conselheiro Fiscal das loterias da Córte.

N. 387.—FAZENDA.—Em 18 de Agosto de 1862.

Nas cartas de sentenças passadas em favor das partes contra a Fazenda Nacional não se deve seguir o formulario commum.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Notando a inconsideração e irregularidade com que em algumas cartas de sentença, passadas em differentes Juizos e instancias civeis do Imperio a favor das

partes contra a Fazenda Nacional, se manda que seja requerida a mesma Fazenda para o pagamento da condemnação, não pagando, nem nomeando bens que cheguem para a solução, se faça penhora em tantos dos bens proprios nacionaes quantos bastem e cheguem para o pagamento, e se prosiga nos mais termos da avaliação e arrecadação delles; rogo a V. Ex. que se sirva dar as convenientes providencias para que nas ditas cartas de sentença, proferidas entre os litigantes particulares e administração publica, não se siga o formulario commum, e cesse a continuação do absurdo notado, que, firmado pelas assignaturas até dos membros das Relações, induzirá em erro as partes e os executores, e poderá dar motivo a sequestros e controversias com grave perturbação da ordem, visto como por acto do Poder Judiciario não é possivel despojar a Fazenda Nacional de seus bens, cuja alienação só pôde ser decretada pela Assembléa Geral Legislativa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça.

N. 388.—IMPERIO.—Aviso de 18 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão declarando que compete á Assembléa Legislativa Provincial tomar conhecimento das apurações que se fizerão das actas da eleição do 2.º districto para membros da dita Assembléa.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Levei á presença de Sua Magestade o Imperador o officio de 11 de Abril ultimo, em que V. Ex. expõe as occurrencias havidas na eleição dos membros da Assembléa dessa Provincia pelo 2.º districto, das quaes resulta apresentarem-se com diplomas duas turmas dos ditos membros, uma proveniente da apuração de uma acta falsa do Collegio de S. Bernardo do Brejo, feita pela Camara legitima, e outra resultante da apuração da acta verdadeira do dito Collegio, feita porém por uma Camara irregular, propondo V. Ex. que o Governo Imperial mande proceder á nova apuração.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata resolução de 8 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em consulta de 31 de Maio ultimo, Ha por bem mandar declarar a V. Ex. que a decisão desta questão não pertence

ao Governo, mas á Assembléa Legislativa Provincial quando verificar os poderes dos seus membros. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 389. — GUERRA. — Circular de 18 de Agosto de 1862.

Ordenando que se declare nos conhecimentos, que se expedirem para pagamento dos fornecedores, qual o destino dos objectos comprados, a fim de que a classificação da despesa possa ser feita com a possível regularidade,

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Agosto de 1862.

Para que a classificação da despesa possa ser feita com a possível regularidade, convém que, nos conhecimentos que se dão aos fornecedores para haverem seu pagamento, se declare qual o destino dos objectos comprados, isto é se são simplesmente para provimento dos armazens, ou para satisfazer a pedidos ou requisições e quaes, a fim de nas Repartições fiscaes se poder saber a que paragrapho da Lei do Orçamento deve ser levada a despesa correspondente. O que communico a V. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Provincia de.

N. 390. — GUERRA. — Em 18 de Agosto de 1862.

Declara desnecessario o emprego de Ajudante da Fortaleza de Tamandaré na Provincia de Pernambuco, e manda exonerar delle o Official que o exercia.

2.^a Directoria Geral. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Não julgando este Ministerio necessario o emprego de Ajudante da Fortaleza de Tamandaré para o qual fôra nomeado interinamente o Tenente reformado Joaquim José de Souza, pelo Commandante das Armas dessa Provincia, sendo essa nomeação approvada por V. Ex., segundo communicou em seu officio n.º 698, de 15 de Julho proximo

findo: assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento, e fazer exonerar do dito emprego de Ajudante o Official que o exerce.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 391.—FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1862.

O monte-pio das irmãs dos Officiaes da Armada cessa quando ellas se casão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em deferimento á petição de D. Constança Perpetua de Lacerda Machado, que pague á supplicante residente na mesma Provincia o monte-pio que lhe compete como irmã do 1.º Tenente reformado, João Carlos de Souza Machado, na razão de trescentos quarenta e oito mil réis annuaes (348\$000) e a contar do 1.º de Julho ultimo; certo de que este pagamento, na fórma da Imperial Resolução de Consulta de 2 de Outubro do anno passado só poderá verificar-se emquanto a supplicante se conservar solteira.

Visconde de Albuquerque.

N. 392.—FAZENDA.—Em 20 de Agosto de 1862.

Sobre lanços a prazo na arrematação de bens de qualquer valor de defuntos e ausentes, e nomeação de curador ás respectivas heranças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Com o Aviso do Ministerio da Justiça de 18 de Agosto de 1859 foi-me presente o officio n.º 28 de 27 de Junho do dito anno, que a Presidencia dessa Provincia dirigio ao mesmo Ministerio, versando sobre as seguintes duvidas do Juiz de Orphãos substituto da respectiva Capital:

1.ª Se os lanços a prazo, na falta de lançadores á vista, devem ser admittidos em geral pelo Juizo que determina a hasta publica, quer a arrematação seja de bens de raiz de ausentes, arrecadados a requerimento de testamenteiro devidamente instituido, dentro do tempo da conta, quer ex-officio

Decisões do Governo.

com audiência do curador respectivo, conforme se deprehende da epigraphe do Decreto n.º 510 de 13 de Março de 1847.

2.ª Se, não tendo os herdeiros por qualquer motivo entrado na posse da herança, passado o tempo da conta, embora haja no lugar testamenteiro do defuncto, deve o Juizo, na conformidade do art. 2.º do Regulamento n.º 422 de 27 de Junho de 1845, nomear um curador para cuidar do processo do inventario e da partilha, e que arrecade e administre os bens dos herdeiros, não sendo mais ouvido o testamenteiro que dentro do dito prazo da conta não cumprio seu dever por qualquer motivo.

3.ª Finalmente se as palavras do citado Decreto *ordinariamente quando são de grande valor* podem prejudicar a razão capital, que aconselhou a sua promulgação, e, no caso affirmativo, até que quantia deve-se considerar *grande valor*.

Cabendo ao Ministerio a meu cargo dar solução ás duvidas expostas, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes:

Quanto a 1.ª: que os lanços a prazos nos bens de raiz admittidos pelo art. 63 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, se referem aos bens que estiverem arrecadados judicialmente, circumstancia esta incompativel com a presença do testamenteiro devidamente instituido, que figura o Juiz consultante, visto como, quando ha testamenteiro que esteja presente e aceite a testamentaria, não ha arrecadação.

Quanto á 2.ª: que sempre que haja herdeiros ausentes, ainda quando não se tenha feito a arrecadação, por não ser caso desta, deve-se nomear curador, que assista ao processo do inventario e partilhas.

Havendo testamento, e findo o tempo da conta da testamentaria, esteja ou não a mesma conta prestada, ou a partilha julgada, o curador passará a arrecadar e administrar os bens, se os herdeiros não tiverem entrado na posse da herança por qualquer motivo: art. 9.º do Regulamento.

Nesta hypothese, se tiver lugar alguma arrematação de bens de raiz, vigora a disposição do art. 63 do Regulamento, e nada mais tem que ver o testamenteiro, que, se não houver prestado contas, será a isso chamado pelo Juizo competente.

E quanto á ultima: que seja qual fór a importancia dos bens de raiz, podem os mesmos ser arrematados a prazos; sendo as palavras—ordinariamente de grande valor—empregadas pelo citado Decreto de 13 de Março, meramente a razão capital de sua promulgação, e não uma determinação de valor, quanto aos bens que houverem de ir á praça, como evidentemente se vê do contexto do mesmo Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—Visconde de Albuquerque.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 393.—GUERRA.—Em 20 de Agosto de 1862.

Indicando o modo de evitar-se que nos Corpos de Guarnição do Maranhão assentem praça, como voluntários individuos que sejam desertores da Armada Nacional.

2.^a Directoria Geral.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Agosto de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Convindo evitar-se que assentem praça no Exército, na qualidade de voluntarios, individuos que são desertores da Armada Nacional, como já tem succedido, expeça V. Ex. as necessarias ordens para que antes de se alistarem nos Corpos dessa Guarnição os que pretenderem servir no Exército, sejam mandados apresentar á autoridade competente da Estação Naval, para se verificar se pertencem á Armada, no caso de não haver certeza do contrario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 394.—GUERRA.—Em 20 de Agosto de 1862.

Indicando o modo de evitar-se que se reproduza o facto de assentarem praça nos Corpos de Guarnição na Provincia da Bahia como voluntarios, individuos que são desertores da Armada Nacional.

2.^a Directoria Geral.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Agosto de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Convindo evitar-se que assentem praça no Exército, na qualidade de voluntarios, individuos que são desertores da Armada Nacional, como já tem succedido, expeça V. Ex. as necessarias ordens para que antes de se alistarem nos Corpos dessa Guarnição os que pretenderem servir no Exército, sejam mandados apresentar á autoridade competente da Estação Naval, para se verificar se pertencem á Armada, no caso de não haver certeza do contrario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 395.—IMPERIO.— Aviso de 21 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes declarando que os Prelados Diocesanos estão autorizados para conceder aos Parochos licença ou dispensa de residencia, mas que elles as devem apresentar á autoridade civil, e carecem de licença desta para percepção da congrua.

6.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Agosto de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio n.º 32 de 30 de Abril ultimo, em que essa Presidencia não só expõe que tendo-se ausentado de sua freguezia por 28 dias sem participação ou licença dessa Presidencia o Vigario de Piranga, entendera a Thesouraria de Fazenda que elle devia restituir a congrua que recebeu durante aquella ausencia, sendo porém de opinião contraria o Rev.^{mo} Bispo Diocesano, mas também consulta ao Governo Imperial ácerca desta questão, por não se conformar com o parecer do mesmo Bispo, attentas as disposições dos Avisos n.º 415 de 23 de Dezembro de 1859, e 4 de Junho de 1833.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se por Sua Immediata Resolução de 13 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 7 do mez passado, Ha por bem mandar declarar a V. Ex. que, segundo a disposição da ordem do Thesouro n.º 161 de 19 de Junho de 1849, com referencia ao Aviso n.º 30 de 18 de Abril de 1844, nenhuma Lei veda aos Bispos a concessão de licença ou dispensa de residencia aos Parochos por tempo limitado, como explicão também os Avisos n.º 415 de 23 de Dezembro de 1859 e n.º 427 de 28 de Setembro de 1861. Para que porém percebam os seus vencimentos, declarão os Avisos citados, e os de 17 de Janeiro de 1851 e 23 de Setembro de 1853, ser necessaria licença da autoridade civil, exigindo além disso que a licença do Ordinario seja apresentada á mesma autoridade, sem o que incorrem os concessionarios em responsabilidade, que o mesmo Governo tem por vezes ordenado se lhes faça effectiva.

Tratando-se portanto unicamente da applicação das Leis e decisões existentes ao facto em questão, deve o Vigario de Piranga, conforme entendeu a Thesouraria de Fazenda, restituir a congrua do tempo em que esteve ausente de seu beneficio. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução, fazendo-o assim constar ao Rev.^{mo} Bispo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

— Communicou-se aos Presidentes das demais Provincias.

N. 396.—IMPERIO.—Aviso de 25 de Agosto de 1862.

Ao Director interino da Faculdade de Direito do Recife resolvendo as duvidas que propõe sobre penas impostas a estudantes.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Agosto de 1862.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 19 de Novembro do anno passado, em que a Directoria dessa Faculdade, tratando dos processos instaurados perante a respectiva Congregação contra os estudantes que tomáram parte nos disturbios que se derão no edificio da mesma Faculdade nos dias 10, e 15 de Julho do mesmo anno, e contra o estudante Antonio Pinto Nogueira Accioli, por desconhecer a autoridade do Director, recorreu para o Governo Imperial por discordar da decisão relativa ao referido estudante, pedindo solução ás seguintes duvidas: 1.^a se tendo o Director entendido que qualquer dos delictos marcados nos arts. 115, e 118 merece mais punição do que a do art. 116, pôde a Congregação resolver que o não merece; 2.^a, se resolvendo pela affirmativa, deve o Director impôr ao estudante as penas do art. 116, depois da decisão da Congregação, não o tendo feito logo que teve conhecimento do facto.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata resolução de 8 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 21 de Julho ultimo, Ha por bem mandar declarar: 1.^o que tendo o Director da Faculdade admittido votação simultanea sobre ambos os processos, era consequencia natural que uma e a mesma pena fosse imposta aos envolvidos nos dous, não obstante ser o delicto, praticado pelo estudante sujeito a processo especial, uma aggravação do outro; 2.^o, que desde que o Director, prescindindo da attribuição que lhe confere o art. 116 dos estatutos approvados pelo Decreto n.^o 1.386 de 28 de Abril de 1854, sujeitou o conhecimento do delicto á Congregação na fórma do art. 124, a decisão devolvida a esta não pôde deixar de ser por elle executada, o nem pôde contestar-se á mesma Congregação o direito de graduar a pena dentro dos limites do mesmo artigo, que marcando o maximo de 40 dias, deixa o minimo ao Juizo da Congregação.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

N. 397. — FAZENDA. — Circular em 25 de Agosto de 1862.

Com o tempo e precisão devem as Thesourarias pedir augmento de credito para as verbas deficientes da despesa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que muitas Thesourarias de Fazenda costumão demorar os pedidos de credito para as despesas das diversas verbas, não dando noticia da deficiencia das consignações senão quasi no fim dos exercicios, e algumas sem desenvolverem precisamente os seus pedidos: ordena aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias que remetão ao Thesouro as demonstrações da deficiencia das verbas comprehendidas nos creditos que lhes forem distribuidos logo depois do quarto mez do exercicio, especificando circumstanciadamente todas as despesas provaveis das mesmas verbas, de modo que se possa providenciar com toda a antecedencia para que não faltem os meios de occorrer promptamente ás despesas, e nem ellas se demorem por deficiencia das consignações; advertindo, porém, que deverão representar em qualquer tempo, e mesmo antes dos quatro primeiros mezes do exercicio sobre as despesas não previstas nas distribuições feitas pelos diversos Ministerios. O que lhes tem por muito recommendado sob sua responsabilidade.

Visconde de Albuquerque.

N. 398. — GUERRA. — Aviso de 23 de Agosto de 1862.

Mandando fazer carga ao Almoxarife do Arsenal de Guerra dos caixões que para elle forem remettidos com quaesquer objectos.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Declaro a V. Ex. que os caixões com fardamento ou quaesquer outros objectos que forem remettidos com destino ao Arsenal de Guerra dessa Provincia deverão ser carregados ao respectivo Almoxarife, a fim de serem aproveitados para outros encaixotamentos sem ser preciso comprar novos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.* — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 399.—GUERRA.—Aviso de 26 de Agosto de 1862.

Dispondo que os vencimentos de soldo e etapa das praças de pret tratadas nos Hospitais sejam tirados em prets especiaes, praticando-se o mesmo a respeito dos Officiaes nessas circumstancias.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Agosto de 1862.

Para dar a possivel regularidade ás despesas do Ministerio a meu cargo, convém que os vencimentos das praças, que são tratadas nos Hospitais Militares, depois de devidamente lançados em despesa no § 7.^o—Exercito—, sejam no mesmo acto escripturados em receita, como indemnisação ao § 6.^o—Corpo de Saude e Hospitais—: para este fim formar-se-hão prets especiaes para as praças tratadas no Hospital, da mesma maneira, que se pratica com os tratados nas Enfermarias Militares.

E, como a respeito dos Officiaes, que estiverem naquellas circumstancias, se deva proceder da mesma maneira, juntos achará Vm. os modelos do recibo e guia, que elles devem passar para servirem, um de documento de despesa e outro de receita, na fôrma acima prescripta para as praças de pret.

Estas disposições devem ser executadas a contar do 1.^o do Julho proximo passado, para o que se organizarão os prets especiaes, que teem de ser escripturados como fica ordenado.

Deus Guarde a Vm.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

MODELOS.

Recebi do Sr. F....., Pagador da.....a quantia de sessenta e sete mil réis, importancia do soldo e etape que venci no mez de Julho findo, como Alferes do 1.^o Batalhão de Infantaria, doente e em tratamento no Hospital tal.

Provincia d.....em o 1.^o de Agosto de 1862.

Rs. 67\$000.

(Assignatura.)

Entrego na Pagadoria das Tropas da Côrte, por indemnisação, a quantia de quarenta e nove mil réis, importancia do meio soldo e etape pertencentes ao mez de Julho findo, que recebi como Alferes do 1.^o Batalhão de Infantaria, doente no Hospital, com que contribuo para o meu tratamento.

Rio de Janeiro, em o 1.^o de Agosto de 1862.

Rs. 49\$000.

(Assignatura.)

N. 400.—GUERRA.—Circular de 26 de Agosto de 1862.

Aos Presidentes das Províncias da Bahia, Pernambuco e Mato Grosso.—Dispondo que os vencimentos de soldo e etape das praças de pret tratadas nos Hospitaes sejam tirados em prets especiaes, praticando-se o mesmo a respeito dos Officiaes nessas circumstancias.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1862.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Não havendo razão sufficiente para que a respeito das praças tratadas nos Hospitaes se proceda differentemente do que se pratica com as tratadas nas Enfermarias Militares, expeça V. Ex. ordem para que os vencimentos de soldo e etapa das que estiverem no primeiro caso sejam tirados em prets especiaes, que a Thesouraria da Fazenda lançará em despeza no § 7.^o—Exercito—, e em receita como despeza a annular no § 6.^o—Corpo de Saude e Hospitaes—; praticando-se assim mesmo a respeito dos Officiaes, que estiverem em iguaes circumstancias, fazendo-se a despeza e receita dos seus vencimentos de soldo e etapa conforme os modelos juntos.

Estas disposições terão execução a contar do 1.^o de Julho proximo passado em diante, para o que V. Ex. expedirá as ordens necessarias.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Província de.....

MODELOS.

Recebi do Sr. F....., Pagador da..... a quantia de sessenta e sete mil réis, importancia do soldo e etapa, que venci no mez de Julho findo, como Alferes do 1.^o Batalhão de Infantaria, doente e em tratamento no Hospital de.....

Província de..... em o 1.^o de Agosto de 1862.

Rs. 67\$000.

(Assignatura.)

Entrego na Thesouraria da Fazenda da Província de..... por indemnisação, a quantia de quarenta e nove mil réis, importancia do meio soldo e etapa pertencentes ao mez de Julho findo, que recebi como Alferes do 1.^o Batalhão de Infantaria, doente no Hospital, com que contribuo para o meu tratamento.

Província de..... em o 1.^o de Agosto de 1862.

Rs. 49\$000.

(Assignatura.)

N. 401.—FAZENDA.—Em 26 de Agosto de 1862.

Sello de escripturas de sociedades commerciaes que não têm tempo certo de duração.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, de 25 do mez passado, n.º 133, que bem decidio a consulta do Collector da Capital da dita Provincia, relativa ao sello das escripturas de sociedades commerciaes que não tem tempo certo de duração, declarando-lhe que o sello a cobrar de taes escripturas é o da tabella dos tits. de 3.ª classe, art. 1.º, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; salva a disposição da observação 2.ª, que se lhe segue, quando a sociedade venha a exceder aos cinco annos, em que o pagamento é cotado na razão de $\frac{1}{20}$ de 1 %., porque então terá de repetir o pagamento na mesma proporção.

Visconde de Albuquerque.

N. 402.—JUSTIÇA.—Aviso de 26 de Agosto de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. Declara que os Inspectores de quarteirão são obrigados a servir um anno, não se dando o mesmo quanto aos Officiaes de Justiça.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1862.

Ill.ª e Ex.ª Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 6 de Dezembro de 1858, acompanhando outro do Chefe de Policia dessa Provincia, no qual communicava haver respondido affirmativamente á seguinte consulta, feita pelo Delegado de Policia do Termo de S. Matheus,—se os individuos nomeados Inspectores de quarteirão e Officiaes de Justiça podem ser compellidos á servir taes lugares. O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, e a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 20 do corrente mez, que dos arts. 17 do Codigo do Processo Criminal, e 493 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 deve concluir-se evidentemente que os Inspectores de quarteirão são obrigados

Decisões do Governo.

a servir um anno; não se dando o mesmo quanto aos Officiaes de Justiça, cargo sem duvida especial e de occupação por ventura continua; e sobre o qual não existe disposição obrigatoria. O que participo a V. Ex. para que faça as necessarias communicações.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 403. — GUERRA. — Em 27 de Agosto de 1862.

Declarando que não compete aos Commandantes das Armas determinarem a transferencia de praças dos Corpos do Exercito para as Companhias de invalidos; dependendo essa transferencia de ordem do Governo Imperial.

2.^a Directoria Geral. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Agosto de 1862.

III.^{no} e Ex.^{no} Sr. — Devendo entender-se que a autorisação concedida aos Commandantes das Armas pelo art. 108 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 2.677 de 27 de Outubro de 1860, para transferirem praças de pret, de uns para outros Corpos da mesma Guarnição, não se refere á transferencia para as companhias de invalidos, das praças que em inspecção de saude forem julgadas incapazes de serviço activo, o que só póde ter lugar por ordem deste Ministerio; assim o declaro a V. Ex., a fim de o fazer constar ao Commandante das Armas dessa Provincia, mandando ficar sem effeito a transferencia das 32 praças constantes da relação que acompanhou o officio dessa Presidencia de 11 de Julho proximo passado, sob n.º 371, ordenada pelo mesmo Commandante das Armas, baseando-se na disposições do art. 2.º das instrueções do 1.º de Maio de 1838, que não confere a essa autoridade tal prerogativa.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 404.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Agosto de 1862.

Ao Vice-Director da Faculdade de Medicina da Côrte declarando que os exames de sufficiencia, requeridos por estrangeiros para poderem exercer no Imperio qualquer dos ramos da arte de curar, podem ser feitos em latim, francez, ou outra lingua das mais vulgarisadas.

4.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1862.

Foi presente a S. M. o Imperador o officio de 31 de Maio deste anno, em que V. S. pede seja approvada a deliberação tomada em Congregação, para que os exames de sufficiencia dos estrangeiros, que se quizerem habilitar para exercerem no Imperio qualquer dos ramos da arte de curar, só possam ser feitos na lingua portugueza, informando que a mesma deliberação é mui conveniente, e até necessaria em beneficio da saude publica, e não tem contra si disposição alguma nem nos estatutos por que se rege essa Faculdade, nem no Regulamento complementar.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata resolução de 13 do corrente com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 6, Ha por bem mandar declarar que, não havendo nos estatutos das Faculdades de Medicina, e no Regulamento complementar disposição alguma sobre a lingua em que devem ser feitos os exames de sufficiencia, deve observar-se a este respeito a pratica até hoje seguida, de admittirem-se nas linguas latina e franceza, ou mesmo em outra qualquer das mais vulgarisadas.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Vice-Director da Faculdade de Medicina da Côrte.

N. 405.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Agosto de 1862.

Ao Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes resolvendo a duvida proposta pela Camara Municipal de Sabará sobre o tempo em que deve ser feito o sorteo entre os cidadãos que obtiverão igual numero de votos para membros da Assembléa Legislativa Provincial.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Agosto de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente a S. M. o Imperador o officio dessa Presidencia de 18 de Março ultimo, submittendo ao Governo Imperial a duvida proposta pela Camara Municipal da

cidade de Sabará, a saber: se o sorteio entre os cidadãos que obtiverão igual numero de votos para membros da Assembléa Legislativa Provincial deve ser feito em acto successivo á apuração, como entendeu e praticou a mesma Camara a respeito dos cidadãos Dr. Francisco Vicente Gonçalves Penna e Antonio Nunes Galvão, á vista da 2.^a parte do art. 26 das Instrucções de 22 de Agosto do 1860, que parece dispensar as solemnidades do art. 113 da Lei de 19 de Agosto de 1846, ou se em tal sorteio devem ser observadas as prescripções deste unico artigo.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata resolução de 22 do corrente com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 6 do mesmo mez, manda declarar a V. Ex., para o fazer constar á referida Camara, que é sem duvida que no sorteio de que se trata devem ser observadas as solemnidades do citado art. 113 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, que não foi revogado pela legislação posterior; porém que uma, vez decidida a questão como o foi pela Camara Municipal da cidade de Sabará, á Assembléa Legislativa Provincial compete tomar conhecimento della, e resolvê-la definitivamente quando verificar os poderes dos seus membros.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 406.—FAZENDA.—Em 29 de Agosto de 1862.

E' devida a siza dos bens de raiz adjudicados a herdeiros com obrigação de reposição em dinheiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1862.

Haja V. S. de declarar ao Collector das Rendas Geraes de Vassouras, em resposta ao seu officio de 8 do corrente, que é devido a siza dos bens de raiz que forem adjudicados a herdeiros com a obrigação de reporem a outros os respectivos valores em dinheiro, desde que, como na hypothese figurada por aquelle Collector, o objecto é partivel, mas por accordo não se parte, e fica inteiro para um delles, fazendo este aos outros uma torna em dinheiro, por ser isto uma perfeita venda na fórma do Capitulo 6.º dos artigos das sizas, § 4.º

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Director Geral interino das Rendas.

N. 407.—FAZENDA.—Em 29 de Agosto de 1862.

Pagão siza os bens de raiz comprehendidos na herança de uma filha com obrigação da mãe herdeira pagar uma divida do casal da finada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1862.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Vassouras, em resposta ao seu officio do 1.º do corrente, que, nos termos do Aviso de 17 de Setembro do anno passado, devem pagar o respectivo imposto os bens de raiz comprehendidos nos que forão lançados a D. Maria Joaquina Vieira Manso, além dos que lhe couberão na herança de sua filha, com a obrigação de pagar uma divida do casal, na conformidade do contracto effectuado com seu genro, o Dr. Jeronimo Macario Figueira de Mello.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*. — Sr. Director Geral interino das Rendas.

N. 408.—JUSTIÇA.—Circular de 29 de Agosto de 1862.

Declara que a disposição do art. 88 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 é applicavel aos mandados, certidões, precatorias e outros papeis ainda avulsos, relativos á processos por queixa ou denuncia particular.

2.ª Secção.—Circular.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Em virtude de requisição do Ministerio da Fazenda, Manda Sua Magestade o Imperador que V. Ex. faça constar aos Escrivães dessa Provincia que, quando passarem mandados, certidões, precatorias e outros papeis avulsos, relativos a processos por queixa ou denuncia particular, devem de conformidade com o art. 60 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 proceder ao averbamento do sello para ser pago depois, considerando-se applicavel aos mesmos papeis o que dispõe o art. 88 do citado Regulamento, cujo espirito é que, por falta do sello, não soffra de modo algum a administração da Justiça.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 409 — GUERRA. — Circular ás Presidencias de Provincia e á Pagadoria das Tropas da Côrte em 29 de Agosto de 1862.

Declarando que os Officiaes reformados, na qualidade de recrutadores, devem ser equiparados aos paisanos quanto aos vencimentos, a que têm direito.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — O Decreto n.º 2.821 de 21 de Agosto do anno proximo passado marcou aos recrutadores a gratificação mensal de sessenta mil réis, acrescentando que os que forem Officiaes do Exercito perceberão, além disso, as vantagens geraes correspondentes ao seu posto. D'entre os recrutadores nomeados em virtude daquelle Decreto, alguns são officiaes reformados, e como pôde ter-se dado o caso de que a estes se tenham abonado taes vantagens, previno a V. Ex. de que não é isso regular, porque por officiaes do exercito entendem-se os que pertencem ao seu quadro, e o pensamento do Governo é o de conservar a estes as vantagens, que já percebão. Os officiaes reformados, quando são chamados a serviço militar em substituição ou na falta de officiaes activos, tem direito ás mesmas vantagens, que estes percebem; mas, no caso vertente, de commissão que não é militar, e em que são empregados indistinctamente militares e paisanos, estão os reformados na condição dos ultimos. O que communico a V. Ex. para seu governo, e para que assim o faça constar á Thesouraria da Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia d.

N. 410. — GUERRA. — Aviso de 30 de Agosto de 1862.

Isentando os recibos de consignações deixadas para alimentos de familia ou pagamento de credores do — visto — do Commandante das Armas da Côrte.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Agosto de 1862.

Emquanto não fôr alterado o Regulamento n.º 119 de 29 de Janeiro de 1842, que rege a Pagadoria das Tropas, cumpre observar o disposto nos arts. 12 e 13 a respeito do — visto — do Commandante das Armas da Côrte, nas folhas e recibos dos officiaes do Exercito, ficando unicamente exceptuados os

de consignação para alimentos de família, ou para pagamentos de credores, que não estão rigorosamente comprehendidos no preceito dos mencionados artigos. O que communico a Vm. para seu governo.

Deus Guarde a Vm.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte.

N. 411.—GUERRA.—Em o 1.º de Setembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando como proceder-se no caso, em que se achava cumprindo sentença na qualidade de praça do Corpo Policial, e com outro nome, um Soldado desertor do Corpo de Guarnição da Província do Piahy.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 24 de Julho do corrente, remetter ao Conselho Supremo Militar, o officio incluso sob n.º 295 de 16 de Maio do dito anno, em que a Presidencia da Província do Piahy submette á consideração do Governo Imperial a decisão, que deu a Consulta do Coronel Commandante do Corpo de Guarnição da mesma Província, ácerca do Soldado desertor do dito Corpo, Silvestre da Rocha e Souza, que com outro nome, e na qualidade de praça do Corpo Policial, se achava na cadeia da Capital daquella Província cumprindo quatro annos de prisão; acompanhando o dito officio, além das copias citadas, o parecer da 2.ª Directoria Geral; a fim de que o mesmo Conselho Supremo Militar consulte sobre o objecto do officio supra-citado.— « A Presidencia da Província do Piahy, no officio referido, declarou ao Coronel Commandante do Corpo de Guarnição da mesma Província, que, segundo o disposto no art. 31 do Regulamento Provincial n.º 16 de 22 de Abril de 1852, combinado com a Provisão de 29 de Fevereiro de 1844, em que sobressalta a doutrina de ser recolhida ás cadeias publicas, e á disposição dos Magistrados civis, toda a praça de pret, que não fór condemnada por Tribunal militar, até cumprir a pena, sem direito a percepção de qualquer vencimento militar durante o tempo da condemnação, depois do que voltará ao respectivo Corpo para alli completar o seu tempo de serviço (á menos que a condemnação seja de seis annos para mais porque então terá baixa) deveria remetter ao respectivo Juiz Municipal para ser recolhido á cadeia publica o Soldado desertor, Silvestre da Rocha e Souza, que, com o nome de Antonio Pereira Barboza, e na qualidade de praça do Corpo de Policia, alli se achava cumprindo a pena de quatro annos de prisão, continuando o processo militar, a que está sujeito o mesmo soldado pela deserção. »

O Tenente General, Ajudante General do Exercito, informa que não está habilitado a emittir a sua opinião sobre a interpe- tração dada pela Presidencia á Provisão citada, porque não tem conhecimento do Regulamento Provincial alludido, — mas que é certo referir-se a Provisão a crimes civis commettidos por praças de pret, que forem condemnadas no Jury á penas tem- porarias menor de seis annos; que, no caso vertente, o crime é militar, por ser fuga de preso, segundo a legislação militar em vigor, e reconheceu-se, depois de dous annos, que o delin- quente era desertor do Exercito, pelo que acha que elle deve- ria ser recolhido á prisão competente, para cumprir o resto da pena, e proceder-se na fôrma da Lei pelo crime de deserção. Que, todavia, lhe parece indispensavel submeter-se ao Conse- lho Supremo Militar a duvida suscitada, a fim de resolver a respeito, e estabelecerem-se então regras — fixas e invariaveis —, de modo a evitar duvidas identicas, tanto mais quanto não parece curial a confrontação de disposições geraes com regulamentos peculiares das Provincias, sem prévio e explicito consenso do Governo Imperial, para a decisão de questões de semelhante natureza, que affectão sem duvida a disciplina do Exercito.

Parece ao Conselho, conformando-se em parte com a infor- mação do Tenente General, Ajudante General do Exercito, que o Soldado desertor do Corpo da Guarnição da Provincia de Piahy Silvestre da Rocha e Souza, deve acabar de cumprir a pena, que lhe fôra imposta, como praça do Corpo Policial da mesma Pro- vincia, sendo depois remettido ao Corpo, em que é desertor, para ser processado na conformidade da Lei. Rio de Janeiro 1.º de Setembro de 1862. — *Alvim.* — *Barreto.* — *Barão de Tamandaré.* — *Carvalho.* — *Cabral.* — *Bellegarde.* — *Pimentel.* — *Fonseca.*

Como parece. Paço em 7 de Junho de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 412. — FAZENDA. — Em o 1.º de Setembro de 1862.

Abono de vencimentos a Empregados da Repartição do Correio por occa- sião de substituição e interinidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em o 1.º de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do The- souro Nacional, communicando ao Sr. Inspector da Thesoura-

ria de Fazenda do Rio Grande do Norte, que foi approvedo pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, segundo o seu Aviso de 8 de Julho proximo preterito, o procedimento do mesmo Sr. Inspector relativo ao abono de vencimentos aos Empregados do Correio da dita Provincia por occasião da substituição do respectivo Ajudante do Contador, bem que esse procedimento não estivesse inteiramente de accordo com as regras seguidas nas Repartições de Fazenda em casos taes, mas por ter sido o abono feito de conformidade com o que antes se praticava no dito Correio; declara-lhe ao mesmo tempo, que d'ora em diante cumpre que sejam observadas invariavelmente a respeito dos referidos Empregados as disposições dos Decretos de 14 de Outubro de 1857, e 29 de Janeiro de 1859 e Ordens que lhes são relativas nos casos de substituições e interinidades de exercicios: na intelligencia de que deverá recorrer das suas decisões para a Presidencia da Provincia, quando se tratar de vencimentos delles, ou de outros que não pertençam ao Ministerio da Fazenda, na fórma do art. 23 do citado Decreto de 29 de Janeiro, visto que á Presidencia compete deliberar provisoriamente sobre o assumpto, até que baixe definitiva decisão do Governo Imperial.

E porque assim não procedeu o Sr. Inspector, decidindo por si só a questão que se suscitára acerca do supramencionado abono, como consta de outro Aviso do mesmo Ministerio de 23 de Outubro ultimo, o adverte por semelhante irregularidade.

Visconde de Albuquerque.

N. 413. — IMPERIO. — Aviso de 2 de Setembro de 1862.

Ao Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre algumas Leis da mesma Provincia do anno de 1859.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as posturas da Camara Municipal da Cidade de Santa Luzia, approvadas pela Resolução n.º 1.004 de 30 de Junho de 1859, e as informações prestadas a essa Presidencia pela Camara Municipal da Villa do Araxá acerca da sesmaria do Bebedouro, de que trata a Resolução da mesma data n.º 1.000; e S. M. o Imperador

Decisões do Governo.

conformando-se por sua immediata Resolução de 8 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em consulta de 24 de Maio ultimo, Houve por bem mandar submitter as posturas da Camara Municipal da Cidade de Santa Luzia ao conhecimento da Assembléa Geral Legislativa, e declarar a V. Ex. o seguinte:

1.º Quanto ás posturas da Camara Municipal da Cidade de Santa Luzia.

O art. 3.º define o que seja pena, comprehendendo na definição a obrigação de fazer alguma cousa. Nesta doutrina, em que se aparta dos criminalistas, pouco respeitou o referido artigo a Lei do 1.º de Outubro de 1828, que só concede ás Camaras Municipaes a imposição de duas penas—multa e prisão.

O art. 15 obrigando os jornaleiros a trabalharem nos serviços ou obras, determinadas nas posturas, mediante o jornal que costumão ganhar no districto, é exorbitante das faculdades das Camaras Municipaes, e attentatorio da liberdade individual o da propriedade, para cuja restricção não lhes dá poder a Lei.

O art. 24 diz: «estas posturas obrigão a todas as pessoas, quaesquer que sejam os seus privilegios corporaes ou sociaes.» Ou este artigo estabelece doutrina nova, ou repete disposição de lei preexistente. No primeiro caso falta para isso autoridade á Camara Municipal; e no segundo é ocioso o artigo: as leis nada devem ter de superfluo.

O art. 27, que manda substituir a multa em que tiver incorrido o contraventor insolavel, pela prisão commutando-se esta em 1\$000 por cada dia, é exorbitante das faculdades das Camaras Municipaes, as quaes não tem poder para substituir pela prisão as multas e custas do processo, nem para designar a quantia que deve caber a cada dia de prisão.

O art. 36 diz o seguinte: «Sempre que para cobrança dos impostos, licenças ou emolumentos de que trata o tit. 7.º, cap. 1.º, arts. 206 e seguintes, fôr necessario o emprego dos meios judiciais, e effectuando-se a penhora, o executado é obrigado a pagar mais 25 % sobre a quantia pela qual soffrer a execução.» Esta disposição só poderá sustentar-se, considerando os 25 % (apezar de sua enormidade) como imposição de multa addicional; mas então será forçoso que os 25 % com a multa primordial não excedão a alçada legal das Camaras Municipaes.

O art. 86 na parte em que faz dependente de licença da Camara Municipal o exercicio da profissão de curar; o art. 88 que permite a venda de drogas em casas de negocio com licença da Camara; e o art. 89 que prohibe a abertura de botica sem licença della, não se conformão com as leis geraes e regulamentos relativos á hygiene publica, segundo os quaes nem o exercicio da medicina e pharmacia depende de licença

das Camaras Municipaes, nem a estas compete autorisar a venda de drogas em casas de negocio.

A' cerca do § 3.º do art. 97 que prohibe rifas, cumpre observar que ellas forão prohibidas tambem por lei geral posterior a esta postura.

O art. 102 diz o seguinte: «E' prohibido ao maior de 15 annos viver sem alguma occupação util e honesta, quando não tem meios de subsistencia. O contraventor das disposições acima será obrigado a assignar termo de se mostrar occupado dentro de certo prazo sob pena de ser entregue em qualquer officina, fazenda de cultura ou criação, por tempo de um anno, com direito ao sustento, vestuario e metade do salario que se costuma dar no lugar a qualquer trabalhador sem officio especial. No caso de fuga proceder-se-ha como a respeito dos engajados para o serviço nos termos da lei sobre locação de serviços dentro do Imperio. Quando se proceder contra o maior de 15 annos, ou menor de 21, o Subdelegado lhe nomeará e juramentará curador que o defenda.» Este artigo contém materia da competencia das leis e policia geraes: não póde admittir-se na esphera das posturas e policia municipal.

E' igualmente alheio de posturas o objecto do art. 110. Ali se diz que ao proprietario dos edificios ou a seus procuradores toca a obrigação de desfazê-los e reedifica-los nos casos dos artigos antecedentes; mas que os inquilinos, querendo tomar a si esta obrigação, ficão autorizados para se pagarem da despeza pelos alugueis, quando os proprietarios não quizerem satisfazê-la.

A mesma observação cabe a respeito do art. 118, que obriga o bebado a assignar termo de abster-se do vicio.

O art. 136 estabelece que é contravenção furtar cousas que não excedão o valor de 10\$. As Camaras Municipaes não podem fazer esta distincção de valores para subordinar uma parte delles. E' materia do codigo criminal; bem como a disposição do art. 143, o qual em diferentes paragraphos define outras contravenções.

Os arts. 158 e 159, emquanto se intromettem a regular direitos dos socios de terras, contém doutrina só propria de lei geral.

Igual censura merece o art. 163 em todos os seus paragraphos, os quaes tratão de tapumes de cercas entre vizinhos.

O art. 168, estabelecendo que os proprietarios não possão impedir que nas suas terras se fação estradas do comprimento e largura que fôr necessario, offende o direito de propriedade. O remedio contra a reluctancia do dono das terras é a desapropriação.

Ao art. 172 cabe observação analogã. Este artigo impõe aos donos de terras a obrigação de fazerem pontes sobre todos os rios, ribeirões ou correços, que não tiverem mais de 70

palmos de largura no lugar ou immediações das estradas ou caminhos. Para alguns fazendeiros esta obrigação poderá ser um onus extremo.

O art. 179 dispõe o seguinte: «Ninguém será obrigado a vender suas cousas a certa e determinada pessoa ou corporação qualquer que seja. O que constranger a alguém a vender-lhes suas cousas ou parte dellas, por pequena que seja, será multado em 20% e no duplo nas reincidências.» Isto não é objecto de posturas.

No mesmo caso estão os arts. 183, 184 e 185 que qualificão certos actos de contravenção.

Não se póde comprehender o sentido do art. 209 em que parece haver erro de copia: seja porém qual fôr o preceito desse artigo, cumpre observar que a multa que ali se estabelece com relação aos valores vendidos pelas pessoas multadas, nunca deverá exceder a alçada das Camaras Municipaes.

O meio executivo, que o art. 214 estabelece para cobrança dos impostos municipaes, não póde ser decretado em posturas.

A redacção do art. 216 é defeituosa: ali se diz que as posturas obrigão desde a sua data, quando approvadas pelo Presidente; vindo assim a obrigar antes de terem força para isso, força que só lhes vem daquella approvação.

2.º Quanto a sesmaria do Bebedouro, de que tratão as posturas da Camara Municipal do Araxá, approvadas pela resolução n.º 1.000 de 30 de Julho.

No art. 9.º destas posturas prohibe-se fazer roça na referida sesmaria quem na mesma não tiver parte ou mostrar consentimento dado por alguns socios della. Sendo a sesmaria do Bebedouro de propriedade particular, segundo a informação da Camara Municipal da Villa do Araxá, a primeira parte do artigo é pelo menos superflua; é regra geral de direito que ninguém póde abrir trabalho em terra alheia; e a 2.ª parte não se casa com o direito commum dos socios; semelhante disposição não é propria de posturas.

O art. 13 diz: «E' prohibido a todos os socios da sesmaria do Bebedouro fazerem na mesma pastos ou quaesquer tapumes, sem que primeiramente apresentem seus titulos ao Fiscal para serem examinados e calculado o numero de alqueires que podem tapar, multa de 20%.» A este artigo cabe a mesma censura feita a primeira parte do antecedente. A disposição é superflua. Se o trabalho é em terras communs, aos outros socios toca essa vigilancia. A autoridade publica não tem nada que ver neste negocio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquês de Olinda*. — Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 414. — MARINHA. — Aviso de 3 de Setembro de 1862.

Faz extensivas as disposições do Aviso de 26 de Abril do corrente anno a todos os responsaveis da Armada, que estejam nas condições designadas no mesmo Aviso.

1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 3 de Setembro de 1862.

Tendo-se resolvido, por Aviso de 26 de Abril proximo passado, que os alcances das contas dos Commissarios e Fieis do Corpo de Officiaes de Fazenda da Armada sejam encontrados na Pagadoria da Marinha nas quantias retidas aos referidos funcionarios, já como caução das ditas contas, e já pela suspensão de vencimentos; Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que semelhantemente se proceda a respeito dos alcances de quaesquer outros responsaveis, pertencentes á Armada Nacional e Imperial, que estejam nas condições designadas no sobredito Aviso: o que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S. — *Joaquim Raimundo de Lamare.* — Sr. Contador da Marinha.

N. 415. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Setembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Resolve duvida á respeito dos processos instaurados aos conductores de recrutas, que facilitão a fuga destes.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo sido ouvida a Secção de Justiça do Conselho de Estado a respeito da seguinte Consulta do Juiz Municipal supplente do Termo de Cabaceiras, na Provincia da Parahyba: se os conductores dos recrutas, que facilitão a fuga destes devem ser pronunciados como incursos no art. 125 do Codigo Criminal, ou no art. 14 das Instrucções, mandadas observar pelo Decreto n.º 73 de 6 de Abril de 1841; Houve Sua Magestade o Imperador por bem decidir, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 27 do mez proximo findo, tomada sobre Consulta da mencionada Secção do Conselho de Estado, que semelhante assumpto foi liquidado pela Imperial Resolução de 14 de Novembro de 1855, a qual se refere o Aviso n.º 360 de 20 de Novembro do mesmo anno. Fica, portanto, assim respondido o officio de V. Ex., datado de 26 de Setembro do anno passado, em que essa Presidencia pede que o Governo Imperial lhe declare á quem

cabe a competencia de formar processos e impôr penas aos crimes de que trata o citado art. 14 das Instrucções, por isso que, do Aviso de 15 de Junho de 1861, não se pôde concluir se ás autoridades civis, se ás administrativas.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbù*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 416.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.

Os bens de raiz dados em fiança fiscal devem ser mostrados quites dos impostos a que estiverem sujeitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a fiança prestada pelo Escrivão da Mesa de rendas geraes da Cidade de Valença, Manoel dos Santos Luz, cujo processo, transmittido com o seu officio de 19 de Agosto ultimo, sob n.º 272, ora devolve; e por esta occasião recommenda ao dito Sr. Inspector que, todas as vezes que as fianças forem constituidas em bens de raiz sujeitos a impostos, faça juntar os conhecimentos do pagamento dos mesmos impostos.

Visconde de Albuquerque.

N. 417.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.

Os Porteiros e Continuos das Thesourarias nomeados antes do Decreto de 14 de Março de 1860 só podem ser demittidos, aquelles por Decreto e estes por Portaria do Ministro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 179 de 14 do mez passado, que os Porteiros das Thesourarias de Fa-

zenda nomeados por Decreto Imperial, e os Continuos nomeados por Portaria deste Ministerio, não podem hoje ser demittidos pelos Inspectores das Thesourarias, aos quaes só compete a demissão daquelles que nomear depois da execução do Decreto n.º 2.549 de 14 de Março de 1860, e na fórma do art. 2.º § unico delle.

Visconde de Albuquerque.

N. 418.—FAZENDA.—Em 4 de Setembro de 1862.

Não se afóra a uma mesma pessoa grande extensão de terrenos de Marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao officio de V. Ex. n.º 30 de 23 de Junho ultimo, informando o requerimento documentado em que o Barão de Itaporanga pede que lhe sejam concedidas, livres de fóros, as marinhas adjacentes á sua fazenda denominada Tijupéba, cabe-me declarar a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que não pôde ter lugar semelhante pretensão, á vista do que tão terminantemente dispõe as ordens de 13 de Março de 1846 e de 10 de Julho de 1857.

Consta mesmo dos documentos que instruem o citado requerimento, que as marinhas de que se trata extendem-se por tres legoas do littoral, e as ordens de 20 de Outubro de 1832 e 20 de Agosto de 1835, entre outras, recommendão que não se afóre a uma só pessoa grande extensão de terrenos de marinha.

Entretanto, attenta a diuturna posse do peticionario sobre taes marinhas e a circumstancia de não serem ellas necessarias para logradouros publicos, segundo as informações das respectivas municipalidades resolveu o Governo Imperial, por equidade, conceder-lhe as marinhas por aforamento; devendo-se para esse fim proceder na fórma das respectivas disposições.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 419.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Setembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco approvando a decisão que deu á Camara Municipal da Cidade de Caruarú, de dever fazer nova apuração de votos para membros da Assembléa Provincial logo que chegasse a acta do collegio que faltava.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Setembro de 1862.

Ill.^{ma} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 4 de Junho ultimo, em que submette á approvação do Governo Imperial a decisão pela qual declarou á Camara Municipal da Cidade de Caruarú que, á vista da doutrina do Aviso do 1.º de Março do corrente anno, dirigido ao Presidente da Provincia de S. Paulo, devia a mesma Camara fazer nova apuração dos votos dados na eleição de um membro da Assembléa Legislativa Provincial, logo que chegasse a acta que faltava do collegio de S. Bento, expedindo então o diploma a quem competisse. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 30 de Agosto proximo findo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 13 do referido mez, Houve por bem approvar a decisão de V. Ex. por ser conforme ao espirito do Aviso citado; convindo porém observar que seria mais acertado, e menos sujeito a inconvenientes o procedimento daquella Camara se, em vez de apurar as actas recebidas apezar de faltar uma, adiasse a apuração até o recebimento della, de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 20 de 9 de Fevereiro de 1848.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar á dita Camara Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco

N. 420.—IMPERIO.—Aviso de 9 de Setembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo communicando ter sido annullada a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz da parochia do Soccorro pela nullidade com que foi organizada a Mesa parochial.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 9 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Levei ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador a representação do Cidadão Firmino Pe-

reira de Araujo contra a nova eleição de Juizes de Paz, a que se procedeu na parochia do Socorro dessa Provincia em 15 de Dezembro do anno passado, e o officio de V. Ex. de 5 de Maio ultimo, informando sobre a dita representação. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 24 de Agosto proximo findo, com o parecer da Secção dos Negocios do Império do Conselho de Estado, exarado em consulta de 31 de Maio passado, Houve por bem annullar a referida eleição, em razão da nullidade insanavel na formação da Mesa, a qual foi organisada pela disposição da 2.^a parte do art. 4.^o das instrucções annexas ao Decreto n.^o 2.621 de 22 de Agosto de 1860, que nenhuma applicação tem ao caso, devendo sê-lo pela prescripção do art. 10 do Decreto de 23 de Agosto de 1856.

A Lei quer que nas Mesas parochiaes seja representado o pensamento da maioria e da minoria dos votantes, para o fim de garantir a fidelidade nos trabalhos eleitoraes. A preterição das formalidades, que ella estabelece para a formação das Mesas, é pois insanavel e bastante para determinar a nullidade da eleição, como tem sempre resolvido o Governo Imperial.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e a fim de que expeça as ordens necessarias para se proceder a outra eleição; contando o Governo Imperial que V. Ex. empregará o seu reconhecido zelo em providenciar de modo que a nova eleição se faça sem perturbação da ordem publica.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 421.—FAZENDA.—Em 9 de Setembro de 1862.

Competencia das Pagadorias para examinar a legalidade das procurações e verificar a identidade dos cobradores ou recebedores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Vista a representação feita em 18 do corrente pela 2.^a Pagadoria do Thesouro á essa Directoria Geral, na qual diz o respectivo Pagador que, competindo ás Pagadorias, na forma do art. 27 do Regulamento de 27 de Abril de 1859, o exame das procurações relativas aos pagamentos que por esse meio tenham de effectuar-se; entra em duvida se nesta regra estão tambem comprehendidas as procurações que se achão apenas a processos de dividas de exercicios findos, já liquidadas pela 1.^a Contadoria dessa Directoria, requeridas em nome de

Decisões do Governo.

procuradores e definitivamente julgadas pelo Ministerio da Fazenda: haja V. Ex. de declarar ao sobredito Pagador, que, sendo da obrigação das Pagadorias examinar a legalidade das procurações com que alguém se apresentar para receber por seu constituinte quaesquer quantias a que este tenha direito, e tambem verificar a identidade das pessoas, nos termos do citado art. 27 do Regulamento especial das Pagadorias do Thesouro e das Instrucções de 30 de Março de 1849, pertence-lhe esse exame sem exceptuar as procurações annexas a processos de exercicios findos já liquidados pela 1.^a Contadoria, ou a processos de diversa natureza que tenham corrido por quaesquer outras Repartições do Thesouro, uma vez que versem sobre pagamentos que tenham de ser effectuados pela referida Pagadoria.

Os defeitos, vicios e illegalidades que tiverem as procurações juntas a processos já examinados e decididos, ainda que tais faltas tenham sido toleradas pelas Repartições liquidadoras, não resalvão a responsabilidade das Pagadorias, ás quaes principalmente pertence o exame das procurações, com excepção porém dos casos que por ordem superior se tiver expressamente mandado aceitar as procurações, porque então fica salva a responsabilidade do Pagador.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Director Geral de Contabilidade.

N. 422.—FAZENDA.—Circular em 9 de Setembro de 1862.

Discriminação que devem as Thesourarias observar nos orçamentos parciaes da despesa com os Pensionistas e Aposentados.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Fazenda em 9 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a deliberação tomada ultimamente ácerca do orçamento da receita e despesa do Imperio, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que nos orçamentos parciaes, que as mesmas Thesourarias organisão, devem ser contemplados, discriminadamente d'ora em diante, começando pelo do exercicio de 1864—1865, não só os Pensionistas e Aposentados a quem o Thesouro já tiver expedido titulos declaratorios dos vencimentos que hão de perceber, mas tambem aquelles a quem as Thesourarias já tenham marcado vencimentos provisorios.

Visconde de Albuquerque.

N. 423. — IMPERIO. — Portaria de 10 de Setembro de 1862.

A' Ill.^{ma}. Camara Municipal para substituir a postura que organisou para evitar os despejos nas valas de esgoto desta cidade, de modo que, sem impôr onus que excedão as necessidades do serviço, estejam de accordo com o contracto celebrado pelo Governo para esgoto das aguas pluvias desta cidade.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Setembro de 1862.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio da Ill.^{ma} Camara Municipal de 19 de Março de 1861, com o qual submetteu a approvação do Governo Imperial a postura que organisou para evitar que se fação despejos nas vallas de esgoto desta cidade; e sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a dita postura, Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 30 do mez passado, Houve por bem conformar-se com o parecer da mesma Secção, exarado em consulta de 16 do referido mez.

A Secção: 1.^o, reconhecendo que as Camaras Municipaes têm a competencia para proverem por meio de posturas sobre as vallas e esgotos publicos dos respectivos municipios, com dependencia porém da approvação, nas Provincias, das respectivas Assembléas Legislativas Provinciaes, na fôrma do § 4.^o do art. 10 do Acto Adicional á Constituição do Imperio, e na Córte, do Governo Imperial, e consequentemente que lhes assiste a attribuição de impôr condições de construcção e conservação de vallas aos donos dos terrenos por onde passam, e a que aproveitão; attribuição esta que por sua natureza é limitada pelas circumstancias da localidade e importancia dos onus impostos, e pelo respeito aos direitos adquiridos pela prescripção em favor dos esgotos tolerados pelos annos, assim como pelas necessidades do asseio e salubridade das povoações, que não devem ser excedidas; firma tambem o principio de que ás Assembléas Provinciaes, e ao Governo na Córte cabe impedir que estas providencias excedão ás obrigações dos proprietarios e imponhão onus gravosós, que no interesse de todos os municipios devem recahir tambem sobre todos; 2.^o, ponderando que, com referencia á postura de que se trata, está regulado o serviço do esgoto das aguas pluvias desta cidade pela Lei n.^o 719 de 28 de Setembro de 1853, art. 11 § 3.^o n.^o 1; observa que em virtude desta lei foi contractado aquelle serviço pelo contracto approved pelo Decreto n.^o 1.929 de 26 de Abril de 1857, alterado pelo de n.^o 2.835 de 12 de Outubro de 1861, para abertura e conservação das vallas e canos necessarios aos esgotos.

Por todas estas razões o Mesmo Augusto Senhor manda de-

clarar á III.^{ma} Camara Municipal que deve substituir a referida postura por outra que, sem impôr onus que excedão ás necessidades do serviço, estejam em harmonia com a disposição daquelles Decretos.

Marquez de Olinda.

N. 424.—IMPERIO. — Aviso de 11 de Setembro de 1862.

Ao Vice-Presidente da Provincia de Goyaz declarando o sentido em que deve ser tomado o acto da Presidencia que adiou a sessão da Assembléa Legislativa Provincial.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Setembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade o Imperador, em deferimento da representação que ao Governo Imperial dirigirão alguns membros da Assembléa Legislativa dessa Provincia sobre o acto dessa presidencia que adiou aquella Assembléa, manda declarar a V. Ex., de conformidade com a sua immediata resolução de 10 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta da mesma data, da qual envio uma cópia a V. Ex., que o dito adiamento deve ser entendido nos termos do art. 24 § 2.^o do Acto Addicional, isto é, que os trabalhos da Assembléa ficarão suspensos para continuarem no 1.^o de Novembro proximo futuro, e tecm de durar dahi em diante por tanto tempo quanto fôr necessario para preencher-se o prazo marcado no art. 7.^o do citado acto addicional, e pela fórma ali decretada. O que V. Ex. fará constar aos representantes.

Deus guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* — Sr. Vice-Presidente da Provincia de Goyaz.

Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, a que se refere o Aviso de 11 de Setembro de 1862.

Senhor! — Manda Vossa Magestade Imperial, por Aviso datado de hontem, que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consulte com seu parecer sobre a inclusa representação dos membros da Assembléa Provincial de Goyaz, na parte relativa ao acto de adiamento da mesma assembléa; e a Secção vai respeitosamente executar a ordem Imperial.

Consta dos documentos juntos á representação que a sessão da abertura da Assembléa fôra celebrada no 1.^o de Junho

deste anno com a assistencia do Presidente da Provincia, que lhe dirigira a sua falla na fórma do art. 8.º do Acto Adicional, e que achando-se ella no exercicio de suas funcções, o actual Presidente, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, pouco depois de tomar posse da administração da provincia, expedio o seguinte acto de adiamento:

N.º 117.—Acto de 30 de Junho de 1862, adiando a Assembléa Legislativa provincial para o dia 1.º de Novembro deste anno.

Attendendo a não se ter verificado, por falta de numero preciso de Deputados, e por isso de todos os tramites legais que lhe são subordinados, a installação da Assembléa provincial no dia marcado pela lei, não se devendo considerar como tal as reuniões cerimoniaes, que por ordem da Presidencia indevidamente se procedeu na vespera e manhã do referido dia, por serem estas extemporaneas, insufficientes e manifestamente contrarias ao espirito e terminantes disposições do Acto Adicional e da Lei regimental do 1.º de Setembro de 1836; o Presidente da Provincia, usando da attribuição que lhe confere o § 2.º do art. 24 do mesmo Acto Adicional, resolve adiar a abertura da 1.ª sessão da 4.ª legislatura para o dia 1.º de Novembro do corrente anno. Fazão-se as necessarias communicações. Palacio do Governo de Goyaz, 30 de Junho de 1862.—*Caetano Alves de Souza Filgueiras.*

Sobre este acto exige Vossa Magestade Imperial taxativamente o parecer da Secção do Conselho de Estado dos Negocios do Imperio, a qual, enxergando equivoco e falta da necessaria clareza em tal acto, tem para si que o seu parecer deverá limitar-se á declaração do modo como poderá entender-se aquelle acto. Neste presupposto, a Secção, confrontando as attribuições das Assembléas Provinciaes com as que o Acto Adicional e a Lei de 3 de Outubro de 1834 conferem aos Presidentes das Provincias, e recordando que a abertura da Assembléa de Goyaz fôra já realizada no dia competente, não pôde deixar de pensar que o adiamento deve ser entendido na conformidade do art. 24 § 2.º do citado Acto Adicional, isto é, que os trabalhos da Assembléa ficarão suspensos para continuarem no 1.º de Novembro, e tem de durar dahi em diante por tanto tempo quanto fôr necessario para preencher-se o prazo marcado no art. 7.º do mesmo Acto Adicional, e pela fórma ahi decretada. Outro sentido que se dê á resolução do Presidente, torna-la-ha, no conceito da Secção, inconstitucional, por exorbitante das faculdades outorgadas aos Presidentes das Provincias. Este é o parecer da Secção. Vossa Magestade Imperial em sua sabedoria resolverá como houver por bem. Sala das conferencias da

Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, em 10 de Setembro de 1862. — *Visconde de Sapucahy*. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello*. — *Bernardo de Souza Franco*.

Como parece. Paço de S. Christovão, 10 de Setembro de 1862. — Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. — *Marquez de Olinda*.

N. 423.—FAZENDA.—Circular em 11 de Setembro de 1862.

Despacho livre de direitos de expediente por contractos com Companhias anteriormente ao Regulamento actual das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que as Companhias que por contractos com o Governo, anteriores á execução do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, tinham jus ao despacho livre de direitos de expediente dos objectos importados para as suas respectivas emprezas, continuão a gozar da mesma isenção enquanto durarem seus contractos, ou até que por mutuo accordo sejam nessa parte alterados.

Visconde de Albuquerque.

N. 426.—FAZENDA.—Circular em 11 de Setembro de 1862.

Exigindo informações sobre o movimento commercial da cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para satisfazer a uma requisição que lhe fez o Senado por officio do 1.º do corrente, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, com urgencia, remettão ao Thesouro os esclarecimentos e trabalhos seguintes: 1.º, quantas embarcações se construirão nas respectivas Provincias, em quanto vigorou o art. 36 da Lei de Orçamento

n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, e dessas quantas pedirão o beneficio della sujeitando-se ás suas determinações; 2.º, quantas tem sido construídas depois da revogação do dito artigo; 3.º, qual a somma total da despesa feita em virtude dessa disposição, em quanto ella perdurou; 4.º, um quadro do movimento de cabotagem de cada um dos respectivos portos que tem Alfandegas para outros que também as tem, no ultimo anno financeiro; 5.º, um quadro semelhante do movimento de cabotagem dos portos que tem Alfandegas para outros que não as tem, e vice-versa, assim como dos que não as tem, entre si; 6.º, que numero de embarcações brasileiras se empregou no commercio de cabotagem no dito anno; 7.º, finalmente, um quadro, ao menos approximativo, dos fretes de cabotagem em relação ao mesmo tempo.

Visconde de Albuquerque.

N. 427.—FAZENDA.—Em 12 de Setembro de 1862.

As certidões de intimações passadas nos autos estão sujeitas ao sello antes de lavrar-se qualquer outro acto nos processos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, que não foi approvado o acto da Presidencia, de que dá conta em seu officio n.º 109 de 20 de Dezembro de 1860, não só pela incompetencia da mesma Presidencia para decidir negocios relativos á administração da Fazenda, segundo tem sido por diferentes vezes declarado, como por ser aquella decisão contraria á doutrina do Regulamento de 10 de Julho de 1850 explicado pela ordem do Thesouro n.º 464 de 16 de Dezembro de 1857; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que as certidões de intimação passadas nos autos estão actualmente sujeitas ao sello do art. 59 § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, isto é, antes de lavrar-se qualquer outro acto nos processos.

Mas tendo-se dado anteriormente a esse Regulamento o facto, a que se refere o Sr. Inspector, deve ser resolvido na forma do de 10 de Julho de 1850, em cujos termos, bem como nos da ordem de 1857, já citada, convirá proceder-se relativamente á multa, de cuja imposição recorresse a parte, confirmando-a o Sr. Inspector, ou relevando della o infractor, conforme as circumstancias, que tiverem occorrido.

Visconde de Albuquerque.

N. 428.—FAZENDA.—Circular em 12 de Setembro de 1862.

Casos em que não é exigível a habilitação judicial dos herdeiros e cessionários para a cobrança das dividas passivas da Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo a necessidade de harmonisar a pratica das Thesourarias de Fazenda com a do Thesouro nos casos de reclamações de dividas por que seja responsavel o Estado, não requerendo pagamento os proprios credores, e sim seus herdeiros ou cessionarios, a qual tem a dupla vantagem de poupar dispendios ás partes, e simplificar o expediente dos negocios, sem que dispense as garantias precisas para a legalidade do mesmo pagamento, declara aos Srs. Inspectores das ditas Thesourarias, em additamento ás ordens de 29 de Junho e 16 de Setembro de 1856, 20 de Novembro de 1857, e 20 de Fevereiro de 1858:

1.º Que, seja qual fôr a importancia das dividas, poderão ser pagas ao inventariante dos bens do originario credor, á vista da competente descripção em inventario, se não tiverem sido ainda partilhadas, e aos herdeiros, se o tiverem sido, apresentando elles os formaes da partilha, dispensada a habilitação formal exigida pelo Alvará de 28 de Junho de 1808 e Lei de 4 de Outubro de 1831 art. 6.º, §§ 8.º e 9.º

2.º Que do mesmo modo poderão ser satisfeitas aos cessionarios as que tiverem sido transferidas por meio de escriptura publica, sendo apresentado o traslado ou cópia desta.

3.º Que todas as dividas excedentes á alçada das Thesourarias, designadas nas sobreditas ordens, e cujos reclamantes não puderem exhibir os documentos que ficão indicados, ou por não ter-se feito inventario dos bens do credor primitivo, ou por constar a cessão de escripto particular, só deverão ser pagas, habilitando-se os referidos reclamantes na fórma da Lei.

4.º Finalmente, que, na hypothese de serem inferiores á alçada, será licito ás Thesourarias dispensar as habilitações, se por ventura fôr possível verificar-se administrativamente a legitimidade dos herdeiros ou cessionarios que requererem o pagamento.

Visconde de Albuquerque.

N. 429.—FAZENDA.—Em 12 de Setembro de 1862.

Sobre incompetencia das Presidencias de Provincia para resolver negocios fiscaes, e sello de certidões de intimação passadas em autos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Constando pelo officio n.º 109 de 20 de Dezembro ultimo, da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia que essa Presidencia declarára ao Juiz Municipal do termo de S. José que o § 3.º do art. 33 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 não comprehende as intimações das sentenças interlocutorias ou definitivas lavradas nos autos, e sim aquellas que forem feitas em execução de mandados, ou de despachos separados dos autos, que tem depois de se lhes juntar, como se deduz, no pensar dessa Presidencia, do § 3.º n.º 1.º e 2.º e da regra final—Paga antes &c.—, devendo as ditas intimações pagar como folhas de autos na occasião do sello geral destes; cumpre-me dizer a V. Ex. que semelhante decisão não pôde ser approvada, já pela incompetencia dessa Presidencia para resolver os negocios relativos a Administração da Fazenda geral, conforme tem sido por diferentes vezes declarado, já por ser a decisão de que se trata contraria á doutrina do Regulamento de 10 de Julho de 1850 que então regia a materia, segundo foi explicado pela ordem do Thesouro n.º 464 de 16 de Dezembro de 1857, convindo ponderar que as certidões de intimações passadas nos autos pagão actualmente o sello na conformidade do art. 59 § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, isto é, antes de lavrar-se qualquer outro acto nos processos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 430.—FAZENDA.—Em 13 de Setembro de 1862.

As Thesourarias devem com a precisa antecedencia pedir ao Thesouro o augmento dos creditos insufficientes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, em resposta ao seu officio n.º 95 de 7 de Julho

Decisões do Governo.

ultimo, que foi approvada a deliberação tomada pela Presidencia da mesma Provincia de autorisar, sob sua responsabilidade, o augmento do credito de 1:545\$603 para a verba—Pensionistas e Aposentados—do exercicio de 1861—1862; observa-lhe, porém, que no caso presente não foi cumprido fiel e exactamente o disposto no Decreto n.º 2.884 do 1.º de Fevereiro deste anno: porquanto, determinando o respectivo art. 2.º que os Inspectores das Thesourarias representem ao Governo Imperial com a necessaria antecedencia quando se der insufficiencia de credito para as despesas a fazer pelas differentes verbas, sómente em 3 do citado mez de Julho cumprio o Sr. Inspector essa disposição, communicando no seu supramencionado officio de 7 a autorização concedida pela Presidencia no dia 5. Deixa isto ver que as representações a semelhante respeito á Presidencia e ao Thesouro forão feitas ao mesmo tempo, e quando já era urgente uma providencia da primeira autoridade da Provincia para que não soffresse o serviço; o que é irregular e inadmissivel, pois que o citado Decreto não teve por fim constituir os Presidentes de Provincia os ordenadores de despesas sob sua responsabilidade; mas unicamente dar-lhes a faculdade de autorisarem o pagamento das de que elle trata, no caso de demorar-se, em prejuizo do serviço, a solução das representações dirigidas ao Governo Imperial.

Visconde de Albuquerque.

N. 431.—FAZENDA.—Circular em 13 de Setembro de 1862.

Quaes as circumstancias que autorisão o recurso das Thesourarias aos Presidentes de Provincia para estes autorisarem despesas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, julgando necessario e conveniente explicar aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda o modo por que devem executar d'ora em diante o Decreto n.º 2.884 do 1.º de Fevereiro deste anno, na parte relativa ás despesas contempladas e previstas nas ordens de creditos annuaes, satisfazendo á condição imposta no respectivo art. 2.º, de representarem ao Governo Imperial—com a precisa antecedencia—; declara aos ditos Srs. Inspectores que sómente lhes cumpre recorrer aos Presidentes das Provincias para autorisarem o pagamento

de taes despesas, e especialmente das de vencimentos correntes de que trata o § 7.º, art. 5.º do citado Decreto, quando, havendo representado ao Governo sobre a insufficiencia das consignações, com a antecedencia de cinco mezes nas Provincias de Mato Grosso e Goyaz, e de tres mezes nas outras, não tenham sido ainda decididas as representações pelo mesmo Governo. Outrosim que os Srs. Inspectores não podem alterar esta regra, sob pena de responsabilidade, ainda mesmo quando lhes pareça que da demora das decisões possa resultar desserviço publico; porquanto aos Presidentes das Provincias compete reconhecer e apreciar os casos urgentes e extraordinarios em que lhes cumpre providenciar sob sua responsabilidade ácerca da prompta realização dessas e outras despesas nos restrictos e limitados termos do supramencionado Decreto, dando immediatamente conta ao Governo Imperial das razões do seu procedimento, e fazendo a elle encaminhar as communicações dos Srs. Inspectores sobre as despesas assim ordenadas, para se resolver a respeito dellas como convier aos interesses do serviço.

Visconde de Albuquerque.

N. 432.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Setembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão communicando a Imperial Resolução de Consulta sobre as Leis da mesma Provincia, promulgadas no anno passado.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Sobre as Leis dessa Provincia, promulgadas no anno passado, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado; e Sua Magestade o Imperador, Conformando-se, por Sua Immediata Resolução de 13 de Agosto proximo passado, com o parecer da referida Secção exarado em consulta de 22 de Abril ultimo, Houve por bem mandar submeter as referidas Leis á Assembléa Geral, e declarar a V. Ex. o seguinte:

1.º Ha impropriedade nos termos —julgar com toda a justiça e imparcialidade as faltas e delictos dos irmãos— de que se usa no § 8.º do art. 7.º da Lei n.º 587 (compromisso da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia do Nossa Senhora da Victoria), porque a mesa não póde julgar delictos.

2.º A Lei n.º 598 diz: « Fica desannexado e extinto o lugar de Escrivão do Cível e Crime do de Tabellião do Publico, Ju-

dicial e Notas, que actualmente exerce o Tenente Coronel José Nunes de Souza Belfort.» Se esta Lei quizesse só a desannexação, seria a sua doutrina conforme ao Aviso circular de 30 de Janeiro de 1837; mas se quer também a extincção, como de suas palayras se manifesta, é contraria ao dito Aviso, porque as Assembléas Provinciaes não podem supprimir attribuições, o que resulta da supressão absoluta, ou extincção do officio.

3.º A distribuição do producto das loterias, segundo os principios de administração, devia ser feita pelo Presidente, e não pela Assembléa, como dispõe a Lei n.º 601.

4.º A Lei n.º 608, approvando o compromisso da irmandade de Santa Maria do Soccorro, erecta na Igreja do convento das Mercês da Cidade de S. Luiz, supprime o art. 10, que prohibe assistir aos trabalhos da mesa quem a ella não pertença; ao passo que a Lei n.º 587 deixou em pé o art. 9.º do compromisso da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Victoria que tem a mesma disposição na sua parte primeira.

5.º O art. 31 da Lei n.º 609 (Orçamento Provincial) contém o perdão de uma multa imposta no contracto da companhia Anil; o que não pôdia fazer a Assembléa, por ser a multa uma pena, e não ter ella a attribuição de agraciar, que só compete ao Poder Moderador.

6.º A disposição do art. 1.º da Lei n.º 614, que obriga a vender-se a carne em certo e determinado lugar, é contraria á Lei do 1.º de Outubro de 1828, que permite essa venda em qualquer parte que mais convenha aos vendedores.

7.º O art. 22 das posturas da Camara Municipal do Codó, approvadas pela Lei n.º 618, manda dar aos presos a carne dos porcos que vagarem sem dono. Taes porcos e outros animaes vagos devem seguir a sorte dos bens do evento a quo pertencem. O art. 26, fazendo dependente de uma condição nova o exercicio da Medicina e Pharmacia, é contraria á Lei geral que têm fixado as regras para aquelle exercicio.

8.º O compromisso da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, approvado pela Lei n.º 621, estabelece no art. 3.º, entre as condições da admissão dos irmãos, que sejam do sangue limpo. Esta expressão, além de não definida, é anti-christã e inconstitucional.

9.º A Lei n.º 628 (posturas da Camara Municipal da Cidade de Vianna) prescreve no art. 6.º regras e condições para o embarque do assucar. Isto é alheio inteiramente das funções e attribuições Municipaes; não é objecto de postura.

10.º O art. 18 das posturas da Camara Municipal da Cidade de Alcantara, approvadas pela Lei n.º 629, que impõe o onus do reparo das estradas aos particulares, faz reviver um imposto de serviço pessoal, que pela sua aberração dos principios da sciencia economica cahio em desuso: os arts. 28, 29, 30 e

40, que tratão de aforamentos de terras da Camara a pessoas ociosas, e de negocios dolosos com escravos, são menos proprios de posturas; e o art. 59, que prohibe a venda da carne verde fóra dos talhos publicos, é contrario á Lei do 1.º de Outubro de 1828, pela qual é livre a venda em qualquer lugar que mais convenha ao vendedor.

11. A pena de palmatoadas, imposta pelos arts. 76, 77, 78 e 80, é desconhecida pela Lei do 1.º de Outubro de 1828, que creou para as posturas as penas sómente de prisão e multa.

12. Tambem é notavel que no art. 86 se deixe a arbitrio das autoridades policiaes a pena do escravo que apagar algum lampeão.

13. O art. 103, que obriga o dono de um escravo, lançado fóra de casa por não poder mais prestar serviços, a pagar á pessoa que o recolher o tratamento que lhe houver dado, não é objecto de postura.

14. Os arts. 107, 109, 110 e 111 entendem com o exercicio da Medicina e Pharmacia, que está regulado por Lei geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 433.—FAZENDA Em 15 de Setembro de 1862.

Que os ~~Tabelliães~~ não teem competencia para certificarem qual o estado das Pensionistas nas procurações que estas outorgarem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Declaro a V. Ex., em solução á duvida que fez objecto da representação da 1.ª Pagadoria do Thesouro á essa Directoria Geral em 2 do corrente, que as certidões de estado, que as Pensionistas apresentam no principio de cada exercicio, devem ser passadas pelos Parochos ou pelas autoridades igualmente competentes para darem taes documentos; e que por conseguinte não são admissiveis, como substitutivas daquella meio de prova, as declarações do estado das mesmas Pensionistas feitas pelos Tabelliães nas procurações por ellas outorgadas; visto como não teem estes Funcçionarios competencia para dar semelhantes attestados ou certificados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 434.—GUERRA.—Aviso em 15 de Setembro de 1862.

Declarando que é procedente a opinião da Thesouraria de Fazenda sobre o etapa das praças de pret, que com effeito deve ter uma só avaliação, embora outra cousa se possa deprehender do Regulamento das Enfermarias, o que porém não deve influir no tratamento das praças enfermas.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Setembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — E' procedente a opinião da Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, a que V. Ex. se refere no seu officio n.º 34 de 29 de Agosto proximo passado sobre a etapa das praças de pret, que com effeito deve ter uma só avaliação, embora do Regulamento das Enfermarias outra cousa se possa deprehender. Isso não deve influir no tratamento das praças enfermas, porque os seus vencimentos entrão como um meio de acudir ás despesas; mas o Governo paga o excedente dessas despesas quando ha deficit, assim como arrecada as sobras, se as ha.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 435.—GUERRA.—Circular em 15 de Setembro de 1862.

Abolindo a pratica até aqui tolerada de reverterem em beneficio dos Almo-xarifes dos Arsenaes de Guerra, Fieis dos Estabelecimentos Militares e Encarregados dos Armazens de Artigos bellicos os caixões, capas e outros involucros e amarrações de fazendas e munições, contra o disposto no Aviso n.º 315 de 30 de Agosto de 1841, que deve ser restrictamente observado.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio da Guerra em 15 de Setembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sendo manifestamente contraria aos interesses da Fazenda Nacional a pratica até aqui tolerada dos Almo-xarifes e Fieis dos Estabelecimentos Militares e Encarregados de Armazens de artigos bellicos aproveitarem os caixões, capas e outros quaesquer involucros e suas amarrações das fazendas, munições e mais objectos que entrão nos armazens de taes estabelecimentos, e convindo não só que o Aviso n.º 315 de 30 de Agosto de 1841 seja extensivo a todos os ditos estabelecimentos e armazens, como que suas disposições tenham restricta observancia, cumpre que V. Ex. lhe faça dar devida execução, ordenando além disso que daquelles objectos os que nos ditos Estabelecimentos não possam ter applicação, de tres em tres mezes

sejão postos em hasta publica com as formalidades da lei, recolhendo-se a sua importância á respectiva Thesouraria da Fazenda, onde deverá ser escripturada como receita eventual, com declaração da sua procedencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de....

— No mesmo sentido ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte, ao da Fabrica de Polvora e ao do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.

N. 436. — GUERRA. — Em 15 de Setembro de 1862.

Determina qual o procedimento, que se deve ter para com um soldado, que, sendo desertor do Corpo de Guarnição, se achava com outro nome cumprindo sentença como praça do Corpo Policial.

1.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 15 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de V. Ex. de 16 de Maio do corrente anno, sob n.º 295, submettendo á consideração do Governo Imperial a decisão, que dá a consulta do Coronel Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia ácerca do Soldado desertor do mesmo Corpo Silvestre da Rocha Souza, que com outro nome, e na qualidade de praça do Corpo Policial, se acha na Cadeia cumprindo quatro annos de prisão: E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer do Conselho Supremo Militar, exarado em Consulta do 1.º do corrente mez, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 13 deste mez, Determinar que o mencionado Soldado deve acabar de cumprir a pena, que lhe fôra imposta como praça do Corpo Policial, sendo depois remettido ao Corpo, em que é desertor, para ser processado na conformidade da Lei: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e em resposta ao seu citado officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 437.—GUERRA.—Aviso de 17 de Setembro de 1862.

Declarando que a duvida, em que labora o Commandante do Corpo de Guarnição a respeito do premio que compete a um voluntario que assentou praça nas extinctas Companhias de Pedestres, está prevista no Aviso Circular de 11 de Agosto de 1861.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Deprehendendo-se da representação do Tenente Coronel Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia que elle duvida de qual o premio que compita a um voluntario que assentou praça nas extinctas Companhias de Pedestres, faça-lhe V. Ex. saber que a duvida está solvida pelo Aviso Circular de 14 de Agosto de 1861, que deve existir na Secretaria do Governo, e se acha impresso no boletim dos actos officiaes daquelle mez e na Collecção dos actos do Governo de 1861, embora o voluntario em questão completasse posteriormente a idade de 18 annos, pois que o premio não pôde ser mais que o que lhe foi promettido no acto de assentar praça. Se a duvida fôr outra, V. Ex. a trará novamente ao conhecimento do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 438.—GUERRA.—Aviso de 17 de Setembro de 1862.

Solvendo a duvida proposta pelo Commandante do Corpo de Guarnição quanto ao desconto dos premios de 1.^a praça e de engajamento.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A questão proposta pelo Commandante do Corpo de Guarnição na representação que acompanhou o officio de V. Ex. n.º 493 de 23 de Agosto ultimo, está decidida pela Imperial Resolução de 30 de Outubro de 1859; isto é, os premios de 1.^a praça e os de engajamento não estão sujeitos a desconto; mas as gratificações, quer de voluntario, quer de engajado devem entrar para as caixas das Enfermarias, ou ficar nos cofres publicos quando os voluntarios ou engajados estiverem em tratamento, porque essas gratificações são consideradas como augmento de soldo. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 439.—FAZENDA.—Em 17 de Setembro de 1862.

Abono de despesas feitas pelos Exactores fiscaes quando já encerrado o exercício; e pagamento de percentagem na proporção da arrecadação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto pelo ex-Administrador da Mesa de Rendas de Itaqui, Estacio da Cunha Bittencourt, que acompanhou o officio n.º 179 dessa Thesouraria de 11 de Setembro do anno passado; pelo modo seguinte:

1.º Que o recorrente seja relevado não só da perda da percentagem dos saldos da dita Mesa de Rendas de Maio a Junho de 1860, exercício de 1859-1860, na importancia de duzentos setenta e um mil novecentos e cincoenta réis (271\$930), como tambem da perda da percentagem e multas relativas ao saldo do trimestre seguinte de Julho a Setembro, na importancia de cento dezaseis mil seiscentos sessenta e dous réis (116\$662).

2.º Que sejam abonadas na conta do recorrente, logo que elle apresente os competentes recibos das partes, tanto a quantia de cincoenta e nove mil cento sessenta e oito réis (59\$168) vencimento abonado ao Guarda João Carlos Outeiro em Maio do dito anno, que deixou de assignar a folha de pagamento, como a de dous mil cento e vinte réis (2\$120) da comissão paga ao Agente do Correio pela arrecadação do mesmo mez de Maio, cujo recibo não appareceu; visto como não se dando suspeita sobre a effectividade do dispendio destas duas quantias, mas sómente falta essencial na sua legalisação, uma vez que o responsavel exhiba documentos authenticos que comprovem a despesa, deve ella ser-lhe abonada, sendo que a semelhante abono não obsta o encerramento do exercício a que ella pertence, por quanto esta circumstancia não nullifica a expressa disposição do art. 29 do Decreto de 10 de Março de 1860, quando permite a exhibição de novos documentos em materia de tomada de contas, em recurso de decisões mesmo definitivas, o qual só é limitado, quanto ao prazo, pelo art. 1.º e seguintes do Decreto n.º 837 de 12 de Novembro de 1851, a que se refere o § 1.º do citado art. 29 do Decreto de 1860.

3.º Finalmente que o recorrente não deve ser considerado na obrigação de repor a percentagem que deduzio para os Empregados da Mesa, em Maio e Junho de 1860, no valor de quatrocentos sessenta e oito mil setecentos cincoenta e nove réis (468\$759), porque a intelligencia da ordem do Thesouro n.º 240 de 7 de Julho de 1856 é que dos primeiros 2:600\$000

Decisões do Governo.

da renda mensal tem os Empregados direito á porcentagem de 25 %, do excedente até 3:000\$000, 20 %, e por ultimo 15 % da arrecadação além de 3:000\$000.

Visconde de Albuquerque.

N. 440.—FAZENDA.—Em 18 de Setembro de 1862.

A's Presidencias de Provincia sómente compete a simples investigação ou inquerito sobre as Alfandegas, e não o conhecimento de recursos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 3 de Junho ultimo, sob n.º 21, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu não tomar conhecimento do recurso interposto pelo vigia da Alfandega de Porto Alegre, Alexandre José Leal, da decisão da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia para essa Presidencia por tê-lo julgado sem direito á respectiva gratificação pelos dias durante os quaes faltou á Repartição por motivo de molestia; visto como o art. 769 paragrapho unico do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 estabelece que das decisões da Thesouraria ha recurso voluntario para o Thesouro, e não para as Presidencias, e o art. 170 do mesmo Regulamento declara que em nenhuma instancia se pôde tomar conhecimento de recurso, senão guardadas as formalidades dos artigos antecedentes; competindo sómente ás Presidencias, pelo art. 9.º do referido Regulamento, a simples investigação ou inquerito sobre as Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 441.—FAZENDA.—Em 19 de Setembro de 1862.

O Despacho de fitas é por peso liquido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1862.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Kock &

Leverd da decisão dessa Inspectoria que, á vista do disposto no art. 887 e nota n.º 120 da Tarifa, mandou incluir na verificação do peso liquido das fitas de veludo, que submittêrão a despacho os cartões em que vierão acondicionadas; cumprindo declarar a V. S. que a distincção que nessa Repartição se tem feito da differença do peso quando proveniente da mercadoria em si, ou quando resultado da accumulacção dos envoltorios, sujeitando-se no primeiro caso a direitos dobrados, e em segundo aos direitos simplesmente da differença, está em manifesta opposição, na materia sujeita, assim ao citado art. 887 da Tarifa, segundo o qual o despacho das fitas é por peso liquido, e a referida nota n.º 120, em cuja conformidade o peso dos cartões, em que vem enroladas as fitas, se inclui no peso liquido, como tambem ao art. 553 do Regulamento das Alfandegas que mui explicitamente fixa a regra a guardar na arrecadação dos direitos e multas, a que ficão sujeitos os despachos processados diversamente do disposto no sobredito Regulamento e Tarifa.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N. 442.—GUERRA.—Circular ás Presidencias e Pagadoria das Tropas da Córte em 19 de Setembro de 1862.

Mandando cessar o abono da gratificacção de 20\$000 réis mensaes aos Agentes das Enfermarias.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Reconsiderando-se a materia do art. 45 do Regulamento especial para o serviço das Enfermarias Militares de 30 de Janeiro de 1861, publicado na ordem do dia n.º 258 de 16 de Maio do mesmo anno, e reconhecendo-se que não é regular por estabelecer uma vantagem que não está comprehendida na tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857, expeça V. Ex. ordem á Thesouraria de Fazenda para que não continue a abonar a gratificacção de 20\$000 mensaes aos Agentes das Enfermarias, se acaso tal abono tiver sido realizado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 443. —GUERRA.—Circular de 19 de Setembro de 1862.

Providenciando quanto ás avaliações semestrais das etapas das praças de pret.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Convindo que as avaliações semestrais das etapas das praças de pret sejam feitas com a necessaria antecedencia, em termos que o Governo Imperial possa dar ou negar-lhes approvação no correr dos mezes de Junho e Dezembro de cada anno, cumpre que V. Ex. marque prazos á Thesouraria da Fazenda dessa Provincia para a organização das competentes tabellas, de accordo com a disposição acima expressada. E, como os Commandantes dos Corpos nem sempre se conformem com as avaliações das Thesourarias e muitas vezes produzão razões valiosas para demonstrar a insufficiencia do valor orçado, embora reconheção sua exactidão, fique V. Ex. na intelligencia de que não deve neste caso estipular para as etapas preço maior do que o do semestre anterior, ainda mesmo provisoriamente, referindo-se a esta Secretaria de Estado para se providenciar como convier.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 444. —GUERRA.—Aviso de 19 de Setembro de 1862.

Expedindo providencias em ordem a conhecer-se com a maior exactidão no fim do 1.^o semestre de cada exercicio o algarismo do credito supplementar que por ventura seja necessario abrir-se para occorrer ao resto dos paga-mentos, que lhe forem peculiares.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Setembro de 1862.

Continuando em vigor no exercicio corrente a Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, demonstrado está que em alguns paragraphos do art. 6.^o necessariamente ha de haver deficit, assim como em outros tem de haver sobras, e não pequenas. É isto devido no primeiro caso as transformações por que tem passado algumas Repartições deste Ministerio, e no segundo, á severa economia, que se tem procurado estabelecer nas suas despesas.

Reconhecida, pois, a necessidade de um credito supplementar, tenho muito a peito que o seu algarismo seja reduzido á menor

expressão possível, e para esse fim é indispensavel que V. S., calculando, pelas despesas feitas até Dezembro deste anno, as que tiverem de effectuar-se até Junho de 1863, me remetta no correr do mez de Janeiro impreterivelmente uma demonstração, a mais exacta que fôr possível, do estado do credito aberto a essa Thesouraria da Fazenda, em que declare a despesa effectuada no semestre decorrido, a effectuar no semestre seguinte, e as sobras e faltas de cada paragrapho.

Na mesma occasião acompanhará uma demonstração definitiva do estado, em que ficou o credito do exercicio anterior, em que se mencione tambem a despesa, que ficou por pagar. Isto não é trabalho novo, que não esteja recommendado; mas como nem sempre venha em tempo, nem seja confeccionado com a desejada exactidão, por isso o exijo novamente e muito o recommendo á solicitude de V. S., ficando estabelecido o preceito para os annos futuros.

Deus Guarde á V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda de.....

N. 445.—GUERRA.—Aviso de 22 de Setembro de 1862.

Dispondo que os saldos existentes no cofre dos menores do Arsenal de Guerra sejam recolhidos no fim de cada semestre aos da Thesouraria da Fazenda como despesa a annullar no paragrapho Arsenaes de Guerra.

4.º Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 782 de 13 de Agosto proximo passado, com copia dos papeis relativos a entrega na Thesouraria de Fazenda dos saldos existentes no cofre dos menores do Arsenal de Guerra; e em resposta, sou a dizer a V. Ex. que brevemente serão publicadas as convenientes Instrucções para regular esta materia: ficando, porém desde já na intelligencia de que taes saldos devem ser recolhidos no fim de cada semestre á Thesouraria da Fazenda, e alli recebidos como despesa a annullar no paragrapho correspondente a Arsenaes de Guerra, e que as sobras já recolhidas deverão ser consideradas como—receita extraordinaria,—na parte que pertencerem a descontos effectuados em exercicios anteriores, encerrando-se no Arsenal a conta dos que fallecerão, com a entrega na Thesouraria de 567\$839 réis, a que se referem os mesmos papeis.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. —Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

N. 446. — GUERRA. — Aviso de 22 de Setembro de 1862.

Provido a diversos quesitos, propostos pelo Director do respectivo Arsenal de Guerra, acerca do modo por que tem sido executado o Regulamento de 3 de Janeiro de 1842, que deu nova organização ás Companhias de Aprendizizes menores de taes estabelecimentos.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Accuso recebido o officio de V. Ex. n.º 381 de 21 de Julho ultimo, com o do Director do Arsenal de Guerra, informando a maneira como tem sido alli executado o Regulamento de 3 de Janeiro de 1842. Brevemente se providenciará a respeito de alguma cousa, que a experiencia tem aconselhado depois da publicação daquelle Regulamento e das instrucções de 11 do mesmo mez e anno: entretanto é mister que o Director cumpra fielmente o que alli está prescripto, sem fazer cabedal da reluctancia dos Artifices para o trabalho das officinas pelo motivo de se capitalisar o saldo, que lhes pertence do respectivo jornal; porque o fim desta medida é livrar da devassidão os tutelados da Nação e acostuma-los a serem laboriosos e economicos, proporcionando-lhes meios de estabelecimento quando concluirem seu tempo de serviço. A má vontade, de que se queixa o Director do Arsenal, provém da falta de zelo, que despendêrão na educação desses Artifices, quando menores, o Pedagogo e o Capellão, e, mais que todos, os Directores, que se descuidarão de chamar esses empregados ao cumprimento de seus deveres. Cumpro advertir que os vencimentos militares dos Artifices não devem ser comprehendidos nos descontos, e que as quantias, que têm de ser convertidas em peculio, são os saldos dos descontos feitos para indemnisação das despesas do Estado, e dos soldos da praça, que tiverem na Companhia, podendo ainda desse saldo consignar uma parte á sua familia, nos termos do art. 12 do Regulamento de 1849, disposição que se póde fazer extensiva ás mulheres dos que forem casados.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 447.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia declarando que os Oppositores não tem direito a retribuição pelo trabalho de assistir á defeza das theses dos candidatos ao grão de doutor.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Setembro de 1862.

Accuso a recepção do officio de V. S. de 5 do corrente mez, em que communicando-me que alguns Oppositores dessa Faculdade, que se achão desoccupados tem de assistir á defeza das theses dos candidatos ao grão de doutor no fim do presente anno lectivo, pede que se lhes marque a retribuição que devem perceber por este trabalho, visto não estar ella designada nem nos estatutos das Faculdades de Medicina, nem no respectivo Regulamento complementar.

Em resposta tenho de declarar a V. S. que, não se tendo entendido até o presente como autorisada a despeza com aquelle serviço, seria actualmente a sua autorisação um arbitrio que não se poderia justificar, e que só poderá ser tomado quando se tratar da reforma da Legislação em vigor.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 448.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia declarando que o Aviso n.º 594 de 20 de Dezembro de 1861, relativo aos dias de nojo e de gala de que gozão os Empregados da Secretaria do Imperio, é applicavel aos Lentes e Empregados da mesma Faculdade, e dos demais Estabelecimentos e Repartições sujeitas ao Ministerio do Imperio; e que nos dias em que faltarem ao serviço por taes motivos não percebem as suas gratificações.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Setembro de 1862.

Em solução ao officio de V. S. de 9 do corrente mez, declaro-lhe que é applicavel aos Lentes e Empregados dessa Faculdade, assim como aos dos demais Estabelecimentos e Repartições subordinadas a este Ministerio, o Aviso n.º 594 de 20 de Dezembro de 1861, que declara os dias de nojo e de gala de que gozão os Empregados da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio; e que, não percebendo estes a gratificação daquelles dias, porque as gratificações concedidas aos Empregados Publicos, além dos ordenados, só são devidas quando elles estão

em effectivo serviço, também não a devem perceber os referidos Lentes e Empregados quando não comparecem por motivos de nojo ou gala, servindo estes motivos unicamente para justificar as suas faltas, e poderem cobrar os seus ordenados.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 449. — FAZENDA. — Circular em 23 de Setembro de 1862.

As Repreções Fiscaes nas Províncias devem remetter á redacção do *Diario Official* os actos que convenhão ser publicados na Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que no 1.º de Outubro proximo futuro deve começar a ser publicado o *Diario Official*, cessando no ultimo do corrente mez todas as assignaturas do *Jornal do Commercio* que a Administração Publica tem actualmente; e bem assim que os Boletins mensaes do expediente do Governo serão publicados sómente até o mez de Agosto proximo findo. Outrosim previne os mesmos Srs. Inspectores de que devem remetter á redacção do sobredito *Diario*, na Typographia Nacional, os actos officiaes que convenhão ser publicados na Côrte

Visconde de Albuquerque.

N. 450. — FAZENDA. — Circular em 24 de Setembro de 1862.

Exige dos Presidentes de Provincia informações a bem do commercio e navegação de cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — Para que possa o Governo Imperial tomar as medidas que forem convenientes a bem da navegação de cabotagem, e ter completo conhecimento do estado em que presentemente se acha essa industria, precisa que V. Ex., ouvindo

às Estações fiscaes competentes e às pessoas mais habilitadas dessa Provincia, preste com toda a urgencia, e com o maior des-
envolvimento possivel, esclarecimentos sobre os seguintes pontos :

1.º Qual o numero de embarcações que se empregão na cabotagem na costa ou nos rios dessa Provincia, com indicação de sua denominação, emprego, lotação, valor approximado de seu custo de construcção e apparelho, o numero de sua tripolação, se livre ou escrava, e os salarios que ordinariamente percebe.

2.º Qual o numero de estaleiros existentes, se prosperão ou se estão estacionarios ou decadentes, e os motivos que para isso tem influido.

3.º Quaes as embarcações do trafico da mesma cabotagem que tem sido construidas no estrangeiro, e seu custo.

4.º Se as construcções de embarcações tem encarecido ou barateado, e as causas desses resultados ; e bem assim a especificação tão exacta quanto seja possivel do preço de cada tonelada de construcção comparado com os preços de estaleiros estrangeiros dos portos para onde se fação nessa Provincia maiores encomendas, ou que com ella tenham mais frequentes e importantes relações commerciaes.

5.º Quantas embarcações se empregão na pequena pescaria e na de barra fóra, o estado em que se acha essa industria e as medidas que sejam reputadas mais convenientes para anima-la.

6.º Quantas embarcações forão construidas durante o regimen da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1843 ; quantas se construíram depois de sua revogação.

7.º Quaes as vantagens que resultarão dessa lei, e que providencias serão proveitosas para torna-las mais efficazes, se fosse restabelecida a sua disposição.

8.º A indicação do juizo das pessoas mais esclarecidas dessa Provincia e das Estações fiscaes a respeito dos meios praticos que cumpre adoptar para executar-se com prudencia e acerto a autorisação concedida ao Governo pelo art. 23, §§ 4, 5 e 6 da Lei do orçamento n.º 1.177 de 9 de Setembro do corrente anno, que acaba de ser publicada e se acha concebida nos seguintes termos :

« § 4.º Para alterar as disposições vigentes ácerca da navegação de cabotagem, permittindo às embarcações estrangeiras fazer o serviço de transporte costeiro entre os portos do Imperio em que houver Alfandegas, e prorogando por mais tempo os favores anteriormente concedidos.

« § 5.º Para dispensar às embarcações brasileiras do limite prescripto para o numero de estrangeiros que podem pertencer á tripolação e da exigencia relativa á nacionalidade dos Capitães e Mestres.

« § 6.º Para adoptar as providencias regulamentares que forem compatíveis com as circumstancias actuaes em relação ao objecto dos dous paragraphos antecedentes.»

Por occasião de remetter estes esclarecimentos espera o Go-
Decisões do Governo.

verno Imperial que V. Ex. os fará acompanhar de quaesquer observações que o estudo deste importantissimo assumpto e as informações particulares lhe suggerirem.

Ligando o Governo o maior apreço ao conhecimento circumstanciado de um objecto de tão transcendente interesse para o Imperio, descansa no zelo de V. Ex. pelo serviço publico e confia que suas vistas serão comprehendidas e secundadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 451.—FAZENDA.—Circular em 25 de Setembro de 1862.

Valor por que devem ser despachadas as velas fabricadas do carvão de pedra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a decisão do mesmo Tribunal sobre o officio da Thesouraria de Pernambuco n.º 63 de 4 de Abril ultimo, relativo a umas velas ahí submettidas a despacho, as quaes, segundo o parecer da Commissão da Tarifa da Alfandega da Côte são um producto novo do carvão de pedra e não se achão classificadas na Tarifa; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que as referidas velas devem ser despachadas *ad valorem* na razão de 30 %, como se pratica na dita Alfandega, onde para o valor se toma por base o das de espermacete com mais 20 %.

Visconde de Albuquerque.

N. 452.—FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1862.

Abono de cavalgadas ao Juiz e mais empregados do Juizo dos Feitos em diligencia fiscal fóra de sua séde.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ao que pondera o Sr. Inspector da

Thesouraria do Fazenda de Pernambuco em seu officio n.º 176 de 30 do mez passado, declara-lhe: quanto á 1.ª das consultas constantes do mesmo officio que póde fazer transportar do exercicio de 1861 — 62 para o actual de 1862 — 63 o credito de seis contos de réis aberto á dita Thesouraria para as despesas com a nova avaliação dos bens pertencentes ao extincto encapellado de—Itambé—; quanto á 2.ª que o respectivo Procurador Fiscal póde delegar em pessoa idonea os poderes necessarios para o caso especial de assistir á referida avaliação na conformidade do art. 16 § 2.º da Lei n.º 242 de 20 de Novembro de 1841, segundo já o declaron a Directoria Geral de Contencioso ao mesmo Procurador Fiscal por officio n.º 379 de 23 do corrente; e quanto á 3.ª que deve mandar abonar cavalgaduras ao Juiz e mais empregados dos Feitos para se transportarem aos lugares em que tem de fazer a avaliação *ad instar* do que para os Officiaes de Justiça dispoz a ordem n.º 43 de 13 de Junho de 1853; tanto mais quanto as diarias lhes devem ser contadas pela metade, nos termos das Instrucções de 28 de Abril de 1851, art. 1.º, parte 2.ª, e ordem n.º 210 de 15 de Novembro de 1854.

Visconde de Albuquerque.

N. 453.—FAZENDA.—Em 23 de Setembro de 1862.

Interposição de recursos em materia do imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 30 do mez passado, que o mesmo Tribunal resolveu não tomar conhecimento do requerimento de A. C. Dick, superintendente da estrada de ferro dessa Provincia, solicitando dispensa da revalidação do sello das ultimas chamadas dos accionistas da respectiva Companhia, visto como não houve o recurso da Recebedoria de rendas para a Thesouraria, e desta para o Thesouro, como determina o art. 123 do Regulamento do sello, não tendo sido além disto cumprido o art. 130 do dito Regulamento, que determina que os recursos devem subir ao Thesouro por intermedio do Chefe da Repartição, que tiver decidido a questão, ou confirmado a decisão recorrida, e com prestação de deposito, ou fiança idonea, correspondente á importancia do sello, revalidação ou multa na forma do art. 131 do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 454.— GUERRA.— Aviso de 25 de Setembro de 1862.

Approvando a deliberação, que t-mou, de negar pagamento á Camara Municipal da Capital das sepulturas das praças do Exercito fallecidas na Enfermaria Militar, visto que, professando pobreza, deve-lhes valer a isenção da Lei.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Setembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Accusando recebido o officio de V. Ex. n.º 93 de 19 de Setembro corrente, tenho de approvar a sua deliberação de negar pagamento á Camara Municipal da Capital das sepulturas das praças do Exercito, que fallecem na Enfermaria Militar; pois, se a Lei isenta os pobres, que morrem em taes Enfermarias, ninguem provará que os soldados sejam ricos, e como taes não comprehendidos na isenção.

Deus Guarde a V. Ex.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 455.— GUERRA.— Circular de 26 de Setembro de 1862.

Ordenando que não mande pagar, por conta deste Ministerio, qualquer despesa que se fizer com applicação de sanguesugas e ventosas, bem como com extracção de dentes e outros serviços, que devem ser executados pelos Enfermeiros e Officiaes do Corpo de Saude do Exercito.

4.^a Directoria Geral.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Setembro de 1862.

Devendo todas as operações de cirurgia ser feitas pelos Officiaes do Corpo de Saude, e correndo a estes o dever de amestrar os Enfermeiros na applicação de sanguesugas, ventosas e outros serviços, que costumavão ser feitos por barbeiros, fique V. S. na intelligencia de que não deve mandar pagar, por conta deste Ministerio, qualquer documento que represente retribuição de serviço de semelhante natureza, ainda mesmo o de extracção de dentes, que é uma operação importante, que não pôde nem deve ser praticada por barbeiros ignorantes, como já tem sido declarado em varios Avisos.

Deus Guarde a V. S.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.— Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de ..

N. 456.—FAZENDA.—Em 26 de Setembro de 1862.

Aos processos de fianças fiscaes remettidos ao Thesouro devem acompanhar os quadros do arbitramento e fixação das mesmas fianças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communicando ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará a approvação pelo dito Tribunal dos processos que acompanhárão o seu officio n.º 110 de 29 de Julho proximo passado, e que com a presente lhe são devolvidos, das fianças prestadas pelos Collectores de S. Matheus, Augusto Rodrigues Pinto, e de Canindé, José Cordeiro da Cruz, pelo Escrivão da Mesa de Rendas de Aracaty, Raymundo de Castro e Silva, e pelo Ajudante de Contador do Correio, Hermelino Sobral Macahiba, visto terem cumprido as exigencias da ordem n.º 70 de 25 de Dezembro do anno findo, a qual tambem comprehendia o Collector do Saboeiro, José Alves Teixeira, que falleceu, segundo participa o Sr. Inspector no citado officio, e o do Pereiro, Joaquim Manoel de Miranda Franco; recommenda ao mesmo Sr. Inspector que providencie não só para que este ultimo satisfaça quanto antes á exigencia relativa do seu fador, mas tambem para que d'ora em diante acompanhem aos processos desta natureza os quadros demonstrativos do arbitramento e fixação das fianças; cessando a pratica irregular de apenas mencionar-se o *quantum* dellas nos termos lavrados na Secção do Contencioso.

Visconde de Albuquerque.

N. 457.—FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1862.

As Thesourarias não podem liquidar dividas que não constem de sua escripturação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Piahy, que, pelo credito do art. 1.º, § 2.º da Lei n.º 1.149 de 21 de Setembro do anno passado, pague ao Bacharel Felipe Alves de Carvalho a divida de exercicios

findos que reclama, na importância de 344\$083, proveniente do seu ordenado como Juiz de Direito da Comarca de Solimões na Província do Amazonas, do 1.º de Novembro de 1858 a 18 de Janeiro de 1859, no caso de já ter o mesmo satisfeito, em virtude de requisição da Thesouraria daquella Província ou de precatório judicial expedido pelo respectivo Juizo dos Feitos, os 200\$000 que ainda devia ao Estado pelos direitos de 30 % sobre a gratificação do referido emprego. No caso contrario, porém, o Sr. Inspector, figurando o pagamento pela importância integral da divida reclamada (344\$083), entregará sómente ao dito Bacharel a quantia de 144\$083, liquida da que elle deve, a qual será levada á competente verba de receita; na intelligencia de que lhe cumpre dar conta ao Thesouro da execução da presente ordem, e ainda de que não compete á Thesouraria liquidar divida alguma que não conste da sua escripturação, e menos servindo de titulo uma certidão, contra o que expressamente determina a ordem n.º 27 de 26 de Janeiro de 1852, vigorada pela doutrina da Resolução de Consulta da Secção de Fazenda de 7 de Maio deste anno.

Visconde de Albuquerque.

N. 458.—FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1862.

As Thesourarias não podem dar certidões de divida passiva do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas que nesta data se expede ordem á do Piauihy para pagar ao Bacharel Felipe Alves de Carvalho a divida de exercicios findos que reclamou, na importância de 344\$083, proveniente de seus ordenados como Juiz de Direito da Comarca de Solimões cobrando-lhe na mesma occasião, se por ventura não estiver ainda paga, a quantia de 200\$000 que o reclamante ficou devendo ao Estado de direitos de 30 % sobre a gratificação do mencionado emprego; e outrosim que o Sr. Inspector, a quem opportunamente se communicará como foi tal ordem executada, a fim de poder regular-se quanto á conta ahi aberta ao dito reclamante pelos direitos supracitados, deve fazer cessar a pratica abusiva, admittida por um de seus antecessores, de dar a Thesouraria certidões de divida contra a

expressa disposição da ordem n.º 27 de 26 de Janeiro de 1852, vigorada pela doutrina da Resolução de Consulta da Secção de Fazenda de 7 de Maio do corrente anno.

Visconde de Albuquerque.

N. 459.—GUERRA.—Aviso de 29 de Setembro de 1862.

Expondo que os Juizes letrados ou advogados, que servirem interinamente de auditores, tem direito, em conformidade da Imperial Resolução de 31 de Março de 1860, á gratificação correspondente em quanto durão os processos, salvas as suspensões dos trabalhos por motivos alheios ao seu andamento ordinario.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Setembro de 1862.

A duvida proposta por V. S. em seu officio de 16 deste mez está solvida pela Imperial Resolução de 31 de Março, publicada em Aviso de 2 de Abril de 1860 ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, que vem substanciado no boletim do expediente do Governo, isto é: os Juizes letrados ou advogados, que servem interinamente de Auditores, tem direito a gratificação correspondente em quanto durão os processos, salvas as suspensões dos trabalhos por motivos alheios ao andamento ordinario dos mesmos processos.

Deus Guarde a V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina.

N. 460.—FAZENDA.—Em 30 de Setembro de 1862.

Sobre as licenças e modo por que se devem fazer as transferencias de terrenos de marinhas, e sobre os direitos a pagar das mesmas transferencias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 24 de 26 de Março ultimo: 1.º que as transferencias do do-

minio util de terrenos de marinhãs, ou de outra qualquer especie, devem ser feitas do mesmo modo por que se fazem as dos bens de raiz em geral, e são sujeitas ao pagamento do imposto da siza; pelo que as escripturas ou escriptos, mediante os quaes se verificão as ditas transferencias, estão isentos do imposto do sello na fórma do art. 38 § 4.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860: 2.º que as licenças para venda ou escambo do dominio util de terrenos de marinhãs, e de outros pertencentes ao Estado, deve preceder o pagamento dos fóros vencidos e bem assim satisfazer-se o laudemio correspondente e o sello fixo da mesma licença: 3.º que, neste caso, para se lavrar o termo de aforamento em virtude do qual se deve passar titulo ao novo foreiro, deve este pagar o sello proporcional regulado pelo fóro correspondente a vinte annos, na fórma do art. 7.º § 1.º do citado Regulamento. Este sello é pagavel todas as vezes que tem lugar qualquer transferencia, por que de cada uma deve-se passar titulo á pessoa que adquire o dominio util, exceptuado o caso de herança, no qual os herdeiros não precisão de outro titulo além do formal ou certidão da partilha em que a propriedade foreira lhe coube em quinhão, sendo que a vista de semelhante titulo se averba no assentamento a transferencia para o herdeiro, pagos os fóros até então vencidos.

Visconde de Albuquerque.

N. 461. — FAZENDA. — Em 3 de Outubro de 1862.

Annula o processo de julgamento de uma apprehensão de mercadorias por certas irregularidades que se notão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1862.

Tendo o Tribunal do Thesouro reconhecido que irregularmente se procedera na apprehensão que faz objecto do recurso de Manoel José de Brito da multa que lhe foi imposta por ter conduzido em sua canoa, sem o competente despacho, um barril de peixe salgado, de bordo do brigade nacional *Guilhermina*, procedente do Rio Grande do Sul.

1.º Por se ter deixado de fazer as averiguações ou pesquisas necessarias a respeito de semelhante facto, a fim de serem impostas ao commandante ou mestre do dito brigue as multas convenientes, e ao official ou pessoa da equipagem d'elle, que dispóz e fez descarregar irregularmente como seu o dito barril,

as penas em que tivesse incorrido; 2.º, porque, contra o que expressamente dispõe o § 5.º do art. 744 do Regulamento das Alfandegas, foi a avaliação da canoa feita posteriormente á decisão dessa Inspectoria, e esta deixou de declarar explicitamente a importância da multa em réis, a que fica sujeito o conductor; 3.º, porque, tendo-se podido supprir, dentro dos 15 dias para a defesa, a falta, que se deu no principio do processo, das averiguações ou pesquisas sobre o facto, satisfazendo-se assim as disposições do art. 746 do Regulamento, nenhuma diligencia se fez para que se pudesse conhecer todos os complices no extravio: resolveu o referido Tribunal que fosse reformado o dito processo, procedendo-se a outro com observancia e guarda das disposições regulamentares.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 462.—FAZENDA.—Circular em 4 de Outubro de 1862.

Documentos que devem ser apresentados para o pagamento das congruas dos Vigarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, em conformidade dos Avisos do Ministerio do Imperio de 21 de Junho e 23 de Agosto ultimos, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia, e para que o fação constar nas Collectorias, que não devem ser pagas aos Vigarios as respectivas congruas, sem que elles se mostrem licenciados pelo Governo Imperial ou pelas Presidencias, ou apresentem attestado de frequencia, na forma das ordens em vigor.

Visconde de Albuquerque.

N. 463. — MARINHA. — Aviso de 6 de Outubro de 1862.

Determina que aos Guardas, Porteiros, Enfermeiros, Cozinheiros, Ajudantes destes e Serventes das Companhias de aprendizes artifices se abone uma ração diaria, igual á dos mesmos aprendizes.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios da Marinha em 6 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade O Imperador, Attendendo a que os Guardas, Porteiros, Enfermeiros, Cozinheiros, Ajudantes destes e Serventes das Companhias de aprendizes artifices, de que trata o Regulamento annexo ao Decreto n.º 2.615, de 21 de Julho de 1860, são obrigados a residir nos respectivos quartéis, Ha por bem que se lhes abone uma ração diaria, igual á dos mesmos aprendizes, como tinham, em virtude da tabella, que acompanhou o Aviso regulamentar de 29 de Setembro de 1857: o que communico a V. Ex., para seu conhecimento, e execução, na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Raimundo de Lamare.* — Sr. Chefe de Esquadra, Inspector do Arsenal de Marinha da Corte.

N. 464. — GUERRA. — Aviso de 8 de Outubro de 1862.

Resalvando o erro typographico contido no texto da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851 art. 1.º § 4.º

3.^a Directoria Geral. — 3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em Aviso de 22 do mez de Setembro ultimo expõe V. Ex. que o Juiz de Direito da Capital da Provincia da Parahyba consultou se ha erro typographico no texto da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851 art. 1.º § 4.º, e em resposta declaro a V. Ex. que ha com effeito erro na palavra *armamento* repetida em lugar de *fardamento*. E outrossim que ora ficão as providencias tomadas para que tal erro seja ratificado em ordem do dia do Exercito.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.* — Sr. Conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.

N. 463.—FAZENDA.—Em 8 de Outubro de 1862.

Os pretendentes ao aforamento de terrenos de marinhãs devem provar o seu direito para requerê-los.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1862.

Para que se possa resolver sobre o aforamento feito pela Ill.^{ma} Camara Municipal da Córte a José Joaquim Ferreira de Lima e Silva de varios terrenos de marinhãs na praia Formosa, de que tratão os papeis que acompanharão os seus officios de 29 de Outubro de 1837 e 5 de Setembro proximo passado, convém que o dito Lima e Silva prove que esses terrenos lhe pertencem e dê a razão por que outros estão na posse delles. O que communico á mesma Camara para sua intelligencia e devidos effeitos; cumprindo outrosim observar-lhe que, quando quizer attender aos pretendentes de terrenos, se deve convencer por documentos do direito das pessoas que os requererem, fazendo annunciar, quando houver duvida sobre esse direito, o pedido antes de deliberar a tal respeito, a fim de que os interessados possam fazer as reclamações a que se julgarem com direito, para que não se resolva em favor de uns e com prejuizo de outros.

Visconde de Albuquerque.

N. 466.—GUERRA.—Aviso de 9 de Outubro de 1862.

Concedenda ao Agente do Laboratorio do Campinho vencimentos de Estado Maior de 2.^a Classe.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra.—em 9 de Outubro de 1862.

Fique Vm. na intelligencia de que deve mandar abonar ao Tenente reformado Francisco José de Paiva, Agente do Laboratorio do Campinho, vencimentos de Estado Maior de 2.^a Classe, a contar do 1.^o do corrente mez, em substituição dos que lhe forão designados por Avisos de 13 de Março e 23 de Abril ultimos.

Deus Guarde a Vm.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.*—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 467.—FAZENDA.—Em 10 de Outubro de 1862.

A prova de não servirem os habilitandos ao meio soldo empregos publicos, comprehende qualquer emprego geral, provincial ou municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco o incluso processo da justificação produzida por D. Paulina Honoria da Silveira Serpa para haver o meio soldo de 15\$000, como viuva do Major reformado do Exercito Manoel José Serpa, a fim de que o mesmo Sr. Inspector exija da habilitanda, nos termos das Instrucções de 12 de Maio de 1859, a prova, que deixou de apresentar, de não possuir emprego que lhe renda tanto ou mais que o pretendido meio soldo; porquanto, tendo sido a mente da Lei de 6 de Novembro de 1827, como se manifesta da sua letra, vedar a accumulacão de vencimentos; não excluindo a expressão do art. 5.º della—ou outro titulo do Estado—os titulos passados pelas administrações Provinciaes; nem estando os cofres dessas administrações (cuja contabilidade na época em que foi promulgada a Lei não tinha sido ainda separada da geral) fóra da designação generica de—Nacionacs—, de que se serve o art. 4.º, o qual exclue do beneficio do meio soldo, entre outros, aos que tiverem a propriedade ou serventia vitalicia de algum officio, &c., quando é sabido que varios officios de justiça então de propriedade particular, ou serventia vitalicia, não erão pagos pelos cofres nacionaes, e sim por emolumentos ou de outro modo a expensas das partes; é evidente que não podem as viuvass, filhas e filhos menores de 18 annos dos militares ser dispensados da prova que ora se exige da habilitanda, visto como, pela doutrina da citada Lei, perdem o direito ao abono do meio soldo desde que tem algum emprego, quer seja este geral, quer provincial, ou mesmo municipal, se der-se o caso: não prejudicando o impedimento de qualquer herdeiro o direito de outro que se acha no caso de merecer o favor da mesma Lei.

Visconde de Albuquerque.

N. 468.—FAZENDA.—Circular em 11 de Outubro de 1862.

Os Magistrados de 1.^a instancia devem apresentar na Thesouraria as suas Cartas de nomeação, reconducção ou remoção.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade do Aviso do Ministerio da Justiça de 4 do mez passado, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não abonem aos Magistrados de 1.^a Instancia os vencimentos que lhes competem, sem que exhibão, dentro do prazo aos mesmos marcado pelas respectivas Presidencias, as suas cartas de nomeação, reconducção ou remoção para os offeitos legaes.

Visconde de Albuquerque.

N. 469.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Outubro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia decidindo as duvidas que lhe occorrem na execução dos arts. 32 e 33 do Regulamento complementar dos Estatutos, quando ha falta de cadaveres para as provas praticas dos alumnos do 2.^o e 5.^o anno.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Outubro de 1862.

Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as duvidas apresentadas por V. S. em officio do 19 de Novembro de 1859 a respeito das disposições dos arts. 32 e 33 do Regulamento complementar das Faculdades de Medicina, que offerecem difficuldade em sua execução, quando haja falta de cadaveres para as provas praticas, que são obrigados a exhibir, logo depois das theoricas, os estudantes de anatomia descriptiva, e medicina operatoria, do segundo e quinto anno.; disposições estas que, a serem observadas litteralmente, obrigarão o estudante a tirar novo ponto para a prova theorica, por não haver cadaver em que faça a prova pratica, perdendo assim o estudo que fez do primeiro ponto, e tempo, sem culpa sua.

V. S., expondo o que occorreu nos dous ultimos annos, e dando conta da deliberação que tomou no 1.^o, a qual foi approvada pela Congregação no 2.^o, de adiar a prova pratica para

quando houvesse cadaver, votando os examinadores no fim desta sobre o merecimento de ambas, pondera o inconveniente de poder algum dos examinadores, ou fallecer no tempo intermedio entre uma e outra prova, ou ausentar-se, adoeecer, ou por outro qualquer motivo ficar impedido de assistir á prova pratica, tornando-se assim de nenhum effeito a theorica, e obrigado o estudante a exhibi-la de novo: e conclue consultando o Governo, de conformidade com o que resolveu a Congregação, si se deve observar á risca o que dispõe os citados artigos, ou se deve adoptar-se o arbitrio posto em pratica por V. S.

E Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 17 de Março de 1860 com o parecer da referida secção, exarado em Consulta de 21 de Fevereiro do mesmo anno; e á vista do que posteriormente, e de accordo com o que propôz a dita secção, foi informado por V. S. e pelo Director da Faculdade de Medicina desta cidade, ácerca da providencia que convinha adoptar-se para que nunca faltassem cadaveres para as provas praticas: Ha por bem Mandar declarar a V. S.

1.º Que o exame theorico deve ser feito impreterivelmente no dia proprio, e no mesmo dia se deve fazer o pratico, se para elle houver cadaver.

2.º Que para não haver falta de cadaveres, devem preparar-se os que forem necessarios por meio de injeções, e segundo o processo que fôr menos dispendioso; proporcionando-se assim um ou mais cadaveres, quando um só não seja bástante para as provas praticas de cada dia.

3.º Que, na falta absoluta de cadaver, deve a prova pratica ficar adiada para quando o houver; e neste caso deve haver duas votações distinctas, uma depois da prova theorica, e outra depois da pratica, de cada uma das quaes se lavrará um termo; ficando porém entendido que o estudante, que fôr reprovado em uma dellas, fica reprovado em ambas, e que a reprovação na primeira prova torna desnecessaria a segunda.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Abrandes*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 470.—GUERRA.—Em 11 de Outubro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar de Justiça declarando que um Official, sentenciado á pena de prisão menor de dous annos, tem direito ao respectivo meio soldo, que lhe deve ser abouado na conformidade das disposições vigentes.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial, pela 4.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra,

remetter ao Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de Junho deste anno, o requerimento do Alferes do 1.º Batalhão de Infantaria, Sebastião Raimundo Ewerton, pedindo restituição dos vencimentos, que lhe descontou a Thesouraria da Fazenda do Maranhão, relativos ao tempo, que esteve preso por sentença do Juiz Municipal de Itapicurú-merim; a fim de que o mesmo Conselho consulte com effeito o que parecer a este respeito em termos a fixar regra para casos semelhantes. O Conselho Supremo Militar de Justiça examinou com a devida attenção os papeis, que lhe forão presentes: ouviu o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, cujo parecer submette á Vossa Magestade Imperial, e conheceu que o Alferes Ewerton fôra condemnado a um mez de prisão, e multa correspondente á metade do tempo, pelo Juiz Municipal de Itapicurú-merim, que, por ordem do Presidente do Maranhão, lhe forão descontados na respectiva Thesouraria os vencimentos, que percebêra durante a prisão, e que Vossa Magestade Imperial, em Aviso de 10 de Março do corrente, mandára trancar, e ficar de nenhum effeito a nota daquella sentença condemnatoria. Senhor, o Alferes Ewerton no requerimento, que dirigio a Vossa Magestade Imperial, soccorre-se ao Aviso de 10 de Março do corrente, mas este Aviso mandou unicamente que, na fé de officio do mesmo Alferes se trancasse, ficando portanto sem effeito algum, a nota de um mez de prisão com multa correspondente á metade do tempo, a que fôra condemnado; nada diz ácerca dos vencimentos do dito Alferes, nem tal se pôde deduzir da letra, ou do espirito daquella ordem. Tambem não devia o supplicante ficar sem vencimento algum durante o mez de prisão, porque o crime, de que fôra accusado, não é de responsabilidade previsto no art. 165, § 4.º do Codigo do Processo Criminal. Sendo portanto sentenciado á pena de prisão menor de dous annos, está comprehendido nas Instrucções de 10 de Janeiro de 1843, mandadas observar pelo Decreto n.º 253 da mesma data § 12, Alvará de 23 de Abril de 1790. Em conformidade e observancia destas disposições tão claras e terminantes, é o Conselho de parecer que se lhe deve abonar meio soldo, a que tem todo o direito.—Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1862.—*Alvim. Barreto.*—*Visconde de Cabo Frio.*—*Barão de Tamandaré.*—*Carvalho.*—*Cabral.*—*Bellegarde.*—*Fonseca.*—*Antonio Rodrigues Fernandes Braga.*—*D. José de Assis Mascarenhas.*—*José Mattoso de Andrade Camara.*

Como parece. Paço em 11 de Outubro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão

N. 471.— GUERRA — Em 11 de Outubro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando o caso, em que os Presidentes dos Conselhos de Investigação podem ser da mesma patente do Official accusado.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 1.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 29 de Agosto do corrente anno, que o Conselho Supremo Militar dê seu parecer a respeito do que cumpre seguir-se quando na impossibilidade de nomear-se para Presidente de algum Conselho de Investigação, Official de patente superior á do Official accusado, occorrer que todos os do mesmo posto deste sejam mais modernos do que elle nesse posto, visto ser de praxe seguida, e tacitamente sancionada pela Provisão de 24 de Abril de 1844, expedida em virtude da Imperial Resolução de 20 de Março do dito anno, tomada sobre Consulta do mesmo Conselho Supremo Militar, que os Presidentes dos referidos Conselhos de Investigação sejam de patente superior, ou igual á do Official accusado.

Parece ao Conselho que a superioridade, que a Provisão de 24 de Abril de 1844 tem estabelecido, está bem definida na prioridade, que dá a antiguidade entre os Officiaes do mesmo posto, e que deste modo os Presidentes dos Conselhos de Investigação podem ser da mesma patente do Official accusado sómente no caso de existir a prioridade entre aquelle e este.

Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1862. — *Atvim.* — *Barreto.* — *Marquez de Caxias.* — *Visconde de Cabo Frio.* — *Barão de Su-ruhy.* — *Carvalho.* — *Cabral.* — *Bellegarde.* — *Fonseca.*

Como parece. — Paço em 11 de Outubro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 472.— MARINHA. — Aviso de 13 de Outubro de 1862.

Declara os casos, em que os navios nacionaes são obrigados a levar Piloto a bordo, e quaes as habilitações, que devem estes ter.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 13 de Outubro de 1862.

Sua Magestade O Imperador, Attendendo ás reiteradas representações, que os proprietarios e consignatarios de navios de

varias praças do Imperio tem feito subir á Sua Imperial Presença, sobrelevando as difficuldades e embarações, que acarreta ao commercio maritimo a intelligência restrictiva, dada por algumas Capitánias de Portos ao art. 538, tit. 4.º parte 2.ª do Codigo Commercial, Ha por bem Ordenar :

1.º Serão obrigados a levar Piloto a bordo unicamente os navios nacionaes, que se destinarem a viagens de longo curso.

2.º As Capitánias de Portos consideraráo aptos, para semelhantes viagens, e como taes admissiveis á matricula, os 1.ºs Pilotos, legalmente habilitados pela extincta Academia, actual Escola de Marinha, e aulas de pilotagem, estabelecidas, em virtude do disposto no art. 142 do Regulamento e Decreto n.º 2.163 do 1.º de Maio de 1858. Os sota-pilotos, sem limites, nas mesmas condições. Os individuos, que, por documentos authenticos, demonstrarem ter dirigido navios, como Capitães ou Pilotos, para os portos da Europa e Asia, antes da promulgação do Codigo do Commercio.

3.º Finalmente, poderão matricular-se, como Pilotos das embarcações, que seguirem para portos do Rio da Prata, além dos enumerados no precedente paragrapho, os individuos, cuja pericia e longa pratica dessa navegação seja garantida por attestados dos Directores de Companhias de seguros maritimos, e proprietários ou consignatarios de navios mercantes.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Capitão do Porto do Rio de Janeiro.

N. 473.—FAZENDA.—Circular em 13 de Outubro de 1862.

Emquanto deve ser avaliada a oitava do ouro não fundido na Casa da Moeda.

Ministério dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade da decisão desta data communicada á Alfandega da Corte, que deve ser avaliada em 3\$600 a oitava, para o pagamento de 2 por cento de exportação, o ouro não fundido nas casas de fundição e da Moeda do Imperio, em conformidade da Portaria n.º 213 de 31 de Agosto de 1849, que está em seu inteiro vigor.

Visconde de Albuquerque.

N. 474.—FAZENDA.—Em 14 de Outubro de 1862.

Os direitos da dispensa das Leis de amortização devem ser pagos integralmente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Devolvendo á V. Ex. o requerimento incluso em que a Ordem 3.^a de S. Francisco da Cidade de S. Paulo reclama contra a exigencia do pagamento da totalidade dos direitos de 2 % sobre os bens que lhe é permitido possuir, tenho de declarar á V. Ex. em resposta ao seu Aviso de 11 de Setembro proximo passado, que, á vista do disposto no Decreto de 8 de Março de 1779 e art. 7.^o das Instrucções de Fazenda de 25 de Janeiro de 1832, não póde ser deferida semelhante pretensão. Segundo a advertencia 2.^a da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841 só aos que percebem vencimentos pelos cofres publicos é permitido o pagamento por prestações mensaes, e por meio de descontos nos respectivos ordenados ou gratificações; mas neste caso não se acha por certo a referida Ordem 3.^a

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

N. 475.—JUSTIÇA.—Aviso de 14 de Outubro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Decide que as Assembléas Provincias não podem impór cargos aos Juizes de Direito.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 2 de Novembro do anno findo, em que o antecessor de V. Ex. communica que, tendo uma Lei da Assembléa Legislativa Provincial creado commissões de instrucção publica nas cidades da Provincia, dando a presidencia dellas aos respectivos Juizes de Direito, não quiz o da Comarca da Parnahyba aceitar essa attribuição, conferida pela mencionada Assembléa, por julgar esta incompetente, fundando-se no Aviso de 30 de Janeiro de 1857, que declarou que taes Assembléas não podem augmentar nem diminuir as attribuições dos Juizes de Direito. E o Mesmo Augusto Senhor, a Quem tive a honra de apresentar o supradito officio, Houve

por bem, de conformidade com a Sua Imperial e Immediata Resolução de 11 do corrente, tomada sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir que o Juiz do Direito da Comarca da Parnahyba procedeu regularmente, recusando aceitar um cargo inteiramente alheio ao seu officio de Magistrado, e que a Assembléa Provincial lhe não podia impôr, visto como nem o Acto Adicional, nem outra alguma Lei collocou os empregados, creados por Leis geraes para fins geraes, debaixo da acção dessas Assembléas.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 476. — GUERRA. — Circular de 14 de Outubro de 1862.

Declarando que as despesas provenientes do transporte dos Empregados de Fazenda, que passão mostra aos Corpos do Exercito, e dos Fieis incumbidos dos pagamentos aos Arsenaes de Guerra, devem correr por conta do credito aberto áquella Repartição.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Outubro de 1862.

Das contas de algumas Thesourarias de Fazenda vê-se que a despesa com o transporte dos Empregados, que passão mostra aos Corpos, bem como a dos Fieis, que fazem pagamentos nos Arsenaes, tem sido carregadas ao Ministerio da Guerra, o que de certo não é regular. O Thesouro Nacional e as Thesourarias de Fazenda fazem pagamentos por conta de todos os Ministerios; e, a prevalecer a idéa de cada um concorrer com as despesas do seu serviço, deverião os Empregados de Fazenda ser pagos proporcionalmente pelo credito aberto pela Lei do Orçamento á cada um dos Ministerios. Seria isto um absurdo: os Empregados de Fazenda são pagos pelo credito aberto á sua Repartição, e as despesas de expediente e quaesquer, que eventualmente tenham de fazer no desempenho de suas funcções, devem tambem correr pelo mesmo credito. Declaro portanto, muito positivamente a V. S. que qualquer despesa de semelhante natureza não será levada em conta pelo Ministerio a meu cargo.

Deus Guarde a V. S. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de....

N. 477.— GUERRA.— Aviso de 13 de Outubro de 1862.

Mandando abonar meio soldo ao Alferes Sebastião Raymundo Ewerton, durante o tempo em que esteve cumprindo a pena de um mez de prisão, que lhe foi imposta pelo Juiz Municipal de Itapicuré-merim.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Outubro de 1862.

Em deferimento á representação do Alferes do 1.^o Batalhão de Infantaria Sebastião Raymundo Ewerton, Houve Sua Magestade o Imperador por bem, por sua Immediata e Imperial Resolução de 11 do corrente, Mandar que ao supplicante se abone meio soldo, durante o tempo em que esteve cumprindo a pena de um mez de prisão, que lhe foi imposta pelo Juiz Municipal de Itapicuré-merim; porque, nem o Aviso de 10 de Março deste anno, que lhe mandou trancar a nota, importa concessão de vencimentos durante esse tempo, nem elle devêra ficar totalmente sem recursos para sua subsistencia naquelle prazo, nos termos do art. 12 das Instrucções de 10 de Janeiro de 1843.

Deus Guarde a Vm. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 478.— JUSTIÇA.— Aviso de 13 de Outubro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Explica a intelligencia do art. 1.^o do Decreto n.^o 834 de 2 de Outubro de 1851.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio dessa Presidencia de 17 de Maio do corrente anno, Houve por bem approvar a decisão que deu o antecessor de V. Ex. á duvida proposta pelo Juiz de Direito substituto da comarca de Mogymirim sobre a intelligencia do art. 1.^o do Decreto n.^o 834 de 2 de Outubro de 1851, declarando, de accordo com o parecer do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que—sempre que não esteja o Juiz de Direito em exercicio na comarca por mais de dous annos, seja qual for o motivo dessa falta, deve o Juiz Municipal que o substituir fazer correição.—O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 479.—FAZENDA.—Em 16 de Outubro de 1862.

São isentas de sello as autorisações dadas pelo Chefe de Policia para receber quantias com destino ao cofre policial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Faça V. Ex. constar ás Pagadorias do Thesouro Nacional que devem ser considerados papeis do expediente do serviço publico, e como taes isentos do imposto do sello, as autorisações que o Chefe de Policia da Côte dá ao respectivo Thesoureiro para este poder receber das referidas Pagadorias quantias que tem de entrar para o cofre da Repartição da Policia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 480.—FAZENDA.—Em 17 de Outubro de 1862.

Sobre alforria de escravos de heranças jacentes pelo preço da avaliação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1862.

Em additamento ao Aviso deste Ministerio expedido á essa Directoria em 11 de Agosto ultimo declaro a V. S., que, tendo Sua Magestade O Imperador Mandado que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre a questão: se os escravos de uma herança jacente, depois de avaliados, podem ser libertados pelo Juiz da arrecadação, uma vez que apresentem a importancia da avaliação; ou, se negada esta faculdade ao Juiz e indo os escravos á praça, deve preferir nesta o lanço para a liberdade delles á qualquer outro, ainda que superior seja, desde que cubra a avaliação, applicando-se assim aos bens de defuntos e ausentes a disposição do art. 93 do Regulamento n.º 2.433 de 15 de Junho de 1859 ácerca dos bens do evento, não obstante o Aviso n.º 388 de 21 de Dezembro de 1855: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Conformando-Se com o parecer de consulta da maioria da dita Secção de Fazenda, Determinar por Sua Imperial e Immediata Resolução de 11 do corrente, que a disposição do citado art. 93 do Regulamento de 15 de Junho de 1859 é limitada aos bens do evento, isto é, ao caso em que não se sabe a que senhor ou a que herança pertence

o escravo, e não cabe nas attribuições do Poder Executivo ampliar a mesma disposição aos bens de defuntos e ausentes, mas sim pertence á Assembléa Geral Legislativa determinar os casos e a fôrma por que os senhores serão obrigados a conceder liberdade a seus escravos, e o modo de regular as respectivas indemnisações, sendo que, emquanto a questão verte, que é de direito civil, não fôr convenientemente resolvida pelo Poder Legislativo, incumbe ao Poder Judiciário applicar as leis existentes aos casos especiaes que elle tiver de julgar.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consulte com o seu parecer sobre a questão suscitada no officio de 10 de Maio ultimo do Collector das Rendas Geraes do Municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro:—se os escravos de uma herança jacente, depois de avaliados, podem ser libertados pelo Juiz da arrecadação, uma vez que apresentem a importancia da avaliação; ou se, negada esta faculdade ao Juiz e indo os escravos á praça, deve preferir nesta o lanço para a liberdade delles a qualquer outro ainda que superior seja, desde que cubra a avaliação, applicando-se assim aos bens de defuntos e ausentes a disposição do art. 93 do Regulamento n.º 2.433 de 15 de Junho de 1859, ácerca dos bens do evento, não obstante o Aviso n.º 388 de 21 de Dezembro de 1855.

O Aviso n.º 388 de 21 de Dezembro de 1855, fundando-se na Resolução de Consulta de 18 de Março de 1854 estabelece: 1.º, que não é licito ao Juiz da partilha aceitar o preço da avaliação para conferir liberdade a um escravo do casal inventariado no caso de opposição de um ou mais herdeiros; 2.º que a impossibilidade de algum dos herdeiros reclamar, por ser menor, e a transigir por elle o seu tutor, importa o mesmo que a opposição desse herdeiro.

Ora, na arrematação das heranças jacentes tambem o herdeiro ou herdeiros se achão, por ausentes, impossibilitados de reclamar, tambem o curador não póde transigir por elles, e esta impossibilidade deve, por igualdade de razões, importar o mesmo que a opposição. O herdeiro da herança jacente não é menos representante daquelle a quem succede, do que o das outras: a lei deve ser igual para todos.

As antigas provisões da extincta Mesa da Consciencia e Ordens, ás quaes se refere o Desembargador Procurador da Corôa no parecer transcripto na supracitada consulta, estabelece em verdade doutrina differente, mas nem as provisões dos Tribunaes regios, que sómente providenciãrão para casos especiaes, podião revogar as leis então existentes, nem ainda

que assim fosse, seria permittido considera-las em vigor á vista do § 22, art. 179 da Constituição, que garante o direito de propriedade em toda a sua plenitude, salvo nos casos e pelo modo ahi apontados.

O Director Geral do Contencioso do Thesouro entende que por equidade e em favor da liberdade *póde* conceder-se a alforria a escravos de heranças jacentes quando forem levados á praça, preferindo o lanço para ella a qualquer outro, ainda que superior seja, com tanto que cubra a avaliação, á semelhança do que dispõe, para o caso dos bens do evento, o art. 93 do Regulamento de 15 de Novembro de 1859 e acrescenta que tal é o espirito do mesmo Regulamento e o de nossas leis, costumes e pratica de julgar.

Que o espirito de nossas leis favorece a liberdade dos escravos, ninguém o nega, mas que o faça ferindo o direito de propriedade que ellas mesmas, e mais expressa e terminantemente do que ellas a Lei fundamental do Estado, garantem em toda sua plenitude, é o que não foi nem crê a maioria da Secção que possa ser demonstrado.

A disposição do Regulamento a que se soccorre aquelle Funcionario, é limitada aos bens do evento, isto é, ao caso em que não se sabe a que senhor ou a que herança pertence o escravo. Amplia-la aos bens de defuntos e ausentes não cabe, no parecer da mesma maioria, nas attribuições do Poder Executivo. Sómente á Assembléa Geral legislativa pertence determinar os casos e a fórma por que os senhores serão obrigados a conceder liberdade a seus escravos, e o modo de regular as indemnisações.

Demais, a questão de que se trata é de direito civil: a outro Poder compete applicar as leis existentes aos casos especiaes, que elle tiver de julgar, e não parece á maioria da Secção, pois, acertado que o Governo expeça a tal respeito Ordens ou Regulamentos, que possam achar-se em opposição com a pratica e doutrina dos Tribunaes de Justiça.

O Conselheiro Visconde de Jequitinhonha, persuadido de que ha inteira analogia entre o caso de bens do evento, e o de bens de ausentes, seria de opinião que se applicasse á estes o que determinou-se a respeito daquelles no art. 93 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, mas concordando com o final do parecer da maioria da Secção, isto é, que a questão é de direito civil: que a outro Poder compete applicar as leis existentes aos casos especiaes, e por isso seria inconveniente a expedição de Ordens, ou Regulamentos, que possam achar-se em opposição com a pratica e doutrinas dos Tribunaes; entende que o assumpto deve ser levado á Assembléa Geral para resolver, visto como tambem entende que este assumpto não deve ficar sem regra certa que o regule; e tanto mais que ainda não cessarão os Jurisconsultos de duvidar, se o di-

reito, ou dominio que tem o senhor sobre o escravo é da mesma natureza e tão extensivo como o direito de propriedade adquirido sobre os demais objectos inanimados, ou não; do que verdadeiramente resulta grande difficuldade quando se trata de applicar aos escravos a disposição constitucional do § 22 do art. 179 da Lei fundamental do Estado.

Vossa Magestade Imperial, porém, Resolverá como melhor entender. Sala das Conferencias, em 29 de Setembro de 1862.—*Visconde de Itaborahy.—Candido Baptista de Oliveira.—Visconde de Jequitinhonha.*

RESOLUÇÃO.

Como parece. Paço em 11 de Outubro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Albuquerque.

N. 481.—FAZENDA.—Em 17 de Outubro de 1862.

Substituição de Thesoureiros de Thesourarias que não tem Fieis, vencimentos de taes substitutos, e pagamento da gratificação para quebras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 56 de 12 de Julho ultimo no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Nor'e, communicando achar-se o respectivo Thesoureiro impedido com licença por motivo de molestia, consulta sobre os vencimentos que em tal caso competem ao mesmo Empregado, e ao substituto que se lhe nomeou, visto como no quadro do pessoal da Thesouraria não ha o lugar de Fiel: declara ao dito Sr. Inspector: 1.º que ao referido Thesoureiro se deve abonar o seu ordenado por inteiro, pois que a licença foi concedida por dous mezes na forma do art. 35 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, e bem assim a gratificação para quebras, a qual não perde quando impedido, porquanto quer exerça quer não pessoalmente as respectivas funções responde sempre pelos cofres a seu cargo, por si e seus fiadores; 2.º que a pessoa nomeada para substituí-lo deve ser gratificada a custa do mesmo Thesoureiro, percebendo além disto a gratificação de exercicio que a

este se não paga, a qual ser-lhe-ha abonada pela Thesouraria; 3.º que a nomeação desse substituto compete e é da livre escolha do Thesoureiro, com audiencia e consentimento dos fiadores, nos termos do art. 68 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, precedendo approvação do Sr. Inspector, 4.º finalmente, que ao dito substituto é permitido exercer as funcções de Thesoureiro assignando os livros e papeis do expediente do mesmo modo que o pratica o Thesoureiro effectivo.

Visconde de Albuquerque.

N. 482.—GUERRA.—Aviso de 17 de Outubro de 1862.

Declarando que as praças dos Corpos do exercito promovidas ao posto de Sargento devem desde logo ser abonadas de bandas de lã a vencer na época designada na tabella em vigor.

3.ª Directoria Geral.—3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Outubro de 1862.

Ill.ª e Ex.ª Sr.—Declaro a V. Ex., em solução a duvida proposta pelo Coronel Commandante do corpo de guarnição dessa provincia, em officio de 17 de Setembro ultimo, transmittido por copia com o de V. Ex. n.º 82 de 18 do mesmo mez, que as praças dos Corpos do Exercito promovidas ao posto de Sargento devem desde logo ser abonadas de bandas de lã a vencer na época designada na tabella em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 483.—GUERRA.—Em 18 de Outubro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando que um individuo, que pretendia assentar praça no Exercito, estava em circumstancias de ser reconhecido Cadete de 1.ª Classe, por ter provado pertencerem seus avós paternos á uma familia, á qual se havia concedido Braso de nobreza devendo se garantir os respectivos alimentos por meio de escripturas publicas.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 21 de Agosto proximo preterito, remetter ao Conselho Supremo Militar o incluso processo de Conselho de direcção, a que se mandou proceder para conhecer das provas de nobreza, apresentadas por José Maria de Azevedo Carvalho, que pretende assentar praça no Exercito, sendo recebido na categoria de 1.º Cadete; a fim do que

Decisões do Governo.

o mesmo Conselho Supremo Militar consulte sobre o parecer annexo ao mencionado processo, emittido pelo Ajudante General, relativamente ao reconhecimento do justificante; tendo em vista, pará fixar-se regra a esse respeito, as observações, que contém o dito parecer, quanto á distincção de nobreza mais ou menos remota, e á obrigação de alimentos.

Os Membros do Conselho de direcção no processo supra mencionado são de parecer que o justificante se acha no caso de ser reconhecido Cadete de 1.^a Classe, visto ter provado nobreza de seus quatro avós paternos, ainda que de descendencia remota. O Auditor de Guerra, em sua informação, é de opinião que não existe impedimento para o reconhecimento do justificante, porque a Lei não faz distincção de nobreza mais ou menos remota, mas que não acha conforme a direito a escriptura de alimentos, a qual é passada pelo pai do dito justificante, que se obriga a prestar-lhe mensalmente 12\$000, para o que obriga seus bens.

E o Tenente General Ajudante General do Exercito, em seu citado parecer, concorda com a opinião do Conselho de Direcção, visto provar o justificante que D. João III dá Brasão de armas de nobreza a João de Carvalho, e para todos aquelles que delle descendessem, comtudo julga conveniente consultar se não fazendo a Lei distincção de nobreza mais ou menos remota, pôde o justificante ser reconhecido Cadete por sua nobreza, proveniente de avós em grão mui antigo, o que o favorece. Que sobre a escriptura de alimentos, de que faz menção o Auditor, deve dizer que a obrigação apresentada pelo justificante tem sido sempre tomada em consideração em casos identicos, quando é passada por pessoa convenientemente habilitada, como o é a de que se trata.

Parece ao Conselho, que o Paisano José Maria de Azevedo Carvalho, que pretende assentar praça no Exercito, está em circumstancias de ser reconhecido Cadete de Primeira Classe, visto que se acha provado pelos documentos, com que instruiu a sua pretensão, que seus avós paternos se achão entroncados nos avós maternos a quem o Sr. D. João III de Portugal Concedera Brasão de armas de nobreza para os individuos de ambos os sexos dessa familia; e que, quanto aos alimentos, estes devem ser garantidos ao peticionario por meio de escriptura publica, na forma da Lei. Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1862.—*Alvim.*—*Barreto.*—*Marquez de Caxias.*—*Visconde de Cabo Frio.*—*Barão de Suruhy.*—*Carvalho.*—*Cabral.*—*Bellegarde.*—*Fonseca.*

Como parece. Paço em 18 de Outubro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 484.—JUSTIÇA.—Aviso de 18 de Outubro de 1862.

Ao Presidente de Sergipe.—Resolve duvida a respeito de um — visto — que o Juiz de Direito da Comarca de Maroim recusou-se a pôr em uma Provisão de Advogado.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tendo essa Presidencia transmittido a este Ministerio, em officio de 16 de Abril do anno passado, um requerimento em que o Cidadão João Baptista Monteiro se queixa do então Juiz de Direito da Comarca de Maroim, dessa Provincia, Bacharel Joaquim Tiburcio Ferreira Gomes, por ter recusado pôr o — visto — n'uma Provisão de Advogado que lhe apresentára, passada por essa Presidencia no anno de 1843 em virtude de uma Lei Provincial, promulgada em 1836, com as mesmas regalias que uma carta de Bacharel, porque foi concedida com a clausula de advogar vitaliciamente; Houve por bem Sua Magestade o Imperador, depois de ter ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional e a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir por Sua Imperial e Immediata Resolução de 13 de Setembro ultimo, tomada sobre Consulta da mencionada Secção, que devêra o Juiz de Direito ter feito cumprir a Provisão, embora passada em consequencia de uma Lei exorbitante, por isso que o provimento de semelhantes officios e ainda de outros, que por virtude de Leis Provinciaes anteriores a Lei da interpretação do Acto Additional forão conferidos, tem sido respeitados constantemente.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



N. 485 — FAZENDA.—Em 18 de Outubro de 1862.

Sobre appellação *ex-officio* nas justificações de meio soldo perante o Juizo dos Feitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, a ultima justificação pro'uzida por Pedro da Cunha Pavolid de Menezes, para com sua irmã D.

Anna Raymunda Lucia de Menezes, haver o meio soldo de seu fallecido pai, o Alferes José da Cunha Pavolid de Menezes, a fim de que o mesmo Sr. Inspector faça revalidar o sello das certidões de fls. 12 v., 14 v. e 17 v. da referida justificação que pagarão taxa menor que a devida; e intimar os habilitandos, na conformidade das Instrucções de 12 de Maio de 1859, para provarem evidentemente quantos filhos existião do mencionado Alferes na data de seu fallecimento, quer do primeiro, quer do segundo matrimonio, a idade e o estado de cada um; porquanto, constando da habilitação primitiva a existencia de Joaquim Francisco do Carvalho, filho do primeiro matrimonio, jurão agora as testemunhas apresentadas para a supracitada justificação, que o dito Alferes só tivera dos seus matrimonios os habilitandos.

E porque notasse que o Juizo dos Feitos da Provincia appellára ex-officio da sentença proferida na justificação de que se trata, ordena ao mesmo Sr. Inspector que recomende ao dito Juizo a observancia da Ordem n.º 273 de 5 de Junho de 1837.

Visconde de Albuquerque.

N. 486.—FAZENDA.—Em 20 de Outubro de 1862.

Não estão sujeitas ao sello as Portarias ou Ordens para a admissão de Addidos; e aos Chefes das Repartições de arrecadação pertence impôr as multas pela falta de sello dos papeis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 55 de 18 Julho proximo passado, que não foi regular o pagamento do sello que exigio de Balduino José Meira Junior, considerando sujeita a esse imposto a Portaria deste Ministerio n.º 268 de 10 de Outubro do anno passado, que o mandou addir a Alfandega da Côrte, como Praticante extra-numerario sem vencimento, pois que ao dito imposto, na fôrma do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, sómente estão sujeitos os titulos de nomeação para exercicio dos respectivos lugares; e taes se não podem considerar nem a Portaria citada de 10 de Outubro, nem a de 14 de Dezembro ultimo n.º 339 mandando abonar-lhe uma gratificação correspondente ao vencimento de Praticante effectivo, as quaes são apenas

peças officiaes, pertencentes á Repartição a que são expedidas, e não devem ficar em poder das partes; portanto cumpre que o Sr. Inspector faça restituir ao dito Meira, quando este o reclamar, o sello que lhe foi indevidamente cobrado.

Quanto, porém, á multa em que o Sr. Inspector entendeu haverem incorrido os empregados que cumprirão as ditas Portarias, releva declarar que a faculdade de impô-la só é dada aos Chefes das Estações Fiscaes que arrecadão o imposto conforme determinão os arts. 121, 123, 125 e 126 do citado Regulamento, sendo ainda para notar que, tratando-se da intelligencia duvidosa de uma disposição regulamentar, não fosse ouvido o Dr. Procurador Fiscal como cumpria.

Visconde de Albuquerque.

N. 487.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Outubro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, approvando a decisão que deu, para que o Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de S. João da Barra se sujeitasse á deliberação da maioria da turma respectiva sobre a nomeação de um dos membros da Junta.

3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o objecto do officio de V. Ex. de 18 de Março do corrente anno n.º 24, e Conformando-se por sua immediata resolução de 13 do corrente mez com o parecer da mesma Secção, exarado em consulta de 22 de Setembro proximo passado, Houve por bem approvar a decisão, pela qual V. Ex., não obstante o Aviso n.º 364 de 5 de Setembro de 1860, declarou ao Juiz de Paz Presidente da Junta do qualificação da parochia de S. João da Barra que, á vista da terminante disposição do art. 12 das Instrucções, que acompanharão o Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, todas as questões sobre a elegibilidade de qualquer cidadão para membro da mesma Junta devião ser decididas pela pluralidade dos votos da turma, que houvesse concorrido para a sua eleição, cumprindo portanto que o referido Juiz de Paz se sujeitasse á vontade e decisão da maioria da turma, que persistio em não eleger outro Cidadão para substituir a um que era residente fóra da parochia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abrantes.*—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 488.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Outubro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná communicando a Imperial Resolução tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado a respeito das leis da mesma Provincia promulgadas no anno passado.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sobre as Leis dessa Provincia, promulgadas no anno passado, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado; e Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 13 do corrente mez com o parecer da mesma Secção, exarado em Consulta de 22 de Setembro proximo findo, Ha por bem Mandar Declarar a V. Ex. o seguinte:

1.^o O art. 6.^o da Lei n.^o 68 de 23 de Maio é pelo menos superfluo. Para que os Presidentes expeção regulamentos para a execução das Leis Provinciaes não é necessaria autorisação das Assembléas Provinciaes; é isso uma attribuição conferida aos Presidentes pela Constituição (art. 24, § 4.^o do Acto adicional).

2.^o A Lei n.^o 75 de 28 de Junho, art. 2.^o, §§ 1.^o e 6.^o, tratando da receita municipal, faz menção de um novo imposto, cuja natureza se não declara, cumprindo portanto que V. Ex. dê explicações sobre elle.

3.^o No mesmo artigo merecem reparo os §§ 2.^o, 7.^o, 8.^o e 10., que estabelecem impostos municipaes de importação, a cujo respeito a referida Secção tem muitas vezes invocado a intervenção do Poder Legislativo para fixar a verdadeira natureza de taes impostos. No mesmo caso se achão iguaes disposições que se encontrão na Lei n.^o 79 de 11 de Julho.

4.^o Os arts. 1.^o da Lei n.^o 77, de 2 de Julho, e 123 da de n.^o 79, de 11 desse mez, pelos quaes se impõe multa aos que recusarem trabalhar no concerto das estradas, dão lugar á mesma observação feita pela Secção a respeito de disposições identicas, exaradas nas Leis de outras Provincias, pois que obrigar os proprietarios de terras, por onde passam estradas, á conservação dellas, é suscitar antigas obrigações impostas aos ses-neiros, que, por vexatorias e pesadas, cahirão em desuso, além de equivalerem a um tributo consistente em serviço pessoal, que não está nas faculdades das Camaras Municipaes decretar.

5.^o Os arts. 2.^o, 3.^o, 4.^o, 5.^o e 6.^o da citada Lei n.^o 79, que prohibem o edificar dentro dos limites da decima urbana, sem que se tenha obtido da Camara Municipal carta de data, devem entender-se na hypothese de serem os terrenos do patrimonio da mesma Camara.

6.^o A applicação que o art. 35 da referida Lei faz do producto da venda dos porcos e cabras que vagarem nas ruas da cidade,

ordenando que elle seja dividido em duas partes iguaes, das quaes uma ficará pertencendo á Camara, e outra ao fiscal, não póde ter lugar. De tal producto só se poderá tirar o equivalente á multa, o resto pertence ao dono dos animaes, logo que appareça.

A maneira por que se legisla nesse artigo sobre cabras, porcos, e outros animaes soltos, e sem dono conhecido, é irregular, o seria mais conforme á legislação geral regular esta materia pelo processo e perante as autoridades, a que estão sujeitos os bens do evento, em cuja classe podem entrar esses animaes sem dono conhecido, qualquer que seja a sua especie.

7.º O art. 64 da mesma Lei, no qual se impõe a multa de 20\$000 réis a toda e qualquer pessoa que comprar objectos que se julgarem furtados, deve ser entendido sem prejuizo da acção de furto, e da pena do art. 257 do Código Criminal.

8.º O art. 75 da referida Lei, dispondo que ninguém possa exercer a medicina, ou a pharmacia, sem que se mostre habilitado perante a Camara Municipal, aparta-se da Lei geral, e Regulamento de Hygiene, que tem estabelecido as regras para tal exercicio.

9.º A pena de prisão imposta por tempo mal definido nos arts. 83 e 57 da mesma Lei, dos quaes o primeiro trata da pessoa que em lugar publico injuriar a outrem e o segundo dos mascates que forem encontrados a vender objectos de armarinho, joias, &c., sem licença da Camara Municipal, não está nos termos da Lei do 1.º de Outubro de 1828, que tambem não conhece a pena de palmatoada decretada nos arts. 88 e 204 contra o escravo que andar pelas ruas depois do toque de recolher sem bilhete de seu senhor, e o que infringir as Posturas Municipaes.

10. Contém materia estranha á Posturas municipaes e propria dos Codigos os arts. 93 e 126 na ultima parte, 184, 193, 199 e 201, dos quaes o primeiro trata dos senhores que abandonarem os seus escravos, o segundo da restituição das esmolas tiradas pelos escravos para a sua liberdade, quando esta se não verifique no tempo designado, ou se verifique por qualquer outro meio; o terceiro, da pessoa que se negar a ser testemunha nos processos por infracção de Posturas; o quarto, do infractor que se achar ausente; o quinto, das penas impostas á pessoa que insultar, ou menoscar o Fiscal no exercicio do seu emprego; o sexto, do que desobedecer ao mesmo Fiscal, ou outro qualquer empregado da Camara, em negocio da sua jurisdicção.

11. Os arts. 146, 147 e 148 que impõe pena aos que, em occasião de caristia, se negarem a vender a qualquer do povo algum objecto de primeira necessidade, ou exportarem esses generos para fóra da Provincia, ou do Municipio, devem entender-se em termos habeis, isto é, se os generos não forem necessarios para uso proprio do dono.

12. O art. 150, impondo aos lavradores, que conduzirem ao mercado generos alimenticios de primeira necessidade, a

obrigação de conserva-los nas casinhas por espaço de quatro dias, e vendê-los por miúdo ao publico, sob pena de 20\$000 a 30\$000, é de algum modo offensivo do § 1.º do art. 66 da citada Lei do 1.º de Outubro de 1828, que deixa aos donos dos mantimentos ampla liberdade na sua venda.

13. O art. 186, que ordena que sejam commutadas em prisão as multas por infracção de posturas, impostas á pessoas que não tiverem meios de satisfazê-las, deve entender-se com a seguinte clausula: —se maior não fôr o salario ou ganho do infractor— para pôr-se esta disposição em harmonia com as Leis geraes.

Attendendo ao exposto, o Governo Imperial resolve, na fórma do Acto Addicional, submitter as citadas Leis á consideração da Assembléa Geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abrantes*. —Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 489.—GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1862.

Approvando a solução dada ácerca dos vencimentos dos recrutas, que entrão para a Enfermaria Militar, e determinando que se lhes abone, enquanto não assentão praça, uma diaria igual á etapa de uma praça de pret.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Outubro de 1862.

Muito bem resolveu V. Ex. a questão proposta pelo Comandante do Corpo de Guarnição ácerca dos vencimentos dos recrutas, que entrão para a Enfermaria Militar, de que dá conta em seu officio n.º 178 de 7 do corrente; nem rigorosamente ha necessidade de providenciar, visto como o Governo suppre o deficit das administrações de taes Estabelecimentos. Todavia, para adoptar-se ahi o que já está em pratica em outras Provincias, determine V. Ex. que d'ora em diante se abone aos recrutas, enquanto não assentão praça, uma diaria igual á etapa de uma praça de pret.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. —Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 490.—MARINHA.—Aviso de 21 de Outubro de 1862.

Declara como deve ser considerado o juízo proferido pelas juntas medicas estabelecidas nas Provincias, acerca do estado da saude dos Officiaes e praças da Armada.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 21 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade O Imperador, á vista do parecer, que o Conselho Naval expendeu em Consulta n.º 635, de 29 de Julho ultimo, Manda declarar a V. Ex., para seu conhecimento, e execução na parte que lhe toca, que o juízo proferido pelas juntas medicas estabelecidas nas Provincias, acerca do estado de saude dos Officiaes e praças da Armada; só póde ser considerado competente e capaz de produzir todos os effeitos legais, para aquelles actos, que dependerem da deliberação dos Commandant's das Estações ou Inspectores dos Arsenaes, conformê é expresso no art. 11 do Regulamento provisório de 27 de Julho de 1858, e não para a concessão de reformas e outros da exclusiva alçada do Governo Imperial; devendo portanto recolher-se a esta Córte os Officiaes e mais praças da Armada, que solicitarem tues favores, para aqui serem inspecionados pela junta presidida por V. Ex., nos termos do § 13 do art. 7.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 2.536, de 23 de Fevereiro de 1860, com excepção porém daquelles casos, em que, por justos motivos, o mesmo Governo entenda conveniente delegar expressamente semelhante attribuição ás referidas juntas.

Dens Guarde a V. Ex.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 491.—FAZENDA.—Em 21 de Outubro de 1862.

Que as funções de Escrivão da Collector são incompatíveis com as de Secretario da Câmara Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accuso recebido o officio n.º 43 de 26 de Agosto ultimo, no qual V. Ex. communica-me o que occorre relativamente ao emprego de Escrivão da Mesa de Rendas da Estancia nessa Provincia; e em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que subsiste e deve ser cumprida a nomeação feita
Dec'ses do Governo.

pelo Governo Imperial de Francisco Pacheco d'Avila para o dito emprego; mas, sendo incompativel com o de Secretario da Camara Municipal que o nomeado exerce, do que só agora teve o Governo conhecimento, deve-se exigir do mesmo que faça opção, preferindo dos dous lugares aquelle que mais vantagens lhe offereça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 492.—FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1862.

Caso em que não é devida porcentagem de divida activa ao Juizo dos Feitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 184 de 21 de Agosto ultimo, que o caso em que é devida a porcentagem da cobrança da divida activa da Fazenda aos empregados do Juizo dos Feitos está determinado na Circular de 20 de Junho do corrente anno; e que portanto não ha lugar ao pagamento de porcentagem aos empregados do Juizo dos Feitos dessa Provincia pelo recolhimento aos cofres da quantia de 12:160\$240 proveniente do alcance do ex-Thesoureiro da Alfandega do Rio Grande, José Joaquim da Rocha e Silva, visto como semelhante recolhimento foi feito em virtude de intimação administrativa nos termos do art. 23, § 3.º, n.º 2, do Decreto n.º 2.548 de 10 de Março de 1860.

Visconde de Albuquerque.

N. 493.—FAZENDA.—Em 23 de Outubro de 1862.

Um officio não é meio legal para o Juizo requisitar a entrega de bens de defuntos e ausentes a credores e a cessionarios de herdeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1862.

Tendo presente o officio de Vm. de 26 de Agosto proximo findo, requisitando a entrega da quantia de 1:956\$404, proveniente de bens de defuntos e ausentes ao Major Dionisio José

dos Santos, na qualidade de herdeiro de D. Olympia Maria da Silva Passos, como cessionario de Francisco Ignacio da Silva e João Leite Guimarães, e finalmente como credor de Adriano José Teixeira, avô da dita D. Olympia; declaro a Vm. que, à vista dos arts. 53 e 61 do Regulamento de 15 de Junho de 1839 e da Circular de 24 de Agosto do mesmo anno, não póde ter lugar a entrega da referida quantia, não só porque o meio de officio, empregado por Vm. não é admissivel no caso de que se trata de levantamento de dinheiros de ausentes a favor de um cessionario de herdeiros e credor ao mesmo tempo, como porque não se apresentam as cessões, nem a habilitação dos herdeiros de modo a poder-se conhecer se forão ou não pagos os impostos a que a herança é sujeita.

Deus Guarde a Vm.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Juiz de Orphãos do Termo de Mangaratiba.

N. 494.—FAZENDA.—Circular em 24 de Outubro de 1862.

Condições do despacho de chitas, morins e cassas em retalhos ou resíduos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, que o despacho por peso, de que tratão os arts. 597 e 608 da Tarifa das Alfandegas, só deve ser concedido a retalhos ou residuos de chitas, morins e cassas, que, além da condição de não terem mais de tres varas correntes ou singelas, vierem inteiramente soltos e destacados uns dos outros, e não preparados em peças, ou formando córtes, os quaes serão sujeitos aos direitos da mesma Tarifa como se estivessem em peças inteiras.

Visconde de Albuquerque,

N. 493.—FAZENDA. —Em 24 de Outubro de 1862.

Pagamento da pensão a uma Pensionista do Estado, independente da procuração do marido della.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, em deferimento á petição de D. Dellina Maria do Nascimento, informada pela Presidencia da mesma Provincia com offcio n.º 13 de 9 de Março do anno passado, que continue a pagar á Supplicante, casada em segundas nupcias com Joaquim Alves dos Reis, a pensão annual de 360\$000 que lhe fôra concedida, quando viúva do 1.º Tenente da Armada Antonio Dias dos Santos Bellico, por Decreto de 13 de Abril de 1840, e isso independente de procuração de seu actual marido: porquanto, achando-se ella, como provou com documentos, abandonada de facto pelo mesmo que ausentou-se da Provincia ha dous annos, deixando-a e a suas filhas menores, sem meios de subsistencia, e assim na impossibilidade de apresentar tal procuração; não lhe pôde ser inteiramente applicavel a ordem n.º 463 de 16 de Dezembro de 1857, citada pelo Sr. Inspector, a qual refere-se a uma Pensionista que da parte de seu marido encontrou opposição para cobrar a que reclamava; caso em que não se acha a Supplicante que, sem contestação, recebeu sempre por si a pensão de que se trata.

Visconde de Albuquerque.

N. 496.—GUERRA.—Aviso de 24 de Outubro de 1862.

Declarando que a viúva do 2.º Tenente reformado José do Rego Lima Barroso não tem direito ao meio soldo de seu marido, visto que a Lei de 20 de Setembro de 1838, pela qual obteve reforma, foi especial, e não ampliou aquelle beneficio, concedido pela de 6 de Novembro de 1827, ás viúvas e filhas dos Officiaes reformados nos termos do Alvará de 16 de Dezembro de 1790.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Outubro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o requerimento de D. Rita Maciel França de Lima, viúva do 2.º Tenente reformado José do Rego Lima Barroso,

pedindo o meio soldo de seu marido, a que se julga com direito: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, por Immediata e Imperial Resolução de 18 do corrente, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Mandar declarar que a supplicante não está no caso de ser deferida como requer, visto que a Lei n.º 41 de 20 de Setembro de 1838, em virtude da qual obteve reforma aquelle Official, foi especial, e unicamente tratou de reformas, sem ampliar o beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827 ás viúvas e filhas dos Officiaes reformados nas circumstancias do Alvará de 16 de Dezembro de 1790.

Deus Guarde a V. Ex — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 497. — GUERRA. — Circular de 24 de Outubro de 1862.

Dispondo que a gratificação, á que os recrutadores tem direito, é simplesmente a de 60\$000 réis mensaes enquanto se empregarem no serviço activo do recrutamento na fórma do Decreto n.º 2.821 de 21 de Agosto de 1861, e não as vantagens marcadas no art. 20 do de n.º 2.171 do 1.º de Maio de 1858, visto que foram abolidas por aquelle Decreto.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministério dos Negocio da Guerra em 24 de Outubro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr. — O Decreto n.º 2.821 de 21 de Agosto de 1861, que alterou os arts. 2.º e 2º do de 1 de Maio de 1858 n.º 2.171, foi publicado no Boletim do Governo e na Ordem do Dia n.º 278 de 31 daquelle mez, e, não obstante, ainda em algumas Provincias continuão-se a pagar aos recrutadores as gratificações de 10\$000 e 20\$000 abolidas pelo precitado Decreto, que estabeleceu uma unica de 60\$000 mensaes para tal serviço. Em consequencia, expeça V. Ex. terminante ordem á Thesouraria da Fazenda para que cumpra litteralmente o preceito do Decreto de 21 de Agosto de 1861 a respeito da retribuição dos recrutadores, na intelligencia de que elles só tem direito á gratificação enquanto activamente se empregarem no recrutamento, e que não podem accumular á gratificação especial a adicional e etapa, se não forem Officiaes do Exercito em effectivo serviço.

Deus Guarde a V. Ex — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de...

N. 498.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Outubro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, resolvendo as questões suscitadas ácerca do encerramento do prazo da inscripção para os concursos dos lugares de Lente.

4.^a Secção —Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Dando solução ao officio dessa Directoria de 12 de Setembro passado, em que consulta sobre as duvidas que lhe occorrem a respeito do encerramento do prazo da inscripção marcado para o concurso, a que tem de proceder-se para o preenchimento de uma vaga de Lente substituto dessa Faculdade, declaro o seguinte:

1.^o Que o encerramento do prazo da inscripção não depende da reunião da Congregação; mas deve ser feito, nos termos da 2.^a parte do art. 120 do Regulamento complementar dos Estatutos, pelo Secretario da Faculdade, logo que seja findo o prazo, marcado de conformidade com o art. 36 dos Estatutos, e 112 do Regulamento.

2.^o Que a reunião da Congregação é somente necessaria para se decidir se os candidatos ao concurso estão no caso do art. 37 dos estatutos. Se pois essa reunião não puder ter lugar em qualquer das hypotheses figuradas no citado officio, de não comparecer numero sufficiente de Lentes, ou de não restar numero legal delles para formarem Congregação, porque dos presentes alguns não possam votar por causa do parentesco em gráo prohibido com algum dos candidatos, deve a Congregação ser convocada para outra época, procedendo-se nos termos do art. 162 do Regulamento.

3.^o Que, findo o prazo da inscripção, nenhum candidato será mais admittido, como é expresso no art. 122 do Regulamento; e por consequencia procedeu legalmente essa Directoria, quando indeferiu o requerimento do Dr. Francisco Pinto Pessoa, que pedio ser inscripto para aquelle concurso depois de expirado o prazo que foi marcado para a inscripção.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abran'es* —Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 499.—FAZENDA.—Em 27 de Outubro de 1862.

Sobre o meio competente para se effectuar a cobrança das dividas da Administração Provincial e Municipal á Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Achando-se a Fazenda Provincial dessa Provincia em debito para com a Geral da quantia de 155:709\$373, importancia das sommas despendidas em Londres pelo Governo Imperial com os juros de 2 %, garantidos pela Administração Provincial á Companhia da estrada de ferro dessa Provincia, conforme consta da demonstração junta, sirva-se V. Ex. de fazer peremptoriamente promover a indemnisação dos Cofres Geraes nos termos do Aviso por cópia, que a este acompanha, dirigido á Presidencia do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1860 (*), como lhe cumpre em sua qualidade de Delegado do Governo Imperial; solicitando, outrossim da Assembléa Provincial d'ora em diante a consignação de fundos, todos os annos, nas Leis do Orçamento, para o pagamento desta despesa, que-tão infundadamente tem pesado e continúa a pesar sobre os cofres geraes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

—Idendica ao Presidente de Pernambuco sendo o debito de 313:691\$839.

(*) Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1860.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—O facto de ter-se expedido pelo Juizo dos Feitos da Fazenda mandado executivo contra essa Provincia pela divida de fóros de marinhas relativa ao exercicio de 1855—56, contra o que V. Ex. representa em seu officio n.º 418 de 11 do corrente, pedindo ao mesmo tempo providencias para que tal procedimento não se repita, e a restituição da quantia paga; foi motivado por um simples engano.

Extrahida a certidão da divida na Directoria Geral de Contabilidade e transmittida de envolta com grande numero de outras á do Contencioso, esta, conforme o estylo, lavrou na representação que as costuma acompanhar o despacho de remessa para o Juizo, sem que pela affluencia do serviço fizesse reparo da de que se trata.

Accresce que das informações officiaes presentes a este Ministerio consta que o Official de Justiça, encarregado da intimação, deixára o mandado em confiança na Directoria da Fazenda Provincial, e que, insistindo depois, em consequencia das dividas alli suscitadas, pela restituição, fóra-lhe respondido que o dito mandado se achava em poder de V. Ex. para representar sobre o caso.

Vê pois V. Ex. que não houve, como suppõe, proposito de desairar essa Provincia; e a isso talvez induzido pelas informações inexactas da referida Directoria, relativamente á asserção de que os devedores do Thesouro Nacional, uma vez conhecidos e sabidas as suas moradas, são avisados, por

N. 500.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS.
Circular em 27 de Outubro de 1862.

Mandando fazer estudos topographicos aos Engenheiros das diversas Provincias, a fim de se poder levantar opportunamente a Carta Geral do Imperio.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Desejando colher desde já esclarecimentos e dados exactos sobre a topographia do Paiz, que facilitem para o futuro o levantamento de uma Carta Geral do Imperio, e querendo ao mesmo tempo dar occasião a que os nossos Engenheiros possam mostrar as habilitações que possuem de nobre e util-profissão a que se dedicarão, sirva-se V. Ex. de expedir as convenientes ordens aos Engenheiros empregados no serviço dessa Provincia, recommendando-lhes que procurem cumprir, quanto lhes for possível, as Instrucções que acompanham o presente Aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinabú*. — Sr. Presidente da Provincia de...

Instrucções que acompanham a circular de 27 de Outubro de 1862 dirigida ás Presidencias de Provincias.

Os Engenheiros empregados no serviço das Provincias do Imperio serão incumbidos pelos respectivos Presidentes de executar os trabalhos abaixo especificados, tanto quanto lhes permitta o

cartas, dos debitos que tem de solver; porquanto essa pratica por desigual e abusiva cessou de ha muito, e foi substituida pelos annuncios a que se refere o art. 12 do Regulamento de 13 de Fevereiro do anno passado: sendo ainda para notar a inconveniencia das informações alludidas quanto ao modo por que se exprimem a respeito do Thesouro.

A execução administrativa das dividas contra as municipalidades, as Provincias e mesmo contra o Estado, não se acha expressamente regulada por lei: tanto assim que por mandado do Poder Judicial tem-se penhorado bens municipaes e até rendimentos do Estado para pagamento de dividas naquelle caso a particulares, o que se deu na Corte, e neste á Fazenda Provincial, como aconteceu na Bahia.

Por certo que estes exemplos não podem justificar semelhantes actos; porque se a materia, como disse, não se acha expressamente regulada por lei, clara e implicitamente o está nas nossas leis modernas e por forma tal que os condemnão; e é justamente o Thesouro que a este respeito tem adoptado as doutrinas mais sãs, em diferentes ordens, entre outras na de 13 de Agosto de 1856, prevenindo execuções contra a Ill.^{ma} Camara Municipal, que aliás já as soffreu de particulares.

Entretanto certifico a V. Ex. que o simples engano que deu lugar ao facto em questão, não se ha de repetir. Para isso nesta mesma data declaro á Estação competente, que embora não haja lei expressa que regule a execução administrativa das decisões proferidas quer pelas jurisdicções administrativas quer pelas judiciaes sobre dividas dos Municipios e Provincias, e contra elles; todavia dos arts. 6.^o, 10, § 5.^o, 11, §§ 3.^o e 4.^o do Acto Adicional, e do art. 23 da Lei de 26 de Maio de 1840 acerca da contabilidade provincial e municipal, resulta que a via executiva por sentença, seja qual for a Autoridade que a preferir, é incompativel com o procedi-

desempenho das commissões, de que se acharem encarregados nas ditas Províncias.

1.º Determinarão a posição geographica das povoações em que estacionarem temporaria, ou permanentemente, por meio das observações astronomicas conducentes ao conhecimento da latitude e longitude terrestres, reportadas á estação do observador: devendo tomar-se como primeiro *meridiano*, á que serão referidas as longitudes determinadas, aquelle que passa pelo ponto culminante da montanha denominada—Pão d'Assucar—, situada na entrada da bahia que fórma o porto do Rio de Janeiro.

Em cada uma dessas determinações ficará sempre a estação do observador orientada por dous rumos differentes, indicados pela Bussola, em relação a dous pontos invariaveis e distinctos, no horizonte do lugar: a fim de que possa aquella estação ser achada a todo o tempo, ou para verificar as observações ahi feitas, ou para ligar-la a outros pontos cuja posição se houver de determinar posteriormente: sendo por esta occasião observada tambem a variação da agulha magnetica, em declinação, relativamente ao meridiano verdadeiro (astronomico) do lugar, empregando-se para esse fim a Bussola usada nas operações topographicas.

Um Theodolito Repetidor e um bom Chronometro de algibeira, bastarão para fazer com a necessaria exacção as obser-

mento administrativo consagrado pelas citadas Leis, visto que este exclue aquella: que o pagamento de taes dividas, qualquer que seja a natureza do titulo que provar a sua legitimidade, não pôde realizar-se senão mediante os tamíes marcados nas leis e regulamentos concernentes ao systema da contabilidade provincial e municipal, as quaes tacitamente derogarão quaesquer disposições que autorisassem a fórma da exacção judicial; e sem que por consequente, mediante reclamação ás Autoridades competentes, sejam as dividas incluídas nos orçamentos; cabendo das decisões que negarem essa inclusão os recursos legais para os superiores legitimos, ou para as corporações respectivas; e finalmente que, attenta a impossibilidade legal do pagamento das dividas de um modo distincto do que fica indicado, a applicação da via executiva importa consequentemente uma injustiça, uma illegalidade, e notoria e insanavel nulidade.

E releva observar que os principios expostos deixão em pé, pois que depende de medida legislativa, a questão da competencia para declarar devendor o Estado, as Províncias, ou os Municipios, a qual se continuará a regular conforme o texto preciso das disposições vigentes, mantida a distincção entre a declaração do credito e a criação do titulo, e a sua verificação ou liquidação administrativa; sendo que, por outro lado, dada uma preterição das mencionadas disposições, prevenido se acha no art. 7.º, § 4.º da Lei de 23 de Novembro de 1841, e art. 24 e seguintes do Regimento de 5 de Fevereiro de 1842 o meio legal do conflicto de jurisdicção para reivindicar em taes casos a competencia da Autoridade administrativa.

Pelo que respeita á restituição dos foros pagos, que V. Ex. por ultimo solicita no officio a que respondo, vou mandar fazer as averiguações necessarias, a fim de que tenha lugar, se por ventura indevida tiver sido a exigencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro,

Decisões do Governo.

vações astronomicas, uma vez que os elementos, que se procurão determinar por estas observações, sejão deduzidos de series em que ellas guardem a precisa regularidade.

2.º Igual determinação se fará de quaesquer pontos que forem apropriados para assignalar a posição dos portos no litoral, o curso dos rios, a direcção das estradas, ou a posição de montanhas e serras notaveis, cujas alturas nos pontos culminantes serão tambem determinadas por operações trigonometricas, ou por observações barometricas simultaneas.

3.º Nos lugares em que se acharem os ditos Engenheiros farão elles, com a possivel regularidade, observações meteorologicas, relativas á temperatura, pressão e humidade atmosphericas e á quantidade da agua das chuvas, medida em altura, servindo-se para este fim do Thermometro, Barometro, e Pluviometro, graduados pela escala metrica do Hygrometro.

Estas observações serão feitas diariamente ás 9 horas da manhã, ao meio dia, e ás 3 horas da tarde, pelo que respeita á temperatura e á pressão atmosphericas; sendo o pluviometro observado uma só vez por dia, e a uma hora qualquer fixada: advertindo que, no que respeita especialmente ás indicações thermométricas (á sombra), a das 9 horas da manhã representa muito proximamente a temperatura média do dia, e a das 3 horas da tarde a maxima temperatura.

4.º Os Engenheiros, que percorrerem diversos pontos da Provincia, aproveitarão a oportunidade para medir as distancias itinerarias que separão os lugares povoados entre si, ou estes da Capital da Provincia; por meio da marcha regular do cavallo, em caminho de terra, ou da embarcação navegando em rio; sendo taes distancias avaliadas em Kilometros, na conformidade do systema metrico adoptado por Lei.

Outrosim observarão os mesmos Engenheiros a natureza das terras, por onde transitarem, em relação á cultura para que são apropriadas, indicando se ellas são coroeaveis de productos de exportação, ou dos que são de consumo local; e bem assim os terrenos que apresentarem indicios de jazigos mineraes do qualquer especie, a saber: metaes, salgema, carvão de pedra, &c., &c.

5.º Os referidos Engenheiros receberão do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, á requisição dos respectivos Presidentes, os instrumentos de que necessitarem para o desempenho dos trabalhos acima especificados: ficando elles obrigados a remetter, no principio de cada anno, por intermedio dos Governos Provinciaes, á Repartição do referido Ministerio, um relatorio circumstanciado, encerrando com a devida clareza e precisão a exposição dos trabalhos que houverem executado no decurso do anno findo.

Nesse relatorio não se empregará outra nomenclatura de pesos e medidas, differente da que é consagrada no systema metrico,

a não ser nos casos que exigirem a apreciação comparativa entre as unidades de diversos systems.

Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 27 de Outubro de 1862.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.

N. 501.—FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.

Sello das folhas dos processos administrativos; e sobre a cobrança e multa por infracção de Regulamento do dito imposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 80 de 11 de Dezembro de 1860, que o art. 702, § 7.º, do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, se deve hoje entender modificado, como foi, pela 1.ª observação annexa ao art. 53 do Regulamento do sello de 26 de Dezembro de 1860, segundo o qual pagão sómente sello, não todas as folhas dos processos administrativos, mas sómente as que consistirem nos papeis que enumera a dita observação 1.ª, cessando por conseguinte a duvida que suscita-se sobre quem deve, no processo de revalidação e multa por infracção do sello, pagar o importe das folhas dos ditos processos, se a parte, ou se o funcionario que incorreu na multa.

Por esta occasião previne ao Sr. Inspector de que o sello e a revalidação só se podem exigir executivamente, e portanto não só da propria parte onde quer que se ache, como tambem de seus herdeiros e successores, nos casos dos arts. 32 e 119 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, offerecendo o cap. 6.º, arts. 121 e 122, sufficiente garantia para a percepção da revalidação nos demais casos: que finalmente nenhuma duvida se pôde suscitar sobre quem deve satisfazer a multa, quando fiver fallecido o Juiz, Empregado, &c., ou quando se ache elle ausente, ou fóra do exercicio, porque a este respeito, além dos principios geraes e especiaes de Direito, é claro o art. 119, 1.ª parte, do ultimo dos citados Regulamentos.

Visconde de Albuquerque.

N. 502.—FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.

O valor das quotas de percentagem, para o pagamento dos direitos do titulo de nomeação de empregados, deve ser calculado sobre o termo médio do rendimento dos tres exercicios anteriores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso do 2.º Conferente da Alfandega do Albuquerque Domingos Facundo de Castro Menezes, transmittido com o seu officio n.º 77 de 11 de Novembro de 1861, mandando que seja restituída ao recorrente a quantia que demais pago de sello, emolumentos e direitos de cinco por cento pelo titulo de sua nomeação; por isso que, devendo a cobrança dos referidos impostos, relativamente ás quotas da percentagem, ser feita sobre o termo médio do rendimento da Repartição nos tres exercicios anteriores á data da nomeação do empregado, conforme prescreve a Circular de 19 de Dezembro de 1860; foi, pelo contrario, a mesma cobrança operada, considerando-se cada quota no valor de cem mil réis, na fórma das Ordens n.º 118 de 26 de Outubro de 1846, n.º 177 de 28 de Maio de 1853, e n.º 120 de 19 de Maio de 1859, as quaes, aliás, estão revogadas pela citada Circular de 19 de Dezembro.

A razão em que se fundou a decisão recorrida, da falta do tempo precisado na citada Circular (por ter a Alfandega de Albuquerque começado a funcionar sómente em Maio de 1861), para avaliar cada quota da percentagem em cem mil réis; não é procedente, porque, sendo a Mesa de Rendas de Corumbá, creada por Decreto de 11 de Abril de 1853, convertida hoje na Alfandega de Albuquerque, e exercendo desde a sua criação, além das funções proprias, as que competem ás Alfandegas e extinctas Mesas de Consulados, era justo regular-se o valor das quotas da percentagem pelo termo médio da arrecadação daquella extincta Mesa de Rendas nos tres ultimos exercicios.

Visconde de Albuquerque.

N. 503.—FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.

Os títulos (de nomeação) pagão o sello conforme o vencimento do emprego, e não em relação ao numero de folhas em que são escriptos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 81 de 18 de Dezembro de 1860, que um titulo de nomeação, tendo pago o sello proporcional respectivo ao vencimento do emprego, não está sujeito a pagar o sello fixo da segunda meia folha do mesmo título só pelo simples facto de nella se terem lançado duas verbas; porquanto, não só os titulos de nomeação de empregados pagão o sello proporcional sem relação ao numero de folhas do papel em que são escriptos, mas sim na razão do vencimento annual do emprego; como tambem porque as verbas que se lanção nos ditos titulos, de terem sido registrados, estar aberto o assentamento, e haver o nomeado prestado o juramento legal, e, se considerão declarações officiaes de expediente necessario para que os titulos possam produzir o seu effeito, certificando achar-se o nomeado habilitado para exercer o seu emprego.

Visconde de Albuquerque.

N. 504.—FAZENDA.—Em 28 de Outubro de 1862.

Estão sujeitos ao imposto do sello os inventarios *ex-officio* do Juizo de Orphãos, e as certidões apresentadas no mesmo Juizo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 52 de 4 de Julho proximo findo, que o § 1.º do art. 85 do Regulamento do sello de 26 de Dezembro de 1860, não obstante ser mais minucioso, contém a mesma disposição do § 1.º do art. 52 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 pelo que as explicações, dadas pelas Ordens n.º 467 de 19 de Dezembro de 1857, e n.º 117 de 8 de Abril de 1858, não forão

alteradas pelo citado Regulamento de 26 de Dezembro, e por consequente, não estando os inventarios *ex-officio* do Juizo de Orphãos isentos do imposto do sello, não são admissíveis nelle certidões sem que tenham estas sido devida e opportunamente selladas.

Visconde de Albuquerque.

N. 505.—FAZENDA.—Em 30 de Outubro de 1862.

Nega a um Inspector de Alfandega participação no valor de objectos apprehendidos por contrabando.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 63 de 25 de Junho proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por Candido Martins dos Santos Vianna, ex 1.º Escriptuario da Alfandega de Albuquerque nessa Provincia, da decisão da mesma Thesouraria que lhe negou participação no valor dos objectos apprehendidos em acto de visita ao vapor *Marquez de Olinda*; visto como, exercendo o recorrente nessa occasião as funcções de Inspector, por elle, ou por insinuação sua, foi feita a apprehensão, não fazendo mais do que cumprir as disposições do art. 126 do Regulamento das Alfandegas, e portanto, segundo a ordem do Thesouro de 4 de Setembro de 1855, lhe não póde pertencer o producto da dita apprehensão.

Visconde de Albuquerque.

N. 506.—FAZENDA.—Em 30 de Outubro de 1862.

Os requerimentos que já pagarão o sello de cem réis só devem satisfazer a differença do imposto quando forem convertidos em documentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesou-

raria de Fazenda da Bahia, que o mesmo Tribunal deu provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n.º 299 de 13 de Setembro ultimo, de Bernardo Rodrigues, interposto da decisão dessa Thesouraria, que, approvando a da Recebedoria, denegou ao recorrente a restituição de cem réis do sello em differentes petições, as quaes, tendo antes pago aquella taxa, pagarão depois mais duzentos reis, por virem a ser juntas como documentos, resultando de semelhante acto ter ficado cada meia folha de cada uma das referidas petições sujeita ao sello de trescentos réis.

E previne ao Sr. Inspector de que, a vista do disposto na Circular de 11, e nas Ordens de 21 e 16 de Março e 26 de Abril do corrente anno, cumpre-lhe fazer cessar essa pratica illegal introduzida na Recebedoria dessa Provincia, que devêra cobrar dos documentos de que se trata sómente a differença de cem réis entre os cem réis já pagos, como simples petições, e os duzentos réis a que ficarão sujeitas, sendo pela parte convertidas em documentos; e nestes termos o Sr. Inspector mandará restituir ao recorrente o que demais se lhe cobrou.

Visconde de Albuquerque.

N. 507.—FAZENDA.—Em 31 de Outubro de 1862.

Sobre arrematações de dividas de difficil cobrança pertencentes a heranças jacentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Communico á V. Ex., para sua intelligencia e devidos effeitos, que foi concedida á D. Rosa Miquelina da Cunha Pinto Botelho e outros herdeiros habilitados do finado Antonio Joaquim Pinto Botelho pelas razões constantes do parecer, junto por copia, da Directoria Geral do Contencioso, a necessaria authorisação para pôrem em praça as dividas activas de difficil cobrança pertencentes áquelle espolio, entregando-se ao arrematante os titulos, e cobrando-se delle o competente imposto, segundo o preço da arrematação feita com as formalidades legais; ficando V. Ex., na intelligencia de que as concessões para a arrematação das dividas de difficil cobrança, antes de ser a herança devoluta ao Estado poderá ser d'ora em diante determinada por esse Juizo nos termos do art. 53 do Regulamento de 15 de Junho de 1839, a requerimento do Procurador da Fazenda, do Curador da herança, e quaesquer outros interessados com acquiescencia de todos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque.*—Sr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Corte.

N. 508. — GUERRA. — Circular em 4 de Novembro de 1862.

Determinando que se archivem na 2.^a Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra os processos de Conselhos de Direcção e de Averiguação para reconhecimento de Cadetes e Soldados Particulares, procedendo-se para esse fim á reunião e classificação dos que se organisarão, e tiverão decisão desde o principio do anno de 1857.

2.^a Directoria Geral. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Novembro do 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Convindo que fiquem archivados na 2.^a Directoria desta Secretaria de Estado os processos de Conselhos de direcção, e de averiguação, para reconhecimento de 1.^{os} e 2.^{os} Cadetes e de Soldados Particulares, a fim de evitar-se que se accumulem nas Secretarias dos corpos do Exercito taes processos, muitas vezes relativos a individuos, que, tendo sido reconhecidos nessas categorias em uns corpos, passarão a pertencer a outros, ignorando-se aonde existem as provas de nobreza que apresentarão, e que são documentos que devem ficar na Repartição d'onde partio a decisão proferida sobre elles, aqual, nos termos do art. 14 do Regulamento approved por Decreto n.º 1.881 de 31 de Janeiro de 1857, e nos do art. 53 § 8.º do Regulamento approved por Decreto n.º 2.677 de 27 de Outubro de 1860, foi commettida ao Ajudante General; cumpre que V. Ex. mande reunir todos os processos dessa natureza que existirem nos corpos ahi estacionados, e nos quaes se tornão elles desnecessarios por isso que a publicação do seu resultado nas Ordens do Dia autorisa o lançamento das competentes notas nos respectivos livros mestres; e bem assim os que estiverem archivados em quaesquer Estações publicas e que tenham sido organisados desde o principio do anno de 1857, em que foi instituida a Repartição do Ajudante General; classificando-os por ordem chronologica, e relacionando os nomes dos individuos a quem pertencerem, com declaração das decisões proferidas sobre os ditos processos, e suas datas, aguardando as ultteriores ordens para a remessa delles a esta Secretaria de Estado, á qual V. Ex. enviará entretanto a relação que deve ser feita á vista dos mesmos processos, como acima fica determinado, logo que esteja concluida.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro do Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 509. — GUERRA. — Em 5 de Novembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando como se devia proceder a respeito de um individuo, que, tendo-se apresentado como desertor do Exército, se verificou que tambem era desertor da Armada, aonde assentára praça voluntariamente com outro nome.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 11 de Setembro do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar a inclusa informação da dita Directoria, e mais papeis annexos ácerca do individuo de nome Salustiano José dos Passos, que se apresentou como desertor do Exército, tendo-se verificado que tambem é desertor da Armada, aonde assentára praça voluntariamente com outro nome; a fim de que o mesmo Conselho Supremo consulte sobre a maneira, por que se deve proceder relativamente ao mencionado individuo, em vista das circumstancias, em que elle se acha.

« O Tenente General, Ajudante General do Exército, na supracitada informação, diz que, a 25 de Julho ultimo, apresentou-se no Quartel General Salustiano José dos Passos, declarando ser praça do 1.^o Regimento de Artilharia a cavallo, do qual desertára em 1857, achando-se destacado na Cidade do Jaguarão, e que, sob o nome de Salustiano José dos Santos, se havia alistado na Armada a bordo do brigue *Maranhão*, de onde desertára tambem; que o Quartel General da Marinha, a quem se pediu esclarecimentos a respeito, informa ser exacto ter-se alistado, como voluntario, Salustiano José dos Santos, e remetteu, para melhor verificação da identidade de pessoa, a certidão dos assentamentos, pedindo se lhe declare a data, em que o dito Salustiano assentou praça no Exército, a fim de, no caso de prioridade de praça, providenciar sobre a sua eliminação da Armada, e indemnisação á Fazenda Nacional, a quem está elle ainda sujeito; que dos assentamentos da Armada se vê que nella se alistou voluntariamente, em o 1.^o de Julho de 1860, Salustiano José dos Santos, filho de Octaviano dos Santos, natural da Parahyba, de 35 annos de idade, e dos assentamentos do 1.^o Batalhão de Artilharia a pé, a que pertenceu, se deprehende que Salustiano José dos Passos, filho de José Maria da Trindade, natural da Parahyba, nascido em 1829, assentára praça voluntaria na Companhia fixa de Caçadores da dita Provincia, no 1.^o de Fevereiro de 1845, e, depois de ter pertencido ao Deposito em 1849, passára para o dito Batalhão, e deste para o 1.^o Regimento da mesma arma a cavallo em 1852. Que a differença entre os appellidos e o nome do pai é proveniente de querer elle por esta fôrma illudir, e livrar-se de ser reconhecido, segundo sua propria confissão, e que, á vista do expendido, lhe parece que o referido soldado deve ser remet-

Decisões do Governo.

tido ao citado Regimento, onde tem de responder pelo crime de deserção, por isso que a sua praça na Armada é nulla, por tê-la verificado sendo soldado daquelle Regimento, o que será conveniente communicar ao Quartel General da Marinha, pedindo-se uma nota do que elle deve á Fazenda Nacional para indemnisar-se. »

Parece ao Conselho, conformando-se com a informação do Tenente General, Ajudante General do Exercito, que, verificada previamente a identidade de pessoa do individuo de nome Sallustiano José dos Passos, seja elle remettido ao Corpo, em que primeiramente assentou praça, para responder pela deserção ahí feita, e ser compellido a indemnisar a Fazenda Nacional do que indevidamente recebeu como marinheiro.

Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1862.—*Marquez de Caxias*.—*Visconde de Cabo Frio*.—*Barão de Surubhy*.—*Barão de Tamandaré*.—*Carvalho*.—*Bellegarde*.—*Fonseca*.

Como parece.—Paço, em 3 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 510.—GUERRA.—Em 3 de Novembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando qual o procedimento, que se devia ter com um Soldado do Exercito, que desertou depois de ter sido publicada em Ordem do Dia a sua baixa do serviço, e antes de se ter conhecimento da referida baixa no respectivo Batalhão.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 4 de Setembro do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar, com o parecer incluso do Ajudante General, o officio n.^o 1.465 de 31 de Julho ultimo, do Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul, dirigido ao mesmo Ajudante General, e no qual pede que se declare se o soldado do 3.^o Batalhão de Infantaria, Thiago José de Santa Anna, que desertou depois de publicada em Ordem do Dia nesta Côrte a baixa do serviço militar, que lhe foi concedida, e antes de se ter conhecimento da referida baixa naquelle Batalhão, deve nelle ser considerado como desertor, ou como escuso do serviço, a fim de que o mesmo Conselho Supremo Militar consulte sobre o objecto do mencionado officio.

« O Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul, em o mencionado officio, diz que o Commandante do 3.º Batalhão de Infantaria deixára de fazer effectiva a escusa do soldado Thiago José de Santa Anna, por haver elle desertado no dia 7 de Julho findo, quando já então se achava com baixa, por isso que a Ordem do Dia n.º 318, que concedeu a mesma baixa, é datada de 21 de Junho, e foi recebida na dita Provincia a 30 desse mesmo mez, e que, portanto, lhe pareceo dever o Batalhão considerar o Soldado, de que se trata, como escuso do serviço, e não como desertor. »

« E o Tenente General do Exercito, em seu citado parecer, declara que não concorda com a opinião supra, porque não é permittido a qualquer militar deixar a seu arbitrio o posto ou praça, que tiver no Exercito, antes de lhe ser isso competentemente ordenado; que o Soldado em questão tinha sido comprehendido na relação dos que devião ter baixa, ella porém não tinha-se realizado quando se deu a deserção, e tanto que o mesmo Commandante do Batalhão o participa, denominando-o soldado-desertor, como era de facto, porque ausentou-se na qualidade de soldado, tendo como tal seus vencimentos; que, a respeito da effectividade das baixas publicadas em Ordem do Dia tem o Governo dado disposições, que fazem suspender a execução em determinados casos, e não devem os contemplados ser os Juizes dessas circumstancias, pois a passar tal precedente as consequencias podem ter longo alcance; que é, portanto, de parecer que se mande sobrestar na execução da baixa, e que responda o soldado a Conselho de Guerra, quando se recolher da deserção; e que assim terá o Conselho Supremo de interpôr o seu parecer, que poderá servir de norma em semelhantes casos futuros; sendo talvez mais conveniente ouvir já esse Tribunal a respeito. »

Parece ao Conselho, conformando-se com a informação do Tenente General, Ajudante General do Exercito, que, sobrestando-se na execução da baixa, mandada dar ao Soldado do 3.º Batalhão de Infantaria, Thiago José de Santa Anna, responda a Conselho de Guerra quando se recolher da deserção.

Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1862.—*Marquez de Caxias.*—*Visconde de Cabo Frio.*—*Barão de Suruhy.*—*Barão de Tamandaré.*—*Carvalho.*—*Bellegarde.*—*Fonseca.*

Como parece.—Paço em 5 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 511. — GUERRA. — Em 5 de Novembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando qual o Official, que, nas **Companhias isoladas**, que fazem parte do quadro do Exercito, deve exercer as funcções de Secretario.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 10 de Setembro do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar a inclusa Fé de Officio do Tenente do nono Batalhão de Infantaria, addido á Companhia de Caçadores da Provincia do Rio Grande do Norte, Thomaz Pompéo Theodoro de Souza, acompanhada das considerações, que a mencionada Directoria Geral julgou conveniente submitter á consideração do Governo Imperial, em consequencia de achar-se a dita Fé de Officio escripta e subscripta por um Official Inferior, servindo de Secretario daquella Companhia; a fim de que o mesmo Conselho Supremo Militar consulte ácerca da pessoa que, nas Companhias isoladas, que fazem parte do quadro do Exercito, deve exercer as funcções de Secretario.

A supracitada Fé de Officio datada de 17 de Março deste anno, está escripta e subscripta pelo 1.^o Sargento Francisco de Paula Barros, servindo de Secretario.

« O Tenente General, Ajudante General do Exercito, sobre materia sujeita diz que, segundo o Plano da organização dos corpos de Guarnição do Exercito, que baixou com o Decreto n.^o 2.662 de 6 de Outubro de 1860, as Companhias isoladas não tem Secretario, sendo portanto o facto acima uma irregularidade; que, mesmo quando o dito Plano marcasse Secretario para essas Companhias, estes devião ser Officiaes, porque a Provisão de 5 de Outubro de 1852 declara que as praças de pret não podem servir de Secretario dos Corpos, e que, ainda é esse facto uma irregularidade em presença de tal Provisão, accrescendo mais que, não podendo os inferiores, por Lei, fazer serviço de Official, é, por infracção, que esse Sargento se acha no exercicio de Secretario, que pela mencionada provisão compete sómente a Officiaes.

Parece ao Conselho que, nas Companhias isoladas, que fazem parte do Quadro do Exercito, deve exercer as funcções de Secretario o Official mais moderno da Companhia; e, quando por circumstancias nella não exista senão o Commandante, a esse toca exercer as funcções acima mencionadas.

Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1862. — *Marquez de Cabanos. — Visconde de Cabo Frio. — Barão de Suruhy. — Barão de Tamandaré. — Carvalho. — Bellegarde. — Fonseca.*

Como parece. — Paço em 5 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 512.—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declara que, no crime do art. 222 do Código Criminal, a circumstancia do defloramento deve ser considerada uma das aggravantes do delicto.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio n.º 60 de 23 de Abril deste anno, em que V. Ex. pede solução á seguinte duvida:

Sendo a mulher violada virgem e menor de 17 annos, deve o réo responder não só pelo crime do art. 222 como tambem pelo do art. 219 do Código Criminal?

E o Mesmo Augusto Senhor, Concordando com a opinião de V. Ex., Manda declarar que a circumstancia do defloramento deve ser considerada uma das aggravantes do delicto, na fórma do art. 17 do Código Criminal, devendo o crime em tal caso ser punido com as penas do gráo maximo do art. 222.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 513.—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que os procuradores das Camaras Municipaes não necessitam de provisão.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio n.º 60 de 28 de Abril deste anno, em que V. Ex. consultou: « Se os procuradores das Camaras Municipaes, para defenderem os direitos das respectivas Camaras ante as Justiças ordinarias, precisão de provisão como os solicitadores communs. »

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com a resposta que V. Ex., de accordo com o parecer do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, deu ao Juiz de Direito interino da Comarca de Paranaguá, Manda declarar que —os procuradores das Camaras Municipaes, para defenderem os direitos das respectivas Camaras ante as Justiças ordinarias, não necessitam de provisão como os solicitadores communs, visto como tem o character de procuradores publicos, e exercem o mandato em virtude de lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 514.—JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Resolve duvidas propostas pelo Promotor Publico interino da Comarca de Paranaguá sobre a intelligencia do Decreto n.º 502 de 18 de Fevereiro de 1847, e Aviso de 15 de Janeiro de 1858.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de V. Ex. de 30 de Setembro ultimo, Houve por bem Approvar a solução que deu V. Ex. ás duas duvidas propostas pelo Promotor Publico interino da Comarca de Paranaguá, declarando: —1.º que a disposição do Decreto n. 502 de 18 de Fevereiro de 1847 comprehende não só os Promotores effectivos como tambem os interinos, que portanto ha incompatibilidade entre os cargos de Vereador e Promotor Publico, e que o consultante não perdeu aquelle por accitação indevida deste; 2.º que, á vista da terminante disposição do Aviso de 15 de Janeiro de 1858, é fóra de contestação que o Juiz de Orphãos, tendo de nomear Curador nos lugares em que não existem esses Officios creados por Lei ou providos vitaliciamente, deve fazer recahir a nomeação no Promotor, o qual só pôde ser dispensado quando allegar e provar impedimento legitimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 515.—FAZENDA.—Em 5 de Novembro de 1862.

As Thesourarias devem pedir em tempo os supprimentos de creditos e demonstrar a sua necessidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, que procedeu irregularmente quanto aos pedidos de augmento dos creditos a que se referem os seus officios n.ºs 94, 122, e 130 de 7 de Julho, 29 de Agosto, e 22 de Setembro ultimo, visto que tanto o de 19:131:821 para a verba —Exercito—, já concedido pelo respectivo Ministerio, como o de 489:384 para a de —Corpo de Saude e Hospitaes—, e de 1:535:195, ainda para a primeira das ditas

verbas, todas do exercicio de 1861 a 1862, a julgar pelas datas em que forão feitos, de certo que não passam de mera formalidade; relativamente áquelle, porque no dia 1.º de Julho já estavam vencidos os pagamentos respectivos, dando-se o facto bem significativo de poucos dias depois recorrer o Sr. Inspector á Presidencia a fim de autorisar, sob sua responsabilidade esse acrescimo de despeza; e em relação aos outros, constantes do officio n.º 130, porque pediu em 22 de Setembro supplemento para despesas de pessoal de um exercicio quasi a encerrar-se, como no caso vertente, é concorrer para que caia o pagamento dellas em exercicios findos, attenta a pouca probabilidade de chegar a concessão á Provincia antes do encerramento; a menos que ao solicitar-se o augmento se conte logo com o recurso á Presidencia.

Pelo que respeita ao credito de 37:076\$881 para a verba —Soccorros Publicos—, sobre que versa o officio n.º 122, não deu o Sr. Inspector ao Thesouro os esclarecimentos necesarios, cumprindo-lhe, portanto, que com urgencia remetta uma demonstração das datas em que foi autorizada cada unha das despesas parciaes, cuja somma importa na referida quantia; informando ao mesmo tempo se todos os serviços de que proveio a divida paga forão prestados até ao ultimo de Junho ou dentro do exercicio de 1861 a 1862, embora o pagamento se effectuasse no mez de Julho.

E porque do exposto se evidencia, que os salutaes preceitos dos arts. 2.º do Decreto do 1.º de Fevereiro deste anno, e 8.º da Ordem geral da distribuição de creditos deixarão de ser observados, adverte ao Sr. Inspector por essa falta, recommendando-lhe o pontual cumprimento dos mesmos, e das Circulares n.ºs 45 e 50 de 25 de Agosto e 13 de Setembro proximo passado, cuja transgressão, sobre dificultar a regularidade da escripturação central, póde acarretar os mais serios embaraços ao Thesouro, não sendo o menor o completo trans-torno dos seus calculos e previsões. Facil é de comprehender em que apuro se veria elle, recebendo quasi á ultima hora de todas as Thesourarias de Fazenda pedidos de supplemento de creditos, quando, levado a suppôr que os votados tinham sido sufficientes com fundada razão, por falta de reclamações até Abril ou Maio, o mais tardar, houvesse dado destino ás sobras existentes em seus cofres.

Accresce que, havendo deficiencia de creditos, se fôr caso de pedir-se ás Camaras o correspondente augmento, tem o Thesouro absoluta necessidade de conhecê-lo com anticipação, attentas as novissimas disposições dos arts. 12, 13 e 14 da Lei n.º 1.177 de 9 de Setembro ultimo: e certamente que o não poderá conseguir, continuando a dar-se ao Decreto do 1.º de Fevereiro a má execução que tem tido, origem das demoras notadas, que por outro lado concorrem para tornar

as Presidencias ordenadoras de despezas em larga escala, contra a doutrina da Lei de 4 de Outubro de 1831, art. 48, e dos Decretos de 7 de Maio de 1842, 20 de Novembro de 1850, art. 70, e do supracitado do 1.º de Fevereiro, o qual, sendo, como é, um recurso extraordinario de prover as urgencias do serviço publico, só autorisado por circumstancias ponderosas, tambem só deve ser applicado em casos extremos, e depois de esgotados os meios ordinarios.

Outrosim declara, em resposta ao officio n.º 114 de 2 de Agosto, ácerca da verba —Commissões militares— do actual exercicio, que já foi aberto á Thesouraria o solicitado credito de 2:621\$600, e que neste caso cumprio o Sr. Inspector o seu dever.

Visconde de Albuquerque.

—Na mesma data expedirão-se ordens em identico sentido, *mutatis mutandis* ás Thesourarias do Maranhão, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; em 19 á Thesouraria de Santa Catharina, em 25 á da Bahia e em 27 á de S. Pedro.

N. 516.—FAZENDA—Em 5 de Novembro de 1862.

Sobre certidões pedidas pelas partes a respeito de objectos arrecadados na fórma do art. 338 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a Portaria expedida em 29 de Abril ultimo á Alfandega da cidade do Rio Grande pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro, a qual acompanhou, por cópia, o seu officio de 29 do citado mez, e vendo que na mesma Portaria se diz — que, devendo ser considerados como bens vagos, nos termos do art. 11, § 5.º, do Regulamento de 15 de Junho de 1859, todos os objectos cuja arrecadação é feita na conformidade do art. 338 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860; cumpre que ácerca das certidões pedidas pelas partes sobre taes objectos se observe a Circular do Ministerio da Fazenda de 27 de Dezembro de 1853—: declara ao mesmo Sr. Inspector que a Circular invocada não póde ter a applicação que lhe deu, em face do art. 336, § 7.º do citado Regula-

mento de 19 de Setembro, que manda dar os esclarecimentos que os interessados pedirem, e do art. 338 do mesmo Regulamento que manda inventariar com minuciosa especificação os objectos encontrados fluctuando no mar ou em quaesquer aguas do interior do Imperio ou arrojados ás praias, &c.; sendo que os signaes da especificação recommendada tem por fim fazer patente a propriedade dos salvados quando haja reclamação de pessoa interessada, entretanto que a Circular de 27 de Dezembro de 1855 se refere aos papeis concernentes a bens de defuntos e ausentes, não permittindo as certidões que forem requeridas da escripturação e documentos respectivos, porque desta prohibição não resulta prejuizo alguma partes, que podem haver dos cartorios as mesmas certidões.

Desapprovada, portanto, a Portaria em questão, expedida pelo Sr. Inspector á Alfandega do Rio Grande, cumpre-lhe fazer observar os citados arts. 336 e 338 do Regulamento das Alfandegas.

Visconde de Albuquerque.

N. 317.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 5 de Novembro de 1862.

Instruções por que se deve guiar o Director do Estabelecimento Naval do Itapura na administração dos Africanos livres alli empregados.

Art. 1.º Os Africanos livres existentes no Estabelecimento Naval do Itapura serão arregimentados com o titulo de « Companhia dos Trabalhadores do Itapura. »

Art. 2.º A organização desta Companhia, a ordem, direcção e economia dos serviços, em que fôr empregada, na disciplina &c. terão, quanto fôr possível, character militar.

Art. 3.º A Companhia se empregará na abertura e limpeza das estradas e caminhos, no serviço de construcção e de roças, e em quaesquer outros peculiares ao estabelecimento naval, e que forem pelo Director designados.

Art. 4.º A cada um dos trabalhadores, além do vestuario e etape que está marcada, abonar-se-ha a gratificação de 100 réis diarios, sendo homem adulto, e a diaria de 50 réis, sendo mulher ou criança menor de doze annos.

Art. 5.º Os Trabalhadores terão direito a um lote de terras demarcadas no Estabelecimento Naval do Itapura; na proporção e pela fôrma por que o Regulamento da Colonia os concede aos colonos da 3.ª classe.

Decisões do Governo.

Art. 6.º Os trabalhadores terão folga de dous dias em cada semana, para occuparem-se de serviços do seu particular interesse; sendo da competencia do Director a designação desses dias, para que não soffrão os trabalhos do Estabelecimento em sua marcha regular.

Art. 7.º Os Africanos matriculados na Companhia dos Trabalhadores, que antes de receberem carta de emancipação abandonarem a Colonia, serão punidos convenientemente pelo modo que ao Director parecer mais efficaz.

Art. 8.º Depois de seis annos de bons serviços, os Africanos que tiverem dado provas de regular comportamento entrarão no gozo completo de sua emancipação, recebendo a carta a que já tem direito.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1862.

João Lins Vieira Cansansão de Siminbú.

N. 518.—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que o Juiz de Direito, allegando impedimento para servir de Auditor em um Conselho de Guerra, não pôde conservar-se no exercicio da Vara.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 6 de Novembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio do Juiz de Direito da Comarca da Capital dessa Provincia, consultando:— se, impedido um Juiz de Direito de servir de Secretario em um Conselho de Guerra por suspeição ou impedimento physico, mas não impedido de despachar em sua casa e dar expediente ás partes, deve por aquelle impedimento deixar o exercicio da Vara—; e bem assim o officio n.º 62 de 20 de Março deste anno, em que V. Ex. communicou haver respondido ao mesmo Juiz de Direito que, em vista do Aviso n.º 191 de 30 de Julho de 1859, não podia admittir que estivesse impedido para exercer as funcções de Auditor de Guerra, continuando ao mesmo tempo no exercicio da vara de Direito. O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex., por ser conforme não só ao direito escripto como á pratica; o que communico á V. Ex., para seu conhecimento, e para o fazer constar ao referido Juiz de Direito.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Siminbú.*—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 519.—JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Província de Piahy.—Declara que o condemnado a mez e meio de prisão, que interpõe recurso de Graça, não goza do indulto do art. 299 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 6 de Novembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio n.º 179 de 22 de Abril deste anno, em que o antecessor de V. Ex. communicou que, tendo o Delegado de Policia do Termo da Parnahyba consultado: — se o condemnado a mez e meio de prisão, que interpõe recurso de Graça, goza do indulto do art. 299 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, para o effeito de não ser preso antes da denegação do perdão —, respondêra que — não —, visto que a fiança é concedida para que o réo não seja encarcerado antes de julgado definitivamente, e não quando já condemnado, e o recurso de Graça só é suspensivo no caso de pena ultima, como estatuem o art. 1.º da Lei de 11 de Setembro de 1826 e Aviso de 17 de Fevereiro de 1842, expedido pelo Minsterio da Marinha. O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Approvar esta decisão do antecessor de V. Ex., o que lhe communico para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Província do Piahy.

N. 520.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Província de S. Paulo, declarando que o Presidente da Camara Municipal, que por lei é substituto do Juiz Municipal na falta dos de nomeação do Governo, não pôde escusar-se do exercicio deste cargo quando é a elle chamado, e conservar ao mesmo tempo o exercicio daquelle.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Novembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Foi presente à Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia n.º 88 de 7 de Outubro do anno passado, sujeitando á decisão do Governo Imperial a consulta que á mesma Presidencia dirige o 2.º Supplente do Juiz Municipal do Termo de Pindamonhangaba, a fim de saber se, no impedimento de todos os Supplentes do mesmo Juizo, podia o Presidente da Camara Municipal escusar-se de exercer as funções de Juiz Municipal Supplente, sem escusar-se ao mesmo tempo

de exercer as de Vereador: e o Mesmo Augusto Senhor, Con-
formando-Se por Sua Immediata Resolução de 24 de Outubro
proximo findo, com o parecer da Secção dos Negocios do Im-
perio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 30 de
Setembro antecedente, Ha por bem Mandar declarar á V. Ex.
o seguinte:

Que um dos encargos conferidos pela Lei ao Vereador, que
estiver servindo de Presidente da Camara Municipal, é o de
substituir ao Juiz Municipal na hypothese prevista pela mesma
Lei. Deste encargo não se póde o Vereador eximir, porque a
Lei não lh'o permite, estando no exercicio das funcções de
Vereador. Para escusar-se da substituição é necessario estar fóra
desse exercicio.—Não póde o funcionario, como acertadamente
ponderou essa Presidencia no supracitado officio, separar funcções
que a Lei reunio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abrantes*.—Sr. Presi-
dente da Provincia de S. Paulo.

N. 521.—GUERRA.—Em 7 de Novembro de 1862.

Declarando que a tabella de 24 de Setembro de 1828 não foi, nem podia
ser abolida pelo Decreto n.º 1.619 de 6 de Outubro de 1855, visto que
o Governo não póde revogar uma Lei sem o consenso do Corpo Legis-
lativo.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Minis-
terio dos Negocios da Guerra em 7 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o officio do V. Ex. n.º
372 de 9 de Outubro proximo passado, que acompanhou o
do Commandante das Armas de 8 do mesmo mez, ácerca da
administração interna dos Corpos da Guarnição dessa Provincia,
no qual elle suppõe que a Tabella de 24 de Setembro de
1828 foi abolida pelo Decreto n.º 1.619 de 6 de Outubro de 1855.

Ha manifesto engano, porque, nem alli se declara tal cousa,
nem podia declarar-se, visto como não póde o Governo revo-
gar uma Lei sem o consenso do Corpo Legislativo.

Pelo contrario, no art. 18 do precitado Decreto se estatuo
que os conselhos economicos regularão o numero e qualidade
de comidas pelo preço das etapes, que não podem ser arbi-
tradas senão nos termos daquella Tabella; porque as Thesou-
rarias da Fazenda não tem outra base legal para esse fim.
O que V. Ex. fará saber ao Marechal de Campo Comman-
dante das Armas dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Folydoro da Fonseca Quintanilha
Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 522.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Novembro de 1862.

Ab Presidente da Provincia de S. Pedro, approvando a decisão que deu ao Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Piratiny, de não poder a mesma Junta deixar de dar execução ás sentenças de recurso proferidas pelo Conselho Municipal.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 8 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o officio de V. Ex. n.º 40 de 9 de Outubro proximo findo, em que V. Ex. participa que, tendo o Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação de votantes da Parochia de Piratiny, duvidado mandar incluir na lista geral 183 nomes, e excluir della 37 em cumprimento da deliberação do Conselho Municipal de Recurso, por lhe constar com certeza que nenhum recurso fôra interposto, resolveu V. Ex. que a referida Junta não podia deixar de executar aquella deliberação, devendo fazer na lista geral a declaração da falta de recurso, para ser tomada em consideração pelo poder competente.

Em resposta declaro-lhe que mereceu a approvação do mesmo Governo a decisão de V. Ex., porque a lei regulamentar das eleições n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 não dá ás Juntas de Qualificação o direito de suspender a execução dos providimentos do Conselho Municipal de Recurso, podendo os interessados sómente usar da appellação para a Relação do Districto na conformidade do art. 83 da referida lei, como já foi resolvido em Avisos n.º 139 de 2 de Outubro de 1847 e n.º 230 de 5 de Julho de 1860. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abrantes*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 523.—FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1862.

Que não é regular a designação, feita por um Presidente de Provincia, do Contador de uma ~~Thesouraria~~ *Thesouraria* para servir interinamente o lugar do respectivo *Thesoureiro*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Comquanto não seja regular que o Contador de uma *Thesouraria* de Fazenda exerça o lugar de *Thesoureiro* della, visto ter o primeiro funcionario de fisco-

lisar os actos do segundo ; todavia, attentos os motivos ponderosos constantes do officio de V. Ex., n.º 57, de 12 do mez proximo findo, fica approvada a deliberação que tomou de nomear o Contador da Thesouraria dessa Provincia, para servir interinamente de Thesoureiro. Sendo, porém, conveniente que o nomeado ultimamente pelo Governo entro quanto antes em exercicio, recommendo á V. Ex. a expedição de providencias neste sentido.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 524. — FAZENDA. — Circular em 11 de Novembro de 1862.

As diligencias dos Juizos dos Feitos fóra dos Termos de suas sédes, mas dentro do territorio de suas jurisdicções, devem ser praticadas por meio de mandados.

. Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro. em 11 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, tendo por fim remediar os inconvenientes que resultão da pratica actual de serem as diligencias do Juizo dos Feitos da Fazenda, fóra dos Termos das Capitães nas quaes os mesmos Juizos tem a sua séde, executadas por meio de preatorias expedidas aos Juizes territoriaes dos differentes Termos da Provincia, não obstante ter o Juiz dos Feitos jurisdicção em toda ella para as causas da Fazenda Nacional ; inconvenientes esses que não só prejudicão os interesses do Estado na prompta cobrança de sua divida activa por ser avultado o numero das preatorias que para esse fim se expedem, e que sobrecarregão os cofres nacionaes com o adiantamento da importancia da 4.ª parte do feito das mesmas preatorias, e outras despesas a que estão sujeitas, como tambem aggravão a condição das proprias partes devedoras, já exigindo-se-lhes o pagamento da divida em uma época remota, o que poderá dificultar o direito da defeza, e já augmentando-se as custas da cobrança do debito com as despesas daquellas preatorias : ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que recommendem aos respectivos Procuradores Fiscaes e dos Feitos : 1.º que, no caso de residirem os devedores da Fazenda Nacional na mesma Provincia da jurisdicção do Juizo dos Feitos, requirão, perante este, que, em lugar das preatorias ora usadas, se expção mandados, como se pratica quando a diligencia se ha de fazer no Termo da séde do Juizo dos Feitos ; 2.º que, pas-

sados os ditos mandados, os remettão aos ditos Agentes Fiscaes do Municipio do domicilio do devedor, devendo aquelles Agentes apresentar os mencionados mandados ao Juiz territorial para lhes pôr o — cumpra-se —, formalidade que, na especie sujeita, só tem por fim apoiar a diligencia do Juizo dos Feitos, allás com jurisdicção em toda a Provincia, authenticar o acto, e permittir que os seus Officiaes o executem; e 3.º que deverão sómente requerer a expedição de precatorias quando a diligencia tiver de ser praticada em outra Provincia, isto é, fóra do territorio da jurisdicção do Juizo dos Feitos deprecante.

Visconde de Albuquerque.

N. 525.—FAZENDA.—Em 11 de Novembro de 1862.

Os (Agentes do) Correio não estão sujeitos a fazer assentamento dos seus titulos de nomeação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará que, não se dando antinomia entre o preceito da Ordem n.º 335 de 15 de Outubro de 1856 e do art. 25, § 4.º, da Lei de 26 de Setembro de 1837, continúa a dita ordem a ser executada visto estar em seu inteiro vigor: e portanto que acertada foi a resolução de que dá conta o mesmo Sr. Inspector em seu officio n.º 87 de 2 de Setembro ultimo, tomada em sessão da respectiva Junta, em virtude da qual mandou declarar á Collectoria da Capital da Provincia, que os Agentes do Correio não estão sujeitos ao assentamento.

Visconde de Albuquerque.

N. 526.—FAZENDA.—Em 11 de Novembro de 1862.

As diligencias do Juiz dos Feitos da Córte são executadas por via de mandados em todo o territorio de sua jurisdicção.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1862.

Póde V. S. responder ao Procurador dos Feitos da Fazenda da Córte que fica approvado o alvitre por elle proposto no officio que dirigio á essa Directoria em 22 de Setembro ultimo sob n.º 417, de serem as diligencias do Juizo dos Feitos da Córte, que tem de ser feitas em qualquer lugar do territorio de sua jurisdicção, executadas por mandados em vez de precatorias, as quaes continuarão sómente a ser usadas quando a diligencia deva ser praticada fóra do territorio da jurisdicção do referido Juizo.

E, como por Circular desta data ás Thesourarias de Fazenda, faço a mesma providencia extensiva ás Provincias, haja V. S. de communica-la aos Procuradores Fiscaes das ditas Thesourarias para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Dr. Procurador Fiscal interino do Thesouro Nacional.

— Na mesma data communicou-se ao Ministerio da Justiça.

**N. 527.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 11 de Novembro de 1862.**

Nomeando a Godofredo Augusto Schmidt Director do Centro Colonial de Cananea, e dando-lhe instrucções.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Novembro de 1862.

Nesta data tenho nomeado a Vm. para servir de Director do Centro Colonial de Cananéa, bem como para concluir os trabalhos de construcção da estrada que do litoral de Cananéa se dirige ao dito nucleo, na Provincia S. Paulo. E, sendo urgente que Vm. vá quanto antes desempenhar essas commissões, cumpre que parta pelo vapor da linha intermediaria, que segue viagem amanhã, para cujo fim lhe mando dar uma passagem. Logo que Vm. chegar a Cananéa, deverá informar-se se ahi se acha Julio Grothe, a quem vai substituir em ambas as men-

cionadas commissões, e entrar sem demora no exercicio das respectivas funcções, recebendo delle todos os livros, papeis, plantas e esclarecimentos concernentes ás mesmãs. Se o dito Julio Grothe não se achar naquelle porto seguirá, Vm. sem demora para o nucleo Colonial; e, tomando conta de sua administração, examinará o estado, em que se achão o estabelecimento e seus habitantes, e de tudo que achar dará circunstanciada informação a este Ministerio. Aos Colonos Suissos, que alli se achão, mandou o Governo Imperial entregar, a titulo de venda, a cada familia um lote de terras de 62.500 braças quadradas, sendo o preço de meio real a braça pago em cinco prestações annuaes a contar do fim do segundo anno do seu estabelecimento; e bem assim os supprimentos de alimentos durante os tres primeiros mezes, extendendo este beneficio pelo tempo, que ainda fôr indispensavel para que se possam sustentar até a primeira colheita áquelles, que não tiverem quaesquer meios proprios a dispensarem taes adiantamentos. Antes de sua partida desta Côrte convém que Vm. se entenda com o Consul da Suissa Emilio Raffard ácerca da maneira, por que deverá haver-se com os referidos colonos; e opportunamente lhe serão enviadas instrucções mais circunstanciadas. Pelo exercicio das funcções, que lhe ficão confiadas perceberá Vm. uma gratificação fixa de duzentos mil réis mensaes. O que tudo lhe communico para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a Vm. — *João Lins Vieira Cansansão de Sínimbú.* — Sr. Godofredo Augusto Schmidt.

N. 528.—FAZENDA.—Em 12 de Novembro de 1862.

O tempo maximo de licença com o ordenado por inteiro aos Magistrados é o de seis mezes concedida pelo Governo Imperial sem levar-se em conta a de tres mezes que os Presidentes de Provincias tambem podem conceder.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Piauh, para os devidos effeitos, que foi reformada a sua decisão, constante do seu officio n.º 13 de 15 do Fevereiro ultimo, pela qual negou ao Bacharel Antonio Borges Leal Castello Branco, Juiz de Direito da Comarca de Oeiras, o pagamento de metade do respectivo ordenado nos mezes do Fevereiro e Março de 1860, fundando-se em que, tendo o dito

Decisões do Governo.

Juiz de Direito obtido da Presidencia da Provincia uma licença de tres mezes com todo ordenado, a qual começou a gozar em 28 de Julho de 1859, e do Governo Imperial mais outra de seis mezes, gozando esta segunda licença em continuação da primeira até 30 do referido mez de Março; entendia que o mesmo Juiz, em vista das Decisões n.ºs 58, 63 e 110 de 5 e 8 de Março e 26 de Abril de 1849, não podia ter licença com ordenado por inteiro, mesmo por molestia, por mais de seis mezes, incluindo os tres da licença dada pela Presidencia.

Estando, porém, declarado na Ordem do Thesouro n.º 23 de 28 de Janeiro de 1854, expedida de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 12 do mesmo mez, que o tempo maximo de licença com ordenado por inteiro, refere-se unicamente ao de seis mezes pelo qual o Governo póde dar licença com aquelle vencimento, nos termos do art. 93 da Lei de 24 de Outubro de 1832, e não as de tres mezes, porque os Presidentes de Provincias as podem tambem conceder com aquelle ordenado, como lhes permittem o Decreto n.º 247 de 13 de Novembro de 1842 e a Lei de 3 de Outubro de 1834, art. 5.º, § 14; não póde prevalecer o despacho do Sr. Inspector fundado nas citadas Decisões, hoje invigoradas pela ordem já referida n.º 23 de 28 de Janeiro de 1854, que é a ultima disposição sobre a materia em questão.

E, como a petição inclusa, que acompanhou o citado officio do Sr. Inspector, não está sellada, lhe ordena que a faça agora sellar com revalidação, sendo de esperar que não se reproduza semelhante falta em outros casos futuros.

Visconde de Albuquerque.

—Communicou-se na mesma data ao Ministerio da Justiça.

N. 529. — FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1862.

Todos os responsaveis da Fazenda Nacional devem prestar contas revestidas de todas as formalidades legais.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 28 de Maio ultimo, relativamente ao pagamento de despesas com os serviços de Colonisação e catechese na Provincia do Paraná, passo ás mãos de V. Ex., inclusa por

copia, a informação da 1.^a Secção da Thesouraria da mesma Província que pela mesma Thesouraria me foi transmittida em officio de 13 de Outubro proximo passado; ao que acrescentarei que o Thesouro não pôde, sem preterição da legislação fiscal, adoptar providencia alguma no sentido de alliviar os responsaveis da Fazenda Nacional da prestação das respectivas contas, revestidas de todas as formalidades legais, e que antes cumpre a estes responsaveis, de qualquer natureza que sejam, sujeitarem-se ao preenchimento dos requisitos exigidos pelas Estações Fiscaes para a legalidade dos documentos da despeza que fazem por conta dos cofres publicos, do que esquivarem-se ao cumprimento desse dever, imaginando pretextos, quasi sempre infundados, com os quaes unicamente conseguem fazer pairar sobre sua probidade mais de uma justificada suspeita.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.

N. 530.—FAZENDA.—Circular em 12 de Novembro de 1862.

Devem ser remettidos ao Thesouro os recursos interpostos, pelos Procuradores Fiscaes, das decisões das Presidencias de Provincias sobre despachos das Thesourarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que devem ser remettidos ao Thesouro os recursos interpostos para o Governo Imperial, pelos Procuradores Fiscaes das mesmas Thesourarias, das decisões das Presidencias de Provincias proferidas sobre despachos das Thesourarias de Fazenda, que devão ser submettidos á deliberação das mesmas Presidencias, nos termos do art. 23 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro e Decisões n.ºs 149, 160 e 203 de 21 de Junho, 5 de Julho e 9 de Agosto de 1859, e n.º 389 de 3 de Julho de 1861.

Visconde de Albuquerque.

N. 531. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 13 de Novembro de 1862.

Crêa um centro colonial em Ribeirão das Lages, e dá instrucções ácerca do mesmo.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 13 de Novembro de 1862.

Convencido o Governo Imperial de que o meio de conseguir para as colonias do Mucury o desenvolvimento, de que são susceptíveis, consiste em attrahir ao centro das mesmas, maior numero de população, e desejoso ao mesmo tempo de fazer extensivas aos nacionaes as mesmas vantagens, que tem sido concedidas aos colonos europeos, resolveu crear um novo centro colonial no Ribeirão das Lages, na estrada, que vai de Santa Clara a Philadelphia, no qual serão estabelecidos os naturaes do paiz, que ahi se queirão fixar, destinando-se á profissão agricola. Para desempenho desta commissão observará Vm. as Instrucções, que vão annexas ao presente Aviso, esperando-se do seu zelo que empregará os esforços necessarios para que os desejos do Governo sejam fielmente satisfeitos, promovendo-se assim a prosperidade dessas colonias confiadas á sua direcção.

Deus Guarde a Vm. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*—Sr. Director das Colonias do Mucury.

Instrucções por que se deve dirigir o Director das Colonias do Mucury encarregado da fundação de um novo centro colonial no Ribeirão das Lages.

Art. 1.º O Director da Colonia do Mucury fica autorisado a crear no Ribeirão das Lages um novo centro colonial, que será composto de nacionaes ou estrangeiros, que ahi se quizerem estabelecer.

Art. 2.º O territorio da nova colonia começará das cabeceiras do morro do Capum até o limite da Colonia militar do Urucú.

Art. 3.º Cada prazo colonial será de cem mil braças quadradas, tendo de frente na margem do Ribeirão duzentas e cincoenta braças.

Art. 4.º Os prazos, depois de medidos, demarcados e numerados, serão vendidos aos colonos, que os pretenderem, aos quaes se dará o competente titulo, logo que estiverem na respectiva posse.

Art. 5.º O preço desses prazos será de meio real a braça quadrada para o colono, que queira pagar o importe á vista,

e de um real para os que preferirem pagar em cinco prestações annuaes a contar do segundo anno. Um e outro pagarão além do custo da terra a importancia da medição, que nunca excederá de trinta réis por braça corrente.

Art. 6.º Estes prazos, bem como quaesquer bemsfeitorias, que nelles forem feitas, sãõ hýpothecados ao pagamento da divida do colono, e não poderãõ ser transferidos antes de effectuado este, sem prèvia informação do Director e approvação do Governo Imperial, e mediante a clausula expressa de que o comprador ou cessionario ficarãõ obrigados aos mesmos onus da hypothecca e real embolso.

Art. 7.º O colono, que, depois de empossado, abandonar o seu prazo colonial, perderá depois de seis mezes o direito a elle, que no entretanto poderá ser vendido a outro qualquer, que o pretender.

Art. 8.º Cada colono, que durante esse periodo se fôr alli estabelecer, perceberá durante os seis primeiros mezes, a titulo de subsidio de primeiro estabelecimento, uma diaria de quatrocentos réis por cada pessoa adulta maior de dez annos, e de duzentos réis se fôr menor de dez.

Art. 9.º Se os colonos preferirem receber a diaria em generos, poderá o Director concedê-la, e neste caso se regulará na sua distribuição pela tabella da colonia de Philadelphia.

Art. 10. No caso de que os colonos, uma vez estabelecidos e arranchados, se queirão empregar nos trabalhos do descortinamento, limpeza, e conservação da estrada de Santa Clara ao Alto dos Bois, o Director o poderá permittir, mediante as condições estipuladas com a commissão encarregada desses serviços.

Art. 11. O Director mandará levantar a planta da nova colonia para ser enviada á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 12. Terá o Director um livro especialmente destinado á matricula dos colonos a qual será feita pela ordem numerica dos prazos, que forem distribuidos.

Art. 13. Para que o Governo Imperial possa formar idéa do augmento gradual, que fôr tendo a colonia, o Director remetterá trimestralmente um mappa estatistico da população nacional, que fôr para elle affluindo com determinação de sexos e idades.

Art. 14. O Director, Barão O'Byrn, escolherá um lugar apropriado para séde da futura administração colonial, reservando terrenos para edificação da Igreja, escola, presbyterio, prisão, quartel e cemiterio.

Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 13 de Novembro de 1862.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.*

N. 532.—FAZENDA.—Em 14 de Novembro de 1862.

Sobre despacho livre de direitos de materiaes estrangeiros comprados no porto, havendo necessidade de ordem expressa do Thesouro para ter elle lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1862.

Communico a V. S., para seu coñhecimento e devidos effeitos, que fica approvada a deliberação, que tomou, de conceder despacho livre de direitos aos materiaes necessarios para as obras da Companhia—Rio City Improvements—, que fossem comprados neste porto, considerando-os como se importados fossem do exterior para a mesma Companhia, conforme V. S. participou em seu officio n.º 243 de 25 de Setembro ultimo; ficando, porém, V. S. na intelligencia de que para semelhantes despachos faz-se mister ordem expressa do Thesouro, nos termos do art. 512, § 21 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N. 533.—FAZENDA.—Em 14 de Novembro de 1862.

Sobre a cobrança do imposto do sello de licenças passadas pela Illustrissima Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1862.

Communico á Ill.^{ma} Camara Municipal da Córte, em resposta ao seu officio de 22 de Outubro proximo passado, que, á vista do que pondera o Contador da mesma Camara na representação que acompanhou aquelle officio, ficão sem effeito as exigencias, constantes da Portaria de 29 de Setembro ultimo, relativamente á cobrança do sello das licenças, devendo subsistir a este respeito a antiga pratica de conformidade com o disposto no art. 23 do Regulamento da Contadoria da referida Camara.

Visconde de Albuquerque.

N. 534. — FAZENDA. — Em 15 de Novembro de 1862.

Os recursos interpostos pelas partes das decisões das Thesourarias sobre negocios pertencentes aos outros Ministerios devem ser a elles remettidos directamente e não ao da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe que, pertencendo ao Ministerio da Guerra o conhecimento e solução do recurso do Dr. Guilherme Pereira Rebello, interposto da multa, que lhe foi imposta como empreiteiro da obra do Quartel da Companhia de Caçadores da dita Provincia, a que se refere o officio da mesma Thesouraria de 14 de Agosto de 1860, áquelle Ministerio e não ao Thesouro devia ser dirigido o referido recurso, nos termos do que dispõe a resolução de consulta de 22 de Outubro de 1856 e art. 23 do Decreto de 29 de Junho de 1859, cuja fiel observancia lhe tem por muito recommendado.

Visconde de Albuquerque.

N. 535. — FAZENDA. — Em 15 de Novembro de 1862.

O terreno artificial ganho sobre o mar está sujeito ao pagamento de fôro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1862.

Sirva-se V. S. declarar ao Director das Obras Publicas e Navegação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em resposta ao seu officio de 30 de Outubro proximo passado, que, na fôrma das disposições fiscaes em vigor, o terreno artificial sobre o mar que pela Companhia — City Improvements — fôr feito, junto ao mercado da Gloria, para ali edificar a casa de machinas eapparelhos necessarios á mesma Companhia, está sujeito ao pagamento de fôro, depois de medido e demarcado; para o que se deverá recommendar á dita Repartição que mande proceder á devida demarcação e avaliação pelos seus agentes de accordo com o respectivo Lançador da Recebedoria.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Albuquerque.* — Sr. Dr. Procurador Fiscal interino do Thesouro Nacional.

N. 536.—FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.

Os Commandantes das Companhias dos Guardas das Alfandegas não tem direito a maior vencimento quando servem de Ajudantes do Guarda-mór, no impedimento destes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro, que foi indeferido o requerimento, que acompanhou o seu officio n.º 221 de 7 de Outubro proximo findo, no qual o Commandante da Companhia dos Guardas da Alfandega da Cidade do Rio Grande, Joaquim Francisco da Cunha Sá e Menezes, pedia se lhe mandasse pagar a gratificação de dous mil réis diários, do tempo em que esteve destacado na barra da Provincia, por impedimento do Ajudante do Guarda-mór; porquanto aos Commandantes e Officiaes da força dos Guardas incumbe, na forma do art. 149, § 2.º, do Regulamento das Alfandegas, coadjuvar o serviço a cargo do Guarda-mór e seus Ajudantes, e com estes revexar no de rondas, patrulhas, visitas e de commando dos registros ou ancoradouros; e por conseguinte o supplicante substituo regular e naturalmente no destacamento da barra da Provincia o Ajudante do Guarda-mór para os fins do art. 334 do citado Regulamento, e, tendo percebido na qualidade de Commandante dos Guardas, além do soldo, uma gratificação e etapa, não se lhe póde conceder mais uma outra gratificação addicional, qual a que requereu, pelo mesmo serviço; e menos ainda segunda etapa, ou aquelle vencimento diario de dous mil réis, tanto mais sendo a etapa tambem diaria e comprehensiva portanto das differentes condições em que relativamente á sua alimentação póde achar-se o Commandante da Companhia dos Guardas.

Visconde de Albuquerque.

N. 537.—FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.

Sobre moratorias para o pagamento de alcances de responsaveis da Fazenda Nacional, e suspensão das execuções judiciais pendentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1862.

Ill.ª e Ex.ª Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que o Tribunal do Thesouro Nacional

indeferio a supplica do Coronel José Francisco de Miranda Ozorio, constante do memorial que dirigio a este Ministerio, relativamente não só á moratoria de dez annos para solver o alcance do seu finado sogro, o Coronel Manoel Antonio da Silva Henriques, como Thesoureiro dos dizimos e subsidios da cidade da Parahyba, mas tambem á suspensão da execução contra os herdeiros deste; porquanto não se pôde mandar sustar execuções pendentes contra os devedores da Fazenda senão depois de passadas as letras que devem ser accitas na forma da lei, e nem conceder moratorias, enquanto não é conhecida a importancia dos alcances.

A respeito do de que se trata ainda a Thesouraria dessa Provincia não satisfiz ao que lhe foi determinado pela Ordem n.º 36 de 23 de Setembro ultimo, e o Thesouro ignora portanto qual o resultado da respectiva liquidação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia do Piauhý.

N. 538.—FAZENDA.—Em 15 de Novembro de 1862.

Competindo ao Ministerio da Fazenda a nomeação dos Commandantes e Officiaes da Força Maritima das Alfandegas, só o mesmo Ministerio pôde conceder a demissão que fór pedida por aquelles empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Transmitto a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 61 de 30 de Setembro deste anno, o titulo incluso pelo qual José Thomaz do Couto foi confirmado no lugar de Fiel do hiato de ronda á vela da Alfandega dessa Provincia, para que tinha sido nomeado interinamente por V. Ex.; e por esta occasião devo declarar a V. Ex. que, competindo a este Ministerio, de conformidade com o art. 66 do Regulamento das Alfandegas, a nomeação dos Commandantes e Officiaes da Força Maritima das Alfandegas do Imperio, não podia ser concedida a demissão daquelle lugar pedida por Firmino Herculano da Silva, senão pelo mesmo Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 339.—GUERRA.—Em 13 de Novembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar, declarando que ao Alferes Antonio Raymundo Ferreira Rubim se devia levar em conta no seu tempo de serviço o periodo decorrido da data, em que assentára praça no Corpo de Artilharia de Marinha, até o em que teve baixa do serviço da Armada.

Senhor. — Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data do 1.^o de Agosto do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar, para consultar, a inclusa informação da mesma Directoria sobre o memorial, em que o Alferes do 5.^o Batalhão de Infantaria, Antonio Raymundo Ferreira Rubim, pede o deferimento da supplica, que dirigio ao mesmo Augusto Senhor, para obter indemnisação da preterição, que allega ter soffrido em dous de Dezembro do anno proximo passado. Allega o petionario que requerêra em 20 de Dezembro ultimo indemnisação da preterição, que soffrêra a 2 de Dezembro do dito anno, e, como não tenha até o presente obtido deferimento, pede, portanto, lhe seja concedida a Graça, que solicitou. O Tenente General, Ajudante General do Exercito, em sua informação, declara que o requerimento do supplicante já fôra informado, e em 16 deste anno enviado ao Conselho Supremo Militar, d'onde ainda não voltou; que nessa informação não se julgava o supplicante preterido, porque, posto que contasse, em virtude da Resolução de 27 de Abril do anno proximo passado, mais tempo de serviço do que os dous Officiaes, de cuja promoção se queixava, comtudo era elle mais moderno no assentamento de praça, o qual é o que vale para as promoções segundo o Aviso de 6 de Agosto de 1855; que, posteriormente a essa informação, e quando se confeccionava o almanak do corrente anno, obteve um Official, como se vê da Ordem do Dia n.^o 310, que se lhe computasse na antiguidade relativa entre seus camaradas o tempo de serviço prestado como Aspirante a Guarda Marinha, o que parece confirmar o principio de que o tempo de serviço anterior á praça, quando é mandado contar, por ter o individuo servido antes nos Corpos da Armada, deve ser computado nas antiguidades relativas dos Officiaes; e finalmente que o tempo, que o supplicante obteve contar pela Resolução de 27 de Abril do anno findo, foi por ter sido do Corpo de Artilharia de Marinha, portanto, ávista do que fica dito lhe parece dever-se-lhe tambem computar hoje esse tempo na sua antiguidade relativa, e nesse caso se acha actualmente preterido pelos dous Officiaes de que trata em seu requerimento, não na época da promoção, por então ainda não se achar decidido que o tempo, que se lhe contou, era daquelles, que devia influir na sua collocação no almanak. Parece ao Conselho que o Alferes do 5.^o Batalhão de Infantaria, Antonio Raymundo Ferreira Rubim, está no caso de ser benignamente attendido, visto que militão

as razões, que levárão este Tribunal, por occasião da pretensão inicial do peticionario, a submeter á apreciação de Vossa Magestade Imperial a Consulta de 31 de Março deste anno, a qual, por copia, tem a honra de offerecer á Vossa Magestade Imperial. Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1862. — *Barão de Suruhy.* — *Barão de Tamandaré.* — *Carvalho.* — *Bellegarde.* — *Fonseca.*

Como parece.—Paço em 15 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

Senhor.—Mandou V. M. Imperial, por Portaria expedida pela 2.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 16 de Janeiro do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar, para Consultar, o incluso requerimento, em que o Alferes do 5.^o Batalhão de Infantaria, Antonio Raymundo Ferreira Rubim, pede indemnisação do pretiração. Allega o peticionario que, na promoção de 2 de Dezembro ultimo, fôra preterido pelos Alferes João Gonsalves Pimenta, e Carlos Magno da Silva, promovidos a Tenentes, por estudos, sendo mais modernos que o Supplicante, que tambem tem o curso d'arma, e que, em virtude da Imperial Resolução de 27 de Abril de 1861, conta antiguidade de praça de 16 de Abril de 1846 a 4 de Dezembro de 1848, pede, portanto, ser promovido a Tenente com antiguidade de 2 de Dezembro do anno findo, segundo o disposto no art. 31 do Regulamento de 31 de Março de 1851. Da Fé do Officio junta consta que o Supplicante nascêra em 1831, assentára praça voluntaria a 8 de Novembro de 1851, sendo reconhecido 1.^o Gadete em 14 do dito mez, passou a 2.^o Sargento a 26 de Maio de 1855; promovido a 2.^o Tenente para a arma de Artilharia por Decreto de 2 de Dezembro de 1856, e transferido para a de Infantaria em 10 de Setembro de 1859, por se achar comprehendido na 2.^a parte do art. 25 do Regulamento, que baixou com o Decreto de 31 de Março de 1851; que obtivera tres mezes de licença, que tem sido elogiado por vezes; o que, pela Imperial Resolução de 27 de Abril de 1861, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, se mandou contar ao Supplicante o tempo, decorrido de 16 de Abril de 1846 a 4 de Dezembro de 1848, em que servio no Corpo de Artilharia de Marinha.

O Brigadeiro Ajudante General interino do Exercito informa que, entende não poder ser attendida a pretensão do Supplicante, por não ter elle sido preterido, como suppõe, porquanto sendo os referidos Tenentes Alferes da mesma data,

que o Supplicante, é este mais moderno do que elles no assentamento de praça, o art. 8.º da Lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850 mui expressamente estatue que a antiguidade para o accesso seja contada da data do Decreto, que conferio o posto, em igualdade desta, da do posto anterior, e, quando ainda seja igual da do assentamento de praça, caso em que se achão os dous Tenentes promovidos, que sendo mais antigos no assentamento de praça do que o Supplicante não foi este preterido; que a Resolução de 27 de Abril ultimo concede ao Supplicante antiguidade de serviço e não de praça, o que é muito differente, e nem declara em conformidade de que Lei foi ella concedida. Que, finalmente, lembra que, quando se fizessem taes concessões aos Officiaes, seria conveniente explicar-se quando ellas devião influir para o Habito de Aviz e reforma, ou tambem para a promoção, afim de evitar-se reclamações, sendo que isto é tanto mais necessario quanto convem, por notas uniformes, determinar no Almanak militar as antiguidades dos Officiaes, e seus direitos á contagem do tempo de serviço para os diversos misteres, que a Lei distingue.»

Parece ao Conselho que o Alferes do 5.º Batalhão de Infantaria, Antonio Raymundo Ferreira Rubim, está no caso de obter a indemnisação requerida, visto que a Imperial Resolução de Consulta deste Tribunal de 27 de Abril do anno proximo passado o collocou nas circumstancias de ser comprehendido nas disposições do art. 31 do Regulamento de 31 de Março de 1851. — O Conselheiro de Guerra, Antonio Pedro de Carvalho, não se conformando com o voto da maioria do Conselho, e sim inteiramente com o que expendeu o Ajudante General interino em sua informação, seu voto é que seja indeferida a pretensão do Supplicante, pelas mesmas razões dadas pelo mencionado Ajudante General.

Rio de Janeiro, 31 de Março de 1862.—*Barreto.*—*Visconde de Cabo Frio.*—*Barão de Surubhy.*—*Carvalho.*—*Cabral.*—*Moraes.*—*Ancora.*—*Bellegarde.*—Conforme.—*João Alves Xavier de Mello,* Official Maior graduado.

Senhor.—Mandou V. M. Imperial, por Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 7 de Março proximo preterito, remetter ao Conselho Supremo Militar o requerimento incluso, em que o Alferes do 5.º Batalhão de Infantaria, Antonio Raymundo Ferreira Rubim, pede que se lhe mande addicionar ao tempo, que conta de serviço no Exercito, o que servio na qualidade de Aspirante a Guarda Marinha, afim de que o mesmo Conselho dê seu parecer sobre semelhante pretensão.

Allega o supplicante que assentára praça voluntario no Corpo de Artilharia de Marinha, até que foi escuso do serviço, pede,

portanto, que se lhe mande adicionar ao tempo, que tem de serviço no Exército, aquelle em que servio na Marinha.

Instrue o supplicante a sua pretensão com os documentos seguintes: uma certidão passada pela Secretaria da Academia de Marinha em 1852, na qual se declara que por Aviso de 2 de Março de 1847 passára do Corpo de Artilharia de Marinha para Aspirante a Guarda Marinha, tendo alli assentado praça voluntariamente em 16 de Abril de 1846, conforme a guia que apresentára; que se matriculára logo no 1.º anno do curso respectivo da mesma Academia, e que, por Aviso de 4 de Dezembro de 1848, se lhe mandou dar baixa. E o Titulo da admissão de Aspirante a Guarda Marinha datado de 3 de Março de 1847.

« O Chefe da respectiva Secção da 2.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra informa, dizendo, que lhe parece, que o supplicante está no caso de contar o tempo, que servio na Armada. »

Parece ao Conselho, conformando-se com a informação do Marechal de Campo, Ajudante General do Exército, que o Alferes do 5.º Batalhão Antonio Raymundo Ferreira Rubim, está no caso de se lhe levar em conta no tempo, que tem de serviço, o periodo decorrido de 16 de Abril de 1846, em que assentára praça no Corpo de Artilharia de Marinha, até 4 de Dezembro de 1848, em que teve baixa do serviço da Armada.

Rio de Janeiro 22 de Abril de 1861.—*Alvim.*—*Barreto.*—*Barão de Surubhy.*—*Carvalho.*—*Bitancourt.*—*Cabral.*—*Bellegarde.*—*Moraes Ancora.*

Como parece.—Paço, em 27 de Abril de 1861.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caxias.

N. 540.—FAZENDA—Em 17 de Novembro de 1862.

Sobre as Thesourarias não precisarem da decisão do Thesouro quando infligirem aos Collectores e seus Escrivães as penas prescriptas nos Decretos de 20 de Novembro de 1850 e de 22 de Novembro de 1851, ainda mesmo sendo aquelles Agentes Fiscaes da classe dos empregados de Repartições extinctas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Accuso recebido o officio reservado que V. Ex.ª dirigio-me em 24 de Setembro ultimo, cobrindo o

do Inspector da Thesouraria de Fazenda do dia 19, e papeis annexos, tudo ácerca da falta que commettêrão o Collector e Escrivão da Collectoria da Capital dessa Provincia, deixando de abrir de novo a Repartição a seu cargo, como lhes fôra ordenado, a fim de cobrar-se o sello de um passaporte expedido nesse dia: e em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que, para a punição dos referidos empregados, não carecia a Thesouraria da decisão que solicita do Thesouro a semelhante respeito, visto como pelo art. 63 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1830, e art. 31, § 3.º do de 22 de Novembro de 1831, n.º 870, acha-se ella investida de autoridade para infligir-lhes algumas das penas ali prescriptas, segundo o gráo em que reputar essa falta.

Pelo art. 5.º, § 8.º da Lei n.º 38 de 8 de Outubro de 1834, e conforme o disposto na Ordem n.º 75 de 14 de Outubro de 1843, estava tambem V. Ex. autorizado para resolver sobre o caso vertente, sem que servisse de embaraço, pelo facto de serem os referidos empregados da extincta Recebedoria da dita Provincia, a Ordem n.º 227 de 4 de Outubro de 1832, quando a pena a applicar fosse a de demissão; porque essa Ordem, comquanto firmasse o direito que tem os empregados das extinctas Recebedorias do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul a ser mantidos no gozo dos respectivos vencimentos, nem por isso inibe o Governo de dar-lhes o destino que julgar mais conveniente, e de demittir-los quando commettão alguma falta tão grave que reclame esta pena, ou ainda de pô-los em disponibilidade; caso em que só deverão os de que se trata e os mais em idênticas circumstancias perceber a parte do vencimento correspondente ao ordenado fixo do emprego que exercião nas Recebedorias, por não poder aproveitar-lhes, quando dispensados das commissões em que se achão, a deliberação contida na 2.ª parte da citada Ordem n.º 227, visto restringir-se a mesma deliberação aos empregados não encartados nos lugares das Collectorias então creados para substituirem aquellas Repartições.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

—No mesmo sentido expedio-se em igual data Ordem á Thesouraria de Fazenda.

N. 541.—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.

Assentamento de uma Provisão de Vigario encomendado ap esse itada em extracto por certidão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio do Janeiro em 18 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas, que foi deferido o recurso, que acompanhou o seu officio n.º 75 de 26 de Setembro ultimo, interposto pelo Padre Bernardo Leite Ferreira da decisão da mesma Thesouraria, que recusou fazer o assentamento da Provisão do recorrente como Vigario encomendado da Freguezia da Borda da Matta, pelo fundamento de que, tendo-se extra-viado a dita Provisão, fôra, em lugar desta, apresentada, não uma certidão do theor da mesma Provisão, mas sim outra ex-trahida do registro nos livros da Camara Ecclesiastica do Bis-pado de S. Paulo, os quaes não contém a peça registrada em toda a sua integra, mas sómente em extracto : porquanto, es-tando perdido o original da Provisão, não sendo de estylo ficar na Camara Ecclesiastica copia integral das Provisões, não pôde o recorrente ser privado da congrua que venceu legi-timamente e em virtude de nomeação legal, como fez certo pelos documentos que exhibio.

Visconde de Albuquerque.

N. 542.—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.

Declarando não caber nas attribuições das Presidencias das Provincias au-torizar sob sua responsabilidade uma despesa com o concerto de arma-mento da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Segundo consta do officio dirigido aeste Ministerio em 12 de Agosto ultimo, n.º 63, pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, pagou a dita Repartição ao Com-mandante Superior da Guarda Nacional do Municipio da Dia-mantina, pela despesa proveniente do concerto do respectivo armamento, a quantia de 490\$000, excedendo em 20\$000, por ordem e sob a responsabilidade da Presidencia, o credito da

verba competente do exercício de 1861—1862: e como, nos termos do Decreto do 1.º de Fevereiro do corrente anno, não cabia nas attribuições da mesma Presidencia autorisar por tal modo semelhante pagamento, julgo acertado assim o declarar a V. Ex. embora não seja avultada e quantia excedente, a respeito da qual nesta data officio ao Ministerio da Justiça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 543.—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1862.

Sobre pedidos de augmento de credito para despezas e authorisação de pagamento destas pelas Presencias de Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente os officios do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso n.º 74 de 14 de Julho ultimo sobre o augmento de credito de 1:038\$340 para despezas da verba—Fabricas do Ministerio da Guerra—, exercicio de 1861—62 (a cujo respeito se officiou ao dito Ministerio) e n.º 76 de 7 de Agosto acerca da deliberação que tomou a Presidencia da Provincia de autorisar, sob sua responsabilidade, no actual exercicio, o pagamento das despezas a cargo da referida Thesouraria, visto que até então não havia chegado á Provincia a ordem da distribuição dos creditos, declara ao mesmo Sr. Inspector: quanto a este assumpto, que foi approvedo o acto da Presidencia; e quanto ao do officio n.º 74, que não procedeu regularmente; não só por ter havido demora no pedido, tanto mais notavel se, como deve concluir-se, a despesa para que pede o supplemento é de material, que não pôde ser autorizada pela Presidencia sob sua responsabilidade, mas tambem porque não remetteu a demonstração de tal supplemento. E porque assim deixou o Sr. Inspector de observar os arts. 2.º do Decreto de 1.º do Fevereiro deste anno, e 8.º da ordem de 17 de Junho de 1861, recommenda-lhe muito o fiel cumprimento das disposições n'elles contidas, bem como o que se acha prescripto nas circulares n.ºs 43 e 50, de 25 de Agosto e 13 de Setembro ultimos.

Visconde de Albuquerque,

N. 544.— JUSTIÇA.— Aviso de 18 de Novembro de 1862.

Ao Ministerio do Imperio.— Declara que, á vista dos principios firmados no Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847, ha incompatibilidade no exercicio dos cargos de Juiz de Paz e de Professor Publico.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.— Tendo José Isidoro dos Santos, Professor publico de primeiras letras da Cidade de Caruarú, na Provincia de Pernambuco, apresentado uma queixa á respectiva Presidencia contra a Camara Municipal da mencionada Cidade por não ter querido dar-lhe posse do cargo de Juiz de Paz, por julgar o exercicio deste incompativel com o daquelle emprego; entendeu o antecessor de V. Ex. que devia ouvir o parecer deste Ministerio, por isso que não se tratava do exercicio do cargo de Juiz de Paz unicamente quanto ás funcções eleitoraes, especificadas na Lei de 19 de Agosto de 1846, caso em que a decisão seria da exclusiva competencia do Ministerio do Imperio, e sim do exercicio das funcções judicias inherentes ao dito cargo: cabe-me, portanto, responder a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, a Quem tive a honra de apresentar a duvida proposta, Houve por bem Decidir que, a vista dos principios firmados no Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847, ha incompatibilidade no exercicio das funcções referidas, porquanto ha impossibilidade de ser qualquer dos dous cargos servido e desempenhado satisfactoriamente.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de estima e de consideração a V. Ex. a quem Deus Guardo.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*— Sr. Marquez de Olinda.

N. 545.— GUERRA.— Em 19 de Novembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando o modo, por que devem ser cumpridas as sentenças, proferidas contra réos militares, e condemnando-os á trabalhos de fortificações.

Senhor.— Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 2.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 8 de Outubro do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar, o officio incluso sob n.º 228 de 18 de Agosto do dito anno, em que a Presidencia da Provincia da Parahyba submette a deliberação do Governo Imperial a duvida, proposta á mesma Presidencia pelo

Decisões do Governo.

Coronel Commandante do Corpo de Guarnição daquella Provincia, ácerca do modo por que deve dar execução ás sentenças, pelas quaes forão condemnados dous Soldados do dito Corpo a dous annos de prisão com trabalhos de fortificação, visto não se poder alli fazer effectivos semelhantes trabalhos: a fim de que o mesmo Conselho Supremo Militar consulte sobre esse objecto, para estabelecer-se regra em referencia ás Provincias, aonde não possam haver semelhantes trabalhos, principalmente quando, por muito longiquas, fôr difficil e dispendiosa a condução para outras dos sentenciados a elles; dando-se, além desses inconvenientes, o demais possibilidade de fuga dos réos, e o de serem distrahidas por muito tempo de serviço de seus corpos as praças empregadas nas escoltas, que tiverem de acompanhá-los.

« O Presidente da Provincia da Parahyba, em seu supracitado officio, diz que, consultando o Coronel Commandante do Corpo de Guarnição da mesma Provincia, como dar integral cumprimento á sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, condemnando á dous annos de prisão com trabalhos de fortificações os Soldados Aniceto José Alves e Eduardo Antunes, visto que alli não existem semelhantes trabalhos, submette á decisão ao Governo Imperial a mencionada consulta.»

« O Tenente General, Ajudante General do Exercito, informando sobre a materia sujeita, declara que, na dita Provincia, existe a Fortaleza do Cabedello, de 2.^a ordem, que tem uma guarnição de 6 praças inclusive o Commandante, e que, não tendo ella, porém, a segurança necessaria para prisão de sentenciados, lhe parece conveniente, que os referidos Soldados sejam remettidos para a Fortaleza de Santa Cruz, a fim de cumprirem ahi as sentenças, a que forão condemnados.»

Parece ao Conselho, que as sentenças proferidas contra os réos Aniceto José Alves, e Eduardo Antunes; bem como as que forem proferidas contra individuos em identicas circumstancias, serão convenientemente cumpridas, sendo os réos empregados em trabalhos de fortificações nas Provincias, em que se acharem; e, na falta desses, em quaesquer outros trabalhos militares.

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1862.— *Alvim.*— *Barreto.*— *Marquez de Caxias.*— *Visconde de Cabo Frio.*— *Barão de Suruhy.*— *Barão de Tamandaré.*— *Carvalho.*— *Bellegarde.*— *Fonseca.*

*Como parece.— Paço em 19 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 546.—FAZENDA.—Em 19 de Novembro de 1862.

Prazo para (execução das Leis depois de sua publicação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1862.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Córte, em solução á consulta feita em seu officio de 15 de Outubro proximo passado n.º 162, que, mandando a Ordenação, Livro 1.º, Titulo 2.º, § 10, que as leis tenham execução na Córte 8 dias depois de sua publicação, disposição determinada pela Ordem n.º 273 de 21 de Setembro de 1858, bem entendeu o Sr. Administrador que das appellações interpostas até o dia 23 de Setembro ultimo, por ter sido oficialmente publicada a Lei n.º 1.177 de 15 deste mez, se devia pagar a multa do Decreto de 13 de Fevereiro de 1861, não sendo devida taxa alguma dos processos, cujas sentenças da 1.ª instancia tiverem sido dadas á execução no referido tempo, salvo se houver embargos de terceiros ou artigos de preferencia, sujeitos á dizima, na forma do art. 2.º § 3.º do Regulamento de 9 de Abril de 1862.

Visconde de Albuquerque.

N. 547.—FAZENDA.—Em 19 de Novembro de 1862.

Sobre a cobrança do imposto de 2 % substitutivo da dizima de chancellaria restabelecido pela Lei de 29 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1862.

Sirva-se V. S. declarar ao Administrador da Mesa de Rendadas de Mangaratiba, em resolução á consulta constante do seu officio de 7 de Outubro proximo passado, que nas causas processadas durante o regimen do Decreto de 13 de Fevereiro de 1861, e pendentes de execução quando foi publicada a Lei de 19 de Setembro deste anno, o imposto de 2 % substitutivo da dizima da Chancellaria, restabelecido por esta Lei, deve ser cobrado antes da execução da sentença, nos termos do Regulamento n. 413 de 10 de Junho de 1845, art. 1.º

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 548.—FAZENDA. — Em 19 de Novembro de 1862.

Casos em que as Thesourarias de Fazenda não devem cumprir as ordens dos Presidentes de Provincia autorizando despezas ainda mesmo com a clausula de ser sob sua responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina n. 55 de 9 de Julho ultimo, em que lhe communicou a despesa da quantia de 7:000\$000, que, pela verba—Obras Publicas Geraes e auxilio ás Provinciaes — do exercicio corrente fizera, por ordem e sob a responsabilidade da Presidencia da mesma Provincia, com o pagamento a Francisco Ribeiro Martins, de serviços feitos na estrada de Lages, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, não se achando a ordem da Presidencia, que autorizou aquella despesa, comprehendida nos termos do Decreto de 7 de Maio de 1842, nem no do 1.º de Fevereiro do corrente anno, que o additou, irregular foi o seu procedimento em cumpri-la, preterindo de mais as formalidades legais, isto é, deixando de ouvir sobre a materia o Procurador Fiscal, e não exigindo da Presidencia a sua expressa responsabilidade, na referida ordem, como determina a parte final do art. 8.º do citado Decreto do 1.º de Fevereiro; cumprindo ainda observar ao Sr. Inspector que sem a autorização do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, transmittida pelo da Fazenda nos termos do art. 53 do Decreto de 22 de Novembro de 1851, não poderá ser excedido o credito de 15:000\$000, reduzido já a 8:000\$000, concedido para obras geraes e auxilio ás provinciaes pela ordem de 18 de Junho do corrente anno n. 28, nem ainda sob responsabilidade da Presidencia, sob pena de proceder-se contra essa Inspectoria como fôr de direito.

Visconde de Albuquerque.

—Officiou-se na mesma data ao Presidente da Provincia.

N. 549.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina communicando a Resolução que tomou S. M. o Imperador sobre algumas leis da mesma Provincia, promulgadas no corrente anno.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Novembro de 1862.

III.^{mo} o Ex.^{mo} Sr.—Sobre as Leis dessa Provincia promulgadas no corrente anno foi ouvida e Secção dos Negocios do Imperio do Conselho da Estado; e Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por sua Immediata Resolução de 15 do corrente mez com o Parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 22 de Outubro proximo passado, Manda submeter as ditas Leis ao conhecimento da Assembléa Geral Legislativa, e declarar a V. Ex. o seguinte:

1.^o Na Lei n.^o 520 de 2 de Maio (Posturas da Camara Municipal da cidade de Lages) são dignos de reparo os §§ 2.^o, 3.^o, 4.^o, 10, 12, 13 e 14, os quaes, sendo relativos ao exercicio da Medicina e Pharmacia, e á policia sanitaria, contém materia acautelada por Lei e Regulamento geraes (Decs. n.^o 520 do 14 de Setembro de 1850, e n.^o 828 de 29 de Setembro de 1851).

O art. 21 dessa mesma Lei diz: «Ninguem poderá lançar ou consentir que se lancem aguas infectadas ou outras immundicias nas ruas, quintaes, pateos, e canos de casas.» Esta disposição será origem de desavenças e rixas se fôr executada, por não se achar definido até que ponto se pôde entender o consentimento.

Os arts. 44 e 45, prohibindo que se corra a cavallo nas ruas da cidade e freguezias, e que nesses lugares se domem animaes, impõe uma pena exorbitante, além da prisão e multa: é a venda do animal. Para tanto não estão as Camaras Municipaes autorizadas pelo seu Regulamento.

O art. 54, dando providencias sobre incendios, e encarregando ao Fiscal de applicar meios para extingui-los, concluo assim: «Aquelle que se negar ás requisições do Fiscal para tal fim será multado em 4\$000, ou soffrerá a pena de 24 horas de prisão não tendo com que pagar a multa.» Esta disposição por sua generalidade pôde dar azo a abusos dos Fiscaes.

No art. 57 autorisa-se a colheita da herva mate nos matos das terras devolutas, precedendo licença do Presidente da Provincia. Mas nem as Camaras Municipaes, e nem as Assembléas Provinciaes podem dispôr da propriedade Nacional. Não podem tão pouco regular a fiscalisação dos hervaes existentes em taes terras, como se faz no art. 60.

Os arts. 85, 86, 99 e 100, que obrigão o povo ao concerto das estradas, offendem a liberdade individual, e importão uma especie de imposto ou onus pessoal, para o qual as Camaras não tem faculdade.

O art. 107 na parte que manda arrematar os animaes, que forem encontrados vagando pelas ruas á noite, excede os limites de uma postura. Nem os bens chamados do —Evento— são postos em hasta publica tão peremptoriamente.

2.º O art. 3.º dos approvados pela Lei n.º 524 (Posturas da Camara Municipal da Cidade da Laguna) manda que sejam apprehendidos pelo Fiscal e arrematados em hasta publica os animaes, que forem encontrados vagando pelas ruas da Cidade, e que se não comece a quem pertencem, se dentro de 48 horas não forem reclamados por seus donos, revertendo o producto liquido da arrematação em favor do cofre da Camara. Esta disposição não póde subsistir. Esses animaes tem a natureza dos bens chamados do —Evento—, e é-lhes applicavel o que está disposto pelas Leis ácerca dos bens vagos. Além disso em nenhum caso deveria todo o producto da arrematação pertencer á Camara, mas tão sómente aquelle correspondente á multa; o mais cumpria que ficasse em deposito para a todo tempo ser entregue ao dono, quando apparecesse, salva a prescripção.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 550. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 20 de Novembro de 1862.

Deliberando não vender terras publicas senão ás pessoas que por si ou por companhias ou empresas se acharem habilitadas para as cultivar.

3.ª Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 20 de Novembro de 1862.

Tendo o Governo Imperial deliberado não autorisar a concessão de terras a titulo de venda senão ás pessoas, que as queirão effectivamente cultivar e na extensão proporcionada ás forças de que disponhão, convém que V. Ex., quando houver de informar sobre pedidos dessa natureza, declare ao mesmo tempo se os pretendentes são na realidade levados pelo indicado proposito e se possuem meios para effectuar a cultura por si ou mediante qualquer Companhia ou empreza. Carecendo, portanto, este Ministerio de informações desta ordem, não póde attender ao que V. Ex., relativamente aos requerimentos de João Theotomeo Rodrigues e José Martinho Rodrigues, expõe em seu officio de 30 do mez proximo passado, que assim fica respondido.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 551. — IMPERIO. — Aviso de 22 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão, para que expeça as ordens necessarias, a fim de que produza os devidos effeitos a Portaria da licença concedida a um Parocho, não obstante ter decorrido o prazo para a sua apresentação.

6.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo em consideração o que expõe o Padre Mauricio Fernandes Alves, Vigario collado da freguezia de S. Joaquim do Bacanga, no requerimento transmittido com o officio de V. Ex. de 22 do mez findo, haja V. Ex. de expedir as suas ordens, para que produza todos os seus effeitos a Portaria de 21 de Março ultimo, que concedeu ao dito Vigario um anno de licença com o vencimento da respectiva congrua, visto não resultar de omissão sua a demora que houve na apresentação da referida Portaria, que devolvo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 552. — IMPERIO. — Aviso de 22 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia da Bahia declarando que o facto, de ter sido approvada por governo estrangeiro uma sociedade estabelecida na mesma Provincia, não constitue a dita sociedade estrangeira, para que necessite da approvação do Governo Imperial, além daquella que já lhe tinha dado o referido Presidente antes da approvação do governo estrangeiro.

5.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em solução ao officio de V. Ex., datado de 3 de Setembro ultimo, communico a V. Ex. que o Governo Imperial, conformando-se com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 16 do mesmo mez, Houve por bem resolver que o facto de terem sido approvados pelo Governo Federal da Suissa os Estatutos da Sociedade Suissa de Beneficencia, estabelecida nessa capital, não constitue estrangeira a mesma Sociedade, a qual portanto não carece de approvação do Governo Imperial, bastando para seus fins a que lhe foi concedida por essa Presidencia em Junho de 1861.

Deus guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 553.—FAZENDA.—Circular em 24 de Novembro de 1862.

Manda abrir concurso para o preenchimento das vagas existentes nas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que abram concurso para o preenchimento das vagas que existirem nas respectivas Alfandegas, dependentes desta formalidade, observando-se a semelhante respeito as disposições em vigor, conforme lhes foi determinado pela Circular n.º 42 de 28 de Julho do corrente anno; devendo, no caso de que não appareçam concurrentes, assim o participar ao Thesouro, para que se possam tomar as medidas que forem convenientes.

Visconde de Albuquerque.

N. 554.—IMPERIO.—Aviso de 26 de Novembro de 1862.

Ao Director da faculdade de Direito do Recife declarando a providencia que se deve tomar para se fazer effectiva a pena disciplinar imposta a um estudante do curso de preparatorios, quando elle se tenha occultado para não a soffrer.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Novembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Accuso a recepção do officio dessa Directoria de 12 de Setembro ultimo, em que pergunta qual deve ser o procedimento da mesma Directoria, quando o estudante matriculado no curso de preparatorios, tendo feito disturbios, e sido condemnado á pena correccional de oito dias de prisão, deixar de comparecer nas respectivas aulas para eximir-se da pena, e apresentar-se n'uma das épocas marcadas para os exames, requerendo fazê-los.

Em resposta declaro a V. Ex. que a pena de prisão imposta ao estudante de preparatorios, que não tenha sido executada por elle se ter occultado, deve-o ser em qualquer parte, e em qualquer occasião, em que fór encontrado, dentro, ou fóra do edificio da Faculdade, requisitando-se da autoridade policial o auxilio que para este fim fór necessario, de conformidade com o que determina o art. 130 dos Estatutos das Faculdades de Direito, applicavel aos estudantes do curso de preparatorios pelo art. 18 do Regulamento expedido com a Portaria de 5 de Maio de 1856.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 555.— FAZENDA.— Em 26 de Novembro de 1862.

Mandando pagar a uma pensionista do Estado, ou a seu procurador, a respectiva pensão independente de autorisação de seu marido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento ao requerimento do Bacharel Manoel dos Passos e Figueirôa, pedindo, como cabeça de casal, que se mande pagar na Provincia de S. Pedro á sua mulher D. Balbina Benigna Nepomuceno da Silva o respectivo meio soldo, que lhe compete como filha do Coronel João Nepomuceno da Silva, correspondente a cem mil réis annuaes (100\$000) e igualmente a pensão de duzentos mil réis tambem annuaes (200\$000), concedida por Decreto de 13 de Agosto de 1850; ordena ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que mande abonar á referida Balbina, ou ao seu Procurador nessa Provincia, não só o respectivo meio soldo de que trata a ordem n.º 196 de 4 Outubro ultimo, como tambem a mencionada pensão, devendo prescindir da exigencia de autorisação de seu marido, visto ter sido elle quem requereu semelhante transferencia.

Visconde de Albuquerque.

N. 556.— FAZENDA.— Circular em 27 de Novembro de 1862.

Exige informações sobre o augmento da producção, marcha da importação, &c.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, ouvindo os das Alfandegas que lhes são subordinadas, informem impreterivelmente até o fim de Janeiro de 1863, cada um em relação á Provincia em que se acha:

- 1.º Se a producção tem augmentado, comparado o exercicio de 1861—62, nesta parte, com os cinco anteriores;
- 2.º Qual a marcha que a importação tem seguido, tomando-se por base os cinco ultimos annos;
- 3.º Se das reduções de direitos, feitas pela Tarifa em vigor, tem resultado maior consumo dos generos favorecidos o modificação de seus preços no mercado, ou se o beneficio aproveitou sómente aos respectivos importadores.

Visconde de Albuquerque.

N. 557.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Junta Central de Hygiene Publica, declarando que as disposições, por que ella se rege, dão-lhe os meios precisos para impedir que exerção a medicina, e pharmacia, ou vendão drogas e medicamentos as pessoas que não estiverem para isso autorisadas, competindo aos Delegados de Policia tomar conhecimento dos casos não previstos nas mesmas disposições.

5.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Foi presente a Sua Magestade O Imperador uma representação da Imperial Academia de Medicina, na qual expõe que, tendo chegado ao seu conhecimento, por communicações de seus membros, diversos factos de individuos, que, intitulado-se Medicos, Pharmaceuticos, ou apresentando-se como possuidores de elixires infalliveis contra toda a sorte de molestias, procurão locupletar-se á custa dos doentes incautos, pondo muitas vezes em risco a vida destes, solicitou da Junta Central de Hygiene Publica que, como autoridade sanitaria, concorresse com os meios que lhe faculta o seu Regulamento para extincção de taes abusos, e que a referida Junta lhe respondesse por officio de 17 de Abril que, comquanto reconhecesse a veracidade de todas as proposições emittidas pela Academia, todavia nada podia fazer, entre outras razões, porque a Lei de sua creação não lhe dava direito para perseguir o charlatanismo, tendo dado a outras autoridades os poderes para esse fim.

E o mesmo Augusto Senhor, tendo-se conformado por sua Immediata Resolução de 22 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Outubro proximo passado, de que transmitto cópia a V. Ex., Houve por bem Mandar declarar á Junta Central de Hygiene Publica que os arts. 4.^o e 5.^o da Lei n.^o 598 de 14 de Setembro de 1850, e o Regulamento n.^o 828 de 29 de Setembro de 1851, cujas disposições lhe recommendo que cumpra fielmente, conferirão á mesma Junta os meios necessarios para occorrer aos casos de que se trata.

E porque os crimes, previstos no Regulamento n.^o 828 de 29 de Setembro de 1851, são publicos, dos que tem accusação *ex-officio* por parte da justiça, e seu julgamento compete aos Delegados na forma do art. 77, nesta data solicito do Ministerio da Justiça, que recomende ás autoridades policiaes a execução do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Junta Central de Hygiene Publica.

N. 558.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 27 de Novembro de 1862.

Declarando que a Circular de 12 de Novembro de 1857, e os Avisos de 30 de Novembro de 1860 e de 26 de Junho do corrente anno resolvem as duvidas suscitadas pela Thesouraria da Fazenda sobre o vencimento que compete ao Escrivão e Agrimensor do Engenheiro Theodoro Oschz.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 27 de Novembro de 1862.

Havendo representado o Engenheiro Theodoro Oschz relativamente ás duvidas suscitadas pela Thesouraria da Fazenda dessa Provincia a respeito dos vencimentos do Escrivão e Agrimensores, que com elle tem trabalhado nas medições a seu cargo, como Inspector Geral e como Juiz Commissario, declaro á V. Ex. que semelhantes duvidas não procedem por estarem já resolvidas na Circular de 12 de Novembro de 1857, e nos Avisos de 30 de Novembro de 1860 e o de 26 de Junho do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.* — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 559.—IMPERIO. — Aviso de 28 de Novembro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife, determinando que faça retirar do ensino da aula de philosophia do curso de preparatorios da mesma Faculdade o compendio nella adoptado contra a prescripção das disposições em vigor.

4.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Determinando o art. 7.^o do Regulamento de 5 de Maio de 1856 que os compendios e livros usados nas aulas preparatorias sejam os mesmos que tiverem sido, ou forem adoptados pelo Governo para a instrucção secundaria do Municipio da Córte, conforme se declarou a V. Ex. em Aviso de 9 de Outubro ultimo; e, não achando-se naquellas circumstancias o compendio de Charmá adoptado na aula de philosophia dessa Faculdade, e para esse fim traduzido pelo respectivo Professor o Bacharel Antonio Herculano de Souza Bandeira: o mesmo Governo não póde por semelhante motivo consentir na adopção do dito compendio, que cumpre seja retirado da

referida aula, e substituído pelo curso elementar de philosophia de Barbe que serve no ensino secundario deste Municipio, como deve constar a essa Directoria por communicação que lhe fez o Inspector Geral da Instrução Publica; observando que a razão de não haver exemplares desta obra no mercado dessa Cidade não justifica a falta de cumprimento daquelle preceito.

O que tudo communico a V. Ex. em solução aos officios dessa Directoria de 11 de Junho do anno passado, e de 6 do corrente mez.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 560.—FAZENDA.—Em 29 de Novembro de 1862.

Os escravos residentes dentro dos limites de uma Villa são sujeitos a taxa, embora se occupem em serviço de lavoura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 78 de 2 de Outubro ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, interposto por José Antonio Tavares, da decisão da mesma Thesouraria que sujeitou o recorrente ao pagamento da taxa de seis escravos occupados em serviço de lavoura; visto como, residindo os ditos escravos dentro dos limites da Villa de Tamanduá, nessa Provincia, não pôde o dito recorrente, em vista da ordem n.º 479 de 29 de Dezembro de 1857, do art. 5.º do Decreto n.º 411 de 4 de Junho de 1845, e da Circular de 15 de Janeiro de 1835, eximir-se do pagamento da respectiva taxa.

Visconde de Albuquerque.

N. 561.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Novembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco, approvando a decisão da Presidencia, de haver incompatibilidade na accumulção das funcções de professor publico de primeiras letras e Juiz de Paz.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Novembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o officio dessa Presidencia n.º 15, de 12 de Fevereiro ultimo, remettendo uma representação que lhe dirigio José Isidoro dos Santos, Professor Publico de Instrucção primaria da Cidade de Caruarú contra a decisão, pela qual a mesma Presidencia declarou que elle não podia accumular as funcções daquelle cargo com as de Juiz de Paz.

Em resposta communico a V. Ex. que por Aviso do Ministerio da Justiça de 18 do Novembro proximo findo, foi decidido que, á vista dos principios firmados no Aviso n.º 89 de 4 de Janeiro de 1847, ha incompatibilidade no exercicio das funcções daquelles dous cargos, devendo, portanto, ser mantida a referida decisão dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 562.—FAZENDA.—Em o 1.º de Dezembro de 1862.

Altera o numero das estampas das letras do Thesouro Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 1.º de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que d'ora em diante o numero das estampas das letras do Thesouro, de que trata o art. 2.º das Instrucções de 30 de Junho de 1851, fique reduzido, em um exercicio, a 100 as dos valores de 500\$000 até 10:000\$; a 150 as de 20:000\$000; e a 240 as de 50:000\$000; ficando por esta fórma alterado o referido art. 2.º.

Visconde de Albuquerque.

N. 563.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em o 1.º de Dezembro de 1862.

Augmenta a verba para despezas de Catechese.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em o 1.º de Dezembro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Representando a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em officio datado de 13 do proximo passado mez, ácerca da insufficiencia do credito distribuido pela verba catechese e conta do exercicio de 1861—1862, nesta data solicito do Ministerio da Fazenda a expedição das necessarias ordens a fim de que seja augmentado com a quantia de dous contos duzentos e dezoito mil quinhentos e dezoito réis, devendo V. Ex. fazer sentir á referida Thesouraria que os pedidos de augmento de credito devem ser feitos com a necessaria antecedencia e sempre acompanhados de demonstrações minuciosas para bem se reconhecer a necessidade delles, sendo para estranhar que assim se não tenha praticado não obstante as ordens anteriormente expedidas a tal respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 564.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Dezembro de 1862.

Ao Bispo de Marianna, declarando os termos em que devem ser feitas a propostas para apresentação de Parochos.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em o 1.º de Dezembro de 1862.

Ex.º e Rev.º Sr.—Em officio reservado de 31 de Outubro ultimo V. Ex. Rev.ª, respondendo ao Aviso que lhe dirigi em 21 de Agosto antecedente, representa que nem sempre será possivel que nas propostas para Parochos sejam contemplados tres, ou dous oppositores, porque de ordinario nem sequer um se apresenta, sem que para isso V. Ex. Rev.ª peça e faça instancias; e que, havendo um só oppositor, parece que não tem lugar o indicar os pontos que elle fez, e nem de taes pontos falla o Alvará das Faculdades de 14 de Abril de 1781; o que aliás teria cabimento se fossem mais os oppositores.

Em resposta tenho de ponderar a V. Ex. Rev.^{ma} o seguinte, em additamento ao citado Aviso.

1.º Que nelle não se exige que sempre sejam propostos tres, ou dous oppositores; antes se diz muito expressamente que pôde ser proposto um só, como é patente das suas palavras — salvo o caso de não haver aquelle numero (tres) d'entre os reputados dignos, que então poderão formar-se as propostas com dous, e até com um só nome — . Isto mesmo já tinha sido determinado no Aviso de 5 de Junho deste anno expedido ao Reverendo Bispo Conde Capellão-Mór para execução da Imperial Resolução de Consulta de 2 do mesmo mez, da qual dei conhecimento a V. Ex. Rev.^{ma} em Circular de 31; consulta esta, cuja doutrina é fundamentada no Alvará citado, e na Provisão de 30 de Agosto de 1827. O Governo Imperial insiste, portanto, na ordem expedida pelo referido Aviso de 21 Agosto, com a declaração nelle expressada, de serem as propostas acompanhadas de informação do numero dos oppositores approvados, d'entre os que concorrêrão, para que Sua Magestade o Imperador possa livremente, e com conhecimento de causa, exercer o direito de apresentação que lhe compete.

2.º Que as propostas só devem recahir sobre os oppositores approvados nos exames, e ser baseadas nestes, conforme determina o Alvará das Faculdades, e o Decreto de 16 de Agosto de 1817; e em referencia a esses exames, dos quaes não se deve jámais prescindir, ainda mesmo que seja só um o oppositor, foi que no sobredito Aviso de 21 de Agosto se exigio a declaração dos pontos que fizer cada um dos oppositores, pois que á vista delles é que se pôde conhecer da capacidade dos propostos. E', pois, indispensavel que seja cumprido este preceito, no qual tambem insiste o Governo Imperial, sem dispensar a informação, que com muita particularidade exige o citado Decreto, ácerca do comportamento, costumes e moral dos propostos.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.^{ma} — *Marquez de Olinda.* — Sr. Bispo da Diocese de Marianna.

N. 565. — FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1862.

Na proposta de Fieis feitos pelas Thesoureira's das Alfandegas deve-se exigir a aquiescencia dos fiadores dos mesmos Thesoureira's se esta clausula não foi comprehendida no termo da fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1862.

Communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos que fica approvada a proposta do Thesoureiro dessa Alfandega.

dega, que acompanhou o seu officio n.º 408 de 26 de Novembro proximo passado, de Damaso José Teixeira e Manoel José Rodrigues Pereira para os lugares de Fieis do mesmo Thesoureiro; devendo V. S. exigir a acquiescencia dos fiadores do mesmo Thesoureiro, se no respectivo termo de fiança não foi comprehendida esta clausula; e no caso negativo bastará que o mesmo Fiador assigne a proposta do seu afiançado com a declaração de com ella concordar.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 566. — FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1862.

Sobre a imposição de multas por differenças verificadas em um despacho e provenientes de erro de traducção da factura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, que o mesmo Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 220 de 12 Julho ultimo, a que acompanhou o recurso interposto por Kummeler & Comp., da decisão do Sr. Inspector, confirmatoria da da respectiva Alfandega que os multou nas penas da 1.ª parte do art. 556 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 por occasião de effectuarem o despacho de 40 duzias de camisas, quando pela nota que havião apresentado constava ser 40 duzias de peitos de camisas, resolveu dar provimento ao referido recurso, visto ter se verificado que semelhante differença foi devida a erro ou engano na traducção da factura entre os termos — *devants de chemises e chemises de devants* —, e não á fraude, como reconheceu a dita Alfandega, cumprindo, portanto, que applique ao caso, de que se trata, a disposição do art. 545, § 2.º, 2.ª parte, que sujeita á multa de 1 1/2 % do valor das mercadorias, quando as declarações da nota são vagas e incertas. E por esta occasião observa ao Sr. Inspector que, pelo exame do supracitado art. 556, 1.ª parte, vê-se que são condições essenciaes da especie nelle tratada: 1.ª serem as mercadorias encontradas da mesma classificação generica, ou especie, das declaradas na nota; 2.ª, que entre ellas se encontrem algumas da mesma especie, mas de qualidade consideravelmente superior.

Visconde de Albuquerque.

N. 567. — FAZENDA. — Circular em 5 de Dezembro de 1862.

Aos Presidentes de Provincia sobre a authorisação de supplementos de creditos insufficientes para as despesas dos serviços decretados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Como V. Ex. deve ter visto das publicações officiaes, tem este Ministerio ultimamente estranhado a quasi todas as Thesourarias de Fazenda a maneira por que derão ellas execução á doutrina dos arts. 2.^o do Decreto de 1.^o de Fevereiro deste anno, e 8.^o da Ordem geral da distribuição dos creditos, não obstante as constantes recommendações que a este respeito lhes não sido feitas a bem da regularidade do serviço.

Não me parecendo, porém, ainda sufficientes as novas recommendações, e mesmo censuras dirigidas á maior parte dos respectivos Inspectores, com o fim de evitarem-se os graves embaraços que podem provir da erronea pratica por elles adoptada de recorrerem ás Presidencias para a obtenção de supplementos de creditos, muitas vezes antes de solicita-los do Thesouro, ou nas mesmas datas em que os solicitação, ou ainda antes de passar-se o tempo preciso para a solução de seus pedidos; e considerando por outro lado que das Presidencias de Provincias muito depende a boa execução do Decreto citado no tocante aos deveres das Thesourarias; tomo por isso a deliberação de chamar a atenção de V. Ex. para tal assumpto, que muito lhe recommendo, transmittindo ao mesmo tempo a V. Ex. os exemplares juntos das Circulares n.^{as} 45 e 50 de 25 de Agosto e 13 de Setembro proximo passado, para que haja, por sua parte, de observa-las escrupulosamente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia de.

N. 568. — MARINHA. — Aviso de 9 de Dezembro de 1862.

Declara que não deve sustar-se a execução dos castigos correcçionaes, em que tiverem incorrido praças, que, posteriormente, commettão algum crime, que as sujeite á jurisdicção dos Conselhos de Guerra.

1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha, em 9 de Dezembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade O Imperador, Conformando-Se com o parecer expendido pelo Conselho Naval em *Decisões do Governo*.

sulta n.º 672, de 7 de Novembro ultimo, acerca do officio, que V. Ex. dirigio-me, sob n.º 1.376, em 18 de Outubro proximo preterito, consultando o que se deve praticar, quando alguma praça, que tenha de ser castigada correccionalmente, commetta crime, por que deva responder a Conselho de Guerra, conforme acontecera com o Imperial Marinheiro Joaquim da Silva, que, na occasião de ser chamado, para soffrer castigo daquella natureza, ferira um de seus camaradas. Ha por bem Determinar, que, em casos taes, não deve sustar-se a execução do sobredito castigo, não obstante qualquer procedimento, que possa ter lugar pelo novo crime.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—
Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 369.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 10 de Dezembro de 1862.

Declara que, não tendo sido ainda approvedo pelo Poder Legislativo o Contracto de 30 de Abril deste anno, celebrado com a Companhia de illuminação a gaz da Côrte, deve-se considerar em vigor o de 11 de Março de 1851.

Directoria Central.—2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 10 de Dezembro de 1862.

A' S. M. o Imperador foi presente o requerimento em que o Presidente da Companhia da illuminação a gaz, da Côrte, pedio ou que o contracto de 11 de Março de 1851 fosse de novo executado, conforme a pratica seguida desde 25 de Março de 1854, em que começou a ter execução, ou que á mesma empreza fosse assegurada de uma maneira formal por parte do Governo Imperial completa indemnisação, na hypothese de não ser definitivamente approvedo pela Assembléa Geral Legislativa o contracto de 30 de Abril do corrente anno.

E, sendo ouvida sobre esta pretensão a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, o Mesmo Augusto Senhor, por Sua Immediata Resolução de 26 do mez findo, Houve por bem declarar, de conformidade com o parecer da referida Secção, que, não tendo sido ainda approvedo o contracto de 30 de Abril deste anno, deve-se considerar em vigor o de 11 de Março de 1851, embora se deixe de auferir as vantagens que Governo Imperial teve em vista quando ce-

lobrou o ultimo dos referidos contractos, por não ser accitavel o segundo arbitrio proposto, visto que o mesmo Governo não pôde comprometter-se por um facto dependente exclusivamente da Assembléa Geral Legislativa.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução, e para que faça constar ao Presidente da mencionada Companhia, que deverá providenciar de modo que o serviço da illuminação publica comece a ser feito conforme o antigo contracto do 1.º de Janeiro proximo futuro em diante.

Deus Guarde a V. S.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Chefe de Policia da Córte.

N. 570.—FAZENDA.—Em 11 de Dezembro de 1862.

Exige certas provas omissas em um processo de habilitação para a percepção de meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda —Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província de S. Paulo o incluso processo de habilitação de D. Anna Joaquina Galvão de Oliveira Lacerda, D. Joanna Baptista Galvão e D. Escolastica Galvão, filhas do Brigadeiro reformado José Pedro Galvão de Moura, a fim de que satisfação as seguintes exigencias: 1.ª mencionar a historia de sua vida militar, de maneira que se possa saber se houve ou não interrupção no seu exercicio, visto como a fé de officio annexa ao referido processo de habilitação é incompleta, pois trata apenas da data em que assentou praça o dito Brigadeiro, e da em que fôra reformado; 2.º provar que erão as unicas filhas solteiras que existião na data da publicação da Lei de 6 de Novembro de 1827, uma vez que seu pai morreu anteriormente e que não tinhão irmãos menores de 18 annos; 3.º produzir prova testemunhal de que não possuem emprego ou officio vitalicio; 4.º exhibir, como determina a Lei, certidões de seus baptismos e do casamento de seus pais; devendo o Sr. Inspector suspender logo o pagamento da pensão até que as habilitandas satisfação as mencionadas exigencias da Lei, e apresentem o respectivo titulo passado pelo Thesouro; ou continuar o mesmo pagamento prestando as referidas habilitandas fiança e da qual não serão exoneradas sem que se verifiquem os requisitos acima mencionados.

Visconde de Albuquerque.

N. 571.—MARINHA.—Aviso de 11 de Dezembro de 1862.

Manda abonar a quantia de dez mil réis, como gratificação, pela captura de cada praça desertada das Companhias de artifices militares.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 11 de Dezembro de 1862.

Sua Magestade O Imperador Determina que, todas as vezes que alguma praça das Companhias de artifices militares fôr capturada de deserção qualificada, se pague ao apprehensor, como gratificação, a quantia de dez mil réis, que deverá ser abonada pela Pagadoria da Marinha, e descontada dos vencimentos da dita praça, de conformidade com o disposto no Aviso regulamentar de 3 de Fevereiro de 1857, relativamente ás da Armada e Corpos de Marinha em caso identico: o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução, na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Contador da Marinha.

N. 572.—MARINHA.—Aviso de 11 de Dezembro de 1862.

Declara quando deve ser feito o desconto do tempo de prisão, a que por sentença fôr condemnado qualquer Official da Armada.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio do Negocios da Marinha em 11 de Dezembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade O Imperador, á vista do parecer expendido pelo Conselho Naval em Consulta n.^o 682, de 28 de Novembro proximo preterito, Ha por bem Declarar, como explicação do disposto no § 3.^o da Provisão de 11 de Janeiro de 1851, que o desconto do tempo de prisão, a que por sentença fôr condemnado qualquer Official da Armada, deve ser feito por esse Quartel General no acto de lavrar-se no processo o termo de haver sido ella cumprida, publicando-se depois em Ordem Geral, para conhecimento da mesma Armada, e dando-se sciencia áquelle Conselho para os devidos effeitos: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução, ficando assim respondido o officio n.^o 1.479, que V. Ex. me dirigio em 13 do dito mez de Novembro ácerca do 2.^o Tenente Frederico Guilherme de Lorena, que está cumprindo a pena de um anno de prisão, imposta por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 7 de Outubro do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 573.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Dezembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Declara que não é necessaria especial nomeação e juramento ao Escrivão do contencioso, que, na falta do do Juizo de Paz, tem de servir nesse Juizo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Tendo o Promotor Publico da Comarca da Capital dessa Provincia consultado a V. Ex. se é necessaria especial nomeação e juramento ao Escrivão do contencioso, que, na falta do do Juizo de Paz, tem de servir neste Juizo, segundo o disposto no Aviso n.º 180 de 16 de Outubro de 1854, e se são nulos os actos por elle praticados, faltando estes dous requisitos; e havendo essa Presidencia, fundada na expressão de que se sorve o Aviso — mandar-se que sirva —, decidido que não é necessaria nova nomeação e juramento ao Escrivão de qualquer Juizo, que é designado para servir no de Paz, na falta ou impedimento do respectivo Escrivão, por isso que entra logo em exercicio com authorisação propria de seu officio, e nem se pôde furtar a esse trabalho, que se torna obrigatorio: Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. Ex. que bem resolveu a questão proposta. Fica, portanto, assim respondido o officio dessa Presidencia de 24 de Fevereiro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 574.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Dezembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Resolve duvida a respeito da combinação dos arts. 61 e 62 do Código Criminal.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Foi presente a Sua Magestade O Imperador o officio n.º 178 de 6 de Outubro ultimo, em que essa Presidencia expõe que, tendo o Juiz de Direito da Comarca de Bagé de julgar pelo crime de homicidio do Argentino João de la Creu, o soldado do 5.º Regimento de Cavallaria Basilio da Gama (que acaba de ser condemnado em grão de appellação, pelo Conselho Supremo Militar, a pena de galés perpetuas, como assassino de um seu camarada), e podendo acontecer que, pelas circumstancias aggravantes de que foi revestido o segundo

crime, tenha de julgar o réo incurso no gráo maximo do art. 192 do Código Criminal, entrára em duvida o mesmo Juiz se devia impôr a pena de morte na fórma do final do art. 61 do mencionado Código, ou se sómente a de galés perpetuas, visto que o art. 62 determina que ao delinquente, que tiver incorrido em mais de uma pena, que se não possa impôr uma depois da outra, se applicará a pena do crime maior não sendo a de morte, pois que nesse caso se lhe imporá a de galés perpetuas:—ao que V. Ex. respondeu que o art. 61 combinado com o art. 62 não offerece duvida para o caso de que se trata visto como, estabelecendo o art. 61 que, sendo o réo convencido de mais de um delicto, impôr-se-lhes-hão as penas decretadas para cada um delles, excepto o caso de ter incorrido na pena de morte, no qual nenhuma outra se lhe imporá, é claro que o art. 62 exclue o caso de ter sido o réo condemnado a pena de morte, e refere-se evidentemente ás outras penas corporaes. E o mesmo Augusto Senhor Houve por bem mandar approvar a decisão dada por V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 575.—FAZENDA.—Em 13 de Dezembro de 1862.

Julga um processo de apprehensão de vinhos em que houve peita do contrabandista e simulação do Agente Fiscal em aceitar a mesma peita para se effectuar o contrabando.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1862.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de José Romaguera & Comp. em liquidação da decisão dessa Inspectoria, pela qual:

1.º Julgou procedente a apprehensão *in flagrante* feita pelo Chefe de Secção Antonio José de Castro em 95 pipas de vinho tinto, conduzidas em duas catraias, sob a Guarda do ex-official de Descarga Francisco Ferreira dos Santos Varginha, que, dizendo-se peitado por José de Bittencourt Amarante, caixeiro dos recorrentes, pretendia introduzir no consumo do paiz, por meio de uma simulada reexportação, a referida mercadoria, desembarcando-a fraudulentamente no trapiche de Joaquim da Mota Bastos á rua da Saude n.º 106, pelo que foi aos recorrentes imposta a multa de $\frac{2}{3}$ do valor do genero apprehendido.

2.º Ordenou ao apprehensor que no Juizo competente promovesse e assistisse aos termos do processo, que, na fôrma da Legislação em vigor, tinha de ser instaurado contra José de Bittencourt Amarante pela peita exercida sobre o ex-official de Descarga Santos Varginha, e contra os reccorrentes pela restante porção de vinho não apprehendida em flagrante e depositada no trapiche da Ilha das Cobras, á que se reservava o mesmo destino que ao apprehendido, por estar definitivamente concluido o respectivo despacho, não faltando para complemento da fraude senão a retirada material delle, que não podia ser obstada desde que para a condução da totalidade do referido vinho se obtivera a competente guia e a nomeação do Agente Fiscal para esse fim anteriormente peitado.

3.º Relevou o dono das catraias de qualquer culpa ou pena, mandando-se dar baixa no respectivo termo por julgar que nenhuma responsabilidade podia sobre aquelle individuo pesar por ser nellas conduzido o genero apprehendido, não só por não haver concorrido *directamente* para a perpetração do crime, como porque a presença do agente fiscal excluía toda a suspeita de fraude, não se tornando por isso o acto praticado senão o lícito exercicio de uma industria habitual.

E 4.º Finalmente, julgando-se incompetente para conhecer do procedimento que tiverão o Chefe de Secção e o ex-Official de Descarga, por caber exclusivamente semelhante apreciação ao Governo Imperial, mandou relaxar da detenção o ex-official de Descarga.

E o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do referido recurso resolveu :

1.º Confirmar a decisão recorrida na parte relativa á apprehensão das 93 pipas com vinho; adjudicado á Fazenda Publica o producto liquido da apprehensão, visto não se ter dado denuncia e apprehensão no sentido fiscal destes termos.

2.º Que se faça sentir a essa Inspectoria que exorbitou, julgando por equidade contra o expresso no Regulamento, mandando entregar as catraias que conduzião o contrabando apprehendido, excluindo-as da apprehensão, e consequentemente da multa o seu valor, contra o preceito do art. 751; ordenando-se-lhe que faça computar na multa imposta pelo contrabando apprehendido das 93 pipas os $\frac{2}{3}$ do valor das ditas catraias.

3.º Que se faça tambem sentir á essa Inspectoria que, decidindo a favor da parte a reclamação contra a apprehensão das duas catraias, cujo valor de 2:600\$000, como se vê da competente avaliação, excede a sua alçada, devia ter recorrido ex-officio desta decisão, como é expresso no art. 763 § 1.º

4.º Reformar a decisão recorrida, na parte relativa aos volumes despachados e existentes no trapiche da Ilha das Cobras, mandando-se que se passe nova guia para reexportação, ou sejam despachadas para consumo, nos termos da 2.ª parte do art.

620 qual preferir o d.no dos mesmos vinhos; porquanto a intenção de fraude supposta, por mais fundada que fosse, não justificava a apprehensão de mercadorias regularmente despachadas para reexportação, ainda sob a guarda unica dos prepostos da Alfandega, e a respeito das quaes nenhum principio de execução se dera, que constituísse a tentativa de fraude, punida no Regulamento com a pena de apprehensão e multa, como acontecera com as 95 pipas.

5.º Que, visto ter a Inspectoria submittido á Instancia superior o conhecimento e apreciação do procedimento que tiverão o Chefe da Secção Antonio José de Castro e o ex-Official de Descarga Santos Varginha, se reprove, nos termos mais peremptorios e energicos, como offensivo da moral publica e indigno de funcionarios publicos a quem a Lei incumbe da prevenção e repressão do contrabando, o procedimento daquelles empregados, simulando o segundo de accordo com o primeiro ter aceitado a peita, para mais certa ficar a apprehensão em favor de ambos: isto sem prejuizo de qualquer procedimento criminal que no caso caiba.

6.º Que se mande instaurar processo de responsabilidade aos Escripturarios Leopoldino dos Santos Pereira e Carlos Cezar Cardozo pelo seu procedimento irregular a respeito da letra de caução dos vinhos reexportados.

7.º Finalmente, que se remettão á Promotoria Publica os documentos necessarios para instauração do processo de perjurio contra José de Bittencourt Amarante pelos dous depoimentos jurados, constantes do processo.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N. 576.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Dezembro de 1862.

Ao Governador do Bispado de S. Paulo, declarando que o principio de não poder um beneficiado ser nomeado temporariamente para outro beneficio, não é applicavel a um Conego da Capella Imperial, que foi nomeado Vigario Encomendado, estando com licença, e sem vencimento do seu beneficio, mas que a sua nomeação de encomendado só deve vigorar durante o tempo de licença.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Dezembro de 1862.

Respondendo ao officio de 2 de Julho ultimo, na parte em que Vm. se refere á nomeação do Conego da Capella Imperial

João de Santa Candida, que se acha licenciado, para Vigário encomendado da freguezia de S. João do Rio Claro, o qual reclamou o pagamento da respectiva congrua, tenho a dizer-lhe que, comquanto seja certo que os beneficiados não podem ser nomeados pelos Ordinarios, ainda com titulo temporario, para outro beneficio, pois que isso seria derogar o provimento vitalicio feito pelo Poder Executivo, como é expresso no Aviso n.º 321 de 27 de Outubro de 1859; todavia este principio não tem applicação ao referido Conego, á respeito do qual verificão-se duas circumstancias que o favorecem, a saber, achar-se com licença do Governo, e ser esta sem vencimento.

Em reverencia, porém, ao principio exarado no citado Aviso, a nomeação do mesmo Conego para Vigário encomendado não pôde vigorar senão dentro do prazo da licença, findo o qual não deverá elle continuar em exercicio; o que nesta data communico ao Ministerio da Fazenda, para que faça cessar o pagamento da respectiva congrua depois daquelle prazo.

E porque no mencionado officio Vm. participa que aquelle Conego tratava de renunciar o beneficio que tem na Capella Imperial, para poder ser nomeado Vigário encomendado, convém que Vm. o intime para que quanto antes apresente a renuncia, fazendo Vm. cumprir as ordens que para isso ficou de expedir, como tambem declara no dito officio.

Deus Guarde a Vm. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Governador do Bispado de S. Paulo.

N. 577. — IMPERIO. — Aviso de 16 de Dezembro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo autorizando a prorogar até o primeiro dia util do mez de Abril, as matriculas nas aulas de preparatorios, que não são de linguas, para os estudantes que fizerem exame de outros preparatorios no ultimo de Março.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Dezembro de 1862.

Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de V. S. de 5 de Dezembro de 1859, no qual representa que a disposição do art. 10 do Regulamento das aulas preparatorias, que prohibe a matricula naquellas que não são de linguas, além do ultimo de Março, tem obstado a que muitos alumnos se matriculem depois de findos os exames, que tambem se concluem no fim do dito mez, estando até então os estudantes á espera de fazer exames de algumas materias para depois matricularem-se em

outras, ou repetirem as mesmas no caso de reprovação; e de ordinario só depois de findos os exames é que procurarão matricular-se, o que não traz inconveniente, porque quasi sempre as lições só podem ser regulares depois dos ditos exames, visto como os professores estão occupados como examinadores: parecendo, portanto, que por taes motivos seria conveniente que se ampliasse o prazo das matriculas ao menos até fins de Julho.

E Sua Magestade o Imperador, de conformidade com a Sua Immediata Resolução de 22 de Novembro ultimo, tomada sobre parecer da referida Secção exarado em Consulta de 6 de Março de 1860, Manda declarar que as razões, com que V. S. procura justificar a providencia que reclama, poderão proceder para prorogar-se o prazo por alguns dias mais além do ultimo de Março, que é quando acabão os exames, mas não até o fim de Julho; e sendo bastante um dia para se effectuarem as matriculas dos que fizerem exames no ultimo de Março, fica essa Directoria autorisada para prorogar a matricula destes até o primeiro dia util do mez de Abril. O que communico a V. S. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 578. — FAZENDA — Em 16 de Dezembro de 1862.

As Assembléas Provincias não são competentes para legislar sobre materia de successões de heranças que é da exclusiva competencia da legislação geral do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro, em additamento á ordem n.º 203 de 20 de Outubro ultimo, que, tendo Sua Magestade O Imperador Mandado que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre o requerimento da Mesa da Santa Casa de Misericordia da Cidade de Porto Alegre, Capital dessa Provincia, no qual pede que se transfira para o patrimonio das Expostas, que a mesma casa tem a seu cargo, tres apolices da divida publica deixadas pela exposta Christina Thereza Zulmira, fallecida no estabelecimento em 30 de Agosto do anno passado, fundando-se a supplicante para requerer esta transferencia unicamente no art. 27 do Regulamento Provincial

de 27 de Agosto de 1853, que manda reverter em beneficio do asylo os dinheiros e valores que por qualquer titulo ou origem constituem o peculio de cada uma exposta ou educanda; foi a mesma Secção, em sua consulta, de parecer:

Que a Ord. Liv. 2, Tit. 26, § 17 expressamente determina que se applicuem ao Fisco os bens vagos, isto é, aquellos a que não é achado senhor certo, assim como aquellos deixados por pessoa que não tenha alguem que sua herança deva haver; ou que não a queira aceitar, como se expressa a Ord. Liv. 1.º, Tit. 90, § 1.º

Que de accordo com este preceito da Lei vigente o mesmo determinarão os Regulamentos de 9 de Maio de 1842, art. 3.º, e de 15 de Junho de 1859, art. 11, §§ 1.º e 2.º

Que o Acto Addicional que declarou os casos em que as Assembléas Provinciaes são competentes para legislar não comprehendeu o das successões, materia inteira e absolutamente da exclusiva competencia da Legislação geral, a qual deve, outrossim, ser respeitada pelas Assembléas Provinciaes, não só porque assim o dispõe o Acto Addicional, quando limitou e especificou as attribuições das referidas Assembléas, como porque assim o exige a ordem publica e os principios constitucionaes em que se funda a fórma de Governo jurada pela Nação.

Que, finalmente, foi, nestes termos, exorbitante o Regulamento Provincial em que a Mesa peticionaria basea o seu requerimento.

E Conformando-Se O Mesmo Augusto Senhor com este parecer de consulta, Houve por bem, por sua Immediata e Imperial Resolução de 19 de Novembro proximo findo (*) indifferir a pretensão da Supplicante, Mandando que se obedeça á Lei e sejam executadas as citadas disposições geraes em vigor. O que o Sr. Inspector cumprirá.

Visconde de Albuquerque.

(*) Senhor.—Por Aviso de 20 do corrente Mandou Vossa Magestade Imperial que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consulte com seu parecer sobre o requerimento e mais papeis que o acompanhão da Mesa da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, Capital da Provincia de S. Pedro, no qual pede que se transfira para o patrimonio das Expostas, que a mesma casa tem a seu cargo, tres apolices da divida publica deixadas pela exposta Christina Thereza Zulmira, fallecida no dito Estabelecimento em 30 de Agosto do anno passado, fundando-se a supplicante para requerer esta transferencia unicamente no art. 27 do Regulamento Provincial de 27 de Agosto de 1858, que mandou reverter em beneficio do Asylo os dinheiros e valores que por qualquer titulo ou origem constituem o peculio de cada uma exposta ou educanda; não obstante as disposições geraes em contrario contidas nos Regulamentos do Governo Imperial de 9 de Maio de 1842 art. 3.º, e de 15 de Junho de 1859 art. 11 § 2.º e mais disposições em vigor.

A Ord. do Liv. 2.º, tit. 26, § 17 expressamente determina que se applicuem ao Fisco os bens vagos, isto é, aquellos a que não é achado senhor

N. 579.—FAZENDA.—Em 16 de Dezembro de 1862.

Declarando em que artigo da Tarifa das Alfandegas devem ser classificados, os canos de ferro da iluminação a gaz; e que as Thesourarias não podem prescindir das decisões por escripto dos Inspectores das Alfandegas para poderem deliberar sobre as mesmas decisões.

Ministerio do Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão que o mesmo Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 71 de 23 de Setembro ultimo a que acompanhou, por copia, o recurso interposto pelos empresarios da companhia de iluminação a gaz nessa Provincia da decisão da Alfandega que considerou os canos que tem de ser collocados nas ruas da cidade para passagem do gaz como não fazendo parte componente do gazometro, e que, não se achando classificado na Tarifa — canos de ferro —, estavam comprehendidos no art. 1.131, ao qual recurso deu o Sr. Inspector provimento, fazendo a classificação no art. 1.074; resolveu, annullar a sua decisão na fórma do art. 763 § unico do Regulamento,

certo, assim como aquelles deixados por pessoa que não tenha alguém que sua herança deva haver, ou que a não queira aceitar, como se expressa a Ord. Liv. 1.º, tit. 90, § 1.º.

De accordo com este preceito da Lei vigente o mesmo determinarão os Regulamentos de 9 de Maio de 1842, art. 3.º, e de 15 de Junho de 1859 art. 11, §§ 1.º e 2.º.

O Acto Adicional que declarou os casos, em que as Assembléas Provinciaes são competentes para legislar não comprehendeu o das successões, materia inteira e absolutamente da exclusiva competencia da Legislação Geral, a qual deve, outrossim, ser respeitada pelas Assembléas Provinciaes não só porque assim o dispõe o Acto Adicional quando limitou e especificou as attribuições das referidas Assembléas; como porque assim o exige a ordem publica e os principios constitucionaes em que se funda a fórma de Governo jurada pela Nação.

Nestes termos entende a Secção que foi exorbitante o Regulamento em que basea a Mesa peticionaria o seu requerimento o qual não pôde ser deferido pelo Governo de Vossa Magestade Imperial a quem incumbe executar e fazer obedecer a lei.

Vossa Magestade Imperial, porém, Resolverá o que fôr servido.

Sala das Conferencias em 10 de Novembro de 1862.—*Visconde de Jequitinhonha*.—*Visconde de Itaborahy*.—*Candido Baptista de Oliveira*.

Resolução.

Como parece.—Paço em 19 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Albuquerque.

e mandar que os canos, de que se trata, fossem classificados no art. 1.459 da Tarifa e sujeitos, portanto, aos direitos de 10 % , *ad valorem*, indemnizando-se a Fazenda do que por ventura lhe seja devido em relação a classificação que havia sido feita. Outro-sim declara que irregularmente se houve o Sr. Inspector, se a sua deliberação não foi tomada á vista de decisão por escripto do Inspector da Alfandega, decisão, de que não é possível prescindir-se em objectos e circumstancias semelhantes, não só porque de uma deliberação verbal não póde dar-se recurso, por não ter a autoridade superior base expressa sobre a qual aprecie os fundamentos da decisão, como porque sem o preenchimento dessa formalidade não se póde conhecer da perempção ou não dos recursos, segundo preceitua o art. 768 do Regulamento.

Visconde de Albuquerque.

N. 580.—FAZENDA.—Em 16 de Dezembro de 1862.

Os Inspectores das Thesourarias não podem determinar aos das Alfandegas que propoñão a demissão dos respectivos Guardas, só lhes competindo levar á deliberação do Governo o que julgarem conveniente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex. de 27 de Setembro ultimo em que communica terem sido suspensos os Guardas da Alfandega dessa Provincia, Pedro Antonio Argemiro da Silva e Bento de Souza Mira pelo respectivo Inspector, o 1.^o por 15 dias e o 2.^o por 8, por haverem recebido de um passageiro que seguia para esta Córte no mez antecedente no Vapor *Cruzeiro do Sul* a quantia de 50\$000 de gratificação por terem-n'o deixado partir com algumas cartas sem sello, e que o Inspector da Thesouraria julgando insufficiente semelhante pena recommendou ao da Alfandega a demissão dos ditos Guardas, assegurando a approvação dessa Presidencia, ao que respondeu o Inspector da Alfandega, fundando-se nas disposições do art. 51 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, que julgava justa e sufficiente a pena de suspensão por elle infligida, e o Inspector da Thesouraria considerando haver nesta occorrença um conflicto de attribuições, submetteu a questão á decisão de V. Ex. na forma do art. 8.^o, § 12, do dito Regulamento; tenho a declarar a V. Ex. para seu

conhecimento e do das sobreditas Repartições, que o Inspector da Alfandega julgando justamente punidos os Guardas, de que se trata, com a pena que lhes impôz, nenhum conflicto ha de jurisdicção, visto ter procedido dentro de sua alçada e no circulo de suas attribuições expressamente definidas no Regulamento; e que o Inspector da Thesouraria exorbitou de suas faculdades na ordem que expedio ao da Alfandega, e tanto mais inconvenientemente, quanto comprometteu a autoridade da Presidencia da Provincia que só podia determinar a demissão dos Guardas á vista de proposta ou representação do Inspector da Alfandega na fórma do § 5.º do supracitado art. 51; cumprimdo que a Thesouraria proceda em casos semelhantes nos termos do art. 16, § 8.º do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 381.—GUERRA.—Em 16 de Dezembro de 1862.

Approvando a resolução de mandar abonar etapa ás praças novamente alistadas.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Dezembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Beim resolveu V. Ex. mandando abonar etapa ás praças novamente alistadas, desde o dia do seu alistamento, como participou em officio n.º 442 de 24 de Novembro ultimo, e assim se deverá praticar no futuro, bem entendido, quando os recrutas ou alistados não tenham já tido soccorrimto por Deposito ou Corpo, a que tivessem sido encoitados, por Delegacia de Policia ou por outra qualquer parte caso em que se daria duplicata de abono, o que o Aviso de 4 de Junho de 1860, que fica em seu inteiro vigor, quiz evitar.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 532.—FAZENDA.—Em 17 de Dezembro de 1862.

Restituições de sello, siza e de multa de 4 % substitutiva da dízima de chancellaria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte que o Tribunal do Thesouro approvou as seguintes restituções, que mandou fazer :

1.^a A Francisco Ferreira de Andrade da quantia de 362\$, importancia da multa de 4 % por ter appellado nos actos da conta de testamento com que fallecêra seu tio e testador Lourenço Martins Ferreira, visto ter elle desistido da appellação.

2.^a A Manoel Constantino de Almeida da quantia de 520\$, importancia da mesma multa de 4 %, que indevidamente pagou na causa por elle proposta ao Dr. João Lopes de Araujo para poder appellar da sentença contra si proferida julgando extinta a execução.

3.^a A Lourenço Martins da quantia de 232\$040, da mesma multa de 4 %, da appellação que interpôz na acção, que lhe move Antonio Florindo de Souza, visto ter sido julgado perempta a appellação.

4.^a A Victorino da Silva Moreira de Meirelles da quantia de 123\$000 importancia da siza para compra do predio n.º 9 da rua do Senado, que não chegou a levar a effeito.

5.^a A' Directoria da Companhia de Seguros — Fidelidade — da quantia de de 240\$000 da multa de 4 % da appellação que interpôz da sentença que contra a mesma companhia proferio o Juizo do Commercio da 1.^a Vara da Côrte nos autos em que é autora, e réo José Garcia Pereira ; visto que a dita appellação foi julgada deserta e não seguida.

6.^o Finalmente, a Wille Lubbers & Comp. da quantia de 443\$900, que pagarão de sello de letras e contas de sua estampa privativa que ficarão inutilisados, por ter entrado a firma em liquidação.

Visconde de Albuquerque.

N. 383.—FAZENDA.— Em 17 de Dezembro de 1862.

Sobre o despacho de fazendas a retalho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1862.

Communico a V. S. que foi indeferida a reclamação de varios negociantes desta praça, importadores de fazendas estrangeiras sobre que essa Alfandega informou em officio n.º 359 de 8 de Novembro proximo findo, contra a pratica seguida nessa repartição nos despachos das fazendas em retalhos, que forão modificados pelo Aviso deste Ministerio dirigido a essa Alfandega em 24 de Outubro ultimo; cumprindo portanto que V. S. dê execução ao citado Aviso de conformidade com o prescripto no regulamento para os casos semelhantes, observando-se a pratica anterior quanto aos despachos distribuidos e em andamento, e o prescripto no mesmo Aviso a respeito dos que depois do seu recebimento forem apresentados.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Inspector interino da Alfandega da Córte.

N. 584.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 17 de Dezembro de 1862.

Declara o modo, por que devem ser submettidas á approvação do Governo as reformas, que se fizerem nos Estatutos das Companhias e Sociedades anonyms, e prohibe que os gerentes de taes instituições votem sobre as contas da sua gerencia.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 17 de Dezembro de 1862.

A' Sua Magestade o Imperador foi presente o requerimento em que alguns accionistas dessa Companhia, representando dous terços das acções emitidas, pedião ao Governo Imperial que decretasse desde logo que os accionistas possuidores de cinco acções da mesma companhia tem direito a um voto, ficando limitado a dez o numero de votos, de que pôde dispôr qualquer accionista, ainda que possua mais de cincoenta acções, e bem assim que o accionista de vinte acções pôde ser eleito para o cargo de Director.

Os supplicantes fundarão sua petição nos factos occorridos na ultima assembléa geral dos accionistas, na qual o voto preponderante do actual gerente, que dispõe individualmente de 119

votos, visto ser possuidor de 1.196 acções, impedio que se tomassem medidas tendentes a modificar os estatutos no sentido de se limitar a votação de cada accionista, e que dest'arte nullificará quaesquer deliberações tomadas em bem e segurança de seus interesses, sempre que ellas se oppuzerem ás suas proprias vantagens, ou ao seu capricho.

E o Mesmo Augusto Senhor, de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 12 do mez findo, Houve por bem Decretar por Sua immediata Resolução de 10 do corrente:

1.º Que, nos termos da legislação em vigor, o Governo Imperial não pôde approvar reformas de estatutos de companhias ou sociedades anonymas que não lhe forem apresentados pela maioria de votos das assembléas geraes, e de conformidade com as prescripções estabelecidas nos estatutos respectivos.

2.º Que, não se tratando de votação sobre os actos de sua gerencia, o Governo Imperial não pôde desapprovar o procedimento do actual gerente da mencionada companhia em tal conjunctura, visto que elle se não oppõe á indole das sociedades anonymas, que são antes reuniões de capitaes, do que de individuos.

3.º Que, se da representação sem limite dos capitaes estabelecidos nos estatutos da companhia procedem inconvenientes e desvantagens aos accionistas peticionarios, em razão do extraordinario arbitrio que pôde ter um accionista, como acontece com o actual gerente, competia aos socios considera-los e pesa-los antes de entrarem para a companhia, e aceitar a sua lei, que quando presentemente se reconheça ser menos acertada, não deixa de produzir todos os seus effeitos, em quanto não fôr legalmente alterada.

4.º Que os estatutos vigentes em nenhuma de suas disposições concedem ao gerente a faculdade de votar nas assembléas geraes sobre as contas da sua gerencia, e, pelo contrario, o Codigo Commercial, no art. 293, determina que os socios administradores, ou gerentes são obrigados a dar contas justificadas aos outros socios, o que clara e terminantemente exclue a approvação por parte daquelle que presta as contas, ficando assim incontestavel que os gerentes das companhias anonymas pela legislação geral não podem votar sobre a approvação ou reprovação de suas contas.

Não procede, portanto, o argumento que deste facto se poderia deduzir contra a representação sem limites dos capitaes.

O que communico a Vm., para sua intelligencia, e para que faça constar á assembléa geral dos accionistas da companhia, cujo Presidente é.

Deus Guarde a Vm.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*— Sr. Presidente da Companhia de Navegação Ferry.

N. 583. — GUERRA. — Em 17 de Dezembro de 1862.

Consulta do Conselho Supremo Militar declarando como devia ser conferido ao Bacharel Henrique de Amorim Bezerra o grão de doutor em mathematicas, que lhe competia na qualidade de lente da Escola Militar.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial, por Portaria expedida pela 1.^a Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 1 de Julho do corrente anno, remetter ao Conselho Supremo Militar, para consultar, o officio n.º 194 de 25 de Outubro de 1861, em que o Commandante da Escola Militar solicita uma decisão sobre o modo, por que deve ser conferido o grão de Doutor ao Bacharel em mathematicas, Henrique de Amorim Bezerra, que foi nomeado Lente da 2.^a Cadeira do 2.º anno da referida Escola. O referido officio é do teor seguinte :—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo sido por Decreto de 2 do corrente nomeado Lente da 2.^a Cadeira do 2.º anno desta Escola o Capitão de Engenheiros Bacharel Henrique de Amorim Bezerra, apresentou-me o respectivo titulo da nomeação, a fim de se lhe poder dar posse do emprego, dirigindo-me ao mesmo tempo o requerimento junto, pedindo que antes da posse lhe fosse conferido o grão de Doutor de conformidade com o art. 49 dos Estatutos decretados em 28 de Abril de 1834 para as Faculdades de Direito, por isso que pelo art. 26 do regulamento organico das Escolas Militares decretado em 21 de Abril de 1860, *tem os Lentes desta Escola direito ás mesmas vantagens que actualmente competem ou vierem a competir aos Lentes e substitutos das Faculdades de Medicina e de Direito*; allegando mais a disposição expressa do art. 148 do Regulamento decretado em 1.º de Março de 1838, determinando que *sejão graduados Doutores os individuos, que na occasião da publicação desse regulamento e para o futuro fossem nomeados Lentes Cathedrauticos*, disposição esta que se acha em vigor, á vista do que declarou o Aviso do Ministerio da Guerra de 5 de Janeiro do corrente anno, a saber, que o *regulamento de 21 de Abril de 1860 modificando o do 1.º Março de 1838, deixou em vigor as disposições que não forão alteradas*. Na opinião em que estou de que assiste ao Capitão Bezerra toda a justiça na sua pretensão, opinião corroborada pela unanimidade de votos do Conselho de Instrução desta Escola em sessão de 21 do corrente, declarando parecer inconcusso o direito a ser graduado Doutor sómente pela disposição do referido art. 148 do Regulamento do 1.º de Março, independente do que determina o art. 49 dos Estatutos das Faculdades de Direito, acho-me comtudo em duvida sobre o modo de ser conferido o grão de Doutor ao supradito Lente; visto que não sendo o actual regulamento organico das Escolas—explicito, nem havendo precedentes a tal

respeito, poderia ser adoptado o meio consignado no citado art. 49 dos Estatutos das Faculdades de Direito, isto é, sendo o doutoramento feito antes da posse, e sem mais formalidades além do juramento nas mãos do Commandante, ou então terá o grão de ser conferido pelos Lentes já doutorados perante o Conselho de Instrução, e com as mesmas solemnidades, que se costumão praticar na Escola Central. Recorro portanto a V. Ex., que, dignando-se de tomar em consideração o que venho de expender, determinará o que melhor fôr sobre o modo de ser conferido o grão, a fim de tornar effectiva a posse do referido Lente.

Deus Guarde a V. Ex., &c.

Parece ao Conselho que o Lente da 2.^a Cadeira do 2.^o anno da Escola Militar Henrique de Amorim Bezerra está no caso de receber o grão de Doutor em Mathematicas independente de nova defesa de these, e que este lhe deve ser conferido pela Faculdade da Escola Central. Rio de Janeiro 28 de Julho de 1862.—*Alvim.*—*Barreto.*—*Visconde de Cabo Frio.*—*Barão de Suruhj.*—*Barão de Tamandaré.*—*Carvalho.*—*Bittancourt.*—*Cubral.*—*Bellegarde.*

Como parece.—Paço em 17 de Dezembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Polgodoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

N. 386.—FAZENDA.—Em 18 de Dezembro de 1862.

Sobre escripturação das indemnisações ou restituições pertencentes a exercicios já encerrados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro.— em 18 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte, n.º 34, de 4 de Maio do anno passado, concernente á restituição da quantia de 509\$000 a que está obrigado o 2.º Conferente da Alfandega de Pernambuco ex-1.º da da referida Provincia, Joaquim Aurelio Wanderley, proveniente do excesso havido na ajuda de custo que recebera na Provincia de Sergipe; declara ao dito Sr. Inspector, em resposta á segunda parte do citado officio,

que a mesma restituição podia ter sido logo contemplada na renda extraordinaria, artigo—Indemnisações—, visto como não só pertence ella a exercicios já encerrados, mas porque assim o determina a Circular de 26 de Junho de 1856, a qual prescreve o modo de escripturar-se a receita e despeza de semelhante natureza: e que portanto cumpre ao Sr. Inspector, á proporção que fôr lançando tal indemnisação em—movimento de fundos—, fazer as necessarias communicações á Thesouraria de Sergipe, a fim de que a mesma contemple em despeza desse capitulo a importancia correspondente dando-a em receita no titulo respectivo o que até agora não fez quanto ao exercicio de 1861 a 1862.

Visconde de Albuquerque.

N. 587.—GUERRA.—Aviso de 19 de Dezembro de 1862.

Declarando que bem procedeu a Thesouraria de Fazenda em impugnar os vencimentos tirados pela companhia de Invalidos a um individuo que estivera encostado á mesma companhia por suspeito de desertor, excepto a etape, por ser destinada á sua alimentação.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Dezembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accuso recebido o officio de V. Ex. n.º 443. de 25 de Novembro proximo passado ácerca dos abonos feitos a um individuo, que fôra encostado á Companhia de Invalidos por suspeito de desertor.

Bem fez a Thesouraria da Fazenda impugnando os vencimentos, que por alli lhe abonarão, visto como não estava reconhecido o direito que a elles tivesse; pelo que é indispensavel que o Commandante da Companhia reponha o soldo que indevidamente incluiu nas relações de mostra; não assim a etapa, porque, estando o mesmo individuo detido, devêra ser alimentado. E porque tal despeza, em rigor, deva recahir nos cofres da Policia, feita a conta V. Ex. ordenará a indemnisação á Repartição da Guerra por se ter verificação que o detido não era desertor do Exercito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 588.—GUERRA.—Av so de 19 de Dezembro de 1862.

Declarando que o Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853 é extensivo ao julgamento dos objectos em mão estado á cargo das enfermarias militares, não obstante o que dispõe o Regulamento especial das mesmas enfermarias de 30 de Janeiro de 1861.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção:—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Dezembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo o Tenente General graduado, Commandante das Armas dessa Provincia, consultado acerca do meio de conciliar as disposições do Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853 com as instrucções de 12 de Janeiro de 1861 e o regulamento especial para o serviço das enfermarias de 30 do mesmo mez e anno, quanto ao julgamento e consumo dos objectos em mão estado á cargo dos estabelecimentos militares, cujo processo é feito por uma Commissão de Officiaes estranhos aos mesmos estabelecimentos, visto que os arts. 19.^o e 42.^o §§ 4 e 10 daquelle regulamento determinão que taes funcções sejam exercidas pelo Conselho economico, á cujo cargo estiver a enfermaria: declaro á V. Ex., a fim de o fazer constar ao referido Commandante das Armas, que devem vigorar as disposições do mencionado Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853, cuja execução é recommendada pelos arts. 5.^o, 6.^o, 7.^o, e 8.^o das citadas instrucções, por não convir que semelhante processo seja feito por individuos pertencentes aos mesmos estabelecimentos, ficando assim alterados os arts. 19.^o e 42.^o do regulamento especial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 589. — FAZENDA. — Circular em 20 de Dezembro de 1862.

As Thesourarias devem rémetter em cada mez o balanço do mez anterior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettão impreterivelmente em cada mez o balanço do mez anterior.

Visconde de Albuquerque.

N. 500.—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1862.

O café transportado de umas para outras Províncias do Imperio não está sujeito ao imposto de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1862.

Tendo Sua Magestade O Imperador mandado que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre a representação de varios Negociantes da praça do Rio de Janeiro contra a decisão tomada pela Inspectoria da Alfandega da Côrte, em virtude da qual fôra sujeito ao imposto de meio por cento de expediente o café transportado de outras Províncias do Imperio para este porto; Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer de consulta da maioria da mesma Secção de 10 de Novembro proximo findo (*) Determinar por Sua Imperial e Immediata

(*) Senhor. Mandou Vossa Magestade Imperial, por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consulte com o seu parecer sobre a representação de varios Negociantes da Praça do Rio de Janeiro, contra a decisão tomada pela Inspectoria da Alfandega da Côrte, em virtude da qual fôra sujeito ao imposto de meio por cento de expediente o café transportado de outras Províncias do Imperio para este porto.

A Secção de Fazenda havendo examinado os documentos officiaes concernentes a este objecto, e consultado a legislação que rege a materia, passa a expender a sua opinião nos seguintes termos:

A Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838 fixou em meio por cento a taxa do expediente para os generos sómente que entrassem nas Alfandegas, e fossem por ellas despachados; ficando isento desse imposto aquelles cujo despacho era proprio das Mesas do Consulado segundo fôra determinado á todas as Alfandegas do Imperio pela Circular expedida pelo Thesouro em data de 10 de Novembro do referido anno.

Diversas decisões do Thesouro sustentarão posteriormente a intelligencia dada pela referida Circular á Lei de 20 de Outubro, á que ella se refere, em virtude das quaes ficarão isentos do imposto de expediente os generos de produção nacional, transportados de umas para outras Províncias do Imperio.

O novissimo Regulamento das Alfandegas expedido em 19 de Setembro de 1860, sujeitando em geral ao mesmo imposto de meio por cento de expediente os generos transportados de umas para outras Províncias do Imperio, declara todavia no art. 625, § 2.º, que ficam exceptuados dessa disposição, entre outros generos, aquelles que em virtude de Lei, ou de contracto, se acharem isentos do referido imposto.

A' vista do exposto parece á maioria da Secção de Fazenda que não deve ser sustentada a intelligencia dada pela Inspectoria da Alfandega da Côrte, á citada disposição do Regulamento vigente, relativamente á importação do café transportado de outras Províncias do Imperio, visto que este genero, como outros de produção nacional, fôra isento do imposto de expediente pela Lei de 20 de Outubro de 1838, achando-se por esta razão comprehendido na excepção acima referida.

Resolução, de 19 do mesmo mez, que não seja sustentada a intelligencia dada pela Inspectoria da Alfandega da Corte ás disposições do § 3.º do art. 625 e § 2.º do art. 626 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, relativamente á importação do café transportado de outras Províncias do Imperio, visto que este genero, como outros de produção nacional, fôra isento do imposto de expediente pela Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838, conforme a Circular de 10 de Novembro do mesmo anno appensa a de 15 de Maio do anno seguinte, achando-se, por esta razão comprehendido na disposição do n.º 6, § 3.º, do citado art. 625 que exceptua do imposto de meio por cento de expediente, entre outros generos, aquelles que em virtude de Lei ou de contracto se acharem isentos do mesmo imposto. O que communico a V. S. para o devido cumprimento.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

Ao Conselheiro Visconde de Jequitinhonha parece mui bem exposta a questão, e deduzidas as conclusões, pelo Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas, e concordando inteiramente com ellas é de parecer que se adopte uma disposição generica, que pouha termo as duvidas não só relativas ao café como a quaesquer outros generos de produção, e industria nacional, como fumo, algodão, cacão, e outros, que se transportarem de umas para outras Províncias.

Entendido o art. 14 da Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838, como entendeu a Circular de 10 de Novembro do mesmo anno appensa a de 15 de Maio do anno seguinte; sendo manifesta a contradicção das disposições do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, julga o mesmo Conselheiro que tendo sido até hoje executado o disposto naquella Circular, e não convido sobrecarregar os productos nacionaes, e menos difficultar por meio de impostos, ou outros quaesquer as relações economicas e commerciaes entre as Províncias do Imperio; declarar em vigor a Circular de 10 de Novembro de 1838 e todas as demais que a tem explicado seria a medida que o caso requer.

E isto tanto mais parece certo quanto ao mesmo Conselheiro como ao Conselheiro Director Geral da Tomada de Contas tambem parece que a mente do Regulamento de 1860 foi menos revogar as disposições existentes do Thesouro do que consolida-las e adopta-las de um modo mais favoravel aos interesses do Commercio Nacional e Estrangeiro, o que é expresso no Decreto que precede o Regulamento.

Vossa Magestade Imperial porém, Resolverá o que na Sua Alta Sabedoria, tiver por mais acertado.

Sala das Conferencias em 10 de Novembro de 1862.—*Candido Baptista de Oliveira*.—*Visconde de Itaboraity*.—*Visconde de Jequitinhonha*.

Resolução.

Como parece.—Paço em 19 de Novembro de 1862.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Albuquerque.

N. 591.—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro de 1862.

Sello dos processo administrativos organisados nas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 249 de 7 de Novembro ultimo, que não só a 1.ª observação do art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 resolve a questão proposta em seu dito officio na parte em que diz — ficão comprehendidos na disposição deste artigo os requerimentos, &c., que forem juntos ou appensos a processos administrativos, &c., como porque bem claro é o § 7.º do art 702 do Regulamento de 19 de Setembro do mesmo anno, que declara que os processos administrativos organisados nas Alfandegas são sujeitos ao sello fixo do art. 34 do Regulamento de 10 de Julho de 1850.

Visconde de Albuquerque.

N. 592.—FAZENDA.—em 20 de Dezembro de 1862.

Sujeita aos Direitos de importação um piano que o dono não trouxe consigo, embora allegasse ser elle de seu uso

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1862.

Communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveu indeferir o recurso de Leonie Desmarais da decisão dessa Inspectoria, que sujeitou a pagamento de direitos de importação um piano, que declarou ser de seu uso e profissão importado do Havre no navio *Commercio de Paris*, visto como esse instrumento não acompanhou a recorrente na sua viagem da Europa para o Imperio, não se dando, por isso, o caso previsto nos §§ 15 e 17 do art. 512, e nem em qualquer disposição da Tarifa, combinados com as notas 92 *infine*, e 173 da mesma Tarifa.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Albuquerque.*—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N. 393.—FAZENDA.—Em 20 de Dezembro 1862.

Apprehensão de generos que não haviam sido despachados para exportação nem se achavão declarados no respectivo manifesto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1862.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso dessa Inspectoria, interposto da propria decisão, que declarou improcedente a apprehensão de 354 sacas com café, que se achavão comprehendidas nas 1.913 despachadas pelo Capitão do brigue italiano *Petit Vaisseau*, e constante do manifesto expedido por essa Alfandega, bem como os demais generos em circumstancias identicas; e julgou procedente a apprehensão de 852 sacos de milho e de feijão e 139 barricas com assucar mascavo inferior, de que não havia despacho nem menção no respectivo manifesto: resolveu o mesmo Tribunal que fosse confirmada a primeira parte da referida decisão; por quanto, verificado, como foi pela descarga da embarcação, que os generos mandados entregar por essa Inspectoria achavão-se regularmente despachados, e declarados no manifesto, outro procedimento não cabia no caso.

Quanto, porém, a segunda parte da decisão, que julgou procedente a apprehensão de diversos generos embarcados sem despacho tendo-a por curial, por conformar-se com o disposto no § 13 do art. 642 do Regulamento das Alfandegas, entendem todavia o mesmo Tribunal que não podia tomar della conhecimento; 1.º, por não ser o caso de recurso ordinario, e não existir por parte dos donos dos generos apprehendidos, ou do Capitão, reclamação, nem recurso, tendo sido a apprehensão julgada á revelia do mesmo Capitão, sendo, porém, este intimado na pessoa do Consul de sua nação; 2.º por que a decisão relativa proferida a 6 de Setembro ultimo e intimada a 15 do mesmo mez, passou em julgado, e devia ser executada nos termos do art. 771 do mesmo Regulamento; cumprindo observar que não obstante a citação ordenada pela Inspectoria na pessoa do Consul da Italia, visto a fuga do Capitão, e ignorancia do dono ou donos dos generos apprehendidos, que não os reclamárão, não se devera ter prescindido da citação por editaes, de conformidade com o art. 745 do Regulamento.

E porque suspeitas muito fundadas parem sobre Estevão Leubk, carregador do café despachado, de ser complice no crime de barataria premeditada pelo Capitão, e não obstante haver essa Inspectoria remettido a autoridade criminal os documentos e esclarecimentos necessarios para o respectivo processo, cumpre que V. S. faça riscar de assignante, se o fôr, o mesmo Leubk, e lhe prohiba a entrada nessa repartição.

Decisões do Governo.

E sendo outrosim patente do processo a connivencia do Fiscal do Trapiche Bastos, José Honório da Costa Ramos, no desembarque e embarque fraudulento do café, pelo que foi suspenso por 15 dias, fica elle demittido do referido emprego.

Cumpre, finalmente, observar a essa Inspectoria que é para sorprendher que existindo uma barca de vigia em cada ancoradouro, guarneçada de numerozo pessoal com escaleres para as rondas, que na fórma do Regulamento devem ser effectivas e constantes, tivesse lugar pelo ancoradouro de carga o transitio, repetido de objectos tão volumosos, conduzidos em embarcações tão salientes de tão pesada marcha, como são as catraias de embarque e desembarque de mercadorias, sem que fosse presentido por um dos muitos fiscaes dos ancoradouros, que o Estado paga para esse fim unicamente, se estivessem em seus postos e cumprindo o seu dever; o que revela que a fiscalisação externa e dos ancoradouros é nulla; pelo que a essa Inspectoria se recommenda a mais séria attenção a respeito de semelhante objecto.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 594. — FAZENDA. — Em 22 de Dezembro de 1862.

Sobre despachos de obras impressas obscenas ou contrarias á Religião do Estado.

Ministério dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro — em 22 de Dezembro de 1862.

Haja V. S. de mandar admittir a despacho o volume contendo exemplares da obra « O Ladrão na Cruz », pertencente ao Dr. Roberto Reid Kalley, a que se refere o officio dessa Inspectoria de 21 de Fevereiro ultimo, ficando V. S. na intelligencia de que o art. 516, § 1.º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, na parte em que prohibe o despacho de obras impressas manifestamente obscenas, ou *contrarias á Religião do Estado*, deve ser entendido nos termos do art. 278 do Código Criminal, isto é, obras ou doutrinas que destruão as verdades fundamentaes da *existencia de Deus, e da immortalidade da alma*.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 595. — FAZENDA. — Circular em 23 de Dezembro de 1862.

Que o café transportado de umas para outras Províncias do Imperio não está sujeito ao imposto de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que tendo Sua Magestade o Imperador mandado que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre a representação de varios Negociantes da praça do Rio de Janeiro, reclamando contra a decisão da Alfandega da Côrte pela qual fôra sujeito ao imposto de meio por cento de expediente o café transportado de outras Províncias do Imperio; Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com o parecer de consulta da maioria da mesma Secção de 10 de Novembro proximo findo, Determinar por Sua Imperial e Immediata Resolução de 19 do mesmo mez (*), que não seja sujeito áquelle imposto o café transportado de umas para outras Províncias do Imperio; por quanto este genero, como outros de producção nacional, fôra isento do imposto de expediente pela Lei n.º 60 de 20 de Outubro de 1838, conforme a Circular de 10 de Novembro do mesmo anno appensa a de 15 de Maio do anno seguinte, achando-se por esta razão comprehendido na disposição do art. 625, § 3.º, n.º 6, do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, que exceptua do imposto de meio por cento de expediente, entre outros generos, aquelles que em virtude de Lei ou de contracto se acharem isentos do mesmo imposto.

Visconde de Albuquerque.

(*) Esta Resolução está appensa ao Aviso de 29 de Dezembro de 1862 a Directoria Geral das Rendas Publicas.

N.º 596.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Em 23 de Dezembro de 1862.

Dando instrucções sobre a venda de terras na Serra Negra, no Assunguy a Christiano Guilherme a fim de estabelecer nellas uma Colonia Agricola.

3.^a Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 23 de Dezembro de 1862.

Tendo o Governo Imperial resolvido vender a Christiano Guilherme, Cidadão Dinamarquez, Commandante do Brigue Escuna *Hoabet*, uma legoa quadrada de terras situadas ás margens do Rio Serra Negra, no Assunguy, districto de Paranaguá, para o fim de ali estabelecer uma Colonia Agricola com emigrantes expontaneos seus compatriotas, ordene V. Ex. ao Engenheiro Theodoro Oschz, que dirigindo-se áquelle ponto, e de accordo com o referido Commandante, ou pessoa que legalmente o representante designe a localidade em que tem de ser medido o perimetro da dita legoa concedida, devendo esta medição ser feita á sua custa, e por parte do empresario Christiano Guilherme, e verificada pelo Engenheiro Oschz sem o que não poderá realizar-se a entrega das terras. A venda será feita a razão de meio real a braça quadradada, obrigando-se o Governo a conceder ao empresario comprador como auxilio para a realização de sua empreza uma subvenção de 18\$000, por cabeça até completar o numero de 50 familias ou 250 individuos de qualquer idade. — Realizada a introdução e estabelecimento destas familias se lavrará o contracto da venda das terras, recebendo-se do empresario o preço dellas, e entregando-se-lhe a importância das respectivas subvenções sem obrigação alguma por parte do Governo a nenhum outro auxilio. — Antes porém de se effectuar esta transacção na Thesouraria da Fazenda, e com as formalidades do costume, permittirá V. Ex. que o empresario Christiano Guilherme faça na localidade escolhida, e dentro dos pontos indicados os trabalhos preparatorios precisos para a projectada Colonia, não ficando o Governo Imperial obrigado a indemnisar quaesquer despezas ou bemfeitorias que haja elle feito, no caso em que por qualquer eventualidade deixe de realizar o seu projecto colonial. Do que fôr occorrendo ácerca deste objecto dará V. Ex. circumstanciadas informações a este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Consansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 597.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
em 24 de Dezembro de 1862.

Declara que este Ministerio não tem authorisação para fazer despeza com a sustentação de força armada.

3.^a Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 24 de Dezembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 16 de Outubro ultimo, em que pedio ao Governo Imperial permissão para destacar dez praças da Guarda Nacional a fim de manter a segurança publica no Porto da União, cujos habitantes tem sido vexados pelas correrias de Indios da tribu dos Botocudos, declaro que este Ministerio não tem authorisação para fazer despeza com a sustentação de força armada por pertencer ao da Justiça e ao da Guerra, a quem deve em casos taes essa Presidencia recorrer.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 598. — FAZENDA. — Em 24 de Dezembro de 1862.

Entrega do producto de loterías para realisação do beneficio dos concessionarios, prestação da respectiva fiança e das contas das despezas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex. n.º 59 de 10 do mez ultimo, em que participa haver nomeado uma commissão para encarregar-se da administração e direcção da obra da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú, visto não existir uma confraria ou qualquer outra corporação que della se encarregasse; e consultando V. Ex., á vista da opinião contraria da respectiva Thesouraria de Fazenda se a sobredita commissão estava considerada no numero das que isentou o art. 9.º do Decreto n.º 2.874 de 31 de Dezembro de 1861 para o recebimento, sem prestação de fiança, do producto das competentes loterías; tenho a dizer a V. Ex., que a doutrina daquelle artigo não póde ser applicada á commissão, de que se trata, a qual se acha comprehendida na litteral disposição do § 7.º do art. 2.º da Lei de 18 de Setembro de 1860, n.º 1.099, e do art. 8.º do sobredito Decreto. E a ter por-

tanto, de continuar-se a obra por meio de uma comissão que receba dinheiros adiantados, deve esta ou algum de seus membros, prestar fiança idonea; não se lhe entregando qualquer parte do producto da loteria sem ter apresentado na Thesouraria de Fazenda a demonstração da applicação dada a outra recebida anteriormente.

Como porém V. Ex. assevera, em seu dito officio, que a obra está sendo feita debaixo das vistas dessa Presidencia, pôde a despeza ser paga directamente pela Thesouraria, como se pratica com as obras do Estado, ficando neste caso a comissão dispensada da prestação de fiança.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Albuquerque.* — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 599. — FAZENDA. — Em 24 de Dezembro de 1862.

Os trapiches de arrecadação e transito são isentos do imposto sobre lojas, &c.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1862.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Corte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveo approvar a decisão pela qual foi deferida a reclamação de João Maria do Valle contra o lançamento do imposto sobre lojas, a que ficou sujeito, nos exercicios de 1856—57 e 1857—58, o seu trapiche denominado do — Bastos —, attendendo a que pelo art. 3.º § 2.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844 são isentos do dito imposto os trapiches de arrecadação e transito; convindo observar ao Sr. Administrador que nas suas decisões em casos semelhantes não deve limitar-se simplesmente ao despacho — Deferido —, como se vê do requerimento do dito João Maria do Valle, mas tambem exarar a legislação em cujos termos houver deferido.

Visconde de Albuquerque.

N. 600. — FAZENDA. — Circular em 27 de Dezembro de 1862.

O mate para dourar ou gesso-mate está sujeito aos direitos de 600 réis por arroba e não por libra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, que o — mate para dourar, ou gesso-mate — está sujeito aos direitos de 600 réis por arroba, e não por libra, como por erro typographico se lê no art. 244 da Tarifa, ficando por esta fôrma reclificado o mesmo erro.

Visconde de Albuquerque.

N. 601. — IMPERIO. — Aviso de 27 de Dezembro de 1862.

Ao Arcebispo da Bahia declarando que os dous Seminarios, grande, e pequeno, devem ser considerados como formando um só Seminario Archiepiscopal, sujeitos as mesmas regras, mas com administrações e edificios a parte, denominando-se o 1.º de Estudos Ecclesiasticos, e o 2.º de Estudos Preparatorios.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Dezembro de 1862.

III.º e Rev.º Sr. — Inteirado do que V. Ex. Rev.ª me communica em officio de 11 do corrente mez, com referencia á carta que lhe dirigio o Visitador dos Missionarios Lazaritas no Imperio ácerca da conservação dos actuaes Reitores, e Vice-Reitores dos Seminarios dessa Diocese, tenho de declarar a V. Ex. Rev.ª, em solução á questões relativas aos mesmos Seminarios:

1.º Que, compondo-se o pequeno Seminario de cadeiras de estudos preparatorios, sendo reservados os ecclesiasticos para o grande Seminario, devem ser considerados estes dous estabelecimentos, como formando, ambos, o Seminario Archiepiscopal.

2.º Que, formando estes estabelecimentos um só Seminario, devem continuar todavia os estudos em edificios diversos, e cada um com administração propria.

3.º Que, apesar da separação dos estudos, os Lentes devem ser considerados na mesma categoria, com os mesmos direitos, e deveres, e obrigados reciprocamente ao ensino nas aulas, e aos exames, na conformidade do Decreto n.º 839 de 11 de Outubro de 1851, o qual fica vigorando para ambos os estabelecimentos.

4.º Que, organizado deste modo o Seminario Archiepiscopal, tem de cessar as denominações de grande e pequeno Seminario; as quaes, quando fôr necessario especificar um só destes dous estabelecimentos, poderão ser substituidas pelas de — Seminario Archiepiscopal para estudos ecclesiasticos; e — Seminario Archiepiscopal para estudos preparatorios.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.^{ma} — *Marquez de Olinda*. — Sr. Arcebispo da Bahia.

N. 602. — IMPERIO. — Aviso de 29 de Dezembro de 1862.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo declarando o vencimento que compete ao Bedel da Faculdade de Direito, quando substituir o Official da Secretaria, ou o Secretario, e que o mesmo Bedel não póde ao mesmo tempo substituir a ambos estes empregados.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Dezembro de 1862.

III.º e Ex.º Sr. — Tendo representado o Director da Faculdade de Direito dessa Provincia em officio de 10 do corrente que a Thesouraria de Fazenda recusa pagar os vencimentos a que tem direito o Bedel da mesma Faculdade Firmino José Soares, que estando interinamente no exercicio do cargo de Official da Secretaria, foi designado para substituir o Secretario durante o seu impedimento, declaro a V. Ex. a fim de o fazer constar á mesma Thesouraria :

1.º Que o principio, que deve vigorar naquella Faculdade para o pagamento das gratificações nos casos de substituição, é o seguinte : — O empregado que substituir provisoriamente a outro, tem direito, além dos seus vencimentos, á gratificação do substituido, se esta, junta aos mesmos vencimentos, não perfaz somma superior á que compete ao empregado substituido, quando em exercicio ; porque neste caso abona-se tão sómente a differença de um para outro vencimento.

2.º Que na conformidade do principio acima estabelecido, ao dito Bedel, quando substitue o Official, se deve abonar, além dos seus vencimentos (600\$), não toda a gratificação do substituido,

mas a differença de um para outro vencimento, isto é, 200\$ ficando portanto sem effeito o disposto no Aviso deste Ministerio de 17 de Setembro de 1857, que embora attinja ao mesmo resultado, todavia, quanto aos meios, estabeleceu regra diversa.

3.º Que o dito Bedel, quando seja designado para servir de Secretario, como no caso vertente, só tem direito além dos vencimentos do seu lugar (600\$), á gratificação do daquelle (1:000\$); sendo inadmissivel que accumule tambem a gratificação do Official, pelo facto de não poder substituir ao mesmo tempo a dous empregados, cujas funcções são diversas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 603. — FAZENDA. — Em 30 de Dezembro de 1862.

Sobre perempção de recursos fiscaes interpostos para a instancia superior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1862.

Sendo doutrina estabelecida pelo Aviso de 23 de Outubro de 1856 que não se julga perempto o recurso apresentado em tempo á Instancia superior, competente para tomar delle conhecimento, uma vez que a ordem do Juizo seja tambem a competente, como se deduz da ordem n.º 198 de 29 Maio do mesmo anno expedida em virtude de Resolução de Consulta de Conselho de Estado: não procede a perempção declarada na decisão dessa Inspectoria sobre o recurso de Antonio Pedro Carreira Seixas, Administrador arrendatario do Trapiche do Commercio, relativamente á multa de 200\$, que lhe foi imposta por ter recebido no referido Trapiche uma porção de café sem guia da Alfandega; por quanto a decisão recorrida foi de 16 de Setembro ultimo, o primeiro requerimento de recurso apresentado ao Thesouro do dia 23, e o despacho da Directoria Geral das Rendas, mandando que requeresse por intermedio da Alfandega, de 27 do dito mez.

Remetto, potanto, a V. S. os papeis relativos a semelhante negocio, a fim de que aceite o recurso interposto pelo dito Seixas e o encaminhe ao Thesouro.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Albuquerque*. — Sr. Con-
elheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N. 604.—FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1862.

Das licenças concedidas pelos Presidentes de Provincias e expedidas pelas respectivas Secretarias não se cobrão emolumentos para os cofres geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal de Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte, em resposta ao seu officio n.º 93 de 30 de Outubro ultimo, que bem procedeu mandando restituir ao Porteiro Cartorario da mesma Repartição os emolumentos da licença indevidamente cobrados pela Alfandega da Capital, visto como a tabella de emolumentos annexa ao Regulamento de 19 de Setembro de 1860 não tem applicação ás licenças concedidas pelas Presidencias das Provincias e expedidas pelas respectivas Secretarias, cumprindo, portanto, que o Sr. Inspector assim o previna á mesma Alfandega e lhe observe o disposto nos arts. 682 e 683 do citado Regulamento.

Visconde de Albuquerque.

N. 605.—FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1862.

Os soberanos inglezes devem continuar a ser recebidos por 8\$890 enquanto reger o Decreto de 24 de Outubro de 1857.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 374 de 11 do corrente, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia pondera, que achando-se o cambio a 28 e com tendencias a subir, necessariamente haverá grande importação de soberanos inglezes, e que o commercio e os particulares vacillão na obrigação de os receber pelo valor de 8\$890, taxado pelo Decreto n.º 2.004 de 24 de Outubro de 1857, não obstante assim proceder a Thesouraria, declara, que em quanto reger o mesmo Decreto não podem deixar de ser recebidos e dados em pagamento os soberanos inglezes pelo valor fixado naquelle Decreto; uma vez que tenham o peso marcado e o toque legal.

Visconde de Albuquerque

N. 606. — FAZENDA. — Circular em 31 de Dezembro de 1862.

Não são sujeitas a sello nem a emolumentos as certidões que os Empregados das Alfandegas apresentam para haverem a porcentagem da arrecadação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, que não são sujeitas ao pagamento do sello e emolumentos as certidões que os Empregados das Alfandegas, que se achão addidos ás diversas Repartições de Fazenda, são obrigados a exhibir para haverem as porcentagens que lhes competem.

Visconde de Albuquerque.

N. 607. — IMPERIO. — Aviso de 31 de Dezembro de 1862.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo sustentando as decisões do Aviso de 3 de Agosto do anno passado a respeito do processo disciplinar feito ao Bacharel Pedro Elias Martins Pereira.

4.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 31 de Dezembro de 1862.

Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre os tres requerimentos que acompanhárão o officio de V. S. de 21 de Agosto do anno passado, apresentados á Congregação dessa Faculdade pelo Conselheiro Dr. José Maria de Avellar Brotero, e por ella approvados, pedindo solução de algumas duvidas que lhe occorrêrão ácerca da doutrina do Aviso deste Ministerio de 3 do referido mez, pelo qual foi communicada á Directoria da mesma Faculdade a Imperial Resolução de Consulta de 17 de Julho daquelle anno, relativa á sentença proferida em processo disciplinar feito ao Bacharel Pedro Elias Martins Pereira.

No primeiro requerimento se allega que, tendo o Decreto de 19 de Agosto de 1837 não só estabelecido penas contra os estudantes, que injuriassem o Director e Lentes, mas tambem determinado a fórma do processo que, em taes casos, se devia organizar; e achando-se nos Estatutos, que posteriormente forão dados por Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854,

disposições relativas sómente ás penas, sem que cousa alguma declarassem sobre fôrma de processo, deve entender-se que os ditos Estatutos, alterando a parte penal daquelle Decreto, deixarão em vigor a que trata do processo. E sobre esta argumentação basea-se a conclusão, que não é exacta a doutrina do citado Aviso, quando suppõe achar-se revogado o mesmo Decreto em ambas as referidas partes.

No segundo pede-se que o Governo declare qual a praxe, que se deve seguir, quando fôr necessario chamar pessoas informantes não sujeitas á Faculdade, e se pôde ou não ter applicação a esta especie o Alvará de 21 de Outubro de 1765, § 9.º.

No terceiro pede-se também que se estabeleça regra para proceder-se á citação do réo, estando fóra da Provincia.

E Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por sua Immediata Resolução de 10 do corrente mez com o parecer da sobredita Secção, exarado em consulta de 10 de Novembro ultimo, manda declarar:

Quanto a materia do primeiro requerimento, que as razões nelle expendidas não podem proceder contra a doutrina do Aviso de que se trata, visto que os estatutos das Faculdades de Direito não são omissos, como se diz, quanto as formalidades dos processos, que se tenham de formar para a imposição de penas; do que dão testemunho as disposições dos arts. 115, 116, 119 a 124. E nem se pôde allegar que estes artigos não são applicaveis aos casos de injuria e offensas ao Director, e aos Lentes, mas tão sómente ás infracções de disciplina escolar sujeitas a alçada do mesmo Director, pois que o art. 129 determina que a Congregação tome conhecimento de quaesquer infracções de disciplina quando haja de ser applicada pena de prisão maior de oito dias.

Allega-se também que, se o Governo pelo facto de confirmar a sentença dada contra o Bacharel Martins Pereira no processo organizado pelo dito Conselheiro na qualidade de Lente mais antigo, reconhecendo a legitimidade da autoridade deste na materia de que se trata, reconheceu igualmente a validade do Decreto de 1837, visto que tal autoridade foi creada pelo mesmo Decreto, e não pelos estatutos que são omissos neste ponto. Esta razão carece igualmente do fundamento, por quanto na disposição do art. 9.º dos citados estatutos, em virtude da qual o Lente mais antigo é o substituto do Director quando não haja pessoa designada pelo Governo para esse fim, se contém implicitamente a mesma do Decreto de 1837, quo é invocada.

As regras marcadas para o processo determinado pelos estatutos não contrarião o que é prescripto pelo dito Decreto; são ambos semelhantes, ou antes identicos, e portanto indifferente era que se procedesse, tendo a vista este ou aquelles,

não o sendo, porém, citar-se no processo um ou outro dos mesmos actos, visto que o primeiro se acha revogado e substituído pelo segundo.

Cumpro portanto que fique entendido, que tanto a respeito da penalidade, como do que fôr concernente ao processo, em casos de infracção dos Estatutos, a Congregação da Faculdade se deve por estes reger, e não pelo Decreto de 1837, que foi pelos mesmos Estatutos revogado em parte, e em parte substituído.

Quanto ao objecto do segundo requerimento que, estando o Director ou quem suas vezes fizer, e assim tambem a Congregação, autorisados pelo art. 124 dos Estatutos a chamar testemunhas que souberem do facto, sobre que se intentar o processo, deve o Director, quando se der o caso proposto, fazer intimar por um dos Empregados da Faculdade ao individuo que souber do facto criminoso; e quando elle não compareça, fazê-lo processar como desobediente no fôro commum, por estar incurso no art. 128 do Codigo Criminal.

Quanto ao assumpto do terceiro requerimento, que, quando o réo residir no lugar em que se acha a Faculdade, o Director deverá mandar chama-lo, na fôrma do art. 130 dos Estatutos, por um dos Empregados; e se não fôr obedecido, recorrer á autoridade policial para coagi-lo a vir á sua presença. No caso, porém, de se achar o réo fóra daquelle lugar, cumpre que o Director officie ao Chefe de Policia da Provincia em que elle estiver, a fim de mandar fazer a intimação para que se apresente dentro de um prazo razoavel; e se o réo não obedecer, officiar de novo á mesma autoridade para coagir o desobediente na fôrma do citado art. 130.

O que tudo communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.



ADDITAMENTOS

AS

DECISÕES DO GOVERNO

1861.

N. 1.—GUERRA.—Aviso de 13 de Março de 1861.

Povideciando quanto aos saldos das Enfermarias Militares.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Março de 1861.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—E' regular que os saldos das Enfermarias Militares revertão aos cofres publicos, visto que as despezas desses estabelecimentos não provém só de suas rendas internas, isto é, dos descontos feitos ás praças, que nelles são tratadas, mas de artigos fornecidos pelo Estado como medicamentos e utensis; não é necessario, porém, nem conveniente, que esses saldos sejam recolhidos no fim de cada mez, nem é isso o que está determinado pelo Aviso de 12 de Abril de 1854, que manda fazer sua entrada no fim do semestre. E' consequencia do preceito desse Aviso que, se no fim do semestre houver deficit, seja este preenchido por uma prestação abonada pela Thesouraria de Fazenda por ordem da Presidencia, depois de verificada a existencia do deficit, sendo essa despeza levada á verba — Corpo de Saude e Hospitaes. — A gerencia das Enfermarias, assim como outras quaesquer a cargo dos conselhos economicos dos corpos, está sujeita á fiscalisação das inspecções militares, e á Directoria Geral da Contabilidade deste Ministerio, e não ás Thesourarias de Fazenda, porque taes gerencias são puramente economicas e internas. O que tudo, de ordem de Sua Magestade o Imperador, declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 58 de 18 de Janeiro ultimo, para que o faça constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, e assim seja cumprido.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 2.—GUERRA.—Aviso de 1 de Abril de 1861.

Explicando que o Regulamento de 5 de Outubro de 1855 não revogou os Avisos de 12 de Abril e 29 de Setembro de 1854, que mandarão recolher às Thesourarias de Fazenda os saldos dos Hospitaes e Enfermarias Militares.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 1 de Abril de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao seu officio n.º 92 de 9 de Fevereiro ultimo e representação do Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, que o acompanhou, relativa á exigencia da Thesouraria de Fazenda de 29 de Janeiro, em virtude do Aviso deste Ministerio de 12 de Dezembro do anno passado, ordenando que fossem recolhidos aos cofres da mesma Thesouraria os saldos da caixa da Enfermaria Militar, Determina Sua Magestade o Imperador que V. Ex. faça constar ao Commandante do referido Corpo que o Regulamento n.º 1.649 de 6 de Outubro de 1855 não abrogou os Avisos de 12 de Abril e 29 de Setembro de 1854, que mandarão recolher ás Thesourarias os saldos dos Hospitaes e Enfermarias Militares, visto que, sendo as mesmas auxiliadas com remedios, facultativos e todo o material, não podem esquivar-se á acção fiscal das Repartições de Fazenda, conforme as disposições dos respectivos Regulamentos, e nem em opposição ás terminantes ordens do Governo, póde o mesmo Commandante socorrer-se aos arts. 7, 8 e 12 do citado Regulamento, porque nenhuma applicação tem para o caso vertente.

E porque, pelo exame, a que se procedeu nesta Directoria, se conheça que a Thesouraria denuncia a existencia de saldos da dita Enfermaria maiores de 5:000\$000 réis, e conste do ultimo balancete do referido Corpo de 31 de Dezembro de 1859 que taes saldos são apenas de 1:662\$260 réis, sem que se possa verificar d'onde provém a differença, pela falta dos relatorios e balancetes dos dous semestres do anno passado, porque aquelle Commandante, deixando de cumprir o que é muito recomendado pelo art. 25 do mesmo Regulamento, os não remetteu nas épocas determinadas, cumpre que V. Ex., advertindo-o dessa falta, lhe ordene que com a maior urgencia os remetta a esta Secretaria de Estado para soffrerem o conveniente processo.

Outrosim Determina o Mesmo Augusto Senhor, para que igualmente o faça constar aquelle Commandante, que em materia de arrecadação dos dinheiros do Estado a Thesouraria é competente para intervir nella, assim como o é quando se trata do pagamento e ajustamento de contas da tropa, sem que até o presente ainda alguém contestasse tal direito; o que, todavia, não quer dizer que a mesma Thesouraria tenha de

occupar-se com a tomada de contas dos differentes cofres do Conselho Economico, que está a cargo da Directoria Geral da Contabilidade deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 3.—GUERRA.—Circular de 6 de Abril de 1861.

Versando ácerca da classificação da despeza pertencente a este Ministerio, e determinando que cesse a dos decuriões das Escolas dos Corpos.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Abril de 1861.

Nesta data se remette, por intermedio da Presidencia, a tabella de credito, que se manda abrir a essa Thesouraria de Fazenda por conta do Ministerio da Guerra, no exercicio de 1861—1862.

Chamo a attenção de V. S. para as tabellas do respectivo orçamento, a fim de que na classificação da despeza haja de conformar-se com ellas, tendo em vista que forão organisadas muito differentemente das anteriores. Em relação ao § 5.^o advirto a V. S. que a despeza com decuriões das Escolas dos Corpos deve cessar, embora alli esteja consignada, porque este serviço não deve ser retribuido, nem delle faz menção o art. 89 do Regulamento novissimo de 21 de Abril de 1860.

Tambem recommendo muito instantemente a V. S. que nenhuma despeza seja classificada em paragrapho, em que ella não venha prevista, devendo todas as que estiverem neste caso ser levadas ao § 14.—Diversas Despezas e Eventuaes,—como é costume.

Finalmente haja V. S. de reclamar em tempo qualquer augmento de credito que seja necessario, acompanhando o pedido da competente demonstração, a fim de que nem o serviço padeça, nem essa Thesouraria seja sobrecarregada com o trabalho das despesas autorisadas sob a responsabilidade da Presidencia.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de.....

N. 4.—GUERRA.—Aviso de 23 de Maio de 1861.

Dispondo que o papel e livros que forem necessarios para o expediente e registro da Secretaria do respectivo Commando das Armas sejam, d'ora em diante, fornecidos pelo Arsenal de Guerra, correndo todas as outras despesas por conta da gratificação de 40\$000, marcada na Tabella do 1.º de Maio de 1858.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Maio de 1861.

Ill.º e Ex.º Sr.—Tomando na devida consideração a representação do Tenente General Commandante das Armas dessa Provincia, que acompanhou o officio de V. Ex. n.º 235 do 1.º de Março proximo passado, acerca da insufficiencia da quantia de 40\$000, marcada na Tabella do 1.º de Maio de 1858 para as despesas do expediente da respectiva Secretaria, Ha por bem Sua Magestade o Imperador determinar que, d'ora em diante, o papel e livros, que forem necessarios para o expediente e registro da mesma Secretaria, sejam fornecidos pelo Arsenal de Guerra dessa Provincia, por ordem de V. Ex., á vista de pedido do Secretario rubricado pelo Commandante das Armas, correndo todas as outras despesas por conta daquelle gratificação de 40\$000; e que a despesa já feita, excedente á mencionada gratificação, effectuada pelo Secretario, ou por algum dos Officiaes que o coadjuvã, seja paga na Thesouraria de Fazenda, por despacho de V. Ex., sob conta apresentada pelo mesmo Secretario e authenticada pelo Commandante das Armas, não se attendendo para o futuro a qualquer outra reclamação; o que assim communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução. Devolvo as contas, que vierão annexas á representação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 5.—GUERRA.—Aviso de 28 de Maio de 1861.

Declarando que as obras e utensis da sala das ordens, na qualidade de obras dos palacios, são alheias á Repartição da Guerra, devendo correr as despesas de expediente pela Secretaria do Governo, na fórma da Circular de 22 de Janeiro do corrente anno.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Maio de 1861.

Ill.º e Ex.º Sr. —Tenho á vista o officio de V. Ex. n.º 33 de 17 de Abril proximo passado, com o orçamento da

despeza a fazer com as obras e utensis da sala das ordens dessa Provincia; e, em resposta, cumpre prevenir a V. Ex. que a Thesouraria de Fazenda bem procederia em recusar-se a fazer essa despeza por conta do Ministerio da Guerra, ainda que houvesse credito na verba competente, pois que as despezas com as obras dos palacios são alheias desta Repartição, e as de expediente devem correr pela Secretaria do Governo, como já foi declarado ás Thesourarias de Fazenda em Circular de 22 de Janeiro deste anno. E' engano considerar os Ajudantes de Ordens das Presidencias como constituindo uma Repartição á parte, quando elles, mesmo para a unidade de acção, devem funcionar nas respectivas Secretarias, tendo a seu cargo o que pertencer ao expediente Militar.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 6.—GUERRA.—Aviso de 11 de Junho de 1861.

Solvendo a duvida quanto á legalidade da rubrica do Capitão, que servir de Fiscal no Conselho Economico, nos documentos da sua Companhia.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Junho de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em resposta ao officio do V. Ex. n.^o 99 de 29 de Maio proximo passado, que acompanhou a representação do Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, propondo a duvida que tinha sobre a legalidade da rubrica do Capitão, que servisse de Fiscal no Conselho Economico, nos documentos da sua Companhia, declaro a V. Ex. para o fazer constar áquelle Commandante, que, assim como pelo art. 5.^o do Regulamento de 6 de Outubro de 1855, o Capitão de uma Companhia podia exercer todas as funcções dos Conselhos, com excepção das de Thesoureiro, nenhum inconveniente ha em que os Commandantes dos Corpos de duas Companhias rubricquem documentos pertencentes á Companhia em questão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 7.—GUERRA.—Aviso de 14 de Junho de 1861.

Declarando que os paisanos, que assentão praça, e as praças reconduzidas de deserção estão comprehendidos nas disposições do Aviso Circular de 5 de Junho de 1860, a respeito do abono de etapa.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Junho de 1861.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em resposta ao seu officio de 27 de Maio proximo passado, perguntando se os paisanos, que assentão praça, e as praças reconduzidas de deserção estão comprehendidos nas disposições do Aviso Circular de 5 de Junho de 1860, a respeito do abono da etapa, declaro a V. Ex. que sem duvida assim deve ser; porque não se abonando a cada individuo a etapa do dia de sua entrada no Corpo, mas a do dia da sahida, equilibrada fica sempre a despeza da caixa do rancho, sem faltar a alimentação, que á cada um é devida.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 8.—GUERRA.—Aviso de 18 de Junho de 1861.

Declarando que o preceito do Aviso Circular de 20 de Março ultimo importa unicamente a reproducção do que está disposto nas Instrucções de 24 de Julho de 1857, a fim de que não sejam privados das vantagens, a que ellas dão direito, os Officiaes, que tiverem de seguir a seu destino.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Junho de 1861.

Em solução ás duvidas propostas em seu officio n.º 14 de 13 de Maio proximo passado ácerca da execução, que em alguns casos deva dar ao Aviso Circular de 20 de Março anterior, declaro a V. S. que o seu preceito tende unicamente a reproduzir o que está disposto nas Instrucções de 24 de Julho de 1857, para que os Officiaes, que tem de seguir a seus destinos, não sejam privados das vantagens, que aquellas Instrucções lhes assegurarão; mas de fórma alguma se pôde entender que taes vantagens se devão abonar aos que, tendo ordem de marcha, não sigão na primeira occasião; e, portanto, no caso do 2.º Cirurgião Dr. Fortunato Augusto da Silva está claro que, desde que elle não marchou em tempo, não devêra ter percebido vantagens, que só são devidas aos Officiaes em exercicio, ou em marcha, não bastando a allegação de incommodos, porque

os casos de molestia devem ser comprovados, e para esses ha disposições especiaes.

Deus Guarde a V. S — *Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba.

N. 9.—GUERRA.—Circular de 5 de Julho de 1861.

Regulando o systema, que se deve adoptar para fazer-se effectiva a indemnisação de supprimentos feitos pelos Arsenaes de Guerra e armazens de artigos bellicos á estabelecimentos pertencentes á outros Ministerios.

4.^a Directoria Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Julho de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Acontecendo algumas vezes que os fornecimentos feitos pelos Arsenaes de Guerra ou armazens de artigos bellicos aos differentes Ministerios só chegam ao conhecimento desta Secretaria de Estado quando a indemnisação é impossivel, por estar encerrado o exercicio, á que correspondia o fornecimento: expeça V. Ex. ordem para que a relação dos objectos fornecidos com declaração de seus preços, data da ordem, que autorizou o fornecimento, e segunda via do recibo da autoridade, que o recebeu, sejam immediatamente enviados ao Director Geral de Contabilidade da Guerra, pelo Director do Arsenal de Guerra ou Encarregado do armazem de artigos bellicos, por intermedio da Presidencia, que lho porá o—visto—, a fim de se proceder com urgencia á devida indemnisação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 10.— GUERRA.— Aviso de 12 de Julho de 1861.

Explicando o modo por que deve ser abonada nos respectivos mappas qual-quer peça de fardamento a vencer fornecida ás praças reconduzidas da deserção.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Julho de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accuso a recepção do officio de V. Ex. de 11 do mez de Junho findo, em que transmittio o que lhe

dirigio o Tenente Coronel Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, pedindo explicações ácerca dos seguintes quesitos: 1.º; se dando-se o caso de qualquer praça extraviar o fardamento não vencido, o qual, segundo as disposições em vigor, tem de ser descontado pela quinta parte do soldo para indemnisação da Fazenda Nacional, deve o corpo, logo que ella é reconduzida da deserção, abonar novo fardamento, e neste caso como deve elle ser contado, visto serem prohibidos adiantamentos? 2.º; se abonando-se indevidamente peças de fardamento a alguma praça, e essa praça desertar, como devem taes peças ser consideradas no ajuste de contas no fim do anno, visto ser prohibido mencionarem-se na relação modelo A e mesmo no mappa modelo D?—E em resposta declaro a V. Ex. para o fazer constar ao dito Commandante: 1.º, que a tabella em vigor foi organizada de maneira a evitar abonos de peças a vencer sempre em prejuizo da Fazenda publica, e por isso estabeleceu o fardamento completo gratuitamente para os recrutas, a fim de que sendo fornecido aos corpos do exercito todo o fardamento relativo ao vencimento annual, na fórma das Instrucções de 12 de Janeiro do corrente anno, fosse elle distribuido nas épocas designadas na mesma tabella; 2.º, que não se podendo porém de todo evitar o abono de peças de fardamento ás praças reconduzidas da deserção, depois de cumprida a sentença e que dellas precisarem por não as terem já vencido, comtudo não devem essas peças ser incluidas na citada relação modelo A, nem tão pouco por consequencia no mappa modelo D.

Na relação A deve apparecer o nome da praça reconduzida e na observação a data da reconducção, mencionando-se em relação separada as peças de fardamento abonadas, a fim de que possam ser tomadas em consideração no ajustamento de contas, procedendo-se ao desconto como dispõe o Aviso de 23 de Setembro de 1848, fazendo-se disso menção em relação analoga á do modelo E.—Declaro mais a V. Ex. que não deve ficar sem reparo que o referido Tenente Coronel leu mal a palavra *individualmente*, que se acha na 2.ª parte do Aviso de 20 de Março ullimo publicada em Ordem do Dia do exercito n.º 263 de 10 de Junho subsequente, tomando-a pela palavra *indevidamente*, o que deu talvez lugar as duvidas propostas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N. 11.—GUERRA.—Aviso de 16 de Julho de 1861.

Esclarecendo as duvidas suscitadas na intelligencia do Aviso de 25 de Abril ultimo, versando acerca dos vencimentos, que competem em diversas hypotheses aos lentes, repetidores e professores da Escola Central.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Julho de 1861.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em solução aos quesitos em Aviso de V. Ex. de 12 de Junho proximo passado para esclarecimento das disposições deste Ministerio de 25 de Abril do corrente anno, a saber: 1.^o, desde quando tem direito os lentes, professores e repetidores a perceber a accumulção de vencimentos de que trata o citado Aviso, se da data delle, ou se desde que vigora o ultimo Regulamento da reforma da Escola Central, e neste caso qual o dia em que começou a execução do mesmo Regulamento; 2.^o, se, no caso de dever pagar-se os vencimentos marcados no referido Aviso com relação ao tempo anterior á sua data, os lentes e repetidores são obrigados a exhibir attesção de haverem regido as cadeiras e repetido as materias de sua competencia; ou se, comprovado o exercicio da regencia sem o da repetição, fica por esse simples facto entendido que tem elles direito ás vantagens marcadas para os exercicios duplos ou accumulados; 3.^o, se a disposição do Aviso de que se trata tem applicação aos casos de substituição por motivo de molestia e outros, em que os lentes tem direito aos seus vencimentos integraes, ou se em taes casos se devem observar as regras prescriptas no Decreto de 14 de Outubro de 1857, cujas disposições vigorão para as Repartições de Guerra, em virtude do de 26 de Janeiro de 1860; 4.^o, se já se expedirão as apostillas aos repetidores, que antes tinham a denominação de substitutos ou oppositores, para que tenha lugar a exigencia dos direitos devidos. — Respondo:—Ao 1.^o, desde que se deu accumulção de trabalho, independente da data em que teve execução o novo Regulamento, porque essa disposição deriva-se da faculdade concedida pelo art. 102 do Regulamento do 1.^o de Março de 1858, que foi reproduzida pelo art. 46 do de 21 de Abril, e por consequencia anterior a este ultimo; ao 2.^o, é fóra de duvida que, assim como não se podem pagar gratificações accumuladas sem o attestado de serviço duplo; em relação ao tempo proximo, com maior razão se deve exigir essa formalidade quando se tratar de tempo mais remoto, uma vez que não vá além do corrente anno lectivo, porque, a respeito dos anteriores, se não houve reclamação em tempo, é claro que nada se deve; ao 3.^o, certamente, porque não ha ali contradicção com o que dispõe o Decreto de 14 de Outubro de 1857, e por ser esta uma especie nova, que trata de accumulções de serviço, e não de simples substituições; ao 4.^o,

Additamentos ás Decisões.

finalmente, que ficão dadas as ordens para que os lentes e mais empregados no ensino das Escolas tratem de legalisar seus titulos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Ministro da Fazenda.

N. 12.—GUERRA —Aviso de 17 de Julho de 1861

Declarando que, sendo o premio de engajamento destinado aos soldados, que não tem aspirações a accesso, não pôde ser concedido aos Cadetes em geral.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Julho de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ao requerimento do 1.^o Cadete do 10.^o Batalhão de Infantaria José Sergio Ferreira, informado por V. Ex. em 1 de Junho proximo passado, pedindo o premio de voluntario, que não recebêra quando assentou praça em 1858, por não ter a idade da Lei, faça-lhe V. Ex. saber que, sendo o premio de engajamento destinado aos soldados, que não tem aspirações a accesso, que devem ter os Cadetes, não ha lugar a concessão dessa vantagem ao Supplicante e aos Cadetes em geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 13. —GUERRA. —Aviso de 25 de Julho de 1861.

Declarando que a decisão da Thesouraria de Fazenda quanto ao vencimentos dos réos militares, excluidos perpetua ou temporariamente dos Corpos, está em harmonia com o disposto na circular de 22 de Maio de 1858.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Julho de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accusando recebido o officio de V. Ex. de 19 de Junho proximo passado, em que deu conta de ter approvado a decisão da Thesouraria de Fazenda, em Junta, sobre o vencimento dos réos militares, excluidos perpetua ou temporariamente dos Corpos, tenho de significar a V. Ex. que procedeu regularmente, visto que os sentenciados em taes circumstancias devem ser soccorridos como dispõe a Circular de

22 de Maio de 1858 com tres quartos da etapa fixada para as praças de pret, quando cumprirem sentença nas prisões militares e fortalezas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 14.—GUERRA.—Aviso em 25 de Julho de 1861.

Solvendo a duvida, que se offerece sobre o modo de effectuar-se a despeza com as praças da companhia de menores em serviço nos corpos de guarnição, quando são recolhidas á Enfermaria das do Arsenal de Guerra para serem tratadas.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Julho de 1861.

Em solução á duvida proposta em officio dessa Directoria n.º 178 de 13 de Junho proximo passado, relativa ao modo, por que se deve effectuar a despeza com os menores, que, estando servindo nos corpos da Guarnição da Córte, vão ser tratados na Enfermaria dos do Arsenal de Guerra, em virtude do Aviso desta Secretaria de Estado de 10 daquelle mez, declaro a V. S. que, cessando nos Corpos todo o abono a esses menores durante o tempo da baixa ao hospital, não ha inconveniente em que pelo Arsenal se tirem, em pret especial, os mesmos vencimentos, que elles percebião nos referidos corpos, entrando com sua importancia para a respectiva caixa de administração.

E porque não se tenha resolvido por que modo deva continuar para indemnisação da Fazenda Nacional o desconto dos vencimentos dos menores, que vão servir nos corpos da Guarnição, declaro outrossim a V. S. que em taes casos deve mandar trancar-lhes as respectivas contas, que aliás deverão ser renovadas se elles regressarem novamente ao Arsenal, ou tiverem passagem para o corpo de Artifices.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Córte.

N. 15.—GUERRA.—Aviso de 31 de Julho de 1861.

Estabelecendo como regra que todo o cartuxame consumido com as descargas das paradas nos dias de festividade nacional e com as salvas das Fortalezas deve ser por conta deste Ministerio.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Julho de 1861.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em solução ás duvidas apresentadas pelo Major encarregado do deposito de artigos bellicos dessa Provincia em officio de 19 de Março ultimo, ácerca do fornecimento de cartuxame á Guarda Nacional não só para salvas nos dias de festividade nacional, senão também para funeraes de seus officiaes: de ordem de Sua Magestade o Imperador declaro a V. Ex. que deve ficar estabelecido como regra que todo o cartuxame consumido com descargas nas paradas das festividades nacionaes e com as salvas das fortalezas deve ser por conta deste Ministerio; ficando porém á cargo do Ministerio da Justiça a despeza que se fizer com o cartuxame que fór gasto nos funeraes dos officiaes da Guarda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 16.—GUERRA.—Aviso em 19 de Agosto de 1861.

Confirmando a solução dada á duvida da Thesouraria de Fazenda quanto á continuação do abono da gratificação de auditor interino, durante o exercicio dessas funções, independente de deducção nos vencimentos do effectivo.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Agosto de 1861.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Concordando com o parecer de V. Ex. em seu officio n.º 335 de 14 de Junho ultimo ácerca da gratificação dos auditores interinos, instituidos por Aviso de 1 de Abril de 1858, confirmo a solução que V. Ex. deu á duvida da Thesouraria de Fazenda, de continuar-se a abonar a referida gratificação, quando houver exercicio, sem deducção nos vencimentos do auditor effectivo; devendo, porém, aquella despeza ser levada á rubrica — diversas despesas e eventuaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 17.—GUERRA.—Aviso de 31 de Agosto de 1861.

Determinando que ás praças de pret que frequentão as Escolas Central e Militar sejam abonadas todas as peças de um fardamento fino, a cujo pagamento ficarão obrigadas segundo os preços por que forem carregadas á respectiva Escola.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Agosto de 1861.

Convindo que os alumnos praças de pret que frequentão as Escolas Central e Militar se apresentem regularmente uniformizados, declaro a V. S. em resposta a seu officio n.º 126 de 21 de Junho ultimo, que lhes deverá mandar abonar todas as peças de um fardamento fino, de conformidade com o figurino approved por Aviso de 28 de Janeiro ultimo, a cujo pagamento ficarão elles obrigados segundo os preços por que taes peças estiverem carregadas á Escola, procedendo-se de accordo com as observações exaradas na inclusa tabella, organizada á vista das disposições dos arts. 73 e 74 do Regulamento especial da dita Escola de 18 de Janeiro do corrente anno.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Brigadeiro Commandante da Escola Militar.

N. 18.—GUERRA.—Aviso em 9 de Setembro de 1861.

Declarando que aos Officiaes reformados ou demittidos se devem abonar todos os vencimentos, a que tiverem direito até a data da publicação da reforma ou demissão no lugar, em que se acharem.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Setembro de 1861.

Sua Magestade o Imperador, deferindo a supplica do Capitão reformado Vicente Ferreira Gomes, Ha por bem ordenar que Vm. lhe mande ajustar contas, pagando-lhe por inteiro os vencimentos a que tiver direito, conforme o exercicio em que esteve até a data da publicação de sua reforma no corpo ou lugar em que se achava, pois que o soldo da reforma só deve correr dessa data em diante, passando-lhe depois guia para o Thesouro Nacional.

Esta disposição ficará regulando os casos semelhantes de reforma ou demissão, porque não é justo que o Official, estando em serviço e tendo percebido vencimentos a que tinha incontes-

tavel direito, tenha de soffrer posteriormente desconto dos que muito regularmente recebêra.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 19.—GUERRA.—Circular de 11 de Setembro de 1861.

Determinando que os orçamentos de qualquer obra, cuja execução tenha de ser levada a effeito, deverão ser acompanhados da respectiva planta e de uma descripção minuciosa.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Setembro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A fim de se poder fazer uma justa apreciação de todas as circumstancias relativas a qualquer obra militar, cuja execução tenha de ser levada a effeito, declaro a V. Ex. que os respectivos orçamentos deverão sempre ser acompanhados de uma planta e de uma descripção minuciosa da obra projectada. Quando porém, por qualquer motivo, a planta não puder ser remettida, sê-lo-ha a descripção, a qual depois que a obra fôr approvada e arrematada, será mencionada nos contractos de arrematação que se fizerem, devendo enviar-se copia destes contractos a esta Secretaria de Estado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 20.—GUERRA.—Aviso em 4 de Outubro de 1861.

Declarando que as sentenças absolutórias, proferidas pelos Conselhos de Guerra, não estabelecem direito ao abono de meio soldo, nem produzem outros quaesquer effeitos, visto que dependem de confirmação do Conselho Supremo Militar, cujas sentenças unicas tem o caracter de definitivas.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Outubro de 1861.

Não podendo ser reconhecida a divida de 27\$000, processada por essa Thesouraria de Fazenda em 3 de Setembro proximo passado a favor do Capitão Luiz Muniz Barreto Netto, proveniente do meio soldo que deixou de receber quando esteve em

Conselho de Guerra, por isso que esse Official não foi absolvido, como erradamente declara a informação lançada no mesmo processo, mas condemnado, por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça de 20 de Fevereiro ultimo, a um anno de suspensão do commando, cumpre que V. S. mande fazer a conta do que illegalmente se lhe pagou, pelo mesmo motivo, pertencente ao exercicio de 1860—1861, e lhe faça carga de sua importância para lhe ser descontada pela metade do soldo que fôr vencendo, até completa indemnisação dos cofres publicos, — recommendando outrosim que para o futuro não se tomem as sentenças do Conselho de Guerra pelas definitivas do Conselho Supremo Militar de Justiça, que são as que condemnão ou absolvem os réos.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco.

N. 21.—GUERRA.—Aviso em 11 de Outubro de 1861.

Declarando que, gozando os particulares das mesmas honras dos 1.^{os} e 2.^{os} Cadetes, não tem igualmente direito ao premio de engajamento concedido aos voluntarios do exercito.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Outubro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em solução ao seu officio n.º 231 de 20 de Setembro proximo passado, em que consulta se os particulares se achão no mesmo caso dos Cadetes, que por Aviso de 17 de Julho proximo findo forão julgados sem direito ao premio de engajamento, que é concedido aos voluntarios do exercito, declaro a V. Ex. que, gozando os 2.^{os} Cadetes das honras dos 1.^{os}, e os 3.^{os} das mesmas dos 2.^{os}, é obvio que todos estão no mesmo caso, e consequentemente que o disposto no mencionado Aviso de 17 de Julho é extensivo aos particulares.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 22.—GUERRA.—Circular de 16 de Outubro de 1861.

Recommendo que não seja fornecido aos Corpos do Exército fardamento algum sem ordem desta Secretaria de Estado, por isso que os pedidos para todo o anno devem ser remettidos no mez de Janeiro.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Outubro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo-se verificado que alguns corpos do Exército apresentam em seus ajustes de contas maior numero de peças de fardamento do que as que se lhes tem mandado fornecer á vista dos respectivos pedidos, concluindo-se por consequencia que taes fornecimentos tem sido feitos sem ordem desta Secretaria de Estado, e não convindo a continução de semelhante systema, por isso que os pedidos de fardamento para todo o anno devem, em conformidade das Instrucções de 12 de Janeiro ultimo, ser remettidos annualmente no mez de Janeiro, incluindo-se nelles o que fôr destinado para os recrutas, como dispõe o Aviso circular de 25 de Abril ultimo, assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 23.—GUERRA.—Aviso de 17 de Outubro de 1861.

Explicando os casos em que as praças de pret sentenciadas a trabalhos de fortificações ou obras publicas, por tempo menor de 6 annos, tem direito ao abono do respectivo vestuario.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Outubro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sendo presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 796 de 14 de Setembro ultimo acompanhado de outro por copia do Coronel Commandante das Armas dessa Provincia, cobrindo o que lhe dirigio o Tenente Coronel Commandante do 9.º Batalhão de Infantaria, em que solicita esclarecimentos sobre a maneira de prestar o vestuario ás praças de pret sentenciadas por tempo menor de 6 annos: O Mesmo Augusto Senhor Ha por bem mandar declarar a V. Ex. que as praças de pret sentenciadas a trabalhos de fortificação ou obras publicas por tempo menor de 6 annos tem direito ao abono de soldo, etapa e farda-

mento pelos Corpos a que pertencerem ou a que estiverem addidas, sendo além disso curadas nos hospitaes militares, conforme a Provisão de 21 de Março de 1829 e a Ordem do dia do exercito n.º 14 de 9 de Maio de 1857. Caso porém as 12 praças a que o Commandante do 9.º Batalhão de Infantaria denomina *sentenciados excluidos* por menos de 6 annos sem vencimentos militares tenham sido condemnadas pelo Jury, como se deprehende de seu officio, não devem nesta hypothese continuar a permanecer no Batalhão; por quanto em virtude da Provisão de 29 de Fevereiro de 1844 taes praças devem ser recolhidas á cadêa publica á disposição dos Magistrados civis, e não devem ficar addidas a corpo algum, conforme o Aviso deste Ministerio de 9 de Novembro de 1847, recebendo pela Repartição a que forem entregues os soccorros caritativos desde que forem excluidas temporariamente dos corpos a que pertencerem, aos quaes deverão voltar depois de cumpridas as sentenças, para completarem o seu tempo de serviço como dispõe a citada Provisão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 24.—GUERRA.—Aviso de 17 de Outubro de 1861.

Mandando abonar etapa aos Alferes Alumnos da Escola Central em quanto frequentarem os exercicios praticos na Fabrica de Polvora e em outros lugares distantes.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Outubro de 1861.

Fique Vm. na intelligencia de que aos Alferes Alumnos da Escola Central deve mandar abonar etapa em quanto frequentarem os exercicios praticos na Fabrica da Polvora e outros lugares distantes, conforme se determinou por Aviso de 14 de Dezembro do anno passado.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N. 25.—GUERRA.—Circular de 30 de Outubro de 1861.

Mandando observar as Instrucções de 8 de Novembro de 1858, na parte applicavel ao pagamento dos destacamentos longe da Capital.

4.^a Directoria Geral.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Outubro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Convindo, que não só os differentes Corpos do Exercito, como os seus destacamentos estejam sempre pagos em dia, e podendo dar-se o caso de haver ali, por necessidade do serviço publico algum destacamento longe da Capital dessa Provincia; recommendo a V. Ex. que em taes circumstancias deverá mandar observar o que dispõe as Instrucções dadas para a de Goyaz, por Aviso de 8 de Novembro de 1858, que vem impressas na collecção dos actos do Governo daquelle anno, na parte que fôr applicavel ao caso occorrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 26.—GUERRA.—Aviso de 31 de Outubro de 1861.

Declarando que nenhum objecto pertencente ao material do Exercito, não obstante ter completado o tempo de sua duração, pôde ser dado em consumo sem que a respeito d'elle se proceda na forma determinada no Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Outubro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Declaro a V. Ex. em resposta a seus officios n.^{os} 281 e 282 de 26 de Setembro ultimo, que nenhuns objectos pertencentes ao material do Exercito podem ser dados em consumo sem que se proceda de accordo com o que manda o Aviso Circular de 10 de Agosto de 1853. O simples facto de terem completado o tempo de duração não autorisa a assim proceder-se sem que sejam previamente julgados inserviveis por uma commissão de officiaes estranhos ao corpo, ou estabelecimento a que pertencem, nem tão pouco artigo nenhum pôde ser substituido sem que seja cumprida esta disposição. Devolvo portanto os pedidos de objectos para o forte de S. Luiz, a fim de que V. Ex. dê suas ordens neste sentido.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 27. — GUERRA. — Circular de 5 de Novembro de 1861.

Explicando o modo de se proceder ácerca dos abonos de fardamento que devem ser feitos aos recrutas durante o ensino e quando passarem a promptos.

3.^a Directoria Geral. — 3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Novembro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Não tendo sido bem comprehendida por alguns Corpos do Exercito a 1.^a observação em relação á 5.^a da tabella de 23 de Junho do anno passado relativa ás peças de fardamento que se devem distribuir ás praças do Exercito em épocas designadas; e podendo dahi resultar duplicatas nos abonos de um mesmo anno, fique V. Ex. na intelligencia de que os recrutas durante o ensino tem direito ao recebimento de todas as peças de fardamento que lhes concede a sobre-dita 1.^a observação, á excepção da sobrecasaca e calça de panno que só lhes devem ser abonadas depois que passarem a promptos. Os recrutas porém dos corpos existentes nas Provincias de Minas, Paraná, Santa Catharina e S. Paulo devem receber durante o inverno uma calça e uma fardeta de panno: e aos que existem na Provincia do Rio Grande do Sul abonar-se-hão uma calça de panno e as blusas que são concedidas ás demais praças pela observação 3.^a da mesma tabella. Fica outrosim estabelecido o fornecimento, de 6 em 6 mezes, de um enxergão, cujo modelo será remittido pelo Arsenal de Guerra da Côte aos Conselhos Administrativos para o fornecimento dos Arsenaes, em substituição das esteiras que são supprimidas. E como o calçado que actualmente se fornece ao exercito torna desnecessario o uso de polainas, ficão estas igualmente supprimidas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 28. — GUERRA. — Aviso de 13 de Novembro de 1861.

Estabelecendo novas dimensões para os estandartes e hastes que d'ora em diante tiverem de ser fornecidos pelo Arsenal de Guerra da Côte aos Corpos de Cavallaria do Exercito.

3.^a Directoria Geral. — 3.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Novembro de 1861.

Declaro a V. S. para seu conhecimento e execução que os estandartes que d'ora em diante tiverem de ser fornecidos

por esse Arsenal aos Corpos de Cavallaria do Exercito deverãõ ter as folhas de seda quatro palmos sobre dous e meio, e as hastes doze e meio ditos de comprimento, em vez das folhas de seis sobre quatro palmos, e as hastes de onze ditos que teem os actuaes estandartes.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Corte.

N. 29.—GUERRA.—Aviso de 7 de Dezembro de 1861.

Declarando que, com quanto as tabellas de fardamento não tratem das divisas dos Inferiores, Cabos e Anspeçadas dos Corpos do Exercito, devem estas todavia ser fornecidas sempre que forem contempladas nas respectivas notas.

3.^a Directoria Geral.—3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Dezembro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Inteirado de quanto expõe V. Ex. em seu officio n.º 334 de 22 de Outubro ultimo ácerca da duvida que se lhe offerece sobre o fornecimento de divisas aos Inferiores, Cabos e Anspeçadas dos Corpos do Exercito, declaro a V. Ex. para seu conhecimento, que com quanto as tabellas de fardamento não tratem daquella especie pela sua pouca importancia, devem todavia taes divisas ser fornecidas sempre que forem contempladas nas respectivas notas, como se deu no caso em questão com a do Corpo de Guarnição dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 30.—GUERRA.—Aviso de 13 de Dezembro de 1861.

Determinando que cesse o abuso de distrahir-se da caixa do rancho para a de economias licitas o agio proveniente da moeda legal reduzida á que corre no mercado, o qual deve reverter a favor do rancho, cumprindo que em geral os Conselhos Economicos sejam mais cautelosos na ultimação dos contractos para fornecimento de viveres, visto que a má alimentação dos soldados se deve attribuir á essas causas, e não á insufficiencia das etapas fixadas ou a tabella de 24 de Setembro de 1828.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Dezembro de 1861.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho presente o relatorio da inspecção passada ultimamente ao 12.^o Batalhão de Infantaria, em que

o Brigadeiro Inspector observa que a etapa fixada para o 1.º semestre deste anno fôra insufficiente, e por isso os soldados tinham sido mal alimentados.

E' isto um facto lamentavel e digno de severa censura, tanto mais que se pretende attribui-lo á insufficiencia da etapa, quando outra foi a causa, e muito saliente para ser desconhecida. No semestre de que se trata foi a caixa do rancho defraudada da quantia 1:103\$967, proveniente de agio da moeda legal, a favor da caixa de Economias licitas, e ainda assim ficou naquella caixa, em 30 de Junho de 1861, o saldo de 253\$968. Portanto á este abuso, e não á insufficiencia da etapa, se deve attribuir a penuria, por que passarão as praças do Corpo.

O Governo Imperial tem tido muito em vista esta parte da administração, como já se demonstrou na ordem do dia n.º 282 de 19 de Setembro ultimo, attendendo de prompto ás reclamações de que teve noticia, e não cessa de recommendar ás Thesourarias da Fazenda que sejam cautelosas na confecção das avaliações semestraes, ás quaes todavia quasi sempre concede augmentos razoaveis. Não está, pois, demonstrado que este ou outro facto semelhante, condemne a tabella de 24 de Setembro de 1828, que aliás não pôde ser alterada á arbitrio do Governo; e, para evitar que se reproduza, Ordena Sua Magestade o Imperador que cesse o abuso indicado de se distrahir da caixa do rancho para a de economias licitas o agio proveniente da moeda legal reduzida á que corre no mercado, que deve ficar á favor do mesmo rancho, e, como complemento á esta medida, que os Conselhos Economicos sejam muito cautelosos na ultimação dos contractos para fornecimento de viveres, procurando por todos os meios a seu alcance realiza-los com os negociantes mais acreditados e que melhor cumprão seus compromissos. O que tudo communico a V. Ex. para que assim o faça executar.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Caxias*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 31. — GUERRA. — Em 23 de Dezembro de 1861.

Marcando o vencimento do Amanuense do Laboratorio do Campinho.

4.ª Directoria Geral. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Dezembro de 1861.

III.º e Ex.º Sr. — Tendo-se omittido no Regulamento provisorio de 28 de Fevereiro do corrente anno para o Laboratorio

Pyrotechnico do Campinho, marcar vencimentos para um Amanuense, lugar indispensavel para a escripturação das officinas, e mesmo para servir nos impedimentos do Escrivão, fica estabelecido para o referido lugar o vencimento annual de 600\$000 de ordenado e 300\$000 de gratificação. O que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Caxias*—Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos.

1862.

N. 1.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 9 de Janeiro de 1862.

Dá providencias sobre a abreviação do tempo para a construcção da via ferrea de S. Paulo.

2.^a Secção.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.—
Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Com-
mercio e Obras Publicas em 9 de Janeiro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade o Imperador Tendo-Se
Conformado por Sua Imperial Resolução de 28 de Dezembro
do anno proximo findo com o Parecer da Secção dos Negocios
do Imperio do Conselho de Estado, relativo ao requerimento
em que os contractadores da Estrada de ferro de Santos a Jun-
diahy pedem 50.000 £ de premio por cada anno que diminui-
rem no prazo marcado para a promptificação da mesma es-
trada, Ha por bem declarar: 1.^o, que ha vantagens para os
contractadores e para a Provincia de S. Paulo, e por conse-
quencia para o Estado, em se abreviar o tempo da construcção
daquella via ferrea, mas que ellas só existirão para este ultimo,
fazendo-se algumas modificações nas condições propostas; 2.^o,
que é necessario que haja proporção entre a quantia com que o
Governo ha de contribuir em execução do contracto, e a que
terá de pagar proveniente dos juros da garantia, o que por
certo não se dará com a quantia de 50.000 £, que deverá por
isso ser reduzida; 3.^o, que se deve contar, nas reduções annuaes
propostas, sómente anno por inteiro, não se admittindo fracções
de anno, por ser isso inconveniente; 4.^o, finalmente, que tendo
os empregarios contractado com a Directoria da Companhia deve
ser esta ouvida para que depois não venha com reclamações;
ficando entretanto dependente da approvação da Assembléa
Geral a quantia que houver de ser contractada, como premio,
pela anticipação da época em que a estrada de ferro, segundo
os contractos existentes, deve ficar terminada. O que communico

a V. Ex., em resposta ao seu officio de 13 de Julho do anno proximo findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

— De igual teor e em data de 8 ao Ministerio da Fazenda.

N. 2. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Aviso de 9 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente de S. Paulo communicando a Resolução da Consulta da Secção do Conselho de Estado relativa ao requerimento em que os contractadores da Estrada de ferro de Santos a Jundiahy pedem 50.000 £ de premio por cada anno que diminuirẽm no prazo marcado para a promptificação da mesma estrada.

2.^a Secção. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 9 de Janeiro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 13 de Julho do anno proximo findo, que tendo Sua Magestade o Imperador Se conformado com o Parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado relativo ao requerimento em que os contractadores da Estrada de ferro de Santos a Jundiahy pedem 50.000 £ de premio por cada anno que diminuirẽm no prazo marcado para a promptificação da mesma estrada: Houve por bem declarar, por Sua Imperial Resolução de 28 de Dezembro do anno proximo findo: 1.^o, que ha vantagens para os contractadores e para a Provincia de S. Paulo, e por consequencia para o Estado em se abreviar o tempo da construcção daquella via ferrea, mas que ellas só existirão para este ultimo, fãzendo algumas modificações nas condições propostas; 2.^o, que é necessario que haja proporção entre a quantia com que o Governo ha de contribuir em execução do contracto, e a que terá de pagar proveniente de juros de garantia, o que por certo não se dará com a quantia de 50.000 £, que deverá por isso ser reduzida; 3.^o, que se deve contar nas reduções annuaes propostas sómente annos por inteiro; 4.^o, finalmente, que deve ser ouvida a Directoria da Companhia, para que depois não venha com reclamações, ficando entretanto dependente da approvação da Assembléa Geral a quantia que houver de ser contractada como premio pela anticipação da época em que a Estrada de ferro deve ficar terminada.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 3.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 11 de Janeiro de 1862.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro para que informe se nas duas Estradas de ferro de Mauá e Friburgo tem sido observado o Regulamento de 26 de Abril de 1857, e declara que na conformidade delle compete á Presidencia toda a fiscalização para garantir as vidas dos passageiros e valores transportados.

N.º 1. — 2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Janeiro de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Convindo que o Governo Imperial tenha conhecimento de todos os accidentes que se derem nas obras, vias e estações das estradas de ferro de Mauá e Nova Friburgo, haja V. Ex. de remetter á esta Secretaria de Estado com a possível brevidade a relação dos casos notaveis que occorrem nas referidas estradas, como sejam os de morte, ferimentos e contusões de passageiros, empregados e de outras quaesquer pessoas, bem como os de collições, choques e desencarrilhamentos que tiverem lugar durante o mez anterior, incluídos os motivos que forão indicados. Nestes mappas não só se explicão o numero de cada especie de accidentes, como nas observações as causas que os produzirão e as providencias tomadas quer para evitar a sua reprodução, quer para a punição do que a elles tiverem dado causa.

Na palavra accidentes comprehendem-se todos os successos, inclusive o retardamento das sahidas e chegadas dos trens nas diversas estações, os quaes não estiverem de accordo com os Regulamentos e ordens que regem a construcção e custeio da estrada de ferro. Convém finalmente que V. Ex. informe se naquellas duas estradas se tem observado o Regulamento de 26 de Abril de 1857, na parte relativa a fiscalização que compete á Presidencia para garantir as vidas dos passageiros e valores transportados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 4.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 14 de Janeiro de 1862.

Approva o contracto com alterações feitas pelo Presidente de Pernambuco para transportes, entre a Estação das Cinco Pontas e o Bairro do Recife, dos generos conduzidos pela Estrada de ferro.

N.º 3.—2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.
—Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 14 de Janeiro de 1862.

Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio de 21 de Dezembro proximo passado, que o Governo Imperial conformou-se com as alterações ordenadas por V. Ex. no contracto celebrado pela Companhia da Estrada de ferro dessa Provincia, e alguns negociantes da praça, para transportes entre a Estação das Cinco Pontas e o Bairro do Recife dos generos conduzidos pela mesma estrada, a fim de dar garantia aos donos dos generos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 5.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 15 de Janeiro de 1862.

Providência sobre as obras particulares que se construirem ou estejam a construir-se junto ao aqueducto da Carioca.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.ª Secção.—
N.º 23.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 15 de Janeiro de 1862.

A' vista do que Vm. expendeu em seu officio datado de 26 de Dezembro findo, póde Vm. mandar proceder por conta da verba —Obras Publicas do Municipio— a execução dos concertos mais indispensaveis na parte do aqueducto da Carioca que abateu com a queda da muralha de um predio do Largo do Guimarães em Santa Thereza, regulando-se para esse fim pelo orçamento que remetteu com aquelle seu officio na importancia de 1:740\$000. E para que no futuro se evitem novas despesas da natureza das que ora se mandão fazer e os inconvenientes que podem resultar de ficar obstruido ou cortado o referido aqueducto, cumpre que Vm. exerça de sua parte toda a fiscalisação sobre as obras particulares que se construirem ou estejam a construir-se junto ao aqueducto.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
— Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

N. 6.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 18 de Janeiro de 1862.

Determina que os africanos livres empregados na exploração do rio Jequitinhonha fiquem ao serviço de quaesquer obras publicas da Provincia.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 1.^a Secção. —
N.º 7. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 18 de Janeiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Communico a V. Ex. em resposta ao officio dessa Presidencia de 12 de Outubro do anno proximo findo que devendo os africanos livres estar occupados em algum serviço publico geral ou provincial por conta desse serviço correrão as despesas necessarias com o sustento, vestuario e casa destes trabalhadores. Não devem portanto ser entregues taes africanos a nenhum particular, e se o forão não tem applicação qualquer somma concedida para aquelles fins, por isso que os serviços que elles prestão, são de certo mais valiosos do que a importancia da sua subsistencia. Recommendo outrosim a V. Ex. que se não é possivel empregar esses africanos na exploração do rio Jequitinhonha, como se determinou a essa Presidencia em Aviso de 17 de Julho do anno supra mencionado, fiquem elles ao serviço de quaesquer obras publicas da Provincia; convindo que V. Ex. informe quaes os serviços que elles tem feito depois que forão entregues pelo Barão de S. Lourenço.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mellô.*
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 7. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 22 de Janeiro de 1862.

Providencia sobre córtes nos montes encravados nesta cidade, e bem assim para que se exerça a mais rigorosa vistoria para conhecer-se o estado dos edificios e muros vizinhos ao (morro do) Castello.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 1.^a Secção. —
N.º 8. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Janeiro de 1862.

Sendo de mais urgente necessidade que por meio de posturas se deem providencias não só para que nos montes encravados nesta cidade, e principalmente no do Castello se não fação córtes sem que precedão exames de Engenheiros e per-

missão da Illustrissima Camara, como tambem para que se exerça a mais rigorosa vistoria para conhecer-se o estado dos edificios e muros vizinhos a este monte, que ameassem desabar; assim o Manda Sua Magestade o Imperador declarar á Illustrissima Camara Municipal, a fim de que tome aquelle objecto na mais séria consideração.

Manoel Felixardo de Souza e Mello.

N. 8.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 26 de Janeiro de 1862.

Providencia sobre a demarcação da estrada de ferro de D. Pedro II.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N.º 11.—16 de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 26 de Janeiro de 1862.

Em resposta ao seu officio de 31 de Dezembro proximo findo que acompanhou por copia o do Presidente da Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II, communico a Vm. para o fazer constar ao referido Presidente, que a Directoria fazendo a demarcação das vias ferreas por medidas inglezas, fixando marcos de milha a milha, e considerando quatro destas equivalentes a uma legua de 3.000 braças, infringio não sómente o regulamento approved pelo Decreto n. 1.930 de 26 de Abril de 1857, que manda demarcar as estradas de ferro de 750 em 750 braças, ou de quarto em quarto de legua de 3.000 braças, como tambem o art. 36, base primeira e setima do contracto de 10 de Maio de 1835, que manda cobrar a taxa do frete de generos e do transporte de passageiros por legua de tres mil braças. Tomadas quatro milhas pela legua fixada no contracto ficão cerceadas 63.968 braças em cada uma dessas leguas, o que segundo a planta existente nesta Secretaria de Estado deve ter determinado pagamento indevido de fretes e transportes para diversos pontos da linha ferrea. As tenues diferenças entre unidades, bem que pareção de nenhum alcance, quando se tem pequenas quantidades a avaliar, nas grandes apresentam resultados bem sensiveis, e é este um dos motivos, por que tanta exactidão se exige na grandeza das unidades de todas as especies. E com quanto não se devera, á vista do que se acha exposto, praticar o que se fez nem era permittido, por tanto tempo, conservar-se o erro commettido; comtudo tratando-se de estabelecer um novo systema metrico, que tambem seja

adoptado antes de effectuada a nova medição e demarcação da estrada de ferro de D. Pedro II, e de organisar-se a tarifa, segundo os resultados desta medição legitima, inutil talvez venha a ser a despeza que se ha de fazer com a nova demarcação, e por isso acceda Vm. ás reflexões feitas pelo Presidente da mencionada estrada no officio citado.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.* — Sr. Engenheiro Fiscal da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 9.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 28 de Janeiro de 1862.

Declara que mereceu a approvação do Governo Imperial o procedimento do Engenheiro Fiscal da estrada de ferro, oppondo-se a uma decisão da Companhia.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. — N.º 7. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 28 de Janeiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo merecido a approvação do Governo Imperial o procedimento do Engenheiro Fiscal da estrada de ferro dessa Provincia, oppondo-se pelas razões que pondera no officio que acompanhou por copia o de V. Ex. de 14 do corrente, a que a companhia concedesse a Waring e Brothers, empreiteiros da construcção da 3.^a e 4.^a Secções da mesma estrada, uma remuneração para que consintão elles que actualmente seja aberta ao trafego publico a 3.^a Secção, allegando que a passagem dos trens por essa parte da linha, ainda não concluida virá acarretar maiores dispendios a que não se havião elles obrigado. Assim o communico a V. Ex. em resposta ao seu officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 10.—GUERRA.—Aviso de 4 de Fevereiro de 1862.

Mandando adoptar a tabella das distancias dos Municipios e Freguezias da Provincia do Rio Grande do Sul, para os ajustes de contas.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Fevereiro de 1862.

Remetto a Vm. a tabella das distancias dos Municipios e Freguezias da Provincia do Rio Grande do Sul, para que se regule por ella nos ajustes de contas de ajudas de custo por viagens na mesma Provincia.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias*.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Corte.

MAPPA DAS DISTANCIAS DOS MUNICIPIOS E FREGUESIAS DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.

LEGUAS.		Porto Alegre.																											
2 1/2	Freguezia de Nossa Senhora de Belém.																												
4	3	Dita de Nossa Senhora da Conceição do Viamão.																											
5	6	3 1/4	Dita de Nossa Senhora dos Anjos d'Aldéa.																										
14	13 3/4	10	6 1/4	Dita de Santo Antonio da Patrulha.																									
22 1/2	21 1/4	17 1/2	16 1/4	10	Dita de Nossa Senhora da Conceição do Arroio.																								
25	25	22 1/2	18 3/4	10 1/2	13 3/4	Dita de S. Francisco de Paula de Cima da Serra.																							
37	33 1/2	32 1/2	30 1/2	24	15	17 1/2	Dita de S. Domingos das Torres.																						
43 3/4	45 1/4	43 3/4	40	35	37 3/4	25	35 1/4	Dita de Nossa Senhora da Oliveira da Vaccaria.																					
66 1/4	55	50 1/2	61 1/4	67 1/2	73 3/4	79	87 1/2	97 1/2	Dita de S. Pedro do Rio Grande.																				
71 1/2	71	75	76 3/4	83 1/2	89 1/4	95	105	113 1/2	16 1/4	Dita de Nossa Senhora da Conceição de Taim.																			
53 3/4	52 1/2	56 1/4	59 1/4	55 1/2	72 1/2	78	87 1/2	95 1/2	5 3/4	17 1/2	Dita de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo.																		
52 1/2	52 1/4	55 3/4	58 3/4	65	72 1/2	77 1/2	87 1/2	95 1/2	8	18 3/4	2 1/2	Dita de S. Francisco de Paula de Pelotas.																	
56 1/4	56 1/4	58 3/4	62 1/2	68 3/4	76 1/4	80	91 3/4	96 1/4	15	18 3/4	5 3/4	5 1/4	Dita de Nossa Senhora da Conceição do Serro da Boa Vista.																
40	38 3/4	42 1/2	46 1/4	52 1/2	59 1/4	63 3/4	75	81 1/4	17 1/2	31 1/4	11 3/4	13 3/4	17 1/2	Dita de Nossa Senhora da Conceição do Equicirão.															
25	25 1/2	30	32 1/2	38 3/4	47 1/2	50	62 1/2	67 1/2	32 1/2	46 1/4	28 3/4	27 1/2	20	3 3/4	Dita de S. João Baptista de Camacuum.														
18 3/4	17 1/4	22 1/2	25	31 3/4	39 1/4	43 3/4	55	61 1/4	37 1/2	51 3/4	35	33 3/4	37 1/2	20 1/2	7 1/2	Dita de Nossa Senhora das Dóres de Camacuum.													
55	54	56 1/4	59 1/4	65 1/2	71 1/4	77 1/2	86 1/4	97 1/2	1 3/4	18 3/4	18 3/4	10 1/2	16 1/2	16 1/2	30 1/2	35	Dita de S. José do Norte.												
47 1/2	46 1/2	48 3/4	52 1/2	57 1/2	63	70	77 1/2	90	11 1/4	26 3/4	26 3/4	15 1/2	22 1/2	13 3/4	26 1/4	28 3/4	8 3/4	Dita de Nossa Senhora da Conceição do Estreito.											
20	28	28 3/4	32 1/2	36 1/4	39 1/4	50	53 3/4	71 1/4	35	51 1/4	36 1/2	37 1/2	12 1/2	26 1/2	23 3/4	18 3/4	24	25	Dita de S. Luiz de Mostardas.										
58 3/4	58 3/4	61 1/4	63 3/4	70 1/4	79 1/4	81 1/4	93 3/4	93 3/4	28	30	21 1/4	18 3/4	12 3/4	23 3/4	31 3/4	40	29 1/4	33 3/4	51 1/4	Dita de Nossa Senhora da Conceição de Piratiny.									
50	50	53 3/4	55 1/2	62 1/2	71 1/4	73 1/4	86 1/4	87 1/2	23 3/4	30	17 1/2	13 1/2	11 1/4	15	23 3/4	31 1/4	24	26 1/2	41 1/2	8 3/4	Dita de Nossa Senhora da Conceição de Canoas.								
56 1/4	56	60	62 1/2	68 3/4	77	80	91 1/4	95	18 3/4	21 1/2	12 1/2	10	3	17 3/4	30	37 1/2	20	25	45	9	8 1/2	Dita de Nossa Senhora do Rosário do Serro de Cangassú.							
75	76	77 1/2	78	85	95	94 1/2	108 3/4	102 1/2	47 1/2	45	41 3/4	40	33 1/2	43 3/4	48 3/4	56 3/4	50	54 1/4	70	21 1/4	29	30	Dita de S. Sebastião de Bagé.						
81 1/4	81	85	86 3/4	93 3/4	101 1/2	105	116 1/2	120	32 1/2	19	30	29	25	41 3/4	55	61 3/4	35	12 1/2	66 1/4	26 1/2	32 1/2	25	33	Dita do Espírito Santo de Jaguarão.					
75	75	76 1/4	77 1/2	85	92 1/2	96 1/4	107 1/2	109 1/2	41 3/4	21 1/4	25	23 3/4	17 1/2	33 3/4	45 1/2	53	31 1/4	38 3/4	60	15 1/2	22 1/2	15 1/2	24	11 1/4	Dita de S. João Baptista do Herval.				
74 1/2	71	73 3/4	76 3/4	83 3/4	90 1/2	95 1/2	105 1/2	110 1/4	22 1/2	12 1/2	19	18 3/4	15	31 1/4	44 1/4	52 1/2	25	32 1/2	55 1/2	20	23 3/4	15	12 1/2	10 1/4	8 1/2	Dita de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande.			
52 1/2	51 1/2	57 1/2	57 3/4	64	73 3/4	71 3/4	87 1/2	78 3/4	50	51 1/4	43	40 1/2	36 3/4	36 3/4	35	41 1/4	50	51 1/4	58	25 1/2	25	33	21	50	30	Dita de Nossa Senhora da Assumpção de Caçapava.			
46 1/4	47 1/4	51 1/4	52	59	68 3/4	68	95	78 3/4	40	45 1/2	32 1/2	30	26 3/4	25 1/2	25	32 1/2	40	40	48 3/4	17 1/4	16 1/4	24	26 1/4	44	32 1/2	12 1/2	Dita de Santa Anna da Boa-Vista.		
70	71	75	76 1/4	83	92 1/2	90 1/2	106 1/2	96 1/4	67 1/2	56 1/4	50	47 1/2	42 1/2	48 3/4	50 1/2	57 1/2	57 1/2	51 1/4	73 3/4	29	34	37 1/2	12 1/2	46 1/4	36 1/4	45	Dita de Santo Antonio das Lavras.		
57 1/2	59	62 1/2	62 3/4	68 3/4	79 1/4	75	92 1/2	78 3/4	61 1/4	65	53 3/4	51 1/4	47 1/2	47 3/4	43 3/4	50	61 1/4	51 1/2	67 1/2	35 1/2	37 1/2	44	29	59	48	55	Dita de Nossa Senhora da Conceição de S. Sepé.		
33 3/4	34 3/4	37 1/2	38 3/4	45 1/2	55	55	70	87 1/2	38 3/4	31 1/4	50	33 3/4	31 1/4	22 1/2	13 3/4	20	38 3/4	36 1/4	37 1/2	27	21	20	39	52 1/2	12 1/2	44	Dita de Santa Barbara da Encruzilhada.		
25	35	38 3/4	40 1/2	46 1/2	56 1/4	58	71 1/4	72 1/2	30	41 1/4	25	22 1/2	23 3/4	12 1/2	10	17 1/2	28 3/4	26 3/4	32	24	15	22 1/2	40	47 1/2	37 1/2	37 1/2	Dita de S. José do Patrocínio.		
76 1/4	77 3/4	82 1/2	82 3/4	88 3/4	97 1/2	95	111 1/2	93 3/4	70	70	63	60	54 1/4	35 1/2	60	66 3/4	71 1/2	73 3/4	84	42	96 1/2	26 1/4	25	59	50	57 1/2	26 1/4	Dita de S. Gabriel.	
101 1/4	102 1/4	106 1/4	106 1/2	112 1/2	122 1/2	120 1/2	136 1/4	123 3/4	82 1/2	76 1/4	70 1/4	73 3/4	67 1/2	77 1/2	81 1/4	88 3/4	83 3/4	88 3/4	103 3/4	55	62 1/2	64	34	60	55	64	50	Dita de Santa Anna do Livramento.	
37 1/2	39	43	43 1/4	48 3/4	58 3/4	55	72 1/2	60	56 1/4	65	50	47 1/2	46 1/4	39 1/4	30	33 3/4	55 1/2	53 3/4	52 1/2	39	35 1/2	44	42 1/2	65	54	58	19	Dita de S. João da Cachoeira.	
61 1/4	63	67 1/2	67	71 1/4	81 1/4	75	98	74	73 3/4	79 1/4	67 1/2	65	51 1/4	60	53	57 1/2	73 3/4	73 3/4	76 1/2	50	50	57 1/2	12 1/2	72 1/2	62 1/2	60	25	Dita de Santa Maria da Boca do Monte.	
106 1/4	108 3/4	111 1/4	111	116 1/2	126 1/2	120	138 3/4	117 1/2	102 3/4	102 1/2	96 1/4	94 1/4	87 1/2	93 3/4	92 1/2	97 1/2	104	106 1/4	116 1/4	75	80	84	56 1/4	87 1/2	80	64	57 1/2	Dita de Nossa Senhora da Aparecida de Alegrete.	
146 1/4	147 1/2	151 1/4	151	152 1/2	154	147 1/2	166 1/4	142 1/2	128 3/4	125	121 3/4	120	112 1/2	121 1/4	120	126 1/2	130	133 3/4	143 1/2	101 1/4	107	109	80 1/2	109	104	112 1/2	86 1/4	Dita de Santa Anna do Uruguay.	
115	116 1/4	118 3/4	117 1/2	123	132 1/2	124	141 1/2	113 3/4	123 3/4	122 1/4	116 1/4	114 1/4	109 1/4	111 3/4	106 1/4	111 1/4	125	126 1/4	130 1/2	97	100	105 1/2	80 1/2	114	105	111	75	Dita de S. Francisco de Borja.	
125	127 1/2	130	128 3/4	133 3/4	145	136 1/2	155	130 1/2	126 1/4	125 1/4	120	117 1/2	112 1/2	116 1/4	113 3/4	120	127 1/2	130	138 1/2	97 1/2	104	108	80	111 1/4	104	113	80	Dita de S. Patricio de Itaqui.	
66 3/4	68 3/4	71 1/4	68 3/4	72	81 1/4	71 1/2	88 3/4	61 1/4	95	102 1/2	88 3/4	86 1/4	81 1/4	78 3/4	68 3/4	70	93 3/4	92 1/2	89	73 3/4	72 1/2	81 1/4	69	100	87 1/2	91	49	Dita do Espírito Santo da Cruz Alta.	
55	57 1/2	57 1/2	55	56 1/4	63 3/4	51 1/4	68 3/4	36 3/4	97 1/2	108 3/4	92 1/2	91 1/4	90	80	67 1/2	65	95 1/2	92 1/2	131 1/2	82 1/2	79	87 1/2	84	109	99	102 1/2	60	Dita de Nossa Senhora da Conceição da Aparecida do Passo Fundo.	
27 1/2	29	32 1/2	31 1/4	37 1/2	47 1/2	44 1/4	61 1/4	51 3/4	55	66 1/4	50	47 1/2	47 1/2	36 3/4	23 3/4	25	53 3/4	50	85	42 1/2	37 1/2	45	51 1/4	69	58	60 1/2	27 1/2	Dita de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo.	
62 1/2	64	67 1/2	66 1/4	72	81 1/4	75	92 3/4	72 1/2	77 1/2	83	71 1/4	68 3/4	65	63	55 1/2	60	77 1/2	77 1/2	79	54	54	61 1/4	46 1/4	77 1/2	66 1/4	74	29	Dita de S. Martinho.	
16 1/4	18 3/4	20 1/2	18 3/4	25	34 1/4	30	41 1/4	40	60	73 3/4	56 1/4	55	56 1/4	42 1/2	28	25	58 3/4	53	41 1/4	53 3/4	47 1/2	55	49	79	69	71 1/2	41 1/4	Dita de S. José de Taquary.	
15 1/2	18	20 1/2	19	26 1/4	36 1/4	32 3/4	49 1/4	43 3/4	56 1/4	69 1/4	51 3/4	50	51																

N. 11.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 8 de Fevereiro de 1862.

Manda que a Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro 2.^o organise uma tarifa que tenha por base a legua de 3.000 braças.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. —
N.^o 8. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas em 8 de Fevereiro de 1862.

Respondendo ao officio que com data de 31 do mez passado V. S. como Presidente da Directoria da estrada de ferro de D. Pedro II me dirigio, tenho a significar-lhe que o Governo Imperial, sem entrar na apreciação dos motivos que levárão a Directoria a mandar collocar na estrada os marcos miliares a distancia de uma milha ingleza em vez de 750 braças como determina o Regulamento de 26 de Abril de 1857 está convencido que a esse procedimento presidio certamente a boa fé, e como a Directoria convenha em que ainda conservando-se os marcos nas posições em que actualmente se achão assentados, se poderá sem a menor difficuldade alterar a tarifa de modo que os fretes sejam cobrados, tomando-se por base a legua de 3.000 braças, cumpre que quanto antes seja organizada uma nova tarifa a fim de corrigirem-se não só as differenças indicadas por V. S. no seu citado officio, como tambem as que se verificão tomando-se as distancias de umas para as outras estações. Ficaráõ desta sorte satisfeitas as disposições do mencionado Regulamento e as clausulas do contracto de 10 de Maio de 1855 na parte que se refere ao pagamento dos fretes; guardando-se porém a mudança dos marcos para depois da decisão do Projecto de Lei que manda adoptar no Brasil o systema metrico francez.

Deus Guarde a V. S. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.* —
Sr. Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 12.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 11 de Fevereiro de 1862.

Declara ao Presidente de Pernambuco que quanto antes mande proceder á capitalisação do que se houver despendido nas obras da 2.^a secção da estrada de ferro da dita Provincia.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. —
N.^o 11. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo o Governo Imperial deliberado que a tomada de contas das estradas de ferro se effectue nas

Provincias onde ellas se estão construindo, como foi participado ao nosso Ministro em Londres por Aviso de 7 de Dezembro ultimo, convém que V. Ex. trate quanto antes de fazer a capitalisação do que se houver despendido nas obras da 2.^a secção da estrada de ferro dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 13.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 11 de Fevereiro de 1862.

Declara ao Ministro Brasileiro em Londres que foi autorizado o Presidente de Pernambuco a mandar pagar os juros de dous semestres que estão vencidos sobre a 2.^a Secção da estrada de ferro da referida Provincia.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.^a Secção.—
N.º 5.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas em 11 de Fevereiro de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—A' vista do que V. Ex. expõe em seu officio reservado de 6 de Janeiro proximo passado relativamente ao pagamento dos juros de dous semestres que estão vencidos sobre a 2.^a Secção da estrada de ferro de Pernambuco, sem ter V. Ex. recebido a communicação official de estar feita a capitalisação a que se ordenou ao Presidente daquella Provincia procedesse quanto antes; autoriso a V. Ex. a mandar pagar os ditos juros sob o principio da *milage rate* ficando para ser ajustada no futuro a differença que possa provir não só da extensão exacta da referida 2.^a secção, com tambem das despesas que nesta tiverem sido effectivamente feitas. Quanto á parte do mesmo officio, que se refere as expressões—Vice-Presidente da Bahia—em lugar de Presidente de Pernambuco, e 1.^a secção em vez de 2.^a, V. Ex. terá reconhecido facilmente que houve engano de copia nos Avisos em que ellas se achão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N. 14. — FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1862.

Instrucções sobre a restituição do imposto do sello, substituição do papel sellado e concessão do sello em branco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo á necessidade de melhor definir e regular os casos de substituição do papel sellado em branco, ou de restituição do imposto do sello, por motivo de engano ou accidente, e tendo outrossim em vista prevenir o abuso que desse favor legal póde provir em prejuizo da Fazenda Nacional, ordena que, emquanto outras providencias se não derem definitivamente, sejam observadas as seguintes instrucções :

Art. 1.º O preparo, venda e uso do papel sellado, na fôrma do Regulamento n.º 895 de 31 de Dezembro de 1851, só está actualmente em vigor no Municipio da Córte e Provincia do Rio de Janeiro. Nas outras Provincias, e sempre que as partes não queirão empregar papel sellado, ou isto lhes não seja permittido, tem lugar o uso do sello por verba, antes ou depois de lavrados os titulos, em conformidade do Regulamento n.º 681 de 10 de Julho de 1850 (Reg. n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860, art. 96).

Art. 2.º O uso do papel sellado de estampa particular só tem sido e continúa a ser concedido na Córte e Provincia do Rio de Janeiro, em virtude de despacho do Ministro da Fazenda. Esta concessão limita-se ás Companhias e casas de commercio, para as letras e outros papeis de que se servirem em suas transacções particulares (Reg. citado, e dito n.º 895 de 31 de Dezembro de 1851, art. 4.º).

Art. 3.º O sello em branco por verba está em vigor na Córte e nas Provincias; e para esse serviço são competentes todas as Estações Fiscaes encarregadas da arrecadação do imposto, na fôrma do art. 20 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 (Reg. de 26 de Dezembro de 1860, art. 96).

Art. 4.º As estampas de uso privativo dos particulares actualmente só permittidas na Córte e Provincia do Rio de Janeiro, serão selladas na officina de Estamparia e impressão do Thesouro Nacional; e terão impressas, na parte inferior do sello, a designação do dia, mez e anno em que essa operação tiver lugar, pela fôrma desta abreviatura (18⁵¹, 62), registrando-se a mesma data por extenso nos competentes termos de entrega.

Art. 5.º A restituição do sello pago previamente por titulos de estampa particular, bem como a proveniente de papel sellado vendido por ordem do Governo, só póde ser deferida quanto a papeis sujeitos ao sello proporcional, e quando os

titulos se tenham inutilisado em consequencia de liquidação ou mudança de firma social, alteração do cunho ou taxa legal do imposto. Não serão, porém, attendidos os requerimentos que forem apresentados seis mezes depois da data em que occorrerem algumas das referidas hypotheses. (Reg. de 10 de Julho de 1850; dito de 26 de Dezembro de 1860; e decisões do Tribunal do Thesouro).

Art. 6.º A substituição dos titulos de estampa particular, ou do papel sellado vendido por ordem do Governo, só é admissivel quanto ao sello proporcional; e se fará por titulos de igual taxa e qualidade, tanto nos casos especificados no artigo antecedente, como naquelles em que, achando-se ainda os ditos papeis sem assignatura alguma, ficarem inutilisados por engano ou accidente.

O prazo de 6 mezes marcado no art. 3.º é applicavel a esta disposição, sendo contado, para os casos de substituição por engano ou accidente, do dia em que houverem sido sellados os titulos de que se tratar. (Reg. de 10 de Julho de 1850, art. 20; e Instr. n.º 248 de 28 de Agosto de 1855.)

Art. 7.º As Recebedorias e mais Estações Fiscaes, que têm a seu cargo a arrecadação do imposto do sello, são competentes, cada uma em relação aos papeis de que tenham percebido o dito imposto, para conhecerem dos requerimentos concernentes ás substituições e restituições autorizadas nos artigos antecedentes; salvo o recurso legal, na Côrte para o Tribunal do Thesouro Nacional, e nas Províncias para as Thesourarias de Fazenda, e destas para o mesmo Thesouro, nos termos da Legislação em vigor.

A substituição, porém, de que trata o art. 6.º só terá lugar na Recebedoria da Côrte, e a restituição do sello, pago em Estações que não sejam Recebedorias ou Alfandegas, será requerida na Provincia do Rio de Janeiro ao Tribunal do Thesouro, e nas outras ás Thesourarias de Fazenda. (Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 27; Reg. n.º 2.551 de 17 de Março de 1860, art. 30, § 11, e arts. 59 a 67; dito de 26 de Dezembro de 1860, art. 121.)

Art. 8.º Os Administradores das Recebedorias, e os Chefes das outras Estações Fiscaes competentes, deverão sempre proceder aos exames precisos, para certificarem-se da veracidade dos sellos, cuja substituição ou restituição lhes for requerida, observando o que prescreve o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 contra os que tenham incorrido em fraude ou falsidade.

Para este fim o Administrador da Recebedoria da Côrte poderá requisitar directamente, e do modo mais expedito, os esclarecimentos, de que necessite, da parte da officina de Estamparia e impressão do Thesouro.

Art. 9.º As Companhias e casas commerciaes que possuam papeis sellados de seu uso privativo, sem a formalidade ora

prescripta no art. 4.º, poderão servir-se dos ditos títulos dentro do prazo de cinco annos a contar desta data, ou requerer a sua substituição ou restituição antes de findo o mesmo prazo.

Art. 10. E' fixado o prazo de oito mezes, a contar desta data, para recolher-se á Recebedoria da Corte o papel sellado, com as taxas do sello fixo de 60, 80, 120 e 160 réis, vendido por conta do Governo, e que ainda esteja em branco, sob pena de ficar nullo o dito sello.

Art. 11. Só as pessoas competentemente autorizadas podem expôr á venda papel sellado, e ás Recebedorias e mais Estações Fiscaes incumbe especialmente evitar qualquer abuso a esse respeito, promovendo a punição legal dos infractores.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 15.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 14 de Fevereiro de 1862.

Declara ao Presidente de Pernambuco que o Governo não está deliberado a conceder garantias ás novas estradas ou á continuação das actuaes.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—

N. 12.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 14 de Fevereiro de 1862.

Ill.ª e Ex.ª Sr.—Tendo-se nesta data expedido Aviso ao nosso Ministro em Londres, participando em resposta ao seu officio de 4 de Dezembro ultimo, que não estando por ora o Governo Imperial deliberado a conceder garantias a novas estradas, ou á continuação das actuaes não se acha resolvido a autorisar a exploração do terreno por onde terá de proseguir a actual estrada de ferro do Recife ao Rio de S. Francisco, evitando assim as despesas que serão de nenhum proveito ao menos por algum tempo: assim o communico a V. Ex. para que o faça constar ao Superintendente da mesma estrada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 16.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 14 de Fevereiro de 1862.

Ao Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II sobre a reclamação do pagamento dos juros de saldos constantes das contas ainda não liquidadas.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. —
 N. 14.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura,
 Commercio e Obras Publicas em 14 de Fevereiro de 1862.

Accuso a recepção do seu officio de 31 de Julho proximo passado, no qual remettendo a este Ministerio o relatorio da Directoria da mesma estrada, relativo ao semestre ultimo declara que não havendo o Governo Imperial pago ainda áquella Companhia os saldos da garantia de juros pertencentes aos semestres que decorrerão desde Julho de 1858 em diante, havia a mesma Directoria deliberado de acordo com o Aviso de 12 de Dezembro de 1859 debita-los ao Governo, visto como reputa aquelles saldos no mesmo caso dos empréstimos de que trata o referido Aviso, pois que se tivessem sido recebidos pela Companhia, e por isto postos a juros farião avultar a sua renda.

Em resposta tenho de declarar a V. S. para ser presente á sobredita Directoria, que a sua deliberação não se pôde basear no citado Aviso, que só é applicavel ás quantias tomadas por empréstimo, removidos dos estabelecimentos bancarios em que se achavão : mas se esta razão não bastasse, cumpria que a Directoria tivesse em vista que nem o contracto de 10 de Maio de 1855, nem disposição alguma legislativa obriga o Governo a pagar juros de saldos constantes de contas ainda não liquidadas ; e que se este precedente se estabelecesse em favor da referida Companhia, seria seguido de graves inconvenientes pela applicação que depois se faria delle a todos os casos de demora de pagamentos que costumão avultar por circumstancias mais ou menos semelhantes ás que se tem dado nas contas da estrada de ferro em questão.

Desejando, porém, o Governo accelerar a liquidação das contas ainda não pagas e das que para o futuro forem apresentadas pela mencionada Directoria ; communico a V. S. que pelas Instruções approvadas pelo Decreto n.º 2.882 B de 29 de Janeiro proximo passado cujo exemplar impresso se lhe remette, forão estabelecidas as regras convenientes para o exame das ditas contas, cumprindo que para esse fim sejam fornecidos á Commissão que o Governo vai nomear os livros da Companhia e todos os esclarecimentos que precisos forem.

Deus Guarde a V. S.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
 Sr. Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 17—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 18 de Fevereiro de 1862.

Ao Ministro Brasileiro em Londres determinando que não sejam pagos pelos cofres publicos os Engenheiros Thomas Hunt e Thomas Greener, estabelecendo o direito que tem o Governo Imperial de fazer inspecção o material das Companhias de estradas de ferro subvencionadas pelos cofres publicos.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N. 7.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas em 18 de Fevereiro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Communico a V. Ex. que o Governo Imperial, não desconhecendo o direito que tem de fazer inspecção o material das Companhias de estradas de ferro subvencionadas ou garantidas pelo mesmo Governo, não acha, entretanto, conveniente que esse direito se converta em um onus, que deve pesar principalmente sobre as respectivas Companhias. A ellas é que cumpre empregar os meios necessarios para serem suppridas do material mais aperfeiçoado e resistente; quanto ao Governo, pela obrigação contrahida de garantir um minimo de juros do capital empregado, cabe o direito de exame e fiscalisação sobre o material; mas esse exame e fiscalisação não pôde ser nunca entendido como devendo sempre acompanhar o processo do fabrico de cada uma das machinas e utensis destinados ás emprezas das estradas garantidas. A despeza resultante deste minucioso e seguido exame sobre a especie e qualidade do mineral, o modo de fundir, &c., não pôde deixar de ser deduzida do capital garantido, e se por conta do Governo fôr ella feita, o resultado será que, além do dito capital garantido, terá o Governo de contribuir com uma quarta parte em beneficio das Companhias.

O facto, citado por V. Ex., da rejeição de uma porção de trilhos incapazes não demonstra a necessidade de um engenheiro mecanico encarregado pelo Governo dos exames do material, mas sim que a Companhia não emprega todo o desejavel cuidado em procurar officinas conceituadas e de reconhecida moralidade.

E' hoje verdade reconhecida que peças de machinas e utensis em grande numero, não podem ser devidamente apreciadas depois de feitas e que o unico meio de não se soffrer decepção com material de má qualidade é encarregar-se de sua construcção a fabricas de reconhecida probidade e acreditadas pelos seus bons productos.

Nestas circumstancias e sendo necessaria á vista do estado actual de nossas finanças reduzir, tanto quanto fôr possivel as despesas publicas, Resolveu Sua Magestade o Imperador que deixem de ser pagos pelos cofres publicos os Engenheiros Thomas Hunt

e Thomas Greener e que ás Directorias das estradas de ferro, communique V. Ex. esta deliberação a fim de que tomem as medidas necessarias para não serem illudidas na recepção dos productos encomendados ás fabricas, convido que não fação encomendas senão ás que gozarem de geral conceito por sua habilitade e probidade, tal deliberação porém não infirma de modo algum o direito de inspecção que o Governo tem e do qual V. Ex. usará quando e como julgar mais conveniente, correndo então por conta do Governo as despesas que forem necessarias.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.* —
Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N. 18.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Portaria de 19 de Fevereiro de 1862.

A' Camara Municipal da Córte, ordenando que providencie a fim de que se não fação córtés em montes encravados, &c.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.^a Secção.—
N.º 18.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Fevereiro de 1862.

Tendo-se recommendado á attenção da Ill.^{ma} Camara Municipal por Portaria de 22 de Janeiro ultimo a necessidade de se providenciar por meio de Posturas, não só para que se não fação córtés nos montes encravados nesta Cidade e principalmente no do Castello, sem que precedão exames de Engenheiros e permissão da mesma Camara, como tambem para que se exerça a mais rigorosa vistoria para conhecer-se o estado dos edificios e muros vizinhos a este monte, que ameaçam desabar, assim o Manda Sua Magestade o Imperador declarar de novo á Ill.^{ma} Camara Municipal a fim de que tome este objecto na mais séria consideração.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

N.º 19.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 20 de Fevereiro de 1862.

Determina que as contas da Estrada de Ferro de Pernambuco sejam sempre apresentadas pela Companhia nas épocas marcadas.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N.º 8.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 20 de Fevereiro de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—Tendo-me o Presidente do Pernambuco participado por officio de 12 do corrente que a Companhia da estrada de ferro desta Provincia deixara de remetter á Commissão nomeada para proceder á liquidação da garantia dos juros, as contas relativas ao mez de Janeiro ultimo, não obstante achar-se determinado que ellas sejam enviadas todos os mezes; cumpre que V. Ex. exija da respectiva Directoria ordens terminantes para que taes contas sejam sempre apresentadas pela Commissão nas épocas marcadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Londres.

N.º 20.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 1 de Março de 1862.

A Camara Municipal da Corte para que não consinta que novas obras ou reparos se fação nas montanhas vizinhas dos encanamentos.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.ª Secção.—
N.º 23.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 1 de Março de 1862.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas se communica á III.ª Camara Municipal que as obras imprudentemente construidas nas montanhas vizinhas aos encanamentos tem produzido seus inevitaveis effeitos, desmoraamentos que não só acarretão despezas avultadas ao Thesouro Publico como deteriorão por dias a agua de que se abastece a Cidade, e não convindo que semelhante abuso progreda, de ordem de S. M. o Imperador se recommenda á mesma III.ª Camara que não consinta que novas obras ou reparos se fação sem que seja por intermedio deste Ministerio ouvido o Inspector Geral das Obras Publicas a fim de proceder aos necessarios exames e informar se taes obras e reparos são ou não prejudiciaes ao abastecimento das aguas da Cidade.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

N. 21. — FAZENDA. — Em 3 de Março de 1862.

Instrucções para os concursos a que estão sujeitos os empregos das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Março de 1862.

José Maria da Silva Paranhos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em observancia do disposto no art. 73 do Regulamento n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, e para execução dos arts. 68, 73, 78, 82 e 83 do mesmo Regulamento, ordena que se cumprão as seguintes Instrucções:

Art. 1.º Havendo vagas de lugares de 1.ª entrancia nas Alfandegas, o Ministro da Fazenda, na Côrte, e os Inspectores das Thesourarias, nas Provincias, mandarão abrir concurso, o qual deverá ser annuciado pelas folhas publicas com antecedencia de 30 dias, e uma vez ao menos cada semana, a fim de que os Candidatos apresentem seus requerimentos instruidos com os documentos de que trata o art. 6.º destas Instrucções. A ~~taes~~ requerimentos poderão os mesmos Candidatos juntar quaesquer outros documentos que favoreçam a sua pretensão.

Art. 2.º Do mesmo modo se procederá quando houver vagas nos lugares de 2.ª entrancia, e Empregados com o tempo de pratica preciso para poderem concorrer, em conformidade do art. 68, § 2.º, do Regulamento das Alfandegas, observadas as disposições dos arts. 8.º e 15.º destas Instrucções.

Art. 3.º Quando em alguma Provincia houver escassez de pessoal idoneo para os exames, ou falta de pessoas habilitadas para o concurso, e sempre que o serviço publico o exigir, poderá o Ministro da Fazenda mandar abrir concurso na Côrte, ou em qualquer Provincia, mediante os competentes annuncios, feitos com antecedencia de dous a seis mezes, segundo fôr a distancia da Provincia. (Decr. n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, art 73).

Art. 4.º São lugares de 1.ª entrancia, sujeitos a concurso e exame:

- 1.º Os de Praticantes.
- 2.º Os da ultima classe de Escripturarios, nas Alfandegas onde, conforme sua organização, não houver a classe de Praticantes.
- 3.º Os de Officiaes de Descarga.
- 4.º Os de Ajudantes do Guarda-Mór.
- 5.º Os de Ajudantes do Stereometra. (Decr. citado, arts. 67 e 68.)

Art. 5.º São lugares de 2.ª entrancia, sujeitos a concurso e exame:

- 1.º Os da ultima classe de Escripturarios, nas Alfandegas onde, conforme sua organização, houver a classe de Praticantes.

2.º Os da penultima classe de Escripturarios, nas Alfandegas onde não houver a de Praticantes. (Decr. citado, arts. 67 e 68.)

Art. 6.º Para ser admittido ao concurso dos lugares de 1.ª entrancia é de mister que o candidato prove:

1.º Com a certidão de baptismo, e, na sua falta, com outro documento equivalente: que tem a idade de 18 annos pelo menos.

2.º Com folha corrida, tirada no lugar de sua residencia dentro dos sessenta dias que precederem ao marcado para a inscripção: que está livre de culpa e pena.

3.º Com documentos ou attestados fidedignos: que tem bom comportamento. (Decr. citado, art. 80.)

Art. 7.º Os exames para os lugares de Escripturarios de 1.ª entrancia, Praticantes e Officiaes de descarga das Alfandegas, versarão sobre as materias seguintes:

1.ª Leitura, analyse grammatical e orthographia.

2.ª Traducção correctá das linguas Ingleza e Franceza, ou pelo menos da ultima.

3.ª Arithmetica e suas applicações até á theoria das proporções inclusive. (Decr. citado, art. 74.)

Art. 8.º Para a inscripção no concurso de 2.ª entrancia, deve o candidato provar:

1.º Que tem a idade de 20 annos pelo menos.

2.º Que exerce algum dos lugares de entrancia inferior nas Alfandegas, ou em qualquer outra Repartição de Fazenda.

3.º Que tem approvação nas materias exigidas pelo art. 7.º, obtida em concurso de alguma Repartição de Fazenda ou nos Estabelecimentos que menciona o art. 18.

4.º Que tem dous annos, e, se fôr Praticante ou Escripturario de 1.ª entrancia, um anno pelo menos, de effectivo exercicio ou pratica do lugar que exerce. (Decr. citado, art. 81.)

Art. 9.º Os exames para os lugares de Escripturario de 2.ª entrancia versarão sobre as materias seguintes:

1.ª Theoria da escripturação mercantil por partidas simples e dobradas e suas applicações ao commercio e á administração de fazenda.

2.ª Arithmetica e suas applicações ao commercio, com especialidade á redução de pesos e medidas nacionaes e estrangeiros, ao calculo de desconto e juros simples e compostos, e á theoria de cambios e pratica de suas operações.

3.ª Noções de Algebra até ás equações do 2.º grão inclusive.

4.ª Principios geraes de Geographia, Historia do Brasil e Estatistica Commercial. (Decr. citado, art. 74.)

Art. 10. Nos exames que se tiverem de fazer até ao dia 24 de Outubro de 1864 poder-se-ha dispensar, com prévia autorisação do Ministro da Fazenda, os das materias indicadas no artigo antecedente sob n.º 3 e 4.

Additamentos ás Decisões.

§ Unico. Poder-se-ha igualmente dispensar, em qualquer occasião, nas Provincias onde, por falta de Estabelecimentos de instrução secundaria, não se encontrem pessoas com as habilitações do art. 9.º, uma ou mais das seguintes materias: Inglez, Geographia, Historia do Brasil e Algebra. (Decr. citado, art. 76, paragrapho unico.)

Art. 11. Os individuos, porém que forem nomeados com dispensa de alguns exames, na fórmula do artigo antecedente, não poderão ter accesso para lugares de outras Repartições de Fazenda, nos quaes se exijão taes habilitações, sem que sujeitem-se aos ditos exames e sejam nelles approvados. (Decr. citado, art. 76, § unico.)

Art. 12. O concurso para os empregos de Escriptuario de 2.ª entrancia só poderá ter lugar:

1.º Entre os Praticantes das Alfandegas, e, onde os não houver, entre os Escriptuarios de 1.ª entrancia, uma vez que uns e outros tenham sido approvados nos exames prescriptos pelo art. 7.º, e contem um anno, pelo menos, de effectivo exercicio no seu emprego.

2.º Entre os Officiaes de descarga que tiverem a mesma approvação, e dous annos, pelo menos, de effectivo exercicio no seu emprego.

3.º Entre os Praticantes e outros Empregados do Thesouro, Thesourarias de Fazenda e quaesquer Estações Fiscaes, que tiverem sido nomeados em virtude de exame e approvação nas materias exigidas pelo art. 7.º, e contarem o tempo de exercicio marcado no § 1.º (Decr. citado, art. 78.)

Art. 13. A inscripção dos Praticantes ou Escriptuarios de 1.ª entrancia, nos concursos que se abrirem para preenchimento dos lugares de 2.ª entrancia, é obrigatoria. Exceptuão-se, porém, desta condição:

1.º Os Empregados que o não puderem fazer, por molestia reconhecida e provada a juizo do Ministro da Fazenda, na Córte, e dos Inspectores das Thesourarias, nas Provincias.

2.º Os que não tiverem o tempo de pratica exigido no artigo antecedente.

3.º Os antigos Escriptuarios, Amanuenses e quaesquer outros Empregados ou individuos nomeados para lugares de 1.ª entrancia em virtude do art. 84 do Regulamento n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, os quaes, todavia, não poderão ser promovidos a empregos de classe superior, sem que se habilitem na fórmula das presentes Instrucções. (Decr. citado, art. 82.)

Art. 14. Logo que se annunciar a abertura de algum concurso para preenchimento de empregos de 2.ª entrancia, o Inspector da Alfandega respectiva mandará avisar aos Empregados que estiverem no caso de concorrer, para que se inscrevam: e de terem ficado scientes desse aviso farão os mesmos Empregados declaração por escripto.

A falta de inscripção, nos casos em que esta é obrigatória, o abandono, ausencia ou fuga depois da inscripção, ou a reprovação em dous concursos, importará necessariamente a demissão do Empregado. (Decr. citado art. 82 paragrapho unico.)

Art. 15. Não havendo Empregados habilitados, em numero duplo pelo menos, para os lugares de 2.^a entrancia mencionados no art. 5.^o, não querendo elles inscrever-se, ou se, depois de feita a inscripção, por seu abandono ou ausencia não se puderem preencher todas as vagas, serão admittidos quaesquer individuos que provarem :

- 1.^o Que teem a idade de 20 annos pelo menos.
- 2.^o Que estão livres de pena e culpa.
- 3.^o Que teem bom comportamento.
- 4.^o Que forão approvados nas materias do art. 8.^o, § 3.^o

§ 1.^o O candidato, a quem faltar sómente a 4.^a das sobre-ditas condições, poderá ser admittido, prestando-se a exame das materias exigidas para o provimento dos lugares de 1.^a e de 2.^a entrancia, salvas as isenções dos arts. 10 e 18.

§ 2.^o Nesse caso serão também admittidos ao mesmo concurso os Empregados de 1.^a entrancia que o pretendão, embora lhes falte o tempo de exercicio marcado no art. 12 (Decr. citado, art. 79).

Art. 16. Os lugares de 2.^o Conferente, e os de Ajudante do Guarda-Mór ou do Stereometra, só poderão ser providos definitivamente mediante concurso e exame, entre quaesquer Empregados de Fazenda ou individuos que tenham os requisitos do art. 6.^o (Decr. citado, art. 68.)

§ 1.^o Os exames dos concurrentes aos lugares de 2.^o Conferente versarão sobre as materias exigidas para o provimento dos lugares de 1.^a e de 2.^a entrancia, designadas nos arts. 7.^o e 9.^o, salvas as isenções dos arts. 10. e 18. (Decr. citado, art. 69.)

§ 2.^o Os candidatos aos lugares de Ajudante do Guarda-Mór, além das provas de habilitação que se exigem para os 2.^{os} Conferentes, deverão traduzir e fallar correntemente, pelo menos, as linguas Ingleza e Franceza. (Decr. citado, art. 75.)

§ 3.^o Os concurrentes aos lugares de Ajudante do Stereometra, além das provas de habilitação exigidas para os 2.^{os} Conferentes, deverão fazer exame especial de Stereometria, Areometria e Arqueação dos navios, na fórmula do artigo seguinte. (Decr. citado, art. 72.)

Art. 17. O exame especial, a que se refere o § 3.^o do artigo antecedente, constará de uma prova theorica, oral e escripta, e de outra prova pratica; procedendo-se a esta ultima na Alfandega, e a bordo de algum navio surto no porto do Rio de Janeiro, ou da Provincia onde fôr aberto o concurso.

As materias do dito exame serão: 1.^o, a de que tratão as Instruções de 12 de Outubro de 1835, concernentes á medição

stereométrica e areométrica; substituindo-se o uso do hydrometro de Newman pelo do alcometro centesimal de Gay Lussac; 2.º, quanto á arqueação dos navios, a das Instrucções de 15 de Julho de 1839, combinadas com o art. 47 do Regulamento de 26 de Março de 1833, e a pratica dos methodos e instrumentos mais geralmente empregados.

Art. 18. Os candidatos que exhibirem diploma ou documento pelo qual provem que teem o curso do Instituto Commercial da Côrte, ou do Collegio de Pedro II, ou algum dos cursos das Escolas Militares do Imperio, serão dispensados, nos concursos a que possam ser admittidos, de fazer novo exame nas materias em que forão approvados pelos ditos Estabelecimentos.

Exceptuão-se desta disposição os exames especiaes dos empregos de Guarda-Mór e de Stereometra, ou de seus respectivos Ajudantes. (Decr. citado, art. 77.)

Art. 19. Para o provimento dos lugares de Guarda-Mór e de Stereometra, nas Alfandegas onde não houver Ajudantes, observar-se-hão as mesmas regras estabelecidas nos §§ 2.º e 3.º do art. 16.

Art. 20. Os Empregados das Alfandegas, e de quaesquer outras Repartições de Fazenda, que concorrerem para os lugares de 2.º Conferente, Guarda-Mór, Stereometra ou seus Ajudantes, serão dispensados de novo exame nas materias dos concursos de suas respectivas classes, uma vez que o requeirão, e juntem aos seus requerimentos certidões authenticas das approvações e notas que então obtiverão.

Art. 21. Os exames de que tratão os artigos antecedentes serão presididos, na Côrte, por um dos Directores ou Contadores do Thesouro que o Ministro da Fazenda designar, e nas Provincias, pelo Inspector da Thesouraria respectiva, ou por quem suas vezes fizer. (Decr. citado, art 73.)

Haverá um Examinador para cada materia do concurso, e todos serão nomeados, na Côrte, pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias, pelos respectivos Presidentes.

Art. 22. No dia e lugar designados para o concurso serão admittidos os candidatos inscriptos, e, a portas abertas, na presença do Presidente e dos Examinadores, começarão os exames pela maneira seguinte:

§ 1.º Os Candidatos fãrão exame conjunctamente e sobre as mesmas questões. O exame em cada materia constará de duas provas, uma escripta, e outra oral.

§ 2.º Dar-se-hão duas questões, pelo menos, para a prova escripta, escolhidas e enunciadas com tal discernimento, clareza e precisão, que por ellas se possa bem ajuizar do grão de aptidão dos candidatos. Compete aos Examinadores formula-las, cada um em sua especialidade, e de accordo com o Presidente do acto.

§ 3.º Na prova oral póde qualquer dos Examinadores interrogar o candidato; mas este dever cabe principalmente ao que fôr especial na materia do exame.

§ 4.º As provas, escriptas, serão datadas e assignadas pelo Examinando, e rubricadas pelo Presidente do concurso e pelo respectivo Examinador.

§ 5.º Quando as duas provas, oral e escripta, não puderem ser dadas no mesmo dia, ficará a oral para o dia immediato.

Art. 23. Considerar-se ha reprovado o concurrente que retirar-se sem concluir o exame, salvo o caso de molestia verificada perante os Examinadores. (Decr. citado, art. 12, § 4).

Art. 24. Ao passo que se forem concluindo os exames, os Examinadores procederão, por escrutinio secreto, a uma primeira votação sobre o merito de cada prova, a fim de julgarem se o candidato deve ser approvado ou reprovado na materia de que se tratar. O escrutinio secreto se fará por meio de espheras brancas, e pretas, significando a maioria das primeiras approvação, e a das segundas reprovção.

Se a primeira votação fôr favoravel ao candidato, seguir-se-ha segunda, tambem por escrutinio secreto e symbolica, para qualificar-se a approvação, tanto na prova oral como na escripta. A approvação será plena, se houver unanimidade de espheras brancas, e simples nos mais casos.

Nenhum Examinador deixará de votar, e o Presidente do concurso terá, além do voto simples no julgamento das provas, o de qualidade, nos casos de empate.

Art. 25. Considerar-se-ha approvado, em qualquer das materias do exame, o candidato que obtiver a nota de approvação em ambas as provas, escripta e oral, ou pelo menos na primeira.

Art. 26. Se o Presidente do concurso, ou qualquer dos Examinadores, o propuzer, proceder-se-ha a uma terceira votação, pela mesma fórma das anteriores, para decidir se o candidato merece ou não a nota especial de—approvado com distincção. — Só obterá este gráo de approvação o que reunir a unanimidade dos votos.

Art. 27. O numero das notas de approvação distincta ou plena marcará a precedencia dos candidatos approvados na competente relação ou quadro geral; computando-se duas notas de approvação plena por uma distincta, e duas de approvação simples por uma plena. No caso de igualdade, regularão as provas escriptas, apreciadas na ordem seguinte: 1.º Grammatica da lingua Nacional; 2.º Arithmetica; 3.º Francez 4.º Inglez; 5.º Escripturação; 6.º Algebra; 7.º Geographia; 8.º Estatistica Commercial; 9.º Historia do Brasil.

§ 1.º Se o concurso fôr para o lugar de Stereometra ou de seu Ajudante, a classificação dos candidatos será regulada pela importancia das provas dadas nas materias especiaes destes

empregos. Só a aprovação plena nas ditas materias dará direito ao provimento, em conformidade do art. 72 do Decreto n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860.

§ 2.º Semelhantemente a maior aptidão no conhecimento do Francez e do Inglez deverá regular a classificação dos candidatos nos lugares de Guarda-Mór ou de seus Ajudantes, conforme o disposto no art. 73 do Decreto n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860.

Art. 28. De cada concurso lavrar-se-ha uma acta, na qual se mencione a ordem ou disposição que o autorizou, o dia em que teve lugar, os nomes dos examinadores e dos candidatos, as materias dadas para exame, o resultado de cada votação, as notas obtidas pelos concurrentes, e tudo mais que occorrer durante o acto. A referida acta deverá ser assignada pelo Presidente e Examinadores.

Ainda que o concurso não termine no mesmo dia, lavrar-se-ha acta do que passar durante esse dia, e assim se continuará a proceder até ao fim.

Nestes actos servirá de Secretario o empregado que fôr designado, na Côrte, pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias, pelos respectivos Presidentes.

Art. 29. As provas escriptas dos candidatos e as notas de suas approvações, tanto nos concursos que tiverem lugar na Côrte, como nos das Provincias, depois de preenchidas todas as formalidades, e condições prescriptas nestas Instruções, serão remetidas ao Ministro da Fazenda, com um quadro demonstrativo do resultado dos mesmos concursos, contendo os nomes dos candidatos e as notas e classificação que merecerão. Aos ditos papeis acompanharão os pareceres motivados dos Examinadores e do Presidente do concurso, o qual deverá acrescentar, em officio especial, quaesquer informações reservadas que julgue necessarias para esclarecimento do Governo.

Na Directoria Geral das Rendas Publicas proceder-se-ha á revisão das provas dos concursos que tiverem lugar nas Provincias, e o respectivo Director Geral apresentará ao Ministro, com o seu parecer, um quadro semelhante ao de que trata a primeira parte deste artigo, contendo não só o juizo dos Examinadores, mas tambem o dos empregados revisores. A Commissão revisora será composta do mesmo Director Geral, como Presidente, e dos empregados que o Ministro designar.

Art. 30. Serão preferidos para as nomeações de Practicante, Official de Descarga, Escriptuario de 1.ª ou 2.ª entrancia, 2.º Conferente, Stereometra e seus Ajudantes, Guarda-Mór e seus Ajudantes, entre os candidatos devidamente habilitados.

1.º Os que gozarem de melhor conceito por sua honestidade, zelo e intelligencia.

2.º Os que tiverem approvação nas materias dispensadas pelo art. 10 ; e nas ospecies de Stereometra e seus Ajudantes, se a nomeação fôr para 2.º Conferente.

3.º Os que tiverem o curso completo do Instituto Commercial da Corte ou do Collegio de Pedro II, e os que houverem concluido algum dos cursos das Escolas Militares.

Sendo todas as mais circumstancias iguaes, preferirá a maior antiguidade de serviço ao Estado. (Decr. citado, arts. 69 e 76.)

Art. 31. O candidato reprovado em ambas as provas de qualquer das materias exigidas não poderá ser nomeado, mas ficará dispensado de novo exame nas outras materias em que houver obtido approvação, ainda que sómente na prova escripta, salva a disposição final do § 1.º do art. 27.º

Art. 32. Os concurrentes approvados, que deixarem de ser nomeados por falta de vagas, poderão ser providos nas primeiras que apparecerem, independentemente de novo exame.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 22.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Aviso de 7 de Março de 1862.

Explicando o procedimento que se teve com alguns Directores da Estrada de Ferro da Provincia de Pernambuco.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—
N. 19.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 7 de Março de 1862.

Ill.ª e Ex.ª Sr.—Respondendo ao officio que V. Ex. me dirigio em 12 do corrente, sob n.º 24, tenho a significar-lhe que ficaria sorprendido com a leitura da copia do officio que V. Ex. recebeu em 29 de Janeiro proximo passado do Superintendente da Estrada de ferro dessa Provincia, se por outras vezes não houvesse notado nos relatorios da Directoria da mesma Estrada de Ferro muito sensiveis inexactidões, sobre as quaes tem o Governo determinado ao Ministro Brasileiro em Londres que faça as necessarias correções. Assim é que em um discurso transcripto no relatorio dos trabalhos da assembléa geral dos accionistas em sessão extraordinaria de 20 de Dezembro ultimo, assegurou o Sr. Benson, Presidente da Companhia, que o Governo Imperial consentia no prolongamento da via ferrea da Estação das Cinco Pontas até o Recife, tendo o capital empre-

gado garantia de juro pelo mesmo Governo Imperial, quando certo é que o Superintendente apenas fez pedido para despesas com exames e explorações do terreno em que essa continuação da Estrada devia assentar, e que nem a isso só annuo o Governo. Demais, o Sr. Bramah deve recordar-se de que, apresentando-me aqui na Côrte um pedido para augmento de capital garantido á Estrada de Ferro de Pernambuco, foi-lhe por mim declarado que, existindo desconfiança de que aos trabalhos e aquisição dos materiaes da Estrada não havia presidido a necessaria economia e espirito de ordem, d'onde resultarão despesas que se suppunhão excessivas, em taes circumstancias não era possivel tomar o Governo em consideração o seu pedido antes que por um rigoroso exame das contas se verificasse o emprego dos capitães despendidos na construcção da estrada, acrescentando que só depois do exame poderia o Governo tomar qualquer deliberação definitiva sobre a pretensão manifestada. Nessa occasião annunciando-me o Sr. Bramah a vinda do Sr. Vereker ao Brasil, disse-lhe eu que a viagem deste cavalheiro parecia-me acarretar á Companhia despesas inuteis, e que pela minha parte não concederia ao Sr. Vereker o que não tivesse cedido ao Sr. Bramah, o qual, durante o tempo de sua superintendencia, havia dado novo e vigoroso impulso aos trabalhos, comportando-se de modo razoavel e digno de attenção. Quando o Sr. Vereker procurou-me para apresentar-me a mesma pretensão de augmento de capital garantido, repeti-lhe o que havia dito ao Sr. Bramah. Apezar porém das minhas respostas tão claras e positivas, que, segundo se vê dos despachos a que se refere o Sr. Bramah, no officio de 29 de Janeiro dirigido a V. Ex. forão bem comprehendidas, os Srs. Benson e Vereker na sessão acima mencionada se exprimirão em termos que dão o Governo Imperial comprometido no augmento do capital garantido, fazendo derivar este compromisso da concessão feita pela Companhia ao Governo, de examinar as contas do capital empregado na estrada. Cumpre notar que esta concessão não foi iniciada por algum daquelles cavalheiros, nem é tão ampla como elles a figurarão. Se o Governo, pelo art. 11, § 3.º do Decreto n.º 1.245 de 13 de Outubro de 1853, desistio do direito de examinar o emprego das £ 875,123, garantidas pelo art. 1.º das alterações approvadas pelo Decreto n.º 1.629 de 11 de Agosto de 1855, elevando a £ 1,200,000 aquelle capital, reservou para si o de fiscalisar o emprego do augmento. A concessão, pois, quando muito se limitaria ao exame do primeiro capital garantido o de £ 875,123, porquanto a respeito do accrescimento de £ 324,877 nenhuma duvida se pôde suscitar sobre o direito tão expressamente declarado do mais rigoroso exame. E tal concessão teve lugar sómente em troca de promessa de considerar o pedido depois de concluidos os exames. Se o Governo Imperial, como

parece terem aquelles senhores affirmado aos accionistas, está compromettido a augmentar o capital garantido, qualquer que seja o resultado do exame das contas, como é que os Directores em Londres se dirigem ultimamente ao Sr. Bramah, dizendo que elles e os accionistas se achão anciosos por obter do Governo Imperial alguma declaração no sentido de recommendar ao Corpo Legislativo a questão do augmento de garantia? Não é possível admittir-se que, no caso de haver da parte do Governo Imperial o compromisso de augmento do capital garantido, entrasse no animo dos Directores a mais leve suspeita de quebra daquella promessa; e portanto a notada anciedade não provinha senão da falta do supposto compromisso. Ao que parece pretendeu-se, pelo meio indicado nos despachos citados pelo Sr. Bramah, obter o que até hoje o Governo Imperial não tem querido resolver sem os necessarios esclarecimentos. O Governo Imperial continúa animado da melhor vontade para com as Companhias das Estradas de ferro do Brasil, por serem empresas de grande utilidade publica; e está portanto disposto a conceder-lhes os favores que julgar razoaveis, e dentro das forças do Thesouro, que brevemente se verá forçado a recorrer a indeclinaveis e importantes empenhos, e desse seu proposito nada o demoverá por certo, porque assim o exigem sua honra e os mais vitaes interesses do paiz, não se deixando arrastar por outras quaesquer considerações e meios para encargos que não tomou sobre si e nem julga conveniente aceitar. Com a maior franqueza e precisão se tem o Governo enunciado, e de igual lealdade dão testemunhos os seus actos; tem portanto direito de exigir das Directorias a mesma franqueza e escrupulos. Sem que pelo resultado da tomada das contas do capital se reconheça que a administração da Estrada de Ferro de Pernambuco tem com zelo e discripção gerido os negocios que lhe forão confiados, e que o capital garantido é muito inferior ao necessario para as despezas das obras, não é possível que o Governo Imperial tome em consideração qualquer pedido de augmento de capital, e o recomende ás Camarás. E' incontestavel que se desgraçadamente o exame das contas trazer a convicção contraria, o Governo Imperial não obraria a favor dos interesses do Brasil, e nem mesmo dos proprios accionistas, se facultasse meios a quem por factos tiver demonstrado que não os sabe, ou que não os póde applicar convenientemente. Vê portanto V. Ex. que nenhum passo se póde dar na questão do augmento de capital garantido para a Estrada de Ferro de Pernambuco, sem que sejam prestados todos os esclarecimentos indispensaveis para que o Corpo Legislativo do Brasil seja devidamente informado das causas que trouxerão os embaraços que se allegão por parte da empresa, da necessidade do auxilio pretendido, da importancia deste, e das garantias de sua exacta e discreta applicação. Além das faltas

de precisão que acabo de apresentar encontram-se nos discursos pronunciados pelos Srs. Benson e Vereker muitas outras que convém rectificar. Entre estas é notavel a seguinte: diz o Sr. Vereker que, em uma conferencia havida comigo, eu lhe aconselhára que seguisse para Pernambuco, onde existião duvidas a respeito da posição da linha ferrea; o facto, porém, passou-se de modo diverso. O Sr. Vereker, fallando ácerca dos negocios da Companhia, participou-me que tencionava ir para Pernambuco; e eu lhe respondi que, visto nada se poder de prompto resolver sobre a questão que trouxera-o ao Brasil, não havia razão para se demorar na Corte. E' esta a expressão dos factos a que alludem os cavalheiros que acima mencionei; bem como as disposições em que se acha o Governo Imperial a respeito da Companhia da Estrada de Ferro de Pernambuco, o que communico a V. Ex. a fim de que faça sciente ao Sr. Bramah.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 23.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Aviso de 7 de Março de 1862.

Ao Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro do D. Pedro II, resolvendo algumas duvidas apresentadas pela mesma Directoria relativas ás Instrucções approvadas pelo Decreto n.º 2.882 B de 29 de Janeiro ultimo.

Directoria dos Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 7 de Março de 1862.

Em seu officio de 13 de Fevereiro proximo findo communica-me V. S.ª que a Directoria da Companhia da Estrada de Ferro do D. Pedro II representa sobre os seguintes pontos relativos ás Instrucções que foram approvadas pelo Decreto n.º 2.882 B de 29 de Janeiro ultimo para a verificação das contas semestraes da referida estrada: 1.º, que o art. 2.º § 2.º suppõe á Companhia a obrigação de escripturar em seus livros o valor dos direitos de importação de que a isenta o art. 11 do seu contracto; e entretanto a Directoria julga que tal obrigação lhe não compete; 2.º que o § 4.º do mesmo art. 2.º importa pôr em duvida direitos da Companhia claramente definidos em seu contracto pois suppõe á obrigação que não existe em caso algum de restituir o valor das terras comprehendidas em sesmarias e posses; 3.º, fi-

nalmente, que não pôde ser cumprida a disposição do art. 8.º tendo já a experiencia demonstrado a completa impossibilidade de organizar as contas de um semestre nos cinco primeiros dias do seguinte. Em resposta cumpre-me declarar a V. S. para que o faça constar á mesma Directoria: 1.º, que o art. 11 do contracto de 10 de Maio de 1855 não isenta a Companhia de escripturar o valor dos direitos de importação: as palavras — organizar-se-ha uma conta dos valores assim obtidos do Thesouro que tenham de ser restituídos, &c — não querem dizer que essa obrigação compete sómente a quem concede taes favores, mas também a quem os obtem. E' sabido que a escripturação de qualquer empresa não é outra coisa mais do que a historia methodicamente traduzida em algarismos, e de tudo que lhe possa mais ou menos interessar; e como os onus que têm de ser satisfeitos em certas e determinadas circumstancias são objectos de importancia para a empresa é evidente que falha e incompleta será a escripturação que os não registrar. Assim, tanto pelo artigo citado, como pela natureza da escripturação mercantil, não pôde a Directoria deixar de incluir na sua escripturação os valores obtidos do Thesouro, e que tenham de ser restituídos. Nem isenta dessa obrigação a circumstancia de haver uma escripturação regular nos livros da Alfandega; porque nenhuma casa commercial deixa de escripturar todas as suas transacções ainda que algumas dellas tenham sido lançadas em livros de outra casa com que se ache em relação. De acto algum do Governo se pôde deduzir que tenha sido reconhecida a não obrigação da Companhia da escripturação em questão, pois que nunca o declarou expressamente; e o não ter-se notado essa falta não significa approvação tacita, sendo certo que ainda agora é que vai uma commissão liquidar as contas e confronta-las com a escripturação; 2.º, que as Instrucções ultimamente decretadas não exigem indemnisação alguma a respeito de terras incluídas em sesmarias e posses, e cedidas gratuitamente; mas sim e apenas que a Companhia tenha escripturação do valor dellas para complemento de sua historia e para conhecimento dos Poderes do Estado; 3.º, em fim, que fazendo-se no principio de cada mez o lançamento da despesa e receita do anterior, no fim do semestre, só restará a lançar a do ultimo mez; e então parece que cinco dias serão sufficientes para esse trabalho e para a organização e apresentação das contas ao Governo. Acresce que havendo a Directoria em data de 8 de Janeiro ultimo convidado os accionistas para no dia 15 receberem o dividendo do semestre findo em Dezembro anterior, e tendo por consequencia naquello dia 8 conhecimento do quantum do dividendo, conhecimento proveniente da escripturação poderá a Directoria com mais algum esforço conseguir que a mesma escripturação satisfaça

no dia 5 as necessidades que hoje são por ella satisfeitas no dia 8. Entretanto, se, apesar desse esforço, não se puder obter o resultado que se deseja, nenhuma duvida terá o Governo em conceder mais alguns dias.

Deus Guarde a V. S. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
—Sr. Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 24.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 8 de Março de 1862.

Ao Presidente de Pernambuco, declarando que faça constar a Henrique Augusto Milet que, pela Resolução da Consulta sobre o requerimento de Manoel Salgado Accioli e Luiza Francisca Accioli, forão concedidos os terrenos de marinha para edificação da nova Cidade, supprimindo-se para esse fim a excepção, ou reserva da condição 21.^a do contracto.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 1.^a Secção. —
N. 20. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Março de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em additamento ao meu Aviso de 27 de Novembro ultimo, em que communiquei a V. Ex. a Resolução da Consulta sobre o requerimento pelo qual Manoel Salgado Accioli e Luiza Francisca Accioli reclamarão contra a concessão de 600 braças de terreno de servidão da Fortaleza de Tamandaré feita á Companhia da estrada de ferro do porto de Tamandaré ao rio Una nessa Provincia, bem como a respeito do memorial em que o concessionario da mesma estrada Henrique Augusto Milet pede diversos favores; communico a V. Ex. para que o faça constar ao mesmo concessionario que pela referida Resolução forão concedidos os terrenos de marinha para edificação da nova Cidade, supprimindo-se para esse fim a excepção ou reserva da condição 21.^a do contracto. Remetto nesta occasião a V. Ex. a copia da planta da projectada Cidade, assignada pelo D rector da 2.^a Directoria deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 25.—IMPERIO.—Em 12 de Março de 1862.

Ao Ministerio da Fazenda, igualando o vencimento dos Capellães do Imperial Collegio de Pedro II, ao dos Professores de linguas do mesmo Collegio.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 de Março de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Communico a V. Ex. que, em vista das obrigações que impõe aos Capellães do Imperial Collegio de Pedro II o art. 3.^o do novo Decreto n.^o 2.883 do 1.^o de Fevereiro proximo passado, ficão concedidas aos referidos Capellães iguaes vencimentos aos que percebem os Professores de linguas pelas Cadeiras que regem no Internato e Externato do mencionado Collegio. Rogo, portanto, a V. Ex. que se digne de expedir as necessarias ordens, para que no Thesouro Nacional, pela respectiva verba, sejão abonados aos mesmos Capellães os vencimentos de que se trata desde o dia em que entrãrão em exercicio dos lugares creados pelo citado artigo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Ildesonso de Souza Ramos*.—
Sr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 26.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Aviso de 17 de Março de 1862.

Ao Inspector Geral das Obras Publicas, declarando que os seus relatorios, como os dos seus Ajudantes devem ser minuciosos, a fim de que se faça juizo seguro a respeito dos trabalhos a cargo da Inspecção.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.^a Secção.—
N. 113.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 17 de Março de 1862.

Não se podendo formar juizo exacto a respeito da marcha dos trabalhos a cargo dessa Inspecção, quer pelos relatorios por Vm. organizados, quer pelos dos seus Ajudantes, de modo que se proceda á necessaria fiscalisação, visto como aquelles, limitando-se á declaração da despeza com o pessoal e material e do numero de operarios, nada dizem ácerca do serviço executado e os dos Ajudantes, apenas se referem ao serviço feito, e nem toção no que concerne ao pessoal e material; fique Vm. na intelligencia de que assim os seus como os relatorios dos Ajudantes deverão conter não só o numero dos operarios e a quantidade dos materiaes empregados em cada obra, como tambem a despeza respectiva e o serviço que se houver feito em cada uma dellas.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello*.—
— Sr. Inspector Geral das Obras Publicas da Côrte.

N. 27.—JUSTIÇA.—Aviso de 8 de Maio de 1862.

Declara que a doutrina do Aviso de 16 de Fevereiro de 1854 não se estende á hypothese dos arts. 118 do Código Criminal e 182 do Código do Processo.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o officio de V. Ex., datado de 31 de Janeiro do anno passado, consultando sobre a influencia do Aviso de 16 de Fevereiro de 1854 na hypothese dos arts. 118 do Código Criminal e 182 do Código do Processo, depois de ouvir a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir por Sua Imperial Resolução de 15 de Março ultimo que a doutrina daquello Aviso não se estende á hypothese dos arts. 118 do Código Criminal e 182 do Código do Processo.

Se o Juiz formador da culpa verifica que o réo resiste com armas de modo a pôr em risco a existencia do executor, e este o fere ou mata, é dever seu—*não julgar procedente o sum-mario*—, na fórma do que se acha litteralmente disposto no art. 145 do Código do Processo.

D'essa decisão ha recurso para o Juiz de Direito, que é o competente para julgar os crimes de resistencia armada e os de responsabilidade; e assim nesta hypothese nem ao menos poderia invocar-se—o prejuizo da Instituição do Jury, retirando-se-lhes crimes de sua competencia e jurisdicção—, prejuizo em que se fundamenta o Aviso de 16 de Fevereiro de 1854, n.º 46.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 28 —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.

Aviso de 9 de Maio de 1862.

Mandando observar as disposições do art. 1.º § 9.º da Lei de 26 de Junho de 1852 e do art. 12 do contracto de 10 de Maio de 1855 que prohibe o emprego de braços escravos na construcção e conservação da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.^a Secção.—N. 24.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 9 de Maio de 1862.

III.^{mo} Sr.—Recebi o officio que a Directoria da Estrada de Ferro de D. Pedro II me dirigio em 12 de Março deste anno,

e bem assim a copia do contracto celebrado entre V. S. como Presidente da mesma Directoria e o Deputado Angelo Thomaz do Amaral, como empresario para a construcção de 33 milhas do leito da referida estrada de ferro na 3.ª secção, começando na passagem do Rio Parahyba na fazenda do Paraíso, e terminando na estaca n.º 2.645 na margem esquerda do dito rio, pouco abaixo da Villa da Parahyba do Sul.

Por esta occasião recomendo a V. S. faça observar as disposições do art. 1.º § 9.º da Lei de 26 de Junho de 1852, e do art. 12 do contracto de 10 de Maio de 1855, em virtude das quaes é expressamente prohibido o emprego de braços escravos na construcção e conservação dessa estrada de ferro.

Deus Guarde a V. S.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—
Sr. Presidente da Directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 29.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 19 de Maio de 1862.

Manda extinguir aldeamentos, dando diversas providencias.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Maio de 1862.

III.º e Ex.º Sr.—A' vista das informações offerecidas pelo Director Geral dos Indios dessa Provincia, convenceu-se o Governo Imperial de que ahi existem muitos aldeamentos formados de individuos, que, pela mór parte, sómente de Indios tem o nome, accrescendo que de quasi todos se achão usurpadas as terras, que primitivamente forão destinadas para patrimonio de taes estabelecimentos, sob pretexto de compra, arrendamento ou aforamento. Convindo que não continue semelhante estado de cousas, recomendo muito especialmente a V. Ex. que, procedendo, com a possivel brevidade, ás indagações precisas, verifique quaes são os aldeamentos, que se achão em circumstancias taes; e, averiguado que de feito se tem realizado o que foi communicado por aquelle funcionario, e que os individuos pertencentes ás aldêas não precisam mais de protecção immediata dos administradores ou directores, quer as respectivas terras tenham sido usurpadas no todo, quer em parte, autoriso a V. Ex. para extinguir os referidos aldeamentos, distribuindo a cada familia no ponto, onde já possua casa e lavoura, bem

como aos solteiros maiores de vinte um annos, que tenham economia separada, terreno sufficiente que não abranja mais de sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas e seja em geral de vinte duas mil e quinhentas, que ficarão sendo propriedade desses individuos depois de cinco annos de effectiva residencia e cultura, cessando depois de feita esta distribuição de terreno toda a jurisdição do Director Geral e dos Directores parciaes sobre o territorio e habitantes das aldêas. Achando-se em commissão nessa Provincia o engenheiro Raymundo de Pennaforte Alves do Sacramento Blak, V. Ex. lhe dará as competentes instrucções para effectuar a medição e demarcação dos lotes, bem como a aviventação dos rumos das sesmarias pertencentes aos mencionados aldeamentos, cumprindo que as terras, que sobrarem, logo que terminarem os contractos de arrendamentos a que por ventura estejam sujeitas, sejam vendidas pela Thesauraria da Fazenda, de acordo com as determinações de V. Ex., a quem mais vantajosas condições offerecer. Para este fim aquella Repartição examinará quaes sejam os terrenos arrendados e quaes os desembaraçados, e tomará as contas de receita e despeza havidas em taes estabelecimentos, considerando nullos quaesquer aforamentos de terras das aldêas feitos pelas Camaras Municipaes ou quaesquer outras autoridades. O que tudo communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

—Avisos no mesmo sentido serão expedidos aos Presidentes das Provincias de Pernambuco, Parahyba e Sergipe.

N. 30.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 19 de Julho de 1862.

Declara que não póde ter lugar a gratificação ao Juiz Commissario dos municipios de Campos e S. João da Barra, e seu Agrimensor, por não ter elle assento no Regulamento de 30 de Janeiro de 1851.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Julho de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 8 de Abril ultimo, em o qual V. Ex. pede autorisação para mandar abonar ao Juiz Commissario dos Municipios de Campos e S. João da Barra, e bem assim a um Agrimensor, que tem de

sorvir junto aquelle Juiz, uma gratificação, tenho a significar-lhe que a autorisação por V. Ex. pedida não pôde ter lugar por entender o Governo Imperial não ter ella assento no Regulamento de 30 de Janeiro de 1854.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 31. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1862.

Instrucções para execução do Regulamento de 27 de Junho do corrente anno que baixou com o Decreto n.º 2.941 da mesma data para arrematação dos bens pertencentes ao extincto vínculo de Jaguára na Provincia de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1862.

O Visconde de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional ordena que, para execução do Decreto n.º 2.941 de 27 de Junho do corrente anno, expedido para regular a arrematação dos bens do extincto vínculo de Jaguára, se observem as seguintes instrucções :

Art. 1.º A arrematação das fazendas de que se compõe o vínculo de Jaguára se fará pela fórma determinada na primeira parte do art. 6.º do Regulamento, isto é, de cada uma das fazendas de per si com todas as suas pertencas, conforme se acharem descriptas nos respectivos inventariós &c., sendo vendidos conjuntamente os escravos casados, pais e filhos.

Se houver embaração ou difficuldade, ou puder resultar prejuizo á Fazenda em realizar-se a arrematação pela maneira indicada, o Juiz dos Feitos representará ao Ministerio da Fazenda, que, á vista dos motivos ponderados, dará permissão para a venda dos bens do vínculo em separado, nos termos da 2.ª e 3.ª parte do citado art. 6.º

Nos editaes de praça se declarará, além de todas as circumstancias mencionadas no art. 5.º do Regulamento, que ao arrematante da fazenda Jaguára deve ser entregue, conforme o disposto no art. 7.º, o respectivo Templo e alfaías pelo preço estimado.

A disposição do art. 8.º será litteralmente executada.

Art. 2.º O prazo de 3 mezes contados para a arrematação das fazendas, começará a correr da data do primeiro edital de praça, que fór publicado na folha official da capital de Minas Geraes, guardadas as disposições do art. 4.º do Regulamento.

Additamentos ás Decisões.

Art. 3.º Só serão accitos os lances daquelles licitantes á vista ou á prazo (art. 1.º do Reg.) que depositarem previamente, e á titulo de signal, em poder do Procurador Fiscal, em dinheiro, bilhetes de bancos ou apolices da divida publica, um valor igual á quarta parte do preço dos bens que pretenderem arrematar. Desta clausula, porém, ficão dispensados os licitantes á prazo que se apresentarem competentemente habilitados, com seus fiadores, na fórma da 3.ª parte do art. 2.º do Regulamento.

Os valores assim depositados serão restituídos quando fôr entregue á Thesouraria de Fazenda, em dinheiro ou letras, o preço da arrematação.

Correrão por conta dos arrematantes os prejuizos, perdas e damnos causados pela demora ou recusa no recebimento dos bens arrematados.

A siza será, na fórma da Lei, paga por inteiro pelo comprador.

Art. 4.º O auto da arrematação, que se lavrar em seguida á praça, valerá como titulo de compra para o fim de sujeitar os arrematantes ás consequencias legais do lance accito, sem embargo de ficar a mesma arrematação dependente da approvação do Governo Imperial para sortir todos os seus effeitos em relação á Fazenda Nacional.

Art. 5.º Ao preço da arrematação se accumulará os juros do 6 % pelo tempo da demora do pagamento de cada letra, na fórma da Lei de 13 de Novembro de 1827.

Art. 6.º Recolhida á Thesouraria de Fazenda a importancia da arrematação em dinheiro ou em letras, serão as respectivas cartas, depois de nellas lançadas as competentes verbas, devolvidas ao Juizo dos Feitos.

Aos arrematantes, á vista, será permittido realizar o pagamento da arrematação em apolices da divida publica geral aos juros de 6 % pelo valor que, segundo a cotação da praça do Rio de Janeiro, tiverem no dia em que entrarem nos cofres do Thesouro Nacional, por onde, neste caso, se fará effectivo o pagamento nesta especie.

Art. 7.º O Juiz dos Feitos, dando conta ao Presidente da Provincia, segundo o prescreve o art. 9.º do Regulamento, do que occorrer a respeito da arrematação, procederá, depois de obtida a approvação do Governo Imperial, á entrega dos bens arrematados, dando aos arrematantes, como é de estylo, titulos de posse e dominio, que serão registrados na Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, e em que será inserta como clausula que os bens arrematados ficão hypothecados á Fazenda Nacional para pagamento do debito contrahido pelo arrematante.

O Juizo dos Feitos poderá dar posse dos bens por meio de deprecadas legaes, na fórma da Lei.

Art. 8.º O Juiz dos Feitos com antecipação de trinta dias deverá estar com os empregados do Juizo no lugar da arrematação para o que solicitará permissão do Presidente da Provincia.

Art. 9.º Pela Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes se adiantará ao respectivo Procurador Fiscal as quantias precisas para pagamento das diarias para caminho, estada e mais despesas com o processo da arrematação, que tiverem de ser abonadas aos empregados do Juizo dos Feitos, na fórma das Instrucções de 28 de Abril de 1851 e Regimento de 3 de Março de 1855, contando-se para o Procurador da Fazenda o que nesse Regimento se acha estabelecido para os Juizes Municipaes e do Civil.

- Art. 10.º Fica aberto á Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes no corrente exercicio de 1862 e 1863, um credito da quantia de 6:000\$ pela verba — Eventuaes — do Ministerio da Fazenda, para occorrer as despesas mencionadas no artigo antecedente, devendo ser semelhante despesa annullada com a indemnisação feita pelos bens do vinculo extincto.

Visconde de Albuquerque.

N. 32.—GUERRA.—Aviso de 18 de Agosto de 1862.

Declarando que não é admissivel o engajamento de praças invalidas, do mesmo modo que a dos Corpos, que pretendem continuar no serviço.

2.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Agosto de 1862.

Ill.º e Ex.º Sr.—Sciente pelo officio dessa Presidencia n.º 183 de 7 do mez proximo passado, de haver o Soldado da Companhia de Invalidos addido ao Batalhão de Deposito, José Luiz de Oliveira, desistido da baixa que lhe foi concedida pela Ordem do Dia n.º 307, como faculta o art. 3.º das Instrucções do 1.º de Maio de 1858; declaro á V. Ex. que deve mandar ficar sem effeito a dita baixa, observando, porém, que não é admissivel o engajamento de praças invalidas do mesmo modo que as dos Corpos, que pretendem continuar á servir, Deus Guarde a V. Ex. — *Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 33.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 19 de Agosto de 1862.

Declara que ás terras, cuja venda foi a Presidencia do Amazonas autorizada a realizar, devem ser medidas por conta de quem as comprar em hasta publica.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—De posse do seu officio de 3 de Junho ultimo, em o qual V. Ex., declarando que as terras, cuja venda foi essa Presidencia autorizada a realizar em favor de Juvencio Alves da Silva, ou de quem as pagasse melhor em hasta publica, não se achavão medidas, e pergunta por conta de quem será aquella formalidade satisfeita, tenho a significar-lhe que as terras em questão serão medidas por conta de quem as comprar em hasta publica.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 34.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Em 21 de Agosto de 1862.

Para providenciar que as terras do Estado não sejam invadidas por intrusos.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 21 de Agosto de 1862.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo chegado ao conhecimento deste Ministerio que na cidade da Estancia existem terras devolutas que se suppondo fazerem parte do patrimonio da Capella de Nossa Senhora de Guadalupe, estão sendo possuidas por individuos que das mesmas não exhibem titulos legitimos de posse, recomendo a V. Ex., que informando-se do que sobre tal assumpto constar providencie em ordem a não continuar o abuso do serem por intrusos invadidas as terras do Estado.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 35.—GUERRA.—Aviso de 15 de Setembro de 1862.

Declarando que são desnecessários títulos de nomeação passados pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra para o cargo de recrutador.

2.^a Directoria Geral.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Setembro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em resposta ao officio datado de 18 de Junho ultimo, sob n.^o 7, no qual V. Ex. communica que expedira as convenientes ordens a fim de que os recrutadores nomeados para essa Provincia entrassem logo no exercicio desso cargo, servindo-lhes de títulos provisórios de nomeação as referidas ordens, segundo o disposto no art. 4.^o da Ordem do Thesouro Nacional n.^o 15 de 16 de Janeiro de 1854, e solicita a remessa dos competentes títulos para serem distribuidos pelos ditos recrutadores; declaro á V. Ex. que para esse cargo, não obstante ser elle de nomeação do Governo Imperial, são taes títulos dispensados, visto serem de duração temporaria as funcções a elle inherentes, e exercidas durante periodos marcados em cada Provincia para apresentação dos recrutas que os diversos districtos houverem de dar; sendo retribuidos os individuos que o exercem, sómente emquanto apresentação recrutas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 36.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
Circular de 10 de Outubro de 1862.

Para os Directores das Colonias do Governo remetterem contas trimestraes methodicamente classificadas e instruidas de documentos necessarios.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 10 de Outubro de 1862.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Convindo que os Directores de Colonias pertencentes ao Estado, remettão contas trimestraes methodicamente classificadas e instruidas dos documentos necessarios, dos dinheiros, que hajão recebido e da applicação, que lhe tenham dado, recommendo a V. Ex. que expeça as ordens precisas para que assim se execute declarando aos mesmos Directores que lhes será suspenso o pagamento dos vencimentos se não cumprirem restrictamente com esta obrigação, bem como que

se abstenhão cuidadosamente de proceder a despezas, a que não estejam autorizados, salvos os casos extraordinarios, em que la urgencia de circumstancias imprevistas exigir medidas excepcionaes, que sem demora deverão comunicar a autoridade superior sob pena de recahir sobre elles a responsabilidade de pagamento ou indemnisação.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

— Identicas aos Presidentes das Provincias do Espirito Santo, Paraná, S Paulo, ● Minas Geraes.

N. 37.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Em 22 de Outubro de 1862.

Dando instrucções por que se tem de dirigir a Commissão encarregada dos melhoramentos e reparos da Estrada de Santa Clara para Philadelphia e dahi ao Alto dos Bois.

3.^a Directoria das Terras Publicas e Colonisação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Outubro de 1862.

Considerando o Governo Imperial que o progresso e desenvolvimento do districto colonial do Mucury depende em grande parte dos melhoramentos de suas vias de communicação, e resolvido a attender seriamente para essa necessidade deliberou nomear uma commissão, composta de Vm., como Presidente, e do Director dos Indios, Augusto Benedicto Ottoni como Thesoureiro, e do Capitão Antonio José Coelho como membro, para o fim de se encarregarem dos melhoramentos, reparos e conservação da estrada, que de Santa Clara vai ter a Philadelphia e dahi ao Alto dos Bois, devendo a Commissão, para realisação desse importante serviço, guiar-se pelas Instrucções annexas, que providencião sobre quanto diz respeito a este assumpto, e em ordem a conseguir os resultados mais satisfactorios. Dando Vm. conhecimento desta deliberação e transmittindo-lhe as Instrucções referidas, espero que no desempenho dellas e dos serviços, que lhes são encarregados se haverá Vm. com o zelo e intelligencia, com que costuma, correspondendo desse modo a confiança que mereceu.

Deus Guarde a Vm. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — Sr. Director das Colonias do Mucury.

Instrucções, por que se tem de dirigir a Comissão encarregada dos melhoramentos e reparos da estrada de Santa Clara para Philadelphia e de Philadelphia até o Alto dos Bois.

Art. 1.º Para o fim de cuidar dos reparos, melhoramentos e conservação da estrada que de Santa Clara vai ter a Philadelphia e dahi ao Alto dos Bois, no Mucury, fica creada uma commissão composta do Director das colonias do Mucury, Barão O'Byrn como Presidente, do Director dos Indios, Augusto Benedicto Ottoni, como Thesoureiro, e do Capitão Antonio José Coelho como membro.

Art. 2.º A commissão, caso o julgue necessario, poderá contractar com quem melhores condições offerecer, no todo ou por secções, os trabalhos de descortinamento, reparos e limpeza da referida estrada, dando conta ao Governo Imperial dos contractos, que para esse fim fizer.

Art. 3.º Para a construção das pontes, e factura das obras mais importantes, que demandem conhecimentos profissionais, a commissão encarregará o Engenheiro Roberto Schloback, que para esses serviços fica á sua disposição.

Art. 4.º Fica consignado no corrente exercicio para fazer face as despesas com essas obras a quantia de 15:000\$000, distribuida em prestações mensaes de 1:250\$000.

Art. 5.º As consignações de que trata o artigo antecedente serão entregues no Thesouro Nacional a pessoa, que for competentemente autorizada pelo Thesoureiro para recebê-la, entregando-se desde já os mezes vencidos de Julho, Agosto e Setembro.

Art. 6.º As deliberações, que ácerca deste serviço forem tomadas pela commissão serão lançadas em uma acta escripta em livro proprio e assignado pelos membros da mesma commissão.

Art. 7.º A commissão poderá funcconar reunidos dous membros inclusive o Presidente.

Art. 8.º Nenhum pagamento fará o Thesoureiro, que não seja em vista de ordem assignada pelos membros da commissão, a qual lhe servirá de descarga para prestação de suas contas.

Art. 9.º De tres em tres mezes remetterá a commissão ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermédio da 3.ª Directoria, um balancete especificado da despesa, que se tiver effectuado.

Art. 10. Por conta do credito de 15:000\$030, de que trata o art. 4.º, não poderá a commissão despende quantia alguma com outras obras, qualquer que seja sua natureza e urgencia.

Art. 11. A commissão fará o mais proveitoso emprego dessa quantia sómente em favor da estrada, de que tratão as presentes Instrucções.

Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Outubro de 1862.—*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.*

CATALOGO

DAS

Obras que se achão á venda na Typographia Nacional.

Apontamentos extrahidos do relatorio de Mr. J. Quincy Adams, sobre pesos e medidas dos Estados-Unidos, por F. C. da S. T.—1833.		500
Appliação da algebra á geometria, ou geometria analytica, segundo o systema de Lacroix, redigido para uso da Escola Militar, por José Saturnino da Costa Pereira, Senador do Imperio, e Lente da mesma Escola.—1842.....		2\$000
Artigos de Guerra		500
Codigo Commercial do Imperio do Brasil (Lei n.º 556 de 25 do Junho de 1850)		2\$000
Collecção das leis e decisões	1836.....	3\$600
	1837.....	3\$000
	1838.....	2\$300
	1839.....	1\$400
	1840.....	2\$000
	1841.....	1\$900
	1842.....	3\$500
	1843.....	2\$50
	1844.....	2\$800
	1845.....	2\$300
	1846.....	2\$600
	1847.....	2\$600
	1848.....	1\$800
	1849.....	3\$400
	1850.....	5\$800
	1851.....	5\$100
	1852.....	5\$200
	1853.....	4\$600
	1854.....	5\$100
	1855.....	6\$600
	1856.....	5\$300
	1857.....	5\$600
	1858.....	6\$600
	1859.....	5\$500
	1860.....	10\$000
	1861.....	5\$500
	1862.....	5\$500

Collecção de leis patrias para uso dos jurados no Imperio do Brasil. —1836.....	1\$000
Collecção de leis , provisões, circulares, portarias, ordens, officios, e avisos sobre terrenos de marinhãs, colhidos e ordenados pelo Capitão do Corpo de Engenheiros Pedro Moreira da Costa Lima, Director do 2.º districto de Obras Municipaes da Córte, e Inspector de Marinhãs. —1860.....	1\$000
Compendio da historia antiga , por Cayx e Poisson, adoptado pelo Conselho Real da Universidade de Paris, para o ensino dos Collegios Reaes e outros estabelecimentos da Instrucção Publica, mandado traduzir e adoptado para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. —1840.....	3\$000
Compendio da historia romana , por De Rozoir e Dumont, adoptado pelo Conselho Real da Universidade de Paris, para o ensino dos Collegios Reaes e outros estabelecimentos de Instrucção Publica, mandado traduzir e adoptado para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. —1840.....	3\$000
Complemento dos elementos de algebra de Lacroix , postos em linguagem para uso dos alumnos da Real Academia Militar desta Córte. —1813.....	3\$000
Constituição moral e deveres do cidadão . Com exposição da moral publica, conforme o espirito da Constituição do Imperio, por José da Silva Lisboa. —1824.	6\$000
Constituição politica do Imperio do Brasil . (Carta de Lei de 25 de Março de 1824.).....	500
Contestação da historia e censura de Mr. Pradt sobre successos do Brasil, pelo Barão de Cayrú. —1825.....	500
Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos proprios para muitos usos da Sociedade, e supprir a falta do canhamo; indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor, por Manoel Arruda da Camara, Doutor em Medicina. —1810.....	500
Divida publica	500
Elementos de mecanica , redigidos para uso da Escola Militar por José Saturnino da Costa Pereira, Senador do Imperio e Lente da mesma Escola. —1842.....	4\$000

Ephemerides do Imperial Observatorio Astronomico para o anno de 1862.—(Annual) ..	3\$000
Epitome historiae sacrae, auctore C. F. Lhomond. Notis selectis illustravit Dr. A. Castro Lopes.—1854.....	500
Escola do lanceiro ou instrucção para os corpos de lanceiros sobre o exercicio, manejos e manobras de lança.....	500
Estudos do bem commun e economia politica, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado, por José da Silva Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Commercio, Desembargador da Casa da Supplicação do Reino do Brasil.— 1820....	5\$000
Exercício de bayoneta. — 1853	500
Instrucções sobre o tiro , contendo as regras do tiro de differentes armas portateis com balas esphericas; traduzidas do Francez por ordem do Illm. Exm. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.—1853.....	1\$000
Lições elementares de optica para uso da Escola Militar do Rio de Janeiro, redigidas por José Saturnino da Costa Pereira, Senador do Imperio e Lente da mesma Escola.— 1841.....	1\$000
Lições elementares de physica segundo o programma do estudo do Collegio de Pedro 2.º, de 1856, para uso dos alumnos do mesmo Collegio.— 1856.....	1\$000
Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do Governo das Províncias unidas do Rio da Prata, e dos motivos que a obrigarão a declarar a guerra ao referido Governo.— 1825.....	2\$000
Machinas (as) de vapor explicadas familiarmente; com um esboço historico de sua invenção e progressivos melhoramentos; suas applicações á navegação, &c. &c., pelo Rev. Dionizio Larduez, seguido de addições e notas por James Renwich. Traducção feita sobre a 3.ª edição americana por C. B. Ottoni.— 1846.....	2\$000

Memoria da origem, progressos e decadencia do quinto do ouro na Provincia de Minas Geraes, por José Antonio da Silva Maia.—1827..... 500

Memoria economica sobre a plantação, cultura e preparação do chá. Escripção por Fr. Leandro do Sacramento, Licenciado em philosophia pela Universidade de Coimbra, Professor de Botanica e Agricultura na muito leal, nobre Cidade e Côrte do Rio de Janeiro, Director dos Imperiaes Jardins do Passeio Publico da Côrte e Botanico da lagoa de Rodrigo de Freitas, socio correspondente das Academias, Real das Sciencias de Munich, da Orthicultural de Londres, da Sociedade Real de Agricultura, e Botanica de Gand, e do Instituto Columbiano.—1825..... 1\$000

Memoria economica sobre a raça de gado lanigero da Capital do Ceará. Com os meios de organizar os seus rebanhos por principios ruraes, aperfeçoar a especie actual de suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento d'ellas e das suas lãs em utilidade geral do Commercio do Brasil e propriedade da mesma Capitania, escripta e offerecida ao Principe Regente Nosso Senhor pelo Tenente Coronel João da Silva Feijó, naturalista da mesma Capitania e socio correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa.—1811.... 500

Memoria estatistica da Provincia de Goyaz, dividida pelos Julgados de suas duas Camaras e na fórma do elencho enviado pela Secretaria do Imperio; escripta por determinação do Exm. Conselho Administrativo da Provincia, e conforme as informações que se reccebêrão dos differentes Julgados.—1832. 1\$000

Memoria sobre a canella do Rio de Janeiro, offerecida ao Principe do Brasil Nosso Senhor pelo Senado da Camara da mesma Cidade no anno de 1798.— 1809..... 500

Memoria sobre o credito em geral, operações de credito e caixas de amortização e suas funcções; com uma exposição exacta das operações e expediente da Caixa de Amortização do Imperio do Brasil, por F. C. S. T., Inspector Geral da mesma Caixa. — 1832... 500

Memoria sobre o gaz illuminante extrahido do carvão de pedra, ou de materias gordurosas, por Miguel de Frias e Vasconcellos,

Tenente Coronel de Engenheiros, e membro correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. — 1847.	500
Memoria sobre as principaes causas por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas Provincias, offerecida ao Principe Imperial por B. J. G. — Plano da Regeneração do Brasil. — 1822.	1\$000
Memoria sobre a viagem do porto de Santos à Cidade de Cuyabá, organizada e offerecida a S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, por Luiz d'Alincourt, Sargento-Mór Engenheiro. Cuyabá, 1825. — 1830.	1\$500
Pequeno Catecismo Historico, contendo em compendio a Historia Sagrada e Doutrina Christãa, composto em Francez pelo Abbade Fleury, e traduzido em Portuguez, de ordem do Governo Imperial, por Joaquim José da Silveira, Director da Escola de primeiras letras da Côte e seu Municipio. Para uso das mesmas Escolas. — 1856.	1\$000
Programma do Imperial Collegio de Pedro II para o anno lectivo de 1863, organizado pelo Conselho Director da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côte, na fórma do art. 29 do Regulamento de 24 de Outubro de 1857 e segundo o plano dos estudos que baixou com o Decreto n.º 2.883 do 1.º de Fevereiro de 1862. — (Annual.)	1\$000
Proposta e Relatorio do Ministerio da Fazenda, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4.ª sessão da decima Legislatura. — 1860.	2\$000
Regimento Provisional para o serviço e disciplina dos navios da Armada Real, que por ordem de Sua Magestade deve servir de Regulamento aos Commandantes da Esquadra e navios da mesma Senhora. Novamente reimpresso por ordem de Sua Magestade o Imperador. — 1835.	1\$000
Regulamento das Alfandegas e Mesas de Rendas. (Decreto n.º 2.647 a 19 de Setembro de 1860.) — 1860.	2\$500
Regulamento do Imposto do sello e de sua arrecadação. (Decreto n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860.) — 1860.	1\$000

Regulamento para a disciplina e exercicio dos Regimentos de Cavallaria do Exercito de S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, e para as obrigações e serviço particular dos Officiaes, Officiaes inferiores e Soldados, feito por ordem do mesmo Senhor pelo Marechal General, Marquez do Campo Maior, Lord Beresford, Commandante em Chefe do Exercito de Portugal.—1852.....	3\$000
Regulamentos para a ordem do juizo no processo commercial para os Tribunaes do Commercio e para o processo das quebras (Decretos n.ºs 737 e 738 de 25 de Novembro de 1850).—1850.....	1\$500
Relatorio da Commissão de Inquerito na Alfandega da Côte sobre as censuras e accusações feitas á Administração da mesma Alfandega na Camara dos Deputados e na imprensa em o anno de 1862, com a collecção chronologica dos documentos relativos aos factos censurados.—1862.....	1\$500
Relatorio da Commissão de Inquerito nomeada por Aviso do Ministerio da Fazenda de 10 de Outubro de 1859. (Sobre varios pontos em relação ao meio circulante)....	4\$000
Relatorio Geral da Exposição Nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da Commissão Directora pelo Secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Acompanhado dos documentos officiaes e catalogos.—1862.....	5\$000
Relatorio sobre o melhoramento do meio circulante apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda em a sessão extraordinaria de 1833.....	1\$000
Relatorio sobre o melhoramento de pesos e medidas e monetario, apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Candido José de Araujo Vianna Ministro e Secretario de Estado da Repartição da Fazenda, pela Commissão para este fim nomeada por Decreto de 8 de Janeiro de 1833.—1834.....	2\$000
Repertorio da legislação militar actualmente em vigor no Exercito e Armada do Imperio do Brasil, compilado e offerecido a Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpe-	

tuo do mesmo Imperio, por Raymundo José da Cunha Mattos, Official da Ordem Imperial do Cruzeiro, Commendador da de S. Bento de Aviz, Brigadeiro dos Exercitos Nacionaes e Imperiaes, Director da Commissão de Estatística da Córte, e Commandante da Academia Militar. — 1846.....	10\$000
Riqueza do Brasil em madeiras de construcção e carpintaria. Offerecido a S. M. Imperial por Balthazar da Silva Lisboa. — 1823.	500
Sophismas anarchicos. Exame critico das diversas declarações dos direitos do homem e do cidadão, por Mr. Bentham. Traduzido em linguagem e offerecido á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil, por R. P. B. — 1823...	500
Systema de Instrucção para a Infantaria ligeira. Offerecido aos novos officiaes do Exercito por Bernardo Antonio Zagalo, Coronel de Infantaria. — 1850:.....	2\$000
Tarifa das Alfandegas do Imperio do Brasil. (Decreto n.º 2.684 de 1860.) — 1860.	5\$000
Theoria das maquinas de vapor, acompanhada da descripção de cada parte; e da exposição das principaes circumstancias e resultados praticos relativos á sua construcção e direcção; á economia do combustivel; dos meios de evitar explosões, &c., &c., &c. — 1844.....	2\$000
Tratado de Navegação , por Mr. C. F. Fournier. Correcto e accommodado para uso da Companhia de Guardas Marinhas, por Francisco Miguel Pires, Lente de Astronomia e Navegação, Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional e Imperial. — 1846...	7\$000
Tratado sobre a salga da carne e da manteiga na Irlanda, e do modo de corar ao fumo a carne de vacca em Hamburgo. Traduzido do Dinamarquez por T. C. Bruun Neergaard, Gentil Homem da Camara do Rei de Dinamarca, e membro de diversas sociedades scientificas. Paris, 1821. Traduzido do francez por um Brasileiro. Paris, 1823. — 1824.....	500
Tratado de trigonometria , por A. M. Legendre. — 1809.....	1\$000
Tratado de trigonometria espherica , por Francisco Miguel Pires, Lente de Astronomia e Navegação, Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional e Imperial. — 1846...	1\$000